

Norma Lucia Fernandes de Almeida
Alexandre António Timbane
(Organizadores)



A LEXICOGRAFIA, A LEXICOLOGIA E A ONOMÁSTICA EM PORTUGUÊS

a língua em
constante evolução

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Obra publicada com apoio financeiro da AUXPPG - Programa Interno de
Auxílio Financeiro aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UEFS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo–SP)

A447l Almeida, Norma Lucia Fernandes de; Timbane, Alexandre António (org.).
A lexicografia, a lexicologia e a onomástica em português: a língua em
constante evolução /

Organizadores: Norma Lucia Fernandes de Almeida e Alexandre António
Timbane; Prefácio de Claudia Roberta Tavares Silva.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2026; figs.; tabs.; quadros.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-217-0996-1

1. Educação. 2. Lexicologia. 3. Linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação. 370

2. Linguística. 410

4. Língua portuguesa: lexicologia. 469.3028

Norma Lucia Fernandes de Almeida
Alexandre António Timbane
(Organizadores)

A
LEXICOGRAFIA,
A LEXICOLOGIA
E A
ONOMÁSTICA
EM PORTUGUÊS

a língua em
constante evolução

Copyright © 2026 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Joana Moreira

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Gatil Comunicação e Marketing

Ilustração da capa: Nilza Dada (docente da Universidade de Save (Moçambique), no Curso de Educação Visual)

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Agradecimentos

Às nossas famílias, pelo apoio e incentivo durante as horas e dias em que nos abstinemos do convívio e da companhia, dedicando-nos à organização desta obra.

PARECERISTAS:

Adilson Paulino Chijica Lizewete

Antônio Félix de Souza Neto

Benjamim Fernando

Bernardo Sacanene

Betuel Vunda José Tomé

David Zefanias Chonane

Diocleciano Nhatuve

Elias de Souza Santos

Gilberto Pedro João Sonhi

Gislene Lima Carvalho

Hélder Pande Alexandre

Hilda Braz Silva Sousa

José Evaristo Kondja

José Gabriel Ganga

Lucas Augusto Cabi

Mamadú Saliu Djaló

Marcos Nunes Junior

Óscar Rosário Jorge Daniel

Queura Daniel Notícia Gouveia

Thiago Evangelista

Victor Mariano

Dedicatória

Aos estudantes do PPGEL

Aos nossos orientandos

SUMÁRIO

Prefácio	13
-----------------	-----------

Profa. Dra. Claudia Roberta Tavares Silva

Introdução	17
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Da Lexicologia à Lexicografia e vice-versa: o breve (e necessário) percurso dos estudos lexicais sobre a língua portuguesa em Timor-Leste	29
--	-----------

Davi Borges de Albuquerque

Flávia Martins

CAPÍTULO 2

Da Antroponímia à Toponímia timorenses para a exploração de um dicionário bilíngue: a convivência linguística do português com o tétum na Onomástica com marcas patrimoniais e de variação linguística	51
---	-----------

Maria Helena Dias Rebelo

CAPÍTULO 3

Antroponímia e Toponímia contemporâneas: roteiros no Brasil e em Portugal	75
--	-----------

Graça Rio-Torto

CAPÍTULO 4

LÉXICO DO/NO SERTÃO/SEMIÁRIDO BAIANO: PEGADAS DO GLOTOCÍDIO, CONTATOS E RESISTÊNCIAS	107
---	------------

Norma Lucia Fernandes de Almeida

CAPÍTULO 5

Entre as línguas étnicas e a língua guineense: uma análise preliminar dos róticos [r] e [ɾ] no português guineense **135**

Mário Alexandre Garcia Lopes
Tchern Baldé

CAPÍTULO 6

Um olhar sobre a paisagem linguística e a Toponímia da Cidade de Maputo, Moçambique **161**

Sarita Monjane Henriksen

CAPÍTULO 7

Estudo de nomes próprios de escolas da Cidade de Xai-Xai à luz da Onomástica: um contributo para a preservação de dados político-sócio-histórico-geográfico-culturais **183**

Edson Tito Fafetine
Ângelo Américo Mauai

CAPÍTULO 8

Contato linguístico em Angola: evidências de empobrecimento lexical das línguas angolanas **203**

Sabino Sbangombe Marcolino

CAPÍTULO 9

O contato do português com as línguas autóctones minoritárias em Angola: a (im)possibilidade de formação de neologismos de matriz externa **219**

Queura Daniel Notícia Gouveia

CAPÍTULO 10

Cartografia do léxico dos pescadores da Praia do Chinga, Cabinda – Angola **235**

Ezequiel Pedro José Bernardo
Alice Bernardete Malonda Loba

CAPÍTULO 11

Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola **255**

João Muteteca Naege

CAPÍTULO 12

Lexicografia eletrônica: proposta de criação de um modelo de dicionário eletrônico para o português de Angola **275**

Gaudêncio Kimuenho

CAPÍTULO 13

Empréstimos lexicais da Língua Kimbundu no Português falado em Angola: um olhar sobre as obras literárias e manuais escolares **291**

José Carvalho da Conceição Chipia

Leovigildo Domingos António

Mário João Afonso Muhongo

CAPÍTULO 14

Léxico de especialidade do subsistema de Ensino Superior em Angola: tendência para concepção de um dicionário terminológico **307**

António Vicente Chicalo

CAPÍTULO 15

As marcas de angolanismos lexicais na variedade angolana: análise de *corpus* **327**

José Baptista Adriano Victorino

CAPÍTULO 16

O léxico do português brasileiro no português falado em Angola: trocas lexicais do contato linguístico **347**

Larissa Rehem Gama

Alexandre António Timbane

CAPÍTULO 17

Empréstimos de morfemas da língua cokwe para formação de novas unidades lexicais em português, caso da Lunda-Norte-Angola **381**

José Corindo Muaquixe

CAPÍTULO 18

A variação do léxico cokwe no seu espaço linguístico **401**

Albano Agostinho Eduardo

CAPÍTULO 19

Cultura e linguagem: reflexos da identidade angolana na obra “Os meus tios e seus Atongoko” **419**

Fidel António José Fernando

CAPÍTULO 20

Exploração do vocabulário nos manuais de Português do I ciclo do ensino secundário em Angola: Configurações e reflexões **435**

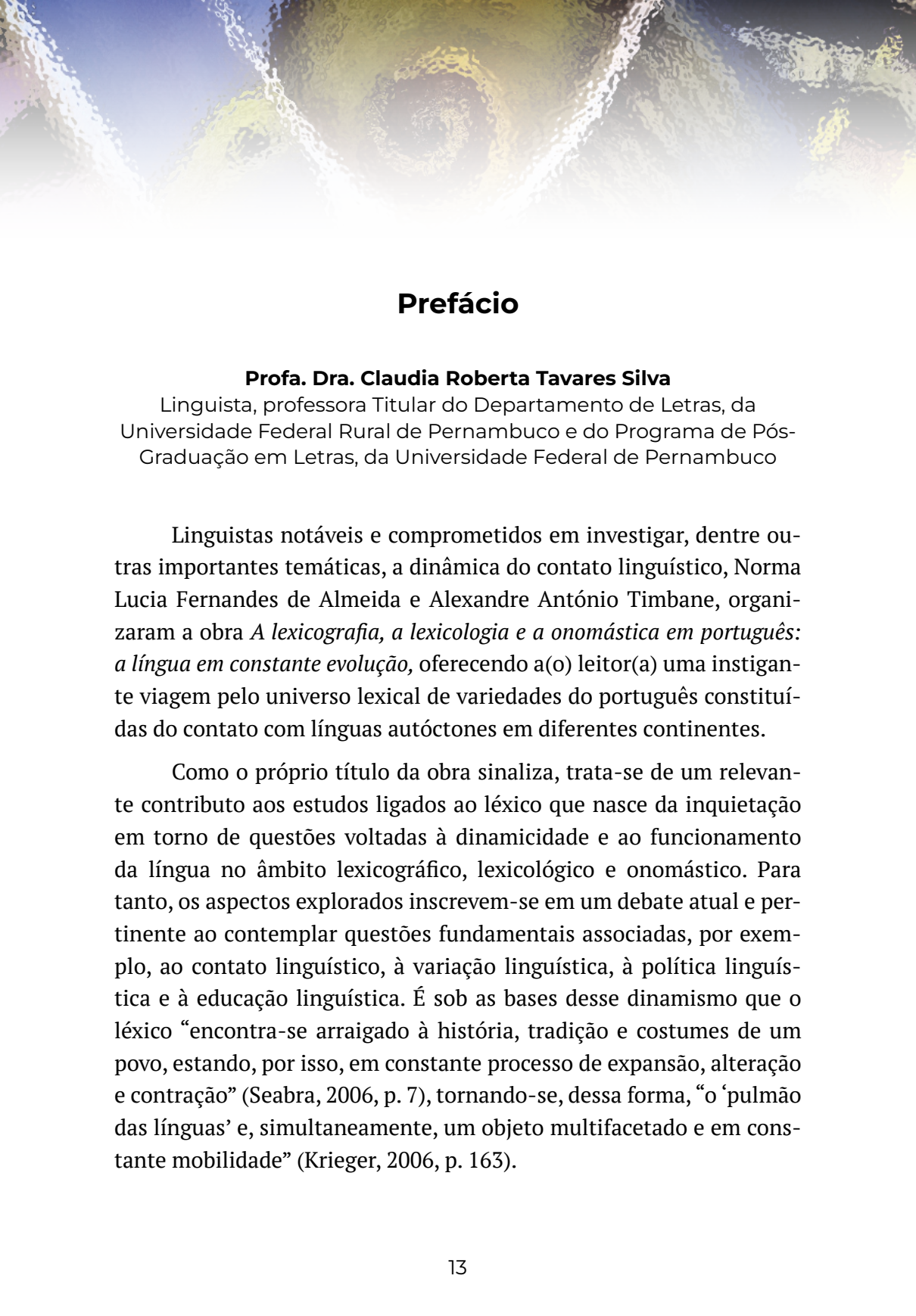
Arnaldo Ndumba

CAPÍTULO 21

O português de Angola: um olhar sobre as particularidades lexicais **461**

Domingos Njamba Yeta

Sobre os autores **485**



Prefácio

Profa. Dra. Claudia Roberta Tavares Silva

Linguista, professora Titular do Departamento de Letras, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco

Linguistas notáveis e comprometidos em investigar, dentre outras importantes temáticas, a dinâmica do contato linguístico, Norma Lucia Fernandes de Almeida e Alexandre António Timbane, organizaram a obra *A lexicografia, a lexicologia e a onomástica em português: a língua em constante evolução*, oferecendo a(o) leitor(a) uma instigante viagem pelo universo lexical de variedades do português constituídas do contato com línguas autóctones em diferentes continentes.

Como o próprio título da obra sinaliza, trata-se de um relevante contributo aos estudos ligados ao léxico que nasce da inquietação em torno de questões voltadas à dinamicidade e ao funcionamento da língua no âmbito lexicográfico, lexicológico e onomástico. Para tanto, os aspectos explorados inscrevem-se em um debate atual e pertinente ao contemplar questões fundamentais associadas, por exemplo, ao contato linguístico, à variação linguística, à política linguística e à educação linguística. É sob as bases desse dinamismo que o léxico “encontra-se arraigado à história, tradição e costumes de um povo, estando, por isso, em constante processo de expansão, alteração e contração” (Seabra, 2006, p. 7), tornando-se, dessa forma, “o ‘pulmão das línguas’ e, simultaneamente, um objeto multifacetado e em constante mobilidade” (Krieger, 2006, p. 163).

Ganha destaque ainda a perspectiva adotada pelos organizadores da obra, a qual está comprometida com uma visão plural associada às mundividências construídas a partir do léxico cujas particularidades, na interface com outros níveis (semântico, fonético-fonológico e morfológico), são cruciais à construção da identidade sociolinguística e cultural através de línguas autóctones e de variedades do português como as estudadas neste livro, a saber: o português de Angola, o português de Moçambique, o português de Guiné-Bissau, o português de Timor-Leste, o português de Portugal e o português do Brasil. Nesse sentido, sendo o léxico “a pedra de toque da linguagem humana” (Biderman, 1998, p. 81) e “o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história” (Biderman, 1987, p. 83), a experiência linguística, social e cultural dos(as) falantes dessas línguas e variedades é fundante.

Integram a obra vinte e um (21) capítulos elaborados por linguistas de distintas variedades do português, os quais, em sua grande maioria, são provenientes de países que ainda não possuem dicionários sobre sua variedade, tornando-se urgente e imperativa a criação de dicionários como uma das estratégias não apenas de gramatização dessas variedades, mas também de resgate, preservação e valorização de seu léxico, entendendo-se o dicionário como o “depositário do acervo lexical da língua e da cultura” (Biderman, 2003, p. 337). Iniciativas, apesar de ainda muito escassas, vêm sendo realizadas, conforme evidenciado nas propostas apresentadas nesta obra, a saber: a criação de um dicionário terminológico para o ensino superior em Angola e a criação de um modelo de dicionário eletrônico para o português angolano sob a ótica da Lexicografia Eletrônica que tem se expandido com o avanço de novas tecnologias.

Ademais, a partir de um notável e significativo esforço coletivo de seus(suas) autores(as), os capítulos reúnem um riquíssimo cenário de investigações linguísticas centradas em temáticas inseridas no plano da pesquisa e do ensino, como, por exemplo: (i) a descrição

e a análise das estruturas lexicais a partir da comparação entre línguas autóctones e variedades do português, e entre essas variedades; (ii) a variação lexical e a norma linguística; (iii) o processo ensino-aprendizagem do léxico em diferentes níveis de escolaridade; (iv) a interface do léxico com outros níveis de análise; (v) a criação de dicionários e (vi) a confluência de saberes lexicais com outros saberes (ex.: saberes históricos, culturais, sociológicos, geográficos, antropológicos).

O livro congrega ainda perspectivas de análise sob diferentes enfoques teórico-metodológicos, enriquecendo assim o debate em torno do domínio lexical. Trata-se, portanto, de uma bem-sucedida iniciativa de publicação que amplia a compreensão do(a) leitor(a) sobre a formação de variedades do português, tendo em mente, sobretudo, as interferências de línguas autóctones na construção e funcionamento do léxico dessas variedades, um aspecto bastante explorado ao longo das páginas deste livro. Em adição, uma agenda de trabalho ergue-se das reflexões suscitadas pelos(as) autores(as), de forma a proporcionar a geração de novas pesquisas, garantindo, assim, a (re)construção do conhecimento científico e, por conseguinte, a continuidade de investigações já iniciadas sobre o léxico (e suas interfaces), um campo de investigação bastante promissor e instigante para quem pretende ingressar nesse campo e ampliar as lentes da pesquisa sobre o contato linguístico.

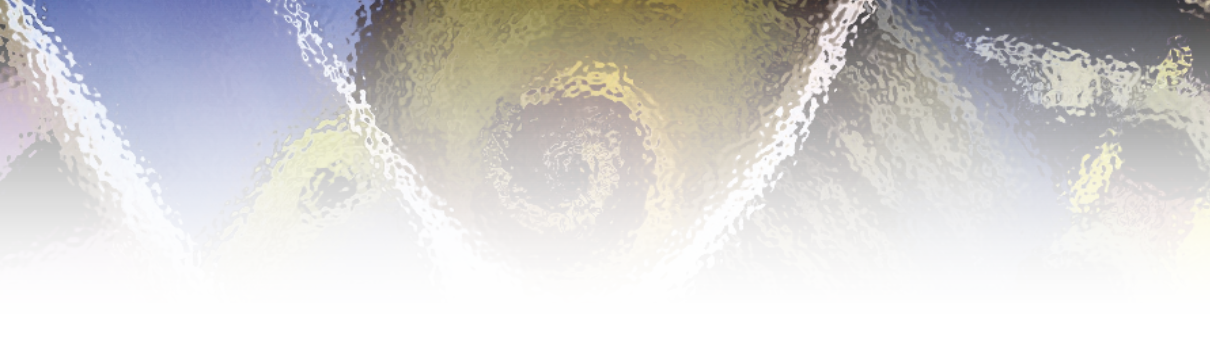
Elaborados com muito esmero, os capítulos contêm grande riqueza de exemplos, constituindo-se, a meu ver, em um relevante *corpus* de itens lexicais, uma fonte de dados linguísticos proveniente de várias línguas autóctones e variedades do português que poderá ser facilmente acessada e ampliada em pesquisas futuras por outros(as) linguistas que se interessam pela temática. Há também um cuidadoso e incessante esforço de seus(suas) autores(as) para proporcionar ao(à) leitor(a) um mergulho na interface língua-cultura-sociedade através de variados usos linguísticos, seja na língua falada, seja na língua escrita. Para tanto, os dados submetidos à análise são extraídos de dife-

rentes fontes, a saber: entrevistas, obras literárias, manuais didáticos, textos jornalísticos e dicionários.

Estou cônica de que as reflexões advindas do contexto de contato do português com outras línguas em diferentes continentes revelam a urgência de novas e contínuas investigações para o fortalecimento e a ampliação das relevantes lentes de pesquisa sobre a formação de variedades do português que se constituem de um vasto e rico mosaico multilíngue fundante da identidade sociolinguística de seus(suas) falantes, a partir de escolhas lexicais que se interseccionam à cultura e à socio-história, por exemplo.

A vocês, leitores(as), convido-os(as), portanto, a terem uma excelente e prazerosa leitura, entendida não só como o *locus* de novas reflexões e aprendizado ininterrupto sobre o universo lexical de variedades do português, mas também como um necessário e instigante mergulho no vasto e dinâmico mosaico lexical constituído pelo contato entre elas. Este é o meu convite!

Brasil, Pernambuco, Recife, maio de 2025.



Introdução

O léxico é a face mais evidente da língua, carregando elementos ideológicos, socioculturais e semânticos. A língua portuguesa está sendo cada vez mais falada na África lusófona e em Timor-Leste, tendo atualmente um maior número de falantes como língua materna. O português está em permanente contato, em maior ou menor grau, com línguas autóctones de origem africana (no caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e asiáticas (no caso de Timor-Leste) e americanas (no caso do Brasil), o que favorece a manutenção dos neologismos de matriz interna e externa. Este livro reúne estudos e pesquisas que descrevem a lexicologia e a lexicografia do português falado no Brasil, em Timor-Leste, em Portugal e nos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe)¹ buscando chamar atenção para a necessidade de produção de dicionários nas variedades que ainda não têm.

Neste sentido, não tem como negar a existência, por exemplo, de variedades africanas e timorenses do português, pois as marcas linguísticas são visíveis em todos os níveis linguísticos e essas variedades estão ligadas às culturas e às tradições dos seus falantes. A criatividade lexical e semântica está presente em todas as formas possíveis (oral, escrita) e torna a língua mais dinâmica e com características próprias da comunidade de fala. Os estudos sobre estas variedades não podem ser apenas exitosos, mas sim contundentes, porque a falta de dicionários das variedades locais reduz a autoestima e provoca uma insegura-

1 A Guiné-Equatorial é o mais recente membro da lusofonia, porém ainda não tivemos acesso a estudos, pesquisas e estatísticas que mostram a situação do avanço no ensino e no uso da língua portuguesa.

rança na educação, especialmente nos consulentes da educação (alunos e professores).

A língua portuguesa, desde a sua implantação nas colônias, esteve e está em contato com diversas línguas, principalmente línguas dos povos submetidos a diferentes processos de dominação. Essas diferentes línguas autóctones não possuíam e não possuem o mesmo *status* que a língua portuguesa, ou seja, houve também um processo de silenciamento, denominado por alguns como colonização linguística (Calvet, 1993; Mariani, 2004).

Segundo Mariani (2004, p. 25), a colonização linguística “supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um único projeto”. Mesmo com todo o glotocídio ocorrido ao longo do período colonial, esse processo deixa rastros, segundo Calvet (1993), ou marcas diversas, via os contatos linguísticos, como a sociolinguística do contato tem mostrado (cf. Lucchesi, 2008) e esses rastros são mais visíveis no léxico dessas variedades linguísticas. Os estudos apresentados nesta obra analisam os processos que envolvem as questões do léxico, as fortes interferências das línguas locais, bem como as marcas do contato entre a língua portuguesa e as línguas dos povos anteriormente colonizados.

Desta forma, nos propomos a reunir estudos e pesquisas que descrevem essa realidade linguística que é fundamental para a identificação dos falantes das diferentes variedades. É por meio do léxico que somos capazes de identificar a origem do falante. Se o falante preferiu a palavra “ônibus” (Brasil) ao invés de “machimbombo” (Moçambique) ou “biscota” ou “bis” (Timor-Leste) ou “autocarro” (Portugal), ou “to-ca-to-ca” (Guiné-Bissau) ou ainda “wawa” (Angola). É pelas escolhas lexicais que rapidamente nos atentamos à variedade utilizada pelo falante, incluindo os valores semânticos que essas unidades lexicais carregam.

O livro é composto por vinte e um (21) capítulos focando nos estudos onomásticos e do léxico nos diferentes espaços da lusofonia. Grande parte dos pesquisadores que contribuíram com suas pesquisas são provenientes de países que ainda não possuem dicionários da variedade local.

O primeiro capítulo “Da lexicologia à lexicografia e vice-versa: o breve (e necessário) percurso dos estudos lexicais sobre a língua portuguesa em Timor-Leste”, de Davi Borges de Albuquerque e de Flávia Martins, tem por objetivo analisar alguns traços específicos do léxico do português falado em Timor-Leste. Usando entrevista como instrumento de coleta de dados, a pesquisa conclui que o léxico do português em Timor-Leste tem suas origens principalmente nas interferências das L1 dos diferentes falantes. A pesquisa busca compreender as interferências das línguas locais que contribuem para a variabilidade da língua, sobretudo em nível fonológico e lexical, tal como se observa nos exemplos apresentados ao longo do capítulo.

No capítulo 2, “Da Antroponímia à Toponímia timorenses para a exploração de um dicionário bilíngue: a convivência linguística do português com o tétum na Onomástica com marcas patrimoniais e de variação linguística”, de autoria de Helena Rebelo, analisa aspectos antropológicos e topológicos de Timor-Leste sustentando-se no Dicionário Tétum-Português da autoria de Luís Costa. Da pesquisa se observa que os nomes próprios e os nomes de família listados não identificam personalidades, como se esperaria numa enciclopédia. O “Dicionário de Tétum-Português” de Luís Costa é importante para compreender a toponímia e a antroponímia geral de Timor Lorosa’e.

O capítulo 3, da professora Graça Rio-Torto, tem como título “Antroponímia e toponímia contemporâneas: roteiros no Brasil e em Portugal”, trata da partilha de recursos e procedimentos comuns e diferenciados na construção de antropônimos e de topônimos em língua portuguesa, no tempo e no espaço das culturas e das mundividências

de cada país lócus da pesquisa. Trata-se de um estudo comparativo que busca comparar Brasil e Portugal nos diferentes casos onomásticos. A pesquisa faz interface teórico-metodológica de estudos de nomes próprios com outras disciplinas, como a história, a linguística, a arqueologia, a geografia, a dialetologia, a sociologia, a psicologia, as ciências cognitivas e a lexicografia.

No capítulo 4, “Léxico do/no sertão/semiárido baiano: pegadas do glotocídio, contatos e resistências”, de Norma Lucia Fernandes de Almeida, apresenta uma caracterização do léxico usado em comunidades do semiárido baiano, focando o léxico de origem indígena, de origem africana e os chamados arcaísmos. As lexias encontradas seriam pegadas de um processo de resistência, principalmente das línguas indígenas e africanas que passaram por um processo de glotocídio e/ou linguicídio. Busca-se, a partir do estudo, uma melhor compreensão dos efeitos que o processo de colonização linguística e consequente processo de transmissão linguística irregular teve para a formação das variedades linguísticas usadas pelas comunidades pesquisadas. Em síntese, os resultados mostram produtividade de lexias de origem indígena, de origem africana e “arcaísmos”, tanto no uso geral quanto no uso específico (ligadas a atividades, etc.).

No capítulo 5, “Entre as línguas étnicas e a língua guineense: uma análise preliminar dos róticos [R] e [r] no português guineense”, os professores Mário Alexandre Garcia Lopes e Tchern Baldé têm por objetivo descrever e analisar as consoantes vibrantes simples [R] e múltipla [r] nas línguas étnicas guineenses (fula, balanta, mandjaco e pepel) e na língua guineense/crioula. O estudo aponta que a classe dos róticos no português guineense tem como base a língua guineense que, por sua vez, estrutura fonologicamente essa classe influenciada pelas línguas étnicas. Esta pesquisa exploratória contemplou uma pesquisa bibliográfica de línguas guineenses (fula e biafada) e da língua guineense, e outra parte da pesquisa focalizou a organização de um

corpus com 42 palavras contendo os róticos [r] e [R] de línguas étnicas guineenses.

O capítulo 6, “Um olhar sobre a paisagem linguística e a toponímia da cidade de Maputo”, da professora Sarita Monjane Henriksen, traz uma análise da paisagem linguística da Cidade de Maputo, olhando com particular atenção para as mudanças na sua toponímia, verificadas como resultado das transformações políticas, ideológicas e sociais ocorridas na sociedade moçambicana ao longo dos tempos. O estudo argumenta que as áreas da toponímia e da paisagem linguística apresentam um potencial pedagógico e valor didático significativos e incontornáveis para várias áreas do conhecimento. Neste estudo, foi possível observar tanto semelhanças quanto diferenças na paisagem linguística da cidade, especialmente quando se comparam as influências das línguas nacionais, do português e das línguas estrangeiras, como o inglês e o chinês.

No capítulo 7, “Estudo de nomes próprios de escolas da cidade de Xai-Xai à luz da Onomástica: um contributo para a preservação de dados político-sócio-histórico-geográfico-culturais”, os professores Edson Tito Fafetine e Ângelo Américo Mauai analisam a toponímia das escolas da cidade de Xai-Xai (Moçambique) como forma de contribuir através da análise linguística, focada na lexicologia e morfologia, para o esclarecimento e resgate de alguns dados político-sócio-histórico-geográfico-culturais, ou fatos aparentemente perdidos, mas devidamente registrados nos nomes das escolas em estudo. Os dados obtidos revelaram que os nomes em estudo têm origem em línguas bantu e latinas; além disso, a denominação de cada Escola foi determinada por eventos históricos, posições e configurações geográficas, bem como fatores sociais e políticos.

O capítulo 8, “Contato linguístico em Angola: evidências de empobrecimento lexical das línguas angolanas”, do professor Sabino Sangombe Marcolino, mostra um grande uso de neologismos e em-

préstimos lexicais, devido à globalização e ao crescimento vertiginoso da ciência e da tecnologia, às interinfluências culturais. Empréstimos utilizados, inclusive, para designar conceitos já existentes na língua de destino. Grande parte dos empréstimos lexicais ocorrem naturalmente na comunicação oral e escrita dos angolanos em contextos informais, sendo inteligíveis por qualquer falante. O contato linguístico acaba sendo mais conflitual do que enriquecedor, pois essa realidade inaugura um mar de incertezas sobre o futuro das línguas angolanas.

O capítulo 9, “O contato do português com as línguas autóctones minoritárias em Angola: a (im)possibilidade de formação de neologismos de matriz externa”, da professora Queura Daniel Notícia Gouveia, trata do contato do português com as línguas autóctones existentes no território angolano, analisando, por um lado, a troca lexical entre a língua portuguesa e as línguas do grupo bantu, e a consequente formação de neologismos. Os métodos usados para este trabalho basearam-se na observação, bem como na pesquisa bibliográfica. Os autores recorreram, deste modo, a uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa. Da pesquisa se conclui que o contato linguístico é responsável pela interferência de elementos das línguas autóctones maioritárias do grupo bantu no português falado em Angola. Por via disso, o português angolano vai ganhando novas feições e criando uma identidade própria.

O capítulo 10, “Cartografia do léxico dos pescadores da praia do Chinga, Cabinda – Angola”, é de autoria dos professores Ezequiel Pedro José Bernardo e Alice Bernardete Malonda Loba e busca cartografar o léxico e a cultura dos pescadores artesanais da praia do Chinga utilizados durante a atividade pesqueira. Os dados obtidos da pesquisa demonstram a existência de uso de vocabulários em língua portuguesa e em língua ibinda, demonstrando um cenário sociolinguístico e socio-cultural específico à pesca artesanal praticada no Chinga. Da pesquisa se conclui que o fraco conhecimento e domínio da língua portuguesa

por parte de alguns pescadores também pode ser apontado como motivo do recurso à língua que melhor dominam, o ibinda.

O capítulo 11, “Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola”, de João Muteteca Naege, tem por objetivo discutir as diferentes perspectivas que podem ser adotadas para o ensino-aprendizagem do vocabulário. As propostas metodológicas em relação ao ensino-aprendizagem do vocabulário como a face exposta do léxico, ou léxico ativo, não são consensuais. Uma das finalidades é mostrar a importância da valorização e preservação das línguas nativas de Angola, que em função da oficialização do português como a única língua para a comunicação internacional, escolarização e do Estado, as línguas angolanas de matriz bantu e não bantu viram a sua importância diminuída. Da pesquisa se conclui que o ensino explícito do vocabulário deve ser feito tendo em atenção o contexto da palavra, pois permite que se ensine e o aluno aprenda o vocabulário com profundidade.

O capítulo 12, “Lexicografia eletrônica: proposta de criação de um modelo de dicionário eletrônico para o português de Angola”, de Gaudêncio Kimuenho, mostra como a tecnologia tem facilitado o acesso à informação e a produção de recursos didáticos, como dicionários. Como objetivo, é apresentado um modelo de dicionário eletrônico como recurso de ensino-aprendizagem e conservação do léxico do português de Angola. Trata-se de um modelo experimental, um *software* disponível apenas para sistema Windows. Pretende-se que tenha, numa primeira fase, um número de 5.000 verbetes de entradas. A produção de dicionário da variedade angolana é urgente para que possa contribuir bastante na educação formal.

No capítulo 13, “Empréstimos lexicais da língua kimbundu no português falado em Angola: um olhar sobre as obras literárias e manuais escolares”, de José Carvalho da Conceição Chipia, Leovigildo Domingos António e Mário João Afonso Muhongo, pretendeu-se des-

crever e demonstrar a ocorrência de empréstimos linguísticos-gramaticais de línguas angolanas, com particular realce ao kimbundu por ser a língua angolana com maior presença nos textos literários angolanos, o que se pode explicar pela natureza da própria historiografia literária angolana.

O capítulo 14, “Léxico de especialidade do subsistema de ensino superior em Angola: tendência para concepção de um dicionário terminológico”, de António Vicente Chicalo, tem por objetivo propor a concepção de um Dicionário Terminológico para o Subsistema de Ensino Superior em Angola, que visa garantir o controle das dinâmicas conceituais e terminológicas do domínio em análise. Para a concretização deste estudo, foi usado o paradigma qualitativo com suporte no método descritivo, através do software *AntConc*. A pesquisa chama a necessidade da produção de dicionários que mostram a realidade lexical do português de Angola.

O capítulo 15, “As marcas de angolanismos lexicais na variedade angolana: análise de *corpus*”, de José Baptista Adriano Victorino, discute sobre as marcas de angolanismos (advindos das línguas do grupo bantu) no português variante angolana identificadas nos textos (jornais *online*) da imprensa angolana e em obras de Boaventura Cardoso com o objetivo de descrever os angolanismos mais usados no português variante angolana. Estas unidades lexicais servem de amostra para comprovar que, de fato, o léxico do português variante angolana possui um conjunto de unidades lexicais que nos caracterizam. A pesquisa contribui para o conhecimento científico das unidades lexicais típicas no português falado em Angola que há muito se tem debatido sobre sua existência/inexistência.

No capítulo 16, “O léxico do português brasileiro no português falado em Angola: trocas lexicais do contato linguístico”, Larissa Rehem Gama e Alexandre António Timbane analisam a influência que uma língua pode ter sobre a outra, objetivando a influência do português

brasileiro no português angolano. Parte-se do princípio de que nenhuma língua é falada do mesmo jeito, a variação linguística é um fenómeno que ocorre em todos os idiomas, e que o português tem diversas variedades linguísticas onde são impressos fatores socioculturais e geográficos. O português brasileiro está presente no português angolano, especialmente no meio religioso, a partir das pregações, pois os angolanos buscam imitar o sotaque dos pastores brasileiros. A pesquisa possibilitou encontrar o apagamento do sotaque nas falas dos líderes e frequentadores da Igreja Universal. Devido às mídias nacionais de Angola exibirem uma grande gama de programas, novelas e músicas brasileiras, a sociedade angolana tem um convívio contínuo com o português brasileiro.

O capítulo 17, “Empréstimos de morfemas da língua cokwe para formação de novas unidades lexicais em português, caso da Lunda-Norte-Angola”, de José Corindo Muaquixe, tem por objetivo analisar o processo linguístico que dá origem às novas unidades lexicais em português. Os principais resultados apontam que há uma nova tendência linguística de formação de palavras, caracterizada pela incorporação de morfemas cokwe como “*ka*” e “*tfu*” (prefixos de diminuição em cokwe, expressam ideia de pequeno tamanho e indicam a redução), “*txi*”, “*lu*” e “*yi*” (prefixos que expressam intensificação) em palavras portuguesas, uma prática comum e recorrente em contextos informais. Esse processo linguístico reflete a construção de uma identidade linguística híbrida e a adaptação da língua portuguesa às necessidades comunicativas da comunidade local.

No capítulo 18, “A variação do léxico cokwe no seu espaço linguístico”, Albano Agostinho Eduardo procurou analisar o conhecimento linguístico por alunos da Escola Pedagógica da Lunda-Norte quanto à variação lexical nas províncias da Lunda-Norte e Moxico. A análise incidiu sobre as diferentes unidades lexicais usadas nas três províncias de implementação do Projeto de Apoio à Educação Bilíngue, tendo como referência a norma-padrão da Língua Nacional Cokwe pre-

dominante na zona centro (Lunda-Sul). O estudo permitiu confirmar a variação lexical nos espaços contíguos em relação à norma, assim como o enriquecimento da sinonímia, o que favorece a comunicação na região.

O capítulo 19, “Cultura e linguagem: reflexos da identidade angolana na obra ‘Os meus tios e seus Atongoko’”, do professor Fidel António José Fernando, resulta de uma pesquisa feita com o objetivo de indicar propostas para trabalhar os processos de inovação lexical, resultantes do contato do português com as línguas autóctones. A pesquisa demonstrou que a linguagem é uma parte essencial da identidade pessoal e social, pois a forma como uma pessoa fala pode refletir a sua identidade, seu gênero, etnia, classe social. A pesquisa fortalece a compreensão de que os neologismos não são apenas inovações linguísticas, mas também marcadores culturais legítimos, cuja valorização pode contribuir para uma maior inclusão e representatividade nas práticas educativas.

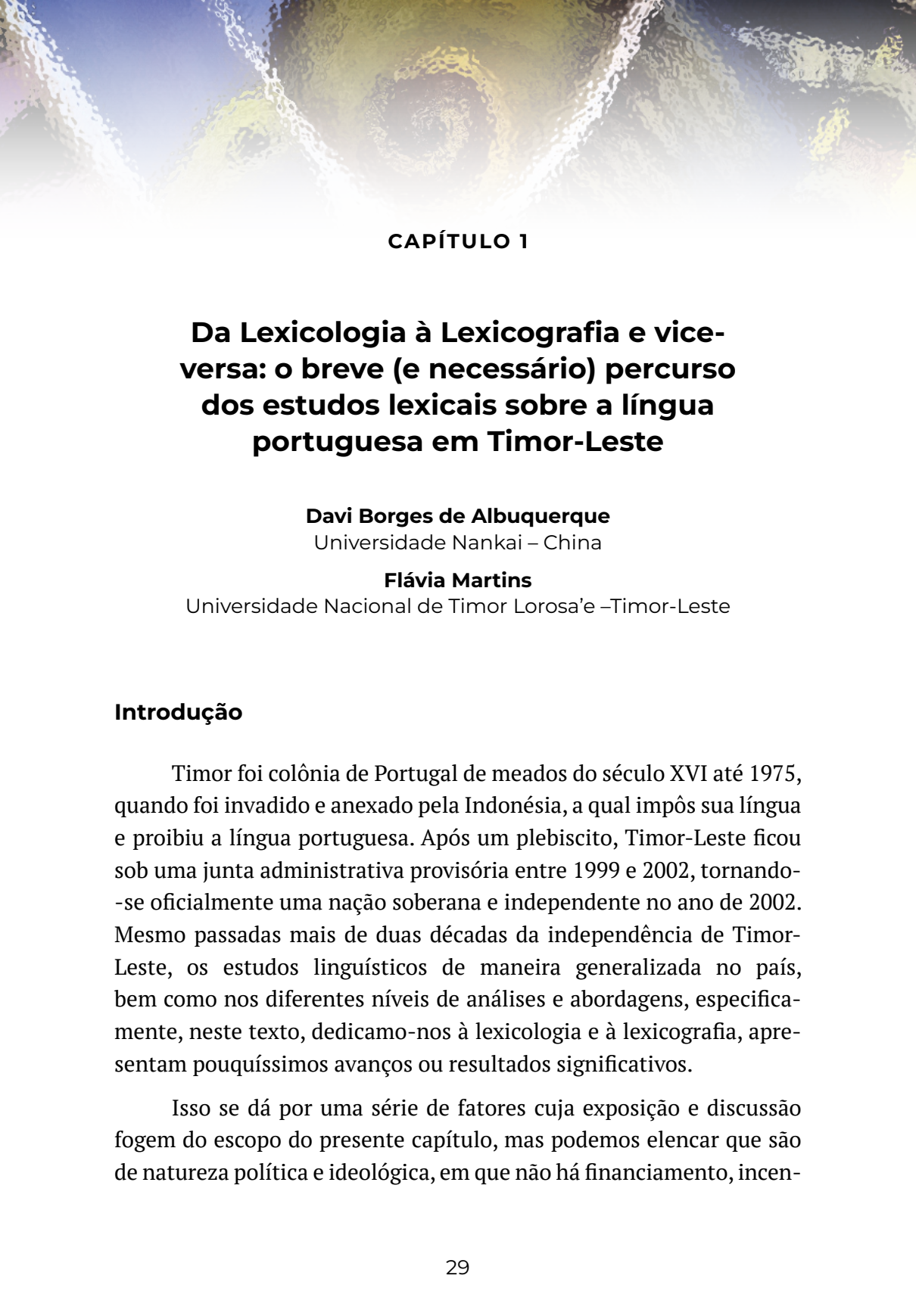
No capítulo 20, “Exploração do vocabulário nos manuais de português do I ciclo do ensino secundário em Angola: configurações e reflexões”, Arnaldo Ndumba mostra como o vocabulário joga um papel importante no processo de aprendizagem de domínios linguísticos, bem como se constitui como uma ferramenta para a compreensão e interpretação de tipologias textuais. Os resultados demonstraram que as atividades/exercícios que constituem os manuais são redutores, isto não ajuda os alunos a desenvolverem a sua competência lexical e estão limitados à sinonímia, antonímia deixando à parte outros elementos essenciais para o enriquecimento lexical. Da pesquisa se conclui que os manuais consultados apresentam propostas de atividades/exercícios que são bastante redutoras e não espelham as estratégias em que os professores possam se guiar para proporcionar o desenvolvimento das capacidades dos alunos no domínio da expressão escrita e expressão oral.

No último capítulo, isto é, capítulo 21, intitulado “O português de Angola: um olhar sobre as particularidades lexicais”, da autoria de Domingos Njamba Yeta, o autor apresenta a contribuição das línguas autóctones na particularização do português de Angola. Descreve-se o quadro atual de uso de léxico predominante no português de Angola e apresenta um conjunto de palavras que particularizam e predominam no léxico do português de Angola. O léxico, sendo a face mais evidente, busca identificar aspectos culturais de uma comunidade de fala. Por isso, é urgente refletir sobre o léxico do português angolano, reconhecer a sua importância na particularização do português de Angola e discutir a necessidade da normatização do português de Angola por meio da publicação de dicionários e gramáticas.

Chamamos a atenção dos leitores para o fato de que os autores destes capítulos são provenientes de diversos países da CPLP e escreveram utilizando as suas variedades de português. O português não é falado da mesma forma na CPLP, por isso temos a variação diatópica e diastrática. Não existe uma variedade superior a outra, não há uma hierarquia entre variedades, pois todas as variedades são importantes para as comunidades de fala. Acolhemos essas variedades sem preconceito, dando-lhes a voz necessária em favor da nossa língua, a Língua Portuguesa.

Elogiamos e incentivamos a escrita nas diversas variedades porque sabemos que não existem variedades superiores a outras. A presença dessas variedades nesta obra reforça os objetivos da sua organização. As variedades existem, estão sendo usadas no cotidiano das comunidades de fala e o que temos a fazer é respeitar e prestigiar essas variedades. Quanto à escrita, os textos foram editados no Acordo Ortográfico vigente na lusofonia. As citações diretas mantiveram a escrita da obra original.

Boa leitura!



CAPÍTULO 1

Da Lexicologia à Lexicografia e vice-versa: o breve (e necessário) percurso dos estudos lexicais sobre a língua portuguesa em Timor-Leste

Davi Borges de Albuquerque
Universidade Nankai – China

Flávia Martins
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e –Timor-Leste

Introdução

Timor foi colônia de Portugal de meados do século XVI até 1975, quando foi invadido e anexado pela Indonésia, a qual impôs sua língua e proibiu a língua portuguesa. Após um plebiscito, Timor-Leste ficou sob uma junta administrativa provisória entre 1999 e 2002, tornando-se oficialmente uma nação soberana e independente no ano de 2002. Mesmo passadas mais de duas décadas da independência de Timor-Leste, os estudos linguísticos de maneira generalizada no país, bem como nos diferentes níveis de análises e abordagens, especificamente, neste texto, dedicamo-nos à lexicologia e à lexicografia, apresentam pouquíssimos avanços ou resultados significativos.

Isso se dá por uma série de fatores cuja exposição e discussão fogem do escopo do presente capítulo, mas podemos elencar que são de natureza política e ideológica, em que não há financiamento, incen-

tivo e/ou valorização da pesquisa linguística; há uma visão idealizada, romântica e preconceituosa em relação às concepções e do que se entende por ‘língua’, ‘gramática’ e ‘ensino’²; consequentemente, há um enaltecimento equivocado da norma europeia e do Português Europeu Padrão e, da mesma maneira, uma confusão entre a pesquisa linguística e questões gramaticais e pedagógicas.

No mesmo ano de 2002, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste instituiu a língua portuguesa e a língua tétum (na variedade tétum-praça) como línguas oficiais do país (art. 13º, nº 1), as línguas inglesa e indonésia são aceitas como línguas de trabalho (art. 159º), enquanto as demais línguas locais são denominadas apenas de ‘línguas nacionais’ e há apenas uma menção escassa a elas (art. 13º, nº 2). Posteriormente, em 2004, o Decreto do Governo nº 1/2004 registrou, entre outras coisas, a ortografia oficial para o tétum-praça, a qual é questionada até a atualidade, bem como o papel do Instituto Nacional de Linguística (INL) junto às línguas nacionais, o que também não foi posto em prática até os dias de hoje³.

Diante dos problemas e da exiguidade de publicações a respeito das línguas faladas em Timor-Leste, este trabalho tem como objetivo fazer uma pequena contribuição exatamente para chamar atenção dos desafios existentes, levantar alguns questionamentos sobre a situação em que se encontra os estudos e práticas linguísticas em Timor-Leste e conduzir uma análise inicial sobre o léxico do português falado pelos leste-timorenses. Assim, nosso objetivo é analisar o léxico do português falado em Timor-Leste, destacando-se a verificação de aspectos inovadores, variáveis e certas mudanças linguísticas para que se possa apresentar contribuições futuras ao debate de que se trata de estágios iniciais de aquisição/aprendizagem de uma L2,

2 Albuquerque (2022) investigou esses temas com ênfase nas atitudes linguísticas.

3 Há outros órgãos e instituições que têm algum papel relevante em questões de ensino de línguas, língua e linguística em Timor-Leste. Para um panorama daqueles, ver Albuquerque e Ramos (2020).

de interferências das L1 locais, ou tendências universais da aquisição do português.

Digno de nota é que não entraremos aqui na contenda sobre o português vernáculo de Timor-Leste se tratar de uma variedade específica, em formação/construção, não dominante etc., ou se apenas consiste em tendências universais do processo de aquisição/aprendizagem de uma L2/LE. Assim, referimo-nos no decorrer deste trabalho somente a formas como ‘português em Timor-Leste’, ‘português falado pelos leste-timorenses’, entre outras construções para mencionar a língua portuguesa usada em Timor-Leste pelos falantes locais do país em suas modalidades oral ou escrita, bem como aos dados coletados por nós.

Contudo, nossa hipótese é a de que esse português vernáculo apresenta certas inovações e variações, as quais poderão se tornar traços de uma possível variedade nacional ou local que se formará no futuro. Desta maneira, após esta breve introdução, há uma revisão bibliográfica sobre o tema aqui abordado, em (1); depois, discorremos a respeito da metodologia utilizada neste trabalho, em (2); seguida pela apresentação dos resultados e sua discussão, em (3). Finalmente, elaboramos as considerações finais, em (4).

1 O percurso lexicológico e lexicográfico: uma revisão bibliográfica

É possível afirmar que os estudos pioneiros sobre as línguas de Timor-Leste datam da segunda metade do século XVIII (Hull, 1998), porém, mesmo com dois séculos de existência, ainda não se tem conhecimento exato do total de línguas faladas no país, tampouco de sua correta distribuição pelo território. As tentativas mais atuais começaram com Hull (2001a, 2001b), que elaborou um estudo dialetológico e histórico-comparativo; Albuquerque (2009, 2010, 2011a) aponta algumas características históricas, ecolinguísticas e descritivas;

Williams-van Klinken e Williams (2010) apresentam um mapa amplo e complexo com base no último recenseamento do governo de Timor-Leste; já Edwards (2018) apresenta um mapa mais atualizado; enquanto Ramos e Carmo (2020) verificaram que não há uma correspondência linear entre área geográfica e língua materna em muitos cenários de Timor-Leste devido ao caráter multilíngue do país⁴.

Dito isto, em Hull (1998) e Cardoso (2017), os autores conduziram estudos bibliográficos sobre as línguas de Timor-Leste e neles é possível observar a predominância de obras lexicográficas desde o século XVIII, conforme afirmamos anteriormente. As primeiras publicações dessas línguas foram exatamente glossários, vocabulários e dicionários produzidos por viajantes, naturalistas e padres de nacionalidades distintas. Essa tradição lexicográfica se estendeu por todo o século XIX até o início do século XX, destacando-se contribuições valiosas, como o *Dicionário de Português-Tétum* (Silva, 1889), o *Diccionario Portuguez-Galoli* (Silva, 1905) e o *Diccionario Teto-Português* (Dores, 1907).

Recentemente, observamos a publicação de diferentes tipos de dicionários com qualidade significativa e voltados para públicos-alvo específicos, como o *Dicionário de Tétum-Português* (Costa, 2000), que se tornou um símbolo nacional, como um dicionário pioneiro, escrito por cidadão leste-timorense e que apresenta dados mais conservadores da língua tétum (o tétum falado por idosos e de regiões mais isoladas), ganhando até uma edição de bolso; o *Dicionário Português-Tétum* (Instituto Camões-Díli, 2015), que foi elaborado por uma equipe de professores e especialistas leste-timorenses, apresentando um grande número de entradas (mais de 15.000), mas com uma microestrutura simplificada, voltada para os aprendizes iniciantes ou intermediários; finalmente, o *Dicionário Português-Tétum e Tétum-Português* (2017),

4 Devido à inexatidão comentada por nós, abstermo-nos de reproduzir aqui tais mapas ou de tecer alguma análise nossa, já que isto não é o objetivo deste estudo. Remetemos os leitores interessados nesse tema a consultar as bibliografias citadas.

apresenta macroestrutura e microestrutura semelhante ao anterior, a diferença é que possui um número reduzido de entradas, porém com a definição nas duas línguas.

A respeito da lexicologia do português falado em Timor-Leste, da mesma maneira que reiteramos no decorrer deste texto, ainda pouco se sabe. As primeiras publicações são recentes, sendo possível datar os trabalhos de Thomaz (1974), no qual o autor apresenta uma longa análise histórica, social e linguística sobre o que chamou de “português da praça de Dili”, termo recorrente da época para se referir à língua portuguesa falada em Timor-Leste; em seus trabalhos seguintes, deu continuidade à sua investigação, ocupando-se de questões históricas e sociolinguísticas, em Thomaz (1985, 2002), bem como do léxico do português falado em Timor (Thomaz, 1995, 2002).

Em Costa (1995), há uma nota em que o autor procura diferenciar o português falado pelos leste-timorenses como uma provável variedade, com suas peculiaridades, caracterizando-se como distinta da norma-padrão do Português Europeu. Baxter (1996) apresenta um amplo panorama da língua portuguesa na Ásia, contendo uma parte longa dedicada à língua portuguesa em Timor-Leste, na qual o autor apresenta alguns dados fonético-fonológicos, morfossintáticos, semânticos e lexicais.

Nos últimos anos, Carvalho (2001, 2002/2003) dedicou-se ao estudo do léxico do português falado em Timor-Leste, pesquisando a antroponímica leste-timorense (2001) e elaborando um *corpus* em que baseou várias outras de suas conclusões a respeito do léxico (2002, 2003), chegando a apontar traços em comum do PTL com os crioulos portugueses asiáticos, e Albuquerque (2011a) apresenta um panorama linguístico do português falado pelos leste-timorenses, bem como publicou dois estudos onde analisou especificamente questões lexicais e semânticas (Albuquerque, 2011b, 2012), e retomou seus dados e re-

sultados lexicológicos em estudos mais amplos dedicados ao português em Timor-Leste (Albuquerque, 2014a, 2024).

Conforme pode ser visto nesta breve revisão bibliográfica, o percurso dos estudos lexicológicos e lexicográficos em Timor é recente e irregular. Em relação à lexicografia, esta apresentou um começo próspero, principalmente no final do século XIX e início do XX, porém não foi mantida, sendo descontinuada por motivos políticos e ideológicos (principalmente por causa da dominação indonésia) e retomada apenas nos últimos anos. Ainda, os dicionários mais recentes, apesar de serem publicações importantes, possuem uma série de limitações (particularmente o fato de serem dicionários mais simples voltados para os aprendizes de português), que devem ser trabalhadas a fim de serem superadas futuramente.

Outro problema aparece com os estudos lexicológicos, os quais, a nosso ver, deveriam ter sido conduzidos antes das empreitadas lexicográficas com o objetivo de se ter um melhor conhecimento sobre o léxico da língua portuguesa, bem como das particularidades do português falado na Ásia, especialmente em Timor. Isso, contudo, não ocorreu, visto que as investigações sobre o léxico do português falado pelos timorenses surgiram somente há poucas décadas e os resultados alcançados ainda permanecem reduzidos e introdutórios, apresentando alguns breves comentários sobre palavras consideradas como típicas de Timor-Leste, observando em tais itens lexicais e/ou os classificando em relação a mudanças semânticas, empréstimos ou retenções do português de séculos anteriores.

Por esses motivos é que afirmamos que o percurso feito pelos estudiosos (e pelos estudos) do léxico em Timor-Leste tomou uma direção contrária, começando pela lexicografia e somente posteriormente é que se preocupou com a lexicologia. No entanto, apesar deste e dos outros problemas aqui expostos, consideramos tal percurso necessário para um melhor conhecimento, contribuições significativas

e promessas de desenvolvimento para pesquisas/investigações futuras em Timor-Leste.

2 Metodologia, resultados e discussões dos dados

O presente estudo apresenta duas metodologias distintas, bem como dois processos diferentes de coleta de dados. A primeira delas, que está associada à coleta de dados mais antigos, trata-se de dados linguísticos coletados *in loco* e separadamente pelos autores em anos anteriores, seguindo os parâmetros mais atuais sobre o trabalho de campo em linguística, bem como já foram utilizados em trabalhos anteriores.

A segunda metodologia e grupo de dados consistem numa coleta original e específica para este estudo. A metodologia utilizada nesse grupo foi uma entrevista estruturada com base num questionário contendo 18 perguntas com informações pessoais do participante, junto a questões sobre vocabulário, uso de palavras, percepções e atitudes sobre empregos de palavras, uso de dicionários e a avaliação dos consulentes sobre os dicionários usados.

As entrevistas têm duração média de 10 minutos cada e selecionamos 4 participantes leste-timorenses, sendo 2 homens e 2 mulheres, todos apresentando alta escolaridade, já que são professores de língua portuguesa ou de tétum-praça. Ademais, os participantes vêm de diferentes gerações: um da geração dos anos 1940 e outro da geração dos anos 1960, enquanto as mulheres são da geração dos anos 1980.

3 Resultados e discussão: breve introdução aos estudos lexicológicos do português falado em Timor-Leste e sua interface com a fonética-fonologia

Inicialmente, é importante destacar as informações sobre os contextos de uso da língua portuguesa fornecidas pelos partici-

pantes. Todos eles afirmaram que falam português no trabalho tanto com os demais colegas leste-timorenses, os quais também conhecem essa língua, quanto com outros profissionais naturais de outros países da CPLP, residentes em Timor-Leste. Ainda, em casa eles disseram que falam a língua portuguesa com os mais velhos, os pares ou cônjuge quando querem expressar algo que os mais jovens não podem saber, ou seja, assuntos específicos (particular, íntimo, secreto), já que se pressupõe que as habilidades linguísticas em português dos jovens sejam reduzidas ou, em alguns casos particulares, inexistentes.

Atualmente, estes casos estão limitados a regiões isoladas do país, bem como à população pobre e/ou não escolarizada, fazendo com que esses cidadãos fiquem restritos a suas respectivas L1, tendo contato somente com o tétum-praça, como L2, sendo expostos a um *input* mínimo de indonésio, e o português e o inglês não têm influência ou presença alguma nesses locais. De acordo com o último censo do país, em 2015, esta parcela da população leste-timorense é de 39%, o que representa mais de 400.000 pessoas (DGE, 2017).

Outra informação significativa fornecida pelos participantes é que eles não têm o mesmo conhecimento no uso de vocabulário quando estão a conversar com pessoas da mesma geração ou de diferente geração, mas que apresentam um grau maior de proficiência. O participante da geração dos anos 1940 declarou que em casa falava português com sua esposa, porque ambos são da mesma geração, mas com as crianças da comunidade ou com os filhos não utilizava essa língua, visto que eles não sabem interagir nela.

Outrossim, o mesmo participante afirmou ter colegas e amigos que têm a língua portuguesa como L1, neste caso, portugueses e brasileiros, assim há diversas oportunidades para o uso do português tanto no trabalho, como fora dele em diversas situações de interações sociais: ruas, lojas, praia, eventos, festas etc. De maneira distinta, os demais participantes, ou seja, os outros três, só aprenderam a falar

português no período pós-independência. Eles aprenderam o português nos diversos cursos, programas, projetos e ações realizados pelos portugueses e brasileiros após o ano de 2002, data da independência de Timor-Leste⁵, portanto, esses participantes apresentam certas limitações no processo de ensino-aprendizagem de português, destacando-se aqui um léxico individual reduzido.

Entendemos aqui ‘léxico’ como “o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua”, enquanto “vocabulário é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades” (Biderman, 1996, p. 32). Utilizamos tal definição de Biderman (1996) pelo fato de a autora destacar a relação entre léxico e vocabulário. Daí retiramos o conceito e a distinção proposta por Genouvrier e Peytard (1974) entre ‘léxico geral’ que, *grosso modo*, é similar à definição de léxico de Biderman (1996) e ‘léxico individual’, que é definido como o conjunto de vocábulos que o aprendiz conhece a respeito da língua-alvo.

Desta maneira, é possível expandirmos esta análise para a maior parte da população leste-timorense que nasceu a partir da década de 1970, pois tais gerações não tiveram mais contato, ensino ou situações interacionais/comunicacionais espontâneas em língua portuguesa, com este cenário sendo modificado e desenvolvido paulatinamente somente no período pós-independência. Assim, apontamos que parte dos falantes leste-timorenses de português possuem desafios e características similares àqueles com que aprendizes se deparam ao aprender uma LE, especificamente, no caso aqui descrito, apresentam um léxico individual, ora reconhecido como vocabulário, diminuído, bem como influências da L1 ou de outras línguas na fonética, na semântica e até no uso (morfofossintaxe) de alguns itens lexicais.

Ainda faltam pesquisas dedicadas a mapear ou verificar quais são as influências específicas das L1 no português; como elas se dão; quais traços são selecionados pelos falantes; se tais influências per-

5 Em Albuquerque e Ramos (2020), os autores listam e comentam a respeito da atuação dos governos brasileiro e português na difusão e promoção da língua portuguesa em Timor-Leste.

sistem ou não; quais as relações e diferenças com processos de formação de interlíngua, fossilização, aprendizagem de LE etc. Remetemos aos interessados a um estudo inicial e recente dedicado às influências do tétum-praça na morfossintaxe do português escrito pelos leste-timorenses, que pode ser lido em Martins (2019). Somente investigações aprofundadas futuras conseguirão estabelecer se tais desvios permanecerão como casos de mudanças ou variações linguísticas, ou somente problemas na aquisição do português L2, ou, ainda, se poderão ser classificados como traços específicos de uma variedade do português formada em Timor-Leste.

Um ponto essencial que deve ser analisado é a existência de alguns itens lexicais mencionados pelos participantes como empregados por eles e exclusivos do português falado em Timor-Leste. Ainda, um dos participantes destacou que, além de faladas pelos leste-timorenses no dia a dia, estas palavras não estão registradas nos dicionários, por exemplo, *escolante*. A palavra *escolante*, usada pelos falantes leste-timorenses, refere-se a ‘alguém que é um estudante’ ou simplesmente ‘estudante’. Outra palavra apontada pelo mesmo participante é *estandarte*, que existe no PP com o significado de ‘bandeira, bandeirola’, enquanto os falantes leste-timorenses a empregam com o significado de ‘norma, padrão, regra’, sendo uma influência do vocábulo inglês *standard* e sua similaridade fonética com o pt. *estandarte*.

Ainda, é possível listar uma série de itens lexicais existentes na fala em português dos cidadãos leste-timorenses que se trata da influência do inglês no português; como mais outro exemplo, há a palavra *evaluation*, traduzida e usada em Timor-Leste como *avaliação*, e não como o PP ‘avaliação’, sendo que essa apresenta também um significado específico e distinto do inglês, referindo-se a um teste feito após uma atividade/exercício.

Neste caso aqui analisado, além dos processos de aquisição/aprendizagem de L2 e possíveis interferências da L1 dos falantes,

há também, de maneira clara, a presença do fenômeno de analogia linguística, envolvendo duas línguas (português e inglês) ou mais (português, inglês e indonésio, ou português, inglês, indonésio e a L1 dos falantes), bem como uma interface entre os diferentes níveis de análise linguística e os tipos de analogia, já que se tratam de analogias fonética, morfológica e semântica para a criação/mudança lexical desses novos vocábulos⁶.

Isso está de acordo com os estudos de Albuquerque (2014a, 2024), nos quais o autor apontou a influência léxico-semântica do inglês tanto no português em Timor-Leste como no tétum-praça e demais línguas nacionais. Ainda, o autor enfatiza que tal influência vem inicialmente do indonésio, que tem a língua inglesa como fonte de empréstimos e demais itens de renovação lexical, e nos últimos anos vem recebendo um reforço diretamente do inglês devido à influência anglófona no mundo atual. Em Albuquerque (2024, p. 257-260), o autor lista exemplos como:

1. Itens lexicais em geral

leaders ‘líderes’, *usb* ‘pendrive’, *pc* ~ *computer* ‘computador’, *fotokopi* ‘xerox, fotocópia’, *klasik* ‘clássico’, *komik* ‘engraçado’, *magnetik* ‘magnético’, *polisi* ‘polícia’, *snek* ‘lanche’;

2. Itens relacionados a jogos/videogames

level ‘nível do personagem’, *level up* ‘subir de nível do personagem’, *farm* (ing. *farm*) ‘desenvolver o personagem’, *game* ‘jogo’, *gamer* ‘jogador de videogame’, *character* ou *char* ‘personagem montado pelo jogador’, *server* ou *serv* ‘servidor da internet onde se localiza o jogo’, *keyboard* ‘teclado’, *key* ‘tecla’, *press* ‘apertar’.

Outra informação digna de nota é que alguns dos itens lexicais listados anteriormente podem ser pronunciados adaptados ao português, como *farmar* ou *char*, ou à L1 do falante, bem como pode ser man-

6 Compreendemos aqui analogia de acordo com os conceitos existentes nos estudos de gramática histórica e em Saussure (1972 [1916]).

tida a pronúncia anglófona, como em *usb* [jusˈbɪ] ou *pc* [pɪˈsi:]. Estes exemplos, contudo, não são amplamente usados pelos falantes leste-timorenses, estando limitados a grupos sociolinguísticos específicos, como falantes da geração dos anos 1960 a 1980, que foi escolarizada durante a dominação indonésia; falantes com baixa escolaridade; ou falantes mais jovens ainda, em idade escolar ou graduandos, principalmente em relação à influência do inglês e de um vocabulário mais tecnológico (videogames, internet, redes sociais).

Além do fato de esses itens lexicais não estarem documentados em dicionários, a maioria deles é de uso comum na oralidade dos falantes leste-timorenses tanto de alta escolaridade, quanto de baixa escolaridade. Tudo isso pode ser apontado como um argumento a favor de que esses e os demais casos, que virão a ser coletados e analisados em investigações futuras, poderão ser classificados como um léxico e um vocabulário do português falado em Timor-Leste, ou seja, palavras com mudanças fonéticas e semânticas que ocorreram somente com os falantes leste-timorenses.

Já que mencionamos anteriormente a relação entre questões fonético-fonológicas e os aspectos léxico-semânticos no português falado em Timor-Leste, vale a pena elaborarmos algumas observações sobre tal relação, tendo como base as referências existentes e os dados coletados por nós. O português falado pelos três participantes mais novos de nossa coleta apresenta traços característicos marcantes da influência das L1 dos respectivos falantes quando se trata da pronúncia. Conforme afirmamos em seção anterior, ainda que pouco se saiba a respeito das línguas nacionais leste-timorenses, é possível afirmar que os três participantes entrevistados eram de áreas geográficas distintas, a saber, um da ponta leste do país, uma da região central e outra do oeste, assim, consequentemente, a L1 de cada um também é diferente.

O participante da ponta leste do país, cuja L1 é a língua makasae⁷, possui realizações fonéticas do português distintas dos demais participantes, mas como eles possuem alta escolaridade acabam por não fazer tais marcações, que são influências de suas respectivas L1, quando em situações de fala controlada, apenas em falas espontâneas. Os outros participantes da pesquisa são falantes L1 da língua manbae⁸, porém observamos que tanto falantes de makasae como L1, quanto de manbae como L1 apresentam interferências da L1 em relação ao acento e na produção de alguns fonemas específicos, os quais discutimos a seguir.

As línguas nacionais de Timor-Leste apresentam, em sua maioria, uma tendência ao acento fixo, geralmente na penúltima sílaba, o que faz com que os falantes transfiram este traço de suas L1 para o português ao mesmo tempo em que realizam diferentes processos fonológicos. Desta maneira, encontramos exemplos como:

3.

monografia [mo.no.ˈgra.fja]

geografia [gew.ˈgra.fja]

4.

gráfico [gra.ˈfi.kw]

rápido [ra.ˈpi.dw]

[si.ˈka.ra ~ ˈsi.kra] ‘xícara’

5.

pátio [pa.ˈti.o]

núcleo [nu.ˈkle.o]

história [iʃ.to.ˈri.ɐ]

7 Língua de origem papuásica falada na parte leste de Timor-Leste.

8 Língua de origem austronésia falada na região central do país. O manbae, ao lado do makasae e do tétum-praça, estão entre as línguas com mais falantes em Timor-Leste.

Em (3), é possível explicar a mudança no acento devido ao fenômeno já comentado da transferência das L1 para o português do traço de acento fixo na penúltima sílaba, transformando-o como uma regra do português. Assim, algumas palavras oxítonas se tornam paroxítonas simplesmente pela mudança do acento. O mesmo se dá em (4), só que em relação às proparoxítonas, ocorrendo novamente a mudança do acento pelos falantes leste-timorenses da antepenúltima para a penúltima sílaba. Digno de nota é que esta mudança pode ser considerada uma inovação do português falado em Timor-Leste, já que está disseminada pelos falantes de todo o país e pertencentes a diferentes grupos sociolinguísticos, até mesmo falantes mais velhos e/ou com alta escolaridade, com a única diferença sendo que tais falantes reduzem o uso dessas inovações em situações formais e/ou de fala controlada.

Ademais, Albuquerque (2014b) dedicou um estudo a estes processos fonológicos, bem como mostrou suas relações com algumas línguas nacionais de Timor-Leste, sendo que, de acordo com a análise do autor, há uma série de processos fonológicos e outros fatores influenciando tais inovações, como peso silábico, extrametricidade, monotongação, ditongação, assimilação, dissimilação, metátese, acréscimo e apagamento de segmentos ou sílabas. Tal complexidade de processo e fatores pode ser vista nas inovações mostradas em (5), nas quais não se pode apontar apenas um único processo fonológico, bem como nos dados encontrados pelos diferentes autores, há um registro de variação, ocorrendo diferentes mudanças e, consequentemente, pronúncias dessas palavras, ora sendo bem distintas da norma europeia, ora bem semelhantes.

Outra interferência da L1 encontrada é a produção variável de alguns fonemas específicos, que foi observada em dados e publicações anteriores. Vale a pena acrescentar que no participante entrevistado especificamente para o trabalho atual, não se verificou muito tal interferência a nível fonético-fonológico pelo fato dele ser um profissional na área de Educação e ter alta escolaridade. Os fenômenos e mudanças

fonológicas encontradas em falantes de makasae L1 de baixa escolaridade são: [p] no lugar de /f/, como em (6); o [b] no lugar de /v/, como em (7); a presença de somente um rótico, o flap [r], pode causar problemas em alguns pares simples ou análogos, como em (8); há também a despalatalização de toda a série das quatro consoantes palatais do português, como em (9); e, por último, observou-se, em contrapartida, um caso único de palatalização diante de [i], como em (10):

6. /f/ > [p]

[plɔr] ‘flor’, [pran.ˈsɨf.ku] ‘Francisco’, [pi.lɔ.ˈmɛ.nɐ] ‘Filomena’

7. /v/ > [b]

[ˈbaʃ.ku] ‘Vasco’, [ba.ˈlen.tɐ] ‘valente’, [bi.ˈi.tɔr ~ bi.ˈtɔ.ɔr] ‘Vitor’

8. /R/ > somente [r]

[ˈka.ru] ‘caro’ ou ‘carro’

9. Despalatalização

[ˈsa.mɐ] ‘chama’, [za.nɛ.lɐ] ‘janela’, [ˈze.lu] ‘gelo’, [zɛʃ.ˈtɔ.ɔr] ‘gestor’,
[si.ˈka.ra ~ si.kra] ‘xícara’

10. Palatalização diante da vogal anterior fechada [i]:

[na.ʃiw.ˈna.al] ‘nacional’, [in.ter.na.ʃiw.ˈna.al] ‘internacional’

A língua manbae, por ser falada em uma extensa área central de Timor-Leste, apresenta uma grande variação dialetal, na qual há alguns desses dialetos, ou variedades, documentados, recebendo o nome específico do território em que são falados. Assim, em dados anteriores de falantes de manbae L1 de Ainaro, observou-se a africatização da oclusiva linguodental surda /t/ diante de vogais altas, seja a anterior /i/, seja a posterior /u/. Isto foi informado por um dos falantes, porém, só encontramos em uma única palavra ‘tia’ [tʃiɐ], provavelmente ocorrendo também em sua flexão ‘tio’ [tʃiw].

Contudo, tal processo ainda deve ser pesquisado em mais detalhes, já que pode ser recente devido a influências tanto do Português Brasileiro (PB), quanto do inglês por causa da presença dessas línguas

e variedades no dia a dia de Timor-Leste nos sistemas de ensino, TV, rádio, internet etc., bem como pode ser um processo em andamento ou já consolidado tipicamente do dialeto de Ainaro da língua manbae. Uma das entrevistadas para o presente trabalho é falante desse dialeto do manbae, porém ela tende a não realizar a africatação por ter vivido mais tempo na capital do país, Díli.

Finalmente, o último processo fonológico que podemos mencionar, e que apresenta relações com o léxico do português falado em Timor-Leste, é o ensurdecimento da oclusiva velar sonora /g/, sendo realizada como [k], bem como a oclusivação (fortição) da fricativa labiodental surda /f/ para a oclusiva bilabial surda [p]. Isto foi registrado no dialeto de Ermera da língua manbae, assim, encontramos apenas um exemplo do primeiro processo ([‘kran.dɐ] ‘grande’), mas um número maior para o segundo, como [k^ha.‘pɛ.ɛ ~ ka.‘pɛ] ‘café’, [pe.‘to] ‘feto’, [‘po.ru ~ ‘po.ro] ‘forro’, entre outros. Da mesma maneira que os processos apontados anteriormente, uma das participantes entrevistadas é falante do dialeto de manbae de Ermera como L1, porém realiza tais processos com pouca frequência, pois também foi criada na capital do país.

Digno de nota é que esses fenômenos, variações e processos fonológicos encontrados em nossos dados e analisados aqui já foram registrados por Thomaz em seus primeiros estudos que datam da década de 1970 sobre o português falado em Timor-Leste e retomados pelo autor em publicações subsequentes, conforme ele atesta:

Ao nível da fonética as transformações mais frequentes são as confusões de fonemas portugueses que se não opõem fonologicamente em *tétum* nem nas outras línguas timorenses: confusão de *p* e *f* e por vezes também do *b* (realizado *f* pelos falantes do *tétum*, *mambae* e *macassai*, *p* pelos do *búnac* e *tocodede*, *b* pelos *galóli*), redução de todas as sibilantes e chiantes (*c*, *z*, *ss*, *s*, *x*, *j*) e da africada *ch* à sibilante apical surda *s*, a única co-

nhecida das línguas de Timor, etc. (Thomaz, 2002, p. 153).

Outros autores, como Baxter (1996), Carvalho (2001) e Albuquerque (2011a, 2014b) também conduziram estudos de natureza fonético fonológica, apontando, de certa forma, uma constância e estabilidade na realização, produção e variação dos mesmos segmentos e processos fonológicos. A nosso ver, isso requer pesquisas futuras específicas com cada grupo falante de L1 diferentes, quais suas interferências no português falado por eles e se tais influências têm ligação com o processo de aprendizagem do português ou se se mantêm como uma característica do português falado por cada grupo específico, podendo virem a ser identificados como traços de uma variedade do português de Timor-Leste ainda em formação.

4 Conclusões

No presente capítulo apresentamos uma contribuição aos estudos lexicológicos do português usado em Timor-Leste, seja em sua modalidade oral, seja escrita. Para isso, fizemos uma revisão bibliográfica tanto da lexicologia, como também da lexicografia leste-timorenses, enfatizando o número reduzido de publicações e a necessidade de fazer mais investigações futuras.

O que sabemos até o momento com base nos estudos anteriores e nos dados reduzidos coletados é que parte das variações, mudanças e inovações no português em Timor-Leste tem sua origem nas tendências universais dos processos de aquisição/aprendizagem de L2/LE, enquanto a outra parte, a que foi analisada aqui, vem das interferências das L1 dos falantes. Destacamos, ainda, que os resultados encontrados e descritos aqui a partir dos dados mais atuais coletados especialmente para esta investigação são semelhantes aos apontados nos estudos anteriores.

Particularmente no que tange ao estudo do léxico do português em Timor-Leste, encontramos em nossos dados e na análise conduzida aqui inovações, variações e mudanças linguísticas que poderão fazer parte ou não serem mais usadas futuramente, fazendo parte de uma possível variedade nacional ou local do português, bem como, devido ao estágio inicial das pesquisas, também não podemos descartar a possibilidade da norma local se aproximar do Português Europeu ou até mesmo da língua portuguesa perder espaço nas décadas vindouras, seja por questões políticas, seja por questões econômicas ou de qualquer outra natureza.

Todavia, mesmo diante de incertezas, os resultados encontrados indicam que estamos indo na direção certa e que para um melhor conhecimento da situação linguística do país o que se mais necessita no momento são coisas simples, sendo incentivos em geral à pesquisa (valorização, emprego, reconhecimento, financiamento, projeto etc.) e vontade de se realizar tais pesquisas.

Desta maneira, reconhecemos as limitações deste estudo por ter coletado uma amostra de dados pequena, o que permitiu alcançarmos resultados pontuais, apesar de significativos. Deixamos, então, como sugestões de expansão e desenvolvimento para investigações vindouras o mapeamento do português falado por diferentes grupos sociolinguísticos, bem como pelos falantes de diferentes L1; uma coleta ampla de dados, atingindo grande parte do território e da população de Timor-Leste; e a elaboração de um amplo *corpus* com diferentes gêneros textuais. Essas sugestões poderão servir como base para os estudos lexicológicos, lexicográficos e linguísticos em geral para se ter um conhecimento científico, mais sólido e, da mesma maneira, pavimentar o caminho das pesquisas linguísticas nesta nação.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. Pré-história, história e contatos lingüísticos em Timor Leste. *Revista Domínios de Lingu@agem*, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 75-93, 2009.
- ALBUQUERQUE, D. As línguas de Timor Leste: perspectivas. *Revista Língua e Literatura*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 313-335, 2010.
- ALBUQUERQUE, D. O português de Timor Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente. *Revista Papia*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 65-82, 2011a.
- ALBUQUERQUE, D. O elemento luso-timorense no português de Timor-Leste. *Revista ReVEL: Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 17, p. 226-243, 2011b.
- ALBUQUERQUE, D. Especificidades do léxico do Português de Timor-Leste. *Revista Papia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 201-223, 2012.
- ALBUQUERQUE, D. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. 2014a. 362f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2014a.
- ALBUQUERQUE, D. Restrições métricas da língua tetun no português falado em Timor-Leste: o acento e a variação. In: MAGALHÃES, J. S. (org.). *Linguística in Focus 10*. Fonologia. Uberlândia: Ed. UFU, 2014b. p.73-90.
- ALBUQUERQUE, D. A interação intercultural em Timor-Leste: aspectos lingüísticos e ecológicos. *Revista Plural Pluriel*, Paris, v. 19, n. 2, p. 45-63, 2018.
- ALBUQUERQUE, D. O português como língua pluricêntrica e as atitudes lingüísticas de falantes em Timor-Leste. *Revista Caderno Seminal Digital*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 2022.
- ALBUQUERQUE, D. *A língua portuguesa falada em Timor-Leste: um estudo ecolinguístico*. Graz: PCL Press, 2024.
- ALBUQUERQUE, D.; RAMOS, R. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 9, n. 4, p. 76-105, 2020.
- BAXTER, A. Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific rim. In: WURM, S. A.; MÜHLHÄUSLER, P.; TYRON, D. T. (ed.). *Atlas of*

Languages of Intercultural Communication in the Pacific, Asia, and the Americas. Vol. 2. Berlim: Mouton de Gruyter, 1996. p. 299-338.

BIDERMAN, M. T. Léxico e vocabulário fundamental. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

CARDOSO, H. Descrições portuguesas das línguas de Timor-Leste na transição dos sécs. XIX e XX. *Revista Moderna Språk*, Estocolmo, v. 111, n. 1, p. 1-34, 2017.

CARVALHO, M. J. Timor Lorosa'e, características das línguas crioulas e do português conservado na zona – contribuição para a língua oficial. *Studies of Language and Cultures of East Timor*, Díli; Sydney, v. 4, p. 20-36, 2001.

CARVALHO, M. J. Aspectos lexicais do português usado em Timor Leste. *Studies of Language and Cultures of East Timor*, Díli; Sydney, v. 5, p. 25-40, 2002/2003.

COSTA, L. O português em Timor e o português de Timor. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 14, p. 51-52, 1995.

COSTA, L. *Dicionário de tétum-português*. Colaboração de Margarita Correia. Lisboa: Colibri, 2000.

DICIONÁRIO Português-Tétum e Tétum-Português. Porto: Porto Editora, 2017.

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Timor-Leste Population and Housing Census 2015*. Thematic Report, Vol. 11. Education Monograph 2017. Díli: RDTL/UNFPA/UNICEF, 2017.

DORES, R. *Diccionario teto-português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.

EDWARDS, O. Top-down historical phonology of Rote-Meto. *Journal of the Southeast Asian Linguistics Society*, Honolulu, v. 11, n. 1, p. 63-90, 2018.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Almedina, 1974.

HULL, G. The languages of Timor 1772-1997: a literature review. *Studies in languages and cultures of East Timor*, Díli; Sydney, v. 1, p. 1-38, 1998.

HULL, G. O mapa linguístico de Timor Leste: Uma orientação dialectológica. *Studies in languages and cultures of East Timor*, Díli; Sydney, v. 4, p. 1-19, 2001a.

HULL, G. A morphological overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in languages and cultures of East Timor*, Díli; Sydney, v. 4, p. 98-205, 2001b.

INSTITUTO CAMÕES-DÍLI. *Dicionário Português-Tétum*. Lisboa: Lidel, 2015.

MARTINS, F. *A construção do sintagma nominal do Português*. Um estudo sobre interferência morfosintática do Tétum na produção textual em Português. Díli: UNTL (Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL), 2019.

RAMOS, R.; CARMO, J. A língua portuguesa entre as línguas de Timor-Leste: um estudo de caso numa escola secundária timorense. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 443-463, 2020.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972 [1916].

SILVA, M. M. A. *Diccionario Portuguez-Galoli*. Macau: Typographia Mercantil, 1905.

SILVA, S. A. *Dicionário de Português-Tétum*. Macau: Tipografia do Seminário, 1889.

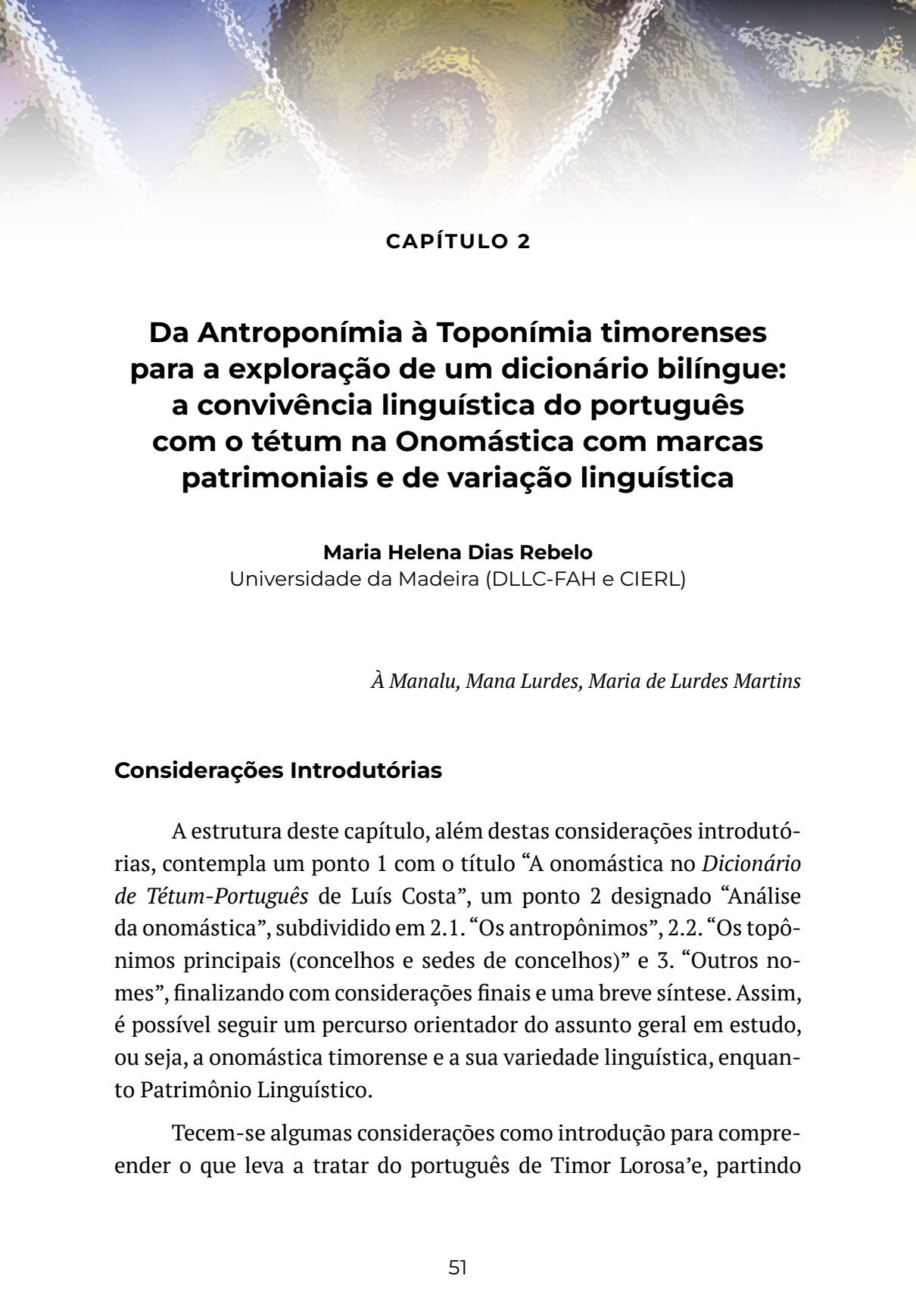
THOMAZ, L. F. Timor: Notas histórico-linguísticas. *Portugaliae Historica*, Lisboa, v. 2, p. 167-300, 1974.

THOMAZ, L. F. A língua portuguesa em Timor. In: *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, volume 1. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1985. p. 313-319.

THOMAZ, L. F. Elementos para um glossário luso-timorense. In: LOUREIRO, R. M. (ed.). *Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

THOMAZ, L. F. *Babel Loro Sa'e: o problema lingüístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C.; WILLIAMS, R. *Mapping the mother tongue in Timor-Leste: Who spoke what where in 2010*. Dili: Dili Institute of Technology, 2015. Disponível em: <http://www.tetundit.tl/Publications/Timor-Leste%20languages%202010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.



CAPÍTULO 2

Da Antroponímia à Toponímia timorenses para a exploração de um dicionário bilíngue: a convivência linguística do português com o tétum na Onomástica com marcas patrimoniais e de variação linguística

Maria Helena Dias Rebelo

Universidade da Madeira (DLLC-FAH e CIERL)

À Manalu, Mana Lurdes, Maria de Lurdes Martins

Considerações Introdutórias

A estrutura deste capítulo, além destas considerações introdutórias, contempla um ponto 1 com o título “A onomástica no *Dicionário de Tétum-Português* de Luís Costa”, um ponto 2 designado “Análise da onomástica”, subdividido em 2.1. “Os antropônimos”, 2.2. “Os topônimos principais (concelhos e sedes de concelhos)” e 3. “Outros nomes”, finalizando com considerações finais e uma breve síntese. Assim, é possível seguir um percurso orientador do assunto geral em estudo, ou seja, a onomástica timorense e a sua variedade linguística, enquanto Patrimônio Linguístico.

Tecem-se algumas considerações como introdução para compreender o que leva a tratar do português de Timor Lorosa’e, partindo

de Portugal. A relação portuguesa com parte oriental de Timor é ancestral, levando portugueses a irem da Europa à Ásia. A História explica esta viagem marítima portuguesa e os contatos com povos asiáticos. Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia e, a partir daí, outros territórios foram “descobertos” ou “achados”, conforme o ponto de vista. A ilha de Timor, habitada, foi um espaço de contatos entre populações europeias e asiáticas. A divisão histórica da ilha demonstra bem os interesses holandeses e portugueses por ela.

Como com esta viagem de descoberta do século XVI, estabeleceu-se uma relação pessoal com Timor Lorosa'e e os timorenses, em presença, no ano acadêmico de 1999-2000, após a declarada independência da ocupação indonésia e a vontade de se abrir ao mundo. Houve uma grande vontade de aprender português e Portugal contribuiu para que tal se concretizasse. O Português Língua Estrangeira – PLE (ou Português Língua Não Materna – PLNM) passou a ser uma realidade.

Em Timor Lorosa'e, instaram-se, no fim do ano acadêmico em Portugal, isto é, de junho a setembro de 2000, vários universitários portugueses, com o intuito de dar início à Universidade Timorense, mas verificou-se, antes de iniciar qualquer aprendizagem científica, que os jovens precisavam primeiro de aprender português, uma vez que a língua que usavam era o malaio, a língua da Indonésia, embora tivessem conhecimentos passivos da língua portuguesa porque os cânticos e grande parte das celebrações eucarísticas, das quais participam, são em português. Esta língua foi a manifestação clara da resistência da Igreja Católica Timorense face ao poder de Jacarta. Neste ambiente, ter a cargo três turmas de iniciação e uma substituição docente no nível avançado, numa iniciativa da Fundação das Universidades Portuguesas e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, fez com que se tivesse de ensinar português a quase uma centena de estudantes.

Durante essa vivência quotidiana dedicada ao ensino de PLE-PLNM, pela coordenação, deu-se continuidade de um programa de rádio existente para o ensino do português com tradução em tétum, a língua predominante em Timor Lorosa'e. Escreveu-se, igualmente, um diário a fim de dar a conhecer a vida quotidiana levada nesses meses. Depois desta experiência, à distância, mantiveram-se contatos pessoais com timorenses em Timor Lorosa'e e em Portugal, incluindo com especialistas sobre Timor Lorosa'e, como o Padre Doutor Aires Gameiro.

Foi também possível reencontrar antigos estudantes em Portugal, porque vieram estudar e foram ou ficando ou voltando. Além disso, receberam-se convites para contar a experiência em aulas. A experiência de ensino do português em Timor Lorosa'e aconteceu, por exemplo, para estudantes que se formavam para serem professores de Educação Básica. Também se receberam convites para palestras, como, por exemplo, Timor: uma terra – um povo. Uma experiência de ensino da Língua Portuguesa, Polo do Estreito de Câmara de Lobos da Escola Profissional Atlântico e Escola dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos, em 30-04-2010. Procedeu-se, também por convite à apresentação pública do livro *40 Dias Em Timor Lorosa'e: Uma Interpretação. Observações, Percepções e Análise de Lusofonia Emergente*, de Aires Gameiro (2012). Nesta sequência, publicou-se, no mesmo ano, “Uma Leitura do Livro 40 Dias em Timor Lorosa'e: Uma Interpretação. Observações, Percepções e Análise de Lusofonia Emergente” de Aires Gameiro, in *Revista Islenha* (2012). Em 2023, saiu “Apresentação: Planos e Razões de um Livro sobre Timor Lorosa'e”, in Aires Gameiro (2023).

Esta relação com Timor Lorosa'e fez com que se mantivesse interesse por tudo o que lhe estivesse relacionado. Daí a explicação para a publicação sobre a presença predominante do português, em vez do tétum, em alguma antroponímia (cf. Rebelo, 2023). No âmbito dos Estudos Linguísticos, tem-se dedicado alguma investigação à Onomástica, com trabalhos sobre Toponímia e Antroponímia, a ní-

vel arquipelágico madeirense, assim como noutros territórios. A presença da língua portuguesa em Timor Lorosa'e motivou este breve estudo que evidencia como patrimônio linguístico os antropônimos portugueses escolhidos por sucessivas gerações. Os nomes próprios e os apelidos têm revelado uma escolha pelo português, reconhecido no seio da comunidade como elemento identitário. Por oposição, os topônimos timorenses não apresentam influência portuguesa. A análise de uma lista de nomes de pessoas, enquanto documento real, faz sobressair a presença e o valor da língua portuguesa pelo contato linguístico entre povos, por razões históricas. Retomam-se, por razões práticas, os "Elementos dos compostos antroponômicos (palavras)" com a "Nota: A indicação (x) representa o número de ocorrências, independentemente da posição":

Adélia"(2x), "Aires", "Alcatere", "Almeida",
"Alves"(2x), "Amadeu", "Ana", "Antónia", "Apolinário",
"Araújo"(2x), "Armando", "Assis", "Assunção",
"Augusta", "B."(2x), "Babo", "Belo", "Bendita",
"Cabral", "Candido", "Caosta", "Carolina", "Carvalho",
"Castro", "Celestino", "Cepeda", "Cipriano", "Correia",
"Costa"(4x), "Cruz", "de"(da, do, dos), "Delfina",
"Deus", "Domingos", "Donabela", "Duarte", "e",
"Ernesto", F."(2x), "Fátima"(2x), "Faustino",
"Fernandes", "Fernando"(3x), "Francisco", "Frederico",
"Henriques", "Galucho", "Gomes", "Guilhermina",
"Jaime", "Januaário", "Jesus"(4x), "Joana", "José"(2x),
"Judite", "Júlio", "Juvenila", "Laranjeira", "Lopes",
"Luis"(2x), "Luisa", "M."(2x), "Madalena", "Magno",
"Maia", "Maria"(3x), "Mariano", "Marques", "Matos",
"Mendonça", "Miguel", "Moniz", "Moreira", "Nelson",
"Nuno", "Octávio", "Paula", "Pedro", "Pereira"(4x),
"Quintino", "R.", "Rangel", "Rêgo", "Ribeiro", "Ricardo",
"Rosário", "Rubem", "Santos", "Sarmento", "Sebastião",
"Sequeira"(2x), "Silva"(4x), "Silvia", "Soares"(5x),
"Teme", "Verdial", "Vieira", "Ximenes.

A Onomástica é uma das matérias estudadas pelo Patrimônio Linguístico (PL). Não existindo nenhuma definição, na publicação “Os Nomes das Receitas: um Patrimônio Linguístico Regional, Nacional ou Internacional? Uma Análise Lexical” (Rebello, 2016, p. 287), propôs-se a seguinte:

conjunto de bens verbais, orais e/ ou escritos, próprio de uma comunidade porque a identifica e distingue das restantes, nas suas formas de comunicar ou de viver a própria experiência. Manifesta-se a diversos níveis, nomeadamente fonético, fonológico, morfológico, lexical, semântico e sintático. Comporta várias vertentes relacionadas com a linguagem: geográfica, histórica, social e cultural. É transmitido de geração em geração e, se não o for, pode desaparecer. Deixando de ser utilizado pela comunidade deve ser preservado. Porém, os bens linguísticos comuns também se podem incrementar, pela produção ou aquisição contínua dos falantes herdeiros, que transmitirão às gerações futuras o que os antepassados lhes legaram, se o conservaram, e o que eles próprios criaram. É, portanto, um conjunto de bens (linguísticos) de uma comunidade em permanente dinâmica. Consequentemente, por um lado, ajuntar-se à ideia de passado, deve considerar-se a de presente. Por outro, o PL está em constante modificação, sendo enriquecido ou empobrecido, consoante os usos de uma geração que, claramente, o altera, no presente, antes de o legar à geração seguinte. Portanto, o PL é a herança linguística global de uma determinada comunidade (local, regional, nacional, internacional) que vai sendo renovada. Como é evidente, comporta, intrinsecamente, todas as áreas do agir humano, seja artesanato, lazer, cultura, etc. Não há, então, domínio humano que não tenha interesse ou não se relacione com Patrimônio Linguístico. Pela definição aqui proposta, associa-se PL a comunidades bem delimitadas. Embora possa ter um alcance

internacional ou nacional, é, sobretudo, a sua dimensão regional ou local que importa observar.

Assim, considerando o estudo da Onomástica, sobretudo da Antroponímia, para o Patrimônio Linguístico, em Timor Lorosa'e, pretende-se, aqui, dar conta da temática presente no *Dicionário de Tétum-Português*, de Costa (2000).

1 A onomástica no *Dicionário de Tétum-Português* de Luís Costa

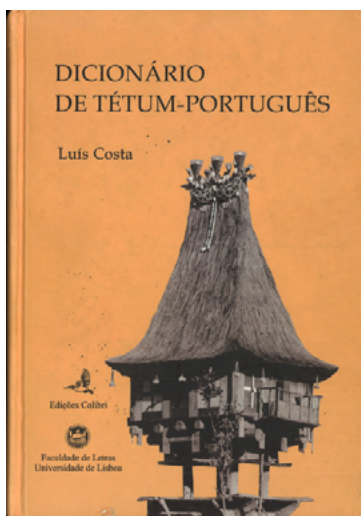
Por norma, num dicionário comum de uma língua, não se presume haver nomes próprios, que se encontram, nomeadamente em enciclopédias, ou em livros específicos de nomes próprios. Ora, o *Dicionário de Tétum-Português* de Luís Costa (cf. Figuras 1 e 2) que é bilíngue, tem em apêndice uma dimensão enciclopédica com o título “Apêndice de nomes próprios de língua tétum”.

Logo à partida, compreende-se que não terá a tradução portuguesa, já que, em princípio, os nomes próprios não se traduzem, embora se conheçam casos pontuais de tradução (New York – Nova Iorque, London – Londres, etc.). O “Apêndice” conta com 322 entradas “basicamente antropónimos e topónimos” (p. 336). Este é o assunto que importa explorar para compreender o quanto a Onomástica (antropônimos e topônimos) é relevante para o Patrimônio Linguístico. Aliás, na parte superior da contracapa (cf. Figura 2), encontra-se um excerto do texto introdutório à obra de Malaca Casteleiro, onde essa ligação ao PL é, por demais, realçada.

Na parte referente aos antropônimos, o autor do dicionário em análise indica que vai: “fornecer [...] um conjunto dos mais frequentes nomes femininos e masculinos [...] dado que os nomes próprios [em tétum] [...] pouco têm a ver, por exemplo, com os nomes portugueses e torna-se, frequentemente, impossível saber se o nome em causa

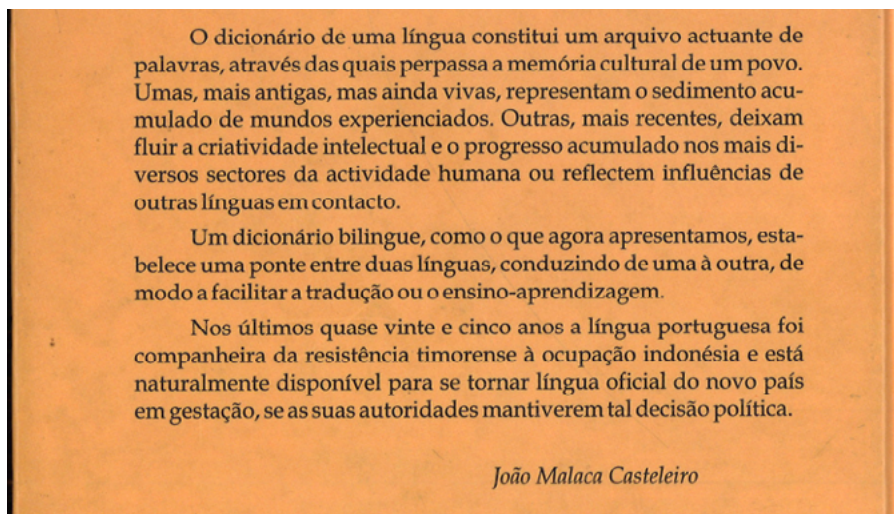
é um nome de mulher ou de homem” e quanto à lista de topônimos: “identificar minimamente o referente do nome em causa – cidade, região, reino, acidente geográfico, etc.”. Inclui ribeiras, montanhas, entre outros topônimos. Curiosamente, o autor reporta-se a outros nomes como “nomes de línguas faladas no território e nomes de divindades”. Habitualmente, os nomes das línguas estariam, no dicionário, com o vocabulário comum da língua, já que, em princípio, são nomes comuns. É interessante Luís Costa os considerar nomes próprios, figurando, portanto, no apêndice enciclopédico.

Figura 1 – Fotografia da capa do Dicionário



Fonte: A autora

Figura 2 – Fotografia de parte da capa do Dicionário



Fonte: A autora

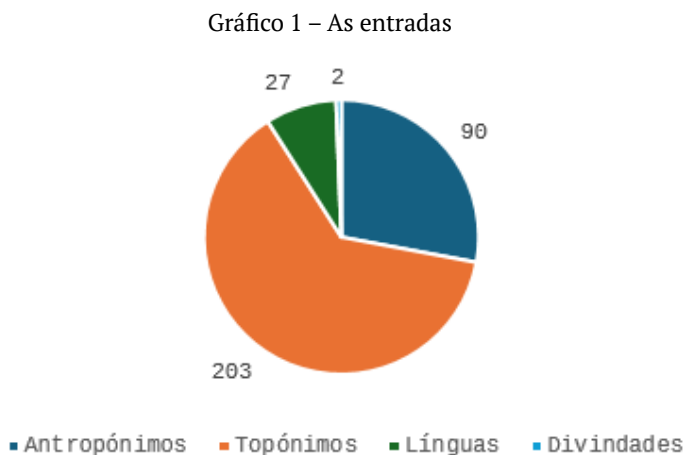
Na publicação *Além-Mar* (2001), a notícia breve sobre o Dicionário indica que constitui um arquivo actuante de palavras, através das quais perpassa a memória cultural de um povo. Ora, este ponto de vista é o do Patrimônio Linguístico, já que a língua herdada implica reconhecer a cultura do passado de um povo. Contudo, não deixa de ser intrigante o autor querer optar por uma grafia especificadora do tétum.

Depreende-se da listagem de entradas que, em termos de Ortografia (salvo para os antropônimos), o tétum segue uma escrita fonética diferente diferenciando-se, intencionalmente da escrita do português. Por exemplo, isso é claro com o uso do <k>, do apóstrofo ou do <h> com valor fonético. No sentido de observar e descrever os dados, dá-se conta do material em observação.

2 Análise da onomástica

Os antropônimos e os topônimos principais (concelhos e sedes de concelho) são os elementos essenciais do “Apêndice” constituído por mais de três centenas de entradas. Sintetizando a contagem, pode

observar-se isso mesmo no gráfico 1. Contabilizaram-se as entradas referentes aos antropônimos (90 no total), aos topônimos (com 203), às línguas (somam 27) e às divindades (2 entradas).



Fonte: Dados da pesquisa

Do conjunto, sobressaem os topônimos com 203 entradas, o que é um número considerável. Depois, seguem-se os antropônimos, com 90 entradas. As línguas, com 27 registos como entradas, ocupam o terceiro lugar dos conjuntos mais numerosos. Logo à partida, este número surpreende, quando se sabe que, com a independência, as autoridades timorenses escolheram como línguas o tétum e o português. Também suscita alguma curiosidade o reduzido número de nomes de divindades (2). Esperar-se-iam muitos mais, já que se sabe que, embora os timorenses sejam católicos, também têm uma religiosidade ancestral. A fim de explorar cada um destes conjuntos, tecem-se algumas considerações para cada um, relacionando as línguas com a toponímia, já que surgem em associação.

2.1 Os Antropônimos

As 90 entradas dos antropônimos contemplam nomes próprios e apelidos. Uns são exclusivos ou de homem ou de mulher, mas também

os há mistos, isto é, que servem tanto para homens como para mulheres. Contrariamente aos antropônimos que se encontram em enciclopédias, neste “Apêndice” não se registam nomes de individualidades, mas nomes soltos, como nos listados individualmente (Rebello, 2023).

Abaixo, identificam-se os masculinos e os femininos, assim como os mistos. No total, observa-se haver mais representação masculina (61 entradas) do que feminina (29 entradas). Não se compreende o critério de registo, embora se enuncie serem os nomes mais comuns, mas não deixa de ser curioso haver o dobro de nomes masculinos relativamente aos femininos. Assim, a listagem deste conjunto é a seguinte, por ordem alfabética, separando com hífen nome próprio e apelido quando têm afinidade:

a) Nomes Próprios e Apelidos Masculinos (61)

Bau–Bau**k**; *Belik*; Bou; *Bouru*;

Dahir; Dini–Dini**k**; DUÁN “*Corruptela do português João*”; DULI “*Corruptela do português Júlio*”;

Fahi–Fahi**k**; Funu–Funu**k**; Kai; Kalau; Kalohu;

Kati–Kati; Kau; Kehi; Kei–Kei**k**; Koli;

Laku; **Leki–Leki**; Lelo–Lelok; Leto; Loi; Louli;

Mali–Malik; Mau–Mau**k**;

Naha–Nahak;

Olo–Olo**k**;

Resi–Resi**k**;

Saluu; Sea–Sea**k**; Sera–Seran; x–Sina; Siri–Siri**k**; SUSÉ “*Corruptela de José*”;

Tahu; Teti–Teti**k**;

Ua’i–Ua’i**k**; Ua’e–Ua’e**k**; *Uka*; *Usu–Usu**k***

b) Nomes próprios e Apelidos Femininos (29)

Abu–Abu**k**;

Balo–Balok; *Belik*; *Bouru*; Bui;

Dau–Dau;

Ko’ar; Kolo; Kuu; Luruk;

Nae–Naek;

Ohar;

x–Riak;

Siba–Sibak; Sina; **Sose–Sose**;

Teli–Telik;

Udu–Uduk; *Uka*; *Usu–Usuk*

Uma vez listados os 90 nomes atribuídos às pessoas, apresentam-se diversas observações. Para os apelidos, destacam-se do conjunto duas construções repetidas: 1) ocorrência do nome próprio + outra ocorrência do nome próprio com **-k** no fim, como em “Balo–Balok” por exemplo. Registam-se vários casos com este procedimento. Supõe-se que possa haver uma gralha em “Sera–Seran”, já que em vez do **-k** surge **-n**. Esta forma de nome próprio e de apelido suscita interesse, já que a consoante final **-k** representa o nome de família. Na segunda construção, também frequente na listagem dos antropônimos, implica repetição. Assim, 2) repetição do nome próprio. Assinalaram-se a negrito na listagem, como, por exemplo, “**Kati–Kati**” ou “**Dau–Dau**”.

O número reduzido de nomes mistos (6 no total) é apresentado em itálico e revela que, afinal, os homens e as mulheres podem receber, por vezes, o mesmo nome. O sinal x indica que apenas foi registado o apelido, faltando na listagem o nome próprio. Embora os nomes sejam em tétum, registaram-se corruptelas do português. Colocaram-se estes casos com maiúscula. Evidenciam situações de variação linguística, já que o tétum retoma a língua portuguesa e isso é, igualmente, visível em algum léxico comum. Verifica-se que os antropônimos listados são maioritariamente dissilábicos. Em termos ortográficos, e sabendo-se que o tétum é uma língua que “não possui norma ortográfica” e com “pouca tradição escrita” (p. 12), destacam-se da listagem o

<k>, a marca do acento agudo, o apóstrofo e o <h> interior que corresponderá a [h] “glotal surda” (p. 23).

Se se compararem os 90 antropônimos listados por Luís Costa e os que foram assinalados acima (Rebelo, 2023) em “Elementos dos compostos antroponómicos (palavras)”, salienta-se que os antropônimos timorenses podem ser tanto em tétum como em português e as corruptelas evidenciam que há nomes portugueses identificados como sendo do tétum, como são os nomes masculinos (não houve exemplos para os femininos): “Duán” – corruptela do português João; “Duli” – corruptela do português Júlio; e “Susé” – corruptela de José. Poderá estar aqui implícita a dificuldade de articulação, em especial do <j>. Portanto, da comparação dos dois levantamentos de antropônimos em Timor Lorosa’e, ressalta que uns nomes são portugueses, outros em tétum e outros resultam em tétum do português. Registam-se nas duas listagens: “José” (2x)/“Susé” – corruptela de José e “Júlio”/“Duli” – corruptela do português Júlio.

Não sendo possível trazer nomes próprios de pessoas timorenses comuns para análise, devido à recomendação de pesquisa internacional para proteger as suas identidades, considerou-se pertinente olhar para os nomes dos presidentes da República Democrática de Timor Lorosa’e desde 2002. Por conseguinte, considera-se que dos três nomes existentes: **Xanana Gusmão**, **José Ramos-Horta** e **Taur Matan Ruak** é este último o que é, claramente, em tétum. Verifica-se, no entanto, que é o nome de guerra de **José Maria de Vasconcelos**. Portanto, parece que os antropônimos timorenses podem ser quer em português, quer em tétum. Como será com os topônimos?

Descobriu-se, há pouco tempo, uma publicação de Maria José Albarran de Carvalho (2003) dedicado aos antropônimos e a léxico geral timorenses como marcas de presença da língua portuguesa. A ligação deste território asiático com outros, onde ficaram antropônimos portugueses, é um trabalho comparativo empreendido. Apresenta

fenómenos fonéticos explicativos de “re-análise” de alguns nomes próprios portugueses. Nesse texto, figuram os antropônimos, nomes próprios e nomes de família de origem portuguesa quer em espaço timorense, quer, ainda, em “Malaca e Singapura”, “Goa e Moçambique” e “Flores e Oecusse”, entre outros. Este património de cariz linguístico foi observado e descrito com minúcia. A presença de nomes de origem portuguesa em Timor Lorosa’e é um facto incontestável, embora, como Luís Costa apontou, também haja nomes de outras origens linguísticas, como em tétum.

2.2 Os Topônimos principais (concelhos e sedes de concelhos)

Como se viu pelo gráfico 1, a toponímia comporta muitas entradas no “Apêndice” do dicionário de Luís Costa. Registam-se: nomes de bairros, a capital, concelhos, ilhas, ilhéus, lagoas, maciços, montes, montanhas, picos, planaltos, planícies, postos administrativos, povoação, região, ribeiras, sucus, etc. São 13 os concelhos de Timor Lorosa’e e, a nível de macrotoponímia, encontram-se assinalados em mapas (cf. Figuras 3, e também a 4, com mapas de Timor Lorosa’e).

Figura 3 – Mapa com os topónimos dos concelhos de Timor Lorosa’e



Fonte: <https://www.bing.com/images/>

Figura 4 – Mapa com toponímia de Timor Lorosa'e



Fonte: <https://www.bing.com/images/>

Não sendo viável, por razões óbvias, analisar, aqui, todos os topônimos listados por Luís Costa, opta-se por considerar os concelhos e as sedes de concelho. A fim de entender a escolha do dicionarista, comparam-se os seus registos com os dos mapas das figuras 3 e 4. Assim, na figura 4, os topónimos registados a vermelho correspondem aos 13 concelhos e os assinalados com círculo identificam as sedes de concelho. Em conjunto, totalizam 17 topônimos. Considerando este conjunto, sistematizam-se os dados, por ordem alfabética, colocando entre parêntesis, ao lado da forma toponímica do “Apêndice” enciclopédico do Dicionário, a forma toponímica dos mapas (cf. Figuras 3 e 4), quando haja diferenças:

Aileu; Ainaru (Ainaro ou Aináru);

Baukau (Baucau); Bobonaru (Bobonaro ou Bobonáru);

Dili (Díli);

Ermera;

Kova-Lima/Cova Lima;

Lautén (Lautém)/Lautem;

Likisá (Liquiçá)/Liquica; Lospalos;
Maliana; Manatutu (Manatato ou Manatútu); (Manufáhi)/Manufahi;
Oe-Kusi (Oecússi)/Oecussi;
Same;
Suai;
Uekeke (Viqueque)

Não restam dúvidas, se se cotejarem os topónimos registados no Dicionário e os presentes nos mapas das figuras 3 e 4, verifica-se que os mapeados seguem a grafia do português, o que não equivale à postura de Luís Costa, que preferiu uma representação gráfica distinta. Uma das maiores diferenças assinala-se em “Uekeke (Viqueque)”, sublinhe-se que, no entanto, na explicação dos topónimos, por vezes, o dicionarista também usa a grafia do português. Desta lista, são poucos os topónimos com uma grafia apenas, como, por exemplo, em “Ermera”.

Além de se reportar aos topónimos concelhios (e os concelhos são um evidente vestígio da divisão administrativa portuguesa), Luís Costa assinala o topónimo do território, revelando mudanças históricas no nome. Assim, o topónimo “Timor” remete para a “ilha”, enquanto “Timor Leste” é a “Antiga província dos Belos [...] dominada pelos portugueses, foi dividida em 13 Concelhos e 64 Postos Administrativos”. Quanto a “Timor Lorosa’e” é um “Novo país do Sudeste asiático. Antiga colónia portuguesa, ocupada pelos indonésios entre 1975 e 1999. Obteve a independência após a consulta popular de 30 de agosto de 1999, assinado entre a Organização das Nações Unidas e os governos de Portugal e da Indonésia”.

Os mapas das figuras 3 e 4 identificam o território como “Timor Sea” (portanto, Timor, na Figura 3) e como “Timor-Leste”/“Timor”/“Timur” (cf. Figura 4), o qualificativo, que surge no Dicionário. Portanto, o ponto de vista de Luís Costa não será consensual, mas fez pensar que talvez a designação “Timor Lorosa’e” pudesse resolver algumas divergên-

cias e foi a grafia que se escolheu seguir aqui. O dicionarista Luís Costa, em algumas explicações/informações (não podem ser consideradas “definições”, já que os topônimos não se definem) dos topônimos faculta dados etimológicos. Vejam-se os seguintes topônimos como exemplos:

- a) Ataúru – “tb conhecida por Pulau-Kámbing (ilha dos cabritos)”
- b) Baagia – “(Baguia) [...] A palavra Baagia é formada por *Baa*: cova e *gia*: em baixo (cova no sopé do monte)”
- c) Batu-Gadé – “(Bato-Gadé ou Bátu-Gadé) [...] \ O seu nome original é Fatu-Kadi: pedra de amolar”
- d) Maliana – “situa-se um fértil planalto, conhecido por Bibi-Maten (lit. Cabrito Morto)”
- e) Seisál – “(Seixal) [...] \ O seu nome original é Fesál (um estranho entre os naturais)
- f) Ua-Neti – “Lit. água no alto, em makasae [língua]”
- g) Uatu-Ba’i – Lit. pedra sagrada, em makasae [língua]”

Fica evidente que os topônimos timorenses têm influência de outras línguas, como a makasae identificada pelo autor. Há também vestígios de português, apontando para alguma variação na pronúncia, como em: “Mundu-Perdidu” – “(Mundo-Perdido) Imponente maciço de 1.763 m de altitude [...] \ Nome dado pelo governador Filomeno da Câmara quando se perdeu ao procurar, com a comitiva, uma espada oferecida pelos primeiros portugueses e considerada “lulik” pelos naturais”.

Luís Costa apresenta outros nomes ligados à toponímia com designações em 33 línguas e variedades idiomáticas. Como se disse, o dicionarista inclui os nomes das línguas no conjunto dos nomes próprios, em vez do de nomes comuns. As línguas com entrada própria, no “Apêndice”, são 27, mas há-as igualmente referidas noutras entradas. Para se ter a noção da diversidade linguística presente em Timor e da

sua presença na toponímia, contam-se e apresentam-se, por ordem alfabética:

Adabe “Língua falada em Ataúro”; Bai’kenu “Língua falada na região de Oecússi” (em Oe-Kusi); Bekais “Língua falada na região de Balibó”; Bunak/“búnak” (em Atabae, Bato-Gadé), (em Kailaku, Bobonaro), (em Lama-Kitu, Bobonaro), (em Maliana, Bobonaro) “Língua falada nas regiões de Bobonaro, Fátu-Lúli, Lebos, Zumalai”; Dadua “Língua falada na região de Lacló”; Duá “Língua falada na ilha de Ataúro”; Fataluku (em Lautén), (em Lospalos, Lautém) “Língua falada nas regiões de Fuiloro, Lautém, Lospalos, Tuto-Ala e Loré”, (em Fuiloro, Lautém), (em Tutu-Ala, Lautém); Galole ou Galolen (em Lakló, Manatuto), (em Laleia, Manatuto), (em Manatutu), (em Vemasi, Baucau) “língua falada nas regiões de Lacló, Laleia, Manatuto, Cribas, Vemassee e Metinaro”; Habu “Dialecto da língua uaimu’a, falada nas regiões de Uato-Lári, Ossu e Venilale.”; Kairui “Língua falada nessa região [Kairui]”; Kemak (em Atsabe, Ermera), (em Balibó, Bobonaro), (em Fatu-Besi), (em Fohorén), (em Hatulia, Ermera), (em Kailaku, Bobonaro), (em Kotu-Baba, Bátu-Gadé), (em Lebos, Bobonaro), (em Maliana, Bobonaro), (em Marobo, Maubara), (em Saniri, Bátu-Gadé) “língua falada nas regiões de Atsabe, Kailaco, Bobonaro”; Lakalei (em Bibi-Susu ou Bubu-Susu), (em Fahi-Nehan), (em Fatu-Berliu) “Língua falada nas regiões de Bibi-Susso, Fáhi-Néhan, Aituha, Teras e Turiscain”; Lolei “Língua falada nas regiões de Remexio e Laulara”; Makalere (em Iliomar, Lautém), (em Loré, Lautém) “língua falada na região de Iliômar”; Makasae (em Baagia, Baucau), (em Hosoro-Roa, Ossu), (em Kelikai, Baucau), (em Osú, Viqueque), (em Uatu-Karbau, Viqueque), (em Uatu-Lari, Viqueque), (em Vemasi, Baucau), (em Vinilale, Baucau) “Língua falada nas regiões de Baucau, Laga, Ossu, Uato-Lári, Vemassee, Venilale”; Manbae (em Ainaru), (em Ermera), (em Hatu-Builiku, Ainaro), (em Hatu-Udu, Ainaro), (em Hera, Díli), (em Lau-Lara, Díli), (em Metinaru, Díli), (em Turiskain, Same), (em Tutu-Luru, Manufáhi) “Língua falada nas regiões de Aileu, Ainaro, Ermera, Hatulia, Maubisse, Remexio, Railaco,

Same, Lete-Foho, Tíbar, Tuto-Lúru e Turiscain. Era a língua falada na região onde hoje se situa a cidade de Díli.”; Marai (em Kamnasa) “Variante da língua bunak”; Medíki (em Lakluta, Viqueque), (em Uatu-Lari, Viqueque), (em Vinilale, Baucau) “Língua falada em Uato-Lári, Venilale, Viqueque, Lacluta, Ossu e Vemassee”; Na-Nase “Língua falada na região de Lacló”; Naueti/“nauete” (em Luka, Viqueque), (em Uatu-Karbau, Viqueque) “Língua falada na região de Uato-Karbau, Uato-Lári e Baguia”; Nogo-Nogo “Língua falada na região de Hatulia e Ainaro”; Oso-Moko “Língua falada na região de Viqueque”; Rai-Eso “Língua falada na ilha de Ataúro”; Ra-Kluma “Língua falada na ilha e Ataúro”; Sa-Ane “Língua falada nas regiões de Lautém e Luro”; Tetun/“tétum” (em Balibó, Bobonaro), “comum a entoação sui generis” (em Bariki, Manatuto), (em Batu-Gadé, Bobonaro), (em Bibi-Leo, Luca), (em Bibi-Susu ou Bubu-Susu), tétum prasa (em Díli), (em Dílor), (em Fahi-Nehan), (em Fatu-Berliu), (em Fohorén), (em Klakuk, Fato-Berlio), (em Kotu-Baba, Bátu-Gadé), (em Ková, Bátu-Gadé), (em Lakluta, Viqueque), (em Lebos, Bobonaro), (em Luka, Viqueque), (em Maliana, Bobonaro), tétum erudito (em Samoro); tétum terik (em Suai, Kova-Lima), “fala-se tétum, com entoação própria” (em Uekeke/Viqueque) “Língua nacional de Timor Lorosa’e. Língua falada nas regiões de Alas, Balibó, Bato-Gadé, Luca, Samoro, Suai, Viqueque. Língua oficial da igreja católica de Timor Lorosa’e a partir de outubro de 1981”; Tokodede (em Likisá), (em Maubara, Liquiçá) “Língua falada em Maubara, Liquiçá, Bazar-Tete, Urmera e Tíbar”.

As línguas sem entrada, e, portanto, exclusivamente referidas em entradas toponímicas, são 6. Vêm mencionadas assim: “anke” (em Vinilale, Baucau); “idaté” (em Funar, Laclubar), (em Laklubar, Manatuto); “malaio” (em Díli); “português” (em Díli); “uaimaa” (em Fatu-Maka, Vemassee); uakae (em Balibó, Bobonaro). Além de todas estas precisões, Luís Costa incluiu algumas notas de cariz linguístico. Por exemplo, refere que Ataúro é uma ilha com 3 grupos linguísticos.

A componente toponímica na vertente enciclopédica do Dicionário é extremamente rica e a riqueza advém-lhe, em grande parte, da diversidade linguística existente no território. A multiculturalidade está presente no território e as 33 línguas apontadas serão uma manifestação desta evidência. Aliás, há uma vivência cultural ancestral pré-colonial. Como se sabe, o território era habitado bem antes da chegada dos europeus, nomeadamente dos portugueses. Portanto, é de esperar encontrar marcas antigas, porque uma cultura nunca acaba completamente – quando outra se lhe sobrepõe, há sempre vestígios que perduram.

3 Outros nomes

A vida do quotidiano é pautada por momentos espirituais. Por experiência, sabe-se da estreita ligação do povo com a Natureza. Por exemplo, na altura da lua cheia, na época quente, ouvem-se uns cânticos e uns batuques, que representam uma vivência religiosa que nada tem a ver com o Catolicismo, a fé, hoje, predominante. Seria de esperar que Luís Costa apresentasse um vasto leque de divindades, na componente enciclopédica do *Dicionário*, mas tal não aconteceu. Nos nomes não antropônimos, ocorrem duas entradas:

- a) Maromak – “Ente supremo; Deus (na concepção cristã)”
- b) Mota-Klalatak – “Via Láctea, Estrada de S. Tiago.|| Cf. Mota Leten”

A primeira referência aponta para uma divindade, mas a segunda não. Por que razão não se registam mais entradas? Porquê apenas estas duas? Não é possível responder a estas questões, mas presume-se que haveria bem mais nomes a incluir na listagem.

O poeta Rui Cinatti, que viveu alguns anos na ilha e conheceu de perto a realidade, por exemplo, em “Morte em Timor” (em Anexo 1) faz alusão a “ressuscitar as crenças vãs de outrora,/ os bosques sagrados onde o frio habita” compreendendo que, no passado, o povo

timorense estava mais ligado à Natureza. O animismo ainda perpassa e alguns gestos e crenças timorenses, mas foi, em parte, esquecido com a conversão ao Catolicismo pela maioria da população, segundo o censo populacional. É preciso também considerar que há muçulmanos e budistas no território.

4 Considerações finais

Para concluir, é possível enumerar algumas marcas do *Dicionário de Tétum-Português* de Luís Costa, quanto à componente onomástica. É possível dizer que tem as seguintes características:

- 1) Inclui uma vertente enciclopédica com valor linguístico patrimonial, o que não se esperaria de um dicionário bilíngue.
- 2) No conjunto onomástico, observa-se o predomínio de topônimos (63%), havendo muitas entradas com nomes de ribeiras, montes, montanhas, maciços, lagoas, etc.
- 3) Quanto aos concelhos e sedes de concelho, verifica-se que os nomes se apresentam sem influência portuguesa, mas com marca administrativa portuguesa da organização do território. A divisão em concelhos é, inquestionavelmente, uma influência portuguesa.
- 4) Para Luís Costa, “Timor”, “Timor-Leste” e “Timor Lorosa’e” correspondem a topônimos diferentes, representando momentos históricos distintos. Por isso, o último será o que estará em vigor. Contudo, tanto o primeiro como o penúltimo são, hoje, na comunidade portuguesa e internacional, bastante usados. Aliás, o topónimo mais comum, crê-se ser “Timor Leste” com ou sem hífen, havendo as duas grafias em concorrência.
- 5) No que se refere aos antropônimos, apresentam-se sem referentes concretos. Os nomes próprios e os nomes de família listados não identificam personalidades, como se esperaria numa enciclopédia. Surgem isolados e valem enquanto tal, como nomes masculinos, femininos ou mistos. Sobressaíram dos dados dois processos de forma-

ção dos apelidos: 1) acrescentar um “-k” ao nome próprio e 2) dobrar o nome próprio.

6) Predominam os nomes próprios e apelidos masculinos, sendo o dobro dos femininos. Registam-se alguns nomes mistos, ocorrendo, por isso, tanto para mulheres como para homens. A maioria dos antropônimos é dissilábica.

7) Na totalidade de entradas, assinala-se uma grande diversidade linguística existente no território. O autor refere 33 línguas. São estas todas mencionadas na vertente enciclopédica, havendo 27 com entrada própria. Portanto, os nomes das línguas são, de alguma forma, entendidos como nomes próprios, caso contrário figurariam no próprio corpo do Dicionário.

8) Registando-se unicamente um nome de divindade e outro para a Via Láctea, confirma-se que este conjunto de nomes próprios é insignificante.

9) A diferente ortografia entre tétum e português apresentada por Luís Costa pressupõe variação linguística, incluindo nos nomes portugueses existentes em tétum, como “João”, “José” e “Júlio”.

Em síntese, o “Dicionário de Tétum-Português” de Luís Costa é importante para compreender a toponímia e a antroponímia geral de Timor Lorosa’e. Seria fundamental averiguar se, 24 anos passados, após a sua publicação, a informação relacionada com a antroponímia e as línguas se mantém, assim como com a toponímia. Crê-se que seria útil, a nível identitário e cultural, mas também linguístico, completar a lista dos nomes das divindades timorenses.

Falta comparar a análise do “Apêndice” enciclopédico com a de outras obras semelhantes. É, portanto, necessário ampliar investigação sobre a toponímia e a antroponímia timorenses e a sua relação com a língua portuguesa. Torna-se indispensável continuar a trabalhar, no sentido de compreender a influência patrimonial portuguesa na onomástica timorense.

Referências

- ALÉM-MAR. *Notícia breve sobre o Dicionário de Tétum-Português*. fev. 2001.
- CARVALHO, M. J. A. de. Timor Lorosa'e e direcções desviantes do português conservado/incompletamente adquirido na zona: contributos para a aprendizagem da língua oficial. *Palavras*, Lisboa, n. 23, p. 48-69, 2003. Associação de Professores de Português.
- COSTA, L. *Dicionário de Tétum-Português*. Lisboa: Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- GAMEIRO, A. *Timor Lorosa'e: uma interpretação: observações, percepções e análise de lusofonia emergente de Aires Gameiro*. [S. l.]: Pearlbook, 2012.
- GAMEIRO, A. *50 dias por Timor Lorosa'e a desvendar o código da sua identidade: observações, percepções e análise de lusofonia emergente*. Lisboa: Lisbon Press, 2023.
- REBELO, H. *Diário de Timor*. Universidade da Madeira, 2000. Disponível em: http://www3.uma.pt/Publicacoes/timor/viagem_sem11.php. Acesso em: 12 dez. 2024.
- REBELO, H. Uma leitura do livro 40 dias em Timor Leste: uma interpretação. observações, percepções e análise de lusofonia emergente de Aires Gameiro. *Revista Islenha*, Funchal: DRAC, n. 51, p. 150-160, jul./dez. 2012.
- REBELO, H. Os nomes das receitas: um património linguístico regional, nacional ou internacional? Uma análise lexical. In: PINHEIRO, J.; SOARES, C. (org.). *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2016. p. 283-312.
- REBELO, H. Apresentação: planos e razões de um livro sobre Timor Leste. In: GAMEIRO, A. (org.). *50 dias por Timor Lorosa'e a desvendar o código da sua identidade: observações, percepções e análise de lusofonia emergente*. Lisboa: Lisbon Press, 2023. p. 15-31.
- REBELO, H. Análise de uma amostra de nomes próprios portugueses em Timor Lorosa'e: Antroponímia, património linguístico e variação linguística. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Juiz de Fora, n. 40, p. 11-26, jul./dez.2023.

Anexo 1

O poeta compreendeu o quanto as pessoas estavam, na sua altura, afastadas das suas crenças antigas e, por isso, deixavam de encarar a Natureza como sagrada. Isso sobressai, por exemplo, do seguinte poema:

Morte em Timor

Sobre Timor um fogo fino paira,
Alastra, crepita quando da terra se aproxima
E crescente, envolvente, cerca os montes
E coroa se afirma.

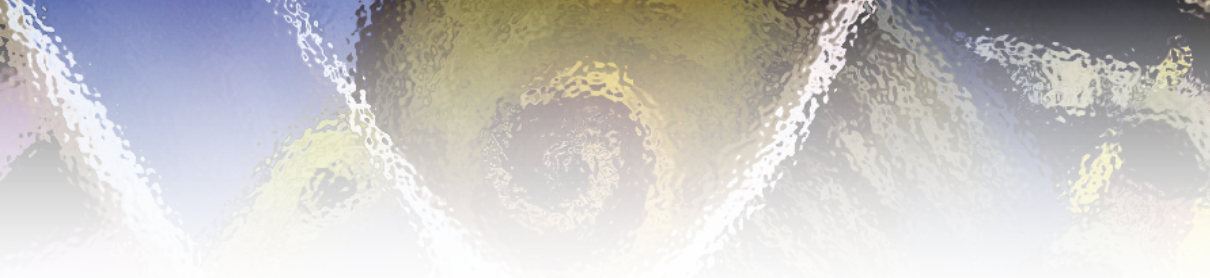
Meus olhos sentem a beleza rubra
Ululante de cães pela noite fora,
A paciência da floresta destruída
Catana na raiz e depois cinza.

Minha incompreensão em vão procura
Ressuscitar as crenças vãs de outrora,
Os bosques sagrados onde o frio habita
No temor que as mãos prende e petrifica.

Minha imaginação em vão procura
Deter com astros e outras mãos a sina
Insidiosa qual a morte de homem
Ancorado na árvore que sobre a terra se persigna.

E vejo um monte de palha
Ardendo do cimo ao mar que ondula e se derrama nas praias
E contra o denso fumo que circunda,
Avanço, resoluto, archote em vida,
Proclamando a verdade do cântico,
A dança terreal que me fascina.

Rui Cinatti



CAPÍTULO 3

Antroponímia e Toponímia contemporâneas: roteiros no Brasil e em Portugal

Graça Rio-Torto

(Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras)⁹

Introdução

A Antroponímia e a Toponímia constituem-se como dois conjuntos abertos do vasto universo onomástico de uma dada língua. Trata-se de dois conjuntos de grande relevância identitária da(s) comunidade(s) e da(s) sua(s) respetiva(s) língua(s), que identificam pessoas e locais, marcando-os por significativa singularidade, que cada *onoma* ajuda a fazer sobressair. Como testemunha Hough (2016, p. 3), os Nomes Próprios são «universais linguísticos, pois todas as línguas conhecidas fazem uso de Nomes Próprios – a maior parte das vezes, mas não exclusivamente, para identificar nomes de indivíduos e de lugares»¹⁰.

Os nomes próprios são universais (linguísticos e culturais), no sentido em que a nomeação é um processo e um ato universal, ainda que haja muitos procedimentos diversos pelo mundo afora, como nomes que variam em diferentes fases da vida, nomes que se rela-

⁹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04887/2025 – CELGA e UIDP/04887/2025 – CELGA.

¹⁰ Tradução de: «Names are a linguistic universal. All known languages make use of names – most commonly, but not exclusively, to identify individual people and places».

cionam com nomes de tribos, nomes cujo uso é mantido em segredo (Lourenço; Cunha, 2022). A diversidade de denominações antroponímicas e as suas combinações parecem, pois, ser infinitas. No vastíssimo universo onomástico, os antropônimos e os topônimos ocupam um lugar de prototipia máxima, num dos polos de uma escala em cujo extremo oposto figuram as denominações codificadas por nomes comuns da língua. Entre os dois polos figuram várias classes de denominações de pessoas, como *nicknames*, hipocorísticos, pseudônimos, heterônimos e as denominações de marcas comerciais ou *oniônimos* (Van Langendonck, 2007), entre outras.

Algumas das subclasses de nomes são: **Hipocorístico**, como *Nando*, hipocorístico de *Fernando*; **Alcunha** ou **apelido**, nome que remete para características físicas ou intelectuais do sujeito, e que pode ser ou não ofensivo; **Pseudônimo**, antropônimo de alguém que não usa o nome oficial, como Miguel Torga, adotado pelo médico português Adolfo Correia da Rocha; **Heterônimo**, nome alternativo, como os heterônimos de Fernando Pessoa; **Nome artístico, de palco**, nome profissional, como o de Tina Turner, nome artístico de Anna Mae Bullock; **Criptônimo/Codinome/nome de código**, utilizado para ocultar a identidade do indivíduo; **Nome religioso**, Francisco, usado por Jorge Mario Bergoglio (Brandão; Simões Neto, 2022).

Os nomes próprios não têm um sentido definitório nem descritivo, mas inerentemente categorial (Paiva Raposo; Bacelar Nascimento, 2013). Não obstante, em todo o antropônimo coexistem várias dimensões de sentido (Soledade, 2024): (i) a do sentido etimológico, que se pode ter opacizado; (ii) a do sentido categorial (nome próprio vs. nome comum); (iii) a dos sentidos figurais, que envolvem processos metafóricos, metonímicos e metaftonímicos; (iv) a dos sentidos contextuais/pragmáticos/discursivos; (v) a dos sentidos culturais, simbólicos e semióticos.

Estas dimensões, sejam semióticas ou estritamente linguísticas, não envolvem sentidos denotacionais ou a dimensão informacional destes. Quando a alguém é dado o nome *Margarida*, *Dulce*, *Úrsula*, *Albino*, *Bruno*, o ser humano em causa não passa a ter as propriedades da *margarida* (planta do género *Bellis*, da família das Compostas), do que é ‘doce’ (do latim *Dulcis*), de um pequeno urso, de um *albino* (do latim *ALVUS* ‘branco’, e que caracteriza aquele que tem falta total ou parcial de pigmentação na pele, olhos e pelos) ou de um ser *bruno* ‘moreno, polido’.

O ato de denominação não é neutro, tem motivações que estão ligadas com o quadro de representações e com os contornos de conceptualização de quem denomina: as práticas de nomeação estão intimamente correlacionadas com a estrutura social e com as relações interpessoais existentes na comunidade. Mas tal não significa que os sentidos lexicais matriciais que caracterizam os étimos dos prenomes continuem presentes nos nomes próprios, que façam parte da sua denotação ou que sejam sequer evocados ou evocáveis por muitos dos falantes que os selecionam. É à luz destes pressupostos que se considera que os Nomes Próprios não têm um sentido definitório ou descritivo, denotando antes entidades únicas¹¹ e sendo designadores rígidos. Eis, pois, a caracterização que Van Langendonck e Van de Velde (2016, p. 38) fazem, em *Names and Grammar* (Hough (ed.) *Oxford Handbook of Names and Naming*), dos NOMES PRÓPRIOS:

Os Nomes próprios são substantivos com uma denotação única, são definidos, não admitem modificadores relativos restritivos, e ocupam um lugar especial nas relações anafóricas. [...] representam a categoria nominal mais prototípica. Os Nomes próprios não têm

11 Os nomes próprios são designadores rígidos. Já um pronome é um designador variável, que se pode referir a qualquer pessoa (Paiva Raposo; Bacelar Nascimento, 2013).

um sentido definitório. Podem ter sentidos conotativos, mas tal não tem relevância gramatical¹².

A diferenciação entre nomes próprios e nomes comuns é assim descrita por Paiva Raposo e Bacelar do Nascimento (2013, p. 993):

Os nomes próprios [...] são palavras que referem diretamente entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas, cidades, rios, monumentos, entre outras [...]). Enquanto os nomes comuns designam uma entidade enquanto membro de uma classe [...], os nomes próprios designam uma entidade através da sua individualização dentro da classe a que pertence.

Como signos identitários que são, os NOMES PRÓPRIOS constituem um ingrediente central na pragma-interação e na sociointeração, que cumprem, portanto, uma vastíssima diversidade de funções culturais, sociais e internacionais, destacadas e exploradas pela sócio-onomástica e pela pragmática dos Nomes próprios (cf. Ainiala; Östman, 2017).

O estudo dos Nomes Próprios vem adquirindo um crescente caráter interdisciplinar, refletido na própria estrutura interna de Hough (2016), *The Oxford Handbook of Names and Naming*, manual de referência dos estudos onomásticos. Neste, uma seção inteira é dedicada à interface teórico-metodológica de estudos de nomes próprios com outras disciplinas, como a história, a linguística, a arqueologia, a geografia, a dialetologia, a sociologia, a psicologia, as ciências cognitivas, a lexicografia. Seide (2021) apresenta uma inovadora proposta de defini-

12 Tradução de: «Names are nouns with unique denotation, they are definite, have no restrictive relative modifiers, and occupy a special place in anaphoric relations. They display an inherent basic level and can be argued to be the most prototypical nominal category. Names have no defining sense. They can have connotative meanings, but this has little grammatical relevance» (Van Langendonck; Van De Velde, 2016, p. 38).

ção interdisciplinar de nome próprio gizada com base na Onomástica Cognitiva, na Teoria da Relevância e na Neurolinguística.

Indagar e interpretar a relação entre os nomes dos lugares e os das pessoas e a sua topogênese/antropogênese implica conhecer os nexos entre espaço/comunidade/cultura/mentalidades e as denominações adoptadas, os quadros conceptuais, as motivações e as mentalidades que estão por detrás das escolhas onomásticas efetuadas, o que nem sempre é fácil de reconstituir e de alcançar.

1 Construção toponímica hodierna no Brasil e em Portugal

A antroponímia e a toponímia são áreas da onomástica e do léxico intensamente vinculadas à história e à cultura das comunidades envolvidas, requerendo, portanto, abordagens multidimensionais. A construção toponímica hodierna, em língua portuguesa, caracteriza-se por assinalável assimetria entre o que se passa no Brasil e em Portugal. Da reflexão aqui empreendida ficam de fora as construções sintagmáticas N+Preposição+N, muito abundantes e diversas na toponímia brasileira (*Cabeceiras do Paraguaçu, Feira de Santana, Imbé de Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul*) e lusitana (*Arcos de Valdevez, Cabeceiras de Basto, Câmara de Lobos, Carrazeda da Ansiães, Castanheira de Pera, Castelo de Paiva*). Num país bem mais novo do que Portugal, como é o Brasil, torna-se natural a existência de topônimos mais recentemente construídos e com moldes e/ou recursos inovadores, sejam nomes de cidades, vilas, municípios, províncias. Mas comecemos pela toponímia lusitana.

A toponímia de nomes ‘geográficos’ ou nomes próprios de lugares de Portugal foi essencialmente configurada nos remotos séculos da emergência da nacionalidade, pelos séculos XII a XIV. Também denominada “geonímia”, que alberga os nomes de lugares e de acidentes geográficos. Algumas das subclasses de topônimos (Seemann, 2005, p. 211) são: *hidrônimos* (nomes de rios ou de outros cursos de água),

limnônimos (nomes de lagos), *orônimos* (nomes dos montes e outras formas de relevo), *talassônimos* (nomes de mares e oceanos), *nesoônimos* (nomes de ilhas, arquipélagos), *eremoônimos* (nomes de desertos), *quersonesoônimos* (nomes de penínsulas). Tratando-se de um léxico que tende a ser conservado como património multissecular, e que está intimamente vinculado à realidade cultural que denomina, não se perspectiva inovação em matéria de *hidrônimos*, *orônimos* ou de nomes de outras classes de formas de relevo e de acidentes naturais. Já os *hოდônimos* (nomes de ruas) são mais sujeitos a variações e mutações socioculturais e históricas, como se verificou em períodos de convulsões de natureza política, seja o da implantação da República (1891-1910) ou o das lutas entre liberais e miguelistas, entre 1832 e 1834.

Num país de território tão secularmente estabilizado, não se esperam neologismos toponímicos hodiernos. Longe vão os tempos, em Portugal, da introdução/fixação das inovações toponímicas de origem árabe, como *Albufeira*, *Algarve*, *Alvalade* (Lopes, 1968; Machado, 1991), ou de origem germânica (Piel, 1936-1945), como *Adaúfe*, *Guilhufe*, *Rendufe*, *Bitarães*, *Gondalães*, *Cinfães*, *Recardães*, *Eiriz*, *Mariz*, *Roriz*, *Silvalde*, *Guisande*, *Freamunde*, *Gemunde*, *Gondomar*, *Nevogilde*, verdadeiros exônimos incorporados nos séculos em que o universo ibérico foi intensamente colonizado. Longe vão também os tempos em que as novas denominações toponímicas identificavam localidades pelo fato de serem mais pequenas do que as denominadas pelas bases e recorriam, em conformidade, aos sufixos diminutivos *-elo/-ela*, *-olo/-ola*, *-ô/-ó* e *-inho/-inha* para a sua construção.

Segundo Piel (1947), os formativos *-ó* e *-ô*, que têm origem no diminutivo latino *-(I)OL-*, e que se encontravam em uso na Idade Média, perderam a sua funcionalidade com o avanço subsequente dos diminutivos *-el-* e *-inh-*. Nomes como *Barrô*, *Cortiço*, *Sequeirô*, *Travassô*, *Alijó*, *Avinhó*, *Coimbró*, *Eiró*, *Figueiró*, *Labrujó*, *Outeiró*, *Navió*, *Sequeiró* designam “local/localidade mais pequeno que X”. As localidades a que estes nomes se reportam situam-se nas regiões setentrionais e cen-

trais, da fronteira norte até a região de Leiria, ou seja, nas regiões menos recentes do antigo Condado Portucalense.

Na toponímia perduram numerosos reflexos da vitalidade que caracterizou o diminutivo *-el-* no latim tardio e nos primórdios do português (Piel, 1948-1949, p. 242-243). A título ilustrativo, refiram-se: *Agrela; Antela; Cabanelas; Campelos; Canelas; Covelo; Cravelo; Fontelas; Fornelos; Fragosela; Mirandela; Molelos; Mourelo; Negrelos; Paradela; Portela; Quintela; Soutelo; Tinhela; Varziela; Vilela*¹³.

Na generalidade das línguas românicas operou-se, ao longo da Idade Média, uma progressiva substituição dos sufixos originários de *-ĒLLU-* por formas sufixais diversas, procedentes de *-INU-* ou de *-ITT-*. Também no português, e já desde os primórdios do século XIII, o diminutivo *-el-* veio a ser progressivamente suplantado por *-inh-*, situação que a língua hodierna reflete. Em conformidade, os topônimos em *-inho/-inha-* encontram-se presentes nos diferentes distritos de Portugal, estando disseminados por todo o território linguístico de Portugal (Costa, 1929-1949).

Em português europeu, a evolução da língua e do seu repositório toponímico derivacionalmente construído operou-se no sentido de priorizar os formativos mais produtivos e prestigiados face aos mais antigos e caídos em desuso. Assim aconteceu com os demais idiomas novilatinos, e assim sucede nas mais diversas línguas e culturas, pois as alterações que a cunhagem toponímica sofre refletem as transformações dos universos linguísticos em jogo.

Os topônimos são um dos *ex-libris* culturais usados como marcadores da identidade das comunidades em que emergem. Por isso,

13 A distribuição relativa de topônimos galegos, leoneses e portugueses formados com os descendentes dos sufixos *-ĒLLU-* e *-INU-* atesta que o sufixo *-el-*, muito produtivo no galego-português, foi suplantado por *-inh-* à medida que os movimentos de repovoamento (séculos XI e XII) tiveram lugar. Em território português, ao avanço da reconquista para o centro, interior e sul, corresponde um aumento considerável da percentagem de topônimos em *-inh-* (cerca de 67%), enquanto os em *-el-* representam apenas 33% do total (Catalán, 1960, p. 257-292).

aquando dos processos de independência ou de substituição de um regime político, é habitual a rejeição de denominações do passado e a promoção de denominações mais consentâneas com os novos tempos e valores. A toponímia, tal como outras instâncias culturais, é amiúde objeto de mutações. Além do seu valor identitário intrínseco, construindo territorialidades e suas identidades, os topônimos têm um valor simbólico que ultrapassa em muito a iconografia do lugar ou as vicissitudes civilizacionais que estão na sua gênese. Daí a necessidade de os alterar, quando a força das circunstâncias obriga. Assim aconteceu em Angola, mais precisamente em Luanda (Jacob, 2011) e em Moçambique (Timbane, 2021), no período pós-independência.

Vamos de seguida observar os rumos tomados por algumas das inovações toponímicas construídas com os formativos *novo/nova*, *-(ó)polis* e *-lândia*. Nos países do **novo mundo** de língua portuguesa (como língua materna, língua oficial ou LP2), há muitos topônimos A+N em que A é preenchido com NOVO/NOVA. A pesquisa de Topônimos NOVO/NOVA+NOME no VOC (<https://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms>) atesta 333 topônimos no Brasil e 3 (*Nova Cuba*, *Nova Olinda*, *Novo Destino*) em São Tomé e Príncipe. Em Moçambique, e segundo Ngunga (2021, p. 48), registam-se *Nova Viseu*, *Nova Olivença*, *Nova Santarém*, *Nova Freixo*, *Nova Coimbra*, *Nova Madeira*.

Em Angola, entre 1928 e 1975, *Nova Lisboa* era a denominação colonial da atual Huambo, bem como da província com o mesmo nome. *Nova Lisboa* foi também a denominação da atual Fortaleza, capital do estado do Ceará, no Brasil. Em Cabo Verde, a sede do concelho da Brava denomina-se *Nova Sintra*. Estes são exemplos claros de que a denominação dos lugares é um processo político-cultural, e que, portanto, a atribuição e o mapeamento toponímico extravasam a distribuição espacial dos nomes dos lugares. A pesquisa histórica contextualizada dos nomes dos lugares intenta revelar a dinâmica da denominação e da renominação no tempo e no espaço e os motivos

e agentes político-culturais por detrás desses processos. Apliquemos estes considerando à realidade portuguesa e brasileira.

Em Portugal, os 8 topônimos NOVO/NOVA + N abonados denominam **locais**, como *Nova Azeda* (Setúbal), *Nova Oeiras* (Oeiras), *Novo Horizonte* (Coimbra), *Novo Jaime* (Montijo) e **lugare(jo)s**, como *Nova Colónia* (Oleiros), *Nova Foz do Dão* (Santa Comba Dão), *Novo Reguengo Pequeno* (Odemira), *Novos* (Soure). A estes acrescem as construções sintagmáticas *Vila Nova de Famalicão*, *Vila Nova de Gaia*, *Vila Nova de Milfontes*, *Vila Nova de Ourém*, *Vila Nova de Paiva*, *Monte Novo do Castelo*, *Monte Novo da Quinta do Castelo*, a título ilustrativo. Todos se situam em territórios centro-meridionais ou meridionais, não em território linguisticamente setentrional, de toponímia mais antiga (nomeadamente em *-elo/-ela*, *-olo/-ola* e *-ô/-ó*).

Por sua vez, os topônimos brasileiros que incluem NOVO/NOVA denominam essencialmente **municípios**, como *Nova Alvorada* (Rio Grande do Sul), entre muitos outros, **distritos** (*Nova América*, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás), bem como **microrregiões**, como *Nova Andradina* (Mato Grosso do Sul), *Nova Friburgo* (Rio de Janeiro). Estão difundidos por todos os estados brasileiros, como seria de esperar em terras do novo mundo.

Situação bem diferente é a que se verifica no Brasil e em Portugal relativamente aos topônimos compostos que incluem *-(ó)polis* e *-lândia*. São numerosos os topônimos brasileiros compostos com o formativo *-(ó)pólis*. Na página do blogue “Toponímia galego-portuguesa e brasileira”¹⁴, um *site* de topônimos por nós compulsado, figuram mais de uma centena de denominações em *-pólis*, dispersas por todo o país sul-americano, e de que são exemplos *Adrianópolis* (Paraná), *Augustinópolis* (Tocantins), *Bonfinópolis* (Minas Gerais), *Buritinópolis* (Goiás), *Campinópolis* (Mato Grosso), *Canápolis* (Bahia), *Emilianópolis* (São Paulo), *Esperantinópolis* (Maranhão), *Mariópolis* (São Paulo),

14 Disponível em: <http://toponimialusitana.blogspot.com/2006/12/as-polis-do-brasil.%20htm>.

Petrópolis (Rio de Janeiro), *Veranópolis* (Rio Grande do Sul). Tanto quanto nos é dado saber, em Portugal não há denominações toponímicas em *-pólis*. Há alguns nomes próprios em *-pólis*, que denominam espaços, *campi* ou territórios, como *Lispólis*, denominação de um parque empresarial e tecnológico, na grande Lisboa¹⁵.

No Brasil, foram criados no último século diversos topônimos terminados em *-lândia*; em Portugal este formativo não opera na formação de topônimos, mas de nomes de estabelecimentos ou de instituições. No blogue “Toponímia galego-portuguesa e brasileira”, abona-se meia vintena de topônimos em *-lândia*, presentes em diversos estados do Brasil. No *site* da Academia Brasileira de Letras¹⁶, no “Vocabulário de Topônimos e Gentílicos” foram arrolados cerca de 157 nomes em *-lândia*. São exemplos *Abreulândia* (Tocantins), *Açailândia* (Maranhão), *Acrelândia* (Acre), *Brasilândia* (Mato Grosso do Sul), *Brejolândia* (Bahia), *Castelândia* (Goiás), *Cravolândia* (Bahia), *Felixlândia* (Minas Gerais).

Em Portugal, os nomes em *-lândia* são *nomes comuns que, à semelhança de tantos outros internacionais, como cargolândia ou legolândia*, funcionam como denominações de instituições centradas na entidade denotada pela base, como *passarolândia* (de pássaro) e *Ronaldolândia*, de Ronaldo.

E no futuro? No Brasil faz-se sentir por todo o país-continente a pujança dos topônimos de matriz tupi-guarani (Dick, 1990). Assim, e de acordo com os princípios de pareamento entre língua e cultura que se observa em todas as civilizações, espera-se que em Angola e em Moçambique a toponímia futura venha a ter uma forte influência das numerosas línguas da família bantu faladas nestes dois países. O estatuto das línguas autóctones poderia ser outro, já que ocupam lugares de relevo indesmentível na vida e cultura de muitos falantes.

¹⁵ Disponível em: <https://www.lispolis.pt>.

¹⁶ Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-de-toponimos-e-genticos>.

Trata-se de respeitar a identidade linguística e civilizacional dos utentes, como aconteceu em São Gabriel da Cachoeira, onde se cooficializaram as línguas indígenas baniwa, tukano e nheengatu (Timbane; Rezende, 2016, p. 392).

Aguardemos, pois, para poder observar de que modo se desenvolvem as tensões entre língua oficial e do poder e as línguas maternas de muitas comunidades e territórios, que não estão condignamente representadas em termos oficiais. Não obstante o multilinguismo que caracteriza países tão vastos quanto Angola ou Moçambique, e os reptos que esse multilinguismo levanta, nada obsta a um maior recrutamento de nomes próprios de matriz indígena, que assim valorizam o riquíssimo patrimônio herdado e construído que essas comunidades preservam através do uso continuado.

2 Construção antroponímica hodierna no Brasil e em Portugal

A renovação antroponímica no Brasil e em Portugal percorre caminhos parcialmente idênticos e parcialmente distintos. A partilha de séculos de história e de língua não podia deixar de refletir-se no onomástico de matriz portuguesa do Brasil, no que aos sobrenomes e também no que aos prenomes diz respeito. Paralelamente, hoje são notórias as marcas do onomástico brasileiro em Portugal. Em todo o caso, o conhecimento do panorama de renovação antroponímica em Portugal e no Brasil atuais não pode contornar essa realidade de dispersão onomástica que se verifica um pouco por todo o mundo a partir dos anos 1970, e que se exponencia no Brasil, em nome da busca pela originalidade e/ou singularidade (Juncal; Seide, 2021).

No Brasil, parte da renovação antroponímica situa-se fora dos limites das construções herdadas, ou recorre ao acervo de estruturas herdadas e combina-o de forma criativa com formativos antroponímicos novos, que não cessam de frutificar (*Alcoolgelson, Coronalda, Covidson*).

Tal não invalida que «em matéria de onomástico pessoal, a coincidência que se verifica entre Portugal e o Brasil nos nomes de mais elevada frequência decorre da conservação, em ambos os países, de material linguístico tradicional português» (Castro, 2004, p. 8).

Vamos, assim, observar as modalidades de que se reveste a coexistência de inovação e de conservadorismo antroponomástico no Brasil e em Portugal, modalidades que espelham as condicionantes histórico-sociais e culturais das épocas e dos espaços em que emergem. Tem sido amplamente destacada a renovação antroponímica de prenomes verificada no Brasil com recurso a formativos de matriz germânica, como *-son* ou *-aldo/-naldo/-valdo*. Simões Neto e Soledade (2018, p. 1342) elencam os seguintes exemplos em *-son* (Quadro 1):

Quadro 1 – Nomes brasileiros em *-son*

Adilson, Álison, Anderson, Delson, Denilson, Dilson, Dolson, Edilson, Edison, Edmilson, Edson, Élson, Emerson, Gerson, Gilesson, Hédison, Ilson, Jailson, Jasson, Jeferson, Jerson, Jilson, Joelson, Kelson, Lenison, Lenilson, Liedson, Mailson, Nilson, Robinson, Robson, Vílson
--

Fonte: Simões Neto e Soledade (2018, p. 1342)

Todos estes nomes, e não apenas os cinco que Simões Neto e Soledade (2018) apontam, são autorizados em Portugal, pois a *Lei da Liberdade Religiosa* (Lei nº 16/2001) prevê a importação dos nomes de cidadãos que adquirem nacionalidade portuguesa. Como Rio-Torto (2023) esclarece, a Lei nº 16/2001 da Liberdade Religiosa (artigo 8º, alínea h) consigna o direito de atribuir aos descendentes os nomes próprios da onomástica religiosa da religião professada, dando seguimento ao que já ficara consignado em legislação anterior, conforme Pinto (2013, p. 7) salienta: «Em 1967, foram libertados da restrição onomástica os portugueses com dupla nacionalidade, em 1982, os portugueses nascidos no estrangeiro, em 1997, os filhos de progenitor estrangeiro ou com dupla nacionalidade».

O mesmo se aplica aos demais nomes iniciados ou terminados com formativos de matriz germânica que constituem uma fonte inesgotável de renovação antroponímica (Rodrigues, 2016), como testemunha o quadro seguinte. Estes nomes entraram no acervo onomástico brasileiro pelos anos 30 e 40 do século XX, tendo a sua curva ascendente até as décadas de 1970-1980, a que se seguiu um declínio posterior (Soledade; Lopes; Rodrigues, 2019).

Quadro 2 – Formativos de origem germânica usados na antroponímia brasileira

Fronteira esquerda	Fronteira direita
Del-: Deleni, Delma, Delsilene, Delson	-berg: Ivanberg, Jhosemberg
Ed-/Edi-/Ede-: Edclea, Edeilice, Edemario, Edenildo, Ederaldo, Ederval, Ediana, Edijane, Edileide, Edilene, Edinaldo, Edineia, Edirlainne, Edmagno, Edmara, Edmildes, Edvania	-aldo/-naldo/-valdo: Ederaldo, Edinaldo, Elivaldo, Erisvaldo, Florisvaldo, Francinaldo, Lenivaldo, Rosinaldo, Serivaldo, Zenaldo -elma/-ilma: Delma, Elenilma, Gracielma, Odeilma
Franci-: Franciane, Francielle, Francinaldo, Francineia, Francislai	-elza/-ilza/-ilze: Dailze, Gilza, Jailza, Joelza -ilda/-ildes/-ildo: Nildes, Wanildo
Ger-: Gersinio, Gerval	-land-: Cleslandir, Giorlando, Giorlando
Gil-: Gilcimar, Gilmar, Gilmara, Gilneia, Gilsie, Gilsimar, Gilza	-mar(a): Edmara, Eliomar, Gilcimar, Gilmara, Gilsimar, Josimara, Lindomar, Lucimar, Lucimara, Neomar, Neumar, Nilmara
Lind-: Lindomar	
Val-: Valdelia, Valdir, Valmiro, Valnei	-val: Ederval, Gerval, Josival, Julival, Rudival, Sonival

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2016, p. 60)

No Brasil, outros processos morfológicos para a formação de pre-nomes são a **composição** e o **cruzamento lexical** ou **blending** (Benfica

da Silva; Gonçalves, 2021). A **composição** ocorre em *Alenflor* (*Allen e Flor*), *Anacarlos* (*Ana e Carlos*), *Josenilton* (*José e Nilton*). Há **cruzamento lexical** ou **blending**, com ou sem partilha e supressão de material fônico, nos seguintes prenomes: *BelGra* (*Bela/o e Gracyanne*), *Caroline* (*Caroline e Elaine*), *Francineide* (*Francisco/a e Neide*), *Jolari* (*João e Larissa*), *Ivaneide* (*Ivana e Neide*), *Marcicleu* (*Márcio e Cleunice*), *Marlucia* (*Maryáh e Lúcia*), *Martiz* (*Marcos e Beatriz*), *Peromar* (*Pérola e Marcio*), *Valdilane*, de *Valdir e Elane*. Como este processo é muito criativo, econômico e eficiente (Benfica da Silva, 2019, p. 131), ele tem adquirido crescente expressão, mormente nos registos mais familiares e expressivos, como em *BaVi* (*Bahia + Vitória*), *chafé* (*chá + café*), *FlaFlu* (*Flamengo + Fluminense*), *marinoivo* (*marido + noivo*).

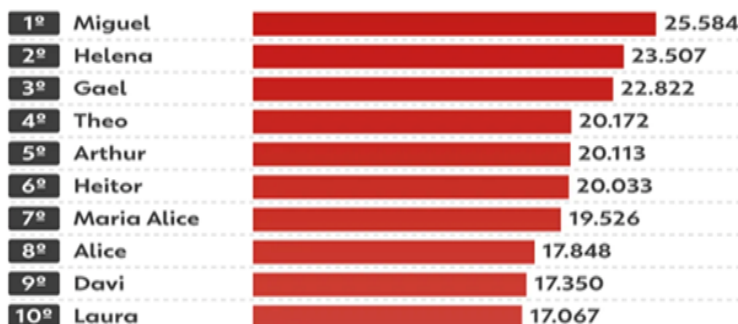
Em Portugal não se faz sentir endogenamente esta trilha inovadora de construção de prenomes com recurso a *blending* ou cruzamento lexical. Também o recurso à composição é notoriamente mais escasso do que no Brasil, no tocante à formação de personativos prenominais. Não obstante a inovação assinalada, os nomes mais comuns no Brasil são, por ordem decrescente, e de acordo com o IBGE (Nomes do Brasil)¹⁷ *Maria, José, Ana, João, António, Francisco, Carlos, Paulo, Pedro, Lucas, Luiz, Marcos, Luis, Gabriel, Rafael, Francisca, Daniel*. Segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, os nomes mais escolhidos pelos brasileiros em 2023 são, na sua maior parte, bem tradicionais¹⁸, como a tabela seguinte explicita.

O gráfico 1 ilustra os nomes de bebés mais registrados em 2023 no Brasil. O nome Miguel apareceu no topo dos nomes mais atribuídos nos últimos quatro anos.

17 Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking>.

18 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/18/nomes-de-bebes-miguel-helena-e-gael-lideram-lista-no-brasil-em-2023-veja-ranking.ghtml>.

Gráfico 1 – Nomes de bebés mais registados no Brasil (2023)



Fonte: IBGE (2023)

Em Portugal (2022), pelo quarto ano consecutivo, *Maria* e *Francisco* são os nomes mais escolhidos. No topo de nomes femininos, estão *Alice*, *Leonor*, *Matilde* e *Benedita*. Os nomes masculinos preferidos são: *Afonso*, *João*, *Tomás* e *Duarte*¹⁹. Nomes tradicionais, portanto. Todavia, em Portugal assiste-se à incorporação de prenomes por importação, que pertencem a cidadãos a quem recentemente foi atribuída nacionalidade portuguesa (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – Prenomes incorporados no onomástico de Portugal por importação

*Debbora, Débora, Deborah, Déborah*²⁰
*Erica, Erika, Érika*²¹
Isaak, Isac, Isack (Isaac, antes abonado, era autorizado pela Igreja)
*Lethicia, Lethícia, Lethycia, Letícia, Léticia, Leticya*²²
*Yasmim, Yasmin, Yasmine, Yásmine, Yasmini, Yasmmyn, Yassmin, Yazmin, Yazmine*²³.
Zuleyca, Zuleyka (apenas *Zuleica* em Machado, 1984)

Fonte: Rio-Torto (2023)

¹⁹ Disponível em: <https://irn.justica.gov.pt/Noticias-do-IRN/Confira-os-nomes-mais-populares-de-2022>.

²⁰ *Debora* já está registado em 1889, mas então não autorizado pela Igreja.

²¹ *Érica* já fora abonado por Machado (1984).

²² *Letícia* já antes havia sido abonado, e é proveniente do latim, segundo Machado (1984).

²³ Apenas *Jasmim* é registado por Machado (1984).

Na base da pluralidade de variantes gráficas, como as de *Ariadne*, *Ariadna* e *Ariadnne*, está também uma pluralidade de variantes fónicas (*Cláudia*, *Claúdia*, *Claudia*; *Cleópatra*, *Cleopatra*) de nomes ocorrentes nos países-fonte dos fluxos de cidadãos a quem, nas décadas mais hodiernas, foi concedida nacionalidade portuguesa. Os conjuntos *Angélica*, *Angelique*, *Angelika* e *Angélika*, *Angelina*, *Angélina*, *Angeline* e *Angelini*, *Benjamim*, *Benjamin*, *Benjamín* e *Benjahmim*, ilustram esse duplo viés de variação, que por vezes se entrecruza.

A enorme vaga de recente (sec. XXI) migração brasileira (com solicitação de nacionalidade portuguesa) em terras lusas tem reflexo natural no universo de antropônimos associados à nacionalidade portuguesa. Em todo caso, haverá convergências e divergências relativamente aos prenomes de fonte brasileira usados em Portugal. A divergência porventura mais acentuada situa-se nos nomes portadores de acentos, cuja flutuação gráfica avulta no Brasil e, por mimese, em Portugal.

Os padrões adotados pelo Instituto dos Registos e do Notariado (lista de 31/03/2017), no tocante aos nomes admitidos e não admitidos em Portugal, passaram de uma inflexibilidade unária a uma pluralidade prevalente que espelha o respeito pelas grafias originais dos nomes dos cidadãos requerentes de nacionalidade portuguesa. Sempre que há influxo de denominações exógenas, impõe-se alcançar equilíbrios entre preocupações identitárias (das comunidades fonte e alvo) e promover o enriquecimento que o contato interlinguístico e intercultural propicia.

3 Padrões de construção antroponímica e toponímica: do comum ao diferente

Para averiguar os aspetos comuns e os menos comuns à formação de antropônimos e de topônimos, começamos por nos centrarmos nos sobrenomes, por serem os mais patrimoniais, logo os mais esta-

bilizados em termos de padrões genolexicais, na história das línguas e de suas famílias. Face aos sobrenomes, que são herdados e, como tal, mais consolidados e estáveis, os prenomes acusam maior dinamismo e inovação.

3.1 Construção de sobrenomes

A construção de **sobrenomes** da língua portuguesa recorre essencialmente a recursos derivacionais e, menos significativamente, ao processo de composição (Rio-Torto, 2024). Em português, a formação de sobrenomes não convoca a prefixação, como acontece em diversas línguas bantu.

3.1.1 Sufixação

No âmbito da derivação, sobressaem os sufixos avaliativos *-inh-* e *-ão-*. Merecem também menção os sufixos *-alh-*, *-el-*, *-elh-*, *-aç-*, a que se juntam quase duas dezenas de outros, menos representados. Existe grande bidirecionalidade entre topônimos e antropônimos, pois diversas denominações toponímicas (*Escudeiro*) terão origem antroponímica, sendo também intenso o influxo de topônimos na antroponímia. Um dos sufixos das línguas bantu que operam nesta zona de intersecção (também no futuro eventualmente interlinguística) é *-ene*, que denota ‘terra da família x’, presente em *Bilene* ou *Chongoene*, ‘casa/região dos Bila/dos Chongo’ (Timbane, 2021).

Quadro 4 – Sufixos avaliativos abonados na formação de sobrenomes

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. <i>-aç-</i>: <i>Ferraço, Fogaça, Vilaça</i>2. <i>-ach-</i>: <i>Camacho</i>3. <i>-alh-</i>: <i>Barbalho, Bicalho, Borralho, Bugalho, Fialho, Ramalho</i>4. <i>-anç-</i>: <i>Picanço</i> |
|--|

5. -ão: *Baptistão, Coentrão, Milheirão, Negrão, Picão, Quintão, Saltão, Trincão, Valadão* (de valado)
6. -ej-: *Canejos*
7. -el: *Pimentel*
8. -el-: *Barrela, Campelo, Canelas, Coucelo, Courela, Curvelo, Portela, Quintela, Ruela*
9. -elh-: *Botelho* (<Boto), *Carrelha, Nínharelhos*
10. -et-: *Barreto, Picareta, Ribeirete*
11. -ic-: *Barrico*
12. -ilh-: *Carrilho, Mansilho, Padilha, Quintanilha* (< Quintana)
13. -it-: *Abadito*
14. -im: *Alvim, Amorim, Cardim, Paim, Valadim, Valentim*
15. -inh-: *Alagoinha, Barrosinho, Belchiorinho, Brejinha, Camarinho, Casalinho, Coutinho, Covinha, Dentinho, Facadinhas, Fontinha, Lameirinhas, Mainha* (<Maia), *Mourinho, Murtinho, Palhinha, Passarinho, Peixinho, Raminhos, Robalinho, Telinhos, Vaquinhas, Verguinha, Vilarinho, Zagalinho*
16. -oc-: *Barroca*
17. -ol-: *Argolo*
18. -olh-: *Frangolho*
19. -ot-: *Barrote, Cambotas, Peixoto*
20. -uch-: *Capucho, Penucho*
21. -usc-: *Chamusca*

Fonte: Elaboração própria

Os sufixos diminutivos e aumentativos permitem singularizar seres (*Zagalinho, Negrão, Abadito, Valentim*) e ‘objetos’ (*Picão, Quintão, Dentinho, Palhinha, Ruela*) em função de propriedades avaliativas de natureza subjetiva, e construir um universo lexical de contornos

praticamente ilimitados. Os avaliativos mais e menos selecionados na genolexia dos sobrenomes reproduzem as opções da língua comum.

Os sufixos ‘**relacionais**’ (Quadro 5), que dão origem a adjetivos/nomes relacionais, são o segundo grande conjunto de operadores recrutados para a formação de sobrenomes. No elenco destes sufixos destaca-se de forma cimeira *-eir-* (também formador de muitos fitotopônimos e geomorfotopônimos), e depois *-os-*. Neste aspeto, a língua portuguesa comunga com o galego os mesmos padrões, pois também os sufixos *-eir-* e *-iñ-* são os mais selecionados para a formação dos apelidos galegos (Boullón Agrelo, 2009, p. 134). Os sufixos ‘relacionais’ usados são os recrutados para as diferentes áreas temáticas da genolexia do léxico comum, sejam os que formam denominações de ocupações e atividades (*Barbeiro, Mineiro, Tropeiro*), denominações da esfera da flora (*Cajueiro, Figueira, Cardoso*), denominações de matérias, acidentes/recursos naturais (*Barroso, Lameira, Matoso, Pedreira, Regueira*), denominações toponímicas (*Campelo, Carvalhal, Quintela*), denominações de Propriedade/Característica (*Barateiro, Guerreiro, Rosado, Torrado*). Na formação de sobrenomes é respeitada a distribuição preferencial de cada sufixo pelas áreas conceptuais e temáticas a que se encontra habitualmente ligado.

Quadro 5 – Sufixos relacionais abonados na formação de sobrenomes

22. -al: <i>Cabral, Carvalhal, Pinhal, Quintal, Sobral, Zambujal</i>
23. -an-: <i>Atilano, Cipriano, Florenciano, Quintana, Severiano</i>
24. -ar: <i>Bacelar, Vilar</i>
25. -eir-: <i>Abrunheiro, Armeiro, Barateiro, Barbeiro, Barreira, Barroqueiro, Besteiro, Cabreira, Cacheira, Cajueiro, Cangueiro, Carneiro, Carquejeiro, Carrasqueira, Carreira, Carregueiro, Carreiro, Carvalheira/o, Casqueira, Castanheira, Cavaleiro, Cerqueira, Cerveira, Cidreira, Corceiro, Cordeiro, Couceiro, Craveiro, Esparteiro, Faleiro, Ferreira, Figueira, Franqueira, Gameiro, Gingeira, Graneiro, Grangeiro, Guerreiro, Junqueira, Ladeira, Lagareiro, Lameira, Laranjeira, Limeira, Loureiro, Luzeiro, Macieira,</i>

Madureira, Malheiro, Mangueira, Milheiro, Mineiro, Murteira, Oliveira, Palmeira, Pedreira, Pereira, Peseiro, Pesqueiro, Pombeiro, Quinteiro, Quinzeiro, Regueira, Roseira, Serralheiro, Silveira, Sobreira, Trigueiro, Vergueiro, Vieira, Videira, Viveiros

- 26. -en-: *Barreno*
- 27. -eng-: *Alvarenga*
- 28. -enh-: *Alçaçarenho*
- 29. -ês: *Cortês*
- 30. -i-: *Brásio, Damásio* (< Dâmaso)
- 31. -iç-: *Caniça, Milheiriço, Vilariça*
- 32. -il: *Bezerril*
- 33. -in-: *Clementino, Cristino, Faustino, Justino, Paulino*
- 34. -os-: *Barbosa, Barroso, Bulhosa, Cardoso, Carvalhosa/o, Espargosa, Feitosa, Frágoso, Matoso, Pedroso*
- 35. -ud-: *Cabeçudo* (João da Cruz Cabeçudo Júnior 1921, António Inácio Cabeçudo 1925)

Fonte: Elaboração própria

Os **sufixos deverbais e deadjetivais** são bem menos usados na formação de sobrenomes, uma vez que a sua função se orienta essencialmente para a codificação de outras realidades ontológicas, como expressão de processos, de estados, de propriedades e de entidades não personativas. Não há alocação específica de sufixos a sobrenomes masculinos ou femininos, pelo que, em princípio, qualquer um dos sobrenomes derivados pode ocorrer como patrilinear ou como matrilinear.

Muitos destes apelidos multigeracionais encontram-se disseminados pelo Brasil, por força dos contatos estabelecidos no período colonial e também por força do fluxo migratório de portugueses para o Brasil, ocorrido entre finais do século XIX e meados do século XX.

3.1.2 Composição

Dos esquemas de composição abonados, os mais produtivos na formação de sobrenomes são, tal como na língua comum, NA e AN. No conjunto A+N destacam-se os numerosos nomes de origem hagiográfica (*Santa Agáta, Santa Apolónia, Santa Bárbara, Santa Catarina, Santa Cecília, Santa-Clara, Santa Cruz, Santa Engrácia, Santa Iria, Santa Justa, Santa Maria, Santa Marta, Santa Mónica, Santa Rita, Santa-Rosa, Santa Teresa; São Bartolomeu, São Bento, São Bernardino, São Bernardo, São Boaventura, São Brás, São Bruno, São Caetano, São Conrado, São Domingos, São Filipe Neri, São Francisco, São Jerónimo, São João, São Joaquim, São Jorge, São José* (destacadamente maioritário), *São Julião, São Justino, São Lázaro, São Lourenço, São Mamede, São Marcos, São Marcos Evangelista, São Martinho, São Mateus, São Miguel, São Paio, São Patrício, São Paulo, São Pedro, São Porfim, São Raimundo, São Remígio, São Romão, São Sebastião, São Simão, São Tiago, São Vicente, São Xisto*), a larguíssima maioria dos quais não persiste como produtiva no século XX.

No universo N+A sobressaem os sobrenomes de origem detonímica que envolvem *Vale* e *Vila*. De valor predicativo é o sobrenome *Pratolongo* (1770, 1785), que não resistiu após o século XVIII²⁴. Os demais esquemas (Ntruncado +N, N+Possessivo, Numeral+N, N+(prep)+N) são residuais. Em *Monforte, Monjardim*, o formativo *mon-* representa a forma truncada de *Monte*. Em *Santiago* a forma *San-* pode ser encarada como variante presa de *São*, amplamente abonado.

O esquema V+N, um dos de difusão mais tardia na língua, encontra-se aqui muito pouco representado. A combinatória Mata+N(s) está abonada em *Matafrades* (abonado em 1735, 1750) e *Matamouros* (1588, 1648, 1670, 1691, 1756). O quadro que se segue ilustra os dois esquemas de composição mais representados (NA e AN), a que se jun-

24 É possível que se trate de um nome com origem na Ligúria, onde se documenta desde o século XIII, entre navegadores e comerciantes, que se disseminaram, por casamento com donzelas estrangeiras, entre as quais algumas de Lisboa.

tam os menos expressivos N (truncado) +N, Numeral+N e N+(prep)+N (cf. Quadro 6).

Quadro 6 – Esquemas de Composição operantes na formação de sobrenomes

N+A	Bilhalva, Castelo Branco, Espírito Santo, Montalvão, Monte Belo, Ouro-Preto, Rio-Torto, Souto Maior, Valverde, Vilanova, Vilaverde, Vilas-Boas, Vila-Real, Vila-Viçosa	A+N	Belmonte, Boaventura, Negromonte, Santana, Santiago, São Bento ²⁵
N(truncado)+N	Monforte, Monjardim, Monsanto	N+(prep)+N	Valtelhas, Vila Lobos
Numeral+N	Mil-Homens		

Fonte: Rio-Torto (2024)

3.1.3 Pluralização

A **pluralização** é um procedimento bastante económico e, por isso, bastante documentado, na construção de sobrenomes. Como já assinala Vasconcelos (1928), a pluralização é um dos processos mais usados para a formação de sobrenomes, tenham estes por base nomes simples ou complexos (cf. Quadro 7):

Quadro 7 – Formação de Sobrenomes por pluralização: bases simples e complexas

Bases nominais simples: <i>Anjos, Bairros, Barros, Campos, Dias, Festas, Folhas, Igrejas, Lagos, Lares, Lemes, Mantas, Naves, Paços, Poças, Pontes, Quintas, Ramos, Reis, Santos, Vides, Vinhas.</i> Bases nominais complexas: <i>Barreiros, Barrocas, Calheiros, Carvalhais, Cavadas, Figueiras, Lameiras, Malheiros, Matosinhos, Meneses, Negreiros, Olivares, Palhares, Pederneiras, Poeiras, Quintais, Riachos.</i>

Fonte: Vasconcelos (1928)

²⁵ Dos muitos nomes Santa/o + N, apenas estão abonados no séc. XX *Santa-Clara, Santa Marta, Santa-Rita, Santa-Rosa*, São Bento e São José (largamente dominante sobre os demais).

3.2 Formação de Topônimos

Dos processos genolexicais que se destacam na **toponímia**, sobressaem a sufixação avaliativa, a relacional e a sintagmação (NPrepN). Como ficou dito, a sintagmação não será objeto de atenção. Para ilustrar a realidade em Portugal, usamos como referência a toponímia de 583 designações de freguesias portuguesas do Concelho de *Bracara Augusta* (347 do distrito de Braga e 236 do de Bragança), estudada por Lima (2012), no âmbito do *Projeto Atlas toponímico de Portugal* (<https://dlcv.ffi.uchp.br/es/projeto-atlas-toponimico-de-portugal>), e que tem como base a lista do *Portal do Eleitor*. (<https://www.portal-doeleitor.pt/>). O quadro seguinte contém os sufixos avaliativos recrutados, nele se destacando os diminutivos *-inho/-inha*, *-elo/-ela*, *-oto*, *-ó* e *-elho* e os aumentativos *-ão* e *-aça*. Os sufixos mais representados são os mais atestados e produtivos desde tempos mais recuados.

Quadro 8 – Sufixos avaliativos usados na formação de Topônimos nas freguesias portuguesas dos Concelhos de Bracara Augusta (Braga e Bragança)

-elo/-ela	-inho/-inha	-ão: Outão, Quintão, Gaião
Agrelo, Campelos, Carcavelos, Covêlo, Fontelo, Fradelos (sede de freguesia), Gandarela, Lamela (2 ocorrências), Paradela, Penelas, Portela, Portelo, Quintela (2 ocorrências), Serrela, Soutelo, Varziela	Agrinha, Boucinha, Cabraíinha, Cortinhas, Cruzinha, Fontaínhas, Moinhos, Novainho, Outeirinho, Pinheirinho, Pitancinhos, Pontinha, Pontezinhas, Soutelinho	-aça: Vilaça
		-elho: Pomarelho
		-oto: Picoto
		-ô, -ó: Celeiró(s)

Fonte: Lima (2012)

Salienta-se também o uso do sufixo **-eiro** (*Loureiro*, *Nogueiro*), nomeadamente em coletivos (*Barreiro*, *Lameira*, *Pedreira*) e em nomes de atividades profissionais (*Ferreiros*, *Escudeiros*, *Cabreiros*), do sufixo

-al (*Barral, Carrascal, Feijoal, Outeiral*), e dos relacionais **-oso** (*Barroso, Cardosas, Gaiosa, Ventosa*) e **-ado** (*Salgado*).

Observa-se que os sufixos mais representados, na toponímia como na antroponímia, e sejam os avaliativos ou sejam os relacionais, são os mais produtivos na língua comum, tendo sido, portanto, transversalmente recrutados para a formação de denominações lexicais onomásticas mais e menos sectoriais da língua portuguesa, ao longo da sua história. Tal como na antroponímia de sobrenomes, também na formação de topônimos a **pluralização** (*Fontainhas, Areias de Baixo/de Cima, Carvalhos, Castelãos, Esporões*) e a **composição** estão bastante representadas. Destacam-se os esquemas:

- (i) AN com *São/Santa* (*São Pedro, Paio, Roque, Sebastião, Tomé, Vicente, Estêvão, Santa Maria Madalena, Santana do Vimeiro*), presente nos hiotopônimos, e
- (ii) NA com **Novo** (*Feira Nova, Vila Nova, Casal Novo*), com **Velho** (*Eira Velha, Estrada Velha*), com **Mau** (*Rio Mau, Castro Mau*), ou com **Alva** (*Pedralva*).

Como ficou dito em 2, em Portugal o esquema de composição que envolve *-(ó)polis* ou *-lândia* não tem expressividade na formação de topônimos. Fica por apurar em que medida a construção toponímica do Brasil recorreu ou não à sufixação avaliativa ou à relacional. Em simultâneo, em Portugal as formações antroponímicas hodiernas construídas por cruzamento ou *blending* constituem importações recentes do Brasil, país onde o processo tem ganhado projeção. Figuram igualmente no onomástico de Portugal prenomes exógenos, com grafias muito diversificadas, que pertencem a cidadãos brasileiros que adquiriram nacionalidade portuguesa. No Brasil, mas não em Portugal, floresce o processo de construção de prenomes com formativos germânicos (cf. seção 3).

4 Súmula final

A gênese, as motivações e a configuração dos antropônimos e dos topônimos de um dado universo linguístico assumem um papel identitário crucial na onomástica – e na singularidade a esta associada – de uma comunidade. Por isso a relevância dos antropônimos e dos topônimos (e dos seus padrões de construção) não cessa ao longo da história, na medida em que codificam um bem simbólico de valor inestimável para a *gens* que o possui, transmite e preserva transgeracionalmente.

A língua, e a sua Onomástica também, por inerência, reflete(m) e forja(m) a realidade, pelo que a antroponímia e a toponímia são um espelho da realidade civilizacional, um reflexo e manifestação das representações e da cultura de uma comunidade. Sendo a língua portuguesa uma língua pluricêntrica, é expectável a existência, na arquitetura dos antropônimos e dos topônimos, de coincidências e discrepâncias próprias de universos, culturas e espectros idiomáticos diversos.

No contínuo onomástico que se desenha entre Portugal, Brasil e África, Portugal, como país mais antigo, preenche os parâmetros de estabilidade plurissecular que caracterizam uma nação de quase nove centúrias, apresentando pouca inovação hodierna em termos de topônimos e de sobrenomes, e inovação exógena de prenomes. O Brasil exhibe acentuada renovação antroponímica, sobretudo ao nível dos prenomes, mas também avultada inovação toponímica, sobretudo nos anos de maior pujança e crescimento. Com as suas especificidades, talvez seja similar a este o padrão que se expandirá em África.

Assim, não seria de esperar, num país multissecular como Portugal, uma renovação genolexical que alterasse o legado toponímico ou antroponímico que até nos foi sendo preservado. Na Antroponímia e, em particular, nos nomes de família, tal seria inverosímil e anômalo. Os sobrenomes incorporados por importação são, por ora, residu-

ais. Na toponímia até poderia acontecer, com a introdução de compostos em *-(ó)polis*, como ocorre no Novo Continente (*Carvalhópolis*, *Florianópolis*, *Teresópolis*, *Tocantinópolis*).

Por via de regra, e por se tratar de um patrimônio herdado e de uso não tão frequente quanto as unidades comuns do léxico corrente, os **sobrenomes** são um dos subconjuntos da antroponímia mais avessos a mudanças e a variações, nesta fase em que a língua se encontra normativizada. Todavia, a inovação lexical abunda nos prenomes no Brasil (Simões Neto; Soledade, 2018). Também na onomástica alógena de Portugal, nomeadamente na mais recente, que tem origem na nacionalização de cidadãos migrantes (Rio-Torto, 2023), há renovação lexical, mas não especificamente genolexical.

Não obstante a especificidade do domínio antroponomástico dos sobrenomes existentes em Portugal, de que o Brasil é largamente tributário (Soledade, 2024), e não obstante a diversidade de sobrenomes entrados na língua por importação, no Brasil como em Portugal, a estrutura interna dos sobrenomes compostos e derivados endógenos não se afasta dos esquemas mais prototípicos e mais representados de construção genolexical no léxico comum, como NA e AN na composição. Os sufixos avaliativos e relacionais recrutados para a formação de sobrenomes e de topônimos são igualmente os mais usados na língua comum. Em ambos os casos são respeitadas as esferas temáticas preferenciais de atuação de cada sufixo.

No Brasil, os esquemas de formação de compostos binominais, em *-pólis* ou em *-lândia*, ombreiam com os mais inovadores de cruzamento ou *blending*, comuns na formação de prenomes (*Marcicleu*, *Martiz Valdilane*), ou com os que envolvem a revitalização de uma fonte alógena de formativos, sejam os germânicos *Ed-/Edi-/Ede*, *-elma/-ilma*, *-ilda/-ildes/-ildo*, ou outros congêneres.

Face ao exposto, cabe dizer que a homogeneidade em termos de esquemas genolexicais, como os sufixais ou os de composição,

que operam no português brasileiro e europeu, não equivale à homogeneização, uma vez que alguns recursos genolexicais na toponímia e alguns procedimentos construcionais se encontram predominantemente confinados a determinado(s) universos civilizacionais. (e.g. *-pólis* e *-lândia*, na toponímia do Novo Mundo; cruzamento ou *blending* na formação de prenomes brasileiros). A construção toponímica e antroponímica caracteriza-se, pois, pela coexistência de herança e de continuidade com inovação e originalidade, em doses diversas em função do universo em jogo. Ao mesmo tempo, são abundantes as interseções entre procedimentos/recursos na toponímia e na antroponímia.

Aguardemos para ver quais os caminhos das novas denominações antroponímicas e toponímicas em países de autonomia mais moderna, como Angola e Moçambique, que no futuro avultarão demograficamente e não só, espera-se, no continente africano.

As alterações demográficas em curso hão de fazer-se sentir nas escolhas dos nomes dos cidadãos dos diversos países de fala portuguesa. Tenha-se em conta que nos últimos 60 anos a população do Brasil quase triplicou (de cerca de 70 milhões para 203 milhões nos censos de 1960 e 2022, respetivamente), tendo o maior índice (de 75,7%) de crescimento demográfico ocorrido no intervalo entre as décadas de 1990 e 1920. De então para cá, o aumento populacional não tem cessado de desacelerar. Também em Portugal o decréscimo demográfico (cerca de dez milhões de portugueses residentes em Portugal e cinco milhões residentes no estrangeiro) apenas é contrabalançado pelo milhão de estrangeiros que vive no país, fruto de imigração recente de várias partes do mundo.

Angola e Moçambique, com cerca de 37 e 33 milhões de habitantes, respetivamente, e taxas de fertilidade muito elevadas, ocuparão lugar de destaque no futuro da língua portuguesa. As projeções demográficas para 2100 apontam para que estes dois países africanos comportem, em conjunto, cerca de 50% dos falantes de português no mun-

do, superando o Brasil (45,9%) que tem ocupado lugar cimeiro nesta matéria. Num mundo de tantas incertezas, veremos se estas estimativas se cumprem, e de que modo o pluricentrismo da língua portuguesa acomoda os novos trilhos de mudança que se anunciam.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Vocabulário de Topônimos e Gentílicos. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-de-toponimos-e-genticos>. Acesso em: 12 nov.2025.

AINIALA, T.; ÖSTMAN, J.-O. (ed.). *Socio-Onomastics: The pragmatics of names*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2020.

BENFICA DA SILVA, V. *O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise morfológica e fonológica*. 2019. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BENFICA DA SILVA, V.; GONÇALVES, C. A. O cruzamento vocabular na formação de nomes de batismo. In: SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. (org.). *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. Salvador: EDUFBA. 2021. p. 99-118.

BRAGA, E. V.; PACHECO, V. Uma descrição alucicrazy do estado da arte dos blends do português brasileiro). *Revista do GELNE*, Natal, v. 26, n. 2, p. 1-17, 2024.

BRANDÃO, A.; SIMÕES NETO, N. Estudo de nomes em uso em Riachão do Jacuípe/BA: uma comparação entre duas sincronias do século XXI. *RevDia: Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 10, n. 30, p. 244-259, 2022.

CASTRO, I. de. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: BOULLÓN, A. (ed.). *Novi te ex nomine: estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. Coruña: Fundación Barrié, 2004. p. 245-256.

CATALÁN, D. Hacia un atlas toponímico del diminutivo (-inu en la toponímia hispano-románica). *Separata de Boletim de Filologia XVII*, 1960.

COSTA, A. *Diccionario chorográfico de Portugal continental e insular*. 12 vol. Porto: Livraria Civilização, 1929-1949.

CROQUER, G. Nomes de bebês: Miguel, Helena e Gael lideram a lista no Brasil em 2023; Veja ranking. *G1*, São Paulo, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/18/nomes-de-bebes-miguel-helena-e-gael-lideram-lista-no-brasil-em-2023-veja-ranking.ghhtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

DICK, M. V. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

HOUGH, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

INE/DGPJ/MJ. Aquisição e atribuição da nacionalidade portuguesa. s.d. PORDATA Disponível em: <https://www.pordata.pt/>. Acesso em: 7 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. *Nomes no Brasil*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking> Acesso em: 7 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Nomes no Brasil. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search/response/183>. Acesso em: 7 ago. 2024.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms>. Acesso em: 6 ago. 2024.

JACOB, B. M. O. *A toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais*. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

JUNCAL, C. F.; SEIDE, M. S. Convergencia y divergencia de los repertorios antroponímicos brasileño y español. *Forum lingüístico*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6101-6123, 2021.

LIMA, A. T. *De Bracara Augusta a Braga: análise toponímica de um concelho português*. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, 2012.

LISTA DE NOMES admitidos em Portugal. Atualizada em 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.irn.mj.pt/sections/irn/aregistrar/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/downloadFile/file/Listadenomes2017-03-31.pdf?nocache=1491571447.75>. Acesso em: 7 out. 2020.

LOPES, D. *Nomes árabes de terras portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado. Publicação comemorativa do Centenário de David Lopes, Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

LOURENÇO, L.; CUNHA, E. P. Onomástica antropológica: o ato de nomear a partir de uma perspectiva intercultural. In: DORES, M.; CORDEIRO, M. (org.). *Estudos do léxico: diferentes olhares e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 116-133.

MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 vols.

MACHADO, J. P. *Vocabulário português de origem árabe*. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.

MENGO, F. da S. *Dicionário de nomes de baptismo*. Porto: Typographia Elzeviriana, 1889.

NGUNGA, A. A. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, línguas africanas e brasileiras, São Francisco de Conde*, v. 1, n. 1, p. 38-62, 2021.

OLIVEIRA, J. C. As “polis” do Brasil. TOPONÍMIA galego-portuguesa e brasileira. 2 dez. 2006. Disponível em: <http://toponimialusitana.blogspot.com/2006/12/as-polis-do-brasil.html>. Acesso em: 7 ago. 2024.

PAIVA RAPOSO, E.; BACELAR NASCIMENTO, M. F. Nomes próprios. in: PAIVA RAPOSO, E. et al. (org.). *Gramática do Português*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 993-1041.

PIEL, J. M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989 [1960].

PIEL, J. M. Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo (capítulo de uma toponímia galego-portuguesa). *Revista Portuguesa de Filologia*, v. I, tomo I, p. 153-197, 1947.

PIEL, J. M. *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936-1945. (Vol. 1, Adões-Novegilde, 1936; Vol. 2, Oldrões-Zendo, 1945)

PIEL, J. M. Sobre o sufixo -ellus, -ella no onomástico tardio hispano-latino. *Humanitas*, Tomo II, p. 241-248, 1948-1949.

Pinto, P. F. Purificação onomástica e mudança social em Portugal. [Em linha]. *Seminário/Webinário, Política de Língua, Planeamento Linguístico e Mudança Social, homenagem a Robert L. Cooper*, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2814>. Acesso em: 20 set. 2024.

RIO-TORTO, G. Padrões de construção morfológica dos sobrenomes em Portugal. *Études Romanes de Brno*, v. 45, n. 2, p. 178-196, 2024.

RIO-TORTO, G. Renovação da antroponímia em Portugal. O que os dados dos séculos XX e XXI mostram. *Estudos da Língua(gem)*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v. 21, n. 1, p. 62-82, 2023.

Rodrigues, L. S. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SAPO. Nomes admitidos e não admitidos em Portugal pelo Instituto dos Registos e do Notariado (lista atualizada até 31 de dezembro de 2012). Disponível em: <https://maemequer.sapo.pt/wp-content/uploads/2014/01/Lista-de-nomes2012-12-31.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

SEEMANN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Vivência: Revista da Antropologia*, v. 29, n. 2, p. 207-224, 2005.

SEIDE, M. S. Proposta de definição interdisciplinar de nome próprio. *Onomástica desde América Latina*, v. 2, n. 4, p. 70-94, 2021.

SILVA, V. B. da; GONÇALVES, C. A. O cruzamento vocabular na formação de nomes de batismo. In: SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. (org.). *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 99-118.

SILVESTRE, J. P. A escolha do nome próprio: quadro legal e evolução da antroponímia contemporânea em Portugal. *Études romanes de Brno*, v. 42, n. 1, p. 217-231, 2021.

SIMÕES NETO, N.; RODRIGUES, L. S. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, Redenção*, v. 1, n. 2, p. 110-127, 2017.

SIMÕES NETO, N.; SOLEDADE, J. Nomes em X-son na antroponímia brasileira. Uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018.

SOLEDADE, J. *Os brasileiros e seus nomes: teoria e história da antroponímia no Brasil*. Rio de Janeiro: Pontes Editores, 2024.

SOLEDADE, J. Recuperando a história do léxico antroponímico brasileiro. *Revista Labor histórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 465-483, 2020.

SOLEDADE, J.; LOPES, M.; RODRIGUES, L. O legado germânico na antroponímia neológica do português do Brasil. In: CARRILHO, E. *et al.* (org.). *Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo de Castro Lisboa*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019. p. 1417-1445.

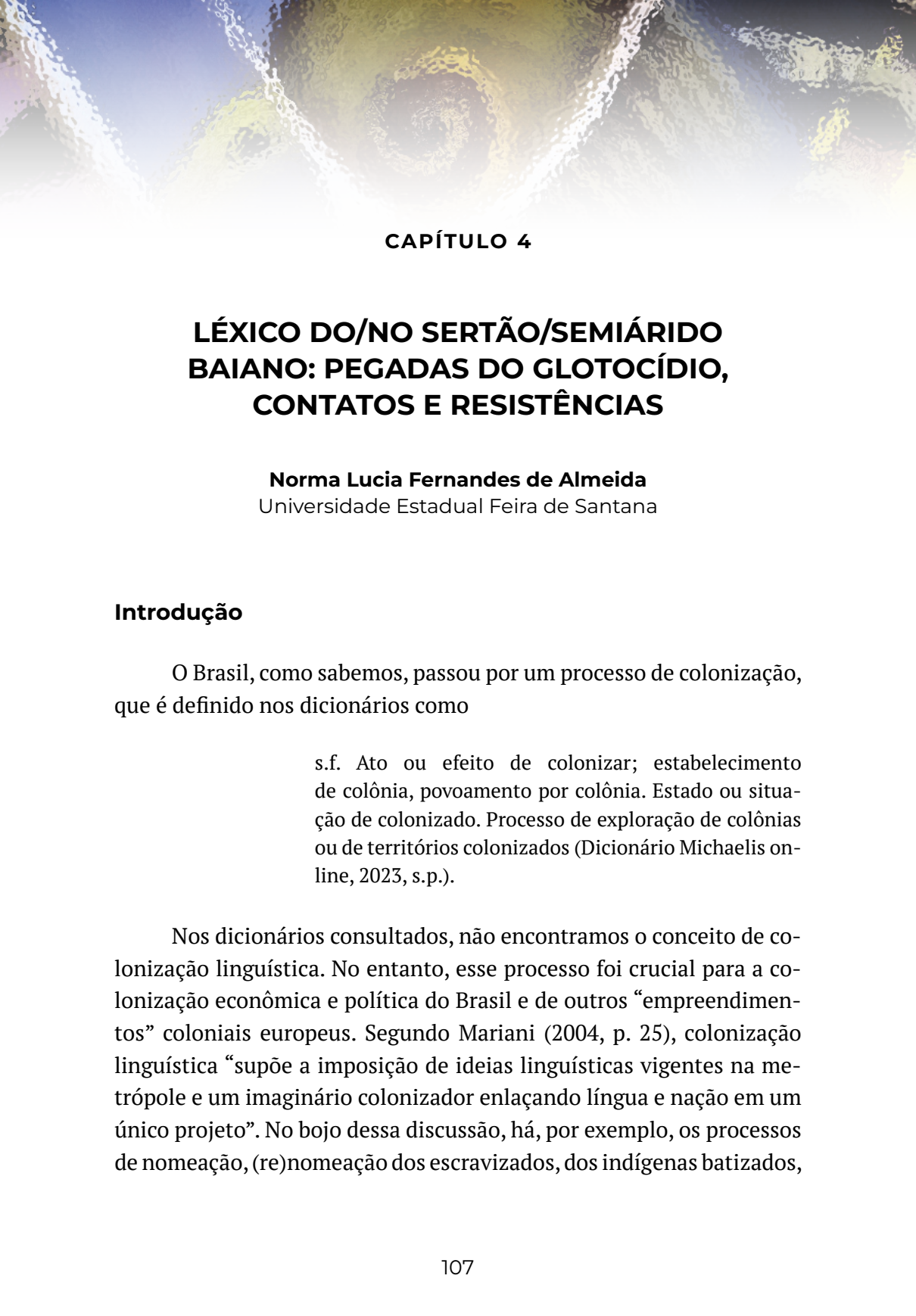
TIMBANE, A. A. A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecolinguística. *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. In: SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. (org.). *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 297-310.

TIMBANE, A. A.; REZENDE, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias*, Cascavel, v. 10, n. 13, p. 388-408, 2016.

VAN LANGENDONCK, W.; VAN DE VELDE, M. Names and Grammar. In: HOUGH, C. (ed.). *Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 17-39.

VAN LANGENDONCK, W. *Theory and typology of proper names*. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 2007.

VASCONCELOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.



CAPÍTULO 4

LÉXICO DO/NO SERTÃO/SEMIÁRIDO BAIANO: PEGADAS DO GLOTOCÍDIO, CONTATOS E RESISTÊNCIAS

Norma Lucia Fernandes de Almeida

Universidade Estadual Feira de Santana

Introdução

O Brasil, como sabemos, passou por um processo de colonização, que é definido nos dicionários como

s.f. Ato ou efeito de colonizar; estabelecimento de colônia, povoamento por colônia. Estado ou situação de colonizado. Processo de exploração de colônias ou de territórios colonizados (Dicionário Michaelis online, 2023, s.p.).

Nos dicionários consultados, não encontramos o conceito de colonização linguística. No entanto, esse processo foi crucial para a colonização econômica e política do Brasil e de outros “empreendimentos” coloniais europeus. Segundo Mariani (2004, p. 25), colonização linguística “supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um único projeto”. No bojo dessa discussão, há, por exemplo, os processos de nomeação, (re)nomeação dos escravizados, dos indígenas batizados,

(re)nomeação da geografia, ignorando, na maioria das vezes, completamente a voz, a cultura dos que ora buscavam dominar, denegando, assim, a identidade do povo subjugado. Nesse sentido, Calvet (1993) nos diz que o direito de nomear é o equivalente linguístico do direito de apropriar-se; o que, ao longo do processo colonial e imperial, leva ao glotocídio de línguas, não só das línguas indígenas, mas também de línguas africanas que aqui chegaram. Esse glotocídio ou linguicídio, como preferem chamar alguns autores em publicações recentes, caminha junto com o genocídio ou as tentativas de genocídio, já que etnias inteiras foram dizimadas junto com suas línguas e culturas²⁶. Nascimento (2019), Evaristo (2021), entre outros, preferem usar como o “correlato” linguístico de genocídio, linguicídio e não glotocídio como usa Calvet desde o século passado. Há nuances que podem levar a alguma diferenciação entre os termos, mas não me deterei nessa questão

A imposição linguística vai minando e levando a adaptações e a mudanças de eventos da cultura. O próprio Câmara Cascudo (1984), mesmo sendo um intelectual conservador em muitos aspectos, consegue enxergar, pelo menos, parte desse processo. Ao tratar da participação dos indígenas na literatura oral no contexto da cultura brasileira, ele diz o seguinte:

Se houvesse o conhecimento do idioma a dificuldade seria infinitamente menor porque a língua estabelece um parentesco visível entre os indígenas. Mas o indígena contando histórias noutro idioma que não seja o próprio, desfalca em grande percentagem os valores reais, anulando as imagens, as comparações, os diálogos, a imitação de cenas. Será um narrador monótono, numa fria mas fiel declamação desinteressada. Falta

26 Há estimativas de que, quando os portugueses aqui chegaram, poderiam existir mais ou menos 1 200 línguas e povos e hoje há menos de 200 línguas indígenas faladas no território nacional. Esse número não é preciso porque, além da questão dos povos isolados, há uma crescente busca de povos indígenas de retomadas de suas línguas.

a excitação verbal do vocabulário habitual (Cascudo, 1984, p. 83).

No Brasil, segundo Mariani (2004)²⁷ e outros pesquisadores, tivemos singularidades no processo da colonização linguística. Por um lado, tínhamos a igreja católica, especialmente a Companhia de Jesus, cujos religiosos aprendiam as línguas indígenas com a intenção de melhor catequizar, entre os séculos XVI e XVIII, inclusive ensinando e gramaticizando a língua geral (tupi antigo ou tupinambá)²⁸, e tendo, também, a intenção de ensiná-la não só aos colonos, mas, principalmente, impô-la a outras etnias. Ressaltamos que houve religiosos que, além de registrarem outras línguas indígenas do tronco macro-jê, também mantiveram a catequização e o uso das línguas desses grupos.

Nesse contexto, foram feitos, por exemplo, o Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri (1698), A Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Nação Karirí (1699), ambos registrados pelo Pe. Mamiani, e o Katecismo Indico da lingua Kariris (1709), do Pe. Bernado de Nantes. Por outro lado, temos a administração da colônia que, em certo momento, passou a não ver com bons olhos certa “autoridade” dos missionários com os povos aldeados (Lyrio Santos, 2011). Esse poder não agradou especialmente ao Marquês de Pombal que, em meados do século XVIII, obrigou o uso da língua portuguesa e expulsou os jesuítas²⁹. Nesse caldeirão linguístico³⁰, até pelo menos o século XVIII, havia, ainda, além do português e das

27 Diversos pesquisadores da área da linguística histórica, da sociolinguística tratam dessa situação linguística do Brasil Colônia, especialmente dessa situação do contato entre o português e as línguas indígenas, inicialmente, e depois do contato com línguas africanas. Quis trazer a perspectiva dos autores que trabalham com o conceito de colonização linguística por pensar que esse conceito coloca em maior evidência a importância que a questão linguística teve para o empreendimento colonial.

28 Outras línguas também foram gramaticizadas por outras ordens religiosas, a exemplo do kipeá.

29 Para um aprofundamento dessa discussão, ver Lyrio Santos (2011).

30 O fato de o Diretório dos Índios proibir o uso da língua geral e de outras línguas não quer dizer que essa lei foi cumprida à risca e em todo o território do mesmo modo. Para essa discussão, ver Nobre (2015).

línguas indígenas, diversas línguas africanas convivendo com a língua do colonizador³¹ de forma relativamente “regular”.

Foi nesse contexto de disputas políticas e linguísticas que o Português Brasileiro (doravante PB) se formou. O empreendimento colonizador passou, a partir do século XVIII, a ter uma política linguística explícita³², com o Diretório dos Índios, ou seja, a imposição oficial de uma única língua para a comunicação. O português não seria mais só uma língua usada pela administração e pela coroa, mas a intenção era dominar todo o território, não só em termos econômicos, mas também cultural e linguisticamente, já que esse tipo de dominação facilitava, em muitas medidas, a dominação econômica e territorial.

Dentro desse contexto, podemos dizer que esse empreendimento nefasto, em termos linguísticos, teve certo êxito, já que o português é a língua majoritária do país. Hoje sabemos, via estudos, que não foi um êxito total, houve resistências, apesar de todo o processo de opressão, já que comunidades indígenas mais afastadas (ou não) mantiveram suas línguas, algumas as mantiveram parcialmente. Comunidades africanas conseguiram manter parte de suas línguas em terreiros (Alves; Marques, 2016) e em comunidades mais ou menos isoladas³³. Assim, toda essa opressão para cumprimento dessas normas foi fundamental para que o Brasil passasse de um país com um multilinguismo generalizado para um multilinguismo localizado (cf. Mattos e Silva, 2004 [1993]; Lobo, 1998). Esse processo colonial ou neocolonial perdura até hoje, como atesta Rodrigues, já que:

A aversão pela diversidade étnica e pela diversidade linguística continua sendo uma das mais fortes heran-

31 Em um outro período do processo colonial e imperial, teremos também as línguas de imigração.

32 Apesar dessa política explícita, houve resistências em termos de acatar essa política. Há relatos, por exemplo, de uso da língua geral no sul da Bahia após a publicação desse diretório. Para maiores informações, pode-se consultar, por exemplo, Nobre (2015).

33 Há ainda outras línguas de imigração que têm uma história e um *status* diferentes das línguas indígenas e africanas.

ças que a sociedade brasileira recebeu dos colonizadores portugueses. Mesmo as línguas indígenas mais faladas no presente estão submetidas a fortes pressões dos mais diversos setores da sociedade majoritária, que as vêem como empecilho à integração, isto é, ao domínio ou domesticação das minorias indígenas (Rodrigues, 1993, p. 99-100).

Essas palavras iniciais serviram para mostrar de onde estamos partindo, de quais concepções, de maneira geral, de língua e sociedade. Assim, temos como objetivo apresentar como os resultados dos estudos desenvolvidos no âmbito dos projetos “A língua portuguesa no semiárido baiano” e “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano” contribuíram e ainda podem contribuir para o entendimento do processo de constituição do PB, não só enquanto uma variedade sócio-histórico-cultural, mas enquanto uma variedade formada a partir, também, de embates políticos e de resistências linguísticas, em certa medida. Temos ainda a intenção de mostrar especificamente dados sobre a formação do PB falado nos sertões da Bahia, tentando conciliar aspectos de natureza sócio-histórica com aspectos de natureza linguística.

O trabalho está dividido em três seções principais. Nesta seção, apresentamos as considerações iniciais. Na seção 1, será feito um rápido histórico sobre como nasceram os projetos, as suas metodologias, os seus pontos de convergência, sendo “A língua portuguesa falada no semiárido baiano” farol para o nosso trabalho no projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”. Na seção 2, são apresentados, de forma genérica, resultados linguísticos a partir das pesquisas realizadas tanto individualmente quanto em equipe, de alguns estudos lexicais, buscando ter uma visão de conjunto que dê um panorama sobre o léxico do semiárido baiano, a partir do olhar sobre a formação do português brasileiro e o papel que as línguas indígenas e africanas e outras tiveram para essa formação. Na seção 3, faremos o fechamen-

to do trabalho buscando apresentar uma consideração mais geral sobre a língua portuguesa falada no sertão/semiárido.

1 “Sertão como se fala”³⁴: os projetos “A língua portuguesa falada no semiárido baiano” e “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”

Em seu livro *A Invenção do Nordeste* (1999), o historiador Durval Muniz Albuquerque credita a intelectuais do início do século XX alguns dos estereótipos que se têm sobre o Nordeste brasileiro. Esses intelectuais, filhos da elite nordestina, junto com políticos também da elite, “criam”, “inventam”³⁵ a imagem do Nordeste, na maior parte das vezes, apenas como um lugar seco, não só em termos de clima, mas também de uma cultura que eles poderiam considerar “civilizada”. Nasceram e reproduzem os olhares folclorizados sobre o Nordeste e os nordestinos. Esses estereótipos não consideram e, às vezes, até parecem desconhecer a grande diversidade dessa região.

Um dos motivos que nos fizeram, a mim e à professora Zenaide Carneiro, pensar um projeto que estudasse a variedade linguística utilizada no semiárido baiano foi a busca por quebrar alguns desses estereótipos no que diz respeito a questões linguísticas. Não foi por coincidência que esse projeto foi gestado e debatido durante uma reunião especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), intitulada “Semiárido no terceiro milênio: ainda um desafio”, sendo que nossa mesa foi intitulada “O português do semiárido baiano”³⁶.

34 Pegamos emprestado esse subtítulo de um documentário dirigido por Leandro Lopes e lançado em 2016.

35 Esses políticos e intelectuais, de forma geral, segundo Albuquerque, criaram essa imagem do Nordeste, inventaram esse Nordeste surgido na década de 10 do século XX, ao se criar o órgão de combate à seca, com um conjunto de imagens negativas sobre o Nordeste. Esse imaginário negativo construído, inicialmente aqui, no Nordeste. Precisamos ressignificar esse Nordeste, e é isso que tentamos fazer ao buscar quebrar estereótipos com relação à língua.

36 Mesa composta por mim, pela professora Zenaide Carneiro, pela professora Eliana Pitombo, com a coordenação da professora Myriam Barbosa. Essa reunião especial da SBPC ocorreu em 1996. Nela começamos a gestar um projeto que foi oficializado em 1998, mas era um projeto iniciado em 1996.

Também foi com a intenção geral de quebrar estereótipos que o professor Cosme Batista dos Santos, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pensou o projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano” e nos convidou para participar da equipe.

Nosso enfoque, nos dois projetos, o primeiro, iniciado, de certa forma, em 1994³⁷ e o segundo iniciado em 2013, sempre foi mostrar que o sertão/semiárido brasileiro e baiano é um território que produz riquezas, culturas e conhecimentos, com uma realidade sociolinguística diversa e rica. Na época em que iniciamos o primeiro projeto, não havia muitos estudos, quase nenhum, na área de humanidades, especialmente na linguística sobre essa região. Havia pontos no Atlas Prévio dos Falares Baianos e uma ou outra dissertação de mestrado. Essa lacuna era um espaço que precisava ser preenchido, já que, segundo Silva Neto (1986 [1950], p. 18), “Há mais de cem anos que se levantou, nos espíritos daquém e d’além-mar, o espinhoso problema da língua portuguesa do Brasil”. Ou ainda, como atestou Mattos e Silva (2004),

Passados quase cinco séculos, está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível, o processo do encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana multilíngue de origem, ainda mais complexa linguisticamente (Mattos e Silva, 2004, p. 11).

Esse espírito, colocado por Silva Neto e por Mattos e Silva, levou e tem levado, há anos, linguistas brasileiros e estrangeiros a buscarem

37 Aproveitamos a nossa participação no projeto Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas para iniciar nossa observação em algumas comunidades, inclusive, aproveitamos algumas gravações iniciadas no referido projeto, como a que foi feita em Piabas, município de Caém.

descrever e entender o português do Brasil. Desse modo, foi nessa tentativa que passamos a trabalhar.

Naquela altura, não havia muitos projetos com a intenção de estudar sincronicamente o português popular, destacavam-se muitos grupos, como o PEUL e diversos outros, os quais não citarei aqui para não correr o risco de esquecer algum, mas remeto ao trabalho de Paiva e Scherre (1999) intitulado “Sobre uma retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL” e ao trabalho de Oliveira (2016), intitulado “A Sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro”, nos quais as autoras fazem um levantamento dos grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo da língua portuguesa brasileira, elencando os projetos dedicados à análise do Português Popular Brasileiro (PPB) e do Português Culto Brasileiro (PCB), e outros que surgiram de 2016 até hoje. No entanto, poucos desses estudos, até as primeiras décadas dos anos 2000, dedicaram-se a pesquisar o português falado no interior, menos ainda o português rural falado no semiárido. Uma das poucas exceções, mas com objetivos um pouco diferentes dos nossos, foi o Projeto “Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas”, que deu, de certa forma, origem ao Vertentes, que estuda comunidades rurais e urbanas. Hoje, há muitos projetos, inclusive na Bahia, estudando falares rurais em diversas áreas.

A amostra do falar rural que daria a base para as análises foi constituída no período de 1994 a 2000³⁸ e conta atualmente com um banco de dados de diversas microrregiões econômicas da Bahia. Sempre na perspectiva de entender não só a participação de línguas indígenas, mas também as africanas na formação dessa nova variedade da língua portuguesa.

38 Nos anos 2000 fizemos a amostra do português falado em Feira de Santana, junto com as professoras Silvana Araújo, Eliana Pitombo e, novamente, a professora Zenaide Carneiro. Essa fase do projeto foi coordenada pela professora Silvana Araújo.

A metodologia utilizada para constituição da amostra foi a da sociolinguística laboviana. Foram pensadas células sociais a partir, inicialmente, da realidade sociocultural das comunidades rurais e posteriormente da realidade da zona urbana de Feira de Santana.

O critério utilizado na escolha das comunidades para a realização da coleta de dados foi o de que as localidades possuísem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, fazendo parte, principalmente, de dois importantes fatores do processo de (re)ocupação do interior do estado, os chamados “ciclos” da agropecuária (séc. XVII a XIX), Jeremoabo e Feira de Santana, e mineração (séc. XVIII, mais densamente), Rio de Contas e Caém (cf. Almeida; Carneiro, 1999, 2008; Carneiro; Almeida, 2008)³⁹.

Segundo Almeida e Carneiro (1999), constituir amostras para estudos linguísticos levando em conta aspectos sócio-históricos culturais pode propiciar uma melhor compreensão e controle de aspectos que podem ter influenciado a formação linguística da população rural da região semiárida. Além disso, os dados de comunidades não marcadas etnicamente em contraposição àquelas marcadas etnicamente podem ser importantes para o entendimento da formação sócio-histórica da língua falada nessas localidades, uma vez que as variedades linguísticas utilizadas em comunidades marcadas etnicamente foram formadas a partir de contatos linguísticos mais intensos (Almeida; Carneiro, 1999). No entanto, não se pode perder de vista o fato de que a variedade rural, como todo o PPB, foi formada a partir de contatos intra e interlinguísticos e foram variedades sempre muito marcadas pelos silenciamentos e apagamentos não só a partir das políticas linguísticas explícitas, mas também a partir da busca por parte da “sociedade” brasileira do ideal linguístico europeu ou “europeizado”.

Assim, na composição da amostra de fala da zona rural do semiárido baiano, realizamos entrevistas na zona rural dos seguintes

39 Uma pequena parte desse texto é um resumo das ideias colocadas nestes textos citados.

municípios: Rio de Contas (Chapada Diamantina), Caem (Piemonte da Chapada Diamantina), Jeremoabo (Nordeste) e Feira de Santana (Paraguaçu). Das quatro microrregiões contempladas nos *corpora* estudados, as duas primeiras são integrantes da antiga zona de mineração e as duas últimas da antiga/atual zona de agropecuária.

Levando em conta esses dados históricos e a metodologia da sociolinguística quantitativa (Labov, 1972; Weinreich; Labov; Herzog, 1968), foram coletadas amostras, a partir de gravações tipo diálogo entre participante e documentador, nas zonas rurais dos municípios preliminarmente selecionados. Como as comunidades rurais gravadas eram comunidades pequenas, tendo entre 300 e 800 habitantes, à época das gravações, utilizamos 12 participantes por comunidade, já que a escolaridade considerada foi apenas a de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, por conta das características locais. Dentro desta perspectiva, o projeto foi dividido em fases, tendo início em 1994, contando com a fase de composição de *corpus* e de estudo da variedade urbana de Feira de Santana.

– **Fase 1 (1994-2000):** Amostras de fala das microrregiões da Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina. Essas microrregiões fazem parte do ciclo de mineração. Foram realizadas gravações nas zonas rurais dos municípios de Caém e de Rio de Contas, sendo em parte publicadas na *Coleção amostras da língua falada no semi-árido baiano* (Almeida; Carneiro, 2008).

As amostras da Fase 1 foram utilizadas em teses e dissertações desenvolvidas tanto na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), quanto em outras instituições, entre elas Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outras. Além disso, foram realizados também com essas amostras monografias de especialização e trabalhos de iniciação científica, artigos, capítu-

los de livro. Não só trabalhos na área de morfossintaxe, mas também lexical. Esse material continua sendo utilizado em diferentes estudos.

– **Fase 2 (2000-2002):** Na fase 2, trabalhou-se com comunidades rurais da região nordeste do estado da Bahia, zona de agropecuária. Gravaram-se inquéritos nos seguintes povoados pertencentes ao município de Jeremoabo: Lagoa do Inácio, Tapera, As Casinhas. Parte destas amostras também foi publicada na coleção *Amostras da Língua Falada no Semi-árido Baiano* (Almeida; Carneiro, 2008). Além disso, essas amostras também foram utilizadas em dissertações de mestrado, em monografias etc., também em estudos morfossintáticos e lexicais. O escopo inicial era também constituir *corpus* em comunidades indígenas desta microrregião (nordeste). No entanto, por questões operacionais, esse trabalho demorou a ser realizado. Iniciamos recentemente esse trabalho junto com orientandas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos/PPGEL/UEFS.

– **Fase 3 (2007-2011):** No ano de 2007, o projeto entrou numa nova fase, denominada Fase 3, voltando-se para a zona urbana de Feira de Santana/BA. Depois de delinear um quadro do português falado em comunidades rurais baianas, cabia aos pesquisadores do projeto a desafiadora e necessária tarefa de procurar traçar uma descrição sociolinguística do português falado em uma cidade tão múltipla como Feira de Santana. Iniciaram-se, então, naquele ano – novamente com o apoio do Departamento de Letras e Artes (DLA) da UEFS e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB –, as gravações na sede do município, que é o segundo da Bahia em termos populacionais, ficando atrás da capital. Essa fase contou com a colaboração de outras pesquisadoras, além de mim e da professora Zenaide Carneiro, as professoras Silvana Farias de Araújo, Eliana Sandra Pitombo Teixeira e, por um curto período, a professora Sônia Coutinho. A professora Silvana Araújo foi a coordenadora dessa etapa do projeto e utilizou esse material em sua tese de doutorado (Araújo, 2014).

Não trabalharemos aqui com dados urbanos de Feira de Santana, apenas com os rurais.

Como tópicos para o desenvolvimento das entrevistas em todas as fases, destacamos a narração de experiências pessoais, a família, o namoro, o casamento, a escola, o trabalho, a infância, as viagens, a alimentação, a política local etc. Mas ressaltamos que esses temas eram sugeridos com cautela e sutileza, para evitar a criação de um clima pouco produtivo de conversação.

São muitos estudos com as amostras da coleção falada no semiárido realizada com os dados da zona rural. Apresentaremos, aqui, apenas alguns resultados de estudos realizados no nível lexical, tanto no âmbito do PPGE/UEFS quanto outros trabalhos.

A questão que sempre norteou o projeto no que diz respeito aos aspectos morfossintáticos foi esta: as diferentes variações encontradas na fala das pessoas dessas comunidades se dão no interior de uma mesma gramática? Essa gramática teria sido construída a partir de contatos? A questão que norteou os estudos do léxico foi similar, sendo que o objetivo geral era dicionarizar a riqueza lexical dessa região baiana, trazendo a voz dos habitantes, incluindo principalmente os povos indígenas e quilombolas. Nesse sentido, buscamos, sempre que possível, entender a origem das lexias encontradas com o objetivo de entender melhor a participação de línguas indígenas e africanas na formação do PB, dando visibilidade, na maior parte das vezes, ao que estava invisibilizado.

Iniciaremos a apresentação de um panorama sobre a língua falada no semiárido baiano a partir das questões lexicais. Há outros estudos sendo feitos, mas apresentaremos um panorama do que já temos.

2 Léxico afro-indígena e “arcaico”: o sertão multi-intercultural

Meu trabalho com o léxico do/no semiárido começou, de forma mais sistemática, em 2013, como já mencionado, a partir da nossa par-

ticipação no projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”. O convite feito a mim para ser pesquisadora desse projeto se deu exatamente por conta da minha participação no projeto “A língua falada portuguesa no semiárido baiano” e a minha tarefa nesse novo projeto seria realizar e orientar trabalhos que usassem as amostras já coletadas por nós e publicadas e também em outros *corpora* que pudessem surgir.

Esse projeto tem os seguintes objetivos: (i) Investigar e registrar a identidade lexical e cultural das comunidades rurais e urbanas do semiárido baiano; (ii) Mapear o acervo lexical escrito ou documentado; (iii) Estudar significados da lexia sertaneja nos dicionários tradicionais; (iv) Evidenciar os significados da lexia sertaneja nas falas de moradores em comunidades rurais e urbanas do semiárido; (iv) Introduzir a lexicografia no currículo de língua portuguesa no letramento escolar; (v) Editar um dicionário do dialeto em uso no sertão/semiárido baiano; (vi) Produzir verbetes locais como mecanismos de registros e de legitimação das variedades rurais, dos dialetos em uso nas comunidades indígenas, quilombolas e rurais do sertão baiano do sertão/semiárido. Todos já parcialmente ou totalmente alcançados.

A perspectiva usada é a defendida por diversos lexicólogos, a de que as palavras são uma das formas mais privilegiadas de acesso a uma cultura, ao conhecimento da realidade cultural de um povo e de uma região. O léxico nos permite, por exemplo, conhecer a carga cultural compartilhada entre grupos sociais e como essa carga cultural se manifesta através das palavras. Sobre essa questão, Celina Abade (2006) diz que

estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico (Abade, 2006, p. 2013).

Isquerdo (2009, p. 43) diz que o léxico é o “nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica”. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade”. Nesse sentido, esse processo foi crucial no processo de colonização, já que a nomeação acaba colaborando com o apagamento e ou silenciamento de algumas visões de mundo, visões de cultura. Dentro dessa perspectiva, buscamos pensar como as palavras sofrem modificações como perda de “so- taques”, inclusão de novos sentidos, exclusão de significados, silenciamentos, recuperações de sentidos, entre outras. Além de verificar a sua dicionarização ou não e como são tratadas nesses dicionários.

2.1 Lexias de origem africana

Iniciamos essa empreitada de estudar o léxico de origem africana no PB em um trabalho de qualificação durante o doutorado na UNICAMP sobre o esquecimento do léxico de origem africana nos livros de semântica e dicionários do final do século XIX, início do século XX (cf. Almeida, 2002).

Com o projeto sobre a lexicografia do semiárido, a ideia era a de verificar o quão produtivas ainda são palavras de origem africana no sertão, pois pesquisas mostram que a presença africana no sertão/semiárido foi historicamente diferente da presença africana no recôncavo, por exemplo. No recôncavo, houve uma presença constante e em maior número de escravizados ao longo da colonização e no sertão essa presença foi menor e havia um grande número de escravizados brasileiros ao longo dos séculos, já falantes de uma variedade do português, há uma exceção de uma presença um pouco maior de africanos escravizados na zona de mineração (cf. Carneiro; Almeida, 2007; Neves, 2011).

Dentro desta perspectiva, fiz um trabalho inicial que foi apresentado no encontro da Associação de Crioulos e Similares (ABECS),

ocorrido na UEFS, com o seguinte título “O caçula tá com dezesseis anos: o léxico de origem africana entre o uso geral e o uso pejorativo”, em 2015. Por não conseguir dar conta da temática por estar em cargo de gestão e com outras prioridades na pesquisa, passamos a empreitada de analisar o léxico de origem africana no *corpus* que constituímos no semiárido para minha orientanda, Uana Vaniessa Pinheiro Abreu (2019), que foi coorientada pelo professor Patrício Barreiros. Nesse trabalho, Abreu utilizou, como fonte de comprovação da origem das lexias, os seguintes dicionários e ou vocabulários: Houaiss (2009), Cunha (1982) e Castro (2005 [2001]).

Cada lexia foi pesquisada observando-se sua origem nas referidas obras, quando encontrada uma que fosse de origem africana ou de provável origem africana, passava-se para a verificação dos significados, ocorrência na frase e lista de abonações, que consiste em retirar exemplos do *corpus* analisado. Abreu (2019) encontrou, mesmo em um *corpus* que não foi feito com essa finalidade, 48 lexias de origem africana, dicionarizadas em pelo menos uma das três obras lexicográficas analisadas; entre elas: alumã, anduzeiro, bagunça, banana/bananeira/bananal, bandê/banguê, bendengó, búzio, cabaça, caçamba, cachaça, cachimbo, caçote, caçula, cacundo, calundu, cangaço, canjica, capanginha/capenga, capengue/capanga, capoeira/capueria/capueirado, carimbe/carimbo, carregado, conga, dendê, dengue, despacho, encosto, fifó/fifo, finado, fofa(r), forró, fuxico, garapa, gruna, jegue, jiló, macaco, maconha, mamona, merim, mocotó, moleque, moringa, nêgo, ponga, samba/sambar/sambadeira, senzala, xingar/xingava/xingo.

Chamamos a atenção para o fato de que foi uma lista de palavras retiradas de entrevistas semiestruturadas, feitas em situação informal. Há uma ou outra lexia que pode ser considerada de cunho duvidoso, como é o caso de jegue, que, segundo Cunha (1982, p. 454), é de origem inglesa. No entanto, quase todas as lexias elencadas foram atestadas, inclusive jegue e forró, no vocabulário da professora Yeda Pessoa de Castro, que é uma das maiores especialistas na área

de etnolinguística e trabalha com o papel das línguas africanas para a formação do PB. Outro dado importante é que as lexias apresentadas são de uso geral na comunidade e não em situações específicas, como seria o caso se estivéssemos realizando a coleta, por exemplo, em um terreiro de candomblé ou usando uma metodologia específica para coleta de termos de determinado campo semântico. Apenas três lexias apresentaram conotação religiosa: búzios, carregado e encosto.

Apesar das tentativas constantes de apagamento e ou silenciamento dos termos de origem africana (Almeida, 2002), fica evidente que, no sertão/semiárido baiano, africanismos sobreviveram e são produtivos tanto no uso geral quanto no uso especializado (Alves; Marques, 2016). No entanto, sabemos que, por conta da limitação do material analisado, o trabalho de Abreu (2019) apresentou limitações. Mesmo com essas limitações, é um estudo de importância grande para mostrar que, apesar do processo de glotocídio/linguicídio perpetrado contra as línguas vindas da África, as lexias africanas sobrevivem na fala dos sertanejos baianos.

2.1.1 Lexias de origem indígena

Dentro desta mesma perspectiva, orientamos um trabalho de Iniciação Científica (IC), que está sendo continuado no mestrado, sobre lexias de origem indígena no mesmo *corpus* usado por Abreu (2019) para o estudo das lexias de origem africana. Saádia Ferreira (2021) se dedicou, na IC, a estudar as entrevistas realizadas em Jeremoabo, por essa região ter presença indígena forte até os dias atuais.

O intuito foi, na iniciação científica, e continua no mestrado, investigar o que ainda é utilizado na variedade do português falada no semiárido baiano que possui origem nos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê. Isso porque “Há, como se sabe, vários empréstimos lexicais das línguas de base tupi incorporados no português brasileiro, embora muitas vezes não se tenha consciência disso” (Ivo, 2021, p. 49).

Ferreira (2021), na iniciação científica, encontrou, na região de Jeremoabo, os seguintes termos: arapuça, caititu, Craibeira/Ipê, cutia, macambira, tatu, tatu-peba. Foram 8 lexias que, segundo obras consultadas, possuem origem indígena. A origem das lexias foi pesquisada por meio dos dicionários Aurélio (2008), Dicionário Online de Português e Dicionário Tupi (antigo) – Português, de Carvalho (1987).

Apesar de ser uma região na qual as línguas originárias eram, em sua maioria, do tronco macro-jê, as palavras encontradas que tiveram origem definida são de origem tupi, o que demonstra um contexto do período colonial, no qual houve um processo denominado por alguns de tupinização, que é visto, de forma genérica e inicial, como um processo pensado e imposto pelos jesuítas que tinham aprendido e gramaticizado a chamada língua geral e tinham como objetivo ensiná-la aos povos indígenas não-falantes de tupi, para facilitar a catequização e a assimilação dos indígenas aldeados em missões jesuíticas, como já mencionado. No entanto, precisamos dizer que houve exceções entre os próprios jesuítas e outros religiosos com relação a se utilizar do método de tupinização. Alguns religiosos aprenderam outras línguas, as escreveram e catequizaram nelas, como exemplo, temos o Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri (1698), A Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Nação Kariri (1699), ambos registrados pelo Pe. Mamiani, e o Katecismo Indico da língua Kariris (1709), do Pe. Bernado de Nantes. Registros feitos a partir de aldeamentos dos sertões da Bahia.

Mesmo ressaltando que no material analisado que não foi coletado com vistas a estudo lexicográfico, houve poucas lexias de origem indígena, o que pode representar a necessidade de uma metodologia específica para a coleta, mas também pode ser um indício de silenciamento ou apagamento da participação indígena na formação mais ativa do léxico do português da região. Só estudos mais aprofundados poderão responder a essas questões.

Outro trabalho que orientei, na linha de participação indígena na formação do léxico brasileiro, foi do de Paloma Reis Soares (2022), trabalho final da graduação intitulado “A participação da família linguística kiriri para a formação do léxico do português brasileiro falado no município de Quinjingue-BA”, que teve como foco destacar a participação dos povos indígenas, que falavam as línguas da família linguística kiriri, tronco macro-jê, no PB disseminado no sertão baiano, precisamente no município de Quijingue/BA, a qual é certificada por documentações datadas do século XVII e meados do século XVIII. Os moradores de Quijingue têm laços estreitos com indígenas Kiriri, aldeamento de Mirandela, e os Kaimbé, aldeia de Massacará.

Soares (2022) encontrou, na comunidade de Quijingue, várias das lexias elencadas por Ferreira no *corpus* “Amstras da língua falada no semiárido baiano” (Almeida; Carneiro, 2008). Bom esclarecer que Soares (2022) trabalhou com entrevistas com 3 idosos realizadas por ela para a escrita do Trabalho de Conclusão do Curso. As lexias encontradas por ela foram as seguintes: angico, arará, araticum, caatinga, carnaíba/carnaúba, caroá/gravatá, jabuticaba, jitirana, jurema, jurubeba, ouricuri/licuri, maniva, papaterra, pindoba, quixaba, sucupira. Dessas lexias, nem todas são comprovadamente de origem indígena; há dúvidas sobre algumas delas, como é o caso, por exemplo, de papaterra. Faz-se necessário ressaltar que a designação de cada palavra foi consultada no dicionário Houaiss Online (2022) e comparada com as lexias dispostas no catecismo de Mamiani (1698).

Quanto aos elementos da flora, obteve-se um grande número de palavras e, entre elas, a maioria foi designada ao tronco tupi, mesmo sem haver certeza, demonstrando a possibilidade ou a indagação de algum dicionarista a respeito da provável etimologia. Em vista disso, as palavras dentro deste aspecto são angico, arará, araticum, carnaíba~carnaúba, caroá~gravatá, jabuticaba, jitirana, jurema, jurubeba, ouricuri~licuri, maniva, pindoba e sucupira.

2.1.2 Lexias “arcaicas” e/ou galegas

Outro trabalho que orientei na área de lexicografia/lexicologia, mas que foi na linha de um léxico europeu, no caso específico com o léxico de origem galega e/ou os chamados arcaísmos, foi o realizado por Gracielli Fabres de Araújo (2015), em sua dissertação intitulada “Caminhos da Galícia: o léxico do semiárido baiano”, que trouxe discussões como: o galego-português; o momento em que a Galícia deixou de usar o galego, principalmente na zona urbana e adotou o castelhano. Trouxe também textos, do final do século XIX início do século XX, na tentativa de mostrar que as palavras elencadas como de origem galega e que são usadas no semiárido aparecem nas transcrições do Galego. Mas não nos deteremos nesta discussão. Apresentaremos os resultados linguísticos encontrados que foram publicados posteriormente em capítulo de livro escrito por Araújo e por mim (Araújo; Almeida, 2016), em livro organizado por Santos e Queiroz (2016).

Em primeiro momento, foi feita a leitura da coleção *Amstras da língua falada no semi-árido baiano* (2008) e o levantamento das unidades lexicais que contemplam as influências ibéricas, a partir de um conhecimento prévio sobre a fala dos galegos e também um conhecimento acerca do espanhol. Partimos para um *corpus* dicionarístico, referente à terminologia ibérica e, posteriormente, organizamos uma amostra com dezessete unidades lexicais as quais, depois da coleta, foram organizadas em fichas lexicográficas. Chamamos a atenção para o fato de que no semiárido existem outras palavras que poderiam ser consideradas arcaísmos, como *bassoura*, por exemplo, mas foram trabalhadas as lexias que apareceram nas entrevistas.

O *corpus* foi organizado em unidades lexicais com 17 verbetes, constituído de 6 substantivos, 3 advérbios, 2 conjunções, 4 interjeições e 2 verbos, de acordo com o *Dicionário Aurélio*. Observa-se que os substantivos se destacam no decorrer do estudo. A seguir, apresentamos a distribuição conforme a classificação de cada verbete, entre

eles: depois, apoís, entonces, menhã, luita, proque, esprito, tamém, vixe, dixe, oxe, oxente, vinhesse, cabra (fala-se da origem espanhola em cabron), painho, mainha. As lexias foram checadas nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789), Pinto (1832), Houaiss (2001) e Aurélio (2004).

A partir da análise das entrevistas, observou-se o uso das palavras *depois, apoís, entonces, menhã, luita, proque, esprito, tamén, vixe, vige, dixe, vinhesse, oxe, oxente, cabra, painho e mainha*, as quais podem ser consideradas arcaísmos. Pode haver no caso de muitas dessas lexias questionamento com relação a algumas delas como uso de um possível processo fonético-fonológico e não arcaísmos, como são os casos de proque, esprito, tamém. Essa é uma questão complexa, mas dadas outras características das comunidades, as analisamos como arcaísmos. A localidade na qual as ocorrências mais aconteceram foi em Rio de Contas – Chapada (mais antiga). Bases históricas comprovam a trajetória de galegos pela Chapada Diamantina, desde o século XVI, assim como por Ilhéus. Foram também observadas muitas ocorrências em Piemonte da Diamantina.

No interior do Brasil, muitas expressões sinalizam a grande herança linguística deixada na fala de brasileiros, a exemplo do simples “cabra”, vindo de “cabrão”, “cabrón” (na Espanha cabrão tem o significado de safado); na Galiza, as palavras “tresantonte”, “saluço” e nas formas verbais como “vinhesse”, visto como “viñese” na Galiza, e “dixe”, em vez de “disse”, ouvidas pelo Brasil. Quanto às palavras “Painho” e “Mainha”, amplamente utilizadas no Nordeste, acredita-se que são de origem galega, de acordo com as afirmações da pesquisadora galega Rosário Álvarez (em comunicação pessoal a Araújo).

Todos esses exemplos tentam comprovar a influência de povos ibéricos, em especial dos galegos, na língua falada na Bahia, principalmente nas variedades rurais e, mais especificamente, no léxico. Muito ainda deve ser feito sobre essa parte da história do português do Brasil.

2.1.3 Outros estudos

Há outros estudos em andamento no âmbito do projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”, em especial com relação ao papel das línguas indígenas na formação do PB, um deles trabalhando com o material das “Amostras do português falado no semiárido baiano” e outro com previsão de gravação de entrevistas em comunidades indígenas.

Realizamos também, junto com Lécia Penna (Penna; Almeida, 2016), um trabalho sobre o léxico ligado a atividades de trabalho no campo. Foi um capítulo publicado no livro organizado por Santos e Queiroz (2016), já mencionado aqui. Diversas lexias são comuns a outras comunidades, sendo que há um uso comum de termos descritivos, com um grau de iconicidade, demonstrando a relação do homem do semiárido com os problemas relacionados à seca, mas também com a religiosidade, como colocado nos exemplos abaixo:

– As expressões “feijão de arranque” e “feijão catador”, usadas para designar respectivamente o feijão-comum e o feijão-de-corda, demonstram a maneira como se faz a colheita do feijão, ora arrancando toda a planta para retirar os grãos, no caso do feijão-comum, ora catando as vagens com os grãos, no caso do feijão-de-corda. Outros vocábulos encontrados no referido estudo como “candombá”, “palmatória”, “temporão” e “anapiri” não são dicionarizados. Alguns deles são considerados brasileirismos⁴⁰, como “araruta” e “paina”, e outros, de origem tupi, como “taquara”, “pindoba”, “samambaia”, “pequi”, “manicoba” e “camará”. Segundo Cardoso (2005, p. 176), o vocabulário da flora brasileira de origem tupi é muito grande. Aulete traz “paina” como sendo de origem malaiala. O vocábulo “pau-de-óleo” não aparece no dicionário, mas sim o vocábulo “copaíba”. O vocábulo “licurizeiro” também não é dicionarizado, aparecendo como entrada ape-

40 Em muitos casos, dicionários, principalmente mais antigos, designam palavras de origem indígena e africana como brasileirismos.

nas “licuri”, de origem tupi, que serve para designar a árvore e o fruto dessa planta. Encontramos ainda meridio, que é uma espécie de porco selvagem. Segundo Borba (2011, p. 911) e Aulete (2011, p. 918), se refere ao meio-dia, enquanto os informantes dizem que é uma espécie de porco selvagem. Encontramos ainda duas lexias ligadas à preparação do abobe que não são dicionarizadas, são elas: “metregar” e “macetar”, ambas ligadas ao processo de amassar o barro para tomar consistência. No entanto, a maioria das ações relacionadas à atividade de produção do adobe é designada por vocábulos dicionarizados.

Assim, verificamos que muitas das lexias e das expressões encontradas na fala de pessoas da zona rural da Bahia não são dicionarizadas ou, quando são, estão de forma incompleta, como aponta Santos (2016). Quando se trata de lexias de origem africana e de origem indígena, há tendências nos dicionários tradicionais: A) A tendência à invisibilidade: umbuzada (batida de umbu), apeiar (desmontar); B) Tendência à incompletude: **Terreiro**. *s.m.* 1. Espaço de terra livre e plano. 2. Local de cerimônias de cultos afro-brasileiros; C) Tendência ao uso pejorativo: Definição de **moleque** em Aurélio: 1. Neguinho. 2. Indivíduo sem palavra, ou sem gravidade. 3. Canalha, patife e só no final dá o significado original 4. Menino de pouca idade.

Quando se trata de lexias surgidas a partir da experiência da comunidade rurícola, como foi o caso dos termos descritivos encontrados nas denominações de atividades ligadas a atividades laborais de duas comunidades do semiárido, especificamente da Chapada Diamantina, há também as mesmas tendências, principalmente a invisibilidade. Esse falar rural é muito organizado a partir do princípio da experiência, trata-se de uma fala que incorpora, na sua narrativa, o viver e o trabalhar, as experimentações cotidianas, os elementos da paisagem. As palavras produzidas nesse contexto que comunicam pela descrição falam de coisas que são e descrevem as trajetórias da coisa comunicada.

Tentando fechar essa parte sobre o léxico do sertão semiárido, podemos dizer que há diversos estudos na área de lexicografia e lexico-

logia que trabalham o léxico baiano, especialmente no âmbito do Atlas Linguístico do Brasil (ALIB). No entanto, nós nos detivemos em uma área específica que é o sertão-semiárido baiano e utilizamos uma metodologia diferente do ALIB. O ALIB se utiliza de questões específicas por áreas semânticas, o que leva a determinadas respostas. Nós utilizamos *corpora* orais, entrevistas relativamente livres que falam de vários temas, não levando ao uso de um campo semântico específico. Nesta perspectiva, pelos dados analisados até o momento, podemos afirmar que o léxico utilizado, especialmente em comunidades rurais, tem uma presença forte de línguas africanas e indígenas, apesar dos poucos dados ainda analisados (com presença maior ao que parece do tupi antigo ou tupinambá), além do que convencionamos chamar de arcaísmos, que estão em processo de desaparecimento com a morte dos mais velhos. Sabemos que essa participação seria muito mais visível se nossos estudos sobre essas comunidades estivessem mais adiantados, mas também sabemos que houve e há muitas formas de silenciar essas lexias, especialmente quando pessoas que as usam passam a ter contato com o português urbano e são discriminadas por conta das suas formas de falar.

Assim, podemos dizer que, em certa medida, o léxico da variedade linguística do sertão/semiárido baiano possui duas grandes vertentes, a da inovação e a do conservadorismo. As inovações são frutos da participação, principalmente, das línguas indígenas e africanas, e o conservadorismo, via arcaísmos, são manutenções de lexias vindas do galego ou de variedades mais antigas do português, podendo haver alguma influência do castelhano. Há muito trabalho ainda por ser feito no que diz respeito à formação do nosso léxico.

3 Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que os povos dominados buscaram estratégias de sobrevivência, entre essas estratégias estava e está o domínio da língua do dominador, que, inicialmente

imposta, se tornou para muitos uma das formas de proteção e ascensão social. Há na variedade do português popular, como a analisada por nós aqui, especificidades lexicais, o que é natural, já que o léxico é o nível da língua mais suscetível a deixar as pegadas da cultura de um grupo social, de um povo. As marcas das línguas africanas, indígenas e outras, dependendo da região do país, estão vivas e participaram/participam ativamente da formação da língua que conhecemos como português brasileiro. Há muito ainda a ser feito para conhecermos os efeitos da colonização linguística e da transmissão linguística irregular na formação do PB (nos termos colocados por Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009), especificamente sobre a participação das línguas africanas e indígenas, no caso da última, os estudos ainda são bastante iniciais.

Referências

- ABBADE, C. M. de S. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M. da C. R.; QUEIROZ, R. de C. R. de; SANTOS, R. B. dos (org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-225.
- ABREU, U. V. *Da África à Bahia: um estudo sobre o léxico africano em comunidades do semiárido baiano*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- ALMEIDA, N. L. F. de; CARNEIRO, Z. de O. N. *Amostras da língua falada no semi-árido baiano*. Feira de Santana: UEFS/FAPESB, 2008.
- ALMEIDA, N. L. F. de; CARNEIRO, Z. de O. N. A língua portuguesa falada no semi-árido baiano: algumas considerações. In: *Congresso de Língua Falada e Escrita*, 1999, Maceió. Múltiplos olhares sobre a língua. Maceió: UFAL, 1999.
- ALMEIDA, N. L. F. de. O (quase) esquecimento dos africanismos em estudos de Pacheco Silva e Said Ali. *Línguas e Instrumentos linguísticos*, Campinas, v. 5, n. 9/10, p. 93-104, 2002.

ALVES, M. R. A.; MARQUES, J. Africanidade e identidade Yorubá nos terreiros do sertão: a força da tradição oral. *REVASF*, Petrolina, v. 6, n. 10, p. 65-74, 2016.

ARAÚJO, S. S. de F. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ARAÚJO, G. F.; ALMEIDA, N. L. F. de. Caminhos da Galícia: o léxico no semiárido baiano. In: SANTOS, C. B.; QUEIROZ, R. C. (org.). *As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana*. Salvador: EDNUEB, 2016. p. 99-118.

AULETE, C. *Novíssimo aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon, 2011

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Companhia de Jesus, 1712.

BORBA, F. da S. (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2011.

CALVET, J. *Linguística e colonialismo: pequeno tratado de glotofagia*. Traduction de Xoan Fuentes Castro. Santiago de Compostela: Edicions Laiovento, 1993.

CARDOSO, E. de A. A formação histórica do léxico da lingua portuguesa. In: SILVA, L. A. da. (org.). *A lingua que falamos: portugues, história, variação e mudança*. São Paulo: Globo, 2005.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: RAMOS, J. M.; ALKMIM, M. A. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. 5, estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. p. 423-442.

CARVALHO, M. R. de. *Dicionário Tupi (antigo) português*. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local—files/biblio%3Acarvalho-1987-dicionario/Carvalho_1987_DicTupiAntigo-Port_OCR.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

CASCUDO, L. da C. *Literatura oral no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CASTRO, Y. P. de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 [2001].

CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DICIONÁRIO Michaelis online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coloniza%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 4 out. 2023.

EVARISTO, J. O lingüicídio africano no Brasil. *Revista Fórum lingüístico*, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7086-7097, 2021.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. [S. l.]: J.E.M.M. Editores Ltda., 1986. p. 1-1821.

FERREIRA, S. Heranças lexicais dos povos de língua tupi na região de Jeremoabo/Bahia. *Relatório de Iniciação Científica*. Feira de Santana: UEFS, 2021.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009 [2001].

ISQUERDO, A. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (org.). *Dos sons às palavras: as trilhas da Língua Portuguesa*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 42-59.

IVO, I. P. O falar caiçara: subsídios para os estudos sobre a contribuição de línguas indígenas para a formação do português brasileiro. *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 29-53, 2021.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LYRIO SANTOS, F. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. 2012. 315 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

LOBO, T. *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. Vol. I. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARIANI, B. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. [S. l.]: Letramento, 2019.

NEVES, E. F. *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011.

NOBRE, W. C. A. *História linguística do sul da Bahia (1534-1940)*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

OLIVEIRA, J. M. A Sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), Campinas, v. 58, n. 3, p. 481-501, 2016.

PAIVA, M. da C. da; SCHERRE, M. M. P. Sobre uma retrospectiva Sociolinguística: contribuições do PEUL. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 201-232, 1999.

PENNA, L.; ALMEIDA, N. L. F. de. “Sambambá. Conhece sambambá?": o estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barras dos Negros (Rio de Contas-BA). In: SANTOS, C. B.; QUEIROZ, R. C. (org.). *As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana*. Salvador: EDNUEB, 2016. p. 35-68.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Portuguesa Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RODRIGUES, A. D. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. São Paulo: DELTA, 1993. p. 99-100.

SANTOS, C. B. dos; QUEIROZ, R. (org.). *As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana*. Salvador: EDUNEB, 2016.

SERTÃO como se fala | documentário | 71' (2016). [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (71 min). Publicado pelo canal Mascando Clichê Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hc7IgeAwQs>. Acesso em: 17 out. 2025.

SILVA, A. de M. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986 [1950].

SOARES, P. *A contribuição da língua kiriri para a formação do léxico do português brasileiro falado no Município de Quijingue-BA*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

WEINHREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empírica! foundations for a theory of language change*. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

CAPÍTULO 5

Entre as línguas étnicas e a língua guineense: uma análise preliminar dos róticos [ɾ] e [r] no português guineense

Mário Alexandre Garcia Lopes

Universidade de Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

Tcherno Baldé

Universidade de Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

Introdução

O interesse em pesquisar a realização da classe consonantal dos róticos no português de Guiné-Bissau iniciou-se a partir de um estudo fonético e fonológico que fiz sobre a língua biafada (Lopes, 2023). Quando eu organizava um *corpus* sobre esta língua na cidade de Buba, na região de Quínara, em Guiné-Bissau (2016-2019), os contextos fonológicos de ocorrência dos róticos, vibrantes múltipla [ɾ] e simples [R], na língua biafada, chamavam a minha atenção. A partir de 2022, comecei a ministrar alguns minicursos como professor de linguística no projeto social *Fo Kaira Coworking* na cidade de Acarape/CE, voltado para o ensino da língua portuguesa em gêneros textuais acadêmicos.

A partir das vivências em Guiné-Bissau e na sala de aula, fui observando na leitura e na oralidade dos alunos a produção dos róticos (vibrantes múltipla e simples) realizados no português guineense.

Por exemplo, as palavras do português brasileiro que contêm róticos como *remédio*, *cara*, *carro*, *partido* podem ser pronunciadas com as fricativas velares [x], a glotal [h], a vibrante múltipla [r] e a vibrante simples [R]. Já na pronúncia dos estudantes guineenses, os róticos produzidos eram as vibrantes múltipla [r] e simples [R]. Essas observações “empíricas auditivas” conduziram-me, juntamente com o discente de graduação em letras-língua inglesa, Tchernó Baldé, a realizar esta pesquisa exploratória sobre os róticos no português guineense, tendo como base a análise dos contextos fonológicos da língua guineense e das línguas étnicas de Guiné-Bissau.

Este artigo apresenta como foco a descrição e a análise dos róticos no português guineense. Nossa hipótese é de que os róticos no português guineense têm como base os contextos fonológicos das línguas étnicas guineenses que são as línguas do substrato na formação da língua guineense/crioulo guineense. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é a descrição e a análise dos ambientes fonológicos dos róticos na língua guineense e nas línguas étnicas guineenses.

Para a realização desta pesquisa, estabelecemos as seguintes etapas: (a) anotar os contextos fonológicos dos róticos nas descrições fonética-fonológica feitas em línguas étnicas guineenses, como as línguas fula e biafada nos trabalhos de Moura (2007) e Lopes (2023); (b) verificar os contextos fonológicos de ocorrência dos róticos na língua guineense nas pesquisas de Chapouto (2014) e Costa (2014); (c) gravar 42 palavras com róticos nas línguas étnicas guineenses faladas pelos discentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na cidade de Acarape/CE; (d) transcrever de acordo com o Alfabeto Internacional de Fonética os dados obtidos da gravação das línguas étnicas; (e) comparar os contextos fonológicos dos róticos nas pesquisas bibliográficas com os dados das línguas étnicas gravadas; e, por fim, (f) analisar os contextos fonológicos dos róticos no português guineense, observando se a produção articulatória dessas consoantes é semelhante às línguas guineense e étnicas.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, na seção 1, fazemos uma breve descrição de algumas características geográficas, ecológicas, econômicas, históricas. Em seguida, na seção 2, apresentamos o cenário multilíngue de Guiné-Bissau, buscando quantificar o número de línguas faladas no país e descrevendo as relações entre as línguas português guineense, guineense/crioulo e as étnicas. Na seção 3, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre a fonética e a fonologia dos róticos nas variedades do português de Portugal, brasileiro, do Príncipe e de São Tomé. Baseamos essa descrição nos trabalhos de Cagliari (1981), Monaretto (1997), Callou e Leite (2009), Pereira (2020) e Agostinho e Mendes (2020). O foco desta seção é proporcionar uma visão geral de como se realizam os róticos nessas variedades do português. Na seção 4, apresentamos a metodologia que utilizamos para investigar os róticos no português guineense. Na seção 5, apresentamos a análise dos róticos nas línguas fula, bafada, balanta, mandinga, mandjaco, pepel e na língua guineense. Na seção 6, apresenta-se a metodologia, com um olhar sobre a origem dos róticos no português guineense; Na seção 7 faz-se uma análise dos róticos das línguas étnicas e guineense, antes de apresentar as conclusões.

Para essa análise, consultamos os trabalhos de Moura (2007), Lopes (2023), Costa (2014), Chapouto (2014) e organizamos um pequeno *corpus* formado por 42 palavras das línguas étnicas guineenses elicitadas por estudantes guineenses universitários da UNILAB/CE. E por fim, apontamos as principais conclusões desta pesquisa preliminar, indicando caminhos futuros de pesquisas que possam focalizar na classe consonantal dos róticos no português guineense. É importante destacar que ainda não há descrições e análises fonética-fonológicas voltadas para o português guineense. As pesquisas linguísticas nesta área da fonética e da fonologia são extremamente importantes, pois ajudam a confirmar que as variedades do português são pluricên-

tricas e não mais baseadas em variedades padrões como o português brasileiro e o português de Portugal.

1 Guiné-Bissau: características geográficas, ecológicas, econômicas e históricas

A Guiné-Bissau é um país de 36.125 km², situado na costa ocidental africana, que faz divisa ao norte com o Senegal, a leste e a sul com a República de Guiné-Conakry e a oeste o país é banhado pelo oceano Atlântico. Na parte insular, com uma área de 10.000 km², há o arquipélago dos Bijagós, constituído de 88 ilhas e ilhéus, das quais somente 20 são habitadas.

Segundo Maretti (2002), toda a zona costeira de Guiné-Bissau é uma das áreas mais ricas da África Ocidental, por abrigar grande diversidade de aves, principalmente aquáticas, grandes extensões de manguezais, inúmeras ilhas e os vários rios. Além disso, há a presença de espécies ameaçadas em extinção como peixe-boi *Trichechus Senegalensis*, os crocodilos *Crocodylus Niloticus* e *Osteoleamus Tetraspis* e o hipopótamo marinho *Hippopotamus Amphibius*. Em relação à população, estima-se no país uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Administrativamente, Guiné-Bissau é dividido em 9 regiões ou setores, a saber: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quínara, Tombali e o setor autónomo, a capital do país, Bissau. No mapa abaixo, há os limites geográficos juntamente com as nove regiões administrativas que compõem o país de Guiné-Bissau:

Figura 1 – Mapa das regiões administrativas de Guiné-Bissau



Fonte: www.mapsofworld.com (2014)

Economicamente, a população guineense vive essencialmente dos seus recursos naturais e serviços de ecossistema. O setor agrícola tem a maior contribuição na economia nacional com 57% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega 79,2% da população. A economia nacional é extremamente dependente da monocultura e da exportação de castanha de caju. Com as safras de 150 mil toneladas de caju, a Guiné-Bissau se tornou o 5º exportador mundial e o primeiro *in natura* de castanha de caju.

De acordo com Bull (1989), provavelmente a origem da palavra *Guiné-Bissau* vem de línguas africanas. No caso de *Guiné*, a palavra refere-se ao nome de uma aldeia fundada pelos anos de 1040 nas margens do Alto-Níger. Essa aldeia era o caminho onde as caravanas de mercadores faziam o comércio entre o Sudão e a África Meridional. No decorrer dos séculos, a palavra *Guiné* teve várias grafias: *Guynea*, *Guinanha*, *Guinee*, *Jenni*, *Genni*, *Djenni*, etc. A escrita da palavra *Guiné*

era sem artigo. Somente no século XIX, emprega-se *Guiné* com o artigo feminino. A ausência do artigo e depois a presença do artigo antes da palavra *Guiné* parece remontar que a grafia atual foi uma tentativa de adaptar à grafia e à fonética das línguas ocidentais.

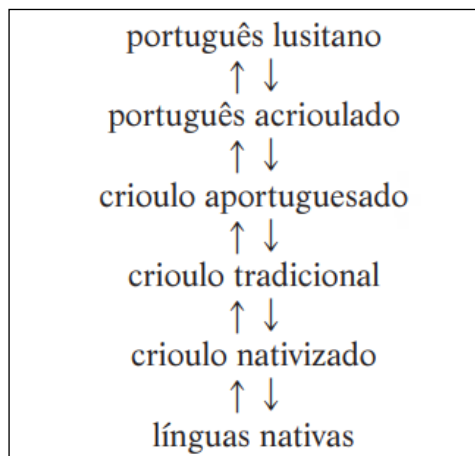
Já o topônimo *Bissau* provavelmente vem da língua Pepel, uma das etnias de Guiné-Bissau. Na grafia portuguesa, a palavra *Bissau* teve as seguintes variações: *Bisseaux*, *Bisseau*, *Bissao*, *Bisao*, *Bisano*, *Bisaa*, *Bissau*. A grafia mais antiga tem sua base no francês escrita no mapa de De la Courbe. A palavra *Bissau* ora aparece documentada como *Bisseaux*, ora como *Bisseau*. Com base nos argumentos sobre a origem geográfica e a grafia do topônimo *Guiné-Bissau*, Bull (1989) defende a hipótese de que provavelmente essa expressão se origina nas línguas africanas.

2 Multilinguismo em Guiné-Bissau

O contexto linguístico da Guiné-Bissau caracteriza-se por 27 línguas maternas; uma língua oficial – o português; uma língua nacional – o crioulo guineense/guineense/kriol; e cinco línguas estrangeiras (árabe, mandarim, espanhol, hindi e coreano).

O pequeno espaço geográfico em que Guiné-Bissau está inserido no oeste africano permite um contato mais intenso entre as várias línguas. Couto (2010, p. 31) propõe um gráfico que representa a realidade multilíngue de Guiné-Bissau, onde o português, o guineense e as línguas étnicas se relacionam compartilhando o léxico e os traços gramaticais:

Figura 2 – Relações entre as línguas em Guiné-Bissau



Fonte: Couto (2010, p. 31)

3 Características do português em Guiné-Bissau

As variantes do português são formadas atualmente pelo português lusitano/português de Portugal (PP), português brasileiro (PB) e pelo português acrioulado/português guineense (PG). O PP é a variante de maior prestígio da língua portuguesa em Guiné-Bissau. Em seguida, há o PB, difundido principalmente através das telenovelas brasileiras. E por fim, há o PG, que é formado pela influência da língua guineense. De acordo com Mufwene (2015, p. 349 *apud* Colóquio..., 2022), o crioulo e o pidgins são definidos da seguinte maneira:

Estritamente falando, crioulos e pidgins são novas variedades linguísticas que se desenvolveram a partir de contatos entre variedades coloniais não padronizadas de uma língua europeia e várias línguas não europeias ao redor do Atlântico e nos oceanos Índico e Pacífico durante os séculos XVII e XIX.

O trabalho de Couto (2010, p. 51) aponta que no português guineense alguns contextos gramaticais, sintáticos e semânticos são influenciados pela língua guineense. Por exemplo, a falta de concordância no sintagma nominal “*Ele tem três filho fêmia*”. Na língua guineense, não há a concordância no sintagma nominal: “*I tene tris fidju femia*”. No PG, o autor encontrou o verbo não flexionado: “*Eu não ouve português*”. Na língua guineense, o verbo não possui flexão: “*I ka na obi purtuguis*” (= Eu não estou ouvindo português).

Na semântica, Couto (2010) observou o uso da palavra *doente* no português guineense com o sentido de cansado: “*Eu estou doente hoje*” (“doente” é cansado na língua guineense). Outro contexto semântico registrado pelo autor foi o verbo “cansar” no português guineense. Na frase “*O português do Brasil nos cansa*”, o verbo *cansar* vem do verbo da língua guineense *kansa* que significa “difícil”: “*Purtuguis ta kansanu*” (= o português nos cansa, isto é, o português é difícil para nós).

4 Línguas guineense e étnicas: descrição geral

Em relação à língua guineense/crioulo guineense, há três variações: a) crioulo aportuguesado que se caracteriza por muitos empréstimos lexicais da língua portuguesa. Essa variedade é denominada também de *crioulo da praça*, isto é, o crioulo falado nas cidades, principalmente, na capital, a cidade de Bissau; b) crioulo tradicional denominado de *kriol fundu*/ “crioulo profundo” é o crioulo falado nas tabankas/aldeias do interior pelos *omi* e *midjeris garandi*, isto é, os anciãos-sábios das aldeias.

Provavelmente, essa variante da língua é a mais diacrônica que remonta à época da colonização portuguesa; c) crioulo nativizado tem como um dos traços a fonética baseada nas línguas étnicas. Por exemplo, na língua bijagó não há o fonema fricativo labiodental não vozeado /f/, portanto a tendência dos falantes do crioulo nativi-

zado é pronunciar “*pasi*” ao invés de “*fasi*”/fazer, isto é, troca-se o /f/ pelo /p/. Na língua balanta não há a oclusiva bilabial não vozeada /p/ somente a vozeada /b/. Em palavras no guineense com /b/ como “*poti*”, pronuncia-se “*boti*”.

De acordo com Wilson (1962 *apud* Couto, 2010), há três dialetos principais do guineense, a saber: a) o dialeto de Bissau e Bolama; b) o dialeto de Cacheu e São Domingos, e por fim, c) o dialeto de Bafatá e de Geba. Em relação às línguas étnicas, no estudo feito por Scantamburlo (2013), o autor enumera as seguintes línguas faladas em Guiné-Bissau com os respectivos números de falantes:

Tabela 1 – Línguas faladas em Guiné-Bissau, Censo (2009)

Língua	(%)	Número de falantes
Crioulo guineense	44,31%	673.880
Balanta	24,54%	373.212
Fula	20,33%	231.774
Português	11,08%	168.508
Mandinga	10,11%	153.756
Manjaco	8,13%	123.643
Pepel	7,24%	110.108
Biafada	1,97%	29.960
Bijagó	1,97%	29.960
Bijagó	1,86%	28.287
Mancanha	1,48%	22.508
Felupe	0,31%	4.715
Nalu	0,05%	760
Cristãos de geba		
Total	133,38%	1.951.071

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 28)

Além dessas línguas, Scantamburlo (2013, p. 27) arrola outras línguas minoritárias faladas no país: bagas, baiotes, bambaras, banhus, cassangas, conhagui, cobianas, jacancas, jalofo (ou wolof), landumãs, padjadincas (ou badjaranca), saracolés (ou soninkés), sereres (ou nhomincas), tandas, timnhés.

Notem que, na Tabela 1, a percentagem de falantes da língua portuguesa é de 11,08%, enquanto as línguas guineense, balanta e fula juntas têm 99,18% de falantes. Esta estatística nos mostra que, embora o português seja a língua oficial, ela não é a língua falada diariamente dentro das famílias. Trata-se de uma língua usada para contextos formais de comunicação, como é o caso das instituições públicas, na produção de documentos oficiais e na educação.

5 A produção fonética-fonológica dos róticos nas variedades do português: brasileiro, europeu, São Tomé e Príncipe

No trabalho clássico da área de fonética e de fonologia do linguista Prof. Luiz Carlos Cagliari intitulado “Elementos de fonética do português brasileiro”, publicado em 1981, observa-se que os sons róticos são divididos em duas classes de sons, a saber: a) vibrantes e b) o tepe.

As vibrantes são sons produzidos de forma distinta por meio de dois articuladores ativos. O primeiro articulador é a ponta da língua que bate repetidamente contra a área alveolar da abóbada palatina atrás dos dentes incisivos. Já o segundo, o articulador ativo na produção articulatória dos sons vibrantes, é o véu palatino que bate repetidamente contra a parte posterior da língua. Quando a vibrante é realizada nos alvéolos, então temos a vibrante alveolar [r]: [‘mar]. Já a produção sonora da vibrante na região posterior da língua é denominada de vibrante ulvular [ʀ]: [‘maʀ].

Outro tipo de som rótico é o tepe que se configura articulatoriamente pela ponta da língua batendo rapidamente uma única vez con-

tra os alvéolos atrás dos dentes incisivos. Cagliari (1981) aponta para a diferença do bloqueio à corrente de ar entre um som tepe e um som oclusivo. Na produção articulatória do tepe, o bloqueio à corrente de ar dentro da cavidade bucal tem uma duração extremamente reduzida, enquanto o bloqueio à corrente de ar num som oclusivo possui uma duração relativamente demorada.

O tepe pode ocorrer nos seguintes contextos: a) entre uma oclusiva ou fricativa labiodental e uma vogal: “prato” [ˈpRatu], “crise” [ˈkRizI] “crise”, “frota” [ˈfR ta], “livro” [ˈlivRU]; b) entre duas vogais: “caro” [ˈkaRU], “careta” [kaÈReta]; e c) na pronúncia de certos falantes, em posição final de sílaba diante de uma consoante: “forja” [ˈf RZa], “terno” [ˈtERnU].

Na pesquisa de Monaretto (1997), a autora define os róticos no português brasileiro como sons vibrantes produzidos por pequenas oclusões realizadas pela língua ou pela tremulação da úvula através da corrente de ar. A ponta e o dorso da língua coordenam movimentos de vibração contra a arcada dentária superior, alvéolos ou ainda contra o véu palatino. Quando o articulador ativo, a língua, bate por várias vezes nos articuladores passivos (alvéolos ou na arcada dentária), então o som produzido é a vibrante múltipla [r]. Se a língua realiza somente uma batida nos alvéolos ou na arcada dentária, o som produzido será a vibrante simples ou o tepe [R].

Consoante Monaretto (1997), os róticos no português brasileiro podem ser produzidos pelo som retroflexo [ʀ]. Neste caso, a ponta da língua se levanta e se encurva em direção à região palato-alveolar ou mesmo palatal. Se a língua não fechar por completo a passagem de ar, faz desaparecer a vibração e ocorre um som fricativo ou aspirado velar [x, ʁ], uvular [X, ʁ̥] e glotal [h, ú]. Para o português brasileiro, Callou e Leite (2009, p. 74-75) propuseram a seguinte realização fonológica com suas variações fonéticas para os róticos:

- O r-fraco é produzido como uma vibrante apical simples/tepe alveolar sonora [r].
- O r-forte possui as variantes: a) vibrante múltipla anterior apicoalveolar [r]; (b) vibrante múltipla posterior uvular [R]; (c) fricativa velar surda [x]; (d) fricativa laríngea ou glotal (aspiração) surda [h].

Em relação à posição dos róticos nas estruturas silábicas, as autoras descrevem três posições fonológicas para os róticos, a saber:

- **Pré-vocálica:** o r-forte [x, R, r, h] ocorre em início de sílaba como nas palavras ‘rato’, ‘roupa’ e no segundo elemento de grupo consonântico, isto é, na estrutura silábica com ataque ramificado ocorre o r-fraco [r]: ‘prato’, ‘praia’.
- **Pós-vocálica:** o r-forte [x, R, r, h] ocorre: (a) no final de sílaba no meio da palavra: ‘corta’, ‘mergulho’; (b) final de palavra: ‘brilhar’, ‘chegar’. No contexto (b), há duas possibilidades: (b.1) seguida de pausa final absoluta: ‘mar’, ‘ver’ e seguida de consoante, há o r-forte [x, R, r, h]: ‘mar forte’, ‘ver bem’; (b.2) seguida de vogal, há o r-fraco/tepe [r]: ‘mar alto’, ‘ver o livro’.
- **Intervocálica:** há a oposição fonêmica entre duas vibrantes múltipla [r] e simples [r] em posição intervocálica como nos exemplos ‘caro’ e ‘carro’.

Nos ambientes pré e pós-vocálicos, a oposição entre as vibrantes fica neutralizada. Portanto, o r-forte e o r-fraco estão em distribuição complementar. Em posição pré-vocálica inicial só ocorre o r-forte. No segundo elemento do grupo consonântico ocorre o r-fraco/vibrante simples e em posição pós-vocálica podem ocorrer o r-forte, seguido de pausa absoluta ou de consoante, e o r-fraco seguido por uma vogal.

A pesquisa desenvolvida por Pereira (2020) sobre os róticos no português europeu de Portugal mostrou que o R-forte pode realizar-se foneticamente como uma fricativa uvular não vozeada ou vozeada [X, Ø], fricativa velar não vozeada [x], vibrante alveolar [r] e vibrante uvular [ʀ] e o r-fraco que corresponde a vibrante simples [r].

O trabalho de Agostinho e Mendes (2020) analisa os róticos no português do Príncipe (PP) e no português de São Tomé (PST) falados respectivamente em São Tomé e Príncipe. A partir da observação entre o PP e o PST, as pesquisadoras constataram que nessas variedades do português não há a distinção fonológica entre o R-forte e o r-fraco nas posições silábicas de ataque e de coda. Fonologicamente, há os seguintes alofones róticos em variação livre:

- Fricativas velar vozeada [ɺ], uvular não vozeada e vozeada [χ; ʁ], glotal não vozeada e vozeada [h, ɦ].
- Vibrante múltipla [r] e simples: [ɾ].

Na posição intervocálica, as autoras observaram a variação livre entre os alofones fricativo uvular vozeado [ŀ], vibrante múltipla [r] e vibrante simples [ɾ]. No quadro abaixo, as transcrições fonéticas mostram os dados de um mesmo falante produzindo os róticos [ŀ, r, ɾ]:

Quadro 1 – Realizações das palavras ‘caro’ e ‘carro’ em PB/PE e PP/PST

Palavras	Português Brasileiro/ Português Europeu	Português do Príncipe/ Português São Tomé
Caro	[ˈkaɾu]	[ˈkaɺu], [ˈkaɾu], [ˈkaɾu]
Carro	[ˈkaɦu], [ˈkaɾu]	[ˈkaɺu], [ˈkaɾu], [ˈkaɾu]

Fonte: Agostinho e Mendes (2020, p. 168)

Em relação às vibrantes múltipla e simples, as autoras destacam a afirmação do linguista africanista Rougé (2004 *apud* Agostinho; Mendes, 2020) sobre a realização da vibrante simples alveolar [ɾ] como vibrante múltipla [r] em posição intervocálica no PP e PST. Segundo Rougé (2004), a produção [r] ao invés de [ɾ] é um traço da herança crioulista latente na Ilha e nos substratos linguísticos que coabitam com o português da região.

Um dado fonético-fonológico apontado por Agostinho (2015 *apud* Agostinho; Mendes, 2020), que corrobora a hipótese da herança crioulista de Rougé (2004), é o fato de que na língua lung'Ie não há distinção fonêmica entre R-forte e r-fraco. A consoante vibrante alveolar /r/ aparece em início e meio de palavra como primeiro ou segundo elemento do *onset*/ataque, podendo ser realizada como vibrante múltipla [r] ou simples [R]. De acordo com Agostinho; Araújo (2021), o lung'Ie é uma língua crioula de base lexical portuguesa falada na República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP). O lung'Ie, ou 'língua da Ilha', também chamado de lungw'Ie ou lingw'Ie, é conhecido, especialmente na literatura científica, como principense ou crioulo da Ilha do Príncipe. O quadro abaixo resume os contextos de ocorrência dos róticos nas três variedades do português destacadas nas descrições linguísticas de Cagliari (1981), Monaretto (1997), Callou e Leite (2009), Pereira (2009) e Agostinho e Mendes (2020):

Quadro 2 – Os róticos nas variedades do português
Europeu, Brasileiro, do Príncipe e de São Tomé

Variedades	Róticos		Posições silábicas	
	R-forte	r-fraco	R-forte	r-fraco
Brasileiro	r, R, x, h	R	Ataque silábico; Coda silábica; Intervocálico: oposição fonêmica entre [r] e [ɾ].	Encontros tautossilábicos/ataques ramificados C1 C2: preenche a posição C2; Intervocálicos: oposição fonêmica entre [r] e [ɾ].
Europeu	χ, ʁ, x, r, R	ɾ	Ataque silábico; Coda silábica; Intervocálico: Oposição fonêmica entre [r] e [ɾ].	Encontros tautossilábicos/ataques ramificados C1 C2: preenche a posição C2; Intervocálico: distinção fonêmica entre [r] e [ɾ].

Português do Príncipe	ɫ, ɣ, ɭ, h, ʈ, r	r	Variação livre nas posições silábicas: Ataque silábico; Coda	Variação livre dos alofones [ɭ, r, r] na posição intervocálica.
Português de São Tomé				

Fonte: Português Brasileiro (Cagliari, 1981; Monaretto, 1997; Callou; Leite, 2009); Português Europeu (Pereira, 2009); Português do Príncipe e Português de São Tomé (Agostinho; Mendes, 2020).

6 Metodologia: um olhar sobre a origem dos róticos no português guineense

Para analisarmos os róticos no português guineense, estabelecemos como parâmetro metodológico a pesquisa exploratória que se caracteriza por observações empíricas. O termo “observações empíricas” pode referir-se a observações não estruturadas ou assistemática, conforme proposto por Paiva (2024, p. 48): “[...] a observação não estruturada é utilizada no início de uma pesquisa sem questões definidas com o objetivo de alcançar uma visão geral do campo”. Mais especificamente em relação a esta pesquisa, a intuição sobre a realização das consoantes róticas no português guineense foi sendo adquirida através da interlocução e da percepção auditiva com falantes guineenses. De acordo com Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória pode ser definida da seguinte maneira:

As pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) Levantamento bibliográfico; (b) Entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) Análise de exemplos que ‘estimulam a compreensão’.

As etapas desenvolvidas nessa metodologia exploratória foram duas, a saber: (a) levantamento bibliográfico e (b) gravação de um pequeno *corpus* de algumas línguas étnicas de Guiné-Bissau e, em seguida, a análise do *corpus* verificando as ocorrências dos róticos nas estruturas silábicas das línguas gravadas. Em relação ao levantamento bibliográfico, analisamos as descrições dos róticos propostas nos trabalhos de Moura (2007) e de Lopes (2023) em duas línguas étnicas guineenses: fula e biafada. Além das línguas étnicas, observamos as análises dos róticos na língua guineense feitas por Chapouto (2014) e Costa (2014).

Já quanto ao procedimento metodológico na organização de um *corpus* contendo algumas palavras das línguas étnicas guineenses, seguimos as seguintes etapas: primeiramente, gravamos 42 palavras nas línguas, sendo fula – 7 palavras; balanta – 6 palavras; mandinga – 8 palavras; pepel – 10 palavras; mandjaco – 11 palavras. Todas essas línguas são da família Oeste Atlântica do Grupo do Norte. As eliciações das 42 palavras foram feitas por 5 estudantes universitários da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)/CE vindos de Guiné-Bissau.

Todos eles são falantes das respectivas línguas maternas. Durante as gravações, solicitávamos que os estudantes pronunciassem as palavras com a letra/o grafema “r” em suas línguas maternas. De forma espontânea, os informantes lembravam das palavras e, então, o registro de cada palavra era feito por meio da gravação. Após a coleta de dados, passamos para a etapa da transcrição fonética. Utilizamos a notação do Alfabeto Internacional de Fonética para transcrever as 42 palavras. E, por fim, analisamos a realização dos róticos nas estruturas silábicas contidas em cada um dos léxicos deste *corpus*. Embora o *corpus* desta pesquisa contenha poucas palavras, o objetivo foi formar um *corpus* exploratório que pudéssemos comparar com os estudos de Moura (2007), Costa (2014), Chapouto (2014), Lopes (2023) com a finalidade

de propor algumas hipóteses e direcionamentos às pesquisas futuras sobre os róticos no português guineense.

7 Análise dos róticos nas línguas étnicas e guineense

Nesta seção, apresentaremos os róticos nas línguas étnicas e guineenses a partir dos trabalhos de Moura (2007), Costa (2014), Chapouto (2014) e Lopes (2023). Também iremos observar a realização dos róticos num pequeno *corpus* das línguas fula, balanta, mandinga, mandjaco e pepel.

7.1 Os róticos nas línguas fula, biafada e guineense: pesquisa bibliográfica

A descrição de Moura (2007) sobre os fonemas da língua fula identificou a classe dos róticos formada pela vibrante simples [R] e a fricativa glotal não vozeada [h]. A vibrante simples [R] ocorre nos seguintes ambientes: a) posição de ataque silábico: “pimenta” [poÈba-Ro]; “chuva” [‘toRo]; b) posição de coda silábica: “vapor” [suRÈti]de]; “quarta-feira” [aÈlaRba]. Já a fricativa glotal não vozeada ocorre sempre em posição de ataque silábico: “antes de ontem” [Èhe)si Èha)ki]; “crânio” [‘Sie ‘hoRe].

Na língua biafada, a pesquisa de Lopes (2023) sobre a descrição e análise fonética-fonológica das consoantes do biafada constatou que os róticos na língua ocorrem através das vibrantes simples [R] e da múltipla [r]. O autor apontou os seguintes contextos fonológicos de ocorrência dessas duas consoantes:

- a) A vibrante simples [r] vem nas seguintes posições:
 - ataque silábico CV em ambiente intervocálico: “pão” [mpadâre]; “frio” [bûdzire]; “sobrinhos” [niæamâre];

- na consoante C2 do ataque ramificado, CCV, antecedido pelas consoantes oclusiva e fricativa não vozeadas [p, k, f]: “tudo” (advérbio) [pɾɐ]; “bom” [barâkre]; “sábio” [balâfre].

b) A vibrante múltipla [r] aparece nas seguintes posições:

- ataque silábico CV: “cortar” [râdzita];
- coda silábica CVC: “vasilha” [karlo]; “carne” [æar];
- na consoante C2 do ataque ramificado CCV, antecedido pelas oclusivas [b, d, g]: “ser grande” [râbre]; “galo fêmea = galinha” [tʃûwa æândrɐ]; “macaco” [sâgre].

Em relação à língua guineense, a pesquisa de Chapouto (2014, p. 53) mostra que a classe dos róticos se manifesta através das consoantes vibrantes simples [R] e múltiplas [r], sendo que a ocorrência delas se encontra nos seguintes contextos fonológicos, a saber:

- a) a vibrante simples [r] e a vibrante múltipla [r] estão em variação livre em posições de ataque silábico e de coda: “roupa” [r pa]/[r pa]; “caro” [karu]/[karu]; “cachorro” [kâtʃur]/[katʃur];
- b) a vibrante simples [r] ocorre no interior de palavras na posição de coda silábica: “corpo” [kurpu] e na posição C2 de ataque ramificado: “prato” [pratu].

No trabalho de Costa (2014) intitulado “Descrição fonológica do crioulo guineense”, a autora propõe um único fonema vibrante alveolar /r/ para representar as variantes dos róticos no crioulo guineense. A língua apresenta o fone [r], vibrante múltiplo alveolar, e o fone tepe [R], a vibrante simples.

Tanto o tepe [R], quanto a vibrante múltipla [r] podem ocupar as mesmas posições silábicas: ataque ou coda, podendo a sílaba ocorrer no início, no meio ou no final da palavra: tepe [R]: “rapaz” [Ra'pas]; “livro” [livRu]; “verde” [veRdi]; “cara” [kaRa]; fone vibrante múltiplo [r]: “rua” [rua]; “caro, carro” [karu]; “escrever” [skôrÈbi].

7.2 Os róticos nas línguas étnicas guineenses: análise de corpus

Continuando a análise sobre os róticos nas línguas de Guiné-Bissau, passamos a analisar nas 42 palavras gravadas das línguas étnicas guineenses (fula, balanta, mandinga, pepel e mandjaco) as estruturas silábicas onde os róticos se encontram nas referidas línguas documentadas. Mais uma vez é importante destacar que o *corpus* contém poucas palavras, pois o objetivo foi coletar uma “amostra” que identificasse as ocorrências dos róticos nessas línguas maternas. Em pesquisas futuras, pretendemos estender o número de palavras coletadas, o que irá contribuir para uma descrição e análise fonética-fonológica mais pormenorizada da classe dos róticos no português guineense. Abaixo, apresentamos o quadro contendo as 42 palavras gravadas das línguas étnicas guineenses:

Quadro 3 – A classe dos róticos nas línguas étnicas guineenses

Os róticos [r] e [ʀ] no léxico das Línguas étnicas de Guiné-Bissau				
Fula	Balanta	Mandinga	Pepel	Mandjaco
Yauré [jau'ɾɛ] (f a l t a de respeito)	Kiritch [ki'ritʃ] (choro)	Sinkiró [sinki'ro] (pedra de fogão)	Kumar [ku'mar] (casamento)	Bariti [ba'riti] (chapéu)
N'gari [ɲgari] (touro)	Ará [a'ra] (cabra)	Siraun [si'raun] (banco)	N'kir [ɲkir] (a z e i t e de dendem)	Carata [kara'ta] (bicicleta)
Redu [ɾedu] (barriga)	Frafu [ɾrafu] (garganta)	Kortanaté [kortanan'tɛ] (cumprimentar)	Uadari [wada'ri] (engano)	Narat [na'rät] (escolher)
Marró [ɾmar] (arroz)	Ksara [ki'sara] (chichi)	Lahran [lah'ran] (cama)	Nhar [ɾear] (mulher)	Prora [pro'ra] (roda)

Coró [k 'r] (i r m ã o mais velho)	Kireté [kiri'tɛ] (fotografia)	Sabaró [saba'r] (sofrer)	Kisseré [kise'rɛ] (faca)	Untrinco ['ntrinku] (trinco)
Feéré [fe:rɛ] (jeito)	Raghaf [ra'haf] (falecido)	Domoró [domo'ro] (comida)	Bomeró [bome'r] (eles conhecem)	Carith [ka'ritʃ] (fechar)
Sirã [si'rã] (banco)		Albarka [aɫbarka] (obrigado)	N'barimpá [mba'rimpa] (não vi)	Nari [na'ri] (desejo)
		Oró [o'r] (cinco)	Oemmer [e'mer] carne	Caruca [ka'ruka] (ficar)
			Opur [o'pur] (barco)	Caro [ka'ro] (fazer)
			Pker [pa'ker] (morto)	Caburi [kabu'ri] (fugir)
				Nabucari [n a .. buka'ri] (mãe)
				Cacari [kaka'ri] (voltar)

Fonte: Dados da pesquisa

A partir das palavras documentadas foneticamente, podemos destacar primeiramente que na língua fula as palavras apresentaram a predominância da vibrante simples [R] em posição intervocálica e de ataque silábico: “falta de respeito” [jaU'RE]; “irmão mais velho” [k ÈR].

A vibrante múltipla [r] apareceu somente em posição inicial de palavra e ataque silábico: “barriga” [ˈredu].

Na língua balanta, houve a predominância da vibrante múltipla [r], tanto em posição intervocálica quanto em posição inicial de sílaba. Em todas estas posições, a vibrante múltipla estava em ataque silábico: “choro” [kiˈritS]; “falecido” [raˈhaf]. Já a vibrante simples [R] ocorreu na consoante C2 em posição de ataque ramificado: “garganta” [ˈfRafu].

As palavras gravadas da língua mandinga mostram a variação livre entre as vibrantes múltipla [r] e simples [R] em posição intervocálica e de ataque silábico: “comida” [domoˈro]; “cinco” [oˈR]. Na posição de coda silábica no interior de palavras ocorreu a vibrante múltipla [r]: “cumprimentar” [kortanaˈtE] e “obrigado” [alˈbarka]. Apenas uma palavra apresentou a vibrante múltipla [r] em posição de ataque silábico antecedido da fricativa glotal não vozeada [h]: “cama” [lahˈran].

Na língua pepel, verificamos que a posição intervocálica e de ataque silábico apresentaram três palavras com a consoante vibrante simples [R]: “engano” [wadaˈRi], “faca” [kisEˈRE] e “eles conhecem” [bomeˈR]. E a vibrante múltipla [r] ocorreu apenas em uma palavra: “Não vi” [mbaˈrimpa]. Em posição de coda silábica, houve somente a vibrante múltipla [r]: “barco” [oˈpur]; “mulher” [ˈøar].

E por fim, na língua mandjaco, houve a variação livre entre as vibrantes simples [R] e múltipla [r] na posição intervocálica e de ataque silábico. Neste contexto fonológico, a vibrante simples [R] foi encontrada em oito palavras: “desejo” [naˈRi], “mãe” [nabukaˈRi], e a vibrante múltipla [r] em três palavras: “escolher” [naˈraùt], “roda” [proˈra]. Ainda os dados da língua mandjaco apresentaram o aparecimento da vibrante múltipla [r] na posição C2 de ataque ramificado como nos exemplos “roda” [proˈra] e “trinco” [ˈntrinku]. O quadro abaixo resume as ocorrências dos róticos nas línguas guineense e étnicas:

Quadro 5 – Os róticos nas sílabas das línguas guineense e étnicas de Guiné-Bissau

Língua	Posições Silábicas			Fonte dos dados
Fula	Ataque silábico Início de sílaba e posição inter- vocálica	Ataque ramifi- cado CCV Posição C2	Coda silábica	Moura (2007) e <i>corpus</i> da gravação
	vibrante sim- ples [r]	vibrante sim- ples [r]	vibrante sim- ples [r]	
Biafada	vibrante múlti- pla [r] – início de sílaba vibrante sim- ples [r]–inter- vocálico	vibrante sim- ples [r] ante- cedido pelas consoantes [p, k, f] vibrante múl- tipla [r] ante- cedido pelas consoantes [b, d, g]	vibrante múl- tipla [r]	Lopes (2023)
Mandinga	Variação livre entre [r] e [ɾ]	Não hou- ve palavras com ataque ramificado	vibrante múl- tipla [r]	<i>corpus</i> de gravação
Pepel	Variação livre entre [r] e [ɾ]	Não hou- ve palavras com ataque ramificado	vibrante múl- tipla [r]	<i>corpus</i> da gravação
Balanta	vibrante múlti- pla [r]	vibrante sim- ples [r]	Não houve pa- lavras com ró- ticos em posi- ção de coda	<i>corpus</i> da gravação

Mandjaco	Variação livre entre [r] e [ɾ]	vibrante múltipla [r]	Não houve palavras com róticos em posição de coda	<i>corpus</i> da gravação
Guineense	Variação livre entre [r] e [ɾ]	vibrante simples [ɾ]	Variação livre entre [r] e [ɾ]	Chapouto (2014); Costa (2014)

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar a ocorrência das vibrantes simples [R] e múltipla [r] nas línguas guineenses e étnicas guineenses, constata-se que as vibrantes múltipla e simples tendem à variação livre nas posições de ataque silábico em início de palavra e na posição intervocálica. Já na posição de segunda consoante em ataques ramificados, há o predomínio da vibrante simples [R]. A posição de coda silábica geralmente é preenchida pela vibrante múltipla [r].

Este conjunto de dados possibilita-nos de forma preliminar apontar para o fato de que os róticos [r] e [R] encontrados nas línguas étnicas guineenses constituem o substrato linguístico da língua guineense. Portanto, a estrutura fonológica dos róticos na língua guineense espelha as línguas étnicas. Já a língua guineense influencia a formação dos róticos no português guineense. Na gramática fonológica do português guineense, as vibrantes múltipla e simples preenchem a classe dos róticos, pois o falante guineense tem como fonema o rótico /r/ que se produz articulatoriamente através dos fones [r] e [R].

É interessante observar que a gramática fonológica do português guineense provavelmente possui várias características fonológicas das línguas étnicas. De acordo com Carreter (1971 *apud* Couto, 1996), num ambiente de formação de línguas crioulas e *pidgins*, “a língua invadida não desaparece sem deixar a invasora marcada de alguns traços: palavras que sobrenadam no processo de fundição, hábitos foné-

ticos, de entoação, gramatical, etc.”. Podemos formular uma hipótese de que o português guineense pode ser uma variedade do português com forte influência de aspectos sonoros das línguas étnicas guineenses. Esta característica fonológica distingue o português guineense das variedades do português de Portugal e do português brasileiro.

Conclusão

A hipótese central deste capítulo, apresentada na parte da introdução, baseou-se no fato de que a produção dos róticos, vibrante múltipla [r] e simples [R], no português guineense tem como base os róticos das línguas étnicas guineenses que se constituem nas línguas do substrato na formação da língua guineense. Esta pesquisa exploratória contemplou uma pesquisa bibliográfica de línguas guineenses (fula e biafada) e da língua guineense, e outra parte da pesquisa focalizou a organização de um *corpus* com 42 palavras contendo os róticos [r] e [R] de línguas étnicas guineenses. Com a descrição e a análise desses dados, é possível afirmar que o falante guineense irá produzir no português as vibrantes múltipla e simples, uma vez que ele tem como referência da classe dos róticos os fones [r] e [R]. Portanto, esta análise preliminar aponta para o fato de que o português guineense possui, como uma de suas características, a formação sonora influenciada pelos sons das línguas étnicas guineenses.

Em futuras pesquisas, pretendemos ampliar, organizando a pesquisa em dois *corpora*, a saber: o primeiro, um *corpus* ampliado das línguas étnicas juntamente com a língua guineense e outro *corpus* com palavras do português guineense. A partir deste material, poderemos realizar uma análise acústica que possa comparar e diferenciar entre a classe dos róticos nas línguas étnicas, guineense e no português guineense.

Referências

- AGOSTINHO, A. L.; ARAÚJO, G. A. *Lung'le, lunge no: método para aprender lung'le*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.
- AGOSTINHO, A. L.; MENDES, M. C. A grafia dos róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe: fusão fonológica e ensino. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 24, n. 3, p. 154-176, 2020.
- BULL, B. P. *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. 185f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1981.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CHAPOUTO, S. M. da C. *Contributo para a descrição de aspectos fonológicos e prosódicos do crioulo guineense*. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- COLÓQUIO Teorias Linguísticas – 23 de junho de 2022. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (84 min). Publicado pelo canal PPGEL UFU. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/xF0gFF3OAxw?si=scN0UM1hm5vE3gGg>. Acesso em: 27 set. 2024.
- COSTA, P. M. *Descrição fonológica do crioulo guineense*. 2014. 242f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- COUTO, H. H. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: UnB Editora, 1996.
- COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. *Revista Pápiá*, São Paulo, n. 20, p. 7-274, 2010.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOPES, M. A. G. L. Uma proposta preliminar de descrição fonética e análise fonológica das consoantes da língua bafada/Guiné-Bissau. *Revista EntrePalavras*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 369-391, jan./abr. 2023.

MAPS of World. Mapa das regiões administrativas de Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.mapsofworld.com/>. Acesso em: 19 ago. 2014.

MARETTI, C. C. Planificação costeira da Guiné-Bissau: princípios, procedimentos e resultados. *Jornal de Gerenciamento Costeiro Integrado*, UNIVALI, 2002.

MONARETTO, V. N. de O. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. 248f. 1997. Tese (Doutorado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

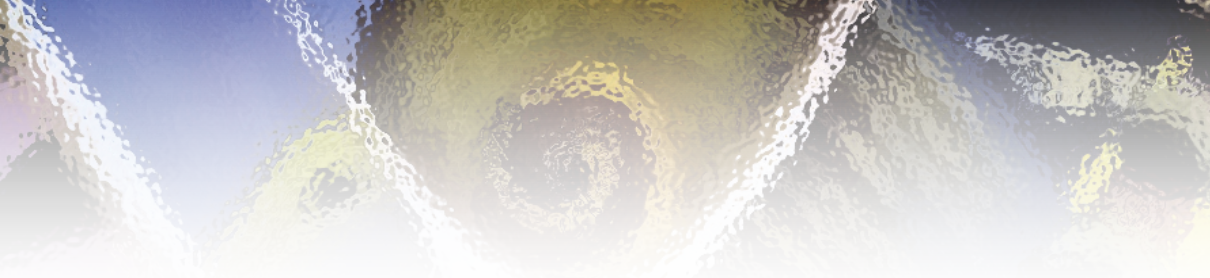
MOURA, R. W. de S. *Fonologia segmental preliminar da língua fula de Guiné-Bissau*. 2007. 79f. Dissertação (Mestre em Linguística), Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PAIVA, V. L. M. de O. *Pesquisa: projeto, geração de dados e divulgação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

PEREIRA, R. M. dos S. *O R-forte em português europeu: análise fonológica de dados dialetais*. 2020. 196f. Dissertação (Mestre em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

SAMPA, P. J. *O que dizem as pesquisas sobre o contexto educacional na África lusófona: um mapeamento da produção técnico-científica sobre educação na Guiné-Bissau*. 2016. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

SILVA, C. L.; SAMPA, P. J. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 31, p. 231-247, 2017.



CAPÍTULO 6

Um olhar sobre a paisagem linguística e a Toponímia da Cidade de Maputo, Moçambique

Sarita Monjane Henriksen

Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique
Universidade Justus Liebig de Giessen – Alemanha

Introdução

Apresenta-se necessário começar com uma breve contextualização do panorama linguístico de Moçambique, que é caracterizado pelo multilinguismo e pela diversidade linguística. O português é a única língua oficial do país, adotada em 1975, ano da independência nacional (Artigo 10º, Constituição da República, 2004), e, além disso, são faladas mais de 20 línguas africanas, de origem bantu, no discurso oficial, designadas de línguas nacionais (Artigo 9º, Constituição da República, 2004). O país apresenta também outras línguas de origem europeia, de entre as quais se destacam o inglês e o francês, presentes no sistema educativo moçambicano, aprendidas como as principais línguas estrangeiras (Lemos, 2018) e línguas de origem asiática como o Gujurati, Memane, Urdu, Mandarim e Konkani (Maciel, 2018).

Destaca-se ainda a presença de línguas transfronteiriças, partilhadas com vários países da região, como o Chichewa (também conhecido como CiNyanja), falado no vizinho Malawi (Kamwendo, 2017) e o KiSwahili, falado na Tanzânia e num grande número de países da África Oriental (Mukandabvute, 2023). Não se pode deixar de men-

cionar também a presença de línguas trazidas por populações imigrantes, de países como a República Democrática do Congo, Nigéria, entre outros (Henriksen, 2023).

Esta breve contextualização linguística serve, em primeiro plano, para situar Moçambique como um país multilíngue e marcado pela diversidade linguística e, em segundo plano, proporciona uma base para entender por que determinadas línguas no contexto moçambicano, como é o caso do português e do inglês, que ocupam o topo da hierarquia linguística individual e coletiva moçambicana.

Não obstante a elevada diversidade linguística de Moçambique, a adoção do português, em 1975, como única e exclusiva língua oficial do país constitui evidentemente indicação de uma ideologia e política linguística de assimilação, tendente a silenciar a diversidade linguística e obviamente contrária a uma ideologia pluralista. No primeiro caso, uma política de assimilação está virada para a uniformização e homogeneização, no sentido em que todos os cidadãos de uma determinada sociedade, não obstante as línguas que falam, são encorajados a aprender e a comunicar-se numa única língua, geralmente a língua oficial e/ou maioritária.

No segundo caso, uma política linguística pluralista reconhece a existência de várias línguas, num determinado território, e tende a encorajar e promover o seu uso, em vários domínios, independentemente de serem maioritárias ou minoritárias. Ver Spolsky (2004), na sua obra *Language Policy*, para uma discussão aprofundada e estudos de caso sobre diferentes ideologias de língua, que têm um impacto sobre as decisões de política linguística adotadas por vários países do mundo e ainda no concernente à interligação entre práticas, ideologias e crenças linguísticas, por um lado, e a gestão e planificação linguística, por outro.

A toponímia da Cidade de Maputo, a capital do país, localizada no Sul de Moçambique e a paisagem linguística urbana desta cidade

conhecida como a Cidade das Acácias refletem as dinâmicas de coexistência e convivência secular multilíngue e multicultural, assim como as consequentes transformações ao longo dos tempos, examinando os significados simbólicos, socioculturais, ideológicos e históricos das línguas presentes no espaço público urbano.

Todos estes elementos contribuem para a construção da complexidade identitária moçambicana, moldada por elementos tradicionais, coloniais, do período pós-independência, da globalização e da modernidade. Um caso ilustrativo é a presença de nomes de ruas e monumentos que refletem as alianças ideológicas históricas com países socialistas do Leste, como a Rússia e a China, destacando-se, a Avenida Mao Tsé-Tung ou a Avenida Vladimir Lenine, simbolizando, evidentemente, as alianças e laços diplomáticos de Moçambique durante o período da Guerra Fria. Este pormenor, por exemplo, reforça o valor simbólico da toponímia como expressão de orientação ideológica e identidade política nacional.

O estudo é conceptualizado a partir de uma abordagem de natureza interdisciplinar, que mobiliza conhecimentos de várias áreas do saber como a sociolinguística, linguística aplicada, análise de discurso, antropologia, sociologia, geografia, cartografia e política linguística. Esta combinação de disciplinas permite desenvolver uma visão abrangente sobre como a linguagem e os nomes de lugares refletem as interações entre culturas, políticas e identidades.

O estudo sublinha como através da linguagem visível no espaço público urbano, por meio de sinais publicitários, nomes de edifícios públicos e privados, assim como por meio do exame da toponímia da cidade é possível observar traços e vestígios dos vários períodos históricos deste país do sul do Índico, bem como perceber a intenção certamente consciente, por parte das autoridades, de preservar a memória coletiva do povo moçambicano e resgatar as culturas, tradições e símbolos nacionais, também influenciados pela globalização

e movimentos migratórios mais recentes. A toponomástica da Cidade de Maputo, representada pelos nomes dos bairros, distritos urbanos, avenidas e vias públicas, constitui evidência da diversidade linguístico-cultural existente no território moçambicano, da tolerância para a diversidade, bem como da transformação político-ideológica e identitária nacional.

Em última instância, o estudo argumenta que as áreas da toponímia e da paisagem linguística apresentam um potencial pedagógico e valor didático significativos e incontornáveis para várias áreas do conhecimento, desta forma, constituindo uma ferramenta poderosa para a exploração de temas culturais, históricos, geográficos e linguísticos, conforme posteriormente discutido.

1 Breves considerações metodológicas

Este estudo interdisciplinar recorre a uma abordagem etnográfica, baseada primária e essencialmente na observação da linguagem visível no espaço público, em letreiros de edifícios (públicos e privados), cartazes publicitários, entre outros. Essencialmente, o estudo baseia-se num olhar atento à paisagem linguística no ambiente urbano da Cidade de Maputo, com o objetivo de identificar as línguas presentes na sociedade moçambicana. A seleção dos objetos de estudo foi realizada de forma aleatória, sem critérios predefinidos, mas com o objetivo de capturar uma amostra representativa da paisagem linguística da Cidade de Maputo. Conforme anteriormente indicado, a observação incidiu sobre os elementos da linguagem visível acessíveis no espaço público, como letreiros de edifícios públicos e privados e cartazes publicitários, garantindo, desta forma, a diversidade de contextos e usos linguísticos. A aleatoriedade na seleção da amostra não só permitiu documentar, de maneira espontânea, as línguas presentes, mas também foi essencial para obter uma visão mais ampla das línguas presen-

tes no espaço urbano, refletindo assim a complexidade e a dinâmica sociolinguística da cidade.

Além disso, o estudo faz uma análise da toponímia da cidade, debruçando-se sobre os nomes e designações das ruas, estradas, avenidas e outros espaços públicos, com vista a entender de que forma eles servem para preservar a memória coletiva nacional e como refletem a construção da identidade cultural e histórica. Em último plano e não de menor importância, o estudo faz uma revisão de algumas das principais obras nas duas áreas de conhecimento.

Sobre a etnografia como abordagem de pesquisa, Laranjeira *et al.* (2024) afirmam que a “concepção teórico-metodológica da *etnografia da linguagem*, tal como proposta por Rampton *et al.* (2014) e Garcez e Schulz (2015, p. 10134)” definiu-a “como uma forma de construir ‘conhecimentos acerca das ações humanas realizadas por meio do uso da linguagem’, abordando a língua, a cultura e a sociedade em conjunto”. As autoras Laranjeira, Miranda, Paris (2024) adiantam que na etnografia da linguagem

O(a) pesquisador(a) busca realizar observações específicas de ocorrências reais e particulares, mediadas por práticas de linguagem situadas ecologicamente (Garcez; Schulz, 2015). Trata-se daquilo que Kleiman, Vianna e de Grande (2019, p. 737) denominaram como “contextualização profunda”, a qual, por meio de um olhar circunstanciado, possibilita compreender as percepções que os participantes têm sobre as práticas linguísticas com as quais estão engajados e suas especificidades.

Pinto (1998), por outro lado, descreve a importância da etnografia e do método de observação nos seguintes termos: “A etnografia caracteriza-se pela busca de dados diretamente das interações do contexto. A observação apresenta-se como componente mais importante

para a abordagem etnográfica de pesquisa” (Pinto, 1998, p. 133). A autora acrescenta que a “observação é sem dúvida um aspecto central para a coleta de dados etnográfica” (p. 129). Portanto, o presente estudo é orientado por uma etnografia de linguagem que observa e reporta sobre as práticas linguísticas ecologicamente situadas no contexto urbano da Cidade de Maputo.

2 Sobre os conceitos de toponímia e paisagens linguísticas

A toponímia, por um lado, é simplesmente vista como o estudo dos nomes de lugares, incluindo cidades, ruas, rios, montanhas ou qualquer outra forma de localização geográfica (Henriksen, 2021). Trata-se de uma disciplina que tem como objetivo compreender a origem, significado e evolução dos nomes de lugares, bem como a sua relação com a história, cultura e geografia. Sobre a toponímia, inspirado em Alves (2017), Timbane (2022, p. 130) escreve:

A missão da atribuição ou de tomar conhecimento sobre os nomes se observa ainda nos nossos dias: atribuímos nomes aos filhos, aos objetos, aos lugares, aos animais, às plantas, às lojas e aos estabelecimentos comerciais [...] enfim a tudo para além de renomearmos quando nos apercebemos que o nome não está relacionado a nossa identidade ou atualidade.

Paisagens linguísticas, por outro lado, referem-se à linguagem presente e visível no espaço público, incluindo sinais rodoviários, cartazes publicitários, sinais de lojas comerciais, cartazes de propaganda política, nomes de ruas e edifícios governamentais. Paisagem linguística é um termo que foi inicialmente introduzido para estudar a vitalidade etnolingüística no Quebec, pelos autores Laundry e Bourhis (1997, p. 25). A sua definição é apresentada nos seguintes termos:

A linguagem dos sinais de trânsito público, dos outdoors publicitários, dos nomes de ruas, dos nomes de lugares, dos sinais de lojas comerciais e dos sinais públicos em edifícios governamentais combinam-se para formar a paisagem linguística de um determinado território, região ou aglomerado urbano⁴¹.

Por seu turno, Chestnut *et al.* (2013, p. 102) afirmam o seguinte:

O habitante urbano moderno está rodeado por uma grande quantidade de linguagem escrita exibida publicamente, incluindo anúncios comerciais, anúncios e avisos governamentais, graffitis rabiscados à mão, panfletos publicitários espalhados pelas estradas e muito mais. Estes textos, existentes em lugares e tempos específicos, são frequentemente referidos como a paisagem linguística dentro de um crescente campo de estudo com o mesmo nome⁴².

Para outros autores como Shohamy e Gorter (2009), este conceito abrange a linguagem visual e a simbologia nos espaços urbanos globais. Portanto, o termo paisagem linguística emerge da investigação do uso da linguagem visual, com o objetivo de produzir inventários ou fazer levantamentos precisos e detalhados do multilinguismo presente ou existente no contexto urbano. Na sua obra, *Linguistic Landscape and Language Awareness*, que defende o uso de uma perspectiva educativa para a paisagem linguística, Dagenais *et al.* (2009) apresentam uma definição interessante do termo: paisagem linguísti-

41 Tradução minha do excerto de Laundry e Bourhis (1997, p. 25): The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government buildings combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration.

42 Tradução minha do excerto de Chestnut *et al.* (2023, p. 102): The modern urban dweller is surrounded by vast amounts of publicly displayed written language including commercial advertisements, government warnings and notices, hand-scrawled graffiti, advertising flyers littering the road, and more. These texts, existing in particular places and times, are often referred to as the linguistic landscape within a growing field of study of the same name.

ca vista como uma ‘impressão ambiental’, onde as cidades são observadas a partir de uma perspectiva textual.

É importante sublinhar que a paisagem linguística não é restrita apenas à linguagem fixa, encontrada em edifícios, mas também móvel, em veículos automóveis e outros. Por outras palavras, as escritas que encontramos nos chamados *Chapa 100* (transportes públicos), também fazem parte das paisagens linguísticas.

Em jeito de conclusão a esta seção que pretende situar os dois conceitos-chave do estudo, nomeadamente, paisagem linguística e toponímia, que em meu entender apresentam várias interseções e denominadores comuns, julgo apropriado chamar Rzewuski (2020, p. 112), que introduz o conceito de paisagem toponímica.

Segundo o autor, trata-se de uma expressão derivada da paisagem linguística, usada “em estudos sociolinguísticos sobre multilinguismo, sobretudo em meios urbanos (*citiscapes*), que se revela em forma escrita, principalmente na iconosfera multilíngue pública, na sinalização rodoviária, na publicidade comercial etc., inclusive a toponímia visualizada [...]”. Portanto, a paisagem toponímica, conforme definida por Rzewuski (2020) apresenta a estrutura conceptual necessária e adequada para compreender e contextualizar o estudo, bem como a sua importância, funções e aplicabilidades. Após este breve enquadramento conceptual, o que se segue constitui uma revisão sucinta das categorias de sinais visíveis no espaço público.

3 Categorias de sinais no espaço público

A paisagem linguística e toponímica envolve sinais oficiais, obviamente colocados pelo governo e outras autoridades públicas e autárquicas, assim como sinais não oficiais, geralmente colocados por entidades privadas, comerciais ou indivíduos singulares. Os sinais encontrados na paisagem linguística da Cidade de Maputo são essencialmente classificados em duas categorias principais: sinais oficiais

(*top-down*), isto é, do topo para a base, e sinais não oficiais (*bottom-up*), definidos por substratos inferiores ou, simplesmente, pelas massas. Sinais *top-down* são aqueles geralmente instalados por instituições governamentais, enquanto *bottom-up* representam as vozes do empresário e/ou setor privado e cidadãos comuns.

Por um lado, os sinais *top-down* podem incluir os nomes encontrados em edifícios governamentais, como, por exemplo, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento, portanto, sinais colocados pelo governo central, regional, provincial, distrital, municipal, sinais informativos, médicos, culturais e educativos.

Além disso, incluem também sinais públicos de interesse geral, anúncios públicos, nomes de ruas (topônimos), entre outros, revelando diferentes níveis e dimensões de comunicação e expressões culturais na cidade, proporcionando assim uma ideia do código linguístico mais formal, neste caso a língua portuguesa, que por conseguinte se apresenta no topo das hierarquias linguísticas existentes. Por outro lado, os sinais *bottom-up* incluem sinais ou letreiros de hotéis, instâncias turísticas, lojas, centros comerciais, entre outros, assim como anúncios privados, anúncios de compra e venda ou aluguel de apartamentos ou carros, só para mencionar alguns.

De forma interessante, o nome do hotel Maputo AFECC Gloria Hotel, por exemplo, uma instância turística relativamente nova, e a designação correspondente em mandarim constituem uma evidência viva da presença das línguas inglesa e chinesa na paisagem linguística da Cidade de Maputo. Esta é uma possível indicação não só da aceitação e tolerância para a diversidade linguística no contexto moçambicano, mas também dos efeitos do processo de globalização, veiculado principalmente através da língua inglesa, considerada como a principal língua internacional global. Desta forma, confirma-se assim, a forte presença e uso da língua inglesa na Cidade de Maputo, fato que não causa qualquer estranheza, considerando que a língua inglesa ocupa

uma posição de destaque no contexto moçambicano, vista como a principal língua estrangeira ensinada no sistema escolar, a principal língua que funciona como veículo de comunicação com os países da região, todos falantes do inglês como língua oficial ou cooficial (Henriksen, 2023).

O crescente uso de sinais em inglês, chinês e outras línguas pode sinalizar o aumento da presença de investidores e turistas estrangeiros. Desta forma, constitui um testemunho do impacto da globalização sobre o uso das línguas no espaço público e oferece uma oportunidade para a discussão sobre as hierarquias linguísticas e questões ligadas ao prestígio das línguas. Importa sublinhar que as hierarquias linguísticas tendem a ser concebidas com base na percepção que os falantes têm sobre o poder, prestígio e importância de determinadas línguas, que são vistas como resultando em benefícios de ascensão acadêmica, profissional e social.

4 Funções das Paisagens Linguísticas

De acordo com Laundry e Bourhis (1997), as paisagens linguísticas possuem duas principais funções, nomeadamente, a função informativa e a função simbólica. Segundo os autores, enquanto a primeira função, informativa, demarca as fronteiras territoriais de um determinado grupo linguístico, ou seja, serve para distinguir as comunidades linguísticas que coabitam num mesmo espaço e facilita a comunicação em determinadas áreas, a função simbólica está ligada ao estatuto e valor das línguas no contexto sociocultural.

A função informativa indica também que a língua em questão pode ser utilizada para comunicar e obter serviços dentro de um determinado território (Gorter, 2006; Laundry; Bourhis, 1997; Muth; Wolf, 2009). A função simbólica, por outro lado, refere-se ao valor e estatuto das línguas, tal como percebidos pelos membros de um determinado

grupo linguístico em comparação com outras línguas dentro do contexto sociolinguístico.

A função simbólica pode complementar afetivamente a função informativa da paisagem linguística, onde a língua emerge como a dimensão mais importante da identidade étnico-cultural, social e político-ideológica. Acrescente-se ainda que ambas as funções contribuem para uma compreensão da existência da diglossia, da identidade linguística e cultural numa determinada sociedade. Portanto, é a partir destas perspectivas, isto é, das duas funções das paisagens linguísticas, que a secção a seguir debruça-se sobre a linguagem visível no espaço público na Cidade de Maputo.

5 Cidade de Maputo – a linguagem visível no espaço público

A Cidade de Maputo é poliglota, multilíngue, plural e diversa; fala português, inglês, chinês, línguas nacionais (bantu), línguas transfronteiriças, línguas africanas, asiáticas, europeias e outras línguas. Diferentes línguas coexistem e coabitam no dia a dia desta cidade, portanto, testemunhando a existência do multilinguismo, plurilinguismo, pluriculturalismo, diversidade, mas, ainda assim, de uma identidade nacional, ou melhor, moçambicanidade, e de uma aparente tolerância da diversidade e aceitação da diferença.

A nomenclatura das ruas, praças e bairros da Cidade de Maputo constitui, certamente, uma faceta importante da sua paisagem linguística, apresentando significados históricos e culturais profundos, refletindo a herança do colonialismo português, das lutas de libertação que marcaram a história não muito distante do país e das transformações ideológicas, culturais e artísticas remotas e recentes de Moçambique.

No período imediatamente a seguir à independência observa-se o resgatar dos heróis nacionais, como, por exemplo, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Josina Machel. Um olhar atento sobre a to-

ponímia da Cidade de Maputo no período pós-independência indica, indubitavelmente, um interesse de preservação e manutenção da memória coletiva dos símbolos nacionais, como os heróis da luta de libertação nacional.

Estes são os casos de Josina Machel, heroína da luta de libertação de Moçambique, membro fundadora do Destacamento Feminino, que perdeu a vida aos 25 anos sem ver concretizado o seu sonho de um Moçambique independente. Eventos de relevância histórica significativa também influenciam a toponímia da cidade. Alguns exemplos são a Avenida 24 de Julho (o dia das nacionalizações) e Av. Acordos de Lusaka (marcando a assinatura dos acordos que ditaram a retirada dos portugueses do território moçambicano). Através de topônimos como Vladimir Lenine, Mao Tsé-Tung, Kim Il-Sung, Ho Chi Minh, Olof Palme, Avenida da Zâmbia, Rua da Argélia, é também evidente a nossa orientação político-ideológica (socialista-marxista) e as nossas alianças com o bloco leste, socialista e comunista.

As ruas e avenidas da Baixa, a parte velha da cidade, do Bairro Central, Bairro do Museu, Polana Cimento, os bairros suburbanos e várias outras artérias da cidade de cimento e da cidade de ‘caniço’, começam a apresentar topônimos que evidenciam os vestígios ecléticos da construção da nossa história e sociedade, em constante metamorfose, contribuindo para a criação desta multiplicidade de identidades e para a solidificação da nossa moçambicanidade. Personalidades conhecidas, como Lurdes Mutola, Malangatana Valente Ngwenya e Ricardo Rangel, fazem parte da nova cartografia e toponímia da Cidade de Maputo. Todas estas personagens, nas suas mais variadas áreas, atletismo, pintura e fotografia, respetivamente, contribuíram para a construção do Moçambique novo.

A toponímia simboliza certamente a nossa convivência mista, eclética e em constante transformação, tornando a nossa paisagem linguística urbana mais colorida, representativa e mais interessante.

A toponímia é, sem dúvidas, uma ferramenta poderosa para a preservação da memória coletiva de um povo e o reforço da sua identidade cultural. Através dos nomes de lugares, podemos reconectar com o passado e o presente e honrar aqueles que lutaram pela independência e pela liberdade e que contribuíram ao seu nível para a construção da nossa sociedade. Ela acentua a nossa moçambicanidade marcada por inúmeras tradições, culturas e contatos inerentes aos vários períodos da nossa história recente, remota e distante; a história deste país marcado pelo colonialismo, pela resistência, globalização, ativismo social e por muito mais.

Não seria de admirar que num futuro não muito distante, a Cidade de Maputo passasse também a ostentar nomes como Afonso Dhlakama, líder da oposição e do Partido Renamo, já falecido, ou Azagaia, cantor *rapper* moçambicano conhecido pelas suas canções sobre questões políticas e justiça social, a quem se atribui a expressão popularizada no âmbito das atuais manifestações populares: “Povo no Poder”.

Afinal de contas, a toponímia funciona como uma ferramenta para a educação cívica e a construção da memória coletiva, contribuindo para manter vivas as memórias de vários períodos da história de Moçambique; o período da luta pela independência, o período de partido único, enfim, as transformações sociais. O uso de nomes de heróis e eventos históricos na toponímia permite aos habitantes se reconectar com o passado e construir a identidade nacional, ajudando-os a entender o valor cultural desses locais e quiçá fortalecendo a sua relação com a história e, em última instância, contribuindo para uma maior consciência histórica e cívica.

Para terminar esta reflexão, importa sublinhar que os dizeres de cartazes de manifestantes no período pós-eleitoral em Moçambique também fazem parte dos elementos típicos de uma paisagem linguística urbana, ostentando não só uma função informativa e comunicativa, mas também repleta de simbolismo. Na realidade, as paisagens lingüís-

ticas também são constituídas por expressões populares e não oficiais, que desafiam e reconfiguram os limites da representação linguística.

No caso específico aqui apresentado, a paisagem linguística é usada pelas massas como um meio para transmitir as suas vozes de insatisfação em relação ao *status quo*, sendo um instrumento fundamental do movimento popular e do ativismo social. Em várias partes do mundo, o espaço público tem sido utilizado como uma plataforma para a expressão dos sentimentos de grupos ou indivíduos e para o ativismo social, e a Cidade de Maputo não constitui uma exceção. Pinturas, grafites e cartazes podem expressar resistências culturais, sociais ou políticas, atuando como um meio de comunicação alternativo e contestatório.

6 Políticas linguísticas, atitudes, inclusão e exclusão linguística

Uma análise das ideologias e políticas linguísticas que regulam as escolhas de línguas usadas nos sinais públicos e topônimos pode trazer à superfície aspectos relativos a atitudes linguísticas num determinado território. No caso de Moçambique, o uso do português e/ou das línguas nacionais, bem como o incentivo para a inclusão de línguas estrangeiras, minoritárias, de imigração, entre outras, serve para sinalizar a direção futura das políticas linguísticas. Tal análise ajuda-nos ainda a refletir sobre como as políticas educacionais podem desempenhar um papel crucial para a promoção de uma convivência sã e harmoniosa entre os vários grupos linguísticos, resultando numa situação de bilinguismo e/ou multilinguismo aditivo e não subtrativo.

A análise da paisagem linguística também permite identificar aspectos de inclusão e exclusão linguística, assim como abordar o conceito de ecologia linguística, que examina situações de línguas em contato, diglossia, como as línguas convivem entre si, competem ou complementam-se umas às outras, no espaço público. Por outras

palavras, as línguas minoritárias, com um número limitado de representações públicas, podem possivelmente sinalizar uma situação de marginalização.

Um outro elemento a destacar é o fato de que a falta de representação de algumas línguas pode ter um impacto negativo sobre a visibilidade e o estatuto de determinados grupos étnicos e linguísticos. Por fim, as paisagens linguísticas constituem uma área importante para o estudo de vários domínios sociolinguísticos, de entre os quais, a existência de situações de diglossia, numa determinada sociedade, assim como o *continuum* de atitudes linguísticas, tolerância linguística e consciencialização linguística.

7 O papel pedagógico das paisagens linguísticas e da Toponímia

As paisagens linguísticas e a toponímia possuem um vasto potencial pedagógico, particularmente no concernente ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, desta forma ajudando os alunos, em contextos de língua estrangeira, a encontrar modelos nativos da língua-alvo, e assim ter a aprendizagem relativamente facilitada. De acordo com Chestnut (2013) e Malinowski (2014), o estudo das paisagens linguísticas leva os alunos a associarem a aprendizagem da língua com o contexto social, por conseguinte, resultando no fortalecimento da compreensão de outras culturas.

Portanto, através do estudo de ambas as disciplinas é possível aprofundar os conhecimentos de outras áreas do saber e explorar temas de carácter cultural, histórico, geográfico e linguístico. A análise das paisagens linguísticas e da toponímia permite também fazer comparações entre as línguas e culturas estudadas e as línguas e culturas de origem dos estudantes e, em última instância, estabelecer uma ligação com a comunidade-alvo, utilizando a língua tanto no contexto escolar como fora deste.

Não há dúvidas de que o estudo destas disciplinas também permite observar como diferentes cidades, bairros e outros aglomerados populacionais refletem migrações internas e internacionais, ou mudanças políticas, como na renomeação de bairros em períodos pós-coloniais, revelando assim a diversidade linguística e cultural e ilustrando o contato de línguas e a sua transformação ao longo dos tempos. No âmbito da sociolinguística, a toponímia permite desenvolver um entendimento sobre a questão da língua e as hierarquias sociais e identitárias.

Os nomes de locais públicos podem representar tanto o estatuto das línguas quanto as identidades étnicas e culturais associadas, fomentando discussões sobre políticas linguísticas, inclusão e marginalização. Portanto, a toponímia contribui para uma aprendizagem interdisciplinar, enriquecendo a experiência educacional com uma perspectiva crítica sobre a identidade, a memória e as culturas locais. Ela permite que os estudantes compreendam a importância do espaço e dos nomes nas suas vidas e no contexto da sua sociedade, fomentando uma educação contextualizada e rica em significados.

Conclusão

O estudo da paisagem linguística e toponímia de Maputo oferece uma visão profunda da diversidade e complexidade identitária da cidade, refletindo não apenas os processos históricos e culturais, mas também as transformações contínuas que definem a identidade local e nacional. As ruas, praças e sinais urbanos de Maputo atuam como testemunhos visíveis da convivência cultural rica e dinâmica que caracteriza a cidade, reforçando a valorização da moçambicanidade.

Neste estudo, foi possível observar tanto semelhanças quanto diferenças na paisagem linguística da cidade, especialmente quando se comparam as influências das línguas nacionais, do português e das línguas estrangeiras, como o inglês e o chinês.

Por um lado, em termos de semelhanças, é de salientar que o português continua a ser a língua dominante nas ruas, praças e sinais urbanos, refletindo a sua importância como língua oficial e de comunicação interétnica, uma característica comum em muitas áreas urbanas de Moçambique. Acrescenta-se ainda que em várias zonas da cidade, é possível encontrar sinais e toponímias que fazem referência à história e à cultura moçambicana. Isso inclui o uso de nomes que exaltam figuras históricas, eventos e tradições locais, reforçando a identidade cultural moçambicana.

Por outro lado, as diferenças encontradas dizem respeito à crescente presença de línguas estrangeiras, como o inglês e o chinês, especialmente em áreas comerciais, publicidade e estabelecimentos. Isso reflete o processo de globalização e a tentativa de posicionamento de Maputo como um centro cosmopolita. Por exemplo, muitas lojas e empresas internacionais adotam nomes ou frases em inglês, enquanto também são visíveis anúncios em chinês, devido à crescente presença de investidores e comerciantes chineses na cidade. Outro ponto de diferença é a transformação da toponímia em Maputo, com a substituição de nomes de ruas ou locais que fazem referência ao período colonial por outros que celebram figuras e eventos nacionais ou pós-independência. Isso marca um esforço de redefinir a identidade da cidade após a independência, incorporando novas referências à História de Moçambique e às culturas nacionais.

Entendo que as mudanças na Toponímia indicam uma tentativa consciente de Maputo se afirmar como um centro cosmopolita, enquanto preserva e promove as línguas, culturas e tradições locais. Este fenómeno está certamente alinhado à procura de reforço da identidade das populações presentes na Cidade de Maputo, e a adoção de nomes e sinais comerciais em línguas estrangeiras pode ser vista como parte dessa estratégia de globalização e integração no contexto internacional.

A dinâmica de nomeação de lugares e pontos comerciais em Maputo não só reforça a identidade nacional, mas também ilustra a valorização do multilinguismo e do multiculturalismo urbano. A atualização da toponímia da cidade apresenta-se como um esforço para o resgate de feitos e conquistas dos moçambicanos ao longo do tempo, simbolizando a unidade e diversidade que a definem. Embora a dinâmica toponímica reflita um processo de valorização cultural, é necessário considerar até que ponto a população da Cidade de Maputo está plenamente consciente ou envolvida nesse processo. A interação entre a população e as mudanças na paisagem linguística ainda merece investigação mais aprofundada, a fim de compreender o seu impacto real na identidade local. Algumas das questões que poderão orientar futuros estudos são apresentadas a seguir:

1. Que medidas específicas poderiam ser tomadas para promover uma política linguística mais pluralista em Moçambique?
2. Como é que as comunidades locais se envolvem e interpretam a toponímia de Maputo em relação às suas próprias identidades culturais?
3. Qual é o impacto da presença de múltiplas línguas na paisagem urbana sobre o uso da linguagem e a formação de identidade pelas gerações mais jovens?

Acreditamos, portanto, que os objetivos do estudo foram alcançados, ao apontar as relações entre identidade e paisagem linguística, enquanto as hipóteses iniciais se mostraram válidas ao evidenciar como as transformações toponímicas refletem a busca por uma identidade fortalecida, preservando ao mesmo tempo a riqueza cultural da Cidade de Maputo.

Referências

ALVES, M. J. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. 2017. 134f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

CHESTNUT, M. *et al.* The language lessons around us: Undergraduate English pedagogy and linguistic landscape research. *English teaching: practice and critique*, v. 12, n. 2, p. 102-120, 2013.

DAGENAIS, D. *et al.* Linguistic landscape and language awareness. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). *Linguistic landscape: expanding the scenery*. Abindon: Routledge, 2009. p. 253-269.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *Revista D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 31, n. Especial, p. 1-34, 2015.

GORTER, D. 'Introduction: The Study of the Linguistic Landscape as a New Approach to Multilingualism. *International Journal of Multilingualism*', 3(1), 1-6.

<https://doi.org/10.1080/14790710608668382>. 2006.

HENRIKSEN, S. A linguagem visível no espaço público: uma plataforma para a análise da dinâmica e práticas sociolinguísticas na Cidade de Maputo. In: HENRIKSEN, S. (org.). *Ensino de L2/LE & políticas linguísticas, diversidade e interculturalidade*. Maputo: Ethale, 2021.

HENRIKSEN, S. M. *Língua e Educação em Moçambique*: subsídios para uma política linguística orientada para a cidadania global. Maputo: Gala-gala Edições, 2023.

KAMWENDO, G. On cross-border languages and cross-border collaboration between Malawi and Mozambique. *Portuguese literary and cultural studies*, v. 10, p. 87-103, 2017.

KLEIMAN, A. B. *et al.* A Linguística Aplicada na contemporaneidade: uma narrativa de continuidades na transformação. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 17, n. 4, p. 724-724, 2019.

LARANJEIRA, R. M.; MIRANDA, F. D. S. S.; PARIS, L. G. Etnografia como teorização profunda em linguística aplicada: a relevância do diário de escrita acadêmica. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 10132-10148, jan./mar. 2024.

LAUNDRY, R.; BOURHIS, R. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 16, n. 1, p. 23-49, 1997.

LEMOS, A. Língua e cultura em contexto multilíngue: um olhar sobre o sistema educativo em Moçambique. Dossiê – Educação e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, n. 69, p. 17-32, mai./jun. 2018.

MACIEL, C. M. A. Os goeses e outros povos asiáticos em Moçambique – que atitudes em relação ao português e às línguas bantu?’ *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, v. 7, p. 169-183, 2018.

MALINOWSKI, D. Linguistic Landscape: New Contexts, Competencies, and Directions for the Language Classroom. New York: Columbia University Language Resource Center, 2014.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Boletim da República, I Série, n. 51. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MUKANDABVUTE, A. Language as a bridge: exploring the role of Kiswahili in fostering inclusion. *African Journal of Inclusive Societies*, v. 3, n. 1, p. 43-57, 2023.

MUTH, S.; WOLF, F. ‘The linguistic landscapes of Chişinău: Forms and functions of urban public verbal signs in a post-Soviet setting’. In: BOTA, G. et al. (Eds.), Lancaster University Postgraduate Conference in Linguistics & Language Teaching (Vol. 4, Paper No. 8). Linguistic landscapes in multilingual urban settings: Insights from translation perspectives, 2009.

PINTO, D. S. S. A pesquisa etnográfica e sua importância para os estudos de aquisição de língua estrangeira. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 125-134, 1998.

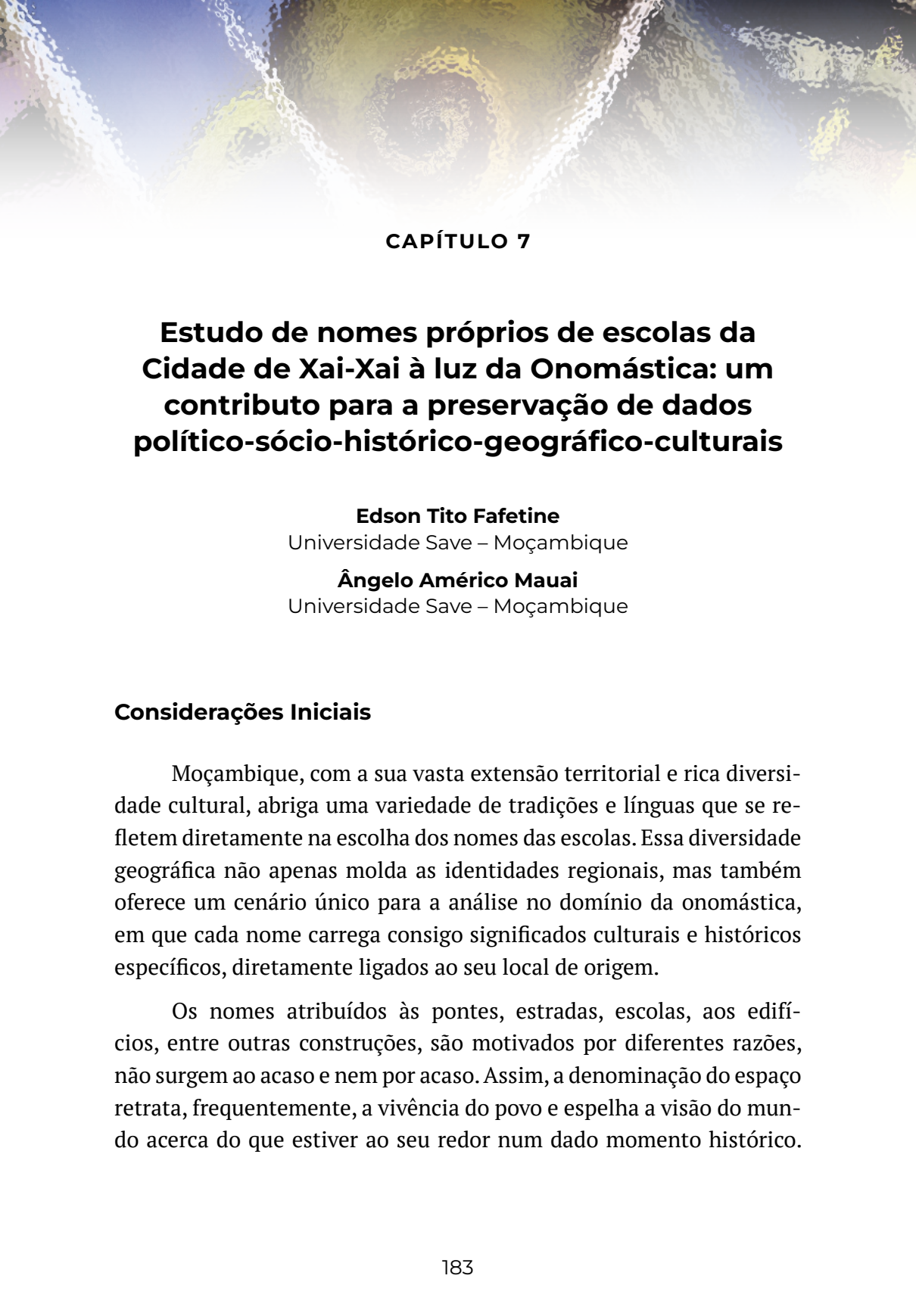
RAMPTON, B. et al. Methodological foundations in linguistic ethnography. *Tilburg Papers in Culture Studies*, paper 102, p. 01-24, 2014.

RZEWUSKI, E. A paisagem Toponímica tunguese. Meus apontamentos marginais nas crônicas Suali. In: CARVALHO, P.; CARMELINO, J. (org.). *Amélia Mingas, a mulher, a cidadã e a académica*. Luanda: Colecção Kunyonga, 2020. p. 39-56.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. *Linguistic landscape: expanding the scenery*. Routledge. In: CHESNUT, M. *et al.* (ed.). *The language lessons around us. English Teaching: Practice and critique*, v. 12, n. 2, p. 102-120, 2009.

SPOLSKY, B. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TIMBANE, A. A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecolinguística. In: NHAMPOCA, E. A. C.; PONSO, L. C. (org.). *Pesquisa e ensino em línguas moçambicanas: um tributo a Bento Siteo*. Maputo: Gala-gala, 2022. p. 130-155.



CAPÍTULO 7

Estudo de nomes próprios de escolas da Cidade de Xai-Xai à luz da Onomástica: um contributo para a preservação de dados político-sócio-histórico-geográfico-culturais

Edson Tito Fafetine

Universidade Save – Moçambique

Ângelo Américo Mauai

Universidade Save – Moçambique

Considerações Iniciais

Moçambique, com a sua vasta extensão territorial e rica diversidade cultural, abriga uma variedade de tradições e línguas que se refletem diretamente na escolha dos nomes das escolas. Essa diversidade geográfica não apenas molda as identidades regionais, mas também oferece um cenário único para a análise no domínio da onomástica, em que cada nome carrega consigo significados culturais e históricos específicos, diretamente ligados ao seu local de origem.

Os nomes atribuídos às pontes, estradas, escolas, aos edifícios, entre outras construções, são motivados por diferentes razões, não surgem ao acaso e nem por acaso. Assim, a denominação do espaço retrata, frequentemente, a vivência do povo e espelha a visão do mundo acerca do que estiver ao seu redor num dado momento histórico.

Os nomes usados para se referir a lugares específicos ganham o estatuto de reservatórios informacionais da história do lugar e dos povos.

No domínio dos nomes relativos às escolas, os topônimos, objeto de estudo da Toponímia (subdomínio da onomástica), visam, muitas vezes, homenagear entidades que foram prestativas e são reconhecidas pelos seus feitos ou para referenciar factos históricos marcantes, entre outras situações de natureza diferente.

1 Problematização

A nomeação das escolas é um processo que carrega significados históricos e culturais, funcionando como uma forma de preservação da memória coletiva. No entanto, muitos desses significados acabam se perdendo ao longo do tempo, seja pela falta de registros formais, seja pelo distanciamento das novas gerações em relação ao contexto histórico de cada denominação.

Além disso, durante um longo período, permanecemos em instituições escolares que tenham nomes cuja origem e motivação semântica não são do nosso conhecimento e, muitas vezes, não apresentamos a preocupação em nos informar (se a apresentamos, a resposta é transmitida com poucos fundamentos científicos), ou seja, raras são as vezes em que procuramos saber o significado de um determinado nome com o qual nos deparamos em diversificados contextos. Nesta senda, existe um desconhecimento e/ou conhecimento insatisfatório da origem e das motivações semânticas dos nomes das escolas em estudo. Decorrente disso, revela-se importante compreender a origem e as motivações semânticas subjacentes aos nomes das Escolas Secundárias de Tavenne e *Marien Ngouabi*, e das Escolas Primárias 1º e 2º Graus 4 de Outubro, Coca Missava, e 25 de setembro na Cidade de Xai-Xai.

A pesquisa visa conhecer a origem dos nomes das escolas selecionadas da Cidade de Xai-Xai e as motivações semânticas que determinaram a denominação de cada uma delas. Especificamente, a pesquisa

visa (a) Identificar a origem e as motivações semânticas dos nomes das escolas selecionadas da Cidade de Xai-Xai; (b) Descrever as motivações semânticas que determinaram a denominação de cada escola, através de uma ficha lexicográfica toponímica, baseada no modelo proposto por Dick (2004); (c) Explicitar a relação entre os nomes das escolas e o contexto histórico, político e sociocultural da época da sua denominação.

A pesquisa é relevante porque constitui um contributo para o esclarecimento e resgate de dados ou fatos aparentemente perdidos, mas devidamente registrados nos nomes das Escolas em estudo por forma a conhecer e recuperar aspetos sociopolíticos, históricos, geográficos e culturais da época em que se deu a criação dessas escolas. Além disso, contribui para a compreensão da Onomástica moçambicana, mais especificamente no contexto da toponímia escolar, evidenciando a importância dos nomes das escolas como registros da memória coletiva.

2 Enquadramento teórico

As abordagens teóricas do presente estudo estão ligadas, essencialmente, à lexicologia e aos seus subdomínios (léxico, onomástica e toponímia). A lexicologia é uma disciplina que estuda o *Léxico*⁴³ enquanto totalidade das palavras de uma dada língua, incluindo neologismos, regionalismos, gírias, expressões idiomáticas, etc. Cada palavra remete a particularidades diferentes, relacionadas ao período histórico ou à região geográfica em que ocorre, à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional (Carvalho; Henriques, 2018; Vilela, 1994).

A Onomástica é um campo da Lexicologia que estuda os nomes próprios canônicos do ponto de vista da sua morfologia, origem,

43 Instituto de Lexicologia e Lexicografia (2001).

motivação e possui duas subáreas de estudo, designadamente a Antroponímia e a Toponímia (ambas estudam os nomes próprios). A primeira, a Antroponímia, trata dos nomes das pessoas, os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcu-nhas ou os apelidos. A segunda, a Toponímia, investiga os nomes próprios de lugares, países, ruas e caminhos numa perspectiva linguística e histórica (Dubois *et al.*, 1978; Raposo; Nascimento, 2013; Seabra; Isquerdo, 2018). Além disso, os autores consideram que a Onomástica integra outros subdomínios linguísticos, tais como, a Etnonímia⁴⁴ e a Teonímia⁴⁵.

O topônimo, objeto de estudo da Toponímia, constitui um meio para conhecer e/ou reconhecer a história dos grupos humanos que vivem ou viveram numa região; as características físico-geográficas da região; as particularidades socioculturais do povo (o denominador); extratos linguísticos de origem diversa, que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram e as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente. Observando-se, desta maneira, que a Toponímia estabelece uma estreita relação com o patrimônio cultural de um povo, as suas crenças religiosas e de outras realidades de natureza social e económica (Raposo; Nascimento, 2013).

Deve ser salientado que a presente reflexão está focada nos nomes próprios. Segundo os autores supracitados, nomes próprios são palavras que referem, diretamente, entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas, cidades, rios, monumentos, entre outras), diferentemente dos nomes comuns, pois estes designam uma entidade enquanto membro de uma classe (por exemplo: cidade, monumento, mulher, rio, etc.). Assim, os nomes próprios designam uma entidade através da sua individualização dentro da classe a que pertencem.

44 A Etnonímia é um subdomínio da Onomástica que estuda os nomes próprios de povos, tribos e castas.

45 A Teonímia é uma subárea da Onomástica que estuda os nomes próprios dos deuses (nomenclatura dos deuses).

Os autores referidos sublinham o fato de a relação entre os nomes próprios (pelo menos os de pessoas) e os indivíduos por eles nomeados não ser biunívoca. O fator individualizador dos nomes próprios não significa de modo algum que cada um deles só seja usado para um referente (ainda que haja nomes próprios com essas características como Torre *Eiffel*). Há muitos Eduardos, Marias, Carlas e Carlos no mundo. Isto não acontece apenas com nomes de pessoas, existem nomes próprios de lugares que apresentam referentes distintos.

A seguir a estas breves reflexões teóricas, são apresentados os procedimentos metodológicos do estudo efetuado.

3 Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida na Cidade de Xai-Xai, capital da Província de Gaza, que dista 224 km da Cidade de Maputo, capital de Moçambique. O estudo é essencialmente de cunho qualitativo, uma vez que busca compreender e interpretar o significado atribuído aos nomes das escolas da Cidade de Xai-Xai à luz da Onomástica (Marconi; Lakatos, 2003), sem qualquer preocupação com dados quantitativos.

A pesquisa foi ancorada a diversas abordagens teóricas (Carvalho, 2012; Dubois *et al.*, 1978; Carvalho; Henriques, 2018; Raposo; Nascimento, 2013; Seabra; Isquerdo, 2018). Além disso, foram realizadas visitas a cinco escolas da Cidade de Xai-Xai, em 2018, para interagir diretamente com os informantes, com o recurso a *entrevistas semiestruturadas* sobre a temática e a *documentação* relacionada com a origem e a motivação semântica dos nomes das escolas supramencionadas (Prodanov; Freitas, 2013). Os dados recolhidos foram organizados em fichas lexicográfico-toponímicas, seguindo o modelo de Dick (2004), permitindo uma análise estruturada e detalhada dos nomes próprios das escolas.

A escolha das escolas foi baseada na relevância histórica e simbólica dos nomes, optando por nomes que remetessem a figuras, datas ou eventos históricos significativos para Moçambique e disponibilidade da documentação relativa aos históricos das escolas e acesso aos informantes.

3.1 Apresentação e Discussão dos Dados

Tendo explicado e descrito os procedimentos metodológicos que foram aplicados nesta pesquisa, passamos à apresentação e discussão dos dados obtidos através das entrevistas e das leituras da documentação relativa aos históricos das escolas, em forma de quadros.

Os quadros apresentados nesta seção têm o propósito de sistematizar os dados recolhidos, permitindo ao leitor visualizar de forma clara as informações essenciais de cada escola, com destaque para localização, etimologia, enquadramento histórico, informações enciclopédicas, entre outras. No entanto, esses quadros não devem ser interpretados de forma isolada; eles são acompanhados de explicações detalhadas que contextualizam os dados e os relacionam com os objetivos da pesquisa.

Quadro 1 – Tavenne

Localização (município de Xai-Xai): A Escola Secundária de Tavenne (EST) localiza-se a sul de Moçambique, na Província de Gaza, Cidade de Xai-Xai, no Bairro Patrice Lumumba em frente ao Hospital Provincial de Xai-Xai, a 3 km da EN1.	
Topónimo: Tavenne	
Acidente Humano: Escola	Taxonomia: Geomorfotopónimo
Etimologia/Origem: Xichangana Este termo foi importado da Língua Xichangana <i>Ntaveni</i> para a Língua Portuguesa, tendo sofrido algumas transformações consoante as regras linguísticas da língua-alvo. A palavra <i>Ntaveni</i> adveio de <i>ntava</i> , que, na ótica de Siteo (2011, p. 237), significa monte, montanha.	

Entrada lexical: Tavene	
Estrutura morfológica: Tavene é um topônimo simples, pois não necessita de complementos para a sua compreensão. Ele é constituído pelo radical “taven-” e um índice temático “-e”, é uma palavra classificada quanto ao número como singular.	
Histórico: Tavene vem de <i>ntava</i> (montanha), que significa “montanha”. Essa designação foi atribuída à Escola devido à sua localização em uma área elevada, em contraste com a região circundante, que é mais baixa. Desse modo, a motivação semântica para a denominação da escola está diretamente relacionada à sua posição geográfica. A escolha do nome reflete a topografia do local, destacando a elevação da área onde a escola está situada, que é caracterizada como uma zona montanhosa. O nome Tavene para a EST não reflete apenas uma característica geográfica importante, como a sua localização em uma zona elevada, mas também carrega um significado cultural profundo para a comunidade local; configura um símbolo de orgulho e pertencimento da comunidade em relação ao seu ambiente natural. A escolha deste nome estimula um senso de responsabilidade e de compromisso com a preservação do ambiente e com o patrimônio local. A Escola, ao carregar um nome que está diretamente ligado à geografia e à história local, torna-se um ponto de referência e um emblema da valorização das tradições e do contexto histórico da região. Assim, Tavene não é apenas um nome de escola, mas um elemento que contribui para a construção da identidade cultural e social da comunidade em que está inserida.	
Informações enciclopédicas: A EST provém da EP2 de Tavene, fundada em 1988, ascendeu ao nível secundário, lecionando, a partir de 2005, a 8ª classe, embora com algumas turmas da 7ª classe. As classes foram introduzidas gradualmente até a 10ª classe, tendo graduado pela primeira vez no ano 2007 (Ministério..., 2018).	
Pesquisadores: Edson Fafetine & Ângelo Mauai	Data de recolha: 13/12/2018

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – 25 de Setembro (também designada Manonga)

Localização (município de Xai-Xai): A Escola Primária Completa 25 de Setembro (EPC 25/9) localiza-se na Cidade de Xai-Xai, Posto Administrativo de Tavene, Bairro Comunal Unidade B, Unidade 13, a escassos metros do Hospital Provincial de Xai-Xai.	
Topónimo: 25 de setembro (ou simplesmente <i>Manonga</i>)	
Acidente Humano: Escola	Taxonomia: Historiotopónimo e Antropotopónimo
Etimologia/Origem: Língua Portuguesa e Xichangana	
Entrada lexical: 25 de setembro e <i>Manonga</i>	
Estrutura morfológica: 25 de setembro é um topónimo complexo, porque é constituído por três elementos e que, por sua vez, apresentam um grau de dependência lexical, “25” é um numeral cardinal, que está no singular e no género masculino; “de” é uma preposição; “setembro” é um substantivo que está no singular, género masculino e é constituído pelo radical nominal “setembr-” e um índice temático “-o”. Quanto ao processo de formação de palavras (constituição), esta é composta por justaposição. “Manonga” é um topónimo simples, enquadrado na categoria gramatical dos substantivos próprios.	
Histórico: A presente Escola apresenta dois nomes, um reconhecido oficialmente (25 de Setembro) e o outro não reconhecido oficialmente. A Escola 25 de Setembro surgiu em 1975, como escolinha, funcionando no Centro Social do Hospital Provincial, com o objetivo de oferecer educação básica aos filhos dos funcionários do Hospital. Em 1977, a Escola foi transferida do Centro Social do Hospital Provincial para o atual local, antigamente, casa de um dos enfermeiros, chamado <i>Manonga</i>. Após a transferência, a Escola foi designada Primária de <i>Manonga</i>, em homenagem ao enfermeiro chamado Adelino da Silva <i>Manonga</i>, pois ela tinha sido instalada onde era sua residência. Volvidos alguns anos, adicionou-se mais um nome, data comemorativa. Decorrente disso, esta Escola passou a ser designada por Primária do 1º e 2º Graus 25 de Setembro (símbolo nacional), em 1979, em homenagem ao início da luta de Libertação Nacional em Moçambique e às Forças Armadas de Moçambique.	

Assim, esta denominação oficial foi motivada por um *evento histórico*, decorrido em Moçambique. A escolha desta data como nome da escola não se circunscreve apenas a um marco histórico, mas também fortalece a memória coletiva sobre a luta pela liberdade, criando um vínculo simbólico entre a Instituição e a construção da identidade nacional. Entretanto, a motivação semântica que determinou a denominação *Manonga* foi um fator de cariz social; ou seja, a atribuição do nome desta Instituição de Ensino constituiu uma espécie de homenagem ao enfermeiro Adelino da Silva *Manonga*.

Culturalmente, esses nomes funcionam como uma âncora identitária para a comunidade, lembrando constantemente o passado coletivo e o papel que cada indivíduo ou evento teve na formação da sociedade atual.

A designação *Manonga* agrega uma dimensão social significativa por homenagear um enfermeiro que tinha uma conexão pessoal e direta com o local onde a escola foi estabelecida. Essa nomeação demonstra como a comunidade valoriza as figuras que contribuíram positivamente para o seu desenvolvimento, perpetuando suas memórias e influências de maneira tangível. Ao atribuir o nome de *Manonga* à escola, a comunidade reconhece e valoriza as contribuições sociais do enfermeiro, preservando a memória de seu impacto local.

A preservação desses nomes garante que as futuras gerações continuem a valorizar e reconhecer a importância dos eventos históricos e das personalidades locais que moldaram o seu ambiente, fortalecendo a coesão e o orgulho comunitário.

Informações enciclopédicas: De acordo com o Guião do Professor (2018, p. 239), 25 de setembro de 1964, começou a luta de libertação nacional em Moçambique, em Chai, Cabo Delgado, sob a direcção de Joaquim Alberto Chipande.

Pesquisadores: Edson Fafetine & Ângelo Mauai

Data de recolha: 14/2/2018

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 – 4 de outubro

Localização (município de Xai-Xai): Bairro Marien Ngoaubi B	
Topónimo: 4 de outubro	
Acidente Humano: Escola	Taxonomia: Historiotopónimo
Etimologia/Origem: Língua Portuguesa	
Entrada lexical: 4 de outubro	
Estrutura morfológica: “4 de outubro” é um topónimo complexo, porque é constituído por três elementos e que, por sua vez, apresentam um grau de dependência lexical; “4” é um numeral cardinal, que está no singular e no género masculino; “de” é uma preposição; “outubro” é um substantivo que está no singular, género masculino e é constituído por um radical nominal “outubr-” e um índice temático “-o”. Quanto ao processo de formação de palavras (constituição), esta é composta por justaposição.	
Histórico: A Escola Primária 4 de Outubro (EP4O) foi fundada e fixada neste local no ano de 2000. Ela emigrou da cidade baixa no mesmo ano, devido às cheias que assolaram Xai-Xai, especificamente, em Matsengani, onde se localizava a Escola. A partir deste local passou para as tendas do Centro de Acomodação de Mau Tsé Tung, onde aguardava a identificação de um local para sua fixação. O primeiro espaço identificado para a fixação da Escola foi o local onde hoje funciona a Escola Primária Sanção Mutemba, no qual funcionou alguns meses dentro das tendas, ainda com o nome de EP1 de Matsengani. Contudo, como o espaço não era suficiente para a construção de salas de aula porque as tendas tinham ocupado quase todo o espaço, foi identificado o atual espaço onde o município construiu 3 salas convencionais, num só pavilhão. Finda a construção, a Escola da zona de Sansão Mutemba passou para o atual local onde se encontra a funcionar, no Bairro de Inhamissa. A Escola foi batizada pelo nome 1º e 2º Graus 4 de Outubro como forma de simbolizar um ponto de virada, um momento em que a escola – e a comunidade a que ela serve – encontrou estabilidade e paz após o caos das cheias. Nesse âmbito, a motivação semântica que determinou a atribuição deste nome a esta Escola foi um <i>evento histórico</i>. Este nome é uma referência direta à data do Acordo Geral de Paz em Moçambique, assinado em 1992, que marcou o fim da guerra civil no país. Assim, a designação da Escola	

não apenas evoca a paz e a reconstrução que se seguiram à guerra, mas também a nova paz que a comunidade experimentou ao encontrar um lugar seguro e definitivo para a escola após as cheias.

Nesse contexto, a designação da Escola reflete um profundo entrelaçamento entre a história local, a identidade comunitária e a resiliência social diante de adversidades naturais. A escolha do nome “4 de outubro” não é meramente uma designação formal, mas um testemunho da experiência coletiva da comunidade, que viu sua escola e, por extensão, sua estrutura social, sofrerem as consequências devastadoras das cheias que atingiram Xai-Xai em 2000.

Em suma, esta nomeação transcende a simples função de identificação, passando a ser um símbolo de paz e resiliência, reforçando a ideia de que os nomes das escolas carregam consigo histórias e significados profundos que refletem as vivências e as aspirações das comunidades que elas servem. O nome perpetua a memória de um período desafiador e celebra a força da comunidade em superar as adversidades, mantendo viva a lembrança de que, mesmo após grandes dificuldades, é possível reconstruir e avançar.

Informações enciclopédicas: No dia 4 de outubro, foi assinado o Acordo geral de Paz em Roma, em 1992, entre a FRELIMO (com Joaquim Chissano) e a RENAMO (com Afonso Dhlakama) e o fim da guerra civil. Esta data afigura-se marco de concretização do multipartidarismo, já projetado pela constituição de Moçambique de 1990 (Guião do Professor, 2018, p. 243).

Pesquisadores: Edson Fafetine
& Ângelo Mauai

Data de recolha: 13/12/2018

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 – Coca Missava

Localização (município de Xai-Xai): Bairro Comunal Coca Missava, Unidade 5, tem limites a oeste do Bairro Residencial que se estende até a rua da *Wenela*, a este o Bairro Residencial que se limita pela Estrada Nacional número I, na zona da UDA, a norte do Mercado do Bairro mais conhecido por *Matlanga Bwixa*⁴⁶ e a sul um bairro residencial que se estende até a rua da Mesquita.

Topónimo: Coca Missava

⁴⁶ Local em que se brinca até amanhecer, ou seja, em que se pernoita brincando.

Acidente Humano: Escola	Taxonomia: Geomorfotopónimo
Etimologia/Origem: Xichangana Coca Missava é um empréstimo lexical do Xichangana que assimilou as propriedades fônico-gráficas existentes na língua importadora (Língua Portuguesa). Esse nome adveio da palavra <i>Kóká</i> e <i>Misává</i>, em que <i>Kóka</i> significa, na óptica de Siteo (2011, p. 123), puxar, atrair, arrastar e <i>Misává</i> significa solo, terra, arreja (<i>op. cit.</i>, 171).	
Entrada lexical: Coca Missava	
Estrutura morfológica: Este é um elemento linguístico complexo, pois é constituído por mais de um elemento e ambos apresentam um grau elevado de dependência semântica. “Coca” é um item lexical constituído por dois morfemas, um radical verbal “coc-” e uma vogal temática “a” que indica primeira conjugação e “Missava” é uma palavra que apresenta o radical nominal “missav-” e o índice temático “-a”, também designado por sufixo de flexão que, no caso vertente, indica o gênero feminino e número singular.	
Histórico: A Escola Primária Completa de Coca Missava (EPCM) foi criada em 1985, após a independência e a nacionalização das escolas. Antes disso, algumas escolas eram administradas por missões católicas e outras por missões protestantes, mas decidiu-se que todas as instituições de ensino deveriam passar a ser regidas pelo Governo. O nome da Escola é o mesmo do Bairro onde está localizada. O Bairro, por sua vez, recebeu essa designação devido à erosão que afeta a região, um fenómeno que também atinge a Escola. Assim, a escolha do nome “Coca Missava”, que significa “deslizamento de terra”, foi motivada pelas características geográficas do local, isto é, a denominação da escola reflete a topografia da área, marcada pelo desgaste do solo. O nome <i>Coca Missava</i> serve como um lembrete constante das condições naturais do local e das adversidades que a comunidade enfrenta devido à erosão do solo. Este nome carrega consigo uma mensagem sobre a resiliência e a adaptabilidade dos moradores, que convivem com essa realidade ambiental. Ele também funciona como um alerta para as gerações presentes e futuras sobre a importância de compreender e mitigar os impactos da configuração geográfica na vida comunitária. A nível social, este nome fortalece o senso de pertencimento e identidade local, ao mesmo tempo em que promove uma conscientização coletiva sobre as questões ambientais que afetam a comunidade. Ao adotar um nome que reflete um desafio comum – erosão –, a Escola se torna um símbolo de resistência e de ação coletiva em resposta às dificuldades impostas pela natureza.	

Informações enciclopédicas: A Assembleia Geral de abertura do ano letivo de 2011 considerou 5 de maio como data da Escola, sob proposta do Conselho da Escola, por ter sido nesta data em que foi lançada a primeira pedra para a construção do primeiro bloco de duas salas de aula pelo município (Ministério..., 2010).

Pesquisadores: Edson Fafetine
& Ângelo Mauai

Data de recolha: 14/12/2018

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 – Marien Ngouabi e Madeyeni

Localização (Município de Xai-Xai): A Escola Secundária Marien Ngouabi situa-se na Cidade de Xai-Xai, no Bairro Marien Ngouabi “A”, no Posto Administrativo de Inhamissa⁴⁷, na Unidade 3 (Ministério..., 2018).

Topónimos: Marien Ngouabi (Também designada Madeyeni)

Acidente Humano: Escola

Taxonomia: Corotopónimo
e Sociotopónimo

Etimologia/Origem: Marien é uma palavra do Francês e Ngouabi⁴⁸ é de uma língua bantu (não temos a referência) e Xichangana (Madeyeni).

A palavra “Madeyeni” é proveniente do português, ou seja, foi importada do português *aldeia*, que significa pequena povoação de menor categoria do que vila ou cidade e sem autonomia administrativa; povoação rústica ou rural (Dicionário de Língua Portuguesa Contemporâneo, 2011, p. 156).

Entradas lexicais: Marien e Madeyeni

47 A Escola Secundária Marien Ngouabi está inserida no Posto Administrativo de Inhamissa pelo facto de ter havido conflitos entre os dirigentes, Amosse Bila e Boavida Cumaio (entidades que estavam em dois lados opostos). Tudo ocorreu no momento de construção de uma aldeia, por pessoas que vinham das cheias do Bilene e, aquando da sua chegada, alojaram-se na Escola de Madeyeni. No entanto, um dos dirigentes, o que era nativo do local em que a Escola está inserida, Cumaio, não tinha pessoas para constituir a aldeia, pois, os que tinham esse objetivo eram os que vinham das cheias. Por conta disto, ele não aceitou que aquele local fosse chamado por Marien Ngouabi. Por consequência das discussões, o Bairro de Marien Ngouabi é administrado, a partir do Posto de Inhamissa.

48 Consideramos este nome como pertencente ao grupo bantu, mas não temos o conhecimento da língua a que ele pertence. Chegamos a estas constatações, pelo facto do termo apresentar características linguísticas comuns em relação às línguas bantu.

Estrutura morfológica: Marien Ngouabi é um nome composto pelo fato de apresentar dois itens linguísticos autônomos, porém interdependentes, ou seja, coocorrem para individualizar uma **única entidade**. **De acordo com Gama e Barros (1962), Marien é um nome próprio, masculino e singular. É uma palavra atemática e coincide com o radical “Marien”, e quando acrescido o sufixo flexional “ne”, forma o seu feminino, ficando *Marienne*.**

A palavra “Madeyeni” é, morfológicamente, simples, por conter apenas uma unidade lexical, a ela foram agregados dois afixos, um prefixo nominal da classe 6 e um sufixo locativo, a sua forma do singular é “Lideya”, com o prefixo “li-” da classe 5. **MaPrefixo nominal da classe 6 déyradical eniSufixo locativo** (Ngunga, 2014).

Histórico: A Escola recebeu o nome de Marien Ngouabi em homenagem ao ex-presidente do Congo. O Bairro foi estabelecido em 1977, o mesmo ano da morte de Marien Ngouabi e da fundação da Escola. Este ato de nomeação não é apenas um tributo a esta personalidade histórica, mas também um reflexo da solidariedade pan-africanista e do reconhecimento mútuo entre os países africanos que, na época, estavam a consolidar as suas independências e identidades nacionais.

“Madeyeni” foi uma aldeia e sede do Comitê da Aldeia e do Regulado Local. Na época, era um espaço temporário de residência, com lonas que abrigavam as pessoas que ali viviam enquanto o Bairro era organizado. O nome “Madeyeni” persiste, pois a aldeia originou-se naquele recinto e foi a partir dele que as pessoas começaram a ocupar os espaços ao redor.

A coexistência desses nomes ilustra como a onomástica pode refletir tanto influências externas, como homenagens a líderes internacionais, quanto internas, ligadas ao cotidiano e à organização comunitária local. Essa dinâmica de nomeação sugere que os nomes de lugares e instituições podem desempenhar múltiplas funções, desde a preservação da memória histórica até a representação de experiências imediatas da comunidade.

A escolha de nomear o bairro e, por extensão, a escola, em homenagem a Marien Ngouabi, carrega consigo uma forte mensagem de identidade e memória coletiva. Este nome conecta a comunidade local a um contexto histórico mais amplo, unindo a experiência local com a história continental africana. Através dessa homenagem, a comunidade reafirma o seu vínculo com a luta pela liberdade e independência africana, ao mesmo tempo em que mantém viva a memória de uma figura que simboliza essas aspirações. Ambos os nomes são fundamentais para entender a identidade multifacetada da comunidade, funcionando como marcos simbólicos que encapsulam tanto o legado histórico quanto as experiências locais.

A coexistência dos nomes *Marien Ngouabi* e *Madeyeni* destaca a dualidade de identidade e memória que muitas comunidades enfrentam. O primeiro nome conecta a comunidade a uma narrativa histórica e política mais ampla, enquanto o segundo reforça a memória local e a experiência vivida no cotidiano da comunidade. Essa dualidade é fundamental para entender como a identidade local se constrói e se manifesta em diferentes contextos.

Informações enciclopédicas: Marien Ngouabi nasceu no dia 31 de dezembro de 1938, em Ombellé, África Equatorial Francesa, morreu no dia 18 de março de 1977, em Brazavile, República do Congo. Ele foi um político e militar congolês e quarto presidente da República do Congo (também chamada Congo Brazavile). Governou o país de 1969 até o ano da sua morte. Filho de camponeses, Ngouabi estudou na Escola Primária de Owando e, em 1953, ingressou na École des Enfants de Troupes Général Leclerc, na capital Brazavile.

Pesquisadores: Edson Fafetine
& Ângelo Mauai

Data de recolha: 14/12/2018

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Firmino (2018), há uma multiplicidade de influências de origem exógena na criação de nomes em Moçambique, que pode ser observada não apenas nos nomes “considerados tipicamente aportuguesados”. Entretanto, pouco tem sido escrito sobre o tema da nomeação de lugares, seja nos registos históricos e linguísticos. Realmente, a nomeação das escolas está ligada a fatores internos e externos de natureza geográfica, histórica, cultural, social e política.

4 Considerações finais e sugestões

O que sabemos é uma gota
(Newton, 1642-1727)

Através do estudo dos nomes de lugares, fizemos uma atualização e um reconhecimento do conteúdo informacional dos nomes dos espaços geográficos em causa que, de certa maneira, é um contributo para que a sociedade contemporânea desenvolva, pelo fato de sua história estar em contínua atualização e, por consequência, imortalizada.

Para a abordagem dos nomes próprios das escolas referidas, focalizámos apenas a origem e motivação semântica que determinou o surgimento de cada um deles, em conformidade com o macro-objetivo desta pesquisa, o de conhecer a origem dos nomes das escolas da Cidade de Xai-Xai e as motivações semânticas que determinaram as suas denominações. A análise revela que a nomeação de cada escola apresenta sua própria origem e motivação semântica e está ligada a fatores de natureza geográfica, histórica, cultural, social e política, conforme foi explicitado ao longo do estudo.

Nesse âmbito, sugere-se à comunidade acadêmica o desenvolvimento de projetos de intervenção concernentes aos nomes próprios de lugares, particularmente em Moçambique, de modo que se conheça melhor a história que está registada e guardada nos nomes e na memória oral dos nossos povos, com vista a ser transmitida de geração em geração. No domínio das Escolas, sugere-se aos diretores e a todos os responsáveis pela gestão das mesmas que os dias comemorativos das escolas sejam marcados por uma abordagem histórica dos nomes, concursos, entre outras atividades, como forma de imortalizar a riqueza informacional que neles existe.

Ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, propõe-se a inserção de estudos toponímicos ou toponomásticos no Ensino

Secundário Geral, particularmente no nível médio, configurando uma unidade temática, de maneira que esta seja uma das formas de fazer com que os alunos possam conhecer a sua história e melhor saberem acerca dos povos que habitaram e/ou habitam os lugares em que as escolas estão inseridas.

Referências

BARROS, A.; GAMA, P. *La grammaire française a la portée de tous*. Porto: AVIS, 1962.

CARVALHO, A. P. M. A. de. Língua e identidade cultural: o estudo da toponímia local na escola. *Anais do SIELP*, v. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 1-13.

DICK, M.V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. KRIEGER, M da G. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. vol.2, Campo Grande: Ed. UFMS, 2004, p.121-130.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ESCOLA PRIMÁRIA 25 DE SETEMBRO. *Historial escrito da Escola Primária 25 de Setembro*. [Documento não publicado]. Xai-Xai, s.d.

ESCOLA PRIMÁRIA COCA MISAVA. *Historial escrito da Escola Primária Coca Misava*. [Documento não publicado]. Xai-Xai, s.d.

ESCOLA PRIMÁRIA DO 1º E 2º GRAUS 4 DE OUTUBRO. *Historial escrito da Escola Primária do 1º e 2º Graus 4 de Outubro*. [Documento não publicado]. Xai-Xai, s.d.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE TAVENE. *Historial escrito da Escola Secundária de Tavenne*. [Documento não publicado]. Tavenne, s.d.

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIEN NGOUABI. *Historial escrito da Escola Secundária Marien Ngouabi*. [Documento não publicado]. Xai-Xai, s.d.

FANUEL, J. T. *A dimensão dos nomes na configuração etnográfica e cultural das comunidades moçambicanas: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Português) – Universidade Pedagógica, Maputo, 2011.

FIRMINO, G. A nativização do português em Moçambique. In: CARVALHO, C.; HENRIQUES, C. C. (org.). *Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA. *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporâneo da Academia das Ciências de Lisboa*. Volume I, A-F, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Guião do Professor 2018*. Maputo, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Historiais Escritos das Escolas Secundárias de Tavene em Marien Ngouabi*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Historiais Escritos das Escolas Primárias 1º e 2º Graus 4 de Outubro; Coca Misava e 25 de setembro*.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. *Guião do Professor 2018*. Maputo, 2017.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM, 2012.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. C. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B. do. Nomes Próprios. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (org.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 993-1017.

SEABRA, M. C. T. C. de; ISQUERDO, A. N. A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SITOE, B. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Texto Editores, 2011.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA. *Normas para produção e publicação de trabalhos científicos*. Maputo: Universidade Pedagógica, 2012.

VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

CAPÍTULO 8

Contato linguístico em Angola: evidências de empobrecimento lexical das línguas angolanas

Sabino Sbangombe Marcolino

Universidade José Eduardo dos Santos – Huambo – Angola

Contato Linguístico em Angola

Em decorrência do processo de colonização em Angola, as línguas africanas do tronco bantu e khoisan, as únicas faladas pelos habitantes desta parcela territorial até a chegada do colonizador, entraram em contato com o português, dando lugar a vários fenômenos linguísticos, dentre os quais os empréstimos lexicais, caracterizados pela transferência recíproca de vocábulos de uma língua para outra, sendo este um processo natural que resulta da interação social e das necessidades comunicativas dos falantes.

Entretanto, deste convívio linguístico desigual, verifica-se como consequência direta a redução cada vez maior do número de falantes das línguas nacionais, até mesmo em zonas afastadas do casco urbano. De acordo com Kingui e Osório (2022, p. 21), “nem mesmo o fator idade adulta é forte indicador de um falante com proficiência em língua nacional”. Nalguns casos, quando os falantes recorrem a essas línguas, fazem-no em contextos comunicativos informais e com recurso a frases curtas com palavras misturadas com o português. Na visão dos au-

tores já citados, “esta mescla das línguas nacionais com o português pode resultar da incapacidade linguística do falante ou do processo de transferência linguística, como também da força do hábito (*Ibidem*).

Diante da situação problemática exposta, pretende-se, neste estudo, avaliar as atitudes, a consciência e o desempenho linguístico dos falantes do umbundu (no município da Caála, província do Huambo), num contexto de coabitação com o português. Com recurso à revisão bibliográfica e na interpretação dos dados recolhidos por elicitación, o estudo reveste-se de grande relevância social por despertar a atenção de pesquisadores e falantes nativos de línguas angolanas sobre a necessidade de se olhar com algumas reservas para uso exagerado de empréstimos lexicais do português para as línguas africanas, uma vez que, embora sejam benéficos, forneçam novos vocábulos e permitam a designação de objetos e seres exógenos à realidade africana, os empréstimos e estrangeirismos tornam-se prejudiciais quando utilizados para designar conceitos já existentes na língua de destino, tornando-a cada vez mais pobre e incapaz de nomear elementos do quotidiano dos seus falantes.

O capítulo está subdividido em 4 seções. Inicialmente, apresentam-se os fatores que cooperam para o surgimento de um bilinguismo conflitual, do qual resulta a glotofagia; seguem-se algumas evidências do empobrecimento lexical das línguas angolanas, que aos poucos vão cedendo o seu espaço para a língua portuguesa; apresentam-se a seguir algumas reflexões sobre os empréstimos linguísticos: capricho ou necessidades comunicativas? Após isso, vem o tratamento dos dados recolhidos por meio da elicitación a 7 falantes nativos do umbundu. Finalmente, apresentam-se as considerações finais e as referências bibliográficas que foram a base para este estudo. Nesta pesquisa, o termo glotofagia é discutido à luz dos estudos de Louis-Jean Calvet (1971) em que o termo serve para designar o processo através do qual a língua de uma determinada cultura desaparece parcial ou totalmente, vítima da influência de uma outra língua com estatuto superior.

A par de se determinar os níveis de proficiência dos sujeitos ilicitados, o estudo aponta caminhos e iniciativas tendentes ao resgate e preservação das línguas nacionais, uma vez que não se promovem as línguas apenas elogiando. São necessárias ações conjuntas entre todas as forças vivas da sociedade.

1 Fatores sociais que cooperam para a glotofagia em Angola

Vários têm sido os estudos realizados sobre as línguas bantu e khoisan presentes no território angolano, para a fixação de um mapa linguístico, bem como para a quantificação exata das línguas faladas pelos angolanos. Alguns desses estudos, como é o caso de Kukanda (2000 *apud* Calossa, 2023, p. 15) e Adriano (2014), evidenciam a existência de nove (9) línguas do tronco bantu (Umbundu, Kikongu, Kimbundu, Cokwe, Nhaneka, Ngangela, Kuanhama, Herero e Oshindoka), sendo o umbundu a língua mais falada por cerca de 22,9% da população e que geograficamente ocupa a região centro-sul de Angola, isto é, abrangendo as províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huila e parte do Cuanza Sul. Além dessas línguas, existem tantas outras, tidas como minoritárias e, às vezes, consideradas como variantes de uma outra.

A este respeito, Calossa (2023) percebe que, embora existam vários estudos sobre a quantificação e delimitação das áreas geográficas do uso das línguas angolanas, ainda prevalecem os problemas do estabelecimento de fronteiras linguísticas claras, bem como a definição do que é uma língua autônoma ou variante (dialeto) de uma outra língua. Para este autor, em função dessas dificuldades, “em última análise têm sido os critérios de natureza extralinguística, de caráter histórico, político, social e cultural que acabam por ser convocados (e nem sempre pacificamente), para determinar o estatuto de variedade ou língua autônoma de um dado sistema linguístico” (Calossa, 2023, p. 13).

Os estudos de Undolo, Timbane e Kimuenho (2023) e Undolo (2014), assim como os dados do Recenseamento Geral da População

(INE, 2014) mostram que as línguas angolanas predominam em áreas periféricas e rurais, pois nas áreas urbanas o português tende a suplantar-las, reduzindo-se assim, cada vez mais, o número de falantes dessas línguas no caso urbano.

A suplantação linguística vivenciada pelas línguas nacionais é, a nosso ver, resultante de fatores extralinguísticos, tais como: (i) a inexistência de uma política linguística (sob o ponto de vista prático) voltada à incorporação dessas línguas nos serviços administrativos do Estado e no sistema nacional de educação e ensino; (ii) a negação do estatuto de oficiais às línguas angolanas e (iii) as atitudes e consciência linguística dos falantes dessas línguas.

Para evidenciar tal facto, invocamos o artigo 19º da Constituição da República e um Excerto do Programa de Língua Portuguesa para o I ciclo do Ensino Secundário ainda em uso, nos quais é possível ler o seguinte: “1. A Língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010).

Como se pode ler, nem mesmo a um nome as línguas angolanas têm direito. São designadas por “demais” línguas de Angola. Embora a segunda seção desse mesmo artigo faça menção à necessidade de valorizar as demais línguas, a verdade é que as línguas nacionais não são levadas em consideração no ambiente sócio-administrativo e escolar. A sua utilização circunscreve-se aos ambientes familiares, celebração de cerimónias tradicionais, religiosas, etc. De forma análoga, na parte introdutória do programa de Língua Portuguesa para o I ciclo do Ensino Secundário, lê-se que:

A Língua Portuguesa é a língua oficial em Angola, de escolaridade e de comunicação nacional e internacional. É a língua veicular através da qual se emitem e se recebem mensagens, sendo a base para a aquisição

de conhecimentos técnico-científicos, valores éticos, cívicos e culturais. Ela desempenha também a função de veículo para a transmissão e aquisição de conhecimentos implícitos e explícitos, instrumento de integração, meio de apoio e articulação de todas as disciplinas (INIDE, 2019).

Nesta afirmação dilui-se qualquer ideia de heterogeneidade linguística que caracteriza o contexto angolano, pois assume-se a Língua Portuguesa como o instrumento exclusivo de aprendizagem e exaltação dos valores éticos e cívicos. Logo, embora o contexto social seja multilíngue, o discurso pedagógico continua sendo monolíngue, reduzido ao português europeu, apesar de existirem na escola alunos com a língua materna umbundu ou qualquer outra do tronco bantu.

Essa realidade é transversal a todas as esferas dos serviços sociais (hospitais, administração, bancos, tribunais, etc.), onde se dá privilégio ao português, sem levar em consideração a heterogeneidade linguístico-cultural dos utentes desses serviços.

O segundo fator que permite a suplantação das línguas angolanas consiste na *negação do estatuto de oficiais a estas línguas* de tal sorte que tenham o mesmo caráter funcional da língua portuguesa, permitindo a sua inserção não apenas no sistema escolar, mas em todos os serviços prestados pela administração pública. A estes fatores, Tchimboto (2024) acresce um terceiro que está ligado às atitudes e consciência linguística dos falantes das línguas nacionais que, de certo modo, cooperam para a alienação identitária. Na visão deste etnolinguista:

Indivíduos há que pensam ser um atraso cultural conhecer e usar as afro-línguas. Em certos ambientes do nosso país, a competência bilingue (português e alguma língua nacional) de certos indivíduos, em vez de ser apreciada pelo que é, a saber, uma riqueza, vê-se desvalorizada como uma deficiência. O unilinguismo

em benefício do português é visto como uma garantia ou como condição necessária de ascensão no modernismo e no progresso. Todo o esforço a fazer consiste em libertar-se da história, da cultura e da língua africana para adopção de uma euro-identidade. O desprezo das línguas nacionais está no facto de que estas são ligadas ao rural, ao servilismo, ao atraso cultural, etc. (Tchimboto, 2024, p. 64).

Entretanto, este fator apontado pelo autor encontra a sua razão de ser pelo fato de constitucionalmente não haver espaço para as línguas angolanas. Tendo consagrado o português como língua legítima, os falantes das línguas nacionais sentem-se marginalizados. A única via que encontram de afirmar-se e inserir-se na sociedade é renunciar a tudo o que lhes remete ao rural, ao servilismo e identificar-se com a língua, hábitos e costumes do colonizador, alienando assim a sua própria identidade. Tal realidade seria diferente se existisse uma política linguística que primasse por um convívio saudável entre as línguas e evitasse o bilinguismo conflitual.

2 Empobrecimento lexical das línguas angolanas

O léxico de qualquer língua armazena as maiores evidências de um longo processo de interinfluências linguístico-culturais resultantes do contato permanente entre povos distintos, portadores de hábitos, costumes e línguas distintas. Entretanto, embora o contato linguístico seja inevitável no contexto atual, por conta da globalização, trocas comerciais e necessidade de interação com outros falantes – o que obriga a utilização de termos de outras línguas para preencher o vazio linguístico – Tchimboto (2024) alerta-nos para a necessidade de olharmos com algumas reservas para este fenómeno, pois, para a realidade angolana, nem sempre o contato linguístico, em particular o uso de empréstimos lexicais do português para as línguas africanas tem sido saudável. Para ele:

[...] ao contrário do seu carácter enriquecedor, o contacto entre a língua lusa e as línguas angolanas deve ser avaliado com merecidas reservas. As importações vocabulares hoje denunciadas pelas línguas nacionais só podem ser indício de perigosas influências que ultrapassam o limiar tolerável. As línguas nacionais absorveram um grande número de vocábulos do português, não apenas para noções que eram inicialmente estranhas às etnias como *o-tefefone* (tefefone), *o-sicaleta* (bicicleta), *e-livulu* (livro), *e-kalu* (carro), mas também para objectos de ancestral uso autóctone (Tchimboto, 2024, p. 58-59).

No exposto acima, o autor coloca em evidência o carácter empobrecedor dos empréstimos linguísticos quando estes não surgem para preencher o vazio linguístico na língua de destino, mas são utilizados para designar conceitos já existentes nessa mesma língua, tornando-a cada vez mais pobre e incapaz de nomear elementos do quotidiano dos seus falantes. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor, com **grifos nossos**:

Assim, para se referir à mesa **que é um objecto muito comum para os ovimbundu e anterior à chegada dos europeus**, os falantes preferem dizer *o-mesa*, em vez de *o-tando*; Para reunião preferem dizer *o-reunião*, em vez de *ohongele*; Para cidade preferem *o-sindande* em substituição de *imbo* ou *olupale*. Para rezar preferem dizer *o-kulesala*, em vez de *o-kulomba* ou *okufendela* (Tchimboto, 2024, p. 59, grifos nosso).

Este é apenas um recorte entre os vários exemplos que se podem apresentar no que ao uso desnecessário de empréstimos linguísticos do português para o umbundu diz respeito. Entre os falantes bilíngues do português e do umbundu, localizados na região planáltica (centro e sul) de Angola, este é um fenómeno muito comum e o uso desses

empréstimos abrange todos os segmentos da vida social, desde a toponímia, antroponímia, gastronomia, saudações, vestuários, fórmulas de cortesia, etc.

Pelo uso generalizado destes portuguesismos nas línguas nacionais – pois acredita-se que seja uma realidade transversal às outras línguas do tronco bantu faladas em Angola e não só – verificar-se-á a médio e longo prazo uma degeneração total dessas línguas, por conta da sua dependência lexical às línguas europeias, confirmando-se assim a contínua alienação identitária herdada do período colonial durante o qual essas línguas eram silenciadas, dando espaço unicamente à língua do colonizador.

Por esta via, continuando o hibridismo linguístico que se verifica ao nível fonético e lexical dos falantes do umbundu, com maior predominância em áreas peri-urbanas, reduz-se cada vez mais o número de falantes propriamente dito das línguas angolanas, dando lugar ao surgimento de falantes não autênticos, com crise de identidade, os quais não dominam a língua do colonizador e desconhecem completamente a língua dos seus ancestrais por má conservação. Visto nesta perspectiva, o contato linguístico acaba sendo mais conflitual do que enriquecedor, pois essa realidade inaugura um mar de incertezas sobre o futuro das línguas angolanas.

3 Empréstimos linguísticos: um capricho ou uma necessidade?

Entendidos como parte do processo de enriquecimento lexical das línguas, os empréstimos e, quanto mais, os estrangeirismos ocorrem de forma natural para responder às necessidades comunicativas dos falantes, para nomear objetos ou referir-se a conceitos estranhos à língua que está a utilizar.

Para Cunha e Cintra (2014, p. 149-150) os empréstimos ou estrangeirismos são “palavras transferidas de uma língua para outra.

[...] é a adopção e uso de palavras estrangeiras por parte dos falantes de uma determinada língua. Ao adotá-los, na língua de destino, os empréstimos podem sofrer uma adaptação às regras fonéticas e morfológicas”. Não sendo uma realidade arbitrária, Undolo *et al.* (2023, p. 26) dizem que “os estrangeirismos e empréstimos lexicais fazem parte de um processo de produtividade lexical, transversal a línguas modernas, podendo ocorrer em qualquer língua e/ou variedade, quer na modalidade oral ou escrita”.

Logo, independentemente do estatuto social da língua (oficial, nacional, materna ou segunda), ela está propensa a emprestar e receber termos da(s) outra(s) língua(s) com a(s) qual(is) entra em contato. Num olhar simplista à realidade sociolinguística de Angola, pensa-se que, pelo fato de o português ser a língua oficial, de escolarização e de prestígio, conforme atesta o artigo 19º da Constituição da República, só esta pode influenciar ou emprestar termos às línguas angolanas, cujo estatuto é inferior e o uso restringido aos contextos familiares, ocasiões próprias de celebração de eventos culturais, religiosos, etc.

Entretanto, sublinha Manzollilo (2014) que não existem línguas puras. Todos os idiomas hoje conhecidos, com maior ou menor grau, adotaram e continuam a adotar palavras oriundas de outras línguas, como resultado natural do contato entre diferentes povos com diferentes culturas, apesar de as línguas pertencentes a nações mais desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico, político, cultural e tecnológico serem as mais propensas a exportar palavras.

Por esta via, fica justificada a presença massiva de expressões inglesas no português, ou mesmo a presença significativa de expressões portuguesas nas línguas angolanas. Se de um lado há esta facilidade de as línguas legítimas, dominantes exportarem os seus termos para preencher o vazio linguístico noutras línguas, do outro lado há também a presença de elementos lexicais das línguas com estatuto inferior

na língua com a qual entra em contato, pois o empréstimo linguístico é um fenômeno recíproco.

O longo processo de formação da língua portuguesa foi igualmente marcado pela importação de um conjunto de palavras oriundas de línguas pertencentes aos diversos povos com os quais entrou em contato, incorporando para si os galicismos, anglicismos, arabis-mos e, nos casos mais recentes, expressões das línguas africanas. Nesta linha de pensamento, Azeredo (2010), citado por Manzolillo (2024), assevera que “quando a língua portuguesa começou a ser escrita – nos fins do século XII ou início do século XIII – seu léxico reunia cerca de 80% de palavras de origem latina e outros cerca de 20% de palavras pré-romanas, germânicas e árabes”. Isso evidencia necessariamente que as línguas não são autossuficientes; elas se enriquecem no contato com as outras línguas, renovando de tempo em tempo o seu léxico.

Para o caso particular do português falado em Angola, tomá-mos como exemplos dessa incorporação lexical as expressões contidas no texto de Pimentel (2015 *apud* Ndombele; Timbane, 2020, p. 296-297):

No entanto, nem mesmo as aspas têm sido suficientemente fortes para travar o desejo de existir dessas palavras na nossa língua. O refúgio desses **muadiês** tem sido, até agora, o **cubico** de **kambas** que ainda não **bumbam**. São **ndengues bué** esforçados. Desde há muito que tentam arranjar um **saló**, mas... **desconseguem**. Os **kotas**, uns **papoites malaiques** que nunca ajudam, têm muito **kumbú**, mas preferem gastar com as **mamoites**. Naquele **cubico**, mesmo com as **makas**, ninguém **banzela**. Todas as manhãs, depois do **matabicho**, uma **magoga**, um **pincho** e um **bebe-e-me-deixa** do **janela-aberta** do mais-velho Mínguito, os **putos bazam** a um dos **arreiós** – na **baúca** do **candongueiro** – comprar uns **mambos** para revender. É o único **bisno** que dá jeito por enquanto.

O negócio dá para se manterem vivos. **Paiam** de tudo um pouco, até **mbilas** e **parte-os-cornos**. E as **mboas não maiam**. Querem lá saber do que as pessoas pensam delas quando levam as bacias à cabeça para **zunger**? O importante é **bumbar** e comprar cadernos para os **canucos**. Andam à vontade e ninguém mais os **estiga**. Mas as **mamoites** e as suas **cassules** não podem **maiar**. Há muitos **uí**s por aí com **bué** de **chacho** que só querem **ngombelar**. Abram os olhos, ou ainda pensam que vocês são **bombós**.

Estas unidades lexicais ocorrem naturalmente na comunicação oral e escrita dos angolanos em contextos informais, sendo inteligíveis por qualquer falante. Sublinhe-se o fato de que muitas dessas expressões, tais como **bué**, **matabicho**, **bumbar**, **mambo**, etc., já se encontram dicionarizadas. Mas então pode o uso de empréstimo ser opcional? Langacker (1972), citado por Manzolillo (2014, p. 50), diz que “o empréstimo não é nunca uma necessidade linguística, visto ser sempre possível ampliar e modificar o uso das unidades lexicais existentes para fazer face às novas necessidades de comunicação”.

O autor mostra, teoricamente, que está ao alcance dos falantes a seleção das palavras no ato comunicativo. Se de um lado isto é verdade, por conta dos processos regulares de formação de palavras (derivação e composição), sublinhe-se do outro que nem sempre está ao alcance dos falantes o controlar o surgimento dos novos vocábulos, resultantes do desenvolvimento da ciência, tecnologia, economia, moda ou desporto, cuja solução imediata passa por adotar um empréstimo ou neologismo para designar tal conceito que se afigura distante da nossa realidade.

É neste sentido em que as línguas angolanas se enriquecem ao adotar tais expressões, tal como recomenda Tchimboto (2024, p. 56, com grifos nossos): “as línguas bantu não se podem fechar ao estrangeirismo, pois é uma condição vital necessária de qualquer língua. E,

se se fecham, como hão-de designar o telefone, o carro, o computador, o ship-de-memória? [...] A importação lexical não é má em si mesma”. Percebe-se logo que os empréstimos têm suas vantagens, ao preencher o vazio linguístico na língua de destino, pois constituem o processo natural de enriquecimento das línguas.

4 Análise dos dados obtidos por elicitación

Ao todo foram elicitados sete (7) falantes que têm o umbundu como língua materna (L1), com idades entre 26 e 49 anos, que foram questionados sobre a designação de determinados objetos em umbundu, para compreender o seu nível de proficiência nessa língua, assim como determinar a frequência de uso de estrangeirismos, ou expressões em umbundu formadas a partir do português.

Foram selecionados alguns vocábulos tais como *janela*, *casaco*, *calças*, *lápis* e *hospital*, inerentes ao quotidiano dos falantes, para que estes apresentassem os seus correspondentes em umbundu. Abaixo descrevem-se os resultados que evidenciam os níveis de proficiência linguística desses falantes nativos do umbundu.

Tabela 1 – Desempenho linguístico dos elicitados

Objeto elicitado	Correspondente em umbundu		Respostas certas	Porcentagem
Janela	<i>Onufuilo/ondoko</i>		3	42,8%
Calças	<i>Omusopo</i>		2	28,5%
Casaco/casaquete	<i>Osembele/ocikutu</i>		5	71%
Lápis	<i>Ocitayo</i> ⁴⁹		1	14%
Hospital	<i>Ombutika</i> (yu ayele)		4	57%

Fonte: Dados da pesquisa

⁴⁹ Para este conceito, corresponde a todo o objecto escrevente, incluindo na mesma categoria de lápis as esferográficas, canetas, marcadores, etc.

Conforme espelhado na tabela acima, a maior parte dos intervenientes não apresentou respostas certas que correspondem aos substantivos em português. O recurso ou preferência por essas pseudo-palavras pode significar, por um lado, o pouco conhecimento sobre o léxico do umbundu, ou mesmo revelar o crescimento do léxico passivo dos falantes por falta do uso frequente das línguas nacionais.

Assim, com exceção do vocábulo *lápis*, em cuja correspondência ocorreu uma expressão diferente, para os outros casos, os falantes apenas adicionaram um prefixo (**o**), com categoria gramatical nula, tal qual se descreve abaixo:

- (i) Para janela, a maior parte dos inquiridos apresentou como o seu correspondente **o'janela**;
- (ii) Para calças, a maior parte dos inquiridos afirmou corresponder à **ocikasão**.
- (iii) Para o casaco, a maior parte acertou, levando em consideração a sua variante (*ocikutu*) que, *a priori*, designa não um casaco social, mas qualquer jaqueta para se proteger do frio. Uma minoria respondeu **o'casaco**.
- (iv) Já para o lápis, alguns dos inquiridos afirmaram corresponder a **o'lapi**, enquanto outros dois apresentaram uma variante que é **ocisonelua**;
- (v) Quanto ao hospital, a minoria afirmou ser **osipitali**.

5 Considerações finais

Em suma, a realização deste estudo permitiu a confirmação da hipótese inicial, segundo a qual a inexistência de uma política linguística que vise a integração das línguas nacionais nos serviços administrativos do Estado, na vida social dos falantes e, sobretudo, no sistema de educação e ensino reduz cada vez mais o papel das línguas angolanas no contexto social dos falantes. Aliadas a isto estão as atitudes e a

consciência linguística dos próprios falantes que não se identificam com aquilo que lhes-é endógeno.

Pelo contrário, têm preferência pelo uso daquilo que lhes-é exógeno, mesmo quando o contexto comunicativo não é o mais adequado. Embora o número de itens elicitados, assim como o número de participantes, seja ínfimo – o que não nos possibilita fazer largas generalizações –, os resultados revelaram o predomínio e uso excessivo de *portuguesismos* (unidades lexicais em umbundu formadas a partir do português) não apenas para designar objetos alheios à realidade local, mas também para nomear objetos do dia a dia, cujo uso antecede a chegada da língua portuguesa em Angola, fato que empobrece as línguas angolanas.

O estudo realizado é apenas um recorte da realidade sociolinguística de Angola, caracterizada por um bilinguismo conflitual. Sendo em Angola o bilinguismo a condição da maioria da população, se não se traçarem políticas linguísticas práticas e urgentes que visam dar espaço, voz e vez à pluralidade linguística que caracteriza o país, verificar-se-á a médio e longo prazo uma degeneração total das línguas nacionais, por conta da sua dependência lexical das línguas europeias. Logo, confirmar-se-á a contínua alienação identitária herdada do período colonial, durante o qual as línguas nacionais eram silenciadas, dando espaço unicamente à língua do colonizador.

Referências

- ADRIANO, P. *Tratamento morfosintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. 2014. Tese (Doutoramento) – Universidade de Évora, Évora, 2014.
- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda. Assembleia Nacional, 2010.
- CALOSSA, B. V. *Padrões de concordância nominal em alunos do I ciclo do Ensino secundário em Angola*. 2023. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 21. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 2014.

INIDE/MED. *Programa de Língua Portuguesa: 7ª, 8ª e 9ª classes*. Luanda: Ed. Moderna, 2019.

INE. *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola*. Luanda: INE, 2014.

KINGUI, A.; OSÓRIO, P. Situação (Geo)Linguística de Angola: *In*: OSÓRIO, P. (coord.). *Da Fonologia à Lexicografia: elementos para uma gramática do português de Angola*. Famalicão: Húmus Editora, 2022.

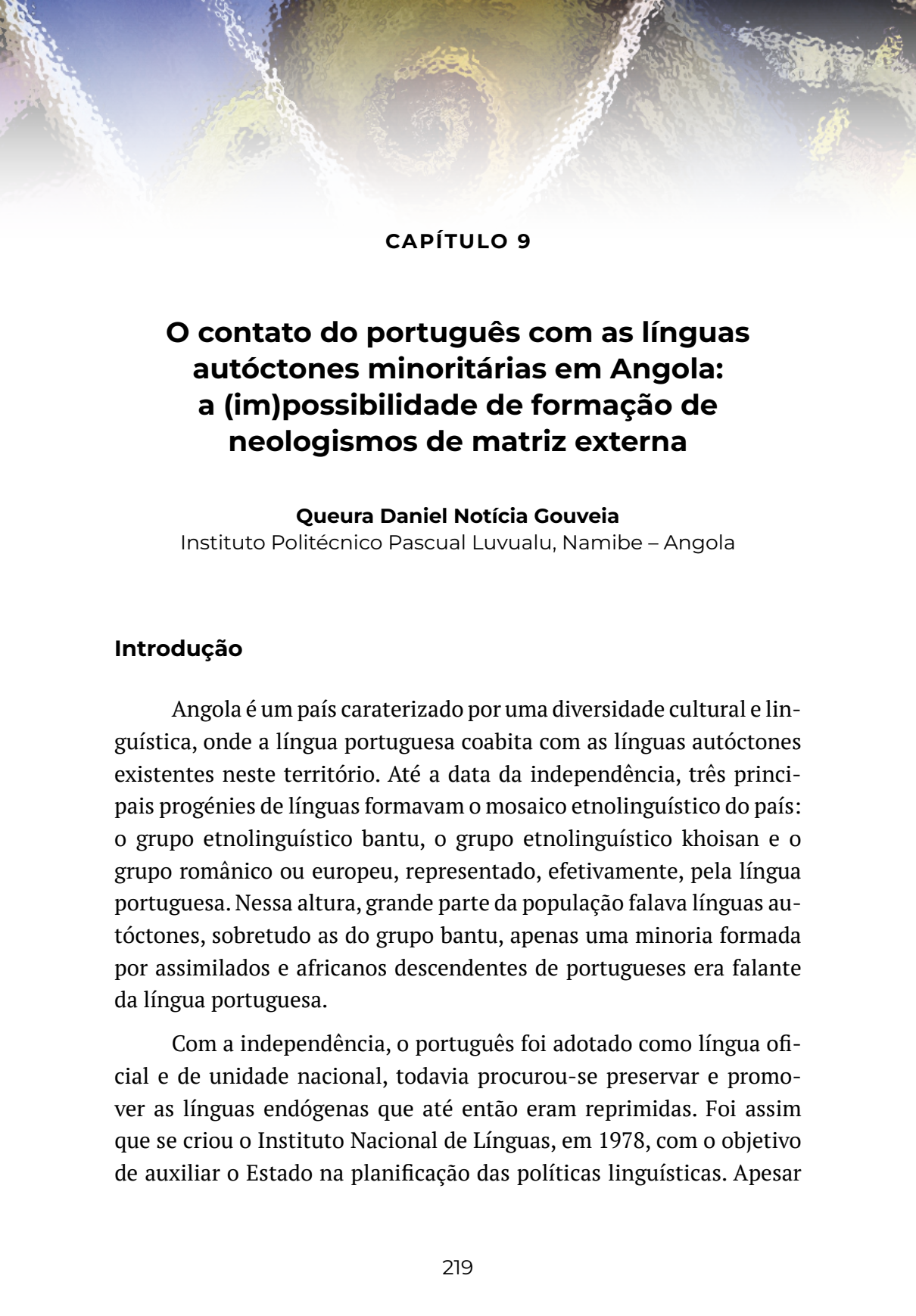
MANZOLILLO, V. Empréstimo Linguístico: o que é, como e por que se faz. *In*: XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF – Livro de Minicursos e Oficinas*, v. XVIII. p. 47-70, 2014.

NDOMBELE, E. D.; TIMBANE, A. A. O ensino de Língua Portuguesa em Angola: Reflexões metodológicas em contexto multilíngue. *Folio – Revista de Letras, Vitória da Conquista*, v. 12, n. 1, p. 289-314, jan./jun. 2020.

TCHIMBOTO, B. *Línguas & Culturas: Introdução à Etnolinguística e oralidades africanas*. Luanda: Paulinas, 2024.

UNDOLO, M. *Caracterização da norma do português em Angola*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

UNDOLO, M.; TIMBANE, A. A.; KIMUENHO, G. *Português de Angola: fonologia, sintaxe e lexicografia*. Belém: Home Editora, 2023.



CAPÍTULO 9

O contato do português com as línguas autóctones minoritárias em Angola: a (im)possibilidade de formação de neologismos de matriz externa

Queura Daniel Notícia Gouveia

Instituto Politécnico Pascual Luvualu, Namibe – Angola

Introdução

Angola é um país caracterizado por uma diversidade cultural e linguística, onde a língua portuguesa coabita com as línguas autóctones existentes neste território. Até a data da independência, três principais progénies de línguas formavam o mosaico etnolinguístico do país: o grupo etnolinguístico bantu, o grupo etnolinguístico khoisan e o grupo românico ou europeu, representado, efetivamente, pela língua portuguesa. Nessa altura, grande parte da população falava línguas autóctones, sobretudo as do grupo bantu, apenas uma minoria formada por assimilados e africanos descendentes de portugueses era falante da língua portuguesa.

Com a independência, o português foi adotado como língua oficial e de unidade nacional, todavia procurou-se preservar e promover as línguas endógenas que até então eram reprimidas. Foi assim que se criou o Instituto Nacional de Línguas, em 1978, com o objetivo de auxiliar o Estado na planificação das políticas linguísticas. Apesar

do interesse do Estado em difundir as línguas endógenas de Angola, as políticas implementadas fizeram com que o português passasse a ser o idioma usado em todos os atos oficiais, nas instituições de ensino, de saúde, de justiça, nos serviços administrativos, jogando, deste modo, um papel glotofágico em relação às línguas endógenas. Este fato comprova-se nos dados do censo realizado em Angola no ano de 2014, onde é divulgado que o português é o idioma com maior número de falantes no país, falado por cerca de 71% da população, sem que se apresente as percentagens de quem o tem como língua primeira ou língua segunda.

É sobejamente sabido que todas as línguas naturais, considerando que são elementos vivos e dinâmicos, estão sujeitas a transformações. Uma das variações que a língua admite tem a ver com o espaço geográfico. A língua portuguesa é una, porém ganha características próprias em diferentes regiões. Em Angola, é marcada pela coabitação com outras línguas que, de certa forma, contribuíram e contribuem para a atribuição de algumas marcas ao português falado neste território, tornando-o diferente do falado em outras latitudes.

Queremos, a partir dessas reflexões, compreender a seguinte questão: Que impacto tem o contato entre a língua portuguesa e as línguas autóctones minoritárias na formação de neologismos de matriz externa no português angolano? Para o efeito, traçamos o seguinte objetivo: analisar até que ponto as línguas autóctones minoritárias de Angola servem de base para a formação de neologismos formais externos no português. Como hipóteses temos: (i) há, no português falado em Angola, particularidades lexicais diferentes do português europeu; (ii) o português angolano não apresenta marcas das línguas autóctones minoritárias por estas serem faladas em núcleos muito restritos.

Com vista a apresentar uma definição do conceito de neologismo, adotamos como modelo o trabalho de Chicuna (2009, p. 47-48):

«O neologismo é a nova unidade lexical criada numa determinada língua, ou a acepção nova de uma unidade lexical já existente na língua. Por neologismo entende-se ainda a unidade lexical que, proveniente de uma língua estrangeira, é adotada por outra língua (Xavier; Mateus, 1992, *apud* Chicuna, 2009, grifo nosso). Existem dois grandes tipos de neologismos que englobam outros subtipos: neologismo de forma e neologismo de sentido (ou neologismo semântico). O neologismo de forma é a nova unidade lexical criada ou importada de uma outra língua. O neologismo semântico (ou neologismo de sentido) é a [...] unidade lexical (re)criada [...] com nova acepção. Os neologismos formais classificam-se em dois grupos: neologismos formais internos (criações lexicais dentro da própria língua) e neologismos formais externos ou empréstimos externos (criados através da importação de outra língua».

O termo neologia alude, assim, a todos os fenômenos novos que afetam uma língua, referindo não apenas as unidades lexicais que resultam de mecanismos internos de que uma língua se serve, mas igualmente as inovações lexicais vindas de outras línguas. É cada vez mais crescente o interesse de linguistas, terminológicos e lexicólogos em realizar estudos sobre os fenômenos que ocorrem na criação de unidades lexicais. Pensamos que, por meio das abordagens e dos resultados, a presente investigação pode ser uma valiosa ferramenta de fornecimento de informações para futuros investigadores e público em geral. Dada a complexidade do estudo, os métodos usados para este trabalho basearam-se na observação, bem como na pesquisa bibliográfica. Recorreremos, deste modo, a uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa. Quanto à estrutura, o capítulo inicia com a introdução, segue-se uma caracterização sociolinguística de Angola; conceitualização de língua maioritária e língua minoritária; o contato linguístico e a formação de neologismos e por fim, as considerações finais.

1 Caracterização Sociolinguística de Angola

O panorama sociolinguístico de Angola está intrinsecamente ligado às marcas dos povos que compõem o país, fruto do processo histórico de formação da Nação. Há, no território angolano, a existência de línguas que reúnem um grande número de falantes e de outras tidas como minoritárias, umas com representação ou código escrito e outras apenas com realização oral, todas, no entanto, servem de instrumento de comunicação dos seus utentes. Quanto às famílias de línguas, há presença da Kongo-Kordofaniana (representada pelo grupo bantu), distribuída pelas zonas **H**, **K** e **R** de acordo com a classificação de Guthrie (1948), Khoisan e a Indo-europeia, representada pela língua portuguesa.

Como é do conhecimento geral, os khoisan foram os primeiros habitantes do atual território angolano. Este povo é, segundo Zau, oriundo de várias raças localizadas a sul do Equador e considerado por alguns investigadores como dos mais primitivos povos da humanidade. Presume-se que terão chegado à África, passando pela Ásia e Europa Ocidental, provavelmente há perto de 50.000 (cinquenta mil) anos a.C. (cf. Zau, 2011, p. 47). Em Angola, estima-se que vivem 14 mil khoisan (INE, 2016) que podem ser localizados no sudoeste do país, designadamente, nas províncias de Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Moxico.

Ao contrário do que se conhece, principalmente em Angola, o etnônimo khoisan é um glossônimo constituído por vários povos espalhados na vasta região da África Austral, não se referindo apenas aos khoi-khoi e aos san. No território angolano, encontram-se, principalmente, os !kung (!xung) variedade dos san e os kwed (ovakede), da variedade dos khoi-khoi (cf. Pedro, 2021, p. 169). A língua khoisan é uma das mais antigas e mais complexas do mundo e caracteriza-se pela presença de consoantes e cliques com valor fonético. Sobre este idioma, Martinet refere que:

representam os cliques consoantes normais combináveis com as vogais. Para os produzir, cria-se o vácuo em qualquer ponto do canal expiratório por afastamento dos órgãos entre dois pontos onde se mantém uma oclusão. No caso do clique que traduz enervamento, estes dois pontos da oclusão são as zonas apicoalveolar e dorsovelar, com vácuo criado pela língua comprida entre eles. Realiza-se o ruído do clique desfazendo bruscamente a oclusão anterior, de modo que o ar anterior penetre no vácuo realizado entre as suas oclusões (Martinet, 1992 *apud* Undolo, 2014, p. 63).

O processo de integração social da etnia khoisan, em Angola, passa pela criação de ações que visam a sua participação na sociedade através do acesso à modernidade, educação, saúde e outras assistências sociais. Todavia, pouco se tem abordado por parte do executivo sobre a preservação da língua deste povo, que é considerada por muitos estudiosos como uma relíquia. Na verdade, o que se observa é que a busca pela modernidade tem o seu desiderato no discurso de uma unidade nacional através da língua portuguesa.

As línguas do grupo bantu, por seu turno, ocupam uma vasta área de extensão territorial e são aprendidas, sobretudo, através da convivência intergrupar conforme as necessidades das comunidades em manter a comunicação entre seus membros. Guthrie apresenta uma classificação geográfico-genealógica dessas línguas, agrupando-as por letras maiúsculas. Cada zona linguística representa vários grupos de língua, estabelecidos conforme critérios de proximidade/distanciamento linguístico e geográfico e na base da existência de traços linguísticos comuns (cf. Undolo, 2014, p. 68-69). O território angolano compreende as zonas **H**, **K** e **R**.

A **Zona H** abrange norte e nordeste do país. Nesta zona destacam-se dois grupos etnolinguísticos: ambundu e bakongo, sendo o kimbundu e o kikongo as línguas dominantes. Nas províncias

de Cabinda, Uíje e Zaire prevalece a língua kikongo e suas variantes. Em Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Malanje predomina a língua kimbundu e suas variantes.

A **Zona K** estende-se pela região leste e cobre as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Bié. É representada pelos grupos etnolinguísticos tucokwe e vangangela cujas línguas cokwe e nganguela são as mais representativas.

A **Zona R** cobre o centro e o sul do país. Nesta área encontram-se vários grupos etnolinguísticos. Nas províncias de Benguela, Huambo e Bié predomina a língua umbundu e suas variantes, língua do grupo de maior peso demográfico em Angola, os ovimbundu. Nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene predominam, respetivamente, as línguas olunyaneka, oshihelelo, oshikwanyama e suas variantes, dos grupos onyaneka-khumbi, ovahelelo e ovawambo.

Do grupo bantu, o umbundu é a língua com o maior número de falantes, com uma percentagem de 23%; seguem-se-lhe o kikongo e o kimbundu que representam, cada, 8%; depois o cokwe, com 7%; nyaneka representado por 3%; nganguela de igual modo 3%; fiote com um percentual de 2%; igual percentagem para as línguas oshikwanyama e muhumbi; e 1% para a língua luvale⁵⁰. Esses dados que demonstram a percentagem das línguas endógenas do grupo bantu cooperam para o entendimento da interferência destas no português falado em Angola.

A língua portuguesa, idioma com o maior número de falantes em Angola, chega neste território através dos portugueses quando da procura do caminho marítimo para a Índia, no século XV. No início, o contato do português com as línguas encontradas não diminuiu o uso dessas. Contudo, a segunda metade do século XX ficou marcada pela adoção de medidas perante a lei que viriam a favorecer a impo-

50 Cf. Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística em 2016.

sição da cultura e da língua portuguesa face à situação multilíngue do país, já que na visão do colonizador as “línguas locais devido à sua multiplicidade, constituíam um sério obstáculo à unidade, enquanto o português era a língua da cultura e da tecnologia” (Miguel, 2003, p. 26).

Em relação à norma do português europeu, o português angolano apresenta diferenças sonantes a diversos níveis. Mingas refere que algumas particularidades do português angolano se manifestam nos seguintes domínios:

- (1) Ao nível da abertura vocálica, em ordem inversa à articulação portuguesa;
- (2) Na tendência para a anulação do ditongo crescente;
- (3) Na fraca percepção da diferença entre tempos verbais, particularmente entre o infinitivo (raramente utilizado) e o perfeito;
- (4) Na tendência à nasalização consonântica;
- (5) Na lexicalização de vários itens oriundos de línguas locais (Mingas, 2004, p. 4, grifo nosso).

O português falado em Angola é uma variante sociolinguística que apresenta muitas marcas da estrutura morfossintática das línguas bantu. Na verdade, este idioma foi-se adaptando à realidade geográfica e cultural do país, ganhando características próprias e tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores como Adriano (2014); Carrasco (1988); Mingas (1998); Timbane, *et al.* (2021); Undolo (2014); Zau (2011).

2 Língua maioritária e língua minoritária

Não existe uma definição única para línguas maioritárias e línguas minoritárias que seja aceite por todos os estudiosos. Se por um lado alguns associam os conceitos a aspectos numéricos ou quan-

titativos, estas condições, por outro lado, são relacionadas à possibilidade ou impossibilidade de uma língua exercer as diferentes funções sociais num determinado lugar ou tempo.

Acreditamos que os dois critérios apresentados se complementam na medida em que as línguas com um reduzido número de falantes num determinado país são as que tendem a ter alguns de seus usos restringidos, ao passo que as faladas pela maioria dos habitantes, as maioritárias, são as dominantes, amplamente usadas como língua veicular e em diferentes contextos, como nas instituições escolares, de saúde, de justiça, usadas pelo governo em seus documentos e leis, são também as línguas viabilizadas pelas políticas linguísticas.

Altenhofen (2013) faz menção a que as línguas minoritárias são assim designadas porque pertencem a grupos que não são tão prestigiados social, cultural ou politicamente como os grupos de línguas maioritárias. Estas, por sua vez, são línguas com maior prestígio. Para o autor, a designação língua minoritária surge como contraponto do que é maioritário e sugere um dualismo entre uma língua geral e comum e tudo que é exceção ou existe ao lado ou à margem de (cf. Altenhofen, 2013, p. 94).

Para Calvet, algumas línguas parecem ter uma importância maior no processo de comunicação nacional, outras uma importância menor. Esses tipos de línguas podem, de maneira cómoda e transparente, ser chamados de língua maioritária e língua minoritária (cf. Calvet, 2007, p. 41).

Em Angola, o português é claramente uma língua maioritária, não só pelo expressivo número de pessoas que se comunicam neste idioma, mas também por ser a língua que exerce diferentes funções sociais de maior prestígio, tais como: língua de trabalho dos órgãos do Estado, língua de ensino, é também a língua veicular que soluciona grande parte dos problemas de comunicação no país. Por outro lado, adota-se uma categorização das línguas minoritárias, incluindo algu-

mas línguas do grupo bantu e as línguas dos Vatwa (Kwepe e Kwisi) e !khung. Entretanto, observa-se uma glotofagia ou glotocídio das línguas minoritárias, que exige das minorias a aprendizagem do português para a sua integração.

3 O contato linguístico e a formação de neologismos

O contato linguístico acontece quando se verifica uma situação de coexistência de duas ou mais línguas numa mesma comunidade linguística. Deste facto, podem resultar efeitos de variação que, em casos extremos, podem levar ao surgimento de novas línguas ou ao desaparecimento de uma língua materna por imposição de uma dominante (cf. Azeredo; Pinto; Lopes, 2015).

Do contato entre línguas há, inevitavelmente, a ocorrência do processo de inserção de elementos de um idioma para o outro. Essa convivência faz com que um dos sistemas linguísticos interfira com o outro dando lugar à introdução de novos elementos da língua emissora ou fonte para o interior da estrutura da língua receptora. Entre as línguas em contato ocorre também uma reciprocidade lexical no interior da escritura de cada uma delas, possibilitando a entrada de elementos “estrangeiros”, ou seja, elementos novos nas línguas em causa.

Em Angola, do convívio do português com as línguas autóctones, sobretudo as do grupo bantu, observa-se, por um lado, o empréstimo ou incorporação de várias palavras da língua portuguesa no léxico das línguas endógenas, quer seja mediante a sua reprodução sem a alteração da grafia, quer pela adaptação fonológica e ortográfica. Verifica-se, por outro lado, a cedência de muitos vocábulos das línguas endógenas para o português que são lexicalizados e utilizados por grande parte da população.

A respeito do exposto acima, um estudo realizado por Loureiro aponta que os empréstimos derivados das línguas autóctones representam um dos tipos de neologismos que mais incorporam o português

angolano, a par da composição e do hibridismo, resultante de uma forte interação de forma consciente e inconsciente entre a língua portuguesa e as línguas de origem africana (cf. Loureiro, 2015, p. 74-75).

O português falado em Angola apresenta, efetivamente, diferenças a diversos níveis, em relação à norma do português europeu, sofrendo influências das línguas autóctones, apresentando particularidades discursivas, pragmáticas, sintáticas, morfológicas, fonológicas, prosódicas e lexicais. No domínio lexical assiste-se, todos os dias, ao aparecimento de palavras novas. O substrato linguístico bantu contribui para o aparecimento desses neologismos, fornecendo material que permite criar novas formas lexicais e integrá-las no repertório do português.

Já foi referido neste trabalho que do grupo bantu, o umbundu é a língua com o maior número de falantes em Angola, com uma percentagem de 23%; seguido do kikongo e do kimbundu que representam, cada, 8%. Apresentamos, abaixo, algumas palavras provenientes dessas línguas e que são amplamente usadas no português angolano:

Quadro 1 – Alguns empréstimos das línguas umbundu, kimbundu e kikongo

Termo da língua bantu	Empréstimo	Equivalência léxico-semântica
Língua umbundu		
Hoko / haka	Hoko / haka	Irra!; Possas! (admiração/reprovação)
Kambuta	Cambuta	Pessoa de baixa estatura
Okambuenha	Cabuenha	Peixe miúdo
Olambula	Lambula	Peixe sardinha
Olombi	Lombi	Verdura (folha de legumes como batata, feijão, abóbora...)

Língua kimbundu		
Dikota	Cota	Mais velho
Kamba	Camba	Amigo
Maka	Maka	Problema
Kandandu	Candando	Abraço
Kaxinde	Caxinde	Erva-príncipe; capim-limão; erva-cidreira
Língua kikongo		
Mwamba	Muamba	Molho
Mfuba; mfumfu; sekua	Fuba	Farinha (de milho, milho-painço, mandioca)
Salu	Salo	Trabalho
Malembe	Malembe	(ir) Devagar

Fonte: Elaboração própria

Marcos (2021, p. 159) refere que “apesar de existirem empréstimos provenientes de outras línguas bantu, o kimbundu é a língua que mais termos emprestou ao português falado em Angola”. Vale lembrar que das línguas autóctones presentes no território angolano, os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (2016) apresentam apenas as percentagens das que integram o grupo bantu, nada se refere a respeito das línguas do grupo etnolinguístico khoisan.

Para além dos khoisan, Neto (2009) refere que existem de igual modo no território angolano os vátwa ou kuroka. Para melhor se ter uma visão desses grupos etnolinguísticos não bantu e suas respetivas línguas, veja-se o quadro abaixo (cf. Neto, 2009, p. 17):

Quadro 2 – Grupos etnolinguísticos não bantu (khoisan e vátwa)

Grupo	Sub-grupo	Língua
Khoisan	▪ Vakankala (kamusekele ou bosquímane) ▪ Hotentote (ou kede)	Hotentote (khoi)
Vátwa ou Kuroka	▪ Ovakwando (ou kisi) ▪ Ovakwepe (ou kwepe)	Kankala (san)

Fonte: Neto (2009)

Pfeier e Pinto (2018)) referem que no que respeita à língua dos san, em Angola, o !khun restringe-se aos usos orais e apenas em locais onde os falantes praticam as suas atividades de sobrevivência, mais precisamente, nas comunidades khoisan de Omalyata, Okafunuka e Okatope, na província do Cunene, o que faz com que esta língua permaneça com um estatuto de marginalizado valor funcional, seja desconhecida e possua uma reduzida probabilidade de sobrevivência. Do mesmo modo, a língua !khun e outras do mesmo grupo estão entre as mais ameaçadas de África, o que justifica a imprescindível adoção de uma série de medidas de revitalização dessa língua, enquanto património nacional e mundial (cf. Kondja, 2023, p. 163).

4 Considerações finais

A língua portuguesa cobre todo o território angolano e é falada por cerca de 70% da população, que exhibe diferentes graus de proficiência linguística. Nos últimos anos, o número de falantes do português como língua primeira expandiu-se consideravelmente com reflexos notórios no seu desenvolvimento a todos os níveis, particularmente no domínio lexical onde se assiste todos os dias ao aparecimento de palavras novas. Na verdade, toda língua é dinâmica e enriquece-se com novas unidades lexicais, sejam elas extratos de um outro idioma ou a partir da língua em uso através da elaboração de sentenças que venham a adquirir um significado próprio. As línguas endógenas,

por seu turno, representam as origens e integram a cultura do povo angolano. Apesar da existência do monolinguismo a nível nacional, elas estão assentes dentro do português falado em Angola.

Com o presente estudo foi possível contemplar o objetivo proposto para esta investigação que, em geral, pretendeu analisar até que ponto as línguas autóctones minoritárias de Angola servem de base para a formação de neologismos formais externos no português. Foram levantadas as seguintes hipóteses: (i) há, no português falado em Angola, particularidades lexicais diferentes do português europeu; (ii) o português angolano não apresenta marcas das línguas autóctones minoritárias por estas serem faladas em núcleos muito restritos.

Em relação à primeira, foi possível constatar, através de uma boa parte dos estudos aos quais tivemos acesso e na observação de alguns falantes, que são notáveis diferenças linguísticas a diversos níveis, inclusive no lexical, entre o português angolano e o português europeu. O contato linguístico é responsável pela interferência de elementos das línguas autóctones maioritárias do grupo bantu no português falado em Angola. Por via disso, o português angolano vai ganhando novas feições e criando uma identidade própria.

Quanto à segunda hipótese, como se sabe, a etnia khoisan, que constitui um dos grupos minoritários em Angola, vive ainda agrupada em pequenos núcleos, sob forma de comunidade primitiva. Essa característica, a nosso ver, associada ao fato deste grupo constituir uma minoria étnica e sua língua ser minoritária, faz com que o português falado em Angola não apresente marcas das línguas khoisan, contrariamente ao que se observa no contato entre a língua portuguesa e as línguas do grupo bantu de maior expressividade.

Contudo, pensamos que mais estudos sobre as línguas minoritárias, quer sejam as que integram o grupo bantu, quer as do grupo khoisan, precisam ser feitos. Apela-se, assim, à necessidade de mais investigações nesta vertente, dado que se verificou um baixo teor bibliográfico relativo a essas línguas. Deste modo, chega-se a concluir

que, tal como se vem observando um considerável número de pesquisas sobre as línguas autóctones maioritárias, as minoritárias, sobretudo as do grupo não bantu, carecem também de mais estudos.

Referências

- ADRIANO, P. S. *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora, 2014.
- ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLADES, C.; SILVA, A. K.; TÍLIO, R. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.
- AZEREDO, M. O.; PINTO, M. I.; LOPES, M. C. *Gramática prática de português: 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário*. Lisboa: Raiz Editora, 2005.
- CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CARRASCO, A. *Subsídios para o Estabelecimento da Norma do Português em Angola*. Trabalho de Licenciatura. Lubango: ISCED – Huíla, 1988.
- CHICUNA, A. M. *Tratamento lexicográfico dos portuguesesismos em kyombe*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- GUTHRIE, M. *The Classification of Bantu Languages*. London, New York Toronto: International African Institute/Oxford University Press, 1948.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016.
- KONDJA, J. E. Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !khun (khoisan) da Província do Cunene. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 3, n. 1, p. 156-184, jan./jun. 2023.
- LOUREIRO, A. *Neologismos do português em Angola: proposta de constituição de base de dados com vista à construção de um observatório linguístico*. 2015. 104p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

MARCOS, A. *Empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola: kikongo, kimbundu e umbundu. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, p. 145-161, 2021.

MIGUEL, M. H. *Dinâmica da pronominalização do português de Luanda*. Luanda: Nzila, 2003.

MINGAS, A. O português em Angola: reflexões. *VIII Encontro das Associações das Universidades de Língua Portuguesa*. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998. p. 1-25.

MINGAS, A. *Interferências do kimbundu no português falado em Luanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2002.

MINGAS, A. A língua portuguesa em Angola. In: *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguistas, 2004.

NETO, C. G. *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores “Garcia Neto” (Luanda-Angola)*. 2009. 154p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

PEDRO, L. T.; MUSSILI, P. L. Aspectos socio-históricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Cultura, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 1, n. Especial, p. 164-188, dez. 2021.

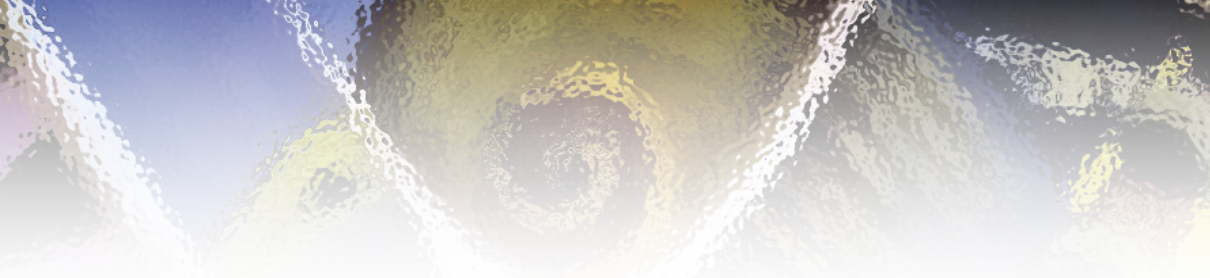
PINTO, F. P.; MELO-PFEIFER, S. *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2018.

TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. *O Português de/em Angola: Peculiaridades Linguísticas e a Diversidade no Ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021.

UNDOLO, M. *Caracterização da norma do português em Angola*. 2014, 330p. Tese (Doutorado) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

UNDOLO, M. *Introdução à linguística aplicada ao ensino de português*. Luanda: Edições ECO7, 2009.

ZAU, D. G. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. 204p. Tese (Doutorado) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.



CAPÍTULO 10

Cartografia do léxico dos pescadores da Praia do Chinga, Cabinda – Angola

Ezequiel Pedro José Bernardo

Universidade Agostinho Neto-Angola
Universidade Federal de Santa Catarina-Brasil

Alice Bernardete Malonda Loba

Ministério da Educação, Complexo Escolar
António Filie Rosa – Angola

Considerações iniciais

O nosso interesse em estudos do léxico parte do facto da marginalização dos estudos da área dos profissionais da pesca por nunca antes terem sido estudados em Angola. Por outro, visa espreitar os demais estudantes a desenvolverem estudos interdisciplinares que tratem a prática de inúmeros grupos sociais, contribuindo, assim, para a catalogação do léxico e da cultura usados nas diversas comunidades linguísticas.

A aldeia do Chinga faz parte do município-sede Cabinda, integrante da Província de Cabinda. A aldeia localiza-se a Norte com o município-sede, tendo como fronteira a aldeia de Chiazi, na parte Sul o Mbucu, a Este com a aldeia de Chibodo e a Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. Os nomes carregam sempre um significado, um significante e possuem uma carga sociocultural. Essa realidade não escapa à ideia em estudo. O nome Chinga resulta de “Massinga”, visto que, no pe-

ríodo da colonização, os portugueses pretendiam obter informações sobre o local e se depararam com papá Massinga, com quem interagiram, e pela dificuldade de pronunciar passaram a designar o local de “Chinga”. A referida aldeia se origina das comunidades de N’sengue, Kimba nos anos de 1800, dando a origem ao bairro.

Sendo banhada pela costa atlântica, a aldeia do Chinga se tornou um lugar propício para o desenvolvimento da pesca artesanal como forma de subsistência, por isso se tornou um lugar acolhedor de indivíduos de diversas faixas etárias que residem nas extremidades da aldeia. Contrariamente à atividade pesqueira realizada na Praia do Mandafama, que é industrial, a praia do Chinga apenas alberga a pesca artesanal.

O exercício da atividade pesqueira desses indivíduos é marcado pelo uso de determinados léxicos que os caracterizam como grupo e lhes atribuem uma identidade própria, pois os seres humanos usam a linguagem para interagir. E nessa dinâmica da língua ela vai adquirindo diversas formas de uso pelos seus usuários, marcando a sua cultura e, de certo modo, enriquecendo o repertório linguístico. Desse modo, todo e qualquer aspecto inerente à comunidade de fala, modo de viver, de estar, de falar, crenças, espiritualidade, costumes, são compreendidos a partir do léxico, que, segundo Costa (2012), é o nível do sistema linguístico que mais deixa transparecer aspectos socioculturais de uma comunidade.

A partir dessa constatação, se consolidou nosso interesse em realizar um estudo de âmbito lexical na praia dos pescadores do Chinga. Depois de conhecer a comunidade e os pescadores, suscitou em nós uma curiosidade que nos levou a questionar: que léxico os pescadores da praia do Chinga usam no desenvolvimento das suas práticas pesqueiras?

Partindo do questionamento e de formas a direcionarmos o estudo, de modo geral pretendemos *cartografar o léxico e a cultura dos pes-*

cados da praia do Chinga utilizados durante a atividade pesqueira. De maneira específica o estudo visa: i) identificar o léxico utilizado pelos pescadores da praia do Chinga, a partir de levantamento cartográfico do quotidiano da atividade pesqueira; ii) descrever e categorizar o léxico e expressões que veiculam os saberes e práticas da pesca desenvolvida nessa comunidade; iii) organizar um glossário que contemple o léxico da pesca artesanal praticada na praia do Chinga.

O capítulo procura contribuir nas pesquisas voltadas ao estudo do léxico especializado, permitindo que estes estudos venham a ser objeto de estudo nas aulas de língua portuguesa. Assim o capítulo está organizado da seguinte maneira: apresentamos a relação língua, cultura e sociedade; segue-se um panorama sobre a variação linguística tendo como apogeu o nível lexical; o léxico, a lexicologia e a lexicografia; uma incursão sobre os saberes e o *modus operandi* da pesca artesanal; métodos e procedimentos da pesquisa e finalmente a apresentação do glossário construído a partir do léxico dos pescadores da praia do Chinga.

1 Relação língua, cultura e sociedade

Todas as línguas possuem elementos que as distinguem das outras e, por isso, são valorizadas e respeitadas pelos seus falantes. Elas são carregadas de elementos simbólicos, socioculturais e espirituais que abarcam o léxico. O léxico de cada língua espelha uma determinada realidade, a realidade da comunidade que a pratica (Chicuna, 2014). Para Bagno (2007, p. 224), a língua pode ser vista como “o elemento mais importante da cultura de uma sociedade”. Daí ela reverberar o contexto sociocultural da nação ou comunidade que a fala. A língua vista como as práticas de seus falantes constitui uma atividade que permite a interação social, além de um elemento de identidade dos sujeitos que a falam.

Olhando a cultura numa perspectiva antropológica, denotamos que a cultura é vista como o modo de vida de um povo (Titiev, 1963). Esse modo de ver a cultura permite que a cultura seja vista como elemento que abarca o modo como as sociedades humanas criam significados, organizam suas atividades diárias e estabelecem relações sociais e se adaptam ao ambiente em que vivem.

O termo cultura, de acordo com Ribeiro (2016), é o conjunto complexo de práticas, incluindo os saberes, as crenças, a arte, os modos, o direito, os costumes, assim como toda disposição ou uso adquirido pelo homem vivendo em sociedade. Cultura é algo cuja existência é inerente à condição humana coletiva; ela é um atributo distintivo (Ribeiro, 2016).

Dado o seu impacto, por se tratar de um atributo distintivo, a cultura acaba tornando-se fator determinante da identidade. No entanto, a construção da identidade pode acontecer de diversas maneiras, principalmente através da linguagem, isso por ser a língua parte social da linguagem e a linguagem manifestação do comportamento social. O uso da língua é, portanto, mediado culturalmente, sendo assim um fator de identificação cultural, conforme nos mostra Duranti (2000) ao afirmar que

Se quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da acção social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, tais como, contar história, pedir um favor, mostrar respeito, insultar [...] (Duranti, 2000, p. 39).

A língua representa o mundo em que vivemos, e num processo circular, o mundo que vivemos é representado pela linguagem. A linguagem permite-nos fazer leituras distintas e particulares do mundo e seu entorno, implicando que a forma com a qual lidamos e interagi-

mos em sociedade influencia as manifestações linguísticas e consequentemente culturais. Para Ribeiro

A língua é, com toda evidência, parte do patrimônio cultural de uma sociedade. Como produz todo instrumento da cultura, é ferramenta de um povo. Através dela os falantes de determinada comunidade se expressam e expressam seus valores, suas ideias, suas experiências e, assim, vão construindo sua sociedade, sua história (Ribeiro, 2016, p. 55).

A linguagem faz existir o mundo, organiza-o como mundo histórico, sendo assim indissociável do elemento social. A língua, por constituir uma instituição social, serve para veicular cultura, mediar a interação entre os membros de uma sociedade, retratar o pensamento de determinada época, fornecendo elementos para a leitura da sociedade. E, por isso, Chicuna (2014) considera existir uma inter-relação intrínseca entre a língua e a cultura na medida em que a língua veicula a cultura de um dado povo ou comunidade.

2 Variação Linguística: o nível lexical

O nível lexical frente aos demais níveis do sistema linguístico é o que, de forma mais imediata, reflete a dinâmica da língua (Binderman, 2001). O nível lexical da língua “é o lugar da escotagem da significação da linguagem humana. Associado ao conhecimento e ao processo de nomeação em qualquer língua, o léxico resulta de uma operação preceptiva e cognitiva” (Isquerdo; Abbade, 2020, p. 164).

Nesta perspectiva, compreendemos que o nível lexical da língua é onde as palavras e seus significados são armazenados na mente. É como um grande dicionário mental que temos em nossa cabeça. Quando aprendemos uma palavra, ela é armazenada no nosso nível lexical. Isso acontece através do nosso nível de percepção e cognição,

ou seja, quando vemos, ouvimos ou aprendemos algo, nossa mente associa aquela informação com a palavra correspondente.

É a partir dos estudos lexicais que se torna possível observar e descrever cientificamente as unidades léxicas de uma comunidade linguística. Isso é possível porque cada palavra remete a particularidades diversas relacionadas ao período histórico em que ocorre, à região geográfica a que pertence, à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional (Miranda, 2013).

3 O léxico, a lexicologia e a lexicografia

Os usuários da língua, normalmente, recorrem ao léxico para estabelecer comunicação e ela faz parte da dinâmica que o processo comunicativo vai levando com que novos vocábulos sejam adotados na língua, ou ainda com que se busque uma outra língua ou termos da língua comum. Essa vivência contribui, a dada medida, para a renovação linguística e expansão lexical na medida em que os eventos sociais, culturais de seus membros acabam por se tornar de suma importância.

O interesse nessa área de pesquisa deu lugar a novos olhares sobre o estudo do léxico numa perspectiva lexicológica, lexicográfica e terminológica, mas para a nossa discussão interessam-nos apenas as duas primeiras, por julgarmos responder aos objetivos traçados para o estudo. Os estudos do léxico são encaminhados à lexicologia que Ribeiro (2016) define como

ramo da linguística que tem por objetivo o estudo científico do léxico de uma determinada língua, sob diversos aspectos, procurando determinar a origem, a forma e o significado das palavras que constituem o acervo lexical de um idioma, bem como o seu uso em diferentes comunidades de falantes (Ribeiro, 2016, p. 65).

A Lexicologia é uma disciplina sociológica que se utiliza das palavras como material linguístico; essa possui um caráter interdisciplinar, em que o nível lexical é um dos menores de todos os níveis da língua, dada a necessidade de recorrer sempre a elementos extralinguísticos no processo de explicação do significado de determinadas lexias. Várias são as teorias adotadas para o estudo do léxico. Dependendo da teoria utilizada, o conceito de léxico pode variar, não havendo, nessa área, uma “homogeneidade investigativa”. De acordo com Krieger (2006):

As várias possibilidades de abordagens, relacionadas, seja à feição multifacetada da palavra, seja a seu papel na articulação do discurso, seja ainda à interligação com o mundo exterior, justificam a diversidade de campos gramaticais, linguísticos e discursivos que a ele se voltam ou com ele se interconectam (Krieger, 2006, p. 159).

Importa-nos trazer à tona que a lexicologia estabelece uma relação com a lexicografia, ambas áreas com interesse no estudo do léxico. A Lexicografia é um campo de estudo que se concentra nas técnicas e processos envolvidos na elaboração e produção dos dicionários. Isso engloba a análise minuciosa dos dicionários já existentes, a pesquisa e desenvolvimento de metodologias e teorias para criar novos dicionários, bem como discussões dos desafios teóricos e práticos que surgem durante todo esse processo (Costa, 2012). De acordo com Isquerdo e Krieger (2004 *apud* Costa, 2012), a lexicografia, tradicionalmente, é considerada a vertente aplicada da Lexicologia:

Embora, nas últimas décadas, tenha se posicionado como uma disciplina autônoma, sob a ideia de fazer dicionário não é linguística, seu fundamento se baseia na representação da informação associada às unidades lexicais, representações adaptadas a diferentes dicionários e usuários, mas sempre compreendidas como

representação lexical (Isquerdo; Krieger, 2004 *apud* Costa, 2012, p. 39).

A Lexicografia é uma metodologia, não uma ciência. Para defender essa ideia, Isquerdo e Krieger (2004 *apud* Costa, 2012), argumentam que a lexicografia:

não estuda um objeto, mas oferece métodos e os procedimentos para criá-lo.[...] O fenômeno dicionário é o resultado de por em prática os métodos pelos seres humanos que interpretam, tanto seus métodos, quanto os vocábulos que tratam [...] Tratando-se de uma metodologia, oferece as técnicas e os procedimentos de construção dos dicionários (Isquerdo; Krieger, 2004 *apud* Costa, 2012, p. 39).

A lexicografia pode ser dividida em dois grandes ramos: a lexicografia prática, que se dedica a descrição do vocabulário de uma língua e à produção de dicionários, vocábulos e glossários; e a lexicografia teórica ou metalexiconografia, que envolve o estudo mais aprofundado dos desafios relacionados a elaboração da história de dicionários, a crítica dessas obras lexicográficas e a investigação da história e do uso dos dicionários ao longo do tempo.

A prática de criar dicionários existe há muito tempo, mas a lexicografia como campo de estudo é nova. Entre os termos explorados pela lexicologia e lexicografia (Barbosa *apud* Costa, 2012), destaca-se a análise das funções, relações e contrastes que surgem entre dicionários, vocabulários e glossários. No que diz respeito as oposições, a autora ressalta as distinções representadas por Domingues:

Assim, os termos léxico, vocabulário, dicionário e glossário são usados para se referir a mesma problemática na lexicografia. No entanto, há diferenças entre eles [...]. Uma dessas diferenças consiste em conside-

rar o nível linguístico que é parte do corpus estudado. Se o corpus se baseia na língua, teremos dicionários e vocabulários, mas se o corpus pertence à fala, teremos vocabulários e glossários. [...] Léxico e dicionário, por um lado, e vocabulário e glossário, por outro, podem definir-se também se considerando a delimitação do corpus usado para análise. O vocabulário e o glossário estão limitados pelas peculiaridades da fala [...]. Por outro lado, dicionários são obras de codificação e vocabulários e glossários, de decodificação (Barbosa, 1995 *apud* Costa, 2012, p. 40).

Segundo Barbosa (1995, *apud* Costa, 2012), o dicionário visa compilar e explicar a maior quantidade possível de palavras de uma língua, enquanto o vocabulário se concentra em reunir os termos de discurso (como político, geográfico, religioso) ou os vocabulários técnicos e científicos especializados. Por seu turno, o glossário busca refletir a situação vocabular de um texto em um contexto específico, exatamente como estamos fazendo em nossa pesquisa centrada na praia dos pescadores do Chinga. Haensch (1982 *apud* Costa, 2012, p. 40) destaca as duas acepções com que a *lexia* glossário é empregada na lexicografia:

- i) toda obra lexicográfica que registra e explica vocábulos utilizados por autores em uma obra literária ou em um texto dialetal – aqui o autor faz uma crítica, advertindo que nem todas as obras lexicográficas que se prestam a esse fim recebem o mesmo nome, visto que, muitas vezes, autores insistem em denominá-las de ‘vocabulário’;
- ii) repertório de palavras, em muitos casos de termos técnicos (monolíngue e plurilíngue), que não pretende ser exaustivo e em que a seleção de palavras se deu mais ou menos aleatoriamente.

Quando se trata de registro, os glossários podem abranger uma parte maior ou menor do vocabulário total de uma língua ou estar focados em uma região específica, sendo essa a função atribuída

por Haensch, “dicionários regionais”. Outrossim, os glossários podem ter uma abordagem prescritiva, indicando a forma considerada correta para uma palavra ou expressão ou ainda seguir uma abordagem descritiva, documentando os termos lexicais conforme são efetivamente empregados. O glossário que pretendemos fazer como resultado de nossa pesquisa inclui-se nas classificações regional e descritivo.

4 Dos saberes aos *modus operandi* da pesca artesanal

A pesca artesanal se realiza única e exclusivamente com base no trabalho manual do pescador e nas formas de organização social das pescarias. Nela, a participação do homem dá-se em todas as etapas: a manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, no recolhimento e no levantamento das redes e demais ações.

Os saberes da pesca são constituídos das práticas, crenças e costumes, construídos no meio natural e social no qual o indivíduo está inserido, são transmitidos, de uma geração para a outra, através da observação, da experimentação e da oralidade (Moraes, 2015). Nas entrelinhas do autor torna-se evidente que a pesca artesanal é um dos saberes que se pautam pela tradição, pois é por meio das experiências quotidianas vivenciadas em comunidade que as gerações mais novas aprendem e aplicam os conhecimentos transmitidos pelas mais experientes.

Os pescadores artesanais aprendem a profissão desde jovens, geralmente desde a pré-adolescência, com os pais ou pessoas próximas na comunidade, e reproduzem esse comportamento na educação dos filhos, ensinando-os as técnicas de pesca que praticam quotidianamente. As populações tradicionais possuem uma cultura íntima à natureza e uma percepção apurada acerca dos fenômenos naturais, utilizando esse conhecimento em benefício próprio, como observa Lima (2009).

A partir da interação com o meio natural, os pescadores aprendem saberes importantes para o exercício da pesca, como ciclo de vida das espécies de pescado, época reprodutiva, locais favoráveis à concentração dos cardumes, hábitos alimentares das espécies de pescado, o fluxo das marés, etc. Os pescadores compreendem o seu meio de forma empírica e sabem o momento oportuno para cada tipo de pescaria. A partir da observação da natureza, agem de forma criativa para viver com o que ela pode lhes fornecer; constroem e acumulam conhecimentos, os quais são compartilhados pela comunidade e transmitidos geração após geração.

Os pescadores utilizam, em determinadas pescarias, pequenas embarcações, motorizadas ou movidas a remos. As técnicas empregadas variam de acordo com o ambiente em que a pesca será realizada e as espécies que se pretende capturar (Soares, 2017).

A partir de seu conhecimento acerca do meio onde vivem e de suas potencialidades, os pescadores artesanais utilizam artes de pesca que consideram mais apropriadas e eficientes, a fim de se obter resultados satisfatórios a partir dos recursos que têm disponíveis. Tais técnicas são apreendidas e resinificadas a partir das experiências diárias, partilhadas de maneira tradicional no dia a dia na comunidade (Soares, 2017, p. 36).

Aqui, vemos expressa a importância da partilha de experiências e uso das mesmas para adaptarem-se à sua realidade, pois os pescadores são chamados a realizarem a pesca servindo-se dos recursos disponíveis e da forma que consideram mais apropriada e eficiente.

5 Métodos e Procedimentos da pesquisa

A pesquisa foi conduzida na base do método cartográfico, que se revelou fundamental para uma compreensão holística e contextualizada do fenômeno em estudo. Dentro deste contexto cartográfico, a ob-

servação direta desempenhou um papel crucial ao revelar dinâmicas e interações no ambiente de estudo, fornecendo elementos valiosos para a análise. A cartografia é um método de *abordagem qualitativa* com o propósito de compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais a partir de seu interior, de diferentes formas (Paiva, 2019).

Além da *observação direta* usamos outros procedimentos para sustentar e legitimar a recolha de dados, referimo-nos aqui ao recurso às *conversas informais* mantidas com os pescadores à medida que era necessário. As conversas tidas foram registradas num *diário de campo*. No contexto da nossa pesquisa a escolha dos informantes foi feita de forma aleatória, sem nenhuma noção prévia da quantidade de informantes, idade, gênero e classe social, pelo fato de a comunidade pesqueira ser composta por um grupo variado de pescadores com funções diversificadas, e que geralmente não são os mesmos que se pode encontrar em visitas diárias.

Outrossim, além da pesquisa qualitativa, usamos a *pesquisa bibliográfica* entendida como revisão da literatura que faz parte da modalidade de pesquisa. Para sistematizar e analisar os dados por nós coletados, elaboraremos uma ficha para cada lexia distribuída em termos de uso comum e termo em ibinda, conforme o modelo a seguir.

Quadro 1 – Modelo

L	
Termo	<i>Expressão coletada</i>
Significado	
Classe gramatical	
Contexto da pesca artesanal	

Fonte: Elaboração própria

Na construção do glossário tivemos em atenção dois elementos julgados fundamentais: a macroestrutura e a microestrutura:

- a) A macroestrutura consistiu na descrição dos termos usados pelos pescadores da praia do Chinga. A partir dessa base de seleção das lexias procuramos
- b) A microestrutura, entendemos como a elaboração propriamente do glossário tendo em atenção o seguinte modelo:

Forma do Verbetes

Lexia • Categoria Gramatical • Definição •

Como exemplificação, segue um dos verbetes presente em nosso glossário:

BOIA CENTRAL (stg.N). Bidão de 25 litros que fica canalizado no centro da rede como um sinalizador; o sinal impõe uma retirada correta; especificamente para pesca movida sem motor.

6 O léxico dos pescadores da praia do Chinga

O momento cartográfico e as conversas informais mantidas com a comunidade de pescadores do Chinga permitiram-nos recolher cerca de 44 termos que serviram de *corpus* para a realização do estudo sobre o léxico e cultura dos pescadores da praia do Chinga. No que se refere à categoria gramatical, a terminologia descrita constitui-se dos seguintes elementos gramaticais: substantivos, categoria a que pertence a maior parte dos termos, sintagmas terminológicos e verbos conforme a tabela a seguir.

Para análise dos termos coletados, foi adoptada uma abordagem que se fundamenta no uso de um dicionário como recurso primordial. O ato da consulta do novo dicionário da língua portuguesa conforme o acordo ortográfico estabeleceu uma base sólida de compreensão

dos termos coletados para buscarmos a significação comum das lexias. Adicionalmente, as análises morfossintáticas desempenharam um papel crucial na pesquisa, essencialmente no que diz respeito à classe gramatical das unidades terminológicas complexas. Através da composição dessas unidades foi possível identificar o sintagma respectivo de cada unidade complexa.

Quadro 2 – Descrição de alguns termos

Termo	Befwa
Significado	Avariou. Tanto remete para seres animados (pessoas, animais, etc. Como seres inanimados locomotores – viatura, avião, barco, etc. Ex.: l/dikalú dibefwa – o carro avariou. Para seres vivos, ex.: Malonda befwa – Malonda morreu. O termo, por metaforismo, pode tomar outras semânticas – Mbumba wufwa-wuminyo – Mumba é um/uma morto/a vivo/vivo. Poderá que esta pessoa não nos poderá ser útil
Classe gramatical	Verbo no pretérito perfeito do indicativo
Contexto da pesca artesanal	Enquanto categorizado como verbo, é utilizado para informar aos membros do grupo uma situação de avaria constatada num dos equipamentos da pesca
Termo	<i>Bbotula</i>
Significado	Tira, puxa, recolha
Classe gramatical	Verbo conjugado na terceira pessoa do singular (o verbo está no imperativo). O mesmo verbo no infinitivo deve se antepor um prefixo “ku” que remete o verbo para “kubotula” com o significado acima referenciado e acrescentando mais um significado que é “recolha”

Contexto da pesca artesanal	Expressão usada para orientações obrigatórias advindas por parte do apelador no ato da retirada da rede na água. Categorizada como verbo. Usam-no também para orientar a recolha do pescado
Termo	<i>Moço</i>
Classe gramatical	Adjetivo (adj.), substantivo masculino (s.m)
Significado	1– jovem, 2– mancebo, 3– empregado de baixa qualificação, 4– inexperiente, 5– imprudente
Contexto da pesca artesanal	Nas artes da pesca artesanal, moço é categorizado como um substantivo masculino, considerado aprendiz, e também aquele disponível a qualquer serviço na pesca. Esses homens se formaram pescadores, enfrentando o mar e os direitos por onde eles aprenderam a navegar e a pescar
Termo	<i>Pau de Empurrão</i>
Classe gramatical	Sintagma nominal (stg.N)
Significado	É um objeto usado para sustentar com a força física o deslocamento de uma dada coisa
Contexto da pesca artesanal	Objeto usado para voltar a canoa no mar com duas funções: levantar e empurrar. Os moços que ficam na parte traseira do barco usam a força para empurrar e os moços que ficam na cabeceira do barco usam o pau para levantar facilitado deste modo a colocação do barco no mar
Termo	<i>Retalhador</i>
Classe gramatical	Substantivo masculino (s.m)
Significado	Quem ou aquele que retalha
Contexto da pesca artesanal	No contexto da pesca artesanal, o termo “retalhador” é tido como um substantivo masculino, nome dado ao elemento que compra o pescado dos pescadores e revende para o consumidor
Termo	<i>Tala Ngo Sala</i>

Significado	Trabalho em comunidade
Classe gramatical	Sintagma nominal
Contexto da pesca artesanal	O trabalho desenvolvido na pesca artesanal é feito em grupo. Geralmente, os membros da comunidade participam ajudando a puxar a rede. Este fato foi constatado na pesca movida sem motor O termo em ibinda expressa a identidade cultural da comunidade levando à possibilidade de uma comunicação abrangente e eficiente. Categorizada como sintagma nominal
Termo	<i>Talão</i>
Classe gramatical	Substantivo masculino (s.m)
Significado	1– parte posterior do pé, 2– parte do calçado, correspondente ao calcanhar, 3– moldura côncava de um lado e convexa de outro lado, 4– entalhe de uma viga para assentar o vichachel, 5– vara de vidreira, 6– parte de um recibo ou de outro documento que serve de comprova
Contexto da pesca artesanal	Referente a dois paus que dão suporte à rede, é considerado o alicerce da rede. Sem ele, a rede não funciona, pois eles criam uma abertura na rede por onde os peixes se agrupam Geralmente usada na pesca movida por barcos sem motor, canoa. Categorizada como substantivo masculino
K	
Termo	kutunda l/dikonde
Significado	Arranjar a rede
Classe gramatical	Sintagma verbal
Contexto da pesca artesanal	Termo usado como variação do “armar a rede”, colocando-a em posição adequada para garantir uma embarcação sólida. Categorizado como sintagma verbal

Termo	<i>kotola buisi bwacya/bucele</i>
Significado	Hora de despertar
Classe gramatical	Sintagma nominal (composto por um núcleo substantivo “hora” e seu multiplicador “de despertar”)
Contexto da pesca artesanal	Quando os pescadores partem para o alto-mar capturar peixes, o tempo de demora varia de 4 a 5 dias. As manhãs o apelador do grupo que tem a obrigação de acordar mais cedo alerta os moços com a expressão “Kotula Busi Batchya” significando que está na hora de acordar. Categorizada como sintagma nominal

Fonte: Elaboração própria

6.1 Glossário dos termos da pesca artesanal

Neste glossário da pesca artesanal apresentamos todos os termos de uso frequente no exercício da pesca, que foram extraídos do *corpus* do estudo e comportam léxico da língua portuguesa, bem como léxico da língua ibinda.

• a • b • c • d • e • f • g • h • i • j • k • l • m • n • o • p • q • r • s • t • u • v • w •
x • y • z •

B – b

Befwa (v). Expressão usada com frequência quando o motor avaria.

Botula (v). No ato de descarga do pescado, o apelador usa a expressão para orientar a retirada da rede na água.

M – n

Moço (s.f). Aprendiz.

P – p

Pau de Empurrão (stg.N). Objeto usado para voltar a canoa no mar com duas funções: levantar e empurrar.

R – r

Retalhador (s.m). Nome dado ao indivíduo que compra o pescado dos pescadores revendendo para os consumidores.

T – t

Talão (s.m). Dois paus que dão suporte à rede, considerados o alicerce da rede.

Tala Ngo Sala (stg.N). Reflete a participação da comunidade no acto da pesca.

K – k

Kutunda l/dikonde (stg.V). 1– armar a rede, 2– colocar a rede em prontidão para o pescado.

Kotola buisi bwacya/bucele (stg.V). 1– hora de acordar, 2– imperativo referido pelo apelador a fim de desertar os pescadores quando estão em serviço no alto mar.

7 Considerações finais

Os resultados evidenciaram que existe no léxico dos pescadores o recurso à língua ibinda devido à necessidade destes estabelecerem a comunicação e o vazio que sentem haver na língua portuguesa. Tais vazios, que acabam por ser preenchidos melhor na língua ibinda, designam alguns objetos e algumas práticas durante a atividade pesqueira.

Em alguns casos, mesmo a língua portuguesa possuindo uma dada palavra de uso na pesca, estes preferem usar a palavra na língua ibinda, reforçando a sua identidade linguístico-cultural. O fraco conhecimento e domínio da língua portuguesa por parte de alguns pescadores também pode ser apontado como motivo do recurso à língua que melhor dominam, o ibinda.

Entendemos ser urgente e crucial o desenvolvimento de estudos nesta área, de forma a se obter conhecimentos mais profundos e sistematizados relativamente ao recurso a palavras em/na língua ibinda,

permitindo também um amplo mapeamento lexicográfico do léxico dos pescadores.

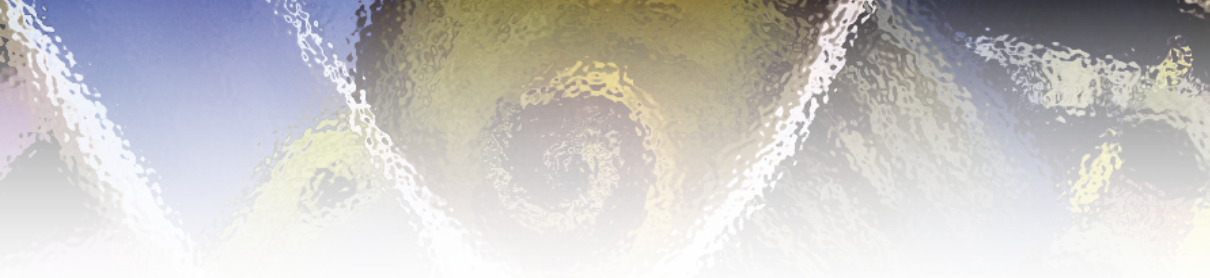
Referências

- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHICUNA, A. M. *Portuguesismos nas Línguas Bantu para um Dicionário Português Kiyombe*. Lisboa: Colibri, 2014.
- COELHO, J. L. et al. *Para conhecer a sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- COSTA, R. P. *Estudo linguístico no litoral maranhense: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- DURANTI, A. *Antropologia Linguística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- ISQUERDO, A. N.; ABBADE, C. M. de. (org.). *As ciências do léxico: volume IX: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.
- KRIEGER, M. G. *Lexicografia: O léxico no dicionário*. In: SEABRA, M. C. T. C. de (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 157-172.
- LIMA, W. R. Saber tradicional: suporte para o exercício da territorialidade de uma Comunidade no Estuário Amazônico. *Revista Ensaio Geral*, Belém, 2009.
- MIRANDA, V. M. R. *Léxico e cultura: estudo linguístico na área rural de Sabinópolis-MG*. Belo Horizonte: [s. n.], 2013.
- MORAES, S. C. *Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal*. Goiânia. Goiânia: UFG, 2015. p. 88-105.
- PAIVA, V. L. M. O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

RIBEIRO, G. A. *O léxico nos domínios da zagaia*: um estudo linguístico na Serra da Canastra – Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2016.

SOARES, J. L. *Os termos da pesca na vila dos pescadores de Ajuruteua*: uma abordagem sociotérmica. Belém: UFP, 2017.

TITIEV, M. *Introdução à Antropologia Cultural*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.



CAPÍTULO 11

Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola

João Muteteca Naege

Universidade Lueji A'Nkonde – Angola

Universidade de Évora – Portugal

Introdução

O presente capítulo tem como objeto de estudo a abordagem do ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola, no qual nos propomos refletir sobre as diferentes perspectivas que podem ser adotadas para o ensino-aprendizagem do vocabulário, tendo em conta as metodologias modernas que devem ser contextualizadas à realidade angolana, em face das recentes revisões curriculares que o Ministério da Educação vem experimentando com vista ao alcance de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no ensino primário e todo o subsistema de ensino não universitário.

Procuramos problematizar como se faz o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário atendendo às metodologias usadas para o ensino da língua portuguesa e à especificidade do contexto plurilíngue em Angola, realidade em que o português para uma grande maioria de alunos no ensino primário ainda se configura como língua não materna. Com o nosso estudo, *grosso modo*, objetivamos refletir sobre o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário,

bem como especificamente caracterizar e descrever o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário.

Tratando-se de uma realidade plurilíngue em que a Língua Portuguesa é ensinada como língua materna, mesmo em zonas que é marcadamente língua segunda, apontamos a necessidade de o ensino/aprendizagem do vocabulário no ensino primário privilegiar as metodologias que se afigurem consentâneas em função da experiência trazida pelo aluno (quer escolar, quer extraescolar) que o vinculem àquilo que se ensina e que se aprende. Dito de outro modo, as perspectivas explícita ou direta e indireta ou implícita, também, conhecida esta última como incidental, podem ambas produzir resultados positivos no ensino-aprendizagem do vocabulário, cabendo ao professor adotar uma ou outra em função das reais necessidades cognitivas dos seus alunos para promover aprendizagens significativas e sólidas.

Com o estudo, dá-se um contributo no que respeita a reflexões metodológicas e didáticas consentâneas para o ensino-aprendizagem no ensino primário, dado que é um ciclo fundamental ao qual se deve dedicar atenção redobrada para a preparação de alunos que constituem esteio de ciclos subsequentes. O capítulo é constituído por uma caracterização do ensino primário, correspondendo à primeira seção que antecede a introdução, objetivos do ensino primário, a descrição do léxico e vocabulário, perspectivas do ensino-aprendizagem do vocabulário, aquisição/aprendizagem do vocabulário, considerações finais e, por último, as referências bibliográficas.

1 Caracterização do ensino primário angolano

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 17/16 estipula no seu artigo 27º que o ensino primário é o fundamento do ensino geral, constituindo a sua conclusão com sucesso condição indispensável para a frequência do ensino secundário. O ensino primário constitui, assim, um nível cuja frequência é obrigatória e compreende seis anos

de duração, isto é, da 1ª à 6ª classe. No que toca à gratuidade, a Lei nº 17/16 assegura no artigo 11º que no ensino primário todos os atos praticados estão isentos de qualquer pagamento, a começar pela inscrição, assistência às aulas, o acesso ao material escolar, o apoio social, no qual se inclui a merenda escolar em todas as instituições públicas do país.

A Lei nº 17/16 refere no seu ponto 2 do artigo 27º “que o ensino primário tem a duração de (seis) 6 anos e têm acesso ao mesmo as crianças que completem (seis) 6 anos de idade até ao dia 31 de maio do ano da matrícula”; e no artigo 28º no seu ponto 2, explicita que as crianças com idades compreendidas entre os (doze) e os 14 (catorze) anos, que não tinham concluído o ensino primário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos (p. 5). Facilmente, deduzimos que o ensino primário compreende a faixa etária dos (seis) 6 aos (doze) 12 e/ou (catorze) 14 anos.

Dos vários objetivos gerais do subsistema do ensino geral (Lei nº 17/16, artigo 24º) no qual se enquadra o nível do ensino primário, podemos destacar os seguintes:

- 1) Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade, que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas;
- 2) Educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento;
- 3) Promover na juventude e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-los para a aprendizagem de uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;
- 4) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida ativa.

Com base nos objetivos gerais acima definidos do subsistema do ensino geral, faz-se o seu desdobramento nos objetivos específicos

(Lei nº 17/16, artigo 29º) que consonam com o perfil de saída do ensino primário. Os objetivos específicos do ensino primário **são**:

- a) Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita;
- c) Aperfeiçoar hábitos, habilidades, capacidades e atitudes tendentes à socialização;
- d) Proporcionar conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento das faculdades mentais;
- e) Estimular o desenvolvimento de capacidades, habilidades e valores patrióticos, laborais, artísticos, cívicos, culturais, morais, éticos, estéticos e físicos;
- f) Garantir a prática sistemática de expressão motora e de atividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

Tendo em conta os objetivos gerais e específicos definidos para o ensino primário, desenha-se um perfil de saída dos alunos deste ciclo, atendendo a um conjunto de hábitos e habilidades que no final do qual, deverão ser capazes de adquirir, que se circunscrevem de acordo com INIDE/MED (2019, p. 31) a:

Conhece e aplica instrumentos básicos de comunicação e expressão oral e escrita;

Revela ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades de trabalho, pesquisa, organização, estudo, memorização e raciocínio adequadas às tarefas;

Conhece o meio natural e social que o circunda;

Conhece o corpo nas suas funções e a importância da higiene e da conservação da saúde;

Aplica técnicas de trabalho (estudo, pesquisa, memorização e raciocínio) às novas situações;

Manifesta o espírito estético com base nas novas destrezas, conhecimentos e competências adquiridas (física, técnica e de criação artística);
Demonstra atitudes corretas de regras e normas de conduta;
Revela atitudes de apreço e respeito pela realidade cultural angolana;
Revela atitudes de respeito pelo meio ambiente, pela saúde e pela higiene.

O perfil de saída definido para o ciclo do ensino primário, visto nestas linhas, facilmente percebemos que é integrador, pois encerra em si, de modo sucinto e claro, todo o plano de estudo ministrado no primário, a começar com aspectos ligados à comunicação linguística, a representação simbólica da matemática, o meio físico e social, a expressão musical, manual e plástica e a expressão psicomotora ou motricidade.

Dito de outro modo, a estrutura curricular do ensino primário atende ao princípio globalizador de um projeto educativo ao abarcar a faceta da comunicação interpessoal, da cultura, do desenvolvimento pessoal, do meio físico, social, questões de higiene pessoal, inculcam-se no aluno valores éticos, cívico-morais, estéticos e as necessidades básicas de um indivíduo. Digamos que é um plano curricular integrador e globalizador, a forma de o ministrar ou traduzi-lo na realidade concreta dependerá em grande medida das metodologias que poderão ser adoptadas pelo professor, ajudando os alunos a lerem a realidade que os circunda como uma e não compartimentada.

Tabela 1 – Plano de estudo do ensino primário

Disciplinas	Carga horária semanal					
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
Língua de Angola	3	3	3	3	3	3
Língua Portuguesa	7	7	7	7	6	6
Matemática	6	6	6	6	5	5

Estudo do Meio	3	3	3	3		
Ciências da Natureza					4	4
História					2	2

Geografia					2	2
Ed. Moral e Cívica					2	2
Ed. Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
Ed. Musical	1	1	1	1	1	1
Ed. Física	2	2	2	2	2	2

Total de T. L Semana	24	24	24	24	29	29	
Total de T. L Anual	720	720	720	720	870	870	4.620
Total de Disciplinas	6	6	6	6	9	9	

Fonte: Plano curricular do pré-escolar e ensino primário (2019)

O plano curricular do pré-escolar e ensino primário atualizado (2019), ao qual recorreremos para essa nossa abordagem em torno do ensino/aprendizagem do vocabulário, contempla uma carga horária de 4.620 tempos letivos à semelhança do anterior (2011). Após a sua revisão, o de 2019 insere a disciplina de Língua de Angola, elevando-se para 11 disciplinas, sem com isso implicar o aumento da carga letiva, tendo sucedido a divisão dos tempos da disciplina de Língua Portuguesa, dois (2), por sinal, e um (1) da disciplina de Matemática, que passaram para a nova disciplina, Língua de Angola. De modo sucinto, o plano de estudo apresenta os objetivos gerais por cada disciplina que compõe o ensino primário, permitimo-nos destacar apenas os de três disciplinas.

Língua de Angola: Compreender a importância da valorização de atitudes que contribuam para a conservação e preservação das línguas de Angola, bem como estimular o interesse da criança pelas manifestações culturais mediante a sua inserção e participação nos atos

sociais. Aplicar estratégias de aprendizagem em língua de Angola que estimulem a autonomia da criança. Aplicar os conhecimentos utilizando a capacidade de expressão, comunicação e reconhecimento das línguas de Angola como identidade cultural angolana.

Língua portuguesa: Desenvolver um instrumento de comunicação e expressão oral e escrita que permita uma integração social e uma participação consciente no processo de desenvolvimento do país. Permitir uma compreensão do conteúdo das outras disciplinas, que exigem do aluno um domínio cada vez mais alargado do vocabulário. Desenvolver o gosto pela leitura e permitir o acesso às obras literárias que poderão desenvolver a sensibilidade e criatividade dos alunos. Usar corretamente a Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento próprio.

Matemática: Compreender o sentido do número. Desenvolver a noção da estrutura do sistema numérico. Desenvolver habilidades de cálculos com a resolução de problemas de aritmética com números inteiros, decimais, fraccionários. Conhecer as propriedades das figuras geométricas. Desenvolver as formas de pensamento lógico e a capacidade de utilizar corretamente os métodos dedutivos da lógica e conhecer as diferentes grandezas.

Em nosso entender, estas três disciplinas constituem o eixo fundamental do ciclo do ensino primário, contemplam basicamente os principais objetivos específicos que espelham hábitos e habilidades que devem ser adquiridos com o culminar do ciclo primário ao ressaltarem o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem por meio da leitura, da escrita e do cálculo, assim como, aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita.

2 Do léxico ao vocabulário

É tradição definir-se o léxico como um conjunto de palavras que constituem uma língua. O dicionário de termos linguísti-

cos de Xavier e Mateus (1992, p. 225) apresenta a seguinte definição do léxico: Entende-se por léxico o conjunto de formas atestadas correspondendo a uma zona lexical comum a todos os locutores de uma comunidade [...] sendo também conjunto de unidades lexicais comuns à significação, isto é, a parte do semema que é do domínio comum da comunidade [...]. De acordo com Vilela (1995, p. 6), o léxico é:

A parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.

Em torno do léxico, ainda, Vilela (1995, p. 13) o define em duas perspectivas, uma cognitivo-representativa em que o autor o apresenta como uma “codificação” da realidade extralinguística que se interioriza no saber de uma comunidade linguística; a outra é a perspectiva comunicativa em que é apresentado o léxico como “o conjunto de palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si”.

O léxico apresenta-se, deste modo, como o subsistema mais dinâmico e aberto de qualquer língua, pois a ele cabe de modo direto configurar a realidade desde o ponto de vista linguístico, muda e renova-se constantemente (Biderman, 2001; Ferreira, 1985; Vilela, 1994).

Urge, então, distinguir o léxico do vocabulário, cuja fronteira nítida se pode estabelecer na definição em que o léxico é o conjunto de palavras essenciais de uma língua; ao passo que o vocabulário é o conjunto de palavras utilizadas por um determinado falante que per-

tence a uma dada comunidade linguística. Neste caso, o vocabulário subsume-se ao léxico, sendo o léxico geral, coletivo e o vocabulário individual e particular.

3 Perspectivas do ensino-aprendizagem do vocabulário

O português em Angola é língua segunda para a maioria dos seus falantes, embora essa tendência esteja a se inverter aos poucos tendo em conta os dados recentes do censo populacional (2014). Em alguns casos o português só é aprendido na escola, referimo-nos a realidades apartadas dos grandes centros urbanos, onde o português é, necessariamente, aprendido na escola ao primeiro contato.

A introdução recente da Língua de Angola no currículo do ensino primário responde ao desafio de que o aluno que reside em zonas afastadas dos centros de maior utilização do português, como principal língua de comunicação, tenha, primeiro, o direito de aprender o português e outras disciplinas curriculares por meio da sua língua nativa; segundo, tendo em conta o postulado na Lei nº 17/16 no seu artigo 16º, no ponto 2, responde ao desafio de o estado “promover e assegurar as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola [...]”.

Sendo que a aprendizagem formal de uma língua se dá com a entrada para escola, isto é, desde que nasce até aos seis anos de idade a criança aprende de modo informal a língua, na realidade angolana, às vezes se trata do português, ainda em contexto de língua segunda, caberá a escola de acordo com Azevedo (2006, p. 3):

[...] pelas suas práticas, preocupar-se em estimular a ocorrência de situações que, não restringindo ou empobrecendo a possibilidade de manusear a língua na pluralidade dos seus contextos e funções, se afigurem capazes de produtivamente colmatarem e compen-

sarem o subdesenvolvimento verbal de todos os que, integrando-a, não compartilhem com ela os códigos de que ela se socorre. Tal significa permitir aos alunos um contacto com formas mais complexas e mais elaboradas da língua, assegurar-lhes uma capacidade de exercitação dessas formas, dotando-os de um saber fazer que lhes possibilite utilizarem proficuamente a língua em quaisquer contextos, desde os mais simples aos mais elaborados.

Ao professor caberá levar em consideração as particularidades individuais dos alunos com os quais trabalha e os níveis económico, social e cultural, bem como as suas experiências, numa só palavra da sua proveniência, permitindo a adequação de atividades pedagógicas desenhadas.

Na nossa perspectiva, o ensino-aprendizagem do vocabulário deveria seguir princípios de aprendizagem ativa, significativa, diversificada, integradora e socializadora. A aprendizagem ativa do vocabulário colocaria o aluno no centro das atenções, pondo à sua disposição diferentes atividades e materiais que o motivem a aprender, aliando a experiência do aluno às interações e diversos estímulos que recebe do professor, com base em estratégias previamente elaboradas por este, transformando os problemas e as dificuldades em oportunidade de aprender.

No que respeita à aprendizagem significativa do vocabulário, com base no construtivismo de Ausubel (1973), advogamos o estabelecimento da ponte entre os conhecimentos anteriores (vocabulário passivo) e os novos (vocabulário cativo), permitindo assimilar e acomodar os novos significados. Nas perspectivas diversificada, integradora e socializadora, deve criar-se ambiente favorável, proporcionando atividades e materiais didáticos que vinculem à realidade do aluno, valorização de experiências que o aluno traz, podendo ser escolares

ou extraescolares, fazendo com que se espoletem interesses que favoreçam a socialização e o seu desenvolvimento.

As perspectivas, aqui, apontadas, no nosso ponto de vista, deveriam ser levadas em linha de conta para o ensino-aprendizagem do vocabulário, no ensino primário em Angola, vão ao encontro quer dos objetivos gerais do ensino primário (Lei nº 17/16), quer dos objetivos gerais da Língua Portuguesa no ensino primário (Plano curricular do pré-escolar e ensino primário, 2019, p. 36), sublinhe-se um objetivo que salta à vista no concernente ao vocabulário: “Permitir uma compreensão do conteúdo das outras disciplinas, que exigem do aluno um domínio cada vez mais alargado do vocabulário”.

Quer dizer, a compreensão de outras disciplinas que conformam o plano curricular do ensino primário passa, necessariamente, pelo domínio do vocabulário do português, dado que a Língua Portuguesa é o vector comunicacional que articula todos os saberes na escola angolana. Duarte (2011, p. 23) aponta componentes essenciais do ensino orientado para o enriquecimento do capital lexical e para o desenvolvimento da consciência lexical, que passam por:

- Encorajar e apoiar a leitura de muitos textos de vários tipos;
- Expor as crianças a *input* oral de grande qualidade;
- Promover a consciência lexical;
- Ensinar explicitamente novas palavras;
- Levar as crianças a desenvolver estratégias de descoberta do significado.

Os componentes que a autora aponta, certamente, terão de contar com a perícia pedagógica do professor, a quem cabe o papel de orientar, estimular a criança para as novas aprendizagens, podendo aproveitar a curiosidade, o fascínio por descobrir palavras novas e os significados a elas associados que caracterizam a faixa etária dos alunos do primário. Em nosso entender, é tarefa da escola ajudar a aprimorar o desenvolvimento vocabular da criança.

A multiplicidade de interações a que a criança, por meio de diversas atividades estimulantes, possa estar submetida poderá permitir a aquisição e aprendizagem do vocabulário, ajudando-a a produzir estruturas frásicas complexas e adequadas ao meio em que se encontra inserida. De acordo com Gomes (2007, p. 24 *apud* Binon; Verlinde, s.d.), destaca cinco níveis que envolvem o conhecimento da palavra e sua aprendizagem:

- i) Nível Formal: reconhecer a palavra que se ouve numa conversa, saber pronunciá-la e escrevê-la corretamente;
- ii) Nível Morfológico: saber identificar os prefixos, os sufixos, o sistema de derivação e de composição;
- iii) Nível Sintático: apreender as diferentes construções e restrições sintáticas;
- iv) Nível Semântico: compreender os significados de uma palavra ou de uma unidade lexical no plano referencial, conotativo, pragmático;
- v) Nível de competência combinatória lexical: saber combinar as palavras, identificar os sinónimos.

Na nossa perspectiva, os *níveis formal e de competência combinatória lexical* afiguram-se como sendo primaciais quando se desenham estratégias e atividades com vista ao ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário, dado que contemplam habilidades básicas como **reconhecer, saber pronunciar, combinar palavras e identificar sinónimos**. É quase matéria de consenso entre os diferentes especialistas em ensino, quando se trata de ensino-aprendizagem do vocabulário, referirem-se aos textos. Genouvrier e Peytard (1974, p. 290-291), afirmam que:

A despeito das diferenças nos detalhes técnicos, há um acordo absoluto entre os metodólogos do ensino quanto ao facto de que a aquisição do vocabulário, como a motivação de seu estudo, se verifica quase exclusivamente através dos textos. Por isso recomen-

da-se: “quando uma palavra tiver várias significações, elas são dadas através de frases e nunca apresentadas ou pretensamente fixadas fora do texto.

Lembramos que os autores supra relevam o contexto, os meios socioculturais e sua influência, as fases de aprendizagem, a aquisição por sinonímia e família de palavras, que convencionam tratar por sistema, como sendo pressupostos importantes no ensino e na aprendizagem do vocabulário.

4 Aquisição/aprendizagem do vocabulário

Os termos aquisição e aprendizagem, no nosso ponto de vista, remetem-nos a realidades distintas, embora nalguns casos sejam usados por alguns autores para se referirem à mesma realidade. Mateus e Vilalva (2006) referem-se à aquisição como um processo no qual a criança aprende uma língua materna, estando simplesmente exposta no meio em que vive.

Na opinião de Madeira (2008), aprendizagem é um processo ativo de construção de conhecimento em que se criam representações explícitas e conscientes por meio da instrução formal; ao passo que aquisição é um processo contrário da aprendizagem, passivo, conhecimento implícito e não consciente. De acordo com Naege (2015, p. 21), urge distinguir aquisição da aprendizagem do seguinte modo:

A aquisição e aprendizagem são mecanismos diferentes, a aquisição consiste num processo inerente à intuição, inconsciente e pouco explícito, uma vez que o aprendente fá-lo no ambiente natural, familiar e toma contacto com a língua naturalmente; ao passo que a aprendizagem é um mecanismo condicionado, mais explícito, formal que envolve a escola/ensino e muitas vezes se realiza em condições artificiais.

No que respeita à aquisição do vocabulário, Nagy (1988) estima que as crianças dos 9 aos 12 anos adquirem cerca de 3.000 palavras novas por ano; e Schwartz (1988) estabelece os limites entre 750 e 8.250 palavras novas adquiridas anualmente pelos alunos entre os 10 e os 14 anos; faixa etária que corresponde ao ciclo do ensino primário em Angola. Para Giasson (1993, p. 255):

o aluno adquire uma certa quantidade de vocabulário novo graças aos seus diferentes media, assim como nas suas interações com os adultos e com os seus pais. Esta aquisição não se pode atribuir ao ensino específico do vocabulário da leitura que se faz na aula, por que este dá um contributo que é preferível não considerar. Com efeito, na melhor das hipóteses podem ensinar-se 300 palavras de vocabulário específicas durante um ano escolar. Resta, portanto, o contributo das leituras pessoais do aluno no desenvolvimento do seu vocabulário.

Giasson (*op. cit.*) destaca as leituras pessoais que permitem aprendizagem indireta do vocabulário, o ensino do vocabulário em contexto e o ensino direto, ou seja, todos esses mecanismos ajudam na aquisição-aprendizagem do vocabulário. Deste modo, a autora não põe de parte o ensino específico do vocabulário na aula.

A experiência de leitura, as interações com os adultos e o meio sociocultural **são avançadas por muitos autores** (Baum, 2004; Pais; Sardinha, 2011; Sim-Sim, 1998; Sim-Sim, 2009) como sendo relevantes para a aprendizagem do vocabulário, contribuindo de forma decisiva para *Efeito Mateus* (Merton, 1968), formulação sociológica com base na hipótese bíblica, no Evangelho de Mateus, segundo a qual, quem tem mais lhe será acrescentado, e quem não tem, mesmo o pouco que tem lhe será tirado. Estabelecendo paralelismo com ensino e aprendizagem do vocabulário, as leituras, as interações com os adultos e o meio envolvente rico em diversas práticas socializadoras são propiciadores da aquisição de novas palavras.

O ensino explícito do vocabulário deve ser feito, tendo em atenção o contexto da palavra, pois permite que se ensine e o aluno aprenda o vocabulário com profundidade. Ao ser explícito, determina-se qual é o vocabulário fundamental para os alunos em cada faixa etária e ciclo de formação, certifica-se, também, em que contexto a palavra pode e com que frequência ocorre, cabendo ao professor, com base na experiência que detém, selecionar as palavras a ensinar. A explicitação do ensino do vocabulário ajudaria, em grande medida, na escolha do léxico a ser ensinado, de preferência o léxico que reflita a realidade do aluno, a cultura, os hábitos, os costumes e as vivências, para que de forma gradual se vá ampliando e conheça outras realidades que não lhe são familiares.

Na perspectiva de Nagy (1988), as estratégias de ensino do vocabulário consideradas como eficazes abarcam três processos: a integração, a utilização funcional e a repetição. O processo de integração permite relacionar as palavras novas com os conhecimentos que o aluno já possui; a utilização funcional visa torná-lo cativo quando apropria a palavra nova; a repetição consiste em apresentar a mesma palavra em diversos contextos, fazendo com que o aluno reconheça automaticamente essa palavra.

Para Nagy (1988), nas atividades em que se faz a utilização funcional para aquisição do vocabulário, deve fazer-se a aposta na participação do aluno, levando-o a tratar a palavra em profundidade, mais do que a simples memorização de uma definição. Em que destaca:

1 – Pergunta centrada na definição da palavra:

Pai Natal quer dizer

- a) Pessoa que oferece brinquedos em época do Natal às crianças;
- b) Boneco do Natal
- c) Enfermeiro
- d) Médico

2 – E a pergunta centrada na compreensão da palavra:

Provavelmente um *Pai Natal* carrega

- a) Uma mala com todo o tipo de brinquedos para oferecer às crianças na época do Natal
- b) Uma caixa de brinquedos
- c) Uma pasta contendo vacinas
- d) Usa uma bata branca e anda com microscópio

No caso das atividades centradas na integração de conhecimentos, Giasson (1993, p. 278) afirma que “já foi diversas vezes demonstrado que as estratégias de ensino do vocabulário que tomam em conta os conhecimentos dos alunos são sempre mais eficazes do que aquelas que não o fazem”. A autora cita diversas atividades tais como as constelações, as matrizes semânticas, os diagramas e as escalas. Aqui, retomamos as matrizes semânticas que podemos representar com os exemplos que vimos manipulando.

Quadro 1 – Matriz semântica

	Humano	Bata branca/anda com microscópio	Oferece brinquedos em época do Natal
Pai Natal	+	-	+
Boneco	-	-	-
Médico	+	+	-

Fonte: Elaboração do autor

As estratégias de atividades que são apontadas por distintos especialistas em ensino do vocabulário podem todas resultar desde que antes da sua aplicação o professor diagnostique qual das atividades é mais profícua para o contexto em que vai atuar e as condições objetivas dos seus alunos (faixa etária, conhecimentos prévios, condição socioeconômica e o ambiente cultural).

5 Considerações finais

O ensino-aprendizagem é um processo complexo que envolve as facetas ensinar, que cabe ao professor, indivíduo formado e especialista em moldar as gerações; a aprendizagem cabe ao aluno sob orientação **óbvia** do professor, são duas faces de uma mesma moeda cuja interação entre os que ensinam e os que aprendem, num dado momento, mesmo não sendo de forma explícita os papéis podem ser invertidos, ou seja, quem ensina aprende e quem aprende pode ensinar.

Tratando-se de uma abordagem complexa como a de ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário, a sua sofisticação acentua-se, à medida que se encontram diversas teorias a falarem do vocabulário, seu ensino-aprendizagem sob diferentes perspectivas, indiciando já a complexidade e seriedade que o assunto merece, daí o premente interesse em Angola assumir-se uma perspectiva metodológica clara para o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário.

Sendo assim, foi possível perscrutar diferentes perspectivas sobre ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário, percebemos que os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados ao darmos conta da necessidade da definição de um posicionamento metodológico explícito ou claro para o ensino-aprendizagem do vocabulário. Ao longo da abordagem que problematizamos, demos conta da relevância do nosso estudo como sendo importante no quadro dos desafios de ensino-aprendizagem em contextos plurilíngues.

Um dos objetivos fundamentais do ensino da Língua Portuguesa no ensino primário é o de privilegiar a habilidade que permita a compreensão de outros conteúdos curriculares por via de um domínio elementar e depois mais sofisticado do vocabulário, razão por que trazemos à reflexão o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário na realidade angolana, por ser relevante a adoção de uma metodologia que se adéque ao ensino da Língua Portuguesa como língua segunda (na maioria dos casos) para facilitar aprendizagens mais sólidas e significativas.

Referências

- AUSUBEL, D. P. *The psychology of meaningful verbal learning*. New York: Rune Stratton, 1973.
- AZEVEDO, F. *Língua materna e literatura infantil – elementos nucleares para professores do ensino básico*. Lisboa: LIDEL, 2006.
- BAUMANN, J. F.; KAME'ENUI, E. J. *Vocabulary Instruction*. Research to Practice. New York: The Guilford Press, 2004.
- BIDERMAN, M. T. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: ED. UFMS, 2001. p. 13-22.
- DUARTE, I. *O conhecimento da língua: desenvolver a consciência lexical*. Lisboa: Ministério da Educação, 2011.
- FERREIRA, J. F. *A pedagogia do léxico: uma tentativa da aplicação da lexemática ao ensino do português*. Porto: Edições Claret, 1985.
- GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. São Paulo: Edições ASA, 1993.
- GOMES, P. V. *O processo de aquisição lexical na infância e a metalexicografia do dicionário escolar*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília: Instituto de Letras, 2007.
- INIDE/MED. *Currículo de Formação de Professores do Pré-Escolar e do Ensino Primário: Reforma Curricular*. Luanda: Editora Moderna, 2019.
- MADEIRA, A. Aquisição de L2. In: OSÓRIO, P.; MEYER R. M. (org.). *Português língua segunda e língua estrangeira: da(s) teoria(s) à(s) prática(s)*. Lisboa: LIDEL Edições Técnicas Lda, 2008. p. 189-201.
- MATEUS, M. H. M.; VILALVA, A. *Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 2006.
- MERTON, R. K. O efeito Mateus na ciência II. A vantagem cumulativa e o simbolismo na propriedade intelectual. In: MARCOVICH, A.; SHINN, T. (org.). *Ensaio da Sociologia da ciência*. São Paulo: Ed. 34, 2013. p. 199-231.
- MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. Free Press, 1968.

NAGY, W. *Teaching vocabulary to improve reading comprehension*. Newark; Delaware: International Reading Association, 1988.

NAUEGE, J. M. *Aquisição da competência lexical na aprendizagem do português L2*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

PAIS, A. P.; SARDINHA, M. G. G. A. Os caminhos do ensino e da aprendizagem do vocabulário: Intercultura, Corpus Textual e Lexicultura. Congresso Internacional de Literatura Infantil e Mundo Globalizado, 2011.

SCHWARTZ, R. Learning to learn vocabulary in content textbooks. *Journal of Reading*, v. 32, n. 2, p. 108-118, 1988.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração da Dissertação*. 4. ed. Florianópolis: [s. n.], 2005.

SIM-SIM, I. *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

SIM-SIM, I. *O ensino da leitura: a decifração*. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

VILELA, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995b.

VILELA, M. *Estruturas lexicais do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

VILELA, M. *Léxico e gramática*. Coimbra: Coimbra: Livraria Almedina, 1995a.

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. *Dicionário de termos linguísticos*. Vol. II. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

CAPÍTULO 12

Lexicografia eletrônica: proposta de criação de um modelo de dicionário eletrônico para o português de Angola

Gaudêncio Kimuenho

Instituto Superior Politécnico do Bengo – Angola

Introdução

Neste trabalho apresentamos um modelo de dicionário electrónico para o português de Angola. Tecemos, antes de mais, considerações sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Lexicologia e da Lexicografia, ramos do saber que têm o léxico e o dicionário como objeto de estudo. A nossa pesquisa sobre os registos lexicais adopta o modelo de pesquisa bibliográfica.

Com efeito, partimos da ideia de que a produção de materiais impressos, hoje em dia, acaba por ser dispendiosa, o que torna cada vez mais crucial a aposta na criação de recursos didáticos electrónicos. Além disso, grande vantagem dos materiais digitais acaba por ser não só a conectividade rápida, como também a portabilidade invisível, uma vez que funciona dentro de dispositivos. Assim, este artigo propõe juntar os campos do saber das ciências da programação informática e da lexicografia do português falado em Angola.

A preocupação com estudos lexicais da variedade angolana já produziu até o momento diversos resultados, como podemos con-

ferir em Mingas (2000), Peres (2016), Timbane, Undolo e Kimuenho (2023). Há, no entanto, um património lexical de amplitude ilimitada, em constante crescimento e inovação. Como armazenar e catalogar tanto neologismos como empréstimos lexicais da variante angolana é a questão à que pretendemos responder. Importa-nos, portanto, fazê-la propondo a elaboração de um dicionário eletrónico. Além disso, pretendemos discutir esta questão, tendo em conta que a lexicografia com o uso de recursos tecnológicos modernos permite, em larga medida, a criação de e-glossários e e-dicionários electrónicos.

Traçamos os seguintes objetivos para esta consideração: (i) contribuir para a valorização e armazenamento electrónico dos registos lexicais do português de Angola; (ii) apresentar um *software* que permita o acesso e uso do léxico do português falado em Angola. Esta pesquisa propõe-se como relevante na medida em que apresenta um modelo de dicionário electrónico para o registo, caracterização e conservação do património lexical da variedade em causa. Acabando, pois, de ser um suporte didático para os falantes desta variedade.

1 A lexicologia e o léxico do Português de Angola

A lexicologia é área da linguística que tem o léxico como objeto de estudo. Aos lexicólogos interessam a forma, o conteúdo, a história e a lexicultura do vocábulo (Sengo, 2010; Timbane, 2014). Pedro *et al.* (2022) definem o léxico como “o conjunto de palavras de uma língua. O léxico da Língua Portuguesa corresponde ao conjunto de todas as palavras disponíveis a seus usuários para que interajam verbalmente, seja por meio da fala ou da escrita”.

Como de tão importante, há, no léxico, “a exigência em configurar o que surge na comunicação e a necessidade de manter a sistematicidade da língua se manifesta no léxico” diz-nos Costa (2013, p. 31). Assim surge a razão de renovação constante, espontânea e natural através de processos linguísticos. O léxico enriquece-se através

do processo de neologia. A neologia é o processo de formação de novas unidades lexicais ou adoção de algumas que já existem, para designar novas realidades, segundo Lino *et al.* (2010).

O léxico do português de Angola é o subsistema para onde o falante, angolano, recorre para expressar, por necessidade de comunicação e interação, o seu pensamento, as suas **intenções**, desejos e ambições. O léxico do português de Angola é o reflexo da consciência da sociedade. Não é por acaso que mesmo na arte se observam traços de angolanismos. Falando sobre “a cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate”, Timbane, Santana e Afonso (2019) mostram que as unidades lexicais podem ser originárias das **línguas** africanas faladas em Angola ou ainda pelo processo de produtividade lexical dentro da própria língua portuguesa. No acervo da variedade angolana de português estão armazenados a memória histórica, a cultura e os seus valores dos angolanos.

Há que realçar que há uma estreita relação entre o léxico e a cultura, o que Timbane (2014) chama de lexicultura porque as palavras ganham significados dentro de uma determinada cultura, dentro de uma comunidade de fala. É importante compreender que as palavras ganham novos sentidos produzidas em contextos de comunicação de uma determinada sociedade (Timbane, 2014). Uma unidade lexical como “zungueira” se relaciona com o ambiente e com as **línguas** locais que de certo modo são faladas. Luz e André (2021, s. p.)

Zungueiras é o nome dado a mulheres vendedoras ambulantes do mercado informal angolano, que percorrem quilômetros buscando comercializar seus diversos produtos tais como: alimentos, acessórios e vestimentas. A palavra *zungueira* deriva do termo *zunga*, da língua nacional angolana *kimbundu*, que significa circular, andar à volta, girar. Trata-se de um linguajar utilizado pela população de Luanda

para caracterizar os vendedores informais, particularmente os vendedores ambulantes.

De facto, o léxico é o mecanismo pelo qual os angolanos registam o conhecimento e as experiências que adquirem. O registo lexical *antigo combatente*, por exemplo, o seu significado remete-nos a eventos históricos e políticos do nosso país ligados ao processo de descolonização e pacificação nacional. Esta unidade faz parte do nosso património lexical e é utilizada com toda naturalidade.

2 Ensino do léxico *versus* norma linguística em Angola

A escola angolana insiste em ensinar o léxico à luz da norma do português europeu e descarta os registos lexicais criados pelos próprios angolanos. Undolo (2019, p. 25) faz questão de referir que

Em Angola, debate-se sobre a tese da existência de dois modelos linguísticos do idioma português: o primeiro é um modelo linguístico explícito importado, isto é, a norma padrão do português europeu (que corresponde ao oficial da República Portuguesa); o segundo é um modelo linguístico implícito nativo (de Angola). Sendo este último a variante por meio da qual se actualiza sistematicamente a competência dos falantes angolanos em geral.

Existe, com factos, uma norma angolana do português muito bem acentuada e caracterizada, embora haja resistência em aceitá-la por imposição da norma europeia. Isso por si só diminui as chances da eficiência do ensino do português, porquanto não se sabe sob que norma se ensina o português em Angola. Tanto o professor como o aluno são agentes da cultura angolana. A variedade que os alunos aprendem na escola não o é da convivência social, familiar e cultural donde se originam (Ndombele; Timbane, 2020).

A diferenciação linguística entre a variedade angolana e a europeia reside particularmente no léxico. Os contributos lexicográficos, de Mingas (2000), de Sassuco (2016), de Undolo (2016), os trabalhos lexicais do projecto de estudo VAPA⁵¹, a título de exemplo, já traziam à tona esses dados, como descrevem as imagens abaixo:

Imagem 1 – Apresentação das unidades neológicas retiradas da ficha lexical

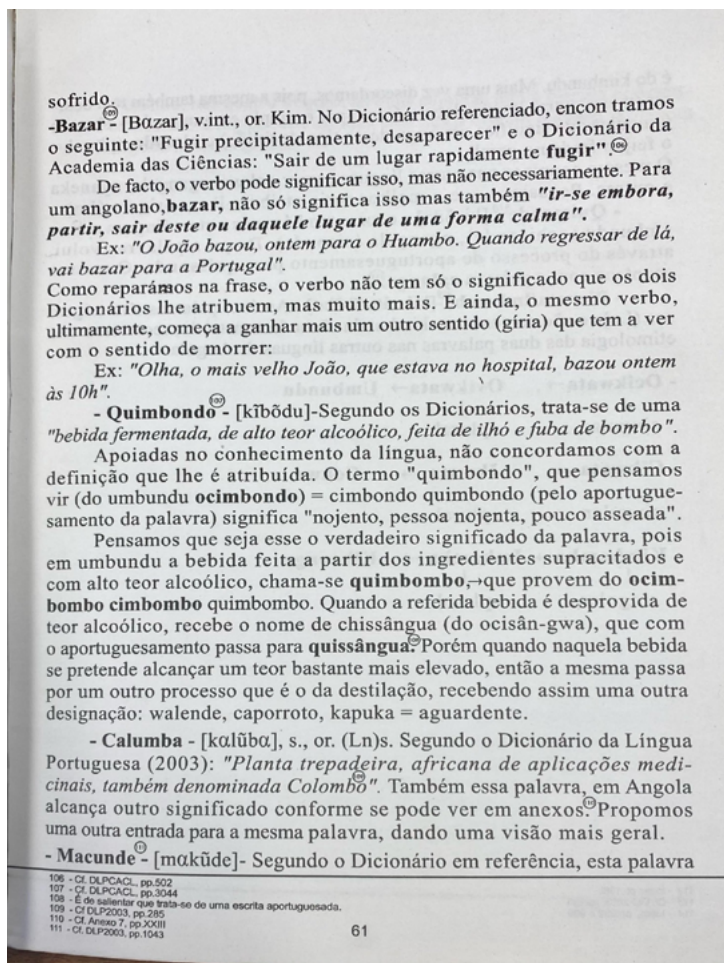
A Norma do Português em Angola	
entrada	<i>gasosa</i> [ga'zɔza] s.f. neol.
artigo/definição	1. suborno 2. corrupção 3. prática ilegal de pagar a uma autoridade, funcionário público ou outrem, qualquer quantia de dinheiro ou quaisquer outros favores em troca de deveres
contexto	Aqueles alunos vão passar de ano porque deram <i>gasosa</i> .
entrada	<i>gipepe</i> [ʒi'pepe] s.m. emprést.
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais 2. medicamento
contexto	Gengibre, cola, <i>gipepe</i> e outros, são os medicamentos conhecidos pela grande maioria dos compradores que, por isso, dificilmente são enganados quando os compram.
nota	Muito usual na medicina tradicional.
entrada	<i>girabola</i> [ʒira'bɔla] s.m. neol.
artigo/definição	1. campeonato angolano de futebol, organizado pela federação angolana de futebol 2. competição de futebol
contexto	Nos últimos dez anos, o <i>girabola</i> tem sido mais competitivo.
entrada	<i>guarda-chuva</i> [gwarda'fuva] s.f. ou s.m. neol.
artigo/definição	1. objecto portátil, coberto de tecido, que serve para proteger da chuva, formado por uma armação de varetas móveis e uma haste central que segura o objecto e serve de pega
contexto	A minha <i>guarda-chuva</i> é muito frágil.

Fonte: Undolo (2016, p. 178)

51 Projecto de estudo da Variedade do Português de Angola, até então alojado na Escola Superior Pedagógica do Bengo e no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela (República de Angola).

Undolo (2019) na sua obra *Norma do Português de Angola: subsídios para o seu estudo*, inventariou em fichas lexicais várias entradas de uso bem estabelecido.

Imagem 2 – algumas unidades lexicais da variedade angolana

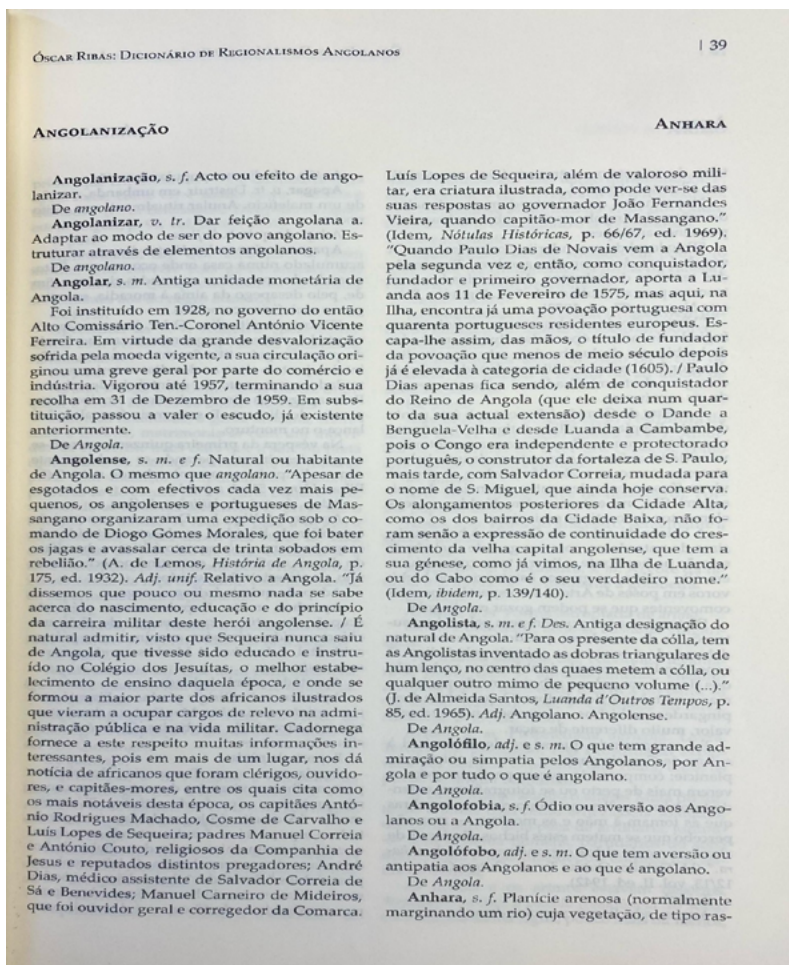


Fonte: Costa (2013, p. 61)

Costa (2013), na sua obra *Empréstimo das Língua Bantu no Português falado em Angola*, analisa o enquadramento e funcionamento dos empréstimos bantu no português. Há também, dentre ou-

tros, o Dicionário de Regionalismos Angolanos de Óscar Ribas (1997), que, contendo milhares de entradas, é uma contribuição que vigora e enriquece o léxico do português.

Imagem 3 – Apresentação de algumas entradas retiradas
do Dicionário de Regionalismos Angolanos



Fonte: Ribas (1997, p. 265)

A preservação e caracterização dos angolanismos são a preocupação de linguistas angolanos. Por isso, entendemos que o uso da

tecnologia pode tornar fiável esse processo ao garantir maior acesso e conhecimento desses angolanismos. Esta é a nossa proposta com este trabalho, constituir um dicionário electrónico para o português de Angola. Um dicionário electrónico que, uma vez concluído, poderá servir de recurso de ensino e aprendizagem do léxico angolano.

2.1 Lexicografia

A lexicografia é a área da Linguística que estuda o desenvolvimento de métodos e técnicas de produção de dicionários (monolíngues, bilíngues), glossários e fichas lexicais. Sengo (2010, p. 16) também afirma que “entende-se por Lexicografia a arte e a ciência da confecção de dicionários, ou a reflexão sobre os mesmos”.

A Lexicografia tem como papel a produção de recursos dicionários. Não tem uma abordagem no conteúdo do léxico, que é a preocupação da lexicologia. Preocupa-se apenas com a norma de escrita, marcas de uso, sinónimos, classe gramatical, entre outras. No entanto, o papel do lexicógrafo não é isolado, pois Salviano (2014, p. 22) afirma que “envolve mais do que catalogar regras lexicais e aspectos linguísticos em uma obra. Como descrito, é preciso conhecer a fundo a comunidade linguística do idioma que representa”.

Com isso, Salviano sublinha que, ao elaborar um trabalho dicionário, o lexicógrafo tem um papel decisivo à medida que vai conhecendo as implicações das palavras na comunidade que as utiliza. Esse conhecimento envolve sobretudo os valores culturais e léxico-semânticos.

Esse aprofundamento constitui-se, desta forma, numa faceta crucial para a inventariação do léxico do português de Angola, onde as palavras, na sua maioria, são resultantes de empréstimos e transferências das línguas bantu. Portanto, compreender os conceitos da cultura bantu passa a ser decisivo.

2.2 O dicionário

Um dicionário⁵² é uma obra de referência onde se encontram listadas palavras e expressões de uma língua, por ordem alfabética, com informação linguística sobre cada uma delas, como a respetiva significação ou tradução para outra língua, a classe a que pertencem, informação fonética, etimológica.

No entender de Fernandes *et al.* (2016), o dicionário, considera-se indispensável o seu uso para o ensino do léxico em sala de aula, pois o mesmo promove a autonomia do discente; o reconhecimento do contexto de utilização das palavras; a capacitação para a prática da variação lexical; e por fim, a descoberta dos vestígios da história da língua e da identidade cultural dos falantes desta. Biderman (1998) também sugere que os dicionários

têm um objectivo pedagógico e fornecem respostas didácticas a questões que visam preencher vazios entre os consulentes e uma norma linguística cultural previamente definida. São dicionários, portanto, um instrumento de educação permanente, pois representam o livro da idade escolar e o da idade adulta.

Os dicionários são obras que ocupam um lugar permanente entre os usuários da língua. Em Língua Portuguesa, temos vários exemplos de dicionários muito utilizados, quer em formato impresso, quer electrónico, *O Dicionário Houaiss*, *o Dicionário Aurélio*, *o Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*.

2.3 A lexicografia electrónica e vantagens de um dicionário electrónico

A lexicografia com recurso aos dispositivos electrónicos, sobretudo o computador e a internet, torna possível a criação de inventários

52 <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dicion%C3%A1rio>. Acesso em: 23 set. 2024.

digitais de palavras e termos. A lexicografia electrónica tem ganhado impulso com a revolução tecnológica, cada vez mais acentuada, e o acesso rápido à informação. Essa exigência tem deixado para trás o espaço do dicionário impresso e motivado o uso de dicionários electrónicos. Não defendemos a tese de que o dicionário digital seja melhor que o impresso. Mas, pelas circunstâncias, um pode ser mais útil que o outro. Todavia, é importante destacar que as tecnologias modernas exigem mais o uso de dicionários electrónicos. Leffa (2006) situa-nos nas diferenças entre o dicionário electrónico e o dicionário impresso, afirmando que:

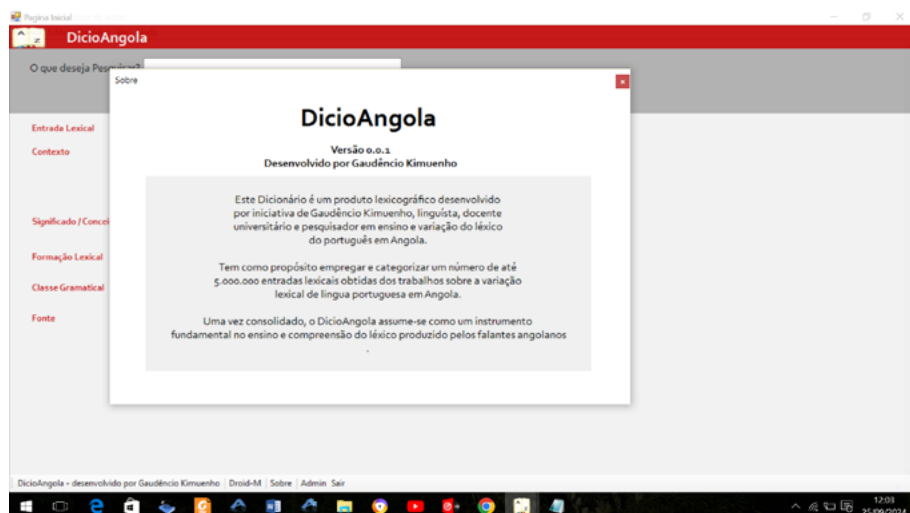
O dicionário electrónico é constituído de *bits*, minúsculos pulsos de luz praticamente sem características físicas palpáveis, facilmente transmitidas de um computador. O dicionário electrónico é extremamente maleável: pode ser facilmente compactado, ampliado e actualizado, sem grandes custos de produção. Além de textos e imagens pode incluir também animação, som e vídeo. O dicionário convencional, impresso em papel, é o oposto de todas essas características. Qualquer actualização que precisar ser feita implica uma nova impressão de todo o texto, com altos custos de produção. Não oferece a possibilidade de incluir animação, som ou vídeo. É visível em sua totalidade; mesmo que o leitor esteja interessado em apenas uma palavra, tem que manusear o volume inteiro.

Apegando-nos às vantagens dos dicionários electrónicos, pretendemos construir, ainda que de forma experimental, um dicionário electrónico, designado DicioAngola. O nosso objetivo com este dicionário é valorar, conservar e dar visibilidade ao património lexical.

4 O DicioAngola

O DicioAngola é um *software* com a versão 0.0.1., por enquanto apenas compatível com o sistema operativo *Windows*. É proposto para armazenar e servir de base de recursos lexicais do português de Angola. É de instalação gratuita. Não precisa de internet para acessê-lo. As constantes atualizações são obtidas gratuitamente em forma de *update*.

Imagem 4 – Página de Apresentação do DicioAngola. São mostradas informações sobre o mentor do projeto e o propósito do projeto



Fonte: DicioAngola

4.1 Critérios na criação do dicionário electrónico – DicioAngola

Como sugerem Ribeiro e Nogueira (2020), a organização de um dicionário depende de fatores como conteúdo e objectivo da obra; ordenação (alfabética, por campos semânticos ou por conceitos); procedimento semasiológico ou onomasiológico; homonímia e polissemia.

Os referidos autores referem ainda que um dicionário deve comportar duas estruturas: micro e macroestrutura. No nosso dicionário electrónico, a macroestrutura comporta as informações iniciais: introdução, prólogo, lista de abreviaturas; referências, lista de colaboradores, o corpo do dicionário (em que aparecem os verbetes) e as páginas finais (anexos, apêndices, bibliografia, etc.).

A microestrutura inclui os verbetes. Os verbetes apresentam as entradas, seguidas dos significados; as informações gramaticais, os contextos, a formação lexical, a fonte e a nota (sempre que necessário).

Imagem 5 – Estrutura do verbete. Todas as palavras a serem inseridas devem sê-las dentro das categorias predefinidas.

The image shows a web browser window with the title 'DicioAngola'. At the top, there is a search bar with the placeholder text 'O que deseja Pesquisar?' and a red 'Pesquisar' button. Below the search bar, on the left side, there is a sidebar with several categories listed in red text: 'Entrada Lexical', 'Contexto', 'Significado / Conceito', 'Formação Lexical', 'Classe Gramatical', and 'Fonte'. Each category has a corresponding empty text input field. To the right of these input fields, there is a large square area with a placeholder image of a mountain range. At the bottom of the browser window, there is a footer with the text 'DicioAngola - desenvolvido por Gaudêncio Kimunho | Droid-M | Sobre | Admin | Sair'. The Windows taskbar is visible at the very bottom of the image.

Fonte: DicioAngola

Imagem 6 – Estrutura de verbete preenchido. Estrutura lexical (palavras); contexto (situação de uso da palavra); significado (informações sobre a palavra); formação lexical (morfologia); classe gramatical (grupo a que pertence a palavra); fonte (origem das informações do verbete)

Fonte: DicioAngola

Considerações finais

Vimos que os dicionários colaboram de forma significativa para o processo de estabilização do léxico, sendo isto um requisito fundamental para o ensino do léxico do português de Angola, como variante emergente que é. Apresentamos alguns registos lexicais já estudados que contribuem para a caracterização do léxico.

Tal como prevíamos no início, o modelo de dicionário electrónico apresenta-se como um recurso de fácil acesso, menos dispendioso para estudo do léxico angolano. No entanto, não se trata de um projeto acabado. Mais aperfeiçoamentos deverão ser feitos até a fase final. Respondendo à questão de partida levantada no problema, fica claro que o armazenamento deve ser feito de forma electrónica, dadas as vantagens das tecnologias no acesso à informação linguística.

Referências

- BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário didático do português*. São Paulo: Ática, 1998.
- COSTA, T. M. C. *Os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola*. Um estudo lexicológico da variante Angola. Luanda: Editora Nzila, 2013.
- DIAS, R. A.; SABRINA, P. A. *O dicionário escolar em sala de aula: análise de verbetes que definem classes gramaticais*. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117496>. Acesso em: 17 set. 2024.
- FERNANDES, A. S. M. *et al.* Estudo de caso: o ensino do léxico em sala de aula. In: *Anais III CONEDUv*. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21007>. Acesso em: 10 set. 2024.
- LEFFA, V. J. *O dicionário electrónico na construção do sentido em língua estrangeira*. Rio Grande do Sul: Universidade Católica de Pelotas, 2006.
- LINO, M. T.; CHICUNA, A.; GRÓS, P.; MEDINA, D. Neologia, terminologia e lexicultura a língua portuguesa em situação de contacto de línguas. *Revista: Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 183-184, 2010.
- LUZ, V. S.; ANDRÉ, A. B. V. Comércio informal, identidade e direito: o caso das zungueiras de Luanda. *Revista V!RUS*, São Paulo, n. 23, p. 1-9, dez. 2021. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- MINGAS, A. *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda/Porto: Chá de Caxinde, 2000.
- NDOMBELE, E. D.; TIMBANE, A. A. O ensino de língua portuguesa em angola: reflexões metodológicas em contexto multlingue. *fólio—revista de letras*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2020.
- PEDRO, J. D.; CELESTINO, D. K.; JOÃO, Q. D. Neologismos no Português Contemporâneo angolano veiculado pelos taxistas de Luanda. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 2, n. Especial II, p. 16-30, 2022.

RIBEIRO, E. A.; NOGUEIRA, A. F. S. Construção de Dicionário para a Língua Wayoro: passos iniciais. In: *ANAIS – I Colóquio de Letras da FALE/CUMB*, Universidade Federal do Pará, 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014, 2020.

SALVIANO, B. N. *O uso do dicionário de língua como instrumento didático no ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos: em busca de um bilinguismo funcional*. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SASSUCO, D. P. Pistas essenciais para um português de Angola. *Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola: culturas e ambientes*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 199-218.

SENGO, A. G. S. *Processos de enriquecimento do léxico do português de Moçambique*. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010.

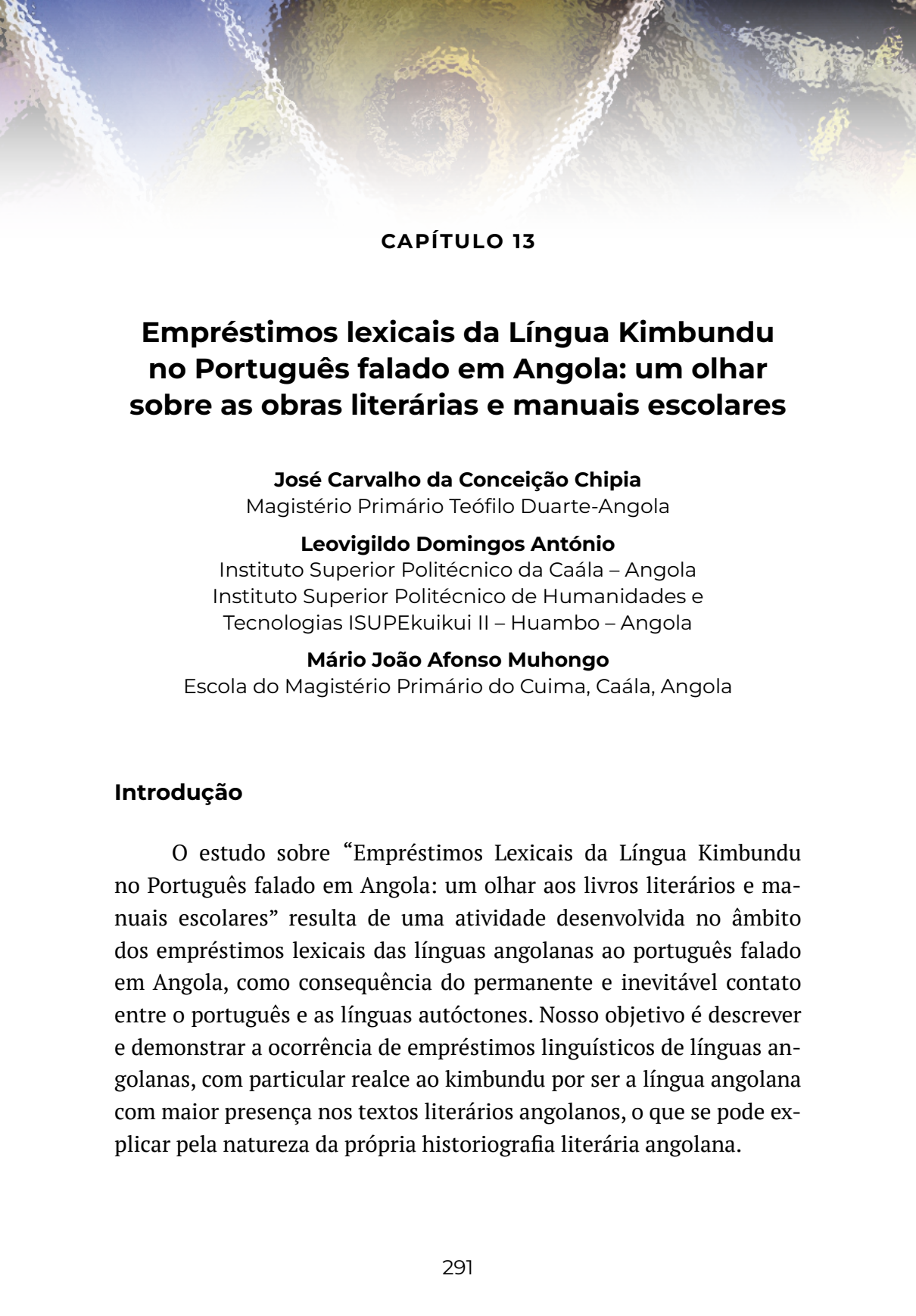
TIMBANE, A. A.; UNDOLO, M.; KIMUENHO, G. *Português de Angola: fonologia, sintaxe e lexicografia*. Belém: Home Editora, 2023.

TIMBANE, A. A.; SANTANA, Y. F. D.; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos lexico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, Bacabal, v. 4, n. 12, p. 104-128, maio/ago.2019.

TIMBANE, A. A. A lexicultura no português de Moçambique. *Revista Linguagem: estudos e pesquisas*, Catalão, v. 18, n. 2, p. 43-59, jul./dez. 2014.

UNDOLO, M. *A norma do português em Angola*. Luanda: Editora ECO7, 2016.

UNDOLO, M. *Língua Portuguesa em Angola: subsídios para o seu ensino*. Luanda: ECO7, 2019.



CAPÍTULO 13

Empréstimos lexicais da Língua Kimbundu no Português falado em Angola: um olhar sobre as obras literárias e manuais escolares

José Carvalho da Conceição Chipia

Magistério Primário Teófilo Duarte-Angola

Leovigildo Domingos António

Instituto Superior Politécnico da Caála – Angola

Instituto Superior Politécnico de Humanidades e

Tecnologias ISUPEkuikui II – Huambo – Angola

Mário João Afonso Muhongo

Escola do Magistério Primário do Cuima, Caála, Angola

Introdução

O estudo sobre “Empréstimos Lexicais da Língua Kimbundu no Português falado em Angola: um olhar aos livros literários e manuais escolares” resulta de uma atividade desenvolvida no âmbito dos empréstimos lexicais das línguas angolanas ao português falado em Angola, como consequência do permanente e inevitável contato entre o português e as línguas autóctones. Nosso objetivo é descrever e demonstrar a ocorrência de empréstimos linguísticos de línguas angolanas, com particular realce ao kimbundu por ser a língua angolana com maior presença nos textos literários angolanos, o que se pode explicar pela natureza da própria historiografia literária angolana.

Neste sentido, a pesquisa tem como objeto os empréstimos lexicais da língua kimbundu⁵³ no português falado em Angola, que foram extraídos de obras literárias de alguns escritores angolanos, cujos textos têm sido analisados e incorporados nos livros didáticos utilizados nas escolas angolanas, especialmente como material de apoio para as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura. Nela, de forma específica, procurou-se fundamentar o uso dos empréstimos lexicais e sua aplicabilidade no processo didático, a fim de se compreender, de forma reflexiva, a necessidade da sua incorporação no ensino da gramática normativa, fornecendo aos alunos múltiplas formas de se comunicar em diferentes contextos.

Apresentamos como problemática o facto de ainda termos, no caso de Angola, um ensino da língua portuguesa muito centrado no estudo da gramática normativa, com os vieses voltados ao cumprimento do padrão comunicativo dos falantes de Lisboa e Coimbra. Assim sendo, é recorrente vermos o recurso a textos literários que não refletem a realidade quotidiana dos angolanos.

A pesquisa traz um *corpus* constituído por 13 empréstimos lexicais do Kimbundu, de uso frequente no dia a dia dos falantes angolanos, quer em contextos formais, quer em informais, como resultado das necessidades comunicativas dos angolanos. Esses 13 empréstimos lexicais objeto deste estudo já se encontram dicionarizados, em Silvia (2010) e no dicionário (2009), com a exceção de três empréstimos (*bubular*, *muloge* e *quiâxi*).

As expressões são o resultado natural do contato linguístico entre o português e as línguas angolanas, a partir do ano de 1482, quando os portugueses atingiram a foz do Rio Zaire, sob liderança de Diogo Cão (Silva, 2018). Sendo consagrados pelo uso, esses empréstimos estão presentes nas obras literárias, manuais didáticos, jornais e programas televisivos, constituindo o suporte do português falado e, raras

53 Língua falada pelo grupo étnico Ambundu, concretamente nas províncias de Malanje, Cuanza-Norte, Bengo, uma parte do Cuanza-Sul...

vezes, do escrito em Angola, porque, como sabemos, a escrita resulta sempre de uma ritualização associada à convenção formalizada pela comunidade linguística.

Das obras consultadas extraíram-se primeiramente os léxicos que, a nosso critério, pareceram mais frequentes no falar angolano e, em seguida, procurou-se sistematizá-los, trazendo a etimologia e o seu equivalente no português, bem como o contexto em que ocorrem as referidas expressões.

Seguidamente, fez-se o tratamento metodológico e o respectivo enquadramento nas concepções de linguagem abordadas por Geraldini (1985, p. 43), com realce à linguagem como forma de interação, segundo a qual “o sujeito falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam à fala” e sobre o ensino da gramática baseado em Franchi (2006) e Vieira (2018), que defendem a necessidade da utilização de atividades epilinguísticas.

Para a feitura do trabalho seguimos uma metodologia qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica em obras literárias de autores conceituados em Angola, como: Uanhenga Xitu, Manuel Rui, Arnaldo Santos, Pepetela, Boaventura Cardoso. Feita a recolha dos empréstimos, tivemos de lhes comprovar a sustentabilidade a partir dos dicionários, a fim de ver até que ponto os dicionários também já os legitimaram, visto que o uso em si já os legitimou.

Continuando, apresentamos os seus contextos de uso e suas implicações no dia a dia, em função do posicionamento que se toma diante deles, pois, embora os dicionários acima citados os legitimem, ainda há uma certa resistência do ensino dos empréstimos resultante do contato entre o português e o kimbundu; muitas são as pessoas que ainda se apresentam contra o uso de tais empréstimos, por acharem que desvirtuam a língua-alvo, não obstante o seu uso ser natural e inevitável.

1 Empréstimos lexicais: concepções

Entende-se por empréstimo ou estrangeirismos, segundo Cunha e Cintra (2014, p. 149), “as palavras transferidas de uma língua para outra”. Os autores acrescentam ainda, dizendo: “o processo de empréstimo refere-se à adoção e ao uso de palavras estrangeiras por parte dos falantes de uma determinada língua. Ao adotá-los, na língua de destino, os empréstimos podem sofrer uma adaptação às regras fonéticas e morfológicas” (*ibidem*, p. 149-150). Para Timbane (2012, p. 8) é “estrangeirismo uma palavra de uma língua ‘A’ que é usada na língua ‘B’ em que pelo menos uma das suas características de origem não foram desvirtuadas, nomeadamente em nível fonológico, semântico ou ortográfico”. Já nos empréstimos, as unidades lexicais adquirem formas gráficas ou fonológicas das línguas de acolhimento. Os empréstimos adaptam-se à língua receptora de tal modo que quase não percebemos que vieram de uma outra língua. Os empréstimos lexicais são palavras usadas de uma língua que se deslocam para desempenhar função noutra língua, com o objetivo de enriquecer o seu campo lexical.

Na perspectiva de Undolo, Timbane e Kimuenho (2023, p. 26), “os estrangeirismos e empréstimos lexicais fazem parte de um processo de produtividade lexical, transversal a línguas modernas, podendo ocorrer em qualquer língua e/ou variedade, quer na modalidade oral ou escrita”. A partir desses conceitos e apegando-nos ao contexto sociolinguístico angolano, marcado pelo convívio entre o português e as línguas angolanas, apresentamos a seguir uma amostra desses fenômenos linguísticos e os respectivos contextos de uso.

Entretanto, antes que se vá à amostra, é também necessário entender que há uma diferença significativa entre empréstimos e estrangeirismos. Tal como o nome sugere, estrangeirismo refere-se à presença de uma palavra de qualquer língua estrangeira dentro da língua de qualquer comunidade, palavras essas que, obrigatoriamente, de-

vem ser transportadas para a língua-alvo tal qual na língua de origem, até mesmo do ponto de vista fonético.

Freitas *et al.* (2005 *apud* Undolo *et al.*, 2023, p. 26) definem “estrangeirismos como sendo palavras provenientes de línguas estrangeiras que não estão integradas no léxico do português, sendo empregadas na língua”.

Quanto aos empréstimos, é quando duas línguas em contato permanente e direto efetuam trocas vocabulares a fim de atender a determinadas necessidades comunicativas. Entretanto, tais palavras em troca devem estar susceptíveis a adaptações gráficas, fonéticas, e, às vezes, semânticas.

Dubois (1973 *apud* Undolo *et al.*, 2023, p. 26) considera que “há empréstimo linguístico quando um falar ‘X’ usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar ‘Y’ e que ‘X’ não possuía; a unidade ou o traço emprestado é chamado de empréstimo”.

Feita a distinção entre empréstimo e estrangeirismo, eis o momento de apresentar a amostra desses fenômenos linguísticos e os respectivos contextos de uso. Observemos o quadro abaixo, no qual apresentamos a origem, a categoria gramatical, os sinônimos correspondentes em português das 13 palavras do Kimbundu e outros sinônimos seus de uso.

Quadro 1 – Alguns exemplos

Entrada	Empréstimo	Origem	Categoria gramatical	Equivalência em Português	Outros sinônimos
	Bazar	Kimbundu – kubaza	<i>v.intr.</i>	Fugir precipitadamente; ir; desaparecer, escapar.	Morrer
	Bubular	Kimbundu = kimbubuluca	<i>v.tr.</i>	Perder a vergonha, violar.	

A LEXICOGRAFIA, A LEXICOLOGIA E A ONOMÁSTICA EM PORTUGUÊS:
A LÍNGUA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

	Calundu	Kimbundu = kilundu	<i>s.m./adj.</i> (<i>palavra</i> <i>oxítona</i>)	Espíritos de elevada hierarquia que se transmite por herança, 2. Espírito sobrenatural que penetra o corpo de uma pessoa e a torna triste.	Demónios
	Candengue	Kimbundu = ndenge	<i>s.m.f/adj.</i>	Rapaz, miúdo mais novo, pequeno, jovem, criança.	
	Cochilar	Kimbundu = koxila	<i>v.intr.</i>	Dormitar.	Distrair-se
	Imbambas	Kimbundu = kimbambas	<i>s.f.+</i>	Coisas; móveis; bagagens.	
	Quicata	Kimbundu = kikata	<i>s.m.f/adj.</i>	Aleijado, deficiente.	Complicado
	Maca	Kimbundu = maka	<i>s.f.</i>	Problema, discórdia, briga, confusão, discussão, conversa.	Palavra
	Matete	Kimbundu = matete	<i>s.m.</i>	Papa de farinha de mandioca, papa de milho.	
	Muloge	Kimbundu = muloji	<i>s.m.f/adj.</i>	Feiticeiro	Perigoso
	Quiâxi	Kimbundu = kiâxi	<i>s.m</i>	Arrepio de medo, calafrio.	
	Quibeto	Kimbundu = kibetu	<i>s.m.</i>	Briga, surra, luta, tarefa, sova, <i>confusão</i> .	Tarefa difícil
	Quitanda	Kimbundu= kitanda	<i>s.f.</i>	Pequena loja ou barraca de comércio, feira, venda.	

Fonte: Dados da pesquisa

2 Descrição dos empréstimos lexicais retirados de algumas obras literárias escritas por escritores angolanos

1. **Bazar:** v.intr. do kimbundu (*kubaza*), dicionarizada com significado de *1 fugir precipitadamente. 2 escapar. 3 ir. 4 desaparecer. 5 escapar. 6 morrer*. A expressão encontra aceitação em contextos de comunicação informal, não obstante poder ser usada em contextos formais por força do uso constante dos falantes. O registo, na obra analisada, é feito com ligeira alteração na escrita. Ao invés da letra z, conforme a origem e o registo do conhecimento genérico em Angola, aparece grafada com a letra s.

Exemplo encontrado na obra: “Mas em que guerras o camarada combateu, se mesmo quando estive a fenelá *basou* de casa e só veio quando acabaram os bombardeamentos?” (Rui, 2014, p. 18-19).

Outros contextos de uso: O Camarada Fragoso andou muito doente. Esta manhã *bazou*. (*Exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

2. **Bubular:** v.tr. do Kimbundu (*kimbubuluca*), não dicionarizada, não é de domínio geral a nível do território angolano. O seu uso é restrito a alguns contextos, significando *1 perder a vergonha. 2 violar*. Encontra aceitação apenas em contextos de comunicação informal.

Exemplo encontrado na obra: ““não dá para deitar para trás das costas a segurança das nossas irmãs e das nossas mães ... Enfim, das nossas mulheres’... — Reflectiu melhor. — ‘Se calhar vão querer lhes *bubular*’. — Concluiu num jeito de galhofa, que não agradou a Kalita” (Santos, 2006, p. 46).

3. **Calundu:** s.m./adj. do kimbundu (*kilundu*), dicionarizada. É de conhecimento genérico no seio dos angolanos. Usada com significado de *1 espírito de elevada hierarquia que se transmite por herança. 2 espírito sobrenatural que penetra o corpo de uma pessoa e a torna triste*.

3 *demônios*. O seu uso encontra aceitação em contextos de comunicação informal, não obstante, tal palavra poder ser usada em contextos formais, por força do uso constante dos falantes.

Exemplo encontrado na obra: “Mesmo agora... saber o que vai acontecer, custa... nem mesmo os *calundús* estão a conseguir adivinhar o que se vai passar...!” (Santos, 2006, p. 46).

Outros contextos de uso: por favor, não me mande os seus *calundús* para me tirarem o sono. (*Exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

4. **Candengue:** *adj./s.m.* do Kimbundu (ndenge), dicionarizada com significado de 1 *rapaz*. 2 *miúdo*. 3 *mais novo*. 4 *pequeno*. 2 *jovem*. 3 *criança*. É de conhecimento genérico no seio dos angolanos e é utilizado em contextos formais e informais.

Exemplo extraído do livro: Quem é que este porco *candengue* está a incomodar? Só na lei deste advogado de *tuji* (Rui, 2014, p. 12).

5. **Cochilar:** *v.intr.* do Kimbundu (*koxila*), dicionarizada com significado de 1 *Dormitar*. 2 *Distrair-se*. É de conhecimento genérico no seio dos falantes angolanos e é utilizada em contextos formais e informais.

Exemplo extraído do livro: “Estou a cochilar. Sinto-me fraca, não como desde antes de ontem e...” (Xitu, 2013, p. 130).

Outros contextos de uso: só *cochilou* um pouco e perdeu tudo. (*exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

6. **Imbambas:** *s.f.* do Kimbundu (*kimbambas*), dicionarizada com significado de 1 *bagagens*. 2 *móveis*. 3 *coisas*. Embora seja gérico entre os angolanos, a expressão é mais utilizada em contextos formais e informais.

O registo da palavra, na obra analisada, é feito com ligeira alteração na escrita: ao invés da letra *i* no início, conforme a origem, aparece grafada com a letra inicial *e*.

Exemplo extraído do livro: “Um dia inteiro que a sua esposa andou a carregar *embambas* para cima e para baixo” (Rui, 2014, p. 9).

7. **Quicata:** *s.m.f/adj.* do kimbundu (kikata), dicionarizada com significado de *1 aleijado. 2 estropiado. 3 deficiente. 4 complicado*. A expressão é mais utilizada em contextos informais pelos falantes da parte norte de Angola, geralmente com uma carga semântica pejorativa.

Exemplo extraído do livro: “Acabando de dizer estas palavras, chorou. A Kialenguluka olhou fixamente para o *kikata*” (Xitu, 2013, p. 93).

Outros contextos de uso: Não seja kikata em tudo. Entenda os outros. (*Exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

8. **Maca:** *s.f.* do kimbundu (*maka*), dicionarizada com significado de *1 problema. 2 discórdia. 3 briga. 4 confusão. 5 discussão. 6 conversa*. É uma expressão aceite em contextos de comunicação informal e formal e de conhecimento e uso genérico por parte dos falantes angolanos.

Exemplo extraído do livro: “eu é que estou a fazer? Eu nem tenho *maka* com o porco” (Rui, 2013, p. 11).

9. **Matete:** *s.m.* do kimbundu (*matete*), dicionarizada com significado de *1 papa de farinha de mandioca ou de milho*. É uma expressão aceite em contextos de comunicação informal e formal e de conhecimento e uso genérico por parte dos falantes angolanos.

Exemplo extraído do livro: “O mestre, que se encontrava doente... uma diarreia, mandou o portador à Saque para que lhe enviasse um pouco de *matete*” (Xitu, 2013, p. 117).

10. Muloge: *adj/s.m.f.* kimbundu (Muloji), não dicionarizada com significado de *1 feiticeiro. 2 perigoso*. A expressão é mais utilizada em contextos informais pelos falantes da parte norte de Angola.

Exemplo extraído do livro: “Escuta mano... Despacho, pensas é o quê...? É trabalho de muloji. E vem do vento... Não é trabalho de gente do bem” (Santos, 2006, p. 23).

Outros contextos de uso: Este é um verdadeiro muloji entre os bandidos. (*Exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

11. Quiâxi: *s.m.* kimbundu (kiaxi), não dicionarizada com significado de *1 arrepio de medo. 2 calafrio*. A expressão é mais utilizada em contextos informais pelos falantes da parte norte de Angola.

Exemplo extraído do livro: “O *kiâxi* fez-lhe estremecer e a temperatura do corpo diminuir” (Santos, 2006, p. 12).

12. Quibeto: *s.m.* kimbundu (kibetu), dicionarizada com significado de *1 briga. 2 surra. 3 luta. 4 tarefa. 5 sova. 6 confusão*. Em outros contextos de uso, a expressão significa *7 trabalho ou tarefa difícil*. É uma expressão aceite em contextos de comunicação informal e com certo uso no contexto formal, e é de conhecimento e uso genérico por parte dos falantes angolanos.

Exemplo extraído do livro: “Minha mãe, *quibeto* do destino numa altura destas da vida” (Santos, 2006, p. 18).

Outros contextos de uso: Há muito quibeto esta manhã para fazerem. (*Exemplos dos autores com base no uso do dia a dia*).

13. Quitanda: *s.f.* do kimbundu (*kitanda*), dicionarizada com significado de *1 pequena loja. 2 barraca de comércio. 3 feira. 4 venda*. A expressão é aceite em contextos de comunicação informal e é de conhecimento e uso genérico por parte dos falantes angolanos, embora com maior frequência entre os falantes da parte norte de Angola.

Exemplo extraído do livro: “— Senhor não, camarada, eu não sou ladrão, sou fiscal. — Ai é? Então tem de ir lá mesmo, que a dona faz *quitanda* de dendém...” (Rui, 2014, p. 13).

Portanto, convém, à guisa de elucidar os caros leitores, explicar que essas palavras oriundas do kimbundu não são usadas por acaso, existe-lhes uma razão de ser: acontece que, muitas vezes, as palavras em português, não obstante serem sinónimas delas, não conseguem transmitir a mesma carga semântica que tais palavras em kimbundu carregam, quer seja de forma eufêmica, quer seja de forma disfêmica.

A título de exemplo, o verbo *bazar*, no sentido de morrer, torna-se mais brando do que o verbo morrer, minimiza o impacto da informação fúnebre, surge como um elemento que serve para a redução do impacto que a notícia triste poderá trazer. O mesmo acontece quando ele tiver o valor de escapar; bazar apresenta-se com o sentido mais suave, ao contrário de escapar, que carrega consigo um certo sentido de força. Igual situação (eufêmica) vai acontecer com o verbo *bubular* (violar sexualmente), visto que, entre os angolanos, ainda há certo tabu em se falar de coisa do género, por formas a não ofender as mulheres.

Por seu turno, a palavra *calundu*, no contexto de uso aqui referido, espelha melhor o espírito do mal do que a palavra feiticeiro, uma vez que *calundus* referem-se aos espíritos que se apossam de alguém para atormentá-lo, tais espíritos são sobrenaturais, ninguém os consegue ver, diferente de um feiticeiro.

Para concluir, a palavra *maca*, fazendo menção a problema, chega a ser mais significativa no contexto em causa, visto que não se refere a um problema qualquer, mas sim a um problema de difícil resolução, o qual leva a comunidade a sentar-se, para resolvê-lo.

A palavra *quibeto*, diferente da palavra confusão em português, que pode ser algo sem violência, carrega consigo o símbolo da violência, pancada. Por isso, quando se fala de *quibeto*, não se está a falar de algo tão simples, mas sim de um elemento em cujo interior há vio-

lência física, não obstante, nalgumas vezes, serem usadas de forma amigável no âmbito desportivo (futebol), para indicar uma goleada infligida a qualquer equipa.

3 Atividades Epilinguísticas

No ensino da morfologia, o que na prática escolar angolana se constata é que tal ensino é feito tendo em conta apenas o eixo metalinguístico, fundamentado no ensino de conceitos e na retenção de tais conceitos, sem que os alunos tenham margem de reflexão. É tudo na base de um certo dogmatismo normativo.

A título ilustrativo, no domínio do processo de formação de palavras, as gramáticas consultadas e que servem de base para o ensino do português nas escolas angolanas, *i.e.*, Azeredo, Pinto e Lopes (2012), Matos *et al.* (2012), Pinto e Lopes (2014), apresentam conceitos, exemplos de empréstimos e estrangeirismos dissociados do contexto de ensino e do conhecimento linguístico do aluno, pois o aluno não é capaz de refletir nas línguas nativas do seu país, como se vê nos exemplos abaixo:

Ex.: Designer, hambúrguer; robô, boné (Azeredo *et al.*, 2012, p. 293).

Partindo desses exemplos de empréstimos ao português, um aluno teria mais facilidades de conceber a noção e assimilar os exemplos se o professor partisse dos empréstimos das línguas angolanas, presentes na fala diária desses alunos.

O primeiro objetivo do professor deve ser o de levar o aluno a entender o que é um empréstimo, quando é que ele faz o uso desse recurso no seu dia a dia e quais empréstimos da sua língua já terá possivelmente aplicado numa outra língua, por necessidade comunicativa.

Neste sentido, alinhamo-nos ao pensamento de Franchi (2006 *apud* Vieira 2018, p. 52) que defende a necessidade da utilização de atividades epilinguísticas, sendo uma prática intensiva que “opera sobre

a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas linguísticas de novas gerações”.

Para tornar consciente os falantes sobre as diversas possibilidades de uso da língua, em contexto de multilinguismo em que as línguas angolanas possuem um estatuto inferior ao português, adoptámos o conceito de incorporação usado por Barzotto (2004, p. 95), ao dizer:

O trabalho pedagógico que se faz a partir desta vertente geralmente faz o movimento de partir da variedade de menor prestígio em direção à de maior prestígio. É aquele que é julgado inadequado que vai ser convocado a adequar-se, o que pode ser bastante discriminatório.

A partir desse posicionamento tencionamos olhar para as demais variedades como elementos que muito de positivo têm a fornecer para o enriquecimento da diversidade linguística que resulta da relação que se estabelece entre línguas, como consequência do contacto linguístico entre povos de culturas e línguas diferentes, embora, em várias ocasiões, não sejam vistas com elevados prestígios.

4 Considerações finais

Em suma, com base na ideia apresentada por Barzotto (2024) e que uma variedade pode ser discriminada se não for contextualizada ao espaço social, o professor, ao ensinar o assunto dos empréstimos aos seus alunos, não deve adequá-los, mas incorporá-los ao ensino, lembrando aos alunos que, apesar da relevância na interação entre as línguas e apesar de ser permitido o uso de empréstimos por necessidade da situação comunicativa do falante, a seleção do contexto de aplicabilidade é indispensável, pois que a falta de atenção a este

requisito pode levar a consequências graves, como se vê nos exemplos abaixo:

Se um cidadão com a variante padrão chega a uma comunidade do interior e diz: *volto em breve, estou em discórdia com o agente regulador de trânsito*, pode ser visto como arrogante e exibicionista. Do mesmo jeito, se um cidadão com a variante não padrão chegar a um meio cheio de pessoas que usam a variante padrão e disser: *volto já. Tenho maca com a mulher*, pode ser imediatamente visto com desprezo e exclusão no meio dos outros.

Daí que os exemplos acima apresentados mostram que as palavras ou empréstimos devem ser contextualizados para se evitar estigmas e até mesmo falta de comunicação. Isso levaria os alunos a diversificar os recursos expressivos com que falam e escrevem, a operar sobre a sua própria linguagem, praticando a diversidade dos fatos gramaticais da sua língua.

Portanto, com isso queremos dizer que mais do que usar a variante padrão ou a não-padrão é importante, em qualquer ato comunicativo, levar em conta o contexto de uso, as pessoas com que se comunica, as idades, para não sermos chamados ou termos de chamar a alguém exibicionista e/ou inculto, evitar a exclusão social sem que se perceba a razão de esta ou daquela produção linguística por esta ou por aquela pessoa, porquanto cada variante tem o seu grau de importância: tudo é uma questão de posicionamento e de necessidade comunicativa. A quem estudou pede-se mais tolerância quando o assunto tem que ver com o uso ou não uso da variante padrão.

Referências

- AZEREDO, M. O.; PINTO, M. I. F. M.; LOPES, M. C. A. *Da comunicação à expressão: gramática prática do português*. Lisboa: Lisboa Editora, S.A., 2012.
- BARZOTTO, V. H. Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar às variedades linguísticas. *Revista Ecos*, Cavilhada 2, v. 2, n. 1, p. 93-96, jul. 2004.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 21. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 2014.

FRANCHI, C. *Linguagem-actividade construtiva*. Campinas-SP: Pontes, 2006.

DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa: Texto Editores, 2009.

GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 3. ed. Cascaval: Assoeste, 1985.

MATOS, J. C.; RIBEIRO, H.; CUNHA, J. M.; PEREIRA, S.; CASTRO, S. *Gramática moderna de língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

MONTEIRO, R. *Quem me dera ser onda*. Luanda: Texto Editores, 2014.

PEPETELA. *Mayombe*. 5. ed. Luanda: Texto Editores, 2013.

PERFEITO, A. A. B.; CASTRO, A.; MORGADO, A.; GOMES, A.; CARVALHO, A. A. P.; BOLDALO, A.; SILVIA, V. M. A. *Dicionário língua portuguesa, prestígio*. Porto: Porto Editora, 2010.

PINTO, J. M. C.; LOPES, M. *Gramática do português moderno*. 14. ed. Lisboa: Plátino Editora, 2014.

RUI, M. *Quem me Dera Ser Onda*. Luanda: Texto Editores, 2014.

SANTOS, A. *O vento que desorienta o caçador*. Luanda: Nzila, 2006.

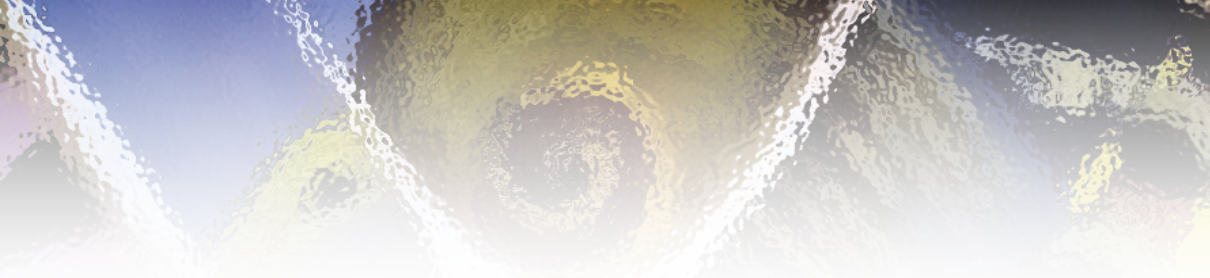
SILVA, A. C. M. Angola: História, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *Neari em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 15-23, 2018.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária*, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2012.

UNDOLO, M.; TIMBAME, A. A.; KIMUENHO, G. (org.). *Português de Angola: fonologia, sintaxe e lexicologia*. Belém: Home Editora, 2023.

VIEIRA, S. R. Três eixos para o ensino da Gramática. In: VIEIRA, S. R. (org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. Blucher: São Paulo, 2018.

XITU, U. *Mestre Tamoda e outros contos*. Luanda: Texto Editores, 2013.



CAPÍTULO 14

Léxico de especialidade do subsistema de Ensino Superior em Angola: tendência para concepção de um dicionário terminológico

António Vicente Chicalo

Universidade do Minho – Portugal
Faculdade de Direito do Dundo, Lunda-Norte – Angola

Estado de arte

Note-se que, desde os estudos de Eugen Wuster que tratam do processo de sistematização da Terminologia como ciência autónoma, porém, ramificada na Linguística, bem como trabalhos que consistem na Teoria Geral da Terminologia, que se ocupa dos fundamentos teóricos e metodológicos da normalização dos termos e dos sistemas de conceitos de um domínio de especialidade, a Terminologia, enquanto ramo científico, tem contribuído bastante na mitigação das ambiguidades comunicativas de domínios técnicos e científicos (Rodeau, 1982 *apud* Mikana, 2016).

Atendendo ao desenvolvimento que a Terminologia tem conhecido, autores como Maria Teresa Cabré (2019), Teresa Lino (1991) *Um Projecto Terminológico*, Alexandre Chicuna (2018) *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português-Kyombe*, Ana Pita Grós (2020) *Lexicografia Bilingue de Especialidade: E-Dicionário Português-Kimbundu no Domínio da Saúde*, Jucileia Gumbe (2017) “Terminologia do Subsistema de Formação de Professores: Proposta de um Glossário

Terminológico”, e outros citados neste trabalho, apresentaram estudos científicos relacionados com a língua de especialidade, dos quais se destacam as abordagens sobre a sinonímia, a monossemita e a polissemia em terminologia, assim como o conceito de definição.

A exemplo disso, Wuster (*apud* Cabré, 2019, p. 511) defendia a precisão dos conceitos e a univocidade dos termos técnicos e científicos; por sua vez, Jucileia Gumba (2017, p. 48) realça sobre as variantes terminológicas apresentadas num mesmo sistema conceptual, admitindo a existência de termos sinónimos num mesmo domínio de especialidade; Chicuna (2018, p. 53) esclarece que, atualmente, a Terminologia admite também a polissemia; Cabré (2019, p. 34) e Ana Pita Grós (2020, p. 85) sublinham a necessidade da existência de uma sinonímia controlada em Terminologia.

1 Terminologia: noções fundamentais

Desde que a Terminologia se tornou um campo científico, surgiram vários pesquisadores e amantes da linguística que deram os seus contributos a favor do conceito e desenvolvimento sistemático daquele ramo da linguística. Desta feita, Cabré (2019, p. 511) explica que Wuster focalizou o seu trabalho sobre a Terminologia em três objetivos fundamentais:

- 1 – Eliminar a ambiguidade das linguagens técnicas através da normalização da terminologia, a fim de torná-las eficientes ferramentas de comunicação;
- 2 – Convencer todos os usuários de linguagens técnicas dos benefícios da terminologia normalizada;
- 3 – Estabelecer a terminologia como uma disciplina para todos os fins práticos e conceber a ela a condição de ciência.

Em concordância com os argumentos anteriores, a ISO apresenta, igualmente, três aceções sobre o entendimento que se tem do conceito em abordagem, resumindo-as como abaixo apresentamos:

- a) Conjunto de designações pertencentes a uma língua de especialidade;
- b) Ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, gestão e uso de terminologias;
- c) Terminologia estruturada sistematicamente de acordo com as regras de nomenclaturas preestabelecidas (ISO, 1087-1, 2000, p. 10, tradução nossa).

Para Pavel (2003 *apud* Fernando, 2017, p. 20), a língua de especialidade:

é um subconjunto da língua geral que serve para transmitir um saber atinente a um campo de experiência particular. Ela tem em comum com a língua geral a gramática e uma parte do seu inventário léxico-semântico (morfemas, palavras, sintagmas e regras combinatórias), mas faz deles um uso selectivo e criativo que reflecte as particularidades dos conceitos em jogo e que apresenta variações sociais, geográficas e históricas.

1.1 Debates conceituais: abrindo as discussões teóricas

Neto (1984, p. 25), na sua dissertação sobre a Tentativa de Aplicação de Teoria Geral da Terminologia, ao apoiar-se nas teorias de *Wuster*, sublinha que o conceito é entendido como um conjunto de características comuns que se concebe num determinado número de objetos e que estes podem ser materiais ou imateriais.

ISO (2000, p. 1-2), sendo uma instituição que prima pelos aspectos metodológico e de padronização da concepção de unidades linguísticas, define o conceito como sistema de conhecimento criado através de uma combinação de características comuns. Além disso, acrescenta numa nota que os conceitos não são necessariamente limitados por uma língua particular, pois são influenciados pelos conhecimentos sociais e culturais, os quais conduzem frequentemente a cate-

gorizações diferentes e classifica-os por conceito individual e conceito geral (tradução nossa).

A ISO 1087-1 (2000, p. 3) distingue alguns tipos de características que servem de critérios de subdivisão no momento de estabelecer-se o sistema conceptual: (i) *característica essencial*: que consiste nos elementos independentes para o entendimento do conceito, designadamente: o termo, a definição e o contexto; (ii) *característica delimitativa*: que é usada para distinguir um conceito dos outros conceitos relativos, como aspectos semânticos, lexicais e a área do conhecimento.

Cabré (1999 *apud* Maciel, 2001, p. 96) afirma que os termos têm um carácter temático e específico, pelo que não se pode entender a existência de um termo fora de um sistema conceptual e este está inequivocamente inserido num âmbito terminológico que o caracteriza. Ou seja, o termo é uma unidade lexical que designa um conhecimento especializado, que pode ser igualmente considerado como léxico de especialidade.

Na mesma perspectiva, Gouadec (1990 *apud* Maciel, 2001, p. 96) defende que o termo é uma unidade linguística que tem a função de representar ou designar um conceito, um objecto, um processo ou ainda elementos de um universo específico. Esta visão leva Muhonga (2016) a considerar três tipos de termos: simples, compostos e complexos. O primeiro refere-se aos termos com uma unidade lexical, como «*Academia*», o segundo relaciona-se com termos que possuem mais de uma unidade lexical como «*Subsistema de Ensino Superior*» e terceiro tipo apresenta uma estrutura com características morfossintáticas como «*Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior*».

No ponto de vista de Felber (1984 *apud* Couto, 2003, p. 24), a definição consiste na descrição de um conceito através de outros já conhecidos, representado por palavras ou termos, determinando a posição desse conceito dentro de um sistema conceptual. Para Robert Dubuc (1992 *apud* Couto, 2003, p. 34) afirma que a “definição terminológi-

ca tem por objeto principal a criação de uma imagem mental exata de uma determinada noção com base nos seus traços essenciais”, reforçando que a definição terminológica deve obter três qualidades fundamentais: clareza, adequação e concisão; todavia, este autor diz que se deve evitar três aspectos seguintes: a tautologia, circularidade e a negação.

2 Metodologia e análise dos dados

Em função do tipo de estudo que nos propusemos realizar, utilizámos os seguintes métodos: *Descritivo*: usamos este método por permitir-nos descrever a realidade terminológica do Subsistema de Ensino Superior em Angola, tendo em atenção o sistema conceptual, as unidades terminológicas e as estruturas definitórias apresentadas neste domínio; *Consulta documental*: este método foi imprescindível para este estudo, pelo facto de necessitarmos de dados concretos, escritos em língua natural do domínio investigado, ou seja, era conveniente fazer a recolha a partir de documentos de especialidade escritos pelos profissionais do MESCTI, com vista a obtermos dados credíveis; *Análise de corpora*: Após a recolha dos documentos, como estatutos e regulamentos que regem o MESCTI, era preciso extrair e seleccionar os dados para, posteriormente, constituir o *corpus* de análise.

Para o efeito, foi necessário recorrermos a um concordanceiro linguístico, *AntConc*, instrumento usado em Linguística de *corpus*, que viabilizou o processo de organização dos dados, identificação das concordâncias entre as formas, bem como a sua análise. Lima (2016, p. 26) argumenta que este *software AntConc* é um concordanceiro linguístico, que visa a análise de *corpus*. Neste, inclui ferramentas para análise de concordâncias que qualificam as ocorrências e *ranking* de formas existentes. De acordo com Redondo (2016, p. 26), este programa permite identificar irregularidades linguísticas para análise, extrair candidatos a termos e observar as colocações de formas e suas combinatórias.

a. Tratamento semiautomático do *corpus*

Após a constituição do *corpus*, fizemos um tratamento semiautomático, através do concordanceiro *AntConc*, usado neste estudo, do qual obtivemos dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Lista das formas pivot em análise

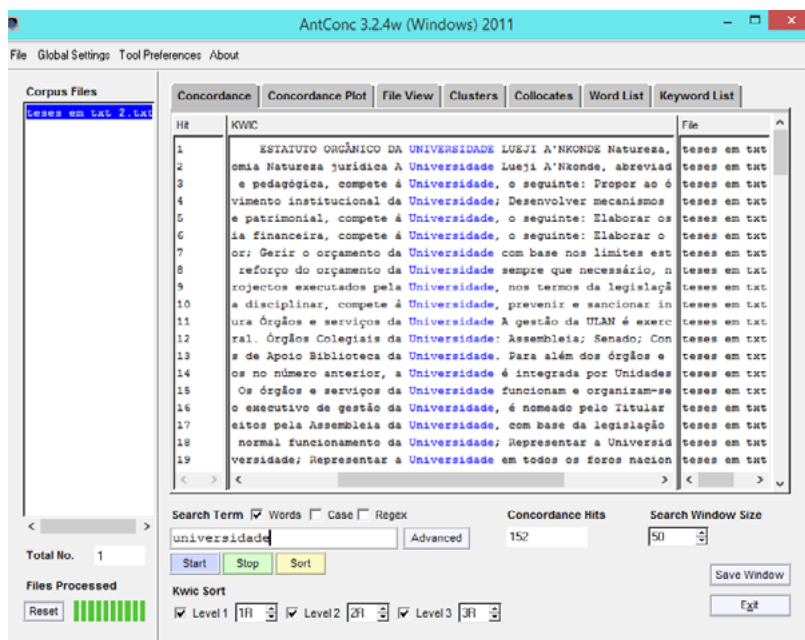
Ranking	Frequências	Formas
1	1203	Ensino
2	635	Avaliação
3	399	Investigação
4	327	Curso
5	305	Instituição
6	286	Docente
7	265	Formação
8	226	Gestão
9	171	Estudante
10	152	Universidade
11	130	Reitor
12	121	Categoria
13	100	Investigador
14	91	Instituto
15	71	Professor
16	64	Extensão
17	43	Assistente
18	38	Faculdade
19	36	Escola
20	31	Monografia
22	27	Decano
21	11	Tese

23	6	Discente
24	5	Dissertação
25	5	Monitor
26	4	Academia

Fonte: Dados da pesquisa

A ferramenta *concordance* permitiu analisar elementos linguísticos que ajudam a aferir a seleção feita de algumas formas extraídas no *corpus* como possíveis candidatos a *termos*, identificando formas linguísticas simples ou complexas. Na figura abaixo, verifica-se a forma *Universidade*, destacada com azul e à sua esquerda e à direita há outras formas coocorrentes que permitem analisar as relações linguísticas existentes entre as mesmas que normalmente são designadas como combinatórias.

Figura 1 – Ilustração da forma *universidade*



Fonte: Face principal do AntConc

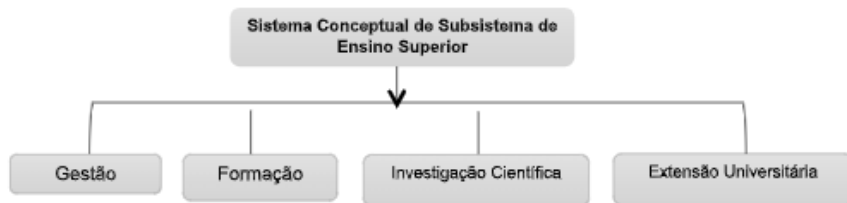
Podemos observar na primeira frase que após a forma universidade há outra forma combinatória Lueji A’Nkonde, que ambos constituem o termo Universidade Lueji A’Nkonde, classificado como um dos candidatos a termo pertencente ao mapa conceptual de Universidades Públicas.

2.1 Análise de *corpus* do estudo

Para o reconhecimento das unidades terminológicas existentes no Subsistema do Ensino Superior de Angola, foram necessários os seguintes procedimentos: identificamos a posição conceptual que cada unidade terminológica ocupa no domínio em referência, avaliando a estrutura interna e o significado lexical que cada uma acarreta, conforme recomenda Cabré (2019, p. 546), pois todos os termos de uma área de especialidade devem estar congregados num único conceito, referimo-nos, para este contexto, do conceito de Subsistema de Ensino Superior.

Recorremos a Especialistas, ou seja, Terminólogos e Profissionais do Sector em estudo, que nos ajudaram a distinguir os termos de especialidade correntes no SESA e os que não fazem parte deste domínio. Com base na definição do conceito de Subsistema de Ensino Superior, encontrada no Artigo 6º do Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de dezembro, sobre o Regime Jurídico do SES, elaborámos a figura 3.3 – referente ao sistema conceptual base do conceito *Subsistema de Ensino Superior*, conforme apresentamos abaixo.

Figura 2 – Sistema conceptual principal do conceito Subsistema de Ensino Superior



Fonte: DP nº 310, de 7 de dezembro de 2020

Em Terminologia, a definição deve necessariamente descrever todas as características essenciais do conceito. Por esta razão, foi-nos possível identificar, por intermédio da definição do conceito Subsistema de Ensino Superior, os seus subsistemas conceptuais fundamentais, designadamente: Gestão, Formação, Investigação Científica e Extensão Universitária.

1) Mapa Conceptual de Instituições de Ensino Superior

Com base no conceito Gestão, podemos extrair o termo Instituições de Ensino Superior que, por sua vez, compreende a outras unidades terminológicas, conforme apresentamos na figura seguinte:

Figura 3 – Mapa conceptual do conceito Instituições de Ensino Superior

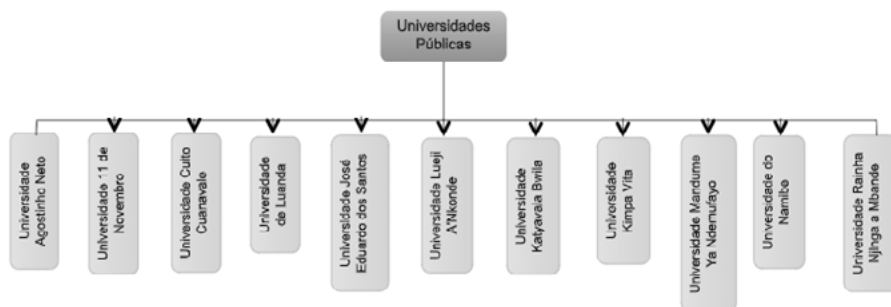


Fonte: DP nº 310, de 7 de dezembro de 2020

2) Mapa Conceptual de Universidades Públicas

Através do conceito Universidade, obtivemos o termo universidades públicas e as unidades terminológicas que o integram. Abaixo, ilustramos uma parte do seu mapa conceptual:

Figura 4 – Mapa conceptual do conceito Universidades Públicas



Fonte: DP nº 310, de 7 de dezembro de 2020

O presente estudo, para além de ajudar-nos a seleccionar e organizar os termos pertencentes ao sistema terminológico do *Subsistema de Ensino Superior*, fez-nos perceber igualmente a presença de neónimias neste domínio, que, segundo Fernandes (s. d., p. 3), “são neologismos terminológicos que nascem [...] no interior da comunidade de especialistas de um determinado domínio”. Contente (2008) esclarece que este é um fenómeno bastante importante na formação de termos nas línguas de especialidade, pois prima por características culturais e sociais de uma comunidade.

Certas neónimias existentes no sistema terminológico em referência possuem aspectos semânticos com caracteres culturais, sociais e geográficos, conforme sublinhamos abaixo:

- a) Neónimias com características semântico-culturais: Universidade *Katyavala Bwila*, Universidade *Lueji A'Nkonde*, Universidade *Rainha Njinga a Mbande* e Universidade *Mandume Ya Ndemufayo*;
- b) Neónimias com características semântico-geográficas: Universidade *de Luanda*, Universidade *do Namibe*, Escola Pedagógica *do Dundo* e Escola Superior Pedagógica *do Bengo*;
- c) Neónimias com características sociossemânticas: Universidade *Agostinho Neto*, Universidade *José Eduardo dos Santos*, Universidade *11 de novembro* e Universidade *Kimpa Vita*.

A despeito dos fenômenos de formação de termos apresentados acima, constatamos também a presença de neonímias por substituição de unidades terminológicas, porém, mantendo os seus conceitos, como: *Professor Titular* substituído por *Professor Catedrático*; *Faculdade de Letras* substituído por *Faculdade de Humanidades*. Por último, observamos que houve implementação de novos conceitos no sistema terminológico do Subsistema de Ensino Superior em Angola, como: *Academia de Altos Estudos*, *Professor Visitante*, *Professor Convidado* e *Assistente Convidado*.

3 Proposta de concepção de Dicionário

Para a elaboração desta Proposta de Dicionário, baseamo-nos nos princípios metodológicos usados por Chicuna (2018), Ana Pita Grós (2020), Marini (2014) e Jucileia Gumbe (2017) cujas obras visam propor a elaboração de Dicionários (para os dois primeiros autores) e Glossário (para a terceira e a quarta), pelo fato de possuírem critérios consistentes e atualizados, sobretudo, no concernente à microestrutura.

3.1 Macroestrutura

Barros (*apud* Marini, 2014, s. p.) define a macroestrutura como organização interna de uma obra Lexicográfica ou Terminográfica composta por informações em vedetas. Esta organização faz-se de forma alfabética ou temática.

As entradas terminológicas selecionadas para a concepção do Dicionário proposto neste estudo apresentam uma macroestrutura alfabética monolíngue, sendo o termo *Academia* posicionado como a primeira entrada e *Universidade Rainha Njinga a Mbande* como a última, obtendo o total de 193 entradas, em função dos termos recolhidos.

3.2 Microestrutura

Marini (2014, s. p.) entende a microestrutura como forma de organização de dados ou informações dentro de uma ficha terminológica. Por seu lado, Chicuna (2018, p. 196) define-a como “organização de dados Lexicográficos ou Terminográficos referentes às formas tratadas ou contidas em artigo de um dicionário”. Com base nessas concepções, consideramo-la como organização interna de termos, designados como *entradas*, e suas respectivas informações gramaticais e Terminológicas contidas num glossário.

Em função do entendimento de Ana Pita Grós (2020, p. 114), que considera a ficha terminológica como “suporte que constitui um conjunto estruturado de dados terminológicos relativo a um termo”, elaboramos uma ficha terminológica composta pelos seguintes campos:

Quadro 1 – Campos da ficha terminológica

Nº	Designação
1	Entrada
2	Categoria gramatical
3	Sigla
4	Domínio
5	Definição
6	Fonte da definição
7	Contexto
8	Fonte do contexto
9	Nota
10	Fonte da nota

Fonte: Elaboração própria

1. *Entrada*: unidade terminológica selecionada a partir do *corpus* de especialidade, usada na elaboração de um dicionário, que pode ter uma forma simples ou composta (Grós, 2020, p. 114);
2. *Categoria gramatical*: informação de “natureza gramatical da unidade lexical (espécie, género e número)”, normalmente, utilizada em formato itálico, com uma forma abreviada e normalizada (Chicuna, 2018, p. 198);
3. *Domínio*: corresponde à área técnica ou científica em que se insere o termo; na nossa proposta, apresentamos os domínios em que cada unidade terminológica se integra;
4. *Definição*: baseando-se no conceito de definição em Terminologia, primamos por elaborar as definições com base nas características fundamentais do conceito;
5. *Contexto*: neste estudo, selecionamos contextos que exemplificam o enquadramento de cada unidade terminológica, tendo em conta o domínio de especialidade em análise;
6. *Nota*: neste campo, pretendemos adicionar informações necessárias para o esclarecimento da entrada, sempre que for necessário;
7. *Sigla*: expressa a forma abreviada de um termo;
8. *Fonte*: a nossa ficha terminológica apresenta vários campos para incluir fontes (de definição, contexto e nota), porque por vezes estes elementos terminográficos são extraídos em documentos diferentes.

3.3 Fichas terminológicas

Neste ponto, ilustraremos a microestrutura de fichas terminológicas de três candidatos a termos iniciais, extraídos durante o trabalho de recolha de dados. Pois todos os candidatos a termos recolhidos basear-se-ão nesta microestrutura modelo para a elaboração dos respectivos conceitos.

Quadro 2 – Candidato a termo *Ensino Superior Politécnico*

1	Entrada	ensino superior politécnico
2	Categoria gramatical	<i>n.m.</i>
3	Sigla	ESP
4	Domínio	Ensino Superior
5	Definição	Centro vocacionado para a formação superior técnica avançada, e cultural, orientada profissionalmente, numa perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental.
6	Fonte da definição	Lei nº 32/20, de 12 de agosto
7	Contexto	O ensino superior politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior.
8	Fonte do Contexto	Lei nº 32/20, de 12 de agosto
9	Nota	O Ensino Superior Politécnico é ministrado em Institutos Superiores Técnicos e politécnicos e em Escolas Superiores Técnicas.
10	Fonte da nota	Lei n.º 32/20, de 12 de agosto

Fonte: Elaboração própria

Esta ficha caracteriza o termo *ensino superior politécnico*, apresentado como um nome masculino, ganha a abreviatura de ESP. É um termo pertencente ao mapa conceptual de subsistema de ensino superior; apresentar sua definição e contexto permite identificá-lo como um dos conceitos mapa conceptual subsistema de ensino superior.

Ficha 2 – Candidato a termo Instituições de Ensino Superior

1	Entrada	Instituições de ensino superior
2	Categoria gramatical	<i>n.f.</i>
3	Sigla	IES
4	Domínio	Subsistema de Ensino Superior
5	Definição	Centros vocacionados para a promoção da formação académica e profissional, da investigação científica e da extensão universitária, com personalidade jurídica própria.
6	Fonte da definição	D.P. nº 203/18, de 30 de agosto
7	Contexto	As instituições de ensino superior devem assegurar as condições mínimas necessárias à realização de atividades de investigação científica.
8	Fonte do contexto	Lei nº 32/20, de 12 de agosto
9	Nota	A autonomia das Instituições de Ensino Superior consiste na sua capacitação de autogestão, sendo exercida nos domínios científico, pedagógico, cultural, disciplinar, administrativo, financeiro e patrimonial.
10	Fonte da nota	D.P. nº 310/20, de 7 de dezembro

Fonte: Elaboração própria

Esta ficha apresenta o termo *instituição de ensino superior*, categorizado gramaticalmente como um nome feminino, ganha o sinónimo de IES e integra o mapa conceptual de subsistema de ensino superior. A sua definição e contexto caracterizam-no como um dos conceitos mapa conceptual subsistema de ensino superior. A nota apresenta uma informação adicional que caracteriza o termo *instituição de ensino superior*.

Quadro 3 – Candidato a termo Subsistema de Ensino Superior

1	Entrada	Subsistema de ensino superior
3	Categoria gramatical	<i>n.m.</i>
4	Sigla	SES
5	Domínio	Educação e Ensino
6	Definição	Conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária.
7	Fonte da definição	Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de dezembro
8	Contexto	O presente Decreto Presidencial estabelece o regime jurídico do subsistema de ensino superior
	Fonte do Contexto	Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de dezembro
9	Nota	O Subsistema de Ensino Superior tem uma natureza binária, caracterizada pela integração, no seu seio, de Instituições de Ensino Universitário e de Ensino Superior Politécnico
10	Fonte da nota	Lei nº 32/20, de 12 de agosto

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 3 ilustra as informações que caracterizam o termo *subsistema de ensino superior*, considerado como conceito macro deste estudo, categorizado como um nome masculino, ganha o sinónimo de SES e nele são integrados os conceitos gestão, formação, investigação científica e extensão universitária, conforme ilustra a sua definição (ponto 6). A nota apresenta uma informação adicional que caracteriza o conceito.

4 Considerações finais

Concluindo o que constatamos durante este estudo, através dos dados recolhidos e de outras informações pertinentes ao presente trabalho, pretendemos elencar os seguintes pontos:

Através do presente estudo, confirmamos a presença de sinonímia terminológica no discurso de especialidade do subsistema de ensino superior em Angola, conforme podemos observar nos termos «Professor ou Docente, Trabalho de Licenciatura ou Trabalho de Fim do Curso».

Observamos a presença de neologismos no sistema terminológico do subsistema de ensino superior com características semântico-culturais “Universidade Katyavala Bwila, Universidade Lueji A’Nkonde”; com características semântico-geográficas “Universidade de Luanda, Universidade do Namibe”; com características sociossemânticas: Universidade Agostinho Neto, Universidade 11 de Novembro”.

Com a investigação realizada, verificamos a falta de registo de bases de dados terminológicos sobre o SESA que possam servir de fonte de consulta de conceitos pertencentes a este domínio de especialidade. Com este resultado podemos justificar a pretensão deste estudo, que consiste na concepção de um Dicionário Terminológico para o Subsistema de Ensino Superior em Angola, que visa garantir o controlo das dinâmicas e atualizações do sistema conceptual do domínio em análise, considerando que o conhecimento terminológico deve estar organizado através de uma base de dados explícita.

Referências

- ANGOLA. *Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de dezembro*. Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior. Diário da República, I Série, nº 196, 2020.
- CABRÉ, M. T. *Terminology: theory, methods and applications*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.

CABRÉ, M.T. Teoria da Terminologia: descrição, prescrição e explicação. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 507-558, 2019.

CHICUNA, A. M. *Portuguesismos na Língua Bantu*: para um dicionário português Kiyombe. 3. ed. Lisboa: Editora Calibri, 2018.

CONTENTE, M. D. M. *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em Medicina*. Lisboa: Edições Calibri, 2008.

COUTO, S. L. *A definição em terminologia*: problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da corrosão. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2003.

Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de dezembro, Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior; publicado pelo Diário da República – I Série – n.º 196.

FERNANDES, J. C. *Mudança linguística em português*: aspectos sociolinguísticos da Neologia. Porto: Instituto Politécnico do Porto, s.d.

FERNANDO, I. L. F. *Sinonímia terminológica nos despachos e regulamentos do gabinete jurídico do Ministério do Ensino Superior*: proposta de harmonização. 2017. 80f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Évora, 2017.

GRÓS, A. P. *Lexicografia Bilingue de Espacialidade*: E-Dicionário Português – Kimbundu no domínio da saúde. Luanda: Mayamba Editora, 2020.

GUMBE, J. S. V. da C. *Terminologia do subsistema de formação de professores*: proposta de um glossário terminológico. 2017. 78f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2017.

ISO/FDIS – 1087 – 1. *Terminology work*: Vocabulary, Part 1: Theory and Application. International Organization for Standardization, Geneva, 2000.

LIMA, A. *Variantes terminológicas*: necessidade de harmonização nos Regulamentos Internos do Ministério da Ciência e Tecnologia. 2016. 62f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2016.

LINO, T. R. F. Um projecto em Terminodidáctica. *Actas do Encontro do Programa ERCI*. Universidade Aberta, Lisboa, 1991.

MACIEL, A. M. B. *Para o reconhecimento da especialidade do termo jurídico*. 2001. 258f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, 2001.

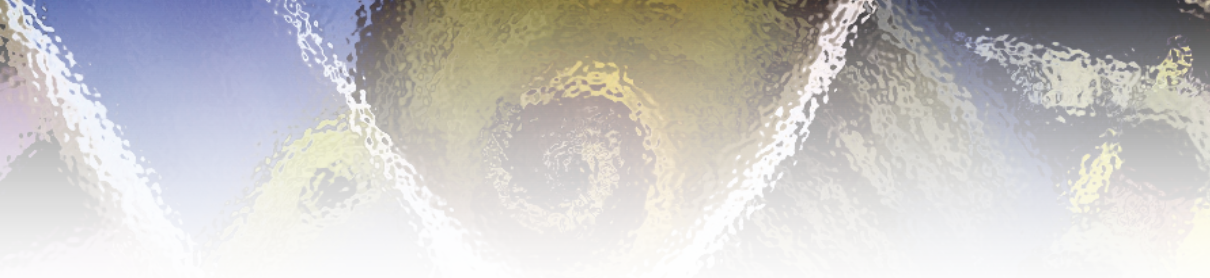
MARINI, S. A estrutura dos glossários do projeto de terminologia da saúde. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 151-158, abr./jun. 2014.

MIKANA, M. *Terminologia do Direito Administrativo de Angola*. 2016. 83f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Letras, Luanda, 2016.

MUHONGA, A. F. *Terminologia da culinária angolana no contexto das regiões de Luanda e Malanje*. 2016. 74f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Letras, Luanda, 2016.

NETO, B. B. *Projeto-piloto – tentativa de aplicação da teoria geral da terminologia na área específica de controlo de tráfego aéreo*. 1984. 82f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 1984.

SAGER, J. C. A. *Practical course in terminology processing*. Amesterdão: John Benjamins Publishing Company, 1990.



CAPÍTULO 15

As marcas de angolanismos lexicais na variedade angolana: análise de *corpus*

José Baptista Adriano Victorino

Universidade Agostinho Neto – Angola
Liceu Samuel Lussati do Kunje-Bié – Angola

Introdução

Partindo do pressuposto de que cada povo é um povo, entendemos que a língua é um dos fatores identitários culturais que denunciam valores, hábitos e costumes de toda e/ou qualquer comunidade linguística. Olhando para a forma como os sujeitos falantes da nossa comunidade linguística se servem da língua para se comunicarem, vemos a riqueza que há no português falado em Angola ou simplesmente variedade angolana nos mais variados domínios linguísticos.

Se olharmos para o que se quer apresentar neste artigo, dar-se-á a entender, de forma objetiva, que se trata das particularidades linguísticas dos falares do português em Angola com suporte da teoria variacionista de Labov (2008). Segundo Sengo (2010, p. 22), a língua constitui uma entidade que evolui com o tempo, transforma-se e vai adquirindo formas próprias em função do seu uso por comunidades de falantes específicas; ou melhor, adquire novos valores sociolinguísticos, ligados às novas perspectivas da sociedade, que também muda.

Torna-se saudável o surgimento de unidades neológicas no léxico do português falado em Angola pelo fato de a língua ser heterogênea e expressar a cultura de um povo, olhando pela forma como a falam e pelo valor que atribuem às unidades lexicais. Há um conjunto de unidades neológicas no léxico do português falado em Angola que marcam a angolanidade e, deste conjunto, poderemos apresentar aquelas que, na visão de Sacanene (2020), são consideradas como angolanismos pelo fato de advirem das línguas bantu faladas em Angola e resultarem da interferência linguística. Doravante, neste artigo, estas unidades lexicais serão consideradas angolanismos. Estes angolanismos chegam a traduzir, até certo ponto, uma ideia mais concreta tendo em conta o tom semântico que estas unidades acarretam das línguas de origem.

Depois de vários séculos de convivência linguística entre o Português e as línguas nacionais, hoje, o português em Angola transformou-se numa “língua nova”, com sotaque próprio, diferente do de Portugal e do Brasil; recorre constantemente a unidades lexicais e a expressões do quimbundo e de outras línguas angolanas, sobretudo quando quer expressar factos ou realidades socioculturais que o Português não possui e, às vezes, em determinados tipos de discursos, quando quer produzir efeitos estilísticos, dando ênfase a determinada expressão (Costa, 2015, p. 58).

Quando nos referíamos ao tom semântico que os angolanismos possuem, estávamos justamente a querer refletir ou trazer esta abordagem relativamente aos efeitos estilísticos que estas unidades lexicais possuem das línguas de origem que enfatizam os discursos, diferentemente das unidades lexicais do português europeu em situação de comunicação com a nossa realidade. Segundo Silva (2015, p. 25),

recordamos que a língua é uma entidade dinâmica. Da mesma forma que se constata evoluções no con-

texto de uma realidade cultural, no caso, heterogênea, incorporando a modernidade e novas formas de representação linguística dessa mesma realidade, de igual modo se deve reconhecer a contribuição dada pelos vários grupos de falantes da língua Portuguesa para a construção de formas distintas de a representar. Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre as pessoas, pela necessidade de estabelecer um patamar de compreensão em que todos se insiram.

O presente artigo, que versa sobre marcas de angolanismos do português variante angolana, tem como objetivo geral compreender o funcionamento das unidades lexicais típicas do português variante angolana; e como objetivo específico definir angolanismos e descrever o seu funcionamento. O tema é de extrema importância porque é um suporte científico que de certa forma vai contribuir para o conhecimento científico das unidades lexicais típicas no português falado em Angola que há muito se tem debatido sobre a sua existência/inexistência, e nós nos propusemos a apresentar as suas marcas por meio de textos da imprensa angolana.

Do ponto de vista estrutural, o artigo é composto de oito pontos, isto é, introdução, quadro conceptual e seus subtítulos, neologismos e sua classificação, situação atual do português em Angola, o léxico contemporâneo do português/variante angolana, angolanismos, constituição do *corpus* e considerações finais.

1 Variação e mudança linguística

Antes de falarmos da variação e mudança linguística, gostaríamos de dizer que a língua como sistema é dinâmica pelo fato de no seu estudo não descorar os aspectos extralinguísticos que são estudados por Labov (2008) na teoria variacionista e não só. A teoria laboviana traz uma abordagem heterogênea da língua porque a mesma não deve ser estudada somente em si mesma, pois a língua não existe

sem as pessoas que a falam, por isso, é necessário relacionar também o valor social que ela possui. E como há esta relação entre a língua e a sociedade, os fatores extralinguísticos como nível de escolaridade e nível socioeconômico dos falantes poderão contribuir na dinamização da língua pelo fato de estes fatores condicionarem de forma direta a língua a adequar-se ao contexto de fala, a época e outros na tentativa de facilitar a comunicação entre membros da comunidade linguística.

É através da língua que o ser humano formula o seu enunciado de modo a exteriorizar o seu pensamento e, por ser um instrumento de interação social, procura dialogar com outros componentes sociais. A língua está suscetível à variação e mudança pelo seu caráter dinâmico nos seus variados domínios (fonético, morfológico, sintático, semântico, lexical e pragmático).

A variação linguística denota as formas diversas de falar a mesma língua, isto é, de acordo com vários fatores linguísticos e extralinguísticos que incidem no/sobre o sistema, fará com que cada comunidade linguística realize essa língua de forma diferente. Por conta disso, temos, atualmente, variantes diversas do português como brasileira, angolana, moçambicana, etc. Para Delbecque (2006, p. 270), “a variação linguística é um fenómeno que indica que a língua não é homogênea, mas que é feita de um conjunto de subsistemas ou variedades que apresentam entre si divergências mais ou menos importantes”. Para Mateus e Cardeira (2007, p. 80),

a variação é um fenómeno presente em todas as línguas naturais, encaradas como sistemas dinâmicos, e que se traduz pela diversidade de seu uso pelos falantes. As línguas variam no tempo (variação diacrónica) esta variação é estudada pela linguística histórica, no espaço geográfico (variação diatópica) um fenómeno estudado pela dialetologia, a sociolinguística se ocupa da variação na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica).

A mudança linguística designa a alteração fonética, lexical e sintático-semântica de uma língua ao longo do tempo. Como se sabe, a língua não é estanque, pois está em constantes transformações por conta de fatores de várias ordens. Pois, pode-se perceber que a língua não é um sistema uniforme nem homogêneo pelo fato de ser feita por um conjunto de subsistemas ou variedades que apresentam divergência entre si. Entretanto, a mudança não deve definir a variação de um sistema linguístico, mas o contrário é possível registrar variações sem se observar mudanças.

2 Neologismos e sua classificação

A criação de novas unidades lexicais e/ou atribuição de novos significados que se registam numa determinada língua viva surgem por causa de vários fatores. Como se sabe, a neologia é o processo de formação de novas unidades lexicais ou atribuição de novos significados a uma unidade lexical para designarem novas realidades e o neologismo é o resultado deste processo. Pois, cada vez mais cresce o interesse de estudo dos fenómenos que surgem do léxico português da variante angolana.

Atualmente, o léxico do português culto falado em Angola apresenta várias unidades neológicas tanto formais como semânticas. Do ponto de vista classificatório, os neologismos classificam-se em: neologismos de forma ou morfológicos e neologismos de sentido ou semânticos.

2.1 Neologismos formais e semânticos

Ao emprego de novas palavras, derivadas, ou seja, aquelas formadas a partir de outras já existentes, na mesma língua ou não, chamamos de neologismo. Para Chicuna (2009, p. 47-48), “os neologismos morfológicos subdividem-se em dois grupos: os internos (criação le-

xical dentro da própria língua) e externos ou empréstimos externos (criados através da importação de outras línguas)”.

A atribuição de um novo significado a um significante remete-nos a neologismos semânticos. Segundo Sengo (2010, p. 25), “[...] o neologismo semântico corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, atribui-se ao significante um conteúdo que não tinha anteriormente, quer esse conteúdo seja conceptualmente novo, quer tenha sido até então expresso por um outro significante”.

As unidades lexicais: **gasosa**, **só** e outras possuem novas acepções em Angola tendo em conta a nossa realidade sociolinguística. **Gasosa**, para nossa comunidade linguística, significa também “suborno” e **só** significa também “por favor” (cf. Ferreira, 2018).

3 Situação atual do português em Angola

Atualmente, o português em Angola não é visto nem tido como era anteriormente, língua do colonizador. Pois hoje o português atingiu um estatuto de língua nacional, para além da língua do colonizador, oficial e veicular, porque já faz parte do mosaico cultural angolano, visto que já há um bom número de falantes que a têm como língua materna.

Pesou para tal tomada de decisão o fato das línguas angolanas de origem africana possuírem uma zona de difusão circunscrita limitando-se cada uma delas a um determinado ponto do território nacional – o que, por si só, constituía um obstáculo para o desígnio da unidade nacional. A solução passou pela seleção de uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto. A L.P era a língua de ninguém, portanto, a língua de todos. Desde essa altura, passa a associar-se à LP a designação de LO, por ser o meio pelo qual se contactam as entidades e as instituições administrativas do Estado independente e por ser a

língua veicular para todo o Sistema de Ensino (Panzo, 2013, p. 50).

Para além da Língua Portuguesa ser oficial em Angola, isto é, língua de escolaridade, da administração e da unidade nacional, também é tida como língua veicular e nacional. Pois, designa-se por língua veicular aquela através da qual uma população plurilíngue comunica-se entre si nas suas relações interpessoais, sociais e comerciais, essencialmente. Segundo Muanza (2010, p. 61),

[...] o Presidente da República de Angola, uma das instituições do Estado angolano, em discurso proferido no dia 11 de Setembro de 2006, no âmbito do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, afirmava: Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adotada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, afirma-se tendencialmente como língua nacional em Angola [...].

Percebe-se o pensamento do ex-presidente de Angola Engº José Eduardo dos Santos, quando afirmou publicamente que atualmente a língua portuguesa em Angola ostenta o estatuto de língua nacional, visto que já faz parte do mosaico cultural do país. Em linhas gerais, a língua nacional pode-se entender como a língua falada por um povo de um território determinado e, por refletir uma determinada herança étnico-cultural, representar um elemento caracterizador de uma consciência nacional.

4 O léxico contemporâneo do português/variante angolana

O léxico contemporâneo do português falado em Angola está cada vez mais a enriquecer, visto que se registram, a cada dia que passa, novas entradas de unidades lexicais, tudo porque o contato das línguas

nacionais de origem bantu com o português, que vêm mantendo-se desde a chegada dos portugueses na foz do Rio Zaire, dá esta abertura. Relativamente aos estudos rigorosos destas unidades lexicais que hoje fazem parte do léxico contemporâneo do português variante angolana, datam entre os finais do século XX e início do século XXI, como descreve Undolo (2016): “Foram reunidas obras que revelam alguns sinais de variação e mudança no PA, [...] nomeadamente os estudos de Marques (1983), Carrasco (1988), Costa (1997), Mingas (1998), Barros (2002), Cabral (2005) Gregório (2006) [...]” (Undolo, 2016, p. 61).

Baseando-se na ideia de atualização do léxico, que é fruto das necessidades comunicativas, tendo em conta a época, tem sido aceite, é visível esta aceitação por esta comunidade linguística, o uso das seguintes unidades lexicais no português da variante angolana no processo comunicativo (cf. Sacanene, 2020; Undolo, 2016).

Quadro 1 – Unidades lexicais usadas no português culto de Angola

Unidades Lexicais	Artigo/Definição	Contexto
Banga	s.f. Vaidade	Aquele kota tem muita <i>banga</i> .
Kota/Cota	adj. Mais velho/a	Gostei do discurso da <i>kota</i> Cecília.
Zungueira	adj. Vendedeira ambulante	A <i>zungueira</i> não fez nada, mas foi agredida?
Kumbu/ Cumbu	s.m. Dinheiro	Guarda bem o meu <i>kumbu</i> , kota.
Comer dinheiro	v. Gastar	Este carro está a me <i>comer dinheiro</i> .
Chumbar	v. Reprovar ou rejeitar	A proposta do professor foi <i>chumbada</i> pelo director.
Quingla	adj. Cambista ambulante	Aquele <i>quingla</i> não sabe trabalhar.

Kimbandeiro	<i>adj.</i> Curandeiro ou feiticeiro	Soube que aquele kota é <i>kimbandeiro</i> . Tenha cuidado!
Maka	<i>s.f.</i> Problema	Não procura <i>maka</i> onde não há.
Cambuta	<i>adj.</i> Baixo/a	O José não é tão <i>cambuta</i> .
Mambo	<i>s.m.</i> Coisa, assunto ou problema	José, não quero me meter <i>nesse mambo</i> .

Fonte: Dados da pesquisa

Neste quadro há, de forma diminuta, a demonstração de unidades lexicais que fazem parte do léxico ativo do português variante angolana. Pois o uso das mesmas não tem sido exclusivo, isto é, em contextos informais, mas também em contextos formais de comunicação por conta do que já dissemos – o valor semântico que elas carregam da língua de origem. Portanto, o que os pesquisadores nacionais pretendem é normatizar o que já é normal em Angola.

Quadro 2 – Expressões nominais de uso quotidiano

Nome e Adjetivo	Significado
<i>Ndengue</i>	Indivíduo de idade inferior, criança
<i>Candengue</i>	Criancinha
<i>Ngombidi/ngombela</i>	Mulherengo, violador
<i>Nguvulo</i>	Indivíduo diplomata ou responsável
<i>Muangolé</i>	Indivíduo de origem angolana, angolano
<i>Banda</i>	Terra de origem
<i>Zongola</i>	Difamação, mexerique
<i>Mbunda/bunda</i>	Quadris, nádegas, rabo
<i>Nduta</i>	Condutor
<i>Turum</i>	Moto
<i>Desbunda</i>	Diversão, distração, entretenimento
<i>Mambo</i>	Utensílio, coisa, objeto

<i>Ngapa</i>	Feiticeiro/a
<i>Muadié</i>	Indivíduo, fulano, tipo

Fonte: Zau (2011, p. 73-74)

Este estudo relativo aos neologismos no português da variante angolana tem sido alvo de muitos pesquisadores angolanos e não só como já nos referíamos. Ora, vamos apresentar pesquisadores que se têm dedicado bastante a estes estudos:

Zau (2011) aborda sobre “a língua portuguesa em Angola – um contributo para o estudo da sua nacionalização”; Quivuna (2013) trata sobre “lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna: estudo de caso”; Costa (2015) traz uma abordagem excelente sobre “umbundismos no português de Angola”; Undolo (2016) aborda temas pertinentes sobre “a norma do português em Angola”; Sacanene (2020) discorre sobre “os angolanismos no português” e tantos outros que não mencionamos.

Portanto, nota-se que a intenção de todos os pesquisadores, nacionais e alguns internacionais que percebem que já é hora de os angolanos terem autonomia linguística, em estudar os fenômenos linguísticos nos mais variados domínios, prima-se na tendência de se criar a norma desta variante linguística assim como aconteceu com o Brasil.

Em Angola, tem sido normal o uso de um conjunto de unidades lexicais provenientes das línguas bantu de expressão angolana no léxico do português com uma tendência de, quiçá, normatizar, porque já é normal esta variante pelo fato de estar a permitir aos sujeitos falantes desta comunidade linguística uma comunicação mais afetiva e expressiva. Se lermos as abordagens de Sacanene (2020), poderemos entender, de forma clara e precisa, os argumentos que se levantam para a análise de angolanismos.

Entende-se que os **angolanismos** se referem às unidades lexicais dicionarizadas ou não, provenientes das línguas bantu faladas

em Angola em uso no léxico ativo do português. O seu surgimento decorre do contato entre as línguas locais e o português europeu, tendo como resultado desse contato o português da variante angolana, que possui as suas especificidades nos mais variados domínios de análise. O conceito de angolanismo conheceu, ao longo do seu processo de formação e de consolidação, várias designações, nomeadamente: regionalismos (Ribas, 2014) e africanismos (Hamilton, 1975) e começa como movimento de reivindicação fruto da perseguição sistemática aos artistas nacionalistas que clamavam pela liberdade e pela independência do povo angolano (Sacanene, 2020, p. 150).

5 Constituição do *corpus*

Para a elaboração desta pesquisa tivemos de realizar uma busca minuciosa de materiais, fazer o levantamento de dados para a constituição do *corpus* a partir de textos escritos da imprensa angolana para descrever os fenômenos que ocorrem naturalmente no português falado em Angola. O *corpus* de análise desta pesquisa foi constituído por um conjunto de textos extraídos em jornais nacionais *online* e nas obras de Boaventura Cardoso, especificamente, *Mãe Materno Mar* e *Noites de Vigília*; *Jornal de Angola* e *Notícias de Angola* num período de dois meses, isto é, os textos *online* foram extraídos no dia 30 de junho de 2023 dos jornais ora referidos até a dia 2 de agosto. Buscamos na Biblioteca textos das obras de Cardoso.

Quanto à representatividade, o *corpus* de análise foi constituído por 20 textos, dos quais 8 *online*, extraídos do *Jornal de Angola* e *Notícias de Angola*, e 12 extraídos das obras de Cardoso (2006 e 2014). Para o presente capítulo, procuramos analisar 13 unidades lexicais. Primeiramente, procuramos analisar apenas aquelas unidades oriundas das línguas bantu e que pertençam ao léxico ativo do português variante angolana e de seguida, procuramos analisar as formas de pluralização destas unidades lexicais.

5.1 Procedimentos metodológicos

De acordo com a natureza de pesquisa do presente trabalho, tivemos de selecionar os métodos de revisão bibliográfica e descritivo para a sua elaboração porque são os mais adequados para a linguística de *corpus*. Severino (2014) apresenta-nos uma abordagem sobre a pesquisa bibliográfica que nos ajuda a entender como é feita esta pesquisa, pois sabe-se que se refere àquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos como livros, artigos, teses, jornais etc. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A pesquisa descritiva procura analisar a frequência de ocorrência de um fenômeno, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, sem manipulá-lo. Tem como finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos que surgem de forma espontânea. Para a concretização da pesquisa, tivemos de usar os seguintes instrumentos: um computador e um telemóvel que nos permitiram acessar os *sites*, selecionar, copiar e colar noutra página do Word os textos de jornais *online* para o seu devido tratamento.

5.2 *Corpus* de análise

Olhando para a orientação dos métodos selecionados que nos orientam a apresentar os textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico e a partir dos quais desenvolvermos a investigação e a sua devida análise, apresentamos o *corpus* de análise da nossa pesquisa que é um elemento importante para análise linguística de *corpus*:

Ex. 1: “Entre os mutilados se fez silêncio. As palavras do **kota** Lau tinham calado fundo nos corações de todos os presentes. O mutilado da perna esquerda tinha perdido o seu ar arrogante e olhava quão sério para o **kota** mutilado” (Cardoso, 2014, p. 81).

Ex. 2: “Quem governa tem a livre oportunidade ainda que fingida, de se esquecer de seus irmãos, mas nunca pode se esquecer, que onde há asar até o **Funji** frio pode lhe queimar” (Jornal Notícias de Angola, 2020).

Ex. 3: “Durante a visita as infraestruturas dos **Kandengues** Cientistas, no Município de Viana, Crispiniano dos Santos apelou igualmente as Jovens mulheres, adolescentes e crianças a permanecerem dinâmicos para a criação de projectos que venham a beneficiar as suas famílias” (Jornal Notícias de Angola, 2022).

Ex. 4: “Para além dos passageiros e dos operários, tinham vindo gentes das **sanzalas** vizinhas que tinham ouvido falar das quatro mortes. [...]” (Cardoso, 2006, p. 56).

Ex. 5: “Acrescentou que o sequestro dos menores era do consentimento dos pais (mãe e padrasto), que alegam que os menores se encontravam na ‘mata’, há mais de três meses, para serem tratados pelo **kimbandeiro** e deixarem de praticar atos de feitiçaria” (Jornal de Angola, 2023).

Ex. 6: “[...] da **Mulemba** foi fundado no dia 10 de setembro de 2011. Inicialmente preenchendo as actividades Poesia na **Mulemba** uma produção da Universidade Hip-hop e o colectivo Levar’te” (Jornal Notícias de Angola, 2022).

Ex. 7: “Que os cavalheiros e as damas vinham todos pinocas, pipis, as **bangas** todas, ih! Só o estilo! os brilhantes outros, hum! As pulseiras e os fios, hum! Os dourados dentinhos nalgumas importantes bocas, hela! [...]” (Cardoso, 2006, p. 41).

Ex. 8: [...] “sempre que morresse um alto dirigente lá das sóvias e arredores, era uma choradeira quase total e perfeita só faltando mesmo finalizar o luto com **kombas** à nossa moda” (Cardoso, 2014, p. 132).

Ex. 9: “Para cúmulo de toda a desgraça, não lhe roubaram também a discoteca enriquecida com as novíssimas **ketas** que o Profeta lhe tinha conseguido ainda lhe milagrar?” (Cardoso, 2006, p. 289).

Ex. 10: “[...] O Jornalista Caco Barcellos foi ao Hospital Sírrio-Libanês, onde no ano passado foi criado o Núcleo de **Liamba** para medicina. Lá, encontrou Ana Victória, de apenas quatro anos” (Jornal Notícias de Angola, 2022).

Ex. 11: “Eh! Papá Simon, acorda para a vida! Desperta! **Balumuca!** **Balumuca!**” (Cardoso, 2006, p. 164).

Ex. 12: “[...] as formigas, as baratas e os ratos já tinham iniciado o delicioso banquete! **Mba!** Que ele xingou então muito feio nas mãos de toda aquela doçura de bicharada!” (Cardoso, 2006, p. 64).

Ex. 13: “[...] um camarada a representar o Partido e o pai da noiva até no cemitério com os seus aqueles sobranceiros ares. **Aka!** Que gente! Alguém que bateu as palmas e pediu silêncio” (Cardoso, 2006, p. 59).

Como se pode observar nos exemplos apresentados, há a presença de marcas lexicais na variedade angolana. Algumas destas unidades lexicais como “liamba”, “ketas”, “kombas”, “kotas” entre outras, são provenientes das línguas angolanas. Angola tem uma diversidade linguística que influencia de certa forma na formação da variedade angolana de português. Os empréstimos lexicais ocorrem quando uma unidade lexical passa de uma língua “A” para uma “B”. Essa passagem, de acordo com Timbane (2013) pode ser “de luxo” ou “necessária”. Um empréstimo “de luxo” ocorre quando a unidade lexical proveniente da língua “B” já existe na língua “B”. Ex.: “kota” (velho), “candengues” (meninos). Já o empréstimo “necessário” ocorre quando a unidade le-

xical proveniente da língua “B” inexistente na língua “A” (Timbane, 2013). É o caso das palavras “mulemba” (espécie de grande figueira de Angola) e “kombas” (cerimónia de encerramento de velório).

5.3 Apresentação dos angolanismos identificados

De acordo com os resultados apresentados anteriormente, podemos dizer que há um enriquecimento exponencial no léxico do português falado em Angola, tudo fruto deste contato linguístico. A seguir, apresentamos os quadros com as suas devidas abordagens.

Quadro 3 – Angolanismos identificados no *corpus* de análise

Nº	Unidades Neológicas	Artigos/Definição
01	Aka	<i>Interj.</i> Oh!, safá!
02	Balumuca	v. Levanta-te
03	Bangas	<i>s.f.</i> Vaidades
04	Funji	<i>s.m.</i> Prato típico da culinária angolana
05	Kandengues	<i>Adj.</i> Meninos/as
06	Ketas	<i>Adj.</i> Boas músicas
07	Kimbandeiro	<i>adj.</i> Curandeiro, feiticeiro
08	Kombas	<i>s.m.</i> Cerimônia de encerramento de óbito
09	Kota	<i>adj.</i> Mais velho/a
10	Liamba	<i>s.f.</i> Cânave, canábis
11	Mba!	<i>Interj.</i> Ora essa!
12	Mulemba	<i>s.f.</i> Espécie de grande figueira de Angola
13	Sanzalas	<i>s.f.</i> Povoação, povoação composta de casebre

Fonte: Dados da pesquisa

Apresentamos neste quadro o conjunto de unidades lexicais selecionadas ou identificadas a partir do *corpus* de análise com os seus

valores semânticos. Estes angolanismos exprimem, no seu quadro semântico, valores comunicativos muito particulares, pois exprimem o que traduzido em português não exprimem. Por isso alguns angolanos preferem o uso destas unidades nos seus atos comunicativos diferentemente das que têm origem europeia.

Quadro 4 – Plural dos angolanismos à regra do português europeu

Singular	Plural
Banga	Bangas
Kandengues	Kandengues
Keta	Ketas
Komba	Kombas
Sanzala	Sanzalas

Fonte: Dados da pesquisa

Este quadro apresenta um processo de pluralização de unidades lexicais de origem bantu à regra do português europeu. Do ponto de vista estrutural, alguns angolanismos apresentam uma estrutura diferente da proveniência das unidades lexicais e do português, dito de outro modo, estas unidades lexicais apresentam uma alteração de afixos da língua originária e adotam uma estrutura que se adapta ao português e permite o processo de pluralização à regra do português europeu.

Pelo que se tem estado a acompanhar pela imprensa angolana, os sujeitos falantes – quer cultos ou não – da nossa comunidade linguística usam estas unidades lexicais, concretamente angolanismos, nos seus discursos, quer orais, quer escritos, com normalidade pelos valores semânticos e afetivos que carregam.

Portanto, este artigo poderá servir de base às pesquisas relativas aos angolanismos para outros pesquisadores que queiram fazer estudos voltados a este domínio e domínios afins. Como se não bastasse,

poderá contribuir também para o conhecimento científico-lexicológico da realidade angolana.

6 Considerações finais

Com base na análise dos resultados obtidos a partir do *corpus*, pode-se dizer que há de fato a existência de angolanismos no léxico do português variante angolana. Este fenômeno surge a partir da convivência linguística entre o português europeu e as línguas nacionais, dando origem a uma variante diferente do português europeu, brasileiro e moçambicano, visto que possui um sotaque próprio, do ponto de vista fonético, e outras características nos mais variados domínios.

E nos discursos, orais ou escritos, nos mais variados contextos de falantes cultos ou não, tem sido uma prática constante tendo em conta a nossa realidade sociolinguística, tudo porque tem facilitado o processo comunicativo entre os interlocutores nativos pelo fato de estas unidades lexicais conterem um tom semântico mais afetivo e expressivo que às vezes o português europeu não possui.

Portanto, deu para comprovar também que do ponto de vista estrutural, alguns angolanismos apresentam alterações consideráveis nos morfemas da língua originária no processo de pluralização e adotam uma estrutura que se adapta ao português, isto é, à regra do português europeu como é o caso de “kandengues”.

Referências

- CARDOSO, B. *Mãe, materno mar*. 2. ed. Luanda: Chá de Caxinde, 2006.
- CARDOSO, B. *Noites de Vigília*. Luanda: Texto Editores, 2014.
- CHICUNA, A. M. *Tratamento lexicográfico dos portuguesismos em Kiombe*. 2009. 229f. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

CONFLITO de Terra Intergeracional em Angola. *Notícias de Angola*, 2020. Disponível em: <https://noticiasdeangola.co.ao/etiquetas/intergeracional-em-angola/> Acesso em: 30 jun. 2023.

COSTA, T. M. C. J. da. *Umbundismos no Português de Angola proposta de um dicionário de umbundismos*. 2015. 241f. Tese (Doutorado) – Universidade Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015.

CRISPINIANO dos Santos garante apoio aos Kandengues Cientistas de Viana. *Notícias de Angola*, 2022. Disponível em: <https://noticiasdeangola.nuvemdoc.com.br/crispiniano-dos-santos-garante-apoio-aos-kandengues-cientistas-de-viana/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DELBECQUE, N. *A linguística cognitiva*. Lisboa: Instituto Piaget-Lisboa, 2006.

FERREIRA, K. A. J. *Plurifuncionalidade pragmático-semântica do morfema só na Variedade Angolana do Português*. 2018. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Beira do Interior, Covilhã, 2018.

FIGUEIREDO, J. Crianças maltratadas resgatadas pela Polícia. *Jornal de Angola*, 2023. Disponível em: https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20230118/281681143993152?srsId=AfmBOoo0Yhxd48MjIWtumfbWpEr8NtcqqBSJj_acR9eftqWkBBdFoxu7. Acesso em: 30 jun. 2023.

GRUPO teatral jovens da Mulemba exhibe “Caso Sexta-Feira 13”. *Notícias de Angola*, 2022. Disponível em: <https://noticiasdeangola.co.ao/grupo-teatral-jovens-da-mulemba-exibe-caso-sexta-feira13/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

HAMILTON, R. G. *Voices from na empire*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATEUS, M. H.; CARDEIRA, E. *Norma e variação*. Lisboa: Caminho, 2007.

MUANZA, M. *Caderno de Estudos Literários e Linguísticos*. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

PANZO, J. B. I. *As representações dos professores sobre o português língua segunda: linhas de actuação*. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola. 2013. 279f. Tese (Doutorado) – Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2013.

PROFISSÃO repórter conta histórias de pessoas que usam Liamba para tratamento. *Notícias de Angola*, 2022. Disponível em: <https://noticiasdeangola.nuvemdoc.com.br/amp/profissao-reporter-conta-historias-de-pessoas-que-usam-liamba-para-tratamento/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUIVUNA, M. *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna – estudo de caso: Escola do 2º Ciclo da Cidade do Wizi*. 2013. 254f. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2013.

RIBAS, O. *Dicionário de regionalismos angolanos*. Luanda: Fenacult, 2014.

SACANENE, B. S. *Análise do funcionamento dos angolanismos no léxico do português*. 2020. 293f. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Minho, 2020.

SENGO, A. G. S. *Processos de enriquecimento do léxico do português de Moçambique*. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010.

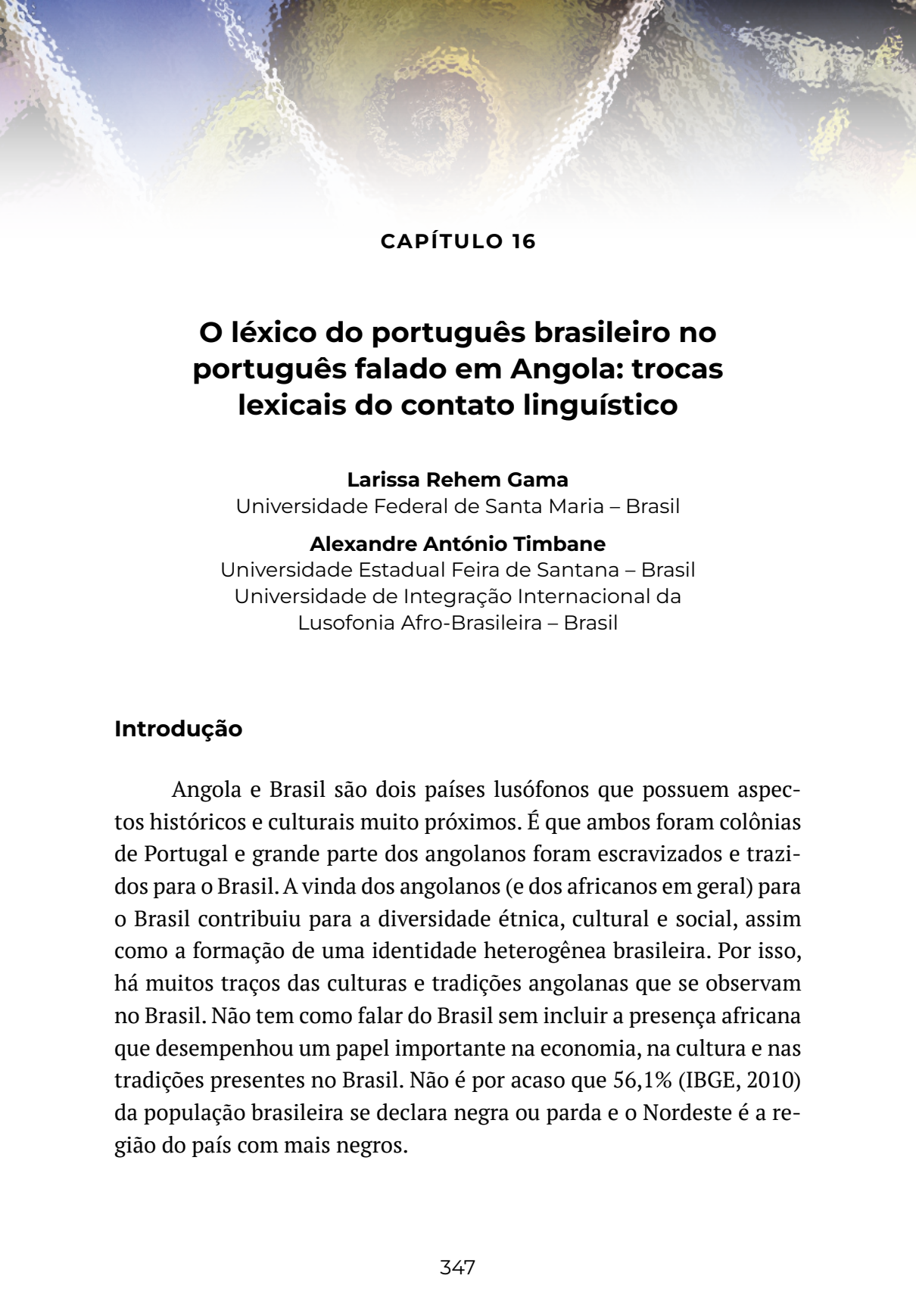
SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SILVA, A. P. G. M. da. *Lexicografia bilingue de especialidade e-dicionário português-kimbundu no domínio da saúde*. 2015. 206f. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015.

TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. 2013. 318 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

UNDOLO, M. *A norma do português em Angola: subsídios para o seu estudo*. Caxito: Editora ESP-Bengo, 2016.

ZAU, D. G. D. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. 204f. Tese (Doutorado) – Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã.



CAPÍTULO 16

O léxico do português brasileiro no português falado em Angola: trocas lexicais do contato linguístico

Larissa Rehem Gama

Universidade Federal de Santa Maria – Brasil

Alexandre António Tímpane

Universidade Estadual Feira de Santana – Brasil

Universidade de Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

Introdução

Angola e Brasil são dois países lusófonos que possuem aspectos históricos e culturais muito próximos. É que ambos foram colônias de Portugal e grande parte dos angolanos foram escravizados e trazidos para o Brasil. A vinda dos angolanos (e dos africanos em geral) para o Brasil contribuiu para a diversidade étnica, cultural e social, assim como a formação de uma identidade heterogênea brasileira. Por isso, há muitos traços das culturas e tradições angolanas que se observam no Brasil. Não tem como falar do Brasil sem incluir a presença africana que desempenhou um papel importante na economia, na cultura e nas tradições presentes no Brasil. Não é por acaso que 56,1% (IBGE, 2010) da população brasileira se declara negra ou parda e o Nordeste é a região do país com mais negros.

Os resquícios dos africanos são visíveis em várias áreas: (i) na **religião**: umbanda, candomblé, afoxé, babalorixá, macumba, terecô, xangô, omolocô, cabula, babaçuê; (ii) na **culinária**: caruru, vatapá, azeite de dendê, feijoada, cocada, pamonha, açaçá, quibebe, mungunzá e claro, o famoso acarajé; (iii) na **música e na dança**: aculelê, congada, maracatu, ciranda, samba, jongo, carimbó, o maxixe, ojexá, lambada, maculelê, marabaixo, bumba-meu-boi, cacuriá, marujada, afoxé, maracatu, congada, lundu e a capoeira; (iv) nos **instrumentos**: tambor, atabaque, cuíca, marimba e berimbau.

Vários estudos, como os de Almeida, Abreu, Barreiros (2020), Bonvini (2009), Fiorin e Petter (2008), Galves (2008), Galves, Garmes e Rosa Ribeiro (2008), Mattos e Silva (2008), Naro e Scherre (2007), Pessoa de Castro (2005, 2009), foram desenvolvidos sobre o contributo dos africanos na formação da identidade linguística brasileira. A presente pesquisa caminha para o sentido contrário, analisando as interferências do português brasileiro na variedade angolana do português no século XXI, buscando entender o impulso das tecnologias e da mídia nas interferências do português brasileiro no PA.

Vivemos numa aldeia global em que as informações se espalham facilmente no mundo por meio das redes sociais e da mídia, desempenhando um papel preponderante nas trocas linguísticas entre pessoas vivendo em espaços geográficos distintos. Os brasileiros e os angolanos interagem linguisticamente falando por meio das telenovelas, da música, dos canais televisivos e pela religião, o que nos faz levantar a seguinte pergunta: quais os traços lexicais da variedade brasileira que se deslocaram do PB para o PA? O nosso interesse recai sobre a realidade da língua portuguesa falada no território angolano, buscando compreender quais os aspectos para esse compartilhamento da variedade.

O português é língua oficial de Angola (Art. 19º, Constituição, 2010) e do Brasil (Art. 13º, Constituição, 1988), língua de poder que une os angolanos na diversidade linguística, usada na educação e na fun-

ção pública. Uma língua oficial tem mais poder e espaço do que aquela que não é. Uma língua oficial tem mais possibilidades de se expandir e popularizar-se, assim como a criação de instrumentos legitimadores, como é o caso de dicionários e gramáticas. Mas infelizmente estes instrumentos ainda não foram criados na variedade angolana. O Brasil já os possui.

Todas as sociedades humanas possuem uma língua e cada língua carrega uma identidade. De acordo com Santos e Timbane (2020, p. 43), “a identidade não é fixa, está em constante variação e mudança a depender das situações experienciadas por cada ator social”. Por essa razão, a identidade precisa ser afirmada e reafirmada dependendo das coordenadas do meio ou das situações experimentadas pelo ator social (Santos; Timbane, 2020). Por exemplo, um caipira, o identificamos pela forma como fala. O seu sotaque (fonologia/fonética), o seu vocabulário, a sua sintaxe são próprios e característicos. De acordo com Picinato de Carvalho (2019), o caipira é caracterizado pelo emprego da variante “r” como retroflexa, como nos casos de rotacismo e vocalização. A autora explica que

Quando a mídia representa o “caipira” de maneira semelhante à figura do Jeca Tatu, o morador do interior nem sempre (ou nunca) se sente representado pela imagem estereotipada que é veiculada na telinha e quando questionado sobre o fato de ser ou não “caipira”, provavelmente, negará pertencer a esse grupo. Isso ocorre porque os estereótipos são, em sua maioria, avaliações de cunho pejorativo cujo objetivo é fazer julgamentos, favorecendo o aparecimento e a perpetuação de atitudes discriminatórias (Picinato de Carvalho, 2019, p. 6).

A língua pode ser instrumento opressor quando oprime e exclui o outro, quando discrimina o outro, quando impede o acesso às oportunidades sociais, econômicas e políticas (Timbane; Mendonça Rezende, 2016). Mas a língua também é opressora e discriminatória. A discrimi-

nação começa a partir do momento em que os colonizadores rotularam as línguas locais que encontraram já em circulação nas colônias. Essas línguas eram chamadas pelos colonos de dialetos, pretoguês ou língua de cão, tal como Mingas explica:

a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de pretuguês, o que levava muitos dos estudantes africanos a coíbiem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados (Mingas, 2021, p. 17).

Esta questão é preocupante uma vez que a variabilidade linguística é inerente à língua. O **pretoguês** não é uma outra língua. Trata-se da mesma LP, mas em outra variedade. Então, falantes de outras variedades não deveriam ser punidas, excluídas, separadas, discriminadas nem desprezadas pelo outro de uma variedade diferente daquela que é usada em Portugal. A esse fenómeno, Marcos Bagno (1999) designa de “preconceito linguístico”.

Quanto às línguas locais não europeias, se pode dizer que não são selvagens porque se assim for considerado, estaremos cometendo o epistemicídio linguístico. O português no Brasil e em Angola foi imposto em princípio pelo colono e mais tarde pelas próprias nações por meio das Constituições. A convivência destes povos angolanos e brasileiros com as múltiplas línguas locais influenciou na formação do PA e brasileiro respectivamente, e isso se deu durante muito tempo de utilização do português, que com o passar do tempo foi se distanciando da variedade portuguesa fazendo surgir as variedades angolana e brasileira.

Angola é um país da parte Subsaariana da África, que teve grande destaque na exploração colonial portuguesa com um grande ápice

de exportação de mão de obra escravizada, conforme Caregnato (2010). Os portugueses chegaram ao país por volta do século XV; os povos que viviam naquela região eram os povos Bantu e uma das suas principais características era a língua (Caregnato, 2010). Depois da dominação colonial no país, as pessoas foram submetidas às regras dos portugueses e o ensino da língua portuguesa foi implantado no território como meio de investida para o apagamento das línguas maternas e uma tentativa fracassada de tornar o país monolíngue. A proibição da circulação da língua nativa não adiantou muito, pois até hoje as línguas locais são faladas no país.

Angola foi a nação africana que mais exportou escravizados para o Brasil; são destacadas na historiografia as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira. O presente estudo procura desenvolver uma análise das relações entre o Brasil e Angola no que tange ao compartilhamento da língua portuguesa que é comum nas duas nações. A mídia brasileira é responsável pela maior parte dessa presença linguística. Existem três aspectos principais, o primeiro deles são as novelas que entraram com força total no país, tornando-se assim uma grande potência influenciadora. A população angolana tem uma predileção por novelas brasileiras por tratarem de diversos assuntos do cotidiano, algumas delas com a temática bíblica.

O segundo ponto é a música, porque os cantores brasileiros são sucesso nas ‘paradas’ em Angola. Os angolanos têm predileção por músicas do gênero romântico – cantores como Roberto Carlos, Roberta Miranda, Zezé de Camargo e Luciano fazem grande sucesso no país –, mas um novo ritmo foi tomando conta da atualidade, o mais ouvido entre o mais jovem é o funk, influenciando muito a nova geração musical do país. Alguns cantores angolanos veem-se inspirados neste gênero musical para a criação de suas composições e batidas eletrônicas diferenciadas. O terceiro ponto são os conteúdos na internet: a população do país vem dando grandes visualizações nos vídeos e compartilha muito em suas redes sociais os memes brasileiros.

Vejamos que “O entendimento de influência está diretamente relacionado com o nível de expectativas e de idealizações da sociedade” (Paiva, 2010, p. 3). Entende-se por influência a ação que uma pessoa ou coisa exerce sobre a outra, e sabemos que a sociedade é formada por pessoas que influenciam e que são influenciáveis. O presente trabalho mostra a influência que uma língua pode ter sobre a outra, objetivando a influência do português brasileiro no PA. “A relação entre língua e sociedade apresenta influência mútua, pois através da linguagem se participa das relações sociais de poder e as mudanças na estrutura social são decorrentes da dinâmica dessas relações” (Silva; De Sousa Sousa, 2017, p. 1). Sabemos que as grandes mídias têm influenciado muito na sociedade angolana e isso vem se expandindo para a língua.

Em suma, o trabalho se justifica, partindo do princípio de que nenhuma língua é falada do mesmo jeito, a variação linguística é um fenômeno que ocorre em todos os idiomas, e que o português tem diversas variedades linguísticas onde são impressos fatores socioculturais e geográficos. Uma dessas variações encontramos nos diferentes falares do PA, do Brasil e de Portugal. Sabe-se que as línguas de Angola influenciaram a construção do português brasileiro (PB) devido ao período escravocrata.

Por exemplo, as palavras: *caçula*, *carimbo*, *fubá*, *marimbondo*, *quilombo*, *quitanda*, *xingar*, *caçamba*, *capanga* são exemplos das interferências dessas línguas africanas na formação do português brasileiro (Fiorin; Petter, 2008). Uma grande parte da população baiana era falante do kimbundu. A relação entre o português europeu e as línguas africanas criou uma nova variedade do português e assim o português, com características autóctones. No Brasil também foi assim. Os estudos de Almeida, Abreu e Barreiros (2020, p. 35) argumentam que “contribuição das línguas africanas ao PB é, de fato, evidente. Todavia, devemos considerar que lexias africanas compõem principalmente o vocabulário de contextos específicos”.

1 A variação do PA: mudanças lexicais

A língua se transforma e se adapta de acordo com diversos fatores conforme as intenções e necessidades de uso e das particularidades do falante. A variação linguística é um fenômeno que ocorre na língua, e este fenômeno pode ser compreendido por intermédio das mudanças históricas, sociais, regionais e de estilo, ou seja, no mesmo país, com o único idioma a nível nacional, a língua sofre diversas alterações pelos seus falantes. Segundo Miguel (2008), a variação com suas mudanças é particularidade intrínseca em qualquer sistema linguístico, pois os diversos usos das línguas ocorrem em função dos mais variados fatores, manifestam-se em todas as configurações de uma língua, nos aspectos fonéticos, morfosintáticos, semânticos e lexicais, sendo assim, uma língua não será homogênea (Miguel, 2008).

Vejamus que ao falar de variação linguística acabamos analisando também as mudanças linguísticas, pois os dois aspectos estão inteiramente ligados. Podemos observar que toda e qualquer língua tem suas normas linguísticas. Bernardo (2017) vem observando as duas tipologias de norma que ressalta e divide em objetiva e prescritiva. O autor vem destrinchando essas tipologias em duas vertentes: a **normal** que se refere a algo rotineiro, ou seja, corriqueiro, mas o **normativo**: refere-se a regras e modelos a serem seguidos. Podemos entender que, conforme as variedades linguísticas, a **variedade normal** é encontrada frequentemente nas produções textuais, já a **variedade normativa** é vista em determinados códigos ou regulações.

A língua, sendo um organismo vivo, vai se modificando à medida que a comunidade de fala varia, impulsionada pelas variáveis sociais. A variação do português em Angola é incentivada pelo contexto multilíngue, pela interação entre falantes de diversas línguas que estão em contato com o português. A variação linguística, de acordo com Miguel (2008), caracteriza um modo peculiar de uma língua. Porém, podemos analisar que isso nunca saiu do campo internacio-

nal, pois é explicitamente visível a diferença do português falado em Angola para o português falado em Portugal.

Os estudos de Sassuco (2021), Pedro (2021), Santana e Timbane (2021), Silva e Ganga (2021) e Naege (2021), entre outros, mostram que o PA existe. Os estudos publicados resultam de pesquisas que revelam que existe a variedade angolana de português. Dentro de Angola, a variação regional é muito perceptível. Sassuco (2021) cita que na zona Norte há influência da língua Kikongo (considerando todas as suas variantes) e os falantes do Kikongo têm tendência de realizar alguns sons do português como se fossem do Kikongo. Exemplo:

Quadro 1 – Palavras contendo /ʒ/

Palavras	PE	PA
<i>página</i>	[‘pɛʒina]	[‘pazina]
<i>moagem</i>	[mw’ɛʒɛ]	[muwazi]
<i>passagem</i>	[pɛ’saʒɛ]	[pasazi]
<i>abranger</i>	[ɛbrãʒir]	[abrãzir]

Fonte: Sassuco (2021, p. 26)

PE=Português Europeu PA=Português Angolano

Na Zona Leste até o Sudeste de Angola, Sassuco (2021) explica que há influência das línguas Cokwe, Ngangela, Luvale, Lwimbi, Lucaji. Por influência destas línguas, a fonologia fica assim:

Quadro 2 – Palavras com /b, p, g, t/ em várias posições

Palavras	PE	PA
<i>bandeira</i>	[‘bãdeʒɛ]	[‘mba ^a dera]
<i>bolacha</i>	[‘buleʒa]	[‘mbulaʒa]
<i>pato</i>	[‘petu]	[p ^a atu]
<i>peso</i>	[‘pɛzu]	[phezu]
<i>sofrimento</i>	[sɔf’rimɛtu]	[sofrime ^a du]
<i>gasosa</i>	[‘gɛzɔʒɛ]	[^a gagoza]

Fonte: Sassuco (2021, p. 28)

PE=Português Europeu PA=Português Angolano

Na região Sul (Centro e Sudoeste), as influências das línguas Umbundu, Olunyaneka, Oshikwanyama, Oshihelelo são as mais sonantes quando as pessoas falam português (Sassuco, 2021). Vejamos outros casos:

Quadro 3 – Palavras contendo /t, p, l, v/

Palavras	LPE	LPOA
<i>entender</i>	[ĩ'tẽder]	[ĩ ² de ² der]
<i>lâmpada</i>	[ˈlâpɛda]	[lâbada]
<i>livraria</i>	[ˈlivrɐrjɐ]	[ti'βraʎa]
<i>liberdade</i>	[li'berdɐdi]	[hiberdadi]
<i>ouvido</i>	[ˈowvidu]	[owβidu]
<i>alviceleste</i>	[ɐlv'iseleʃti]	[alβiseleʃti]

Fonte: Sassuco (2021, p. 29)

LPE=Português Europeu LPOA=Português de Angola

Finalmente, a região nordeste é predominada por falantes de Kimbundu atingindo as províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje e o norte do Kwanza Sul. Nestas províncias há ocorrência de empréstimos e interferências das línguas autóctones no português. Estas interferências no português são importantes na identificação da variedade local. Isso acontece porque “toda e qualquer língua modifica-se e o espaço geográfico pode ser um dos fatores, ou seja, a língua sofre alteração nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico” (Pedro, 2021, p. 48).

Analisaremos neste presente trabalho a língua falada em Angola e sua variação com isso, não levaremos em conta a sua norma-padrão, mas sim o agregado de valores socioculturais articulados com as diversas formas do português que não é padrão para a escrita, mas que segue o seu conjunto de regras para a reprodução e entendimento da sua língua. Analisa-se que a linguagem verbal é a forma de expressão mais eficaz, forma esta de expressão que se conecta com os indivíduos, trazendo clareza no seu enunciado, em uma conversação em que há entendimento mútuo.

2 Definição e características: variação como processo

A língua é um sistema extremamente organizado a ponto de que os falantes de uma mesma língua podem se comunicar independentemente de região, sexo e faixa etária. De acordo com “a linguagem pode ser considerada como um instrumento que serve para descrever e interpretar tanto o interior do ser humano quanto as coisas que o cercam” (Almeida; Oliveira; Souza, 2016, p. 92). A língua varia e esta variação é decorrente de diversos fatores, estes estão presentes dentro da sociedade e dentro da língua. Vejamos que “na sociolinguística, entendemos a língua como um sistema de regras, mas algumas regras são categóricas (regras que sempre se aplicam da mesma forma) e outras são variáveis (regras que se aplicam de modo variado)” (Coelho *et al.*, 2015, p. 13). O falante do português fala a mesma língua, mas determinados grupos obtêm características que os diferenciam uns dos outros, deste modo, caracteriza a fala de determinados grupos como variedade.

O mais comum entre as pessoas é a variedade culta, ou seja, esta variedade é associada às camadas mais altas da sociedade, língua esta que é usada por indivíduos escolarizados, a língua ensinada nas escolas usada e tida como padrão. Cada determinado grupo tem sua variedade, mas dentro destes grupos podemos analisar que os indivíduos não falam da mesma maneira, as formas são distintas. Este é o fenômeno da variação linguística, atividade pela qual a língua ocorre de duas formas mesmo dentro do mesmo contexto e permite que se permaneça o mesmo significado (Coelho *et al.*, 2015). Vejamos que dentro desta mesma linha de análises encontramos a variável e a variante, sendo **variável** o lugar da gramática na língua e encontramos a variação de maneira abstrata, já as variantes são formadas de forma individual e disputam pelas expressões da variável (Cezário; Votre, 2004; Labov, 2008).

Tratando de fenômenos em variação, podemos analisar a diferença entre o lugar da gramática que é ocupado pelas suas variáveis e a natureza de suas variantes. Vejamos que tratar de variação é trabalhar com diferentes níveis linguísticos que acontecem dentro das variações morfológicas, lexicais, fonológicas, sintáticas e discursivas. Vejamos que os fatores lexicais são intimamente ligados aos fatores extralinguísticos, sendo assim, ligados à cultura e história do seu povo.

Coelho *et al.* (2015) nos ajudam a entender estes fenômenos. Portanto, iremos analisá-los de forma separada para melhor compreensão. As grandes contribuições do estudo da variação do léxico vêm através dos estudos geolinguísticos que analisam as diferentes áreas linguísticas do português brasileiro, porém, com esse estudo podemos analisar o PA, usando o mesmo método que vai permitindo a análise da diversidade linguística encontrada a partir de questionários e mapeamentos. Contudo, vale ressaltar que nelas cada território apresenta sua caracterização específica e vocábulos, e que estes mesmos não são ocorrentes de outras regiões. Vejamos que todas as áreas lexicais não são delimitadas por fronteiras permanentes, ou seja, imutáveis, pois elas vão se sobrepondo entre os mais diversos falares e se intencionam.

A variação fonológica dá-se em diversos fenômenos do português, analisando o português brasileiro, vejamos que é de costume encontrar as trocas de fonemas que o falante faz, como entre o (lh) por (i) nas palavras: Palha trocasse por /Paia/, Mulher trocasse por /Muié/.

Esse fenômeno – chamado de despalatização – consiste na perda de palatização (< lh> passa para <i>: palha > palia), seguida de iotacismo (evolução de um som para a vogal /i/ ou para a semivogal correspondente: palia>paia. Existe uma aproximação entre os pontos de articulação da palatal (que na escrita representamos por <lh> e da semivogal /y/, o que justifica linguisticamente esta variação (Coelho *et al.*, 2015, p. 25).

Dentro da variação fonológica encontramos diversos casos de variação, conforme Coelho *et al.* (2015) vêm nos ajudando a entender este processo. Vejamos que a síncope, que é a suspensão de um segmento sonoro no interior da palavra, a monotongação é a transformação ou redução de um ditongo em uma única vogal, já o alçamento das vogais medias pretônicas, que é a elevação das vogais pretônicas por influência de uma vogal em sílaba subsequente, a epêntese vocálica é a emissão de uma vogal entre as consoantes, mas o rotacismo vem trocando a consoante (l) por (r).

Em nível de variação morfossintática, a variação perpassa por outros dois âmbitos, devido ao processo de interface que é recorrente nos casos em que uma variação abarca a outra, neste caso, quando a variação é ocorrida no âmbito do fonema e se expande para o âmbito do morfema, temos uma variação morfológica. Devido às quedas dos morfemas que também são fonemas. Mas quando a reação é dada no estabelecimento entre o pronome e verbo, estamos no campo da morfossintaxe, pois o pronome carrega o significado de pessoa do verbo e assim estas interfaces variam misturando com as fonéticas e sintáticas, mas quando as alternâncias forem entre os pronomes “tu” e “você” ou entre “nós” e “a gente” e caso de variação morfológica, pois é uma alternância de forma pronominal. É possível notar que a grande maioria dos casos de variação morfológica também são casos de variação morfológica ou morfossintática (Coelho *et al.*, 2015).

Variação sintática, conforme Coelho *et al.* (2015), é perceptível nas orações relativas, onde mostra que existem três construções que são os condicionadores por fatores extralinguísticos. Outro fenômeno desta variação é a posição do clítico em relação ao verbo, a próclise, ou seja, posição verbal que vem sendo trocada nas orações. Na variação discursiva vejamos que o papel dos conectores como conjunções, expressões de natureza adverbial, marcadores discursivos, todas estas áreas do discurso em constante modificação, mudando conforme suas variantes e variáveis.

2.1 Variação lexical

O léxico de uma língua é compreendido como um conjunto genético de todas as palavras que fazem parte de uma língua e inclui os neologismos e os arcaísmos. Vejamos que, se tratando de palavras, temos um assunto complexo, portanto, faz-se necessário entender o que significa palavra. Segundo Correia e Almeida (2012), o que se entende por palavra levanta uma complexidade, então as autoras usam a nomenclatura **unidade lexical** para esta definição que utiliza expressões sinônimas, pois a palavra não é só o que se tem escrito, contendo um significante ao qual associamos um padrão flexional, uma categoria morfossintática e um significado (Correia; Almeida, 2012). Sendo assim, a palavra vai muito mais além de uma escrita ortográfica, para além do discurso escrito. A palavra carrega diversas formas de composto sintático e locuções.

Além das palavras, o léxico de uma língua também é construído por unidades de dimensão inferior à palavra gráfica, as também denominadas unidades infralexicais. Entre estas, contam-se as unidades infralexicais de significado lexical, as raízes, e as unidades infralexicais de significado gramatical ou institucional, os afixos.

As unidades infralexicais de significado lexical são unidades não autônomas, isto é, apesar de terem quase todas as características de uma palavra (significante e significado lexical associados de forma estável, categoria morfossintática), não apresentam padrão flexional (não flexionam) e não podem ocupar posições sintáticas terminadas, podendo ocorrer, apenas, como elementos de construção de outras palavras (exemplos: psic-, log, metr-). Os afixos (prefixos e sufixos, no caso do português), por seu turno, são unidades que têm apenas significado gramatical ou institucional e que, associadas a unidades de significado lexical

ou referencial, permitem a construção de novas palavras (Correia; Almeida, 2012, p. 12).

Sendo a face mais marcante de uma língua o léxico, porque é nele que construímos as ações de nossa linguagem, ele vai renovando-se sempre. Podemos analisar isso através das suas variações, pois sabemos que as línguas não são estáticas, pois elas vão evoluindo conforme suas variáveis sociais, e é dentro do léxico que encontramos marcas das culturas dos povos, é isso que faz com que as palavras sejam encarregadas de significados e significantes únicos de um devido idioma, construindo assim, dentro da cultura de uma sociedade, uma comunidade linguística que se diferencia através de sua linguagem única e individual, comunidade linguística de referidos povos. **Léxico** “é o inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico e natural e do sociocultural produzido pela atividade dos homens em sociedade” (Coelho *et al.*, 2008, p. 14).

Observemos que o significado lexical ou referencial trata de uma construção de significados dados a partir dos adjetivos, substantivos e verbos, que permitem uma forma direta e assertiva da realidade extralinguística, à medida que as demais categorias deixam estabelecidas as relações diversas, intralinguísticas, entre outras palavras e com isso constroem-se palavras de significados gramaticais, ou relacionais, ou institucionais. Podemos perceber que as palavras de significado lexical têm classes abertas de palavras, pois a classe admite sempre a entrada de novas unidades, por este motivo, esta classe é a que mais apresenta unidades, sendo aquela onde ocorrem os neologismos, ou seja, as palavras novas.

Tratando-se de léxico, vejamos também o que Correia e Almeida (2012, p. 15) nos dizem sobre vocabulário, pois as autoras o definem como o “conjunto factual de todos os vocábulos atestados num de-

terminado registro linguístico”, sendo um conjunto fechado de todas as palavras que ocorrem no discurso (Correia; Almeida, 2012).

Correia e Almeida (2012) ressaltam que se as mudanças da língua ocorrem e afetam todos os componentes do sistema linguístico como os fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, elas também ocorrem no nível lexical e são visivelmente expostas por duas razões, a primeira é que por um lado o componente lexical não sendo muito estruturado em comparação aos outros, sendo ele mais consistente, pois é construído não somente para regras mas de itens, a mudanças podem ocorrer de modo mais livre e suas mudanças são rápidas e afetam as unidades e seus pequenos conjuntos, mas não tanto a estrutura global do léxico. O outro lado são as unidades lexicais que designam os itens das realidades envolventes e que traduzem os conhecimentos das realidades que temos (Correia; Almeida, 2012).

Ao tratar de que realidade temos e para qual realidade falamos, analisaremos o termo lexicultura, que é a junção de duas unidades: léxico + cultura = lexicultura. Entendemos cultura como “o conjunto de padrões de comportamento, de conhecimento, de crença, da arte, da moral, da lei, dos costumes e de todos os hábitos de capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade” (Timbane, 2014, p. 46). Portanto, sabemos que cada sociedade tem sua cultura e que ela carrega as especificidades dos povos, devido a este fato, podemos notar a existência de significados e sentidos semânticos diferentes entre as diversas culturas e que o meio social carrega uma comunidade linguística diferente. Sendo assim, a **lexicultura** é um conjunto de unidades lexicais que dão característica e especificam as comunidades linguísticas, ou seja, a lexicultura é a identidade de um grupo social ou até mesmo de um indivíduo (Timbane, 2014).

A lexicultura é dividida entre **geral** e **específica**. A **lexicultura geral** é o conjunto de itens e unidades lexicais que são compartilhadas e entendidas pela grande gama de uma comunidade que com-

partilha uma mesma língua, como, por exemplo, os falantes da língua portuguesa que compartilham e se comunicam de uma forma geral (Timbane, 2014). Já a **lexicultura específica**, trata-se de itens lexicais que dão caracterização a uma variedade específica, pertencente a um determinado e restrito grupo social, como os falantes do português brasileiro e os falantes do PA, uma sociedade que compartilha a língua de maneira abrangente, mas que se torna específica quando está sobrecarregada, ou seja, unidades lexicais específicas conforme as suas especificidades socioculturais.

Depois de entendermos que léxico é o conjunto de todas as palavras de uma língua, vejamos a importância da neologia, o que ela é e sua importância na linguística. A neologia é uma denominação que corresponde a dois conceitos diferentes. Correia e Almeida (2012) analisam a neologia argumentando que ela “traduz a capacidade natural de renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas – os neologismos” (Correia; Almeida, 2012, p. 17). A neologia estuda os neologismos que urgem na língua, de dois conceitos: a **denominativa** que é o resultante da demanda de nomear novas realidades que são novas e a **estilística**, que procura um quantitativo maior de expressões dos discursos, para que se traduza em ideias novas, buscando exprimir visão de mundo novo.

O conhecimento lexical se constrói por dois tipos de formações que são as informações regulares e idiossincráticas. Sabemos que os indivíduos aprendem constantemente palavras desconhecidas e por esse e outros motivos não existem dois falantes de uma mesma língua que conheçam precisamente as mesmas palavras. A partir dessa perspectiva se pode explicar que o conhecimento lexical é formado pelas informações regulares que são construídas através de regras morfológicas e semânticas. Neologismo “é uma unidade lexical cuja forma significativa ou cuja relação significado-significante, caracterizada por um funcionamento efetivo num determinado modelo de co-

municação, não se tinha realizado no estágio imediatamente anterior do código da língua” (Correia; Almeida, 2012, p. 23).

Portanto, Correia e Almeida (2012) descrevem o **neologismo** como uma unidade lexical que é vista como nova pela comunidade linguística, em um determinado momento. Com isso pode ocorrer que uma palavra caia em desuso, numa determinada época, e pode ser que retorne em outro momento (Correia; Almeida, 2012). Nos processos neológicos há importação de palavras de outras línguas e essas palavras não violam as regras da língua de chegada. Por exemplo, os verbos vindos de qualquer língua são acomodados na primeira conjugação terminados em **-ar**, como, por exemplo: *printar (to print)*, *deletar (to delete)*, *escanear (to scan)*, etc.

A chegada de neologismos lexicais no português não é prejudicial para a língua. Trata-se de um percurso normal de qualquer língua em uso. As tecnologias de informação trouxeram várias palavras: *mouse, online, enter, chip, tablet*), o mercado de trabalho colabora com as palavras: *full-time, part time, slogan, workshop, design, meeting, lobby*, entre outras, o mundo de esporte trouxe as palavras *videogame, fitness, motocross, kart, bike, VAR (Video Assistant Referee)*, entre outras. Correia e Almeida (2012) defendem que não podemos evitar a importação de unidades lexicais novas porque algumas delas são “necessárias”, outras são “de luxo”. De acordo com Timbane (2012), os **empréstimos necessários** são palavras emprestadas cujos conceitos ainda não têm uma unidade equivalente na língua. Eles designam objetos desconhecidos na língua, ou melhor, são palavras que designam realidades não nomeadas num estado anterior da língua.

Por outro lado, os empréstimos/estrangeirismos **de luxo** são aqueles que recobrem conteúdos para os quais a língua importadora possui termos para referir tais realidades. Mas, apesar de existir na língua unidades lexicais para referir tais conceitos, os falantes optam, normalmente, por termos estrangeiros pelo prestígio que a língua

importadora possui (Timbane, 2012). De acordo com Correia e Almeida (2012), o empréstimo interno é o processo de transferência de uma unidade lexical de um registro linguístico para outro dentro da mesma língua; o empréstimo externo é a passagem de uma língua para outra. Os estudos de Sablayroles (2006) defendem que os empréstimos podem ser de matriz interna e externa. Em Angola, é possível identificar várias unidades lexicais provenientes em grande parte das línguas africanas.

A maioria dos angolanos não realiza a oposição vocálica no “a” artigo definido ou preposição simples e o “á” craseado (â); o mesmo acontece com pares homógrafos como chegamos [{e’gama}]/ chegamos [{e’gamu}] para [‘para]/ para [‘para]. As monotongações evidenciam-se mesmo em falantes com um nível acadêmico relevante alto. Um angolano de baixa escolaridade em vez de “peixe”; “dinheiro” e “seis” dirá, pêxe [‘pexe], [dinheru], e sês [‘ses]” (Miguel, 2008, p. 41).

O que podemos analisar também com esta pesquisa é que quanto mais tarde for a aprendizagem do português para o falante, mais fortes serão as interferências fonéticas da língua materna. Deste modo Maria Helena vem tratando também do nível lexical e que neles existe uma infinidade de vocábulos correntes no país, já de domínio morfosintático o que mais se destaca é a identificação com a norma ou seu afastamento, os usos indiscriminados os pronomes complementos indiretos, que tendem a neutralização do pronome completo direto e indireto para ambas as funções como: *Vi-lhe, marginal/* (ofereci-lhe um lenço) (Miguel, 2008).

Vejamos que alguns verbos reflexos estão perdendo o pronome reflexo, como no caso das frases: “Quando assustei...”; “Vou banhar”. Este fenômeno acontece também de modo contrário, onde os que não são reflexos acabam ganhando reflexização, como, por exemplo: “A minha filha engravidou-se”; “Não despediu ninguém”, e o verbo gos-

tar usado muitas vezes como sinônimo de amar, vejamos: “Eles já não se gostam”. A autora também ressalta a regência nominal que deriva comumente, e seus casos mais comuns são referentes ao uso da preposição “em” com o sentido locativo e direcional como “Chegamos em casa” (Miguel, 2008).

A conjunção verbal está a sofrer uma simplificação desconcertante. Os exemplos mais flagrantes são os empregos do imperativo, sobretudo na comuníssima “desculpa” usado indiferentemente, mesmo num tratamento formal; o imperativo negativo no tratamento por “tu” estar resvalar para uma réplica do afirmativo: “Não come”//“Não olha”//“Não faz isso”//“Não põe”//“Não diz nada”, em vez de “Não comas”//“Não olhes”//“Não faça isso”//“Não ponhas”//“Não digas nada”, o conjunto apresenta fortes evidências de redução de uso; a destinação entre preterido e o presente de alguns verbos muito comuns é de domínio restrito (Miguel, 2008, p. 43).

Percebemos que as conjunções verbais estão sofrendo uma simplificação por parte dos falantes e que isso está desconcertando, ou seja, mexendo na estrutura da palavra, corriqueiramente no uso do imperativo que está sendo reduzido, apesar de serem verbos que são bem restritos, mesmo assim eles estão sofrendo a diminuição e com esta simplificação a estrutura da palavra fica desconcertante.

3 Metodologia e análises

A presente pesquisa é de carácter quantitativo, uma vez que os fenômenos foram analisados a partir de dados percentuais obtidos por meio de um questionário dirigido a informantes angolanos. De acordo com Fonseca (2002, *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 33) “a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. [...] recorre à lingua-

gem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Contudo, realizar uma pesquisa com base num questionário é desafiador, mas possível de alcançar os objetivos previamente planejados. O léxico é essencial, é fundamental e pode ser estudado utilizando a Sociolinguística quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi o formulário Google. Um questionário é um documento composto por questões, elaboradas sistematicamente com intuito de gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de uma pesquisa ou projeto. O questionário é muito sensível porque só pode ser aplicado em informantes que sabem ler e escrever. Por isso mesmo, os nossos informantes serão pessoas alfabetizadas. O uso do formulário Google se justifica pela facilidade de encontrar informantes em Angola. As instruções do questionário precisam ser claras e concisas porque o informante responde sozinho na ausência da pesquisadora.

O questionário foi composto por 28 perguntas, sendo 6 abertas e 22 fechadas. Tivemos mais perguntas fechadas porque os informantes responderiam pelo telefone e o telefone não tem espaço suficiente para escrever textos mais longos. A opção por perguntas fechadas visa facilitar aos informantes, mas também sem desconsiderar os objetivos da pesquisa. Uma das vantagens do questionário Google foi que tivemos as respostas com mais rapidez. Por meio do telefone, a maioria dos informantes respondeu o questionário, permitindo que pudéssemos ter as respostas da pesquisa em curto espaço de tempo.

A falta de condições financeiras não permitiu que a pesquisadora se deslocasse até Angola para realizar uma pesquisa de campo. O formulário Google permitiu atingir grande número de informantes (84) tanto no Brasil quanto em Angola. O questionário Google economiza tempo, dinheiro e despesas com deslocamento. Para além disso, dá liberdade para que o informante participe de forma livre, como quiser, no momento que quiser, sem nenhuma pressão da presença do pesqui-

sador. Foram excluídos da pesquisa angolanos analfabetos e sem redes sociais, porque o formulário foi enviado pelo WhatsApp, Facebook, Twitter e por *e-mail*.

3.1 Apresentação e análise de dados

O questionário foi distribuído para que fosse preenchido em 4 dias úteis e foi enviado através de *link* para os angolanos. Os colaboradores recebiam um *link* com uma mensagem explicativa do que se tratava o documento em questão e foram solicitados a colaborar para nossa coleta de dados respondendo às questões objetivas e abertas e logo em seguida enviando as mesmas automaticamente em seu término para a pesquisadora. Dessa forma, a seguir apresentam-se os dados da pesquisa a partir de gráficos que espelham os aspectos fundamentais desta investigação.

Quanto à situação de escolaridade, 96,4% dos informantes têm o ensino superior, 2,5% com ensino médio e 1,2% com ensino fundamental. Pode-se perceber que a maioria dos colaboradores são pessoas com ensino superior. Isto é, alguns estão frequentando, outros já terminaram. Sabe-se que Angola é um país multilíngue. Convivem várias línguas, tal como vimos na fundamentação teórica. Os dados mostram que 46,4% têm uma língua bantu como língua materna, enquanto 53,6% não possuem língua materna. Este dado nos mostra que muitos angolanos, especialmente nas grandes cidades, têm o português como língua materna. Este dado mostra que em Angola existe o PA, porque não é possível que estes informantes nasçam em Angola e falem português como em Portugal.

Nos dados se observa que a língua portuguesa é constituída como língua materna para 53,6% dos informantes. Este resultado se deve ao fato de que os jovens de 18 a 30 anos representam a maior percentagem, isto é, 56% da população, e possuem o português como língua materna. A cidade de Luanda foi a cidade que mais respondeu o ques-

tionário. Perguntados sobre o que acham do PB, 71,4% dos entrevistados acham que é “bom”, 27,4% bonito e 1,2% feio. Perguntados sobre preferências da variedade, 56,4% dos entrevistados disseram português de Portugal, 44% PA, 6% português do Brasil e 3,6% nenhuma variedade. Podemos notar uma situação ambígua entre achar bom o português brasileiro e preferir o de Portugal. Esta situação se justifica pelo fato de que o PE é obrigatório nas escolas, quer dizer, os professores ainda são preconceituosos com relação à variedade angolana do português. O mito de Marcos Bagno explica que não é em Portugal onde se fala bem português.

Perguntados sobre o meio do contato com o PB, 66,2% responderam que ouviram sotaque do PB na TV (novelas, notícias, reportagens), 23,8% ouviram nas redes sociais (Facebook, X, Instagram, etc.) e 10% na igreja. Os informantes costumam ouvir brasileiros a falar na televisão (novelas, notícias e reportagens), o que leva a concluir que a imprensa é que tem contribuído para a expansão do PB em Angola. Os dados mostram que 66,2% assistem à TV e aproveitam para ouvir o sotaque da variedade brasileira de português, por isso que 95,2% dos entrevistados já assistiram a uma novela brasileira. Desse número, 50% disseram que passam uma semana sem assistir a uma telenovela brasileira e 45,2% assistem de 1 a 5 vezes por semana.

Podemos verificar que 76,2% dos informantes costumam ouvir os brasileiros a falar na televisão através de notícias, telenovelas e reportagens. E 95,2% deles já assistiram telenovelas brasileiras, mas o fato curioso é que quando se questionou com qual frequência semanal estes assistiam telenovelas brasileiras, 50% responderam “nenhuma vez”. Isto pode parecer paradoxal, porém, é compreensível, uma vez que a frequência com que uma pessoa vem exercendo uma determinada atividade pode cair em função de tempo, tal como podemos observar nos dois gráficos que tratam de telenovelas brasileiras.

Cerca de 96,4% dos entrevistados costumam ouvir músicas brasileiras, mas 41,7% entendem a mensagem das letras e 13,1% não entendem as letras das músicas. Os restantes 45,2% entendem mais ou menos os significados das letras. A relação com a música brasileira entre os informantes aparece com maior percentagem, na qual 96,4% dos interlocutores mostram-se ouvintes e/ou consumidores da música brasileira. Neste sentido, quanto à compreensão do sentido ou significado das mesmas, 45,2% compreendem mais ou menos e 41,7% compreendem perfeitamente. A presença de igrejas brasileiras é forte, por isso, 91,7% das entrevistas ouviram cultos e pregações em PB. A maioria dos entrevistados acham o sotaque dos pastores estranho (65,5%) e 27,4% acham um sotaque bonito. Os crentes que participam das igrejas de origem brasileira imitam o sotaque dos seus pastores (33,3%) e 57,1% dizem que às vezes imitam o sotaque dos pastores brasileiros.

Quando perguntados sobre a impressão do sotaque que os pastores angolanos utilizam dentro da IURD, 91,7% dos informantes responderam positivamente que os pastores locais utilizam o sotaque brasileiro durante os cultos. Por outro lado, questionou-se sobre o que se achava dos pastores angolanos que pregam com o sotaque brasileiro, e 65,5% dos sujeitos da pesquisa acham estranho da parte de pastores angolanos usar o sotaque brasileiro durante os cultos. Enquanto os demais crentes da IURD (57,1%) responderam que os crentes também por vezes utilizam o sotaque brasileiro. A influência do PB também ocorre em Angola (92,9%) por meio da literatura. As entrevistas dizem que o vocabulário do PB é compreendido (77,4%). Muitos angolanos têm contato com obras brasileiras. Com estes dados podemos perceber que os colaboradores da pesquisa, em uma totalidade de 92,9%, conhecem e já realizaram leituras de obras literárias brasileiras. Este fato se dá também pelo dado de que a maioria das pessoas que responderam ao questionário é de nível superior, que pode e tem mais acesso a este tipo de gênero textual.

Vejamos que 77,4% das pessoas compreenderam a linguagem utilizada nos textos literários e neste sentido a maior parte delas conseguem realizar uma leitura em português brasileiro sem dificuldade de compreensão na linguagem utilizada. Perguntados “se nas escolas primárias e secundárias se estuda a literatura angolana”, a maioria dos informantes (51,2%) afirmou que sim e os restantes negaram (48,8%). Este é um dado que traz uma problemática muito debatida na atualidade em Angola, onde as obras locais não são valorizadas pelas instituições de ensino, vejamos que 51,2% dos colaboradores responderam que nas escolas primárias não se estuda a literatura nacional, ou seja, a população não consegue por meio educacional ter acesso à sua própria literatura.

Para a pergunta “acha que o português brasileiro influencia na fala dos angolanos?”, os informantes afirmaram que sim em 69%, havendo 31% que não acham. O dado nos permite analisar que o próprio angolano reconhece a influência que o português brasileiro tem na fala dos cidadãos de Angola, pois 69% (contra 31%, não) das pessoas que responderam ao questionário afirmaram que o português do Brasil influencia na fala dos angolanos.

A pesquisa mostra que a maioria dos angolanos (47,6%) imitam o sotaque de Portugal e 28,6% imitam o português brasileiro. Esse dado mostra que o português brasileiro ganha relevância entre angolanos, impulsionado pela mídia e redes sociais. O léxico é o que salta à vista, identificado nas músicas e em novelas brasileiras. Cerca de 28,6% acham que não usam nem sotaque de Portugal nem do Brasil. Este grupo está ciente do fato de que existe um PA. Por isso se conformam com a realidade da variedade angolana de português.

Quando perguntados quanto ao sotaque, ou seja, a sonorização da pronúncia das palavras, 47,6% das pessoas que participaram da pesquisa responderam que o angolano imita o sotaque dos portugueses, vejamos que essas mesmas pessoas reconhecem a influência do por-

tuguês brasileiro na fala da população, mas ao mesmo tempo creem que as mesmas pessoas imitam o sotaque do português de Portugal. Perguntados se existe PA, os informantes confirmaram que existe (73,8%), 8,3% acham que não e 17,9% não sabem. Tratando do surgimento de uma nova variedade do português dentro do território de Angola, 73,8% dos colaboradores acreditam na existência do português propriamente angolano, ou seja, reconhecem esta nova variedade da língua como uma língua já em circulação corriqueiramente.

Quanto às obras de escritores angolanos serem em PA, 57,1% acham que as obras incluem palavras vindas das línguas bantu. Sabemos que a grande maioria das línguas maternas de Angola são de origem Bantu e que os artistas nacionais gostam de trabalhar com a mistura entre o português e uma língua nacional – 57,1% das pessoas que colaboraram com a pesquisa responderam que os escritores angolanos incluem palavras de origem Bantu em suas obras e isso cria originalidade nos textos (88,1%). Os colaboradores deixam clara sua opinião enquanto a questão de os escritores angolanos incluírem palavras de origem Bantu em seus textos e 88,1% deles acreditam que este fato traz originalidade ao trabalho, por deixar as expressões nacionais dentro da eternização de uma escrita.

Verificamos que 77,4% dos nossos colaboradores são do gênero masculino, lembrando que a grande maioria das pessoas é do nível superior, restando apenas 22,6% do gênero feminino, da totalidade de 84 pessoas, ou seja, uma pequena e significativa parte é de mulheres. Na seleção a seguir apresentaremos a percepção que os colaboradores têm sobre as palavras do português brasileiro que as pessoas destacaram que utilizam em seu cotidiano. Aqui podemos analisar que a maioria delas são expressões de diálogos informais entre as pessoas. Serão descritas abaixo as que mais se sobressaíram (maior frequência) no questionário.

Quadro 4 – Palavras do português brasileiro que são utilizadas em Angola

galera	bagulho	dando duro
geladeira	cantada	capricho
gozar	calcinha	busão
legal	banheiro	apê
gente	pegar	saco
cara	brigar	boteco
bacana	ventar	sacanagem
moleque	pega leve	mané

Fonte: Dados da pesquisa

O português brasileiro é uma variedade mais consolidada, com muitos estudos já publicados, com dicionários e gramática já publicados sobre a variabilidade do português. É uma variedade que se mostra firme, até porque a escola já inicia a discussão sobre a variação linguística. Almeida, Oliveira e Souza (2016), Petter (2015), entre outros, **já mostram** que, mesmo que haja interferências das línguas africanas e indígenas, a variedade se consolida. A expansão de unidades lexicais para outros países, como é o caso de Angola, se faz por um processo inverso resultante dos contatos por meio da mídia e das tecnologias digitais. Não se pode ignorar a influência da música e das novelas brasileiras em contexto angolano. Não tem como prever se essas palavras vão permanecer no PA ou vão desaparecer ao longo do tempo.

Quadro 5 – Palavras do português brasileiro que soam engraçadas em Angola

Palavra/expressão	Significado (PB)
Ta ligado	Prestou atenção
Tô de boa	Estou Tranquilo
Sapecar	Relação sexual
Quebrar o gelo	Desfazer a tensão

Anta	Pessoa pouco inteligente
Cafetão	Indivíduo que vive às custas da prostituição
Safadão	Homem que tem muitas mulheres
Amarelou	Ficar com medo, fugir

Fonte: Dados da pesquisa

Obtivemos esses dados quando foi questionado aos participantes da pesquisa quais as palavras engraçadas ou que eles não conseguiram ter uma boa interpretação ao ouvirem nas telenovelas. Descritas acima estão as palavras e expressões que se sobressaíram entre as respostas, analisamos que em sua grande maioria são expressões na fala dos brasileiros.

Para as análises e interpretação dos dados da pesquisa usamos o método que tem como princípio o estudo de um caso em profundidade e pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo de todos os casos semelhantes. A escolha desse método se deu a partir do ponto de partida da pesquisa, onde foi analisado e identificado somente o estudo de um caso, que neste caso é a influência do português brasileiro no PA. Esta seção trata da análise e interpretação dos dados apresentados acima. “A análise e a interpretação desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador” (Prodanov; De Freitas, 2013, p. 112).

Nesta pesquisa coletamos e analisamos 84 repostas de pessoas de nacionalidade angolana e que vivem em Angola, dentre estas pessoas a sua considerável maioria é do gênero masculino, mostrando uma disparidade com o gênero feminino, o nível de escolaridade dos colaboradores é o nível superior educacional, o que leva a interpretar que esta população específica tem ou teve acesso as grandes mídias sociais e as obras educativas brasileiras.

A faixa etária dos pesquisados vai de 18 a 30 anos de idade, vejamos que é uma população jovem que tem como língua materna o português, considerando que a maioria das pessoas que responderam ao questionário é de Luanda, capital de Angola, este fato dá-se porque a grande parte da população angolana se concentrou no centro do país devido à guerra, e com uma população diversa que falava línguas maternas diferentes o elemento de unificação de comunicação foi a língua portuguesa.

Analizando as percepções que os colaboradores têm sobre a língua portuguesa brasileira, observa-se que os angolanos gostam do português brasileiro, porém preferem o português de Portugal, causando uma situação de ambiguidade. Procurando encontrar de onde parte a influência, se verifica que boa parte da população consome frequentemente as mídias sociais brasileiras, pois eles relataram que costumam ouvir os brasileiros através delas e a relação que têm com a música aumenta ainda mais esse percentual, pois os interlocutores mostraram ser consumidores assíduos da música brasileira.

Observando a análise a partir da religiosidade, verificamos que os pastores e frequentadores da Igreja Universal utilizam o sotaque brasileiro em suas falas, pois verifica-se que as pregações tendem a ser pronunciadas com o sotaque brasileiro. Encontra-se não somente nas produções orais o acesso ao PB em Angola, mas nas escritas também se faz presente, pois a maioria dos colaboradores conhecem e compreendem as obras literárias brasileiras. Em suma, o angolano reconhece a influência que o português brasileiro tem dentro da fala de uma nova variante do português, ou seja, o português brasileiro está contribuindo para a construção do PA, pois os seus falantes já utilizam palavras do PB e reconhecem a influência do português brasileiro no PA.

4 Considerações finais

Chegamos ao final deste trabalho considerando que a pesquisa possibilitou que entendêssemos se o português brasileiro tem in-

fluenciado o português falado em Angola e através de que está vindo esta influência. Sabemos que com o diverso contato linguístico existente em Angola a circulação das línguas no meio da sociedade implica o processo de ensino, esta interferência é resultado de uma nova variedade do português onde o sistema léxico, fonético, fonológico e as construções sintáticas, morfológicas e semânticas não seguem as regras do Português Europeu (PE), o português falado em Angola na atualidade é uma variante que expressa a angolanidade e é com estas especificidades linguísticas que Angola vive seu processo inicial para definir seu próprio padrão de português (Bernardo, 2017).

Diante desse processo de construção do PA, verifica-se que há outras influências além das línguas nacionais, o PA tem ainda como modelo o português europeu e fortes influências do português brasileiro nessa nova construção. Observa-se que Angola e Brasil têm uma aproximação cultural e linguística; os angolanos consomem muito dos diversos produtos midiáticos brasileiros. No meio religioso encontramos também esta influência a partir das pregações, pois os angolanos buscam imitar o sotaque dos pastores brasileiros. A pesquisa possibilitou encontrar o apagamento do sotaque nas falas dos líderes e frequentantes da Igreja Universal. Devido às mídias nacionais de Angola exibirem uma grande gama de programas, novelas e músicas brasileiras, a sociedade angolana tem convívio contínuo com o português falado no Brasil e é a partir dessa realidade que podemos identificar aspectos do PB no PA.

A variação no ambiente lusófono é mais aberta em nível lexical e fonológico, sendo língua um sistema abstrato que permite que aos falantes tenham uma intercompreensão mútua, porém o desvio se torna inevitável no léxico, na semântica e na fonologia (Timbane, 2019) e é através destas variantes que os falantes dos ambos os países se aproximam cada vez mais, sendo possível identificar em algumas falas dos angolanos as especificidades culturais brasileiras e o português retratado no cotidiano, onde se apresentam também estrangeirismos

carregando elementos históricos e culturais, tornando a fala do angolano carregada de identidade sociocultural de ambos os países, isso faz com que a população angolana adquira o sotaque, as mudanças lexicais, morfossintáticas e pragmáticas para a construção do PA.

Para a construção teórica do trabalho iniciamos, escolhendo um tema que foi de interesse da pesquisadora com o título: *A influência lexical do português brasileiro no português falado em Angola*. Logo após, fizemos um levantamento bibliográfico, ou seja, um levantamento de obras semelhantes à temática e realizamos as leituras e fichamentos dos textos; a partir do conhecimento recolhido através das leituras formamos um projeto de pesquisa onde delimitamos problemas e hipóteses a serem alcançadas e resolvidas dentro do projeto. A pesquisa foi delimitada a buscar onde está ou se tem influências do português brasileiro dentro do português falado em Angola e é partindo deste questionamento que a pesquisadora começa a buscar os meios para obter essa resposta.

O pontapé da pesquisa vem sendo procurado através das mídias sociais, pois a pesquisadora não se encontra em território angolano, foi dada uma busca minuciosa nas redes, onde podemos analisar que os angolanos consomem muitas mídias brasileiras como novelas, músicas, pregações, *digital influencers*, literatura e materiais didáticos de ensino. Devido a este fato, procuramos analisar exatamente se são utilizadas as palavras brasileiras ouvidas dentro das conversações cotidianas no país. Para que se analisem os dados, pesquisamos através de documentos qual a situação sociolinguística vivida no território angolano e logo percebemos que existe uma diversidade multilinguística. Para especificar melhor, trabalhamos com o léxico e seus conceitos para que assim identificássemos e separássemos as palavras de cada português, montamos a estrutura teórica e inicial do trabalho dialogando com diversos autores e deixando nossa impressão na escrita acadêmica.

Referências

- ALMEIDA, N. L. F. de; ABREU, U. V. P. de; BARREIROS, P. N. Da África à Bahia: um estudo sobre o léxico africano em comunidades do semiárido baiano. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 77, p. 26-45, mai./ago. 2020.
- BERNARDO, E. P. J. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 39-54, 2017.
- BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Parábola, 1999.
- BONVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.
- CAREGNATO, L. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. *X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*, Santa Maria, 26 a 30 de julho de 2010.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELLOTA, M. E. *et al.* (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.
- COELHO, B. J. *Linguagem: lexicologia e ensino de português*. Catalão: Modelo, 2008.
- COELHO, I. L. *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GALVES, C. O papel das línguas africanas na formação do português brasileiro: (mais) pistas para uma nova agenda de pesquisa. *Revista Gragoatá*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 145-164, sem. 2008.
- GALVES, C.; GARMES, H.; ROSA RIBEIRO, F. (org.). *África Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014*. Luanda: INE, 2014.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MIGUEL, M. H. S. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Revista LUCERE*, Luanda, v. 5, n. 1, p. 35-48, 2008.

MINGAS, A. A. O pretuguês, o português em/de Angola: “é o problema que estamos com ele”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 1, n. 1, p. 25-37, jan./jun. 2021.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NAUEGE, J. M. As formas de tratamento no PA: contributo semântico-pragmático. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção, 2021. p. 123-141.

PAIVA, F. O novo conceito de influência. *Diário do Nordeste*. 3.3. Fortaleza, 2010.

PEDRO, A. J. B. Miscigenação fonológica da variante do português falado em Angola. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção, 2021. p. 43-53.

PEDRO, L. T.; MUSSILI, P. L. Os khoisan de Angola perante os desafios do panorama actual: a integração sócio-político e económico dos povos kwedi e !kung (khoisan) do Cunene. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas*,

Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde, v. 2, n. Especial, p. 623-643, 2022.

PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia*: um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL; Topbooks, 2005.

PESSOA DE CASTRO, Y. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, C.; GAMES, H.; RIBEIRO, F. R. (org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009. p. 175-183.

PICINATO DE CARVALHO, P. B. Relação entre língua e identidade: a fala denuncia quem somos. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2019.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SABLAYROLLES, J.-F. La néologie aujourd'hui. In: GRUAZ, C. (ed.). *A la recherche du mot: de la langue au discours*. Lambert-Lucas: Hall, 2006. p. 141-157.

SANTANA, Y. F. D.; TIMBANE, A. A. Evidências sociolinguísticas da variedade angolana do português e o combate ao preconceito linguístico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção, 2021. p. 55-80.

SANTOS, I. da S.; TIMBANE, A. A. *A identidade linguística brasileira e portuguesa: duas pátrias, uma mesma língua?* Curitiba: Appris, 2020.

SASSUCO, D. P. Problemática de contacto das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção, 2021. p. 13-42.

SILVA, A. A.; GANGA, J. G. Variação semântica de lexemas verbais na variedade do PA. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção, 2021. p. 81-104.

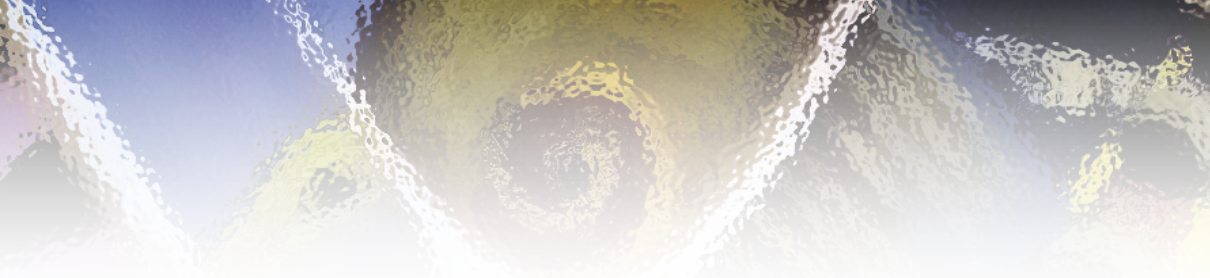
SILVA, P. C. G.; DE SOUSA SOUSA, A. P. Língua e sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. *Revista Educação e Emancipação*, São Luiz, n. 1, p. 260-285, 2017.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Revista Via Litterae*, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 5-24, jan./jun. 2012.

TIMBANE, A. A.; MENDONÇA REZENDE, M. C. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias*, Cascavel, v. 10, n. 3, p. 388–408, 2016.

TIMBANE, A. A.; SANTANA, Y. F. D.; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos lexico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, Bacabal, v. 4, n. 12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

TIMBANE, A. A lexicultura no português de Moçambique. *Revista Linguagem: estudos e pesquisas*, Catalão, v. 18, n. 2, p. 43-59, jul./dez. 2014.



CAPÍTULO 17

Empréstimos de morfemas da língua cokwe para formação de novas unidades lexicais em português, caso da Lunda-Norte-Angola

José Corindo Muaquixe

Universidade Lueji A'Nkonde – Angola

Considerações Iniciais

As línguas são verdadeiros organismos vivos que se configuram nos sistemas em constante evolução ou mutação, quando influenciados pelos contatos de outras línguas, gerando a mudança linguística. Em Angola, a língua portuguesa (doravante LP), estando em forte contato ou convivência com as línguas africanas, apresenta modificações ou variações notórias em diferentes dimensões como fonético-fonológica, morfossintática, lexical entre outras, adequando-se às marcas características no contexto angolano, quer isso signifique que, no contexto de Angola, o português é caracterizado por um modelo contextualizado, do qual as realizações linguísticas do falante se prendem em conjunto de traços típicos ou característicos.

Embora seja um fato menos conhecido, cokwe é a língua mais falada na província da Lunda-Norte, mesmo a coabitar no mesmo território com o português que possui o estatuto de língua oficial, desempenha a função de língua materna ou segunda da população da Lunda-Norte. Esta predominância está ligada aos fatores históricos, sociais

e culturais, conferindo à língua cokwe um papel central no dia a dia dos falantes e representando a identidade local.

O contato entre cokwe e português, ao longo dos anos, tem gerado uma rica diversidade linguística, caracterizada por processos de influência mútua e adaptação. Um dos fenômenos mais evidentes desse contato é a ocorrência de empréstimos morfemáticos, ou seja, a incorporação de elementos menores da língua cokwe (prefixos: *txi*, *lu*, *yi*, *ka* e *tu -tfu*) na estrutura de algumas palavras do português, dando origem a novas palavras.

A abordagem deste trabalho assenta no fenômeno dos **empréstimos de morfemas da língua cokwe para formação de novas unidades lexicais em português**, analisando como os morfemas de origem cokwe são incorporados ao léxico português e quais os mecanismos linguísticos envolvidos nessa adaptação. Ao explorarmos esse processo, buscamos compreender o contato linguístico como uma ocorrência que molda a estrutura e o significado das línguas, enriquecendo o patrimônio linguístico da região.

Ainda que existam estudos sobre o contato linguístico entre o português e as línguas africanas de Angola, poucos se dedicam especificamente à análise dos empréstimos morfemáticos de cokwe para o português, especificamente na região da Lunda-Norte. Logo, é nosso objetivo geral, com a presente pesquisa, analisar o processo linguístico que dá origem às novas unidades lexicais em português através de empréstimos de morfemas da língua cokwe, ou seja, analisar os processos de incorporação de morfemas cokwe ao léxico português e suas implicações para a compreensão da dinâmica linguística da região. De forma específica, a incursão da pesquisa se prenderá em: (a.) identificar os morfemas cokwe que são comumente incorporados no léxico português, (b.) analisar o significado original dos morfemas cokwe, (c.) analisar o impacto dos empréstimos na estrutura e funcionamento do português característico na Lunda-Norte, olhando para o papel dos empréstimos no processo comunicativo dos falantes.

A justificativa para a elaboração da presente pesquisa está dividida em duas perspectivas, a primeira está ligada à contribuição para a linguística de contato, olhando para o enriquecimento da lexicografia do português de Angola (documentando a formação de novas palavras a partir de elementos de origem cokwe, análise de como as unidades morfológicas cokwe se adaptam à estrutura morfológica do português e identificação de padrões nos processos de formação de palavras híbridas para a formulação de generalizações sobre a natureza dos empréstimos). A segunda perspectiva está ligada ao eixo sociocultural, refletindo sobre a dinâmica social e cultural da Lunda-Norte (revelando a interação entre os falantes de português e cokwe, contribuindo para a preservação da herança linguística do povo cokwe e refletindo sobre a identidade linguística dos falantes da Lunda-Norte que utilizam tanto o português como o cokwe em seu cotidiano).

Quanto à estrutura, a pesquisa está organizada em três seções: (i) Discute-se a rica diversidade linguística da Lunda-Norte, com foco na língua cokwe, a sua interação com o português e o destaque da reflexão sobre a constante transformação ou mudança das línguas que pode ser motivada por diversos fatores. (ii) Foi descrita a metodologia adotada para a sua desenvoltura, incluindo a coleta, análise e discussão dos dados ou resultados. (iii) Foram apresentados os resultados da análise dos empréstimos de unidades morfológicas da língua cokwe para o português, com destaque para as implicações socioculturais dos empréstimos. No final, a pesquisa apresenta as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1 Situação sociolinguística da Lunda-Norte

Originário da antiga capital do Reino Lunda, Musumba, localizada na atual província de Lualaba, na República Democrática do Congo (R.D.C.), o povo cokwe empreendeu um grande movimento migratório conhecido como Ruund. Impulsionado pela busca por autonomia

política e poder, esse povo expandiu significativamente seu território, conquistando as regiões estratégicas como o curso superior do Rio Lwenbe, posteriormente denominado Rio Cokwe. Essa expansão territorial, que deu origem ao etnônimo cokwe, abrangeu vastas áreas geo-administrativas de Angola (Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Bié, Kwando Kubango) e da R.D.C., a Leste de Angola, na margem direita do Rio Kasai, até a parte meridional na Província do Katanga.

A localidade de Muwewe, na atual província da Lunda-Sul, serviu como um importante núcleo ou principal centro de planeamento, organização e redistribuição do povo vindo do Ruund. Neste território, os chefes de clãs realizavam reuniões para a preparação, traçar estratégias e coordenar a ocupação ou conquista de novos territórios (Fernando, 2012). Sassuco (2021, p. 82-83) vai mais ao fundo considerando que:

Cokwe, sendo língua transnacional, fala-se a sudoeste da República Democrática do Congo (Lualaba), com a esquina noroeste da Zâmbia (Cingola). Em Angola, o Cokwe se fala com frequência nas províncias de Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico até a Kwandu-Kuvangu fazendo assim uma cobertura de toda a região Leste de Angola. É uma língua Bantu cujas origens remontam até a Angola Central de 1600, já que era um dos clãs do Império Lunda (1665-1887). Seu povo chamado Tucokwe começou a migrar desde norte nos anos 1880, em busca de terras férteis depois de uma grave epidemia e penúria.

Através da emigração, o povo cokwe, em Angola, instalou-se em diferentes direções, como na província da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Kwando Kubango. Alguns instalaram-se no Bié, constituindo áreas das comunidades aparentemente cokwe como, por exemplo, Mwa Moxiku, Mwa kanyika, Mwa Ndumba, Mwa Cisenge, Mwa pheu,

denominações que derivam dos grandes clãs da Lunda e Cokwe (Fernando, 2012).

As línguas africanas em Angola são agrupadas em zonas linguísticas, definidas por suas semelhanças na fonia, na ortografia, no aspecto morfosintático, semântico, entre outros, além da proximidade geográfica. A língua cokwe, por exemplo, é classificada na zona R, predominante no leste de Angola, habitada pelo povo Cokwe (naturais das províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Cuando Cubango) e Vanganguela (naturais das províncias de Cuando Cubango, Moxico, Huíla, Bié). Pois, a língua cokwe, sendo bantu, pertence à subfamília níger-kongo da família kongo-kordofaniana (Cole, 1961, *apud* Undolo, 2016).

Do ponto de vista linguístico, Angola é um mosaico que alberga diferentes grupos linguísticos de origem Bantu, Khoi-San e Vátua, mas são as línguas do grupo linguístico bantu (LB) que, na sua maioria, apresentam um número de falantes geograficamente mais elevado.

A Lunda-Norte, província de Angola, é caracterizada por um cenário sociolinguístico rico, complexo e marcado por uma notável diversidade linguística. Nesta região, falam-se mais de 9 línguas da família bantu, a saber: Cokwe, Lunda, Ciluba, Ukhongo, Matapa, Holo, Khari, Bondo, Bangala, Musuco.

A língua cokwe, profundamente enraizada na cultura local, é amplamente utilizada em contextos familiares e comunitários, refletindo a identidade cultural da região, com 62% de falantes (INE, 2016). No entanto, o português, como língua oficial de Angola, desempenha um papel crucial em ambientes formais como estabelecimentos de ensino e o mercado de trabalho, facilitando a comunicação interprovincial e o acesso a informações globais. Portanto, a maioria da população da Lunda-Norte é bilíngue ou multilíngue, dominando tanto a língua local cokwe quanto o português.

Os fatores históricos (colonização e descolonização), sociolinguísticos (diversidade linguística, funcionalidades das línguas, adaptação e contato linguístico) concorrem para a prevalência do bilinguismo no contexto da Lunda-Norte; a coexistência de duas línguas, no caso, o português e o cokwe, tem moldado a identidade linguística local, tornando o bilinguismo uma marca fundamental dos falantes na Lunda-Norte na vida cotidiana.

2 Contato linguístico

A LP em/de Angola, fruto de um intenso contato linguístico com as línguas africanas locais, tem experimentado mudanças linguísticas significativas. Essa variedade linguística, adaptada às realidades socioculturais angolanas, desempenha um papel crucial na comunicação e na construção da identidade nacional. A incorporação de elementos lexicais, morfemáticos e expressivos das línguas nacionais demonstra a capacidade do português angolano de responder às necessidades comunicativas dos falantes e de se adaptar às transformações sociais (Costa, 2022).

Os estudos sobre as mudanças linguísticas foram impulsionados na década de 1960, isto é, com o surgimento de pesquisas voltadas à sociolinguística variacionista, proposta por William Labov (2008), para dar explicações relativamente à covariação sistemática entre língua e sociedade e demonstrar que a língua varia em função de distintos fatores sociais. Com efeito, quando uma comunidade de fala partilha valores e atitudes, em relação ao uso da língua, é corrente haver a variação e a mudança linguística (Freitag, 2017).

Um dos principais fatores que impulsionam a mudança linguística é o contato que as línguas estabelecem numa dada região ou território, dando consequência aos fenômenos de empréstimos lexicais, influência fonética, mudanças sintáticas, aparecimento ou criação de pidgins, entre outros.

Em relação ao exposto acima, a Gramática Gerativa oferece uma perspectiva distinta sobre a mudança linguística em relação à Sociolinguística Variacionista. Ao invés de focar nos fatores sociais e na comunidade de fala, ela se concentra na mente do indivíduo e no processo de aquisição da língua materna.

Para esta teoria, a mudança linguística é um processo que depende da forma de como o conhecimento linguístico se organiza na mente dos indivíduos, da aquisição da língua materna, um momento que o conhecimento linguístico é construído e pode sofrer alterações e da ocorrência da interpretação de dados linguísticos que os indivíduos ouvem, levando a novas gramáticas e, conseqüentemente, a mudanças na língua.

Logo, quer a teoria da Sociolinguística Variacionista e da gramática generativa explique o contexto sociolinguístico da Lunda-Norte, sendo que alguns falantes que não têm o português como língua materna, neste contexto linguístico, têm feito empréstimos ou transferência de algumas estruturas da sua língua materna “cokwe” para o português. Há igualmente o fator do processo cognitivo (mente), que o falante busca levar à simplificação de estruturas, à analogia com a língua nativa e à criação de novas construções.

O contato linguístico gera inovações, a interação entre o português e cokwe leva à criação de novas tendências linguísticas, com características únicas que refletem a realidade local, tal como acontece com os falantes no contexto da Lunda-Norte, estes fazem recurso às unidades morfemáticas da língua cokwe para a criação de novas palavras em português. Por isso:

Assume-se como contato linguístico o processo de convivência de duas ou mais línguas num mesmo grupo populacional. Trata-se não só do uso, mas também das relações interativas entre falantes de duas ou mais línguas diferentes. É nesse processo que emerge o bi-

linguismo ou trilinguismo que, em muitos momentos, leva a alternâncias de código (*code-switching*) ou mistura de línguas (*code-mixing*) (Timbane, 2023, p. 242).

Portanto, tal como já referimos, o contato linguístico na Lunda-Norte é caracterizado pela coexistência de português e cokwe, é comum encontrar indivíduos que falam português e cokwe, manifestando-se em práticas como a alternância entre as duas línguas no ato de conversação, adaptação da linguagem ao contexto social e comunicativo, a mistura de elementos linguísticos especialmente em situações informais, a ação incorporava de palavras da língua cokwe em português entre outros fenômenos.

Quadro 1 – Características do contato linguístico na Lunda-Norte

Características	Descrição	Exemplos
Coexistência linguística	Presença simultânea de cokwe e português no cotidiano do falante.	Indivíduos utilizam ambas as línguas em diferentes contextos e situações.
Alternância de códigos	Mudança frequente entre o português e cokwe durante as conversações.	O indivíduo começa a frase em português e finaliza em português, vice-versa.
Adaptação da linguagem ao contexto	Ajuste da linguagem utilizada à luz da situação comunicativa e os interlocutores.	Uso de expressões formais em situações profissionais e informais em situações amigáveis.
Misturas de elementos linguísticos	Combinação de elementos lexicais do português e cokwe em mesma frase.	Criação de palavras híbridas, como incorporação de morfemas cokwe a raízes de palavras portuguesas.

Fonte: Elaboração do autor

3 Pressupostos metodológicos

Considerando que a metodologia científica define os objetivos da pesquisa, a utilização de técnicas de coleta de dados e análise dos resultados da pesquisa à luz das teorias e conhecimentos existentes, buscando novas explicações e contribuições para o campo de estudo, é importante sublinhar que a nossa investigação segue a metodologia **descritiva**, implicada em dados **quantitativos** para analisar e identificar os empréstimos morfemáticos ocorridos entre a língua cokwe (língua doadora) para o português (língua receptora).

Outrossim, o trabalho faz recurso, como é habitual, a uma bibliografia especializada para servir de apoio na sua incursão, olhando para o panorama linguístico da Lunda-Norte, a convivência e a interação do português e cokwe, analisar os empréstimos morfemáticos mais comuns em cokwe para o português e, sobretudo, para, de facto, inferirmos e analisarmos sobre o que outros autores já escreveram a respeito do tema da nossa pesquisa.

3.1 Contextualização do estudo e amostra

Ao longo da investigação, para a coleta de dados, foi-nos útil a aplicação de questionário a ser respondido por 45 cidadãos da província da Lunda-Norte, em zonas suburbanas e urbanas com idade compreendida entre os 14 a 30 anos de idade, logo, a amostra foi definida por um número total de 47 inquiridos, que possuem o nível académico que varia entre 9^a classe, técnico médio e licenciados:

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Faixa etária	N.º de informantes por gênero		Proveniência/Zona	Habilitações literárias
	MF	F		
14 -18	10	3	Lunda-Norte/Zona suburbana e urbana	9ª Classe
19-23	22	17	Lunda-Norte/Zona suburbana e urbana	Técnicos médios
24-30	13	7	Lunda-Norte/Zona suburbana e urbana	Licenciados
Subtotal	45	27		
Total	45			

Fonte: Elaboração do autor

A maioria dos inquiridos se concentra nas faixas etárias de 14-18, 19-23 e 24-30 anos, indicando que a pesquisa se focou em um público jovem e adulto. Outrossim, há uma predominância do gênero feminino entre os inquiridos, para 27 mulheres. Isso sugere um viés de gênero na amostra. Todos os informantes são da Lunda-Norte, tanto de zonas suburbanas quanto urbanas, indicando que a pesquisa se concentrou em uma região específica, com o nível de escolaridade dos inquiridos que varia desde a 9ª classe até a graduação, pois a maioria possui, pelo menos, o ensino médio completo.

Para apresentação de dados por questionário, identificamos e analisamos os empréstimos morfemáticos mais comuns em cokwe para a formação de novas palavras em português, apresentamos os significados literais dos morfemas emprestados em cokwe para a compreensão mais aprofundada do fenómeno linguístico que implica no processo comunicativo de contato linguístico na Lunda-Norte.

3.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados

Os dados da presente pesquisa foram obtidos sob três eixos fundamentais, o primeiro faz diagnóstico ligado ao uso frequente da língua no dia a dia dos cidadãos da Lunda-Norte, olhando para a língua da comunicação eficaz e eficiente do falante, o segundo destaca o uso

de palavras que expressam a ideia de redução, menor tamanho, quantidade menor e, no entanto, o terceiro avalia o nível de empréstimo de morfemas da língua cokwe que indicam grandeza ou intensificação.

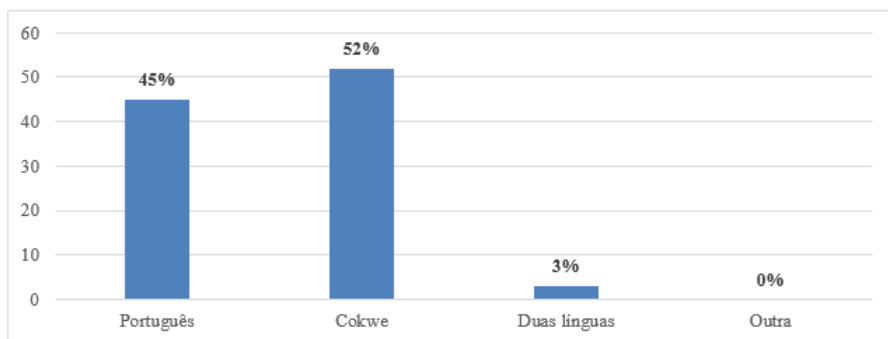
3.2.1 Resultado do questionário aplicado aos munícipes da Lunda-Norte

Principais perguntas e respetivas respostas:

1 – Qual língua faz uso com frequência no seu dia a dia

- a. Português_____.
- b. Cokwe_____.
- c. As duas_____.
- d. Outra_____.

Gráfico 1 – Língua usada no dia a dia



Fonte: Dados da pesquisa

No que toca ao uso corrente da língua, 45% dos inquiridos fazem uso do português no dia a dia, 52% usam a língua cokwe, 3% afirmam fazer uso de duas línguas, ou seja, cokwe e português, e nenhum dos inquiridos usa outra língua. As línguas português e cokwe se destacam como as mais utilizadas, com 52% e 45% de preferência, respec-

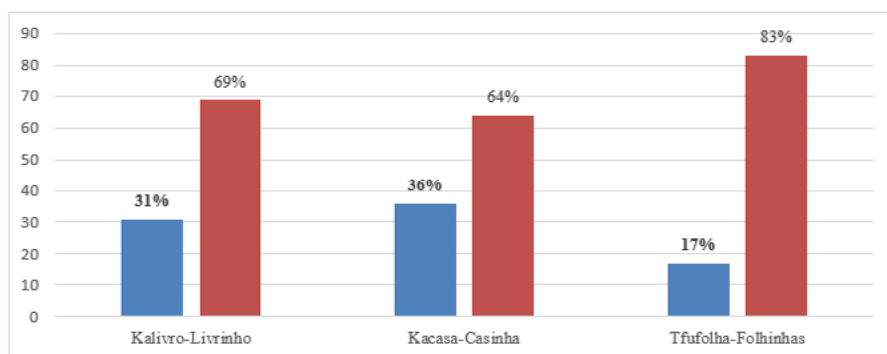
tivamente. Isso sugere que essas duas línguas são as principais formas de comunicação no grupo analisado.

Apenas 3% dos participantes declararam usar duas línguas em seu dia a dia. Isso indica que o bilinguismo, embora presente, não é a forma de comunicação predominante neste grupo. A categoria “Outra” não apresenta nenhuma ocorrência, sugerindo que, no contexto da pesquisa, as línguas português e cokwe são as únicas relevantes.

2 – Indique as palavras que apresentam ideia de diminuição:

- a. Kalivro_____ b. Livrinho_____
- c. Kacasa_____ d. Casinha/Casota_____
- e. Tfufolhas_____ f. Folhinhas_____

Gráfico 2 – Indicação de palavras que expressam ideia de diminuição



Fonte: Dados da pesquisa

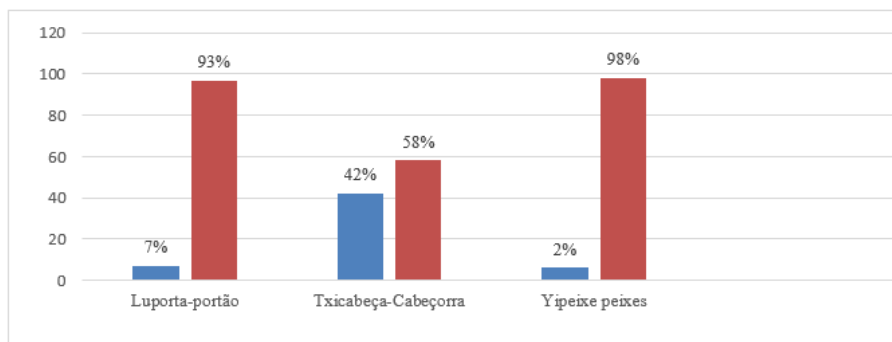
Sobre a indicação de palavras que expressam o sentido de diminuição, organizamos as palavras em três blocos, o primeiro bloco cuja análise incidiu sobre as palavras kalivro e livrinho, 31% dos inquiridos assinalaram kalivro enquanto 69% assinalaram livrinho. O segundo bloco, do qual a análise incidiu sobre as palavras kacasa e casinha, 36% apontaram kacasa e 64% apontam casinha. O terceiro onde a análise prendeu-se às palavras tfufolhas e folhinhas, 17% dos inquiridos apontam tfufolhas e 83% folhinhas.

Entre os pares “**kalivro-livrinho**” e “**kacasa-casinha**”, o empréstimo de morfema “ka” é utilizado com uma frequência tendencialmente significativamente. Isso sugere que, no contexto analisado, há uma nova tendência de português, que os falantes tendem a preferir utilizar no processo comunicativo. No par “**tfufolha-Folhinhas**”, apesar do morfema “tfu” ser emprestado com uma frequência bem menor do que a forma original, isso indica que, nesse caso, há igualmente uma nova tendência.

3 – Indique as palavras que apresentam ideia de grandeza ou intensificação e o plural:

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| a. Luporta_____ | b. Portão_____ |
| c. Cabeçorra/cabeção_____ | d. Txicabeça_____ |
| e. Yipeixe_____ | f. Peixes_____ |

Gráfico 3 – Indicação de palavras que apresentam ideia de grandeza



Fonte: Dados da pesquisa

Nesta questão, organizamos as palavras em três análises, a primeira incidiu sobre as palavras **luporta** e **portão**, 7% dos inquiridos assinalaram **luporta** e 93% assinalaram **portão**. A segunda análise incidiu sobre as palavras **txicabeça** e **cabeçorra/cabeção**, 42% apontaram **txicabeça** e 58% apontam **cabeçorra**. A última análise prendeu-se às palavras **yipeixe** e **peixes**, 2% dos inquiridos apontam **yipeixe** e 98%

apontam peixes. Em todos os pares de palavras, a forma mais comum ou padrão (à direita) é significativamente mais preferida do que a forma menos comum ou nova (à esquerda), que indica uma tendência a utilizar as novas formas linguísticas que se configuram no empréstimo de unidades morfológicas da língua *cokwe* para a formação de novas palavras em português.

A percentagem de preferência pela forma padrão é muito alta em todos os casos, com exceção do par “Txicabeça-Cabeçorra”, onde ainda há uma percentagem considerável de pessoas que preferem a forma nova. O gráfico 3 mostra uma clara preferência pelas formas de palavras mais comuns e estabelecidas. Essa preferência pode ser explicada por diversos fatores, como o conservadorismo linguístico, a influência da norma-padrão e a dificuldade de aceitação de novas formas.

Quadro 2 – Resumo das unidades morfológicas *cokwe* emprestadas para a formação de novas palavras em português

Palavras em português	Morfemas emprestados em <i>cokwe</i>	Tipo de morfema	Palavras formadas	Significado semântico	Explicação Linguística da incorporação dos morfemas <i>cokwe</i> em português
Casarão Portão Cabeçorra/ cabeção	Txi	Prefixo	Txicasa Txiporta Txicabeça	O seu sentido básico designa grandeza de algo	O morfema txi em palavras, na língua <i>cokwe</i> , expressa a ideia de intensificação ou grandeza, com efeito, o falante faz recurso ou empréstimo deste morfema para ser incorporado em palavras portuguesas, indicando o mesmo significado semântico em português, fenómeno resultante da identidade cultural do falante e o contato linguístico que impulsiona mudança ou a transformação da língua.

A LEXICOGRAFIA, A LEXICOLOGIA E A ONOMÁSTICA EM PORTUGUÊS:
A LÍNGUA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Casarão Portão Pedragulho	Lu	Prefixo	Lucasa Luporta Lupedra	O seu sentido básico designa grandeza de algo	O morfema lu em palavras, na língua cokwe, expressa a ideia de intensificação ou grandeza, com efeito, o falante faz recurso ou empréstimo deste morfema para ser incorporado em palavras portuguesas, indicando o mesmo significado semântico em português, fenómeno resultante da identidade cultural do falante e o contacto linguístico que impulsiona mudança ou a transformação da língua.
Peixes Pessoas	yi	Prefixo	Yipeixe Yipessoa	O seu sentido básico designa quantidade	O morfema yi em palavras, na língua cokwe, expressa a ideia de quantidade exagerada, com efeito, o falante faz recurso ou empréstimo deste morfema para ser incorporado em palavras portuguesas, indicando o mesmo significado semântico em português, fenómeno resultante da identidade cultural do falante e o contacto linguístico que impulsiona mudança ou a transformação da língua.
Livrinho Casinha/ casota	Ka	Prefixo	Kalivro Kacasa	O seu sentido básico designa um pequeno tamanho de algo	O morfema ka em palavras, na língua cokwe, expressa a ideia de pequeno tamanho e indica a redução, com efeito, o falante faz recurso ou empréstimo deste morfema para ser incorporado em palavras portuguesas, indicando o mesmo significado semântico em português, fenómeno resultante da identidade cultural do falante e o contacto linguístico que impulsiona mudança ou a transformação da língua.

Poucas folhas Pouca comida	Tu (Tfu)	Prefixo	tfufolhas Tfucumida	O seu sentido básico designa redução ou ideia de redução	O morfema tu/tfu em palavras, na língua cokwe, expressa a ideia de pequeno tamanho e indica a redução, com efeito, o falante faz recurso ou empréstimo deste morfema para ser incorporado em palavras portuguesas, indicando o mesmo significado semântico em português, fenómeno resultante da identidade cultural do falante e o contacto linguístico que impulsiona mudança ou a transformação da língua.
-------------------------------------	----------	---------	------------------------	--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Os morfemas sendo unidades menores que carregam significado, nas novas palavras que, tendencialmente, estão a ser formadas na Lunda-Norte temos, por exemplo, txicasa = **Txi** (morfema ou prefixo) + **casa** (radical), lupedra = **lu** (morfema ou prefixo) + **pedra** (radical), yipeixe = **yi** (morfema ou prefixo) + **peixe** (radical), kalivro = **ka** (morfema ou prefixo) + **livro** (radical) e tu/tfufolhas = **Tu (Tfu)** (morfema ou prefixo) + **folhas** (radical).

3.2.2 Discussão dos resultados dos questionários aplicados

As línguas são, naturalmente, organismos vivos em fortes mutações ou evoluções dentro de uma sociedade. A respeito da evolução ou mesmo mutação que a língua sofre, Calvet (2022) considera que este fenómeno se dá através de suas estruturas internas, de contactos que estabelece com outras línguas e atitudes linguísticas.

Os falantes no contexto da Lunda-Norte não fogem desta regra, fazem empréstimos de alguns morfemas cokwe para se comunicarem em português, resultando em uma LP completamente diferente do falante europeu, como Calvet (2022) aponta. Logo, o português, ao estabelecer contato com a língua cokwe, permite não ser o mesmo que é falado no território europeu.

Os dados obtidos apontam numa nova tendência característica de LP empregue no contexto da Lunda-Norte, tais falares refletem a cultura, hábitos e marcas indissociáveis entre a LP e cokwe. Este processo está associado àquilo que Martinet (2014) explica que as línguas mudam durante um determinado tempo para se adaptar ou ir de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes. A respeito dos dados obtidos,

o contacto das línguas bantu com o português no mesmo território, nos mesmos grupos sociais ou ainda na mesma força social oferece uma cedência de uma ou outra palavra, de um sotaque ou outro culminando com contacto de culturas que afetam em grande medida a estrutura de cada uma das línguas em contacto (Sassuco, 2022, p. 15).

Sobre os questionários aplicados, somos a sublinhar que as línguas africanas de Angola são mais faladas e fomentadas em zonas rurais como também suburbanas, por conseguinte, os resultados colhidos nos testes aplicados são consequência do contato entre o português e a língua nativa maioritária cokwe, as duas línguas convivem no mesmo território.

Por isso, é tendencial a formação de novas unidades lexicais, o falante faz empréstimo de morfemas da língua cokwe como, por exemplo, “**ka**” e “**tu (tfu)**”, prefixos de diminuição em cokwe, que expressam ideia de pequeno tamanho e indica a redução, e “**txi**”, “**lu**” e “**yi**”, prefixos que expressam intensificação, em palavras portuguesas: txicasa= **txi**+ casa, lupedra= **lu** + **pedra**, yipeixe=**yi** + **peixe** (radical), kalivro = **ka** + **livro** e tu/tfufolhas = **tu (tfu)** + **folhas**. Uma prática comum e recorrente em contextos informais, refletindo a construção de uma identidade linguística híbrida e a adaptação da língua portuguesa às necessidades comunicativas da comunidade local, demonstrando o claro contato existente entre as duas línguas: cokwe e português.

Por outra, os resultados sugerem que as pessoas tendem a resistir à nova tendência de formação de palavras, mesmo que elas sejam semelhantes em significado às formas padrão. Logo, os dados indicam, igualmente, um certo conservadorismo linguístico, com as pessoas preferindo utilizar as formas de palavras que já estão estabelecidas na língua. A norma-padrão da língua parece exercer uma forte influência sobre as escolhas linguísticas dos indivíduos.

4 Considerações finais

A preocupação com as variedades africanas do português constitui tópicos que servem de escopo para abordagens de diferentes estudiosos; trata-se de assuntos que se vêm mostrando cada vez mais presentes no campo dos estudos linguísticos. Considerando as especificidades da variedade angolana, apesar da sua norma, por razões óbvias, estar em construção, vários estudiosos fundamentam, com evidências, a existência do PA. Esses assinalam haver distanciamento entre o PA e o PE, do mesmo modo, corroboram justamente no que diz respeito à confluência multiétnica, multicultural e multilíngue que o mosaico angolano apresenta.

Logo, já é um fato comprovado por diferentes autores que a variedade do português falado no território angolano tem características próprias, no nível fonético-fonológico, morfossintático, lexical, entre outras áreas de estudos da língua. A nossa pesquisa prendeu-se sobre o estudo dos **empréstimos de morfemas da língua cokwe na formação de novas unidades lexicais em português, caso da Lunda-Norte, Angola**. Os seus principais resultados apontam que há uma nova tendência linguística de formação de palavras em contextos informais pelos falantes da Lunda-Norte, caracterizada pela incorporação de morfemas da língua cokwe, formando novas palavras em português, com o objetivo de expressar nuances semânticas específicas, enriquecendo o léxico da variedade local.

Os morfemas incorporados ou emprestados do *cokwe* como “**txi**”, “**lu**”, “**yi**”, “**ka**” e “**tu (tfu)**” transmitem significados relacionados a seguintes perspectivas:

- “**Txi**” e “**Lu**”: Ambos os morfemas transmitem a ideia de grandeza ou intensificação, sendo utilizados para formar palavras como, por exemplo, “**txicasa**” (casa grande), “**lupedra**” (pedra grande) entre outras;
- “**Yi**”: Expressa a ideia de quantidade exagerada, como em “**yipeixe**” (muitos peixes);
- “**Ka**” e “**Tu (Tfu)**”: Ambos os morfemas indicam a redução ou diminutivo, sendo utilizados para formar palavras como “**kalivro**” (livrinho), “**tfufolhas**” (poucas folhas), entre outras.

Esse processo de incorporação é resultado da identidade cultural dos falantes do contato linguístico entre as duas línguas (*cokwe* e português) e demonstra como o contato linguístico pode impulsionar a mudança e a transformação de uma língua, incorporando elementos de outras línguas e o enriquecimento lexical português, que permite expressar nuances semânticas de forma mais precisa.

Ainda assim, o estudo demonstra como o contato linguístico pode levar à criação de novas palavras e à mudança ou à permanência do significado das palavras existentes, à adaptação da língua às necessidades comunicativas dos falantes, em um processo de constante mudança e evolução.

Portanto, dada a relevância da temática da nossa pesquisa e a relação que estabelece a uma série de fatores como, por exemplo, o contato linguístico entre o português e *cokwe*, o presente estudo deve ser compreendido como contributo que visa discutir o português falado em Angola, ou apontar para a necessidade de se refletir sobre as marcas que a LP tomou no contexto angolano e se pensar, futuramente, numa norma contextualizada. Por isso, considerando os fenómenos linguísticos característicos no contexto angolano, deixamos o presente estudo em aberto para a futura exploração e compreensão.

Referências

CALVET, L.-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

COSTA, T. Da Fonologia à Lexicografia, elementos para uma gramática do português de Angola. In: OSÓRIO, P.; KINGUI, A. M. A.; SUELELA, D.; ADRIANO, P. S.; COSTA, T. (org.). *Da Fonologia à Lexicografia: elementos para uma gramática do português de Angola*. Famalição: Edições Húmus, Ltda., 2022.

FERNANDO, M. V. Origem, expansão e fixação das populações Ruund, Cokwe e Comunidades Aparentadas. In: VICTORINO, S. C. (org.). *A Rainha Lueji A'Nkonde e o Império Lunda*. Dundo: Lueji Editora, 2012.

FREITAG, R. M. K. *Documentação sociolinguística coleta de dados e ética em pesquisa*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação de Angola – 2014*. Luanda: INE, 2016.

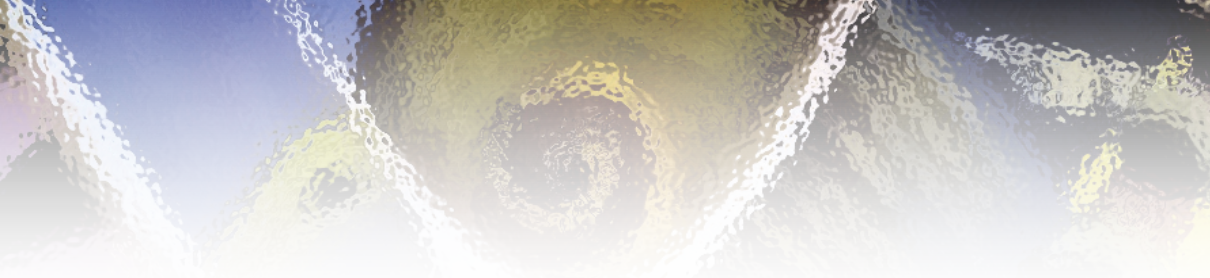
MARTINET, A. *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Clássica Editora, 2014.

SASSUCO, D. P. Pensar na morfossintaxe de substantivos de prefixos zero (Ø) e do prefixo /KU-/ da classe 15 em cokwe (K10). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 1, n. 1, p. 80-102, jan./jun. 2021.

SASSUCO, D. P. Problemática de contacto das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. E. da S. (org.). *O português de/em Angola*. São Paulo; Florianópolis: Opção Editora, 2022. p. 15-42.

TIMBANE, A. A. Reflexões sobre o contato linguístico nos PALOP e a Internacionalização da Língua Portuguesa na África. In: FREITAG, R. M. K.; SAVEDRA, M. M. G. (org.). *Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda. 2023.

UNDOLO, M. *A norma do português em Angola: subsídios para seu estudo*. Caxito: ESP-Bengo, 2016.



CAPÍTULO 18

A variação do léxico cokwe no seu espaço linguístico

Albano Agostinho Eduardo

Universidade Lueje A'Nkonde-Angola
Universidade de Évora-Portugal

Introdução

A variação lexical tem sido um assunto de muito interesse sociocultural, bem como acadêmico. Em Angola, os lundas, ao fazerem parte dessa realidade, conhecem evoluções impostas pela mobilidade e variações do meio ambiente, o que faz com que, na sua área de influência linguístico-cultural, a variação lexical seja também um assunto impactante no ensino e aprendizagem.

Apesar de ter a Língua Portuguesa largamente usada como instrumento de comunicação e de ensino e aprendizagem, os alunos são provenientes de ambientes de contato linguísticos diferentes, com maior ou menor exposição às Línguas Nacionais, tornando-os ativos e passivos em relação ao seu uso (oral e escrito). A experimentação do ensino da Língua Cokwe nas escolas – modelo na sua região linguística – é um começo para alterar o monolinguismo na sala de aula e permitir o acesso à informação e ao conhecimento nessa língua (instrumento de ensino e disciplina), evoluindo para o ensino bilíngue.

Dada a heterogeneidade das turmas, surge a preocupação em perceber, por meio de uma população do 1º ano do Curso de Linguística Portuguesa, no âmbito do Projeto de Apoio à Educação Bilíngue, se os alunos têm noção da variação da Língua Cokwe enquanto instrumento de identificação sociocultural nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

Partindo do questionamento “qual é o conhecimento que os estudantes do 1º ano do curso de Linguística possuem sobre a variação lexical na região linguística?” pretende-se por meio dos conceitos de *variação*, *léxico*, *Cokwe* e *espaço linguístico* verificar o grau de conhecimento dos estudantes por meio de um exercício numa Língua Nacional, com o foco na Língua Cokwe, inserido naquele projeto. Assim, o capítulo integra os seguintes tópicos: “Variação e Aquisição do Léxico em Cokwe”, “A Configuração do Léxico Cokwe”, “A Unidade Lexical do Cokwe na Diversidade Linguística”, “Recolha e Seleção das Unidades Lexicais”, “Análise dos Dados” e, por último, as “Considerações Finais”.

1 Variação e aquisição do léxico em Cokwe

A variação linguística é um fenômeno que assenta na alteração de elementos socioculturais. Surge com a mudança de comportamentos, hábitos e costumes que se reproduzem na língua ao longo do tempo, estratos e de espaços, sendo o léxico a janela pela qual se manifesta. Da inconsciência ao formalismo, a língua sofre várias alterações por estar ligada à natureza sociocultural. Por isso, mesmo em contato com outras línguas, qualquer falante (passivo ou cativo) pode intuir sobre a sua variação em estágios diferentes.

Estudos sociolinguísticos associam o assunto ao tempo e ao espaço, e estes aos estratos sociais, tendo em vista a comunicação. A Língua

Cokwe constitui a língua de maior expressão no Leste de Angola⁵⁴, embora partilhe o espaço com outras línguas que fazem parte das grandes migrações culturais dos povos lunda-cokwe (Santos, 1966), que, segundo Fage (1995), conheceram também evoluções impostas pela mobilidade e variações do meio ambiente. Ao ser uma língua milenar, é falada num espaço administrativamente contrário ao antropológico e cultural, limitado às províncias do Leste onde as variações resultaram em mudanças e estas, segundo o desenvolvimento de cada espaço, em pequenas ou grandes variações. Refletir sobre esses aspectos é deveras do interesse não só sociocultural, mas também acadêmico, na medida em que a nova geração necessita de ser escolarizada num ambiente multicultural.

É sabido que a língua, combinação de signos, é uma convenção sociopolítica que liga as necessidades comunicativas entre o homem e a natureza ou a realidade que o envolve. Por isso, a sua instrumentalização é uma das formas de conferir maior funcionalismo e dinamismo, à semelhança das línguas asiáticas e indo-europeias, em oposição aos sistemas linguísticos bantu de cujos agrafismos reconhecem esforços para a instrumentalização (dicionários, gramáticas, revistas, radiodifusão, escolarização, etc.).

Se por um lado, a língua é um conjunto de elementos para a valorização de uma cultura (Kramsch, 2014), por outro, a sua comunidade deve recorrer a ela para que se identifique em relação à outra comunidade. Nessa perspectiva, corroboramos também que a língua deve pressupor um fenómeno heterogêneo, variável, dinâmico, enquanto produto de interações sociais e históricas, no entanto, sem limitações de significados e podendo ser usada em vários contextos (Marcuschi, 2007).

54 Depois da Língua Portuguesa, é a língua mais falada e apresenta como variantes ou dialetos: Songo, Luvalé e Nganguela, com os quais, segundo Capello e Iven (1881) e Kukanda (2000), partilham semelhante sistema linguístico.

É nesses contextos que a escola deve ajudar o aluno a desconstruir o pensamento segundo o qual a única linguagem correta é a escrita e a linguagem falada é inexistente, errada, sem sentido ou desviante (Cagliari, 1990). Logo, no âmbito da escolarização, tal como se defende na experimentação do ensino das Línguas Nacionais no Ensino Primário, é importante que se conduzam as comunidades, as crianças, bem como os jovens à compreensão do uso da Língua Cokwe e da sua variação lexical, mesmo por via de um processo de alfabetização.

Tendo em conta o mapeamento geográfico e a delimitação linguística entre as variantes da Língua Nacional Cokwe, esse estudo procura refletir sobre essa variação por meio do seu dinamismo lexical nos espaços contíguos, uma vez que a escolarização das Línguas Nacionais traz consigo desafios à comunidade acadêmica no que diz respeito ao seu conhecimento, resgate dos seus valores e consequente instrumentalização.

2 A configuração do léxico Cokwe

Em qualquer cultura humana, a função básica do léxico é a de auxiliar a designar e especificar o universo das coisas. Essa ação de designar, primeiro, distingue o homem de outros animais e, seguidamente, converte-se numa função rápida de afirmação e de socialização, variando segundo o grupo social, a idade, o grau de instrução e o espaço. Ou seja, o léxico é o meio pelo qual o homem designa uma realidade específica ou comum cujo valor pode variar segundo as necessidades comunicativas. Também é nessa direção que se estuda o léxico no sistema linguístico bantu.

Segundo o sistema linguístico, pode analisar-se a Língua Nacional Cokwe, a partir do seu conjunto de palavras “léxico”, de cuja textualização requer estudos interdependentes que relacionem os fatores diacrônicos e sincrônicos, porque a natureza dos seres reais e abstractos permite categorizá-los respeitando também a sua diversificação.

Logo, entende-se que a inteligibilidade da Língua Cokwe entre os seus falantes é outro fator a não ignorar quando se pretende realizar estudos *lexicográficos* (fonética, etimologia, inovação, empréstimos, etc.) e outros que permitam a compreensão das possíveis alterações do seu sistema linguístico.

Por outro lado, o entendimento das características expressivas da riqueza linguístico-cultural da comunidade é um fator fundamental que conduz a percepção dos léxicos individuais e grupais enquanto um todo. Quer dizer que o conhecimento do léxico cokwe implica, similarmente, o conhecimento das diferentes formas lexicais e dos seus significados. Isto é, a variação dos usos regionais, situacionais e dos usos contextuais, à semelhança de outras Línguas Nacionais, uma vez que determina também o enriquecimento dos seus mecanismos (Silva; Agostinho Eduardo, 2021).

Se por um lado, Guthrie (1967), estudado por Ngunga (2004), entende que são os fatores fonéticos os causadores de mudanças das unidades lexicais, por outro, aqueles não deixam de estar desassociados de outras classes. Por isso, a Língua Cokwe, apesar da aglutinação que caracteriza o seu sistema, o seu léxico não funciona de forma isolada do conjunto de representações semânticas, o que, em vários casos, pressiona a morfologia para novas unidades lexicais (substantivos, verbos, adjetivos, etc.), com significados distintos.

Esta visão permite considerar que conhecer a Língua Nacional Cokwe é, também, saber descrever os seus aspectos como uma filosofia linguística, especificando a sua identidade e afirmação. Por isso, o léxico da Língua Cokwe, enquanto variedade angolana, é uma expressão das suas subculturas representadas pelos atuais grupos heterogêneos⁵⁵ que se foram espalhando, fixando, aculturando e configurando, onde suplanta as demais línguas minoritárias, dada a condição estatutária (Língua Nacional), na região:

55 Caracterização com base em Cazeca (2017) e Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPLEX).

Lunda-Norte → Estimada em 790.000 habitantes, apresenta uma área aproximada em 103.760 km² e possui 10 municípios: Chitato, Kuangu, Kambulu, Lukapa, Kapenda-Kamulemba, Xá Muteba, Kaungula, Kwilu, Lóvua e Lubalo. Possui a Língua Nacional Cokwe como a mais falada entre as línguas bantu: Lunda, Xinje, Bangala, Suku, Holo, Ukhari, Songo, Ciluba, Ukongo, etc.

Lunda-Sul → Possui uma área de 77.637 km², com uma população de 400.000 habitantes e dividida em 4 municípios: Saurimo, Kakolo, Muconda e Dala. Predomina a língua bantu cokwe como a língua de identidade e expressão cultural em todos os municípios.

Moxico → É uma das mais extensas províncias do país, ocupa uma área de 202.023 km² e apresenta uma população estimada em 750.000 habitantes. Possui 9 municípios: Moxico (Luena), Kameia, Kamanongue, Bunda, Léua, Lutchaze, Luau, Luacano e Alto Zambeze. Destacam-se as seguintes línguas bantu: Cokwe, lunda-ndembo, Luvale, Lucaze, Mbunda, Songo, Umbundu, Ngangela, luimbi, nyemba, kamussekele, minungu, khangala, kamaxi, yuma, kamakoma, nyengo, para além de outras pouco representativas no seu mosaico sociolinguístico.

Se por um lado, o espaço da Lunda-Sul apresenta-se como homogêneo ou quase homogêneo, por outro, o mesmo não acontece com os demais que fazem parte da região nuclear dos povos Lunda-Cokwe, pois a medida em que acontece a expansão há maior contato com outros subgrupos, muitos dos quais anteriormente pertencentes ao mesmo império e, atualmente, se apresentam com características/hábitos alterados, influenciando o uso do léxico. Nesta visão, a variação lexical nesses espaços corresponde às diversas formas de como as unidades lexicais se diferem do seu espaço nuclear enquanto um sistema linguístico.

3 A unidade lexical do cokwe na diversidade linguística

A Língua Cokwe é mais um entre vários meios de comunicação que os povos oriundos do Império Lunda conservam. O estudo da palavra, nessa língua, não foge dos universais linguísticos, diferenciando-se nos detalhes de natureza fono-morfológica pelo fato de ser uma língua essencialmente aglutinada por prefixação, o que governa as suas regras de articulação morfossintáticas. É o fundamento que leva Ngunga (2004, p. 105-106) a admitir aquela característica em línguas bantu como sendo a “forma sistemática como os nomes se organizam”, ajudando a obter informações suplementares.

Assim, o léxico é a seiva que tem a função de representar o olhar sociocultural dessa comunidade, desde a sua estratificação, assumindo a expressão da realidade objetiva e abstrata, como forma de perpetuar o conhecimento cokwe. O léxico caracteriza-se por um conjunto de palavras herdadas e produzidas pela comunidade, como uma competência e uma forma desta identificar-se, o que a aproxima ou a distancia de outras comunidades linguísticas. Devido à sua natureza aglutinadora, a Língua Cokwe evidencia esta propriedade tanto ao nível do seu léxico quanto ao das unidades morfossintáticas. Por isso, recorre-se aqui à perspetiva de Biderman para a compreensão da variação da Língua Cokwe, uma vez que o léxico é a via pela qual a comunidade regista a realidade cuja vitalidade e expansão:

se altera e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares, daí resultar que unidades ou sectores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações (Biderman, 2011, p. 179).

Na obra *Léxico e Gramática*, Vilela (1995) também entende que o léxico é a forma de uma comunidade codificar a realidade extralinguística no seu saber, para além de constituir-se em ideias que permitem a comunicação entre os membros da comunidade. No entanto, é esta forma de codificar a realidade que, à semelhança de outras comunidades, permite aos tucokwe⁵⁶ organizar e integrar as palavras em grupos segundo determinadas regras e significados, como classes de palavras.

Atendendo à expansão do império Lunda ou a lundanização (Lima, s. d.), a Língua Cokwe é uma das línguas de maior expressão em Angola. Esta dimensão diversifica-a por contatos que influenciam a sua variação, de sorte que uma mesma unidade lexical ocorra de diferentes formas em espaços geográficos distintos, isto é, como efeito de uma corruptela, evolução sonora, morfossintática e, em alguns casos, de empréstimo. É nesse ambiente que o seu léxico representa o somatório dos idioletos e socioletos que coletivizam o pensamento, as ações, por meio de palavras criadas por distintas gerações. Também, é no mesmo ambiente que as outras culturas o assimilam, isto é, desde o etimológico, herdado, inovado até o emprestado, cujo sentido, na maioria das vezes, só é possível dentro dessa cultura e, em outros casos, sem significado fora dela.

No entanto, o léxico, ao funcionar como um conjunto de realizações dessa comunidade, a sua relação com o mundo flexibiliza-o no sistema linguístico, variando segundo a dispersão, a nova convivência e o reagrupamento das comunidades em espaços diferentes. Isso torna-o também um inventário sempre *opened* e *infinite*, massificando-se cada vez mais segundo a necessidade de designar e clarificar o conhecimento comunitário, sobretudo, no contato com a natureza e com as culturas estrangeiras, tendo impacto no seu ensino.

Entre os mecanismos de unidade e diversidade (não é o escopo desse estudo), os prefixos e os infixos fazem parte da estratégia de va-

56 Designação de comunidade: grupo, povo etnolinguístico.

riação, a estrutura fono-morfológica, fundamentalmente das unidades lexicais variáveis, tende a alterar, permitindo, em certos casos, a derivação de outros substantivos, verbos, adjetivos ou mesmo advérbios. E, tal como sustenta Coseriu (1987), as variações nas formas acabam por justificar-se por via das relações extralinguísticas nos novos espaços, e, segundo a sua localidade/grupo, alternam certos fonemas:

Quadro 1 – Alternância de fonemas nas unidades lexicais na Língua Cokwe

Português	Cokwe	Português	Cokwe
1-Amendoim	<katabi /katapi>	4-Estrada	<cibendo/cipendo>
2-Bombom	<luba/lupa>	5-Dividir	<kutepa/kuteta>
3-Caminho	<Njila/njiya>	6-Pequeno	<cikehe/cikephe>

Fonte: Autor

Esta alternância (Quadro 1) pode dar lugar à variação lexical: <xima/cindju> funje; <munda/wande> lavra; <moyowenu/menekenu> saudação; <civale/phungo> milho; <lunoka/kaphela> cobra. Ou seja, o uso de uma nova designação para a mesma realidade, em espaços diferentes, é justificado pela multiplicidade de hábitos e contatos para satisfazer as solicitações linguísticas das comunidades (Labov, 1982).

Finalmente, apesar de maior mobilidade nessa região linguística, há hábitos consolidados que tendem a especificar a comunidade cokwe das sub-regiões norte (Lunda-Norte), centro (Lunda-sul) e Sul (Moxico), levando-as a usar determinado vocabulário em situações discursivas e o recurso aos registos de linguagem, o que faz com que cada comunidade, segundo Ferreira, Carrilho, Lobo, Saramago e Cruz (1996), tenha uma psicologia particular de usar a língua, sobretudo, de forma diversificada e ao mesmo tempo compreensível.

4 Recolha e seleção das unidades lexicais

Nesta secção faz-se a análise e a interpretação dos dados com base num *corpus* da Língua Cokwe, criado a partir de um exercício escrito sobre variação lexical, cujo propósito é de levar os alunos do 1º Ano do curso de Linguística Portuguesa da Escola Pedagógica da Lunda-Norte (EPLN) do período Pós-Laboral a demonstrarem as suas noções sobre a mudança na Língua Cokwe na região. Segundo a teoria do campo lexical, admitida por Coseriu (1987), fez-se a recolha de unidades lexicais ligadas à vida sociocultural dos alunos residentes na região linguística. A opção foi justificada pelo estatuto bilíngue social da maioria dos alunos, o que pressupôs existir alguma noção sobre a variação lexical enquanto riqueza sociocultural deles.

Entende-se que a análise estatística dos dados recolhidos, assim como a do conteúdo, são informações importantes, porque a forma de ilustrar os dados facilita a sua interpretação (Quivy; Campenhoudt, 2008). A estratégia justifica-se de tal modo que, na análise das frequências, distribuição e relação dos fatos linguísticos, se considere a estatística descritiva acima de um simples método de apresentação dos dados. E, apesar de não ser ultrapassada pela “reflexão teórica prévia”, é ainda a única que oferece “critérios explícitos e estáveis para a recolha, a organização [...], a interpretação dos dados, [...] a coerência e o sentido do conjunto do trabalho” (Quivy; Campenhoudt, 2008, p. 223).

Aquelas visões permitiram selecionar três turmas heterogêneas (salas nº 4, 8 e 20), numa previsão de 160 alunos de ambos os gêneros, com idades compreendidas entre os 20 e 55 anos. Mas, por conta do feriado (dia dos finados), foi impossível recolher os exercícios dos alunos da sala 20, ficando limitada às salas nº 4 e nº 8. Aqui, a realização do Exercício de Linguística (EL)⁵⁷ foi precedida de identificação dos fa-

57 Instrumento utilizado como intermediário para registar os dados dos alunos sobre o conhecimento da variação lexical na região linguística por eles representada.

lantes bilíngues ativos⁵⁸, falantes passivos, não falantes⁵⁹ e de falantes de outras línguas (Ulunda, Ukongo, Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Ciluba, etc.), tendo sido caracterizados, tal como se apresenta na tabela abaixo:

Tabela 1 – Caracterização dos alunos e codificação do exercício

Faixa Etária	Gênero		Codificação do Exercício	
	M	F		
< 25 anos	9	8	17/	EL
> 25 anos	29	13	42 /	EL
Total	38	21	59 /	EL

Fonte: Autor

Com base nessa caracterização (tabela nº 2), a orientação do EL consistiu em elaborar uma lista de vocabulário comum que espelhasse a variação de no mínimo 10 e no máximo 15 unidades lexicais (palavras alternativas) predominantes nas três (3) zonas de influência da Língua Cokwe.

Dos 90 exercícios produzidos, foram inicialmente validados 59 e invalidados 31, estes por não corresponderem ao objeto do estudo. Ou seja, a variação nesses apontava para a oposição Cokwe # Ciluba, Cokwe # Kikongo, Cokwe # Umbundu e Português # Cokwe, o que, nesse último caso, terá revelado alguma dificuldade/desconhecimento dos alunos quanto à (escrita da) Língua Cokwe. No segundo momento, foram invalidadas as unidades cujas variações se limitavam aos aspectos fonéticos <lupa/ luba> e <kutayza /kutaulyza>, sendo finalmente consideradas 34 variações lexicais, organizadas no Quadro 2 abaixo:

58 Uma língua bantu e a Língua Portuguesa como Línguas Primeira e Segunda (L1 e L2).

59 Em todas as turmas, a realização do exercício foi opcional, contudo, sem validação para esse grupo.

Quadro 2 – Variação lexical em Cokwe por alunos do 1º Ano do curso de Linguística

Português	Lunda-Norte A1	Lunda-Sul A	Moxico A2
1-Estrada	Cibendo*	Tapalo	Tapalo
2-Cobra	Lunoka	Lunoka/kaphela	Kaphela
3-Arroz	Loso	Mucele/loso	Mucele/loso
4-Menina	Mwana*	Kanuke	Kanuke
5-Cavar	Kuxima	Kuxima	Kufula*
6-Trabalhar	Kukalakala	Kukalakala	Kukilikita*
7-Folha [†]	Usé/Cisé	Usé/Cisé	Katolo*
8-Preçário	Muxinga	Muxinga	Ndando*
9-Dinheiro	Falanga*	Mbongo	Mbongo
10-Escrever	Kufunda*	Kusoneka	Kusoneka
11-Viúva	Mufisa	Mufisa	Thuliwa*
12-Panela	Ndoho*	Yimbia	Ndeho*
13-Notícias	Sango	Sango/ mujimbo	Sango/ mujimbo
14-Porta	Cajilo*/ cikolo	Cikolo /pito	Cikolo /pito
15-Nascer	Kuxita/Kusema	Kuxita /Kusema	Kusema
16-Ouvir	Kubanjica*/kwisa	Kwiva	Kwiva
17-Esperar	Kumanhina*	Kuximbwyla	Kubxuminhina*
18-Berigela	Katete*/Gilo	Gilo	Gilo
19-Sim	Mba/ Ewa	Mba/Ewa	Mba/Ewa
20-Milho	Civale	Civale/Pungo	Pungo
21-Capim	Muyila	Muyila	Mwambu*
22-Calças	Mulefu	Mulefu	Kalassau**
23-Lavra	Munda	Munda/Wande	Wande
24-Camisa	Kambinza*	Sumixi	Ximixi
25-Aqui	Hano/Kuno	Hano/ Kuno	Hano/ Kuno
26-Batata	Kathatha	Kathatha/Thamba	Thamba
27-Ginguba	Kambele*	Katapi/Hyelo	Katapi/Hyelo
28-Funje	Xima	Xima/Cindvu	Xima
29-Carro	Maxinhi	Maxinhi	Maxinhi/Motoka
30-Estragar	Kubihisa	Kupihisa	Kupihisa
31-Defecar	Kunhenha	Kunhenha /Kupihisa	Kunhenha/Kupihisa
32-Coberta	Mukhombo	Mukhombo	Mukhombo/blankete ²
33-Lugar	Cihela	Cihela	Cihela
34-Doença	Yikola	Yikola	Yikola
Variedades	A1 = 11	A = Região nuclear	A2 = 9

Fonte: Elaboração própria

No quadro 2, como efeito da caracterização anterior, procurou-se ilustrar a reprodução das 34 unidades lexicais em 3 colunas; núcleo/norma (Lunda-Sul = A) e os espaços de expansão (Lunda-Norte = A1 e Moxico = A2), como a amostra que ocorre com maior frequência, cujo interesse das variedades (A1 = 11 e A2 = 9), aqui, espelha a experiência da comunidade linguística. Estas variedades representam os distintos usos modificados por ambientes, níveis de escolaridade, consciências

dos alunos, etc. (Souza, 2021) e, tal como salienta Apontes (2010), apesar de serem transcrições (grafismos), não se descarta a sua correlação fonética por antes serem consequência desta. Essa foi a razão para a consulta de um investigador e de três coordenadores do ensino da Língua Cokwe nas três províncias, ligados ao PAEB⁶⁰ para a validação da ortografia das unidades lexicais, segundo a norma vigente no ensino das Línguas Nacionais.

4.1 Análise dos Dados

Relativamente aos dados, foram analisados com o objetivo de verificarmos se os alunos possuem noções sobre a variação lexical na Língua Cokwe. A análise assentou no confronto das unidades lexicais do núcleo (A) com as unidades dos novos espaços (A1 e A2). daquelas unidades, destacam-se 3 categorias – substantivos (24), verbos (8) e advérbios (2) –, havendo preponderância dos substantivos. E, com base na variedade normativa, pode identificar-se as frequências abaixo:

Tabela 3 – Frequência na variação lexical

Unid Lexicais	Frequência					
	A1	%	A	%	A2	%
Conservadas	23	53,48	34	100	25	58,1
Variação	11	25,58	34	100	9	20,9
Dois Usos	4	9,3	34	100	7	16,2

Fonte: Autor

Os dados produzidos pelos alunos do 1º ano do Curso de Linguística Portuguesa revelam que, embora a variante nuclear da Lunda-Sul seja a norma da região linguística (A = 100%), as 34

⁶⁰ Projecto de Apoio à Educação Bilingue. Consultores que serviram de suporte para validação de unidades lexicais atestadas nessa cultura após a recolha das mesmas por meio de uma tabela criada com recurso ao programa Word.

representações lexicais nos novos espaços evidenciam diferentes níveis de variação (**A1** = 25,58%) e (**A2** = 20,9%), apesar de a maioria das unidades lexicais apontarem para a conservação ou serem comuns (**A1** = 53,48% e **A2** = 58,1%), regista-se também situações de dois usos (**A1** = 9,3% e **A2** = 16,2%), possivelmente, como início da diversidade. No entanto, no que diz respeito aos aspectos variacionais locais (**A1** e **A2**), nota-se que algumas variedades não são comuns, observando-se maior variação na região nordeste, **A1** (25,58%), que admitimos a sua tendência, entre outros fatores, no contato e influência da língua ciluba (e variantes) sobretudo nos aspectos fonéticos (Martins, 1990), sendo extensivo às Línguas Lingala (e variantes) e Kimbundu (e variantes). Já a menor variação foi na região sul **A2** (20,9%), isto em relação ao núcleo – os fatores sociolinguísticos relativos às Línguas Umbundu, Nganguela e Luvalé tendem também a interferir e proporcionar influência.

A partir dos mesmos dados, verifica-se que o fato de os alunos terem sido capazes de alistar os vocábulos em cokwe, apesar de grafias diferentes, é uma prova de conhecimento do fenómeno linguístico na sua cultura e na região. Os mesmos possuem uma consciência sobre a variação lexical na região linguística ao evidenciarem as variedades lexicais em relação ao núcleo (**A**), pois o facto de serem capazes de identificar as diferenças das unidades lexicais revela a conservação da Língua Cokwe como elemento de unidade e diversificação linguística, fator a promover na sala como propiciador de um ambiente de interculturalidade e de facilitação da comunicação.

Assim, apesar de o conjunto de dados produzidos pelos alunos não ser suficientemente significativo, constata-se uma variação ao confrontarmos as unidades lexicais do núcleo (**A**) com as dos novos espaços (**A1** e **A2**). E o reduzido número dessas unidades pode apontar, por um lado, para o pouco domínio do vocabulário da Língua Cokwe e, por outro, para ainda existência de maior coesão da Língua Cokwe nes-

sa região linguística, o que confirma a sua delimitação administrativa como sendo o espaço predominante da Língua Nacional Cokwe.

As observações permitem dizer que a Língua Cokwe não resiste aos fenômenos de centrifugação em todos os seus espaços (Bechara, 1999; Mateus, 2005), pois a mobilidade dos falantes submete-a a uma variação positiva, na medida em que há o enriquecimento de unidades lexicais. *Grosso modo*, revela-se tanto o conhecimento cativo quanto o passivo da norma em relação às suas variantes, cuja tendência ainda conserva a sua inteligibilidade e sinonímica (dois ou mais usos lexicais).

5 Considerações Finais

O presente estudo permitiu compreender que a variação lexical na Língua Cokwe é um processo dinâmico, sendo também uma consequência do desenvolvimento sociolinguístico, sob efeito do espaço, do tempo e da linguagem. A diversidade linguística apresenta-se como um processo de enriquecimento externo com impacto interno, por meio do surgimento de novas unidades lexicais significativas que permitem expressar a realidade. Assim, a reelaboração das unidades lexicais por alunos do 1º ano do curso de Linguística Portuguesa indica o grau de conhecimento de variação do léxico na região, bem como valorização dos elementos de identidade cultural.

Apesar de maior mobilidade nessa região linguística, há hábitos consolidados que tendem a especificar a comunidade cokwe das sub-regiões Norte (Lunda-Norte), Centro (Lunda-sul) e Sul (Moxico) levando-as a usar determinado vocabulário em situações discursivas e o recurso aos registos de linguagem, o que faz com que cada comunidade, segundo Ferreira, Carrilho, Lobo, Saramago e Cruz (1996), tenha uma psicologia particular de usar a língua, sobretudo, de forma diversificada e ao mesmo tempo compreensível.

Referências

- AGÊNCIA DE INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (AIPPE). Disponível em: <https://www.aipex.gov.ao/PortalAIPPEX/#!/> Acesso em: 15 nov.2025.
- APONTES, S. A. Acomodação de palavras bantu em português: algumas consequências morfofonológicas (CELA, UFAC). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 46, jan./abr. 2010.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e lingüística*. São Paulo: Scipione, 1990.
- CAPPELLO, H. C. B.; IVENS, R. *De Benguela às terras de Iacca*. Descrição de uma viagem na África Central e Ocidental. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- CAZECA, G. S. I. *Antroponímia nas línguas da província do Moxico*. 2017. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.
- COSERIU, E. *Gramática, semántica, universales: estudios de lingüística funcional*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1987.
- FAGE, J. D. *História de África*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FERREIRA, M. B.; CARRILHO, E.; LOBO, M.; SARAMAGO, J.; CRUZ, L. S. Variação Linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M. (org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 479-502.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Nota de imprensa: Contas nacionais anuais 2009-2016*. Luanda: INE, 2018.
- KRAMSCH, C. *Language and culture*. London: OUP, 2014.
- KUKANDA, V. Diversidade linguística em África. *Africa Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, n. 3, p. 101-117, 2000.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982.

LIMA, A. G. M. A baixa de kassanji, os Jinga e a rainha Jinga. In: *1º Encontro de Reflexão Sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola*. Associação de Naturais e Amigos do Leste (ASLESTE), [s. d.], p. 37-60.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, J. V. *Elementos da gramática utchokwe*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa: [S. l.], 1990.

MATEUS, M. H. M. A mudança da língua no tempo e no espaço. In: MATEUS, M. H. M.; NASCIMENTO, F. B. (org.). *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Editora Caminho, SA, 2005. p. 13-30.

NGUNGA, A. *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.

SANTOS, E. *A questão da Lunda (1885-1894)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.

SILVA, A. A.; AGOSTINHO EDUARDO, A. A integração do léxico português no ensino da língua cokwe. *Revista Entrepalavras*, Fortaleza, v. 11, n. esp., p. 1-17, 2021.

SOUZA, M. J. A variação linguística no livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio. *Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS*, Feira de Santana, v. 22, n. Especial, p. 201-214, set. 2021.

VILELA, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário e gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.



CAPÍTULO 19

Cultura e linguagem: reflexos da identidade angolana na obra “Os meus tios e seus Atongoko”

Fidel António José Fernando

Instituto Superior de Educação de Luanda – Angola

Introdução

No âmbito das práticas pedagógicas em sala de aula, observa-se que as abordagens sobre o léxico, especialmente os processos de inovação lexical decorrentes do contato entre o português e as línguas autóctones, não recebem a devida atenção. Essa lacuna pedagógica motivou o presente estudo, cujo foco é investigar as manifestações desse fenômeno linguístico na obra literária *Os meus tios e seus Atongoko*, de Vunongue (2020). Buscamos, assim, responder ao seguinte questionamento: Que sequência didática pode ser elaborada para trabalhar, em sala de aula, os casos de neologismos resultantes do contato entre o português e as línguas autóctones?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os processos de inovação lexical resultantes do contato entre o português e as línguas autóctones presentes na referida obra. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: (i) descrever tais processos e (ii) propor estratégias pedagógicas para trabalhar, de forma efetiva, o ensino dos neologismos em contexto escolar.

A metodologia empregada é de natureza descritiva, com base na linguística de *corpus*, permitindo a análise detalhada do material textual extraído da obra de Vunongue. Essa abordagem possibilita identificar os traços culturais e aspectos léxico-semânticos que caracterizam os neologismos presentes no texto literário, além de sistematizar atividades didáticas voltadas para o ensino desse conteúdo.

A relevância desta pesquisa reside na compreensão da linguagem como elemento central da identidade social e cultural. Os neologismos, frequentemente associados a grupos marginalizados ou de menor escolaridade, são, muitas vezes, estigmatizados. Por meio desta análise, busca-se promover a valorização desses processos linguísticos como reflexos legítimos da identidade angolana, contribuindo para uma conscientização mais ampla sobre a riqueza e a legitimidade do contato entre o português e as línguas autóctones.

Estruturalmente, o estudo divide-se em duas partes: a primeira aborda, por meio de pesquisa documental, as diferentes interpretações e usos do termo cultura e sua relação intrínseca com a língua e o léxico. A segunda parte dedica-se aos procedimentos metodológicos, analisando os processos de inovação lexical destacados na obra, seus aspectos culturais e léxico-semânticos; nela, sistematizamos proposta pedagógica para o ensino dos neologismos. Ao final, são apresentadas considerações finais e as referências bibliográficas que fundamentaram o estudo.

1 Concepções sobre cultura e sua perspectiva histórica

Conceituar cultura não é uma tarefa fácil, porque ela é abordada em várias áreas do saber, nomeadamente: Sociologia, Antropologia, História, Comunicação, Administração, Economia, entre outras. Em cada área citada, é trabalhada a partir de diferentes enfoques. Tal realidade concerne ao próprio carácter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, a pala-

vra “cultura” também tem sido utilizada em diferentes campos semânticos em substituição a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (Cuche, 2002, p. 203). Habitualmente, ouvimos falar em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”, “cultura jurídica”, o que nos leva a concluir que, ao nos referirmos ao termo, cabe ponderar que existem distintos conceitos de cultura.

Parte desta complexa distinção semântica deve-se ao próprio desenvolvimento histórico do termo. A palavra cultura vem de “*colore*”, que originou o termo em latim cultura, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (Williams, 2007, p. 117). Até o século XVI, o termo era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que tinha sido cultivado, como uma parcela de terra cultivada. A partir do final do século passado, ganha destaque um sentido mais figurado de cultura e, numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das faculdades humanas. Em consequência, as obras artísticas e as práticas que sustentam este desenvolvimento passam a representar também a própria cultura.

Quer Cuche, na obra *A noção de cultura nas Ciências Sociais* (2002), quer Williams, em *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (2007), apontam os séculos XVIII e XIX como o período de consolidação do uso figurado de cultura nos meios intelectuais e artísticos. Expressões como “cultura das artes”, “cultura das letras” e “cultura das ciências” demonstram que o termo era, então, utilizado seguido de um complemento, no sentido de explicitar o assunto que estava a ser cultivado.

No pensamento iluminista francês, a cultura caracteriza o estado do espírito cultivado pela instrução. “A cultura, para eles, é a soma

dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (Cuche, *op. cit.*, p. 21). No vocabulário francês da época, a palavra também estava associada às ideias de progresso, de evolução, de educação e de razão. Cultura e civilização andavam de mãos dadas, sendo que a primeira evocava os progressos individuais, e a segunda, os progressos coletivos. No século XIX, a noção francesa de cultura ampliar-se-ia para uma dimensão coletiva, aproximando-se do significado de civilização.

Na Alemanha, por seu turno, os primeiros usos do sentido figurado de “*Kultur*”, no século XVIII, guardavam similaridade com o pensamento francês. A ideia de cultura como civilização era utilizada pelos príncipes da aristocracia alemã, que estavam “preocupados demais em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa” (Cuche, *ibidem*, p. 25). Acontece uma inversão de sentido no momento em que a intelectualidade burguesa, que não compartilhava o poder com os nobres, passa a criticar a superficialidade dos hábitos cerimoniais dos príncipes alemães, relacionados com a civilização, em contraposição com a cultura, que caracteriza, neste pensamento, o que é autêntico, profundo e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual.

A dinâmica do significado de cultura no debate entre estes dois países marcou a formação das duas concepções de cultura que estão na base dos estudos das Ciências Sociais. A compreensão francesa de cultura como característica do género humano deu origem ao conceito universal. Já a noção alemã de que a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o património de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (Cuche, *op. cit.*, p. 28) origina o conceito particular da cultura.

Considerando a multiplicidade de interpretações e usos do termo cultura, temos como referência, neste estudo, três perspectivas fundamentais de entendimento da cultura: (i) modos de vida que caracteri-

zam um povo; (ii) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e (iii) fator de desenvolvimento humano.

2 Relação entre língua, léxico e cultura

A língua, sendo um veículo de comunicação entre as pessoas, é um construto histórico-social, coletivo e presente na memória dos agentes de uma comunidade linguística qualquer. Dado que a função primordial da língua consiste em tornar comum e compreensível o que está presente no cotidiano dos indivíduos de uma sociedade, é necessário que as designações e as formas a utilizar sejam elaboradas a partir de um consenso entre os membros de um grupo.

A esse respeito, Paula (2007, p. 92) assevera que “cultura, enquanto um tecido dinâmico e inconsútil de significados, faz-se e refaz-se graças às suas formas linguísticas de expressão”. A manifestação linguística aludida abrange, portanto, uma extensão variável de formas de expressão, dentre as quais se situa a linguagem verbal, sobre a qual discorreremos em consonância com o objeto e o objetivo desta pesquisa. Essa, por sua vez, mantém-se viva e configura um sistema dinâmico e abstrato.

Assim, a língua configura-se como um conjunto de sistemas que são sustentados por três subsistemas menores, que são: o discurso, a gramática e o léxico. O discurso corresponde aos sentidos vários conferidos na materialidade da linguagem em uso; a gramática corresponde ao conjunto de normas que regem o funcionamento da língua; o léxico, finalmente, constitui um inventário aberto das unidades significativas que denominam os referentes abstratos e concretos do sistema extralinguístico.

Conforme Vilela (1994, p. 6), “avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos, crenças, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico”. Pelo que se disse

acima, pode-se reter, então, que esse processo de nomear abarca a dimensão cultural da língua, uma vez que, ao se designar um objeto através do nome, está-se a autenticar sua existência nesse mesmo meio social. O léxico, assim, é dos subsistemas da língua que melhor reflete os traços culturais de uma comunidade linguística. Na sala de aula, o objetivo principal de estudar o léxico deve ser o de levar o aluno a compreender como se formam as palavras, seus significados, usos, entrada na língua. Isso significa desenvolver a competência lexical.

Considerando que os contos, as novelas e os romances são produções literárias por excelência, onde se pode conferir a realidade social e cultural abordada com um carácter verossímil, tomamos a obra de Vunongue⁶¹ para explorar os processos de inovação lexical, seus traços culturais e os aspectos léxico-semânticos constantes nela. O aludido no parágrafo anterior perfará o assunto da secção seguinte.

3 Corpus documental e referencial

Com vista à valorização das línguas angolanas de origem africana (ou desejando colocá-las em posição paralela com a Língua Portuguesa), alguns escritores angolanos usavam (e usam até hoje) o método de inclusão de expressões ou unidades lexicais de línguas angolanas de origem africana nas suas obras.

É assim que trazemos um *corpus* documental e referencial constituído por algumas estruturas lexicais com traço cultural de Angola, visando indicar pistas para trabalhar os processos de inovação lexical nas aulas de Língua Portuguesa. Apresentamos, a seguir, a classificação dos dados, extraídos do *corpus*, de acordo com os casos de neologismos de forma, seguidos dos neologismos semânticos.

No entender de Chicuna (2015, p. 55-56), a neologia lexical divide-se em neologia de forma da qual podem resultar os processos de composição, derivação, truncação, abreviaturas, siglas e acrónimos;

61 VUNONGUE, M. *Os meus tios e seus Atongoko*. 1. ed. Luanda: Elivulu, 2020.

e a neologia semântica que atribui um novo significado a um significante já existente na língua. Ainda, recorda-se que os neologismos formais estão divididos em dois grupos: neologismos formais internos (criações lexicais dentro da própria língua) e neologismos formais externos (criados através de importação de outra língua).

3.1 Processo de criação lexical

A neologia, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, concebe-se como criação ou emprego de palavras ou de acepções novas, enquanto neologismo é o emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não; atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua. O neologismo é um produto da neologia.

3.1.1 Derivação

A derivação é um dos processos de criação lexical que consiste em adicionar um afixo a uma base morfológica de um mesmo sistema de língua ou não. Quando o afixo ocorrer antes da base, dizemos que estamos diante de uma derivação por prefixação; pelo contrário, dizemos que estamos diante de uma derivação por sufixação; se ocorrerem ambos, dizemos que há uma derivação por prefixação e sufixação ou, ainda, a parassintética⁶².

Em relação à derivação por prefixação, encontramos o afixo “ka-”, uma componente semântica da língua bantu com sentido diminutivo e uma base da língua portuguesa.

Ao passo que na derivação por sufixação, registamos “-eiro” e “-to”. São elementos normalizados, que surgem como afixos juntos a uma base já existente na Língua Portuguesa ou nas línguas bantu que são faladas em Angola. Abaixo, apresentamos exemplos de neolo-

62 Ocorre quando há adição de um afixo antes e depois da palavra primitiva. Sem um dos afixos, não existe a palavra na língua. Ex.: amanhecer, anoitecer, engordar, entristecer, empedrar.

gia formal, enfatizando a derivação (prefixal e sufixal), o que demonstra a importância desse assunto. Exemplos de derivação prefixal:

a) *kabucado*

Kabucado → *ka+bucado* (Nome → Nome)

“Ó sobrinho, desta vez, vamos deixar ele mamar um **kabucado** de cadeia.”

(Vunongue, *op. cit.*, p. 31)

b) *kacasinha*

kacasinha → *ka+casinha* (Nome → Nome)

“Eu mesmo assim bem grande vou entrar nessa **kacasinha** com essa porta bem pequena?”

(Vunongue, *op. cit.*, p. 100)

c) *kareforma*

kareforma → *ka+reforma* (Nome → Nome)

“Vamos ver se nos adiantamos lá uma **kareforma** ou quê.”

(Vunongue, *op. cit.*, p. 95)

Exemplos de derivação sufixal:

a) *boateiro*

Boateiro → *boato + eiro* (Nome → Adjectivo)

“Como sou **boateiro** (=fofoqueiro), estou a vir da casa do vizinho que, desde ontem, está a chorar”.

(Vunongue, *op. cit.*, p. 26)

b) *kazukuteiro*

Kazukuteiro → *kazukuta + eiro* (Nome → Adjectivo)

“Eu te confio, meu sobrinho **kazukuteiro** (= problemático, aldrabão).”

(Vunongue, *op. cit.*, p. 48)

c) *primoto*

primoto → *primo + to* (Nome → Nome)

— Alô, primo.

— Alô, prima, como estás?

— *Estou bem, primo. E o **primoto**?*”

(Vunongue, *op. cit.*, p. 138)

Há, no *corpus* referencial, muitas palavras derivadas por prefixação formadas pelo afixo semântico da língua bantu com sentido diminutivo “**ka-**”: *katumáquinas, kajuda, kaimpulso, kagalinha, kasaia, kasardinha, kadinheiro*.

Estas unidades lexicais podem também figurar como formas híbridas, já que os seus constituintes provêm de línguas diferentes. No que diz respeito à classe gramatical, realça-se que a base e a novidade lexical nem sempre têm a mesma categoria gramatical.

3.1.2 Composição

A composição (morfológica ou morfossintáctica) resulta da junção de duas (ou mais) formas de base, radicais ou palavras. Salientamos que, na Língua Portuguesa, os compostos mais frequentes (e os exemplos deste estudo não são uma exceção) são os nominais, seguindo-se os adjetivais e (muito raramente) os verbais e os adverbiais.

Exemplo:

exactigual → *exacto* + *igual* (*Adjectivo* + *Nome*) → *Advérbio de modo*

— *Ó tio, quer dizer que vendeu todos os bois?*

— ***Exactigual** (= exactamente)! Agora, temos aqui um pequeno dinheiro...*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 21)

3.2 Empréstimo externo

Compreendem os empréstimos externos (também chamados de neologismos externos) todas as unidades lexicais de origem bantu.

Exemplo:

*“Acontece que na segunda mulher, o tio tem lá o primeiro **mwoname** (= filho) ...”*

*“Entregou num **kamba** (= amigo) dele, para levar na segun...! Na segunda mulher.”*

*“Mas, como ele estava já sob efeito de **kaponteira** (= bebida alcoólica), foi levar na casa da tia que, praticamente, já está a entrar na menopausa.”*

*“Para piorar, não tenho **Kumbu** (= dinheiro) do **candongueiro** (= táxi). Já estou a vir do **dikulo** (= problema) do óbito alheio, agora vou entrar mais neste?”*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 158-159)

No entender de Sablayrolles (1976, p. 11), as palavras em destaque acima chamam-se *pseudo-emprunts*, pois há formas equivalentes no português.

3.3 Neologia semântica

Esses são criados pelo processo de inovação semântica das palavras vernáculas do português. Assim, as mudanças semânticas que acontecem dentro do próprio sistema linguístico são designadas de empréstimo interno. A língua corrente empresta a unidade lexical “*azul e branco*” ao domínio dos transportes rodoviários, tal como vemos no exemplo abaixo:

*“Finalmente, amanheceu! [...] Matabichei⁶³ do mais breve [...]. Toca para Nossa Senhora do Monte. Uma kupapata⁶⁴ para a estrada e, da estrada para lá, um **azul e branco**. Então, subi.”*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 179)

Azul e branco é a designação atribuída aos carros de marca Toyota Hiace que realizam serviço de táxi em Angola.

*“... e, pior, ninguém me está a “**pilhar**” (= dar bravura, ânimo, ousadia, intrepidez) para resolver.”*

63 Equivale à “café da manhã”, no Brasil, ou, ainda, “pequeno almoço”, em Portugal.

64 Moto.

O léxico de uma língua está em constante crescimento, decorrente quer da transformação, quer da criação de novas palavras. Por isso, além dos tipos de neologismos citados antes por Chicuna (*op. cit.*, p. 55-56), há, ainda, outros processos neológicos.

3.4 Onomatopeias

As onomatopeias são criadas por imitação do som ou ruído produzido por objectos, animais ou fenómenos naturais (Barros, 2013, p. 205).

Exemplo:

*“[...] A minha relação com a tia é boa. Não sou eu que vou sair da Mukanka para Mapunda **kukulu kukulu** ah, tia, o tio Mário tem outro pirão”.*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 158)

A onomatopeia “*kukulu kukulu*” possui várias ocorrências no *corpus* de referência e remete-nos à palavra imitativa com valor semântico de andamento.

3.5 Expressões idiomáticas

Essas construções expressam um desejo do falante de comunicar experiências fazendo uso de uma linguagem conotativa (Camacho; Riva, 2010, p. 196-197).

Exemplo:

*“— A tia tá me subestimar? Vou lhe mostrar que **que treme é folha**.”*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 139)

*“Não há compustura que aguento. Mas, de qualquer maneira, vou lá, porque **que treme é fo...! É folha, e que dá volta é o cinto**.”*

(Vunongue, *op. cit.*, p. 158)

As expressões idiomáticas evidenciam o caráter dinâmico das línguas. Quando um falante as utiliza, opta por um emprego metafórico da linguagem. Dessa forma, analisando um idiomatismo, podemos observar como os falantes constroem conceitos abstratos. No excerto acima, o autor emprega a expressão idiomática “*que treme é folha*”, para nos dar a ideia de uma pessoa intrépida, que não receia o perigo, que não tem medo. Ao passo que o autor utiliza a expressão idiomática “*que dá volta é o cinto*”, a fim de nos dar a ideia de uma pessoa curta, clara e concisa nas suas abordagens.

Uma característica própria dessas construções idiomáticas, conforme Ilari (2001, p. 78), é a de que o sentido vale para o todo e não pode ser obtido pela montagem dos sentidos das palavras que as compõem. Em linhas gerais, o fenômeno apresenta acima que a inovação das unidades lexicais existe em qualquer língua viva, independentemente da sua situação de desenvolvimento sociolinguístico. O que difere é o grau de pertinência que cada comunidade linguística dá ao tratamento desses fenômenos.

No que diz respeito ao porquê dessas variações e mudanças na língua, vale dizer que o léxico tende a se modificar a cada dia, acompanhando a evolução cultural da sociedade angolana. Por causa dessa dinâmica do léxico, algumas palavras deixam de ser usadas e outras, claramente, são criadas de acordo com as necessidades dos usuários da língua.

Adicionalmente, há uma outra razão além do já mencionado anteriormente que tem a ver com o contato com outras línguas, com outras realidades sociais, culturais e políticas. Referimos, ainda, que as causas das mudanças não são somente externas. A mudança interna, endógena também ocorre. De um modo geral, a variação linguística constitui, assim, um fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas chamadas variedades.

Proposta de Atividade Metodológica para o Ensino dos Processos Neológicos

Considerando um dos objetivos da presente pesquisa, urge propor uma atividade que pensamos ser pertinente nas abordagens sobre os processos de inovação lexical nas aulas de Língua Portuguesa.

- a) **Tema:** Exploração vocabular no texto narrativo
- b) **Objetivo:** Desenvolver a capacidade de identificar o sentido de palavras conforme o (con)texto.
- c) **Procedimento:** Explorar tópicos gramaticais numa dada frase é bom. Entretanto, é muito mais produtivo quando isso se dá por meio de textos. A esse respeito, concordamos com Buca (2018, p. 41) quando diz que “é no texto onde a língua deve ser refletida e analisada, para que se tirem os maiores benefícios da atividade da linguagem nas aulas de Língua Portuguesa”.

No mesmo viés de Buca, estão Mesquita (2005, p. 9), Antunes (2021, p. 26) e Marcuschi (2008, p. 21), ao postularem que “é no texto que a língua (objeto de estudo) revela-se na sua plenitude, quer enquanto conjunto de formas e do seu reaparecimento, quer enquanto discurso que remete a uma relação intersubjetiva constituída no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões”.

Ao se fazer qualquer análise a nível dos processos de inovação lexical nas aulas de Língua Portuguesa, o professor deve também recorrer ao texto. Nesse sentido, ele seleciona um texto rico com tópico a desenvolver, evitando-se a escolha inadequada do que pode provocar uma aula improdutiva. No texto, destacará as unidades lexicais que se pretendem explorar.

- d) **Atividade:** Circule os neologismos no texto, referindo o seu sentido conforme o contexto.
- e) **Texto:** “[...] Assim mesmo, estamos aqui na *kubata* a se olhar nas caras, porque não tem *konduto*. Através do seguinte: Hoje, por volta das 15h, liguei para a minha Kadaia a pedir que mudasse o menu do jantar, uma vez que me deu vontade de comer funge com *lombi* e peixe seco.

Ela disse-me que só tinha peixe e faltava o *lombi* e teve a brilhante ideia de ligar para uma amiga-vizinha que se encontrava na praça e pediu-lhe para comprar com *Kumbu* dela, tendo concordado. Agora, não sei se comprou tarde ou onde, acabou por trazer há 40 minutos.

A minha Kadaia resolveu *bikilar* o mambo para o nosso jantar. *Epá!* Mal íamos comer, senti um cheiro puramente estranho. Quando pedi o remanescente – a parte que não se *bikilou* e que não é pouca –, descobro que não é *lombi*. *Mba! [...]*”

(Adaptado de *Os Meus Tios e Seus Atongoko*, de Mwene Vunongue, p. 74)

- 1) **Tarefa:** Uma narrativa aberta não apresenta a solução definitiva, cabendo ao leitor dar um fim.
 - a) É o caso dessa narrativa? Se sim, imagine a conclusão dela. Escreva-a, incluindo palavras resultantes do contato da Língua Portuguesa com as línguas autóctones de Angola.

4 Considerações finais

A presente pesquisa analisou os processos de inovação lexical resultantes do contato entre o português e as línguas autóctones angolanas, tomando como *corpus* a obra *Os Meus Tios e Seus Atongoko*, de Vunongue (2020). A análise revelou dois tipos principais de variedade neológica: os neologismos de forma e os neologismos semânticos, evidenciando que o processo de criação lexical, por meio de empréstimos, ocorre de forma recíproca entre a Língua Portuguesa e as línguas autóctones. Essa interação reafirma que o léxico, além de ser uma ferramenta comunicativa, é um reflexo das especificidades culturais de um povo, reforçando a identidade angolana através das palavras.

Em resposta à lacuna pedagógica identificada, sistematizamos uma proposta didática que aborda os processos neológicos com base em uma perspectiva textual e reflexiva da língua. Essa sequência didática não só valoriza a integração entre linguagem, cultura e ensino, como também contribui para o preenchimento da carência de me-

todologias efetivas voltadas à análise lexical nas práticas escolares em Angola.

Com isso, fortalecemos a compreensão de que os neologismos não são apenas inovações linguísticas, mas também marcadores culturais legítimos, cuja valorização pode contribuir para uma maior inclusão e representatividade nas práticas educativas.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomendamos que o estudo dos processos de inovação lexical seja incorporado de forma mais ampla nas análises linguísticas e práticas pedagógicas. Essa abordagem pode auxiliar os falantes na escolha de palavras mais adequadas às diferentes finalidades sociais e contextos de uso, considerando o nível de formalidade necessário. Ademais, o trabalho com o léxico em sala de aula pode promover uma compreensão mais aprofundada sobre a formação, o significado e o uso das palavras, além de estimular a valorização da diversidade linguística e cultural presente em Angola.

Referências

- ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BARROS, V. F. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3º ciclo e secundário. 2. ed. Lisboa: Âncora Editora, 2013.
- BUCA, J. *Gramática no texto-gramática nas aulas de português em contexto multilíngue*. Torres Novas: Editora Templários, 2018.
- CAMACHO, B. F.; RIVA, H. C. Expressão idiomática: uma unidade fraseológica. In: BARROS, L. A.; ISQUERDO, A. N. (org.). *O léxico em foco: múltiplos olhares*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 196-197.
- CHICUNA, A. M. *Portuguesismos nas línguas bantu, para um dicionário português Kiyombe*. 4. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- CUCHE, D. *O conceito de cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MESQUITA, H. *Manual do Professor: Língua Portuguesa, 7ª classe*. Luanda: Texto Editores, 2005.

PAULA, M. H. de. *Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. 521 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2007.

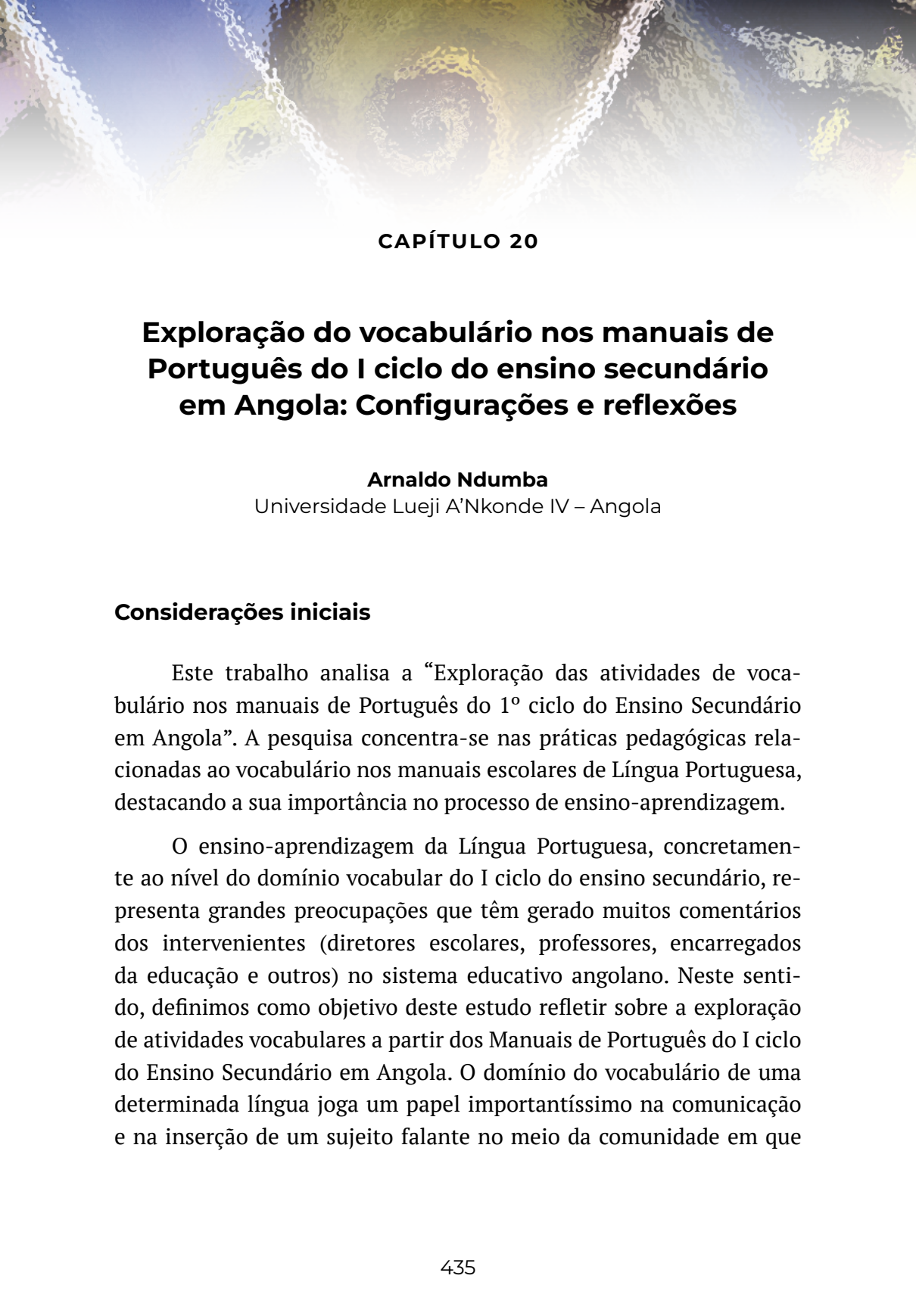
SABLAYROLLES, J.-F. Néologisme homonymique, néologisme polysémique et évolution de sens. In: ALVES, I. M. (org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Editora Paulistana, 2010. p. 121-125;

TRAVAGLIA, L. C. *Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento*. São Paulo: Cortez, 2013.

VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

VUNONGUE, M. *Os meus tios e seus Atongoko*. Luanda: Elivulu, 2020.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.



CAPÍTULO 20

Exploração do vocabulário nos manuais de Português do I ciclo do ensino secundário em Angola: Configurações e reflexões

Arnaldo Ndumba

Universidade Lueji A'Nkonde IV – Angola

Considerações iniciais

Este trabalho analisa a “Exploração das atividades de vocabulário nos manuais de Português do 1º ciclo do Ensino Secundário em Angola”. A pesquisa concentra-se nas práticas pedagógicas relacionadas ao vocabulário nos manuais escolares de Língua Portuguesa, destacando a sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

O ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, concretamente ao nível do domínio vocabular do I ciclo do ensino secundário, representa grandes preocupações que têm gerado muitos comentários dos intervenientes (diretores escolares, professores, encarregados da educação e outros) no sistema educativo angolano. Neste sentido, definimos como objetivo deste estudo refletir sobre a exploração de atividades vocabulares a partir dos Manuais de Português do I ciclo do Ensino Secundário em Angola. O domínio do vocabulário de uma determinada língua joga um papel importantíssimo na comunicação e na inserção de um sujeito falante no meio da comunidade em que

essa língua é falada, bem como o ajuda a compreender outros membros com que interagem, ou seja, trocam ideias, experiências e saberes.

Entendemos que a maneira como se trabalha o vocabulário na sala de aula não desenvolve a competência comunicativa, pois tem criado inúmeras dificuldades na compreensão dos diversos géneros textuais. Observamos que as configurações das atividades no manual de LP, face ao ensino do vocabulário, não podem ser simples apresentação de lista de palavras que os alunos desconhecem o significado, socorrendo-se ao uso do dicionário para extrair ou encontrar significado. Mas a escola tem que trazer modelo de ensino que se ajuste ao contexto dos alunos para facilitar o processo de aprendizagem.

Neste sentido, é premente que os professores realizem o ensino-aprendizagem do vocabulário considerando a situação linguística dos alunos para que possam compreender o seu significado e aplicá-lo em situações reais de comunicação. Sobre o ensino-aprendizagem do vocabulário, Duarte (2011, p. 10) refere que:

As palavras são instrumentos extremamente poderosos, permitem-nos aceder às nossas bases de dados de conhecimentos, exprimir ideias e conceitos, aprender novos conceitos. É por isso fácil de compreender que exista uma correlação forte entre sucesso escolar e capital lexical (i.e., o conjunto organizado de palavras que conhecemos e usamos). Com efeito, quanto menor é o capital lexical de um falante, tanto mais penoso é o processo de leitura e tanto menor é o seu desempenho na compreensão da leitura.

Importa sublinhar que o vocabulário constitui um conteúdo relevante para a compreensão dos restantes domínios linguísticos e podemos encará-lo como conhecimento declarativo, permitindo êxito na leitura e na escrita. Todavia, está presente nos manuais escolares e programas do ensino, pois o domínio vocabular surge como instru-

mento que potencia o desenvolvimento de capital lexical e competência lexical. Quivuna (2013, p. 2-3) faz reflexão sobre o papel da escola no ensino-aprendizagem dos vocábulos, considera imprescindível que ela ensine o sujeito a falar em público, isto implica ter cuidado na seleção das palavras tendo em conta o contexto e construir frases e texto, respeitando as regras da sua organização e sequencialização.

Assim, destacamos algumas insuficiências nas operações didáticas dos manuais do I ciclo sobre o ensino-aprendizagem do vocabulário que se consubstanciam na falta de material didático que promova a aprendizagem significativa, a inadequação de metodologia de ensino, o uso de manuais descontextualizados da realidade angolana. Este trabalho busca elucidar questões pontuais e propõe um redirecionamento das práticas educativas vigentes dos professores para tornar o processo de ensino-aprendizagem produtivo e atuante, deixando a prática rotineira ou fossilizada em que se encontre, de modo a ajudar os alunos a desenvolverem as competências comunicativas.

Embora o Português seja a língua de escolarização em Angola e desempenhe um papel fundamental na formação e informação, há preocupações significativas sobre o domínio vocabular dos alunos. Observa-se que o vocabulário utilizado pelos estudantes em contextos escolares muitas vezes não é apropriado para a realidade em que vivem. Portanto, o problema que se busca investigar é: Até que ponto as atividades propostas nos manuais de Língua Portuguesa contribuem para o desenvolvimento das competências vocabulares dos alunos? Diante do problema identificado, formulamos as seguintes hipóteses de estudo: H1: As atividades vocabulares propostas nos manuais de Língua Portuguesa do 1º ciclo ajudam os alunos a desenvolverem a competência lexical; H2: As atividades vocabulares propostas nos manuais de Língua Portuguesa do 1º ciclo são eficazes para a assimilação dos significados das palavras.

Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a configuração das atividades de vocabulário nos manuais de Português do 1º ciclo do Ensino Secundário. Os objetivos específicos incluem: (i) analisar de que forma as atividades propostas nos manuais de língua portuguesa contribuem, ou não, para o desenvolvimento da competência vocabular dos alunos; (ii) sugerir estratégias que possibilitem uma abordagem eficaz do tema, promovendo assim o desenvolvimento das competências vocabulares.

A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para uma reflexão crítica sobre as atividades de vocabulário nos manuais de Português do 1º ciclo do Ensino Secundário. A análise dos manuais permite entender como as práticas educativas no ensino-aprendizagem do vocabulário podem ser aprimoradas. Ressalta-se a importância de uma abordagem que considere o ensino do vocabulário como um processo contínuo, enfatizando o ensino explícito como uma estratégia eficaz para desenvolver a consciência lexical dos alunos.

O trabalho está estruturado em duas partes principais: a primeira é a Contextualização Teórica: nesta seção são discutidos os conceitos de vocabulário, as configurações do ensino do vocabulário nos manuais de Língua Portuguesa dirigidos às 7ª, 8ª e 9ª classes do 1º ciclo e a apresentação de conteúdos vocabulares nesses manuais. A segunda é a Metodologia de Trabalho e Análise de Resultados: esta parte aborda a metodologia utilizada na investigação, assim como a apresentação e análise dos resultados obtidos. Por fim, o trabalho encerra-se com uma conclusão e uma lista de referências bibliográficas.

1 Contextualização teórica

O ensino do vocabulário reveste-se de grande importância para o domínio de várias disciplinas, pois é necessário que os professores sejam munidos de ferramentas metodologias que lhes permitam desenvolver a consciência vocabular dos alunos. Assim, temos a expli-

citar os conceitos de léxico e vocabulário. Entendemos por léxico “o conjunto de formas lexicais atestadas correspondendo a uma zona lexical comum a todos os locutores de uma determinada comunidade” (Xavier; Mateus, 1992, p. 225). Vilela (1995, p. 13) define o léxico como conjunto das palavras que uma comunidade linguística faz uso para se comunicar entre eles. Deste modo, Quivuna (2013, p. 44) apresenta duas particularidades na definição do léxico, sendo:

I) numa perspectiva abstracta, designa um conjunto virtual de unidades lexicais; designa um conjunto (aberto) de unidades significativas que constituem um sistema de uma língua; as unidades do léxico são os lexemas; II) por oposição, o termo vocabulário, reservado ao discurso, designa o conjunto de unidades lexicais realizadas/actualizadas em contextos ou em corpus; as unidades do vocabulário são os vocábulos.

Nesta perspectiva, entendemos que o léxico é o conjunto de palavras que uma língua detém e os falantes fazem os recursos delas de acordo com a sua necessidade comunicativa. Ao passo que o vocabulário se define como conjunto fatual de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico (Correia, 2005, p. 9). Vilela (1995, p. 13) elucida a distinção entre o léxico e vocabulário:

O léxico é um conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais de uma língua, já o vocabulário é o conjunto dos vocábulos realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo, tempo e lugar ocupado por uma comunidade linguística; O léxico é geral, o social e o essencial, no entanto, o vocabulário é o particular, o individual e o acessório.

Neste sentido, podemos enquadrar esta distinção nas dicotomias saussuriana, mormente, *a langue e parole*, assim, o léxico faz parte da *langue*, enquanto o vocabulário enquadra-se em *parole*. Este

enquadramento permitiu-nos aferir que o léxico é o arquivo, o portfólio, o buquê de palavras existente numa determinada língua, tendo em consideração as suas particularidades (léxico geral e comum); vocabulário refere-se ao conjunto de palavras conhecidas e usadas pelo sujeito falante nas suas interações comunicativas, respeitando aspectos sociolinguísticos dos seus interlocutores.

2 Configuração do ensino do vocabulário em manuais de LP 7^a, 8^a e 9^a classe do I ciclo

Nesta seção vamos olhar pela maneira como o vocabulário é ensinado, dada a nossa realidade linguística. É sabido que o ensino do vocabulário exige a mobilização de muitos elementos, mormente, a formação dos professores, nível de leitura, metodologias aplicadas, para permitir o desenvolvimento da competência lexical dos alunos. Mas, também, proporciona um conjunto de conceitos para se compreender os fenômenos da linguagem, ajuda a interpretação e compreensão de textos, serve de ferramenta essencial para a compreensão de textos difíceis e para melhorar a *performance* comunicativa.

Raposo (1992, p. 89) explica que o léxico de uma língua, considerando a teoria chomskiana ou generativa, é uma componente do modelo gramatical na qual estão descritas todas as informações de ordem fonético-fonológica, morfossintáctica e semântica acerca dos itens lexicais. O léxico constitui o dicionário da gramática, cujas regras desta (gramática) “manipulam os itens lexicais, fazendo um uso crucial da informação aí contida”. O léxico é assim uma parte central de qualquer teoria gramatical.

Entendemos que o ensino de vocabulário tem suscitado várias discussões em torno das metodologias aplicadas para a sua efetiva aprendizagem, considerando os elementos anteriormente evocados, porém, é imprescindível considerar o vocabulário cativo e passivo, estes elementos facilitam ao professor desenhar estratégias consen-

tâneas que desenvolvam a capacidade de leitura, escrita e oralidade. Por outra, o ensino-aprendizagem do vocabulário tem que assentar em técnica implícita ou indireta e explícita ou direta. A técnica implícita é aquela que permite que o sujeito aprenda novos vocábulos sem intervenção do professor ou sem ensiná-lo. Pois o contexto e a leitura individual jogam um papel essencial na aprendizagem. Duarte (2011, p. 23) defende:

Para terem sucesso ao longo da sua escolaridade, os alunos precisam de aprender entre 2000 e 3000 palavras por ano. Ora, crianças que desenvolvem cedo hábitos consistentes de leitura possuem capitais lexicais ricos, mesmo que não tenham sido expostos a ensino explícito de palavras.

Quanto à reflexão *supra* apresentada, parece-nos consensual que a leitura é um componente fundamental na aquisição e no enriquecimento do vocabulário e incentiva os alunos a expressarem as suas ideias sobre os problemas com que se deparam nas suas vivências. Verifica-se que os alunos acabam de aprender palavras novas de forma espontânea, sem nenhuma intenção deliberada direcionada para o ensino-aprendizagem dos vocábulos.

A técnica explícita ou direta remete para ensino de vocabulário de forma intencional, planeada, ou seja, é a preparação das atividades direcionadas, de forma propositada para o ensino-aprendizagem do vocabulário. Diante deste argumento, Duarte (2011, p. 26) observa:

A fase de pré-leitura é relevante para o ensino explícito de palavras novas, pois se as palavras ensinadas estiverem associadas à ideia principal do texto. Assim, a discussão e a elaboração de mapas conceituais da palavra (e.g. Qual é a sua forma? Que características tem o objecto/a propriedade que a palavra designa? Que palavra é que se pode combinar com esta? Podemos associá-la

a alguma palavra que já conhecemos? *Procura na tua caixa de ferramentas*), que a criança registrará no seu diário de descobridor de palavras, têm-se revelado estratégias efectivas de ensino explícito.

Esta técnica ocorre de forma sistemática ou direta que traz à tona o verdadeiro papel da escola no desenvolvimento de competências linguísticas. Leva os alunos a fazerem uso consciente de novas palavras, isto só acontece quando os mecanismos linguísticos são explicitados. Ainda neste quesito, Duarte (2011, p. 24) acrescenta:

Não há melhor forma de levar as crianças a desenvolver a sua consciência lexical do que envolvê-las em atividades (aparentemente apenas lúdicas) que as obriguem a concentrar-se ora na forma fónica das palavras, ora na sua forma ortográfica, ora na sua estrutura interna, ora nas condições que impõem ao contexto, ora no seu significado. Atividades deste tipo despertam-lhes a curiosidade para saberem mais acerca das palavras e promovem o domínio de estratégias autónomas de aprendizagem de palavras novas.

A escola é vista como guardiã de normas e regras; ela prepara os alunos para respeitar as regras que emanam de um determinado domínio linguístico. Conforme Pinto (2012, p. 85) explica, é fundamental fazer reconhecer as diferenças entre normas e fazer aprender as regras a usar consoante a situação, de modo a tornar adequadas e socialmente legitimadas as opções lexicais. A escolha de um determinado vocábulo deve considerar o contexto, seja formal ou informal. É importante destacar que as duas técnicas ora abordadas são indispensáveis no ensino-aprendizagem do vocabulário, pois concorrem para o desenvolvimento das competências lexicais dos alunos. Os professores devem ter em atenção as atividades adequadas, interessantes, motivadoras que possam envolver os alunos a participar ativamente na aula e, de modo, a ter utilidade didática.

Importa salientar que o ensino-aprendizagem do vocabulário pode ter como ponto de partida palavras simples (conhecidas) para palavras complexas (desconhecidas), sempre baseadas no texto para refletir o seu contexto. No entanto, falar de ensino de vocabulário nas escolas angolanas conduz-nos para a análise dos conteúdos e do programa de LP do I Ciclo, como instrumentos que regulam o ensino de Língua Portuguesa. Inicialmente, apresentamos os objetivos que norteiam o ensino de LP no I Ciclo do Ensino Secundário que está compartimentada em objetivos gerais e específicos: (i) Desenvolver no aluno a capacidade de comunicação nacional e internacional que lhe permita alargar o seu horizonte pessoal, bem como adquirir conhecimentos e experiências acumuladas ao longo da história da humanidade; (ii) Proporcionar a consolidação da consciência nacional; (iii) Fomentar o apreço pelas manifestações culturais através da leitura de obras literárias nacionais e internacionais; (iv) Fornecer instrumentos de comunicação e expressão oral e escrita que permitam a integração social e a participação consciente no processo político-cultural e socioeconómico do país.

Estes objetivos gerais se desdobram em objetivos específicos: No que se refere ao desenvolvimento pessoal e social: a) Desenvolver competências e fomentar o apreço pelas manifestações culturais do seu país e pelos valores estéticos, tanto nacionais como estrangeiros; b) Promover o desenvolvimento de atitudes e capacidades de relacionamento interpessoal através de progressivas aquisições linguísticas; c) Fomentar atitudes responsáveis de análise e integração consciente no processo político-social e económico do país.

No que se refere às aquisições fundamentais linguísticas: Assegurar as condições necessárias a um progressivo desenvolvimento linguístico que permita uma expressão fluente, quer oral, quer escrita; Desenvolver competências de análise e interpretação dos conteúdos escritos e orais; Proporcionar meios de utilização correta da língua nas diversas situações de uso, nomeadamente na compreensão

dos conteúdos das outras disciplinas do currículo; Desenvolver a sensibilidade e a criatividade do aluno, através da leitura do texto literário e da escrita do texto literário (Programa de LP do I Ciclo do Ensino Secundário, p. 7).

Os objetivos apresentados respondem globalmente ao ensino-aprendizagem do vocabulário, sobretudo no ensino de língua segunda ou estrangeira e na aquisição de competência comunicativa. Além disso, é fundamental partilhar as experiências de alunos sobre a questão dos alunos angolanos que têm o português como L2/LE. Os autores sublinham:

Somos da opinião que quando se avança para estruturas discursivas um pouco mais específicas e complexas, o aluno revela dificuldades e bloqueios, pelo que necessita de um trabalho que primeiramente privilegie a compreensão e a produção de unidades comunicativas diferenciadas, na perspectiva da LP como L2, para mais tarde poder concentrar-se na reflexão metalinguística e metadiscursiva.

Observe-se que o fraco domínio do vocabulário gera dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, o seu domínio favorece a compreensão de conteúdos e contribui significativamente para o sucesso escolar. Por outro lado, o domínio vocabular é pouco trabalhado na turma que seria contrário, sendo assim, os alunos apresentam muitas dificuldades em dizer significados de uma determinada palavra, o que tem implicação na sua competência oral e escrita. Este fenómeno descrito também é causado pela forma que os professores utilizam a abordagem desta temática. Outrossim, o professor deve atribuir o papel real ao aluno na turma, olhando-o como membro ativo do processo, de modo a construir os seus saberes e tornando-o autónomo.

3 Apresentação de conteúdos vocabulares nos manuais de LP do I Ciclo do Ensino Secundário

O manual escolar constitui um instrumento relevante para o processo de ensino-aprendizagem, ajudando o professor na condução das suas práticas e permitindo que o aluno absorva da melhor forma possível os conhecimentos que são ministrados.

Tem funções de informação, de estruturação, de organização de aprendizagem e de guia do aprendente, veicula saberes susceptíveis de favorecerem aprendizagens de uma forma progressiva e em diferentes níveis, a sua utilização no processo de ensino/aprendizagem é legitimada pela sua valorização no contexto pedagógico (Tormenta *in* Varela, 2010, p. 51).

Assim, o uso de manual nas aulas de Língua Portuguesa ajuda na transmissão de conteúdos, seleção, planificação, pois a sua presença é fundamental para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e interativo. Os manuais do I Ciclo (7^a, 8^a e 9^a) estão constituídos por duas partes, sendo a teórica em que vêm espelhadas as temáticas e a prática em que trata das atividades. Estruturalmente, estes instrumentos estão constituídos por tipologias textuais, narrativas, descritivas, poéticas, informativas, explicativas, injuntivas-apelativas, argumentativas e bloco gramatical.

Vamos apresentar o quadro de ficha de leitura orientada que nos permita ter a noção sobre o número de atividades espelhadas pelos manuais e perceber a configuração do vocabulário face à tipologia textual estudada.

Tabela 1 – Ficha de leitura orientada do manual da 7ª classe

Tipologia Textual	Leitura orientada	Nº Total de Atividades 85 (-17)
Narrativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	30 Total – 6 (vocabulário)
Descritiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	20 Total – 4 (vocabulário)
Poética	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	20 Total – 5 (vocabulário)
Informativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	6 Total Nenhuma vocabular
Injuntiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	9 Total – 2 (vocabulário)

Fonte: Adaptado de Mesquita e Pedro (2014)

O quadro acima fornece uma visão geral das atividades que compõem o manual de Língua Portuguesa da 7ª classe, organizado pelos diferentes tipos de texto presentes no material. O manual abrange cinco tipologias textuais: narrativo, descritivo, poético, informativo e injuntivo. O texto narrativo é segmentado em três partes: estudo do texto, funcionamento da língua e tempo de escrita.

– O texto narrativo é segmentado em três partes: estudo do texto, funcionamento da língua e tempo de escrita. Do total de trinta (30) atividades, as relacionadas ao vocabulário são apenas seis (06).

– As atividades do texto descritivo focam em descrever e interpretar realidades de forma detalhada. Do total de vinte (20) atividades, as relacionadas ao vocabulário são somente quatro (04).

– O texto poético envolve a análise de poemas, enfatizando a linguagem figurativa e estética. Do total de 20 atividades, as relacionadas ao vocabulário são apenas cinco.

– O texto informativo, que visa transmitir conhecimentos e dados concretos, não inclui atividades específicas focadas no vocabulário. Do total de seis (06) atividades, não há nenhuma relacionada ao vocabulário.

– O texto injuntivo trata de orientações e instruções, com algumas atividades lembrando a importância do vocabulário específico. Do total de nove (09) atividades, apenas duas estão relacionadas ao vocabulário.

No total, o manual contém 85 atividades. Destas, 17 estão diretamente relacionadas ao ensino do vocabulário. Essa distribuição indica uma predominância de atividades centradas em outros aspectos da língua, com um número relativamente baixo de atividades que visam explicitamente desenvolver a competência vocabular dos alunos.

Essa análise manifesta a necessidade de incluir mais atividades voltadas ao vocabulário no manual, considerando que o domínio lexical é fundamental para a compreensão e produção de textos pelos alunos no aprendizado da Língua Portuguesa.

Tabela 2 – Ficha de leitura orientada do manual da 8ª classe

Tipologia Textual	Leitura orientada	Nº Total de Atividades 116 (–20)
Narrativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	23 Total – 1 (vocabulário)
Descritiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	21 Total – 7 (vocabulário)

Poética	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	20 Total – 3 (vocabulário)
Informativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	27 Total – 4 (vocabulário)
Injuntiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	19 Total – 2 (vocabulário)
Explicativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	16 Total – 3 (vocabulário)

Fonte: Adaptado Mesquita e Pedro (2014)

O quadro acima apresenta um resumo detalhado das atividades que compõem o manual de Língua Portuguesa da 8ª classe, contendo um total de 116 atividades, distribuídas por seis tipologias textuais: narrativo, descritivo, poético, informativo, injuntivo e explicativo.

O texto Narrativo, com um total de 23 atividades e apenas uma voltada ao vocabulário; o descritivo, com 21 atividades, somente sete relacionadas com vocabulário; o poético com 20 atividades e apenas quatro destinadas ao vocabulário; o texto informativo, que se destina a transmitir conhecimento e dados concretos, tem uma contribuição modesta para a ampliação do vocabulário, contém 27 atividades, das quais apenas quatro estão relacionadas com vocabulário; o texto injuntivo que visa fornecer orientações e instruções, com 16 atividades e apenas três são focadas ao vocabulário.

O texto narrativo consiste em 23 atividades, das quais apenas uma é dedicada ao vocabulário. Em contraste, o texto descritivo possui 21 atividades, com sete voltadas para a ampliação do vocabulário. O texto poético conta com 20 atividades, sendo apenas quatro delas relacionadas ao vocabulário. Por sua vez, o texto informativo, que tem como objetivo transmitir conhecimento e dados concretos, inclui 27 atividades, mas só quatro estão relacionadas ao vocabulário.

Por fim, o texto injuntivo, que fornece orientações e instruções, apresenta 16 atividades, das quais apenas três são focadas no vocabulário.

Assim, pode-se observar que, embora todos os tipos textuais tenham atividades desenvolvidas, a ênfase na ampliação do vocabulário varia significativamente entre eles. Dessa forma, o manual de Língua Portuguesa da 8ª classe contém um total de 116 atividades, das quais apenas 20 são especificamente voltadas para o ensino do vocabulário. Essa distribuição sugere que, apesar da variedade de textos abordados, a ênfase no desenvolvimento do vocabulário ainda é relativamente baixa em comparação com outras áreas de competência linguística.

A análise ressalta a necessidade de uma maior inclusão de atividades focadas no vocabulário, uma vez que a ampliação do capital lexical é fundamental para a compreensão e produção eficaz de textos pelos alunos. Assim, é importante considerar propostas didáticas que integrem o vocabulário de forma mais sistemática nas práticas pedagógicas.

Tabela 3 – Ficha de leitura orientada do manual da 9ª classe

Tipologia Textual	Leitura orientada	Nº Total de Atividades 80 (– 8)
Narrativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	25 Total – 3 (vocabulário)
Descritiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	17 Total – 2 (vocabulário)
Poética	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	15 Total Nenhuma vocabular
Informativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	3 Total Nenhuma vocabular

Explicativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	4 Total Nenhuma vocabular
Injuntiva	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	6 Total – 2 (vocabulário)
Argumentativa	Compreensão-Funcionamento da Língua-Tempo de Escrita	10 Total – 1 (vocabulário)

Fonte: Mesquita e Pedro (2014)

O quadro acima apresenta um resumo das atividades contidas no manual de Língua Portuguesa da 9ª classe, que abrange sete tipos de texto: narrativo, descritivo, poético, informativo, injuntivo, explicativo e argumentativo. O total de atividades do manual é 80, das quais somente 8 fazem referência ao ensino do vocabulário. A distribuição dessas atividades é a seguinte: o texto narrativo com 25 atividades, apenas três atividades focadas no vocabulário; o texto descritivo com 17 atividades, apenas duas voltadas ao ensino do vocabulário; o texto poético que contém 15 atividades, não dedica nenhuma atividade de vocabulário; o texto informativo, que apresenta três atividades, também não inclui atividades de ensino vocabular; o texto injuntivo que contém 6 atividades, dedica duas atividades que abordam a questão do vocabulário; o texto explicativo visa esclarecer conceitos e ideias, contém quatro atividades, mas não possui atividades focadas no vocabulário; o texto argumentativo, que se propõe a construir argumentos e persuadir, possui 10 atividades, apenas dedica uma atividade ao vocabulário.

Esta distribuição indica que, assim como nas classes anteriores, o foco em atividades específicas para a ampliação do vocabulário é relativamente baixo, o que pode impactar negativamente a capacidade dos alunos em utilizar a língua de forma mais ampla e articulada.

A análise sugere a necessidade de integrar mais atividades voltadas para o vocabulário em todas as tipologias textuais apresentadas, reforçando a importância deste componente para o aprendizado sistemático da Língua Portuguesa. Assim, a inclusão do vocabulário como um foco central nas práticas pedagógicas poderá promover um desenvolvimento linguístico mais robusto entre os alunos.

De forma geral, os quadros apresentados, mostra-se que o número de atividades que explorem o domínio do vocabulário presente no texto é escasso, pois verificamos que na 7ª classe temos 7 atividades que tratam de vocabulário das 80 existentes, na 8ª classe só 8 atividades de vocabulário das 20 atividades e na 9ª classe temos 8 que referem ao vocabulário entre 80 atividades. Quanto aos manuais do I ciclo, revelam uma presença não significativa de atividades que tratam de vocabulário. Todavia, regista-se um número de atividades que têm que ver com morfologia (substantivo, verbos, preposição e conjunção) e sintaxe (termos de oração).

4 Metodologia de trabalho

Neste item, vamos apresentar a metodologia que foi aplicada para a elaboração deste estudo, tendo em conta a sua pertinência ao ensino do vocabulário, o qual tem como base o Manual de LP do I ciclo. Neste sentido, optou-se por uma abordagem de natureza bibliográfica que consiste no material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos e, atualmente, por material disponibilizado na internet (Vilelas, 2009, p. 123). Lakatos e Marconi (2001, p. 183) acrescentam que o estudo bibliográfico se refere a toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, sendo boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, pois coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinada temática.

Dessarte, Vergara (2000) explica que a grande vantagem desta pesquisa é o facto de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de estudo. No entanto, escolhemos os manuais de LP do I ciclo para aferir a configuração das atividades/exercícios, se estão alinhados aos objetivos do programa do mesmo ciclo de ensino e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da capacidade vocabular dos alunos. Temos à partida três manuais escolares:

- ✓ *Manual do aluno – Língua Portuguesa 7ª classe*, autores: Helena Mesquita e Gonçalves Pedro, editora das letras, S.A, 2014.
- ✓ *Manual do aluno – Língua Portuguesa 8ª classe*, autores: Helena Mesquita e Gonçalves Pedro, editora das letras, S.A, 2014.
- ✓ *Manual do aluno – Língua Portuguesa 9ª classe*, autores: Helena Mesquita e Gonçalves Pedro, editora das letras, S.A, 2014.

Estes manuais de LP não prescrevem a aplicação de estratégias que visam à materialização das atividades/exercícios.

4.1 Apresentação e comentário dos resultados

4.1.1 Exploração de atividades vocabulares dos manuais de LP do I ciclo

Nesta secção vamos refletir sobre a configuração das atividades presentes nos manuais de LP, quanto à sua exploração, se favorece o desenvolvimento de competência lexical dos alunos. Apresentamos as atividades explicitamente consideradas relevantes e existentes nos três manuais que constituem o I ciclo. De forma sucinta trazemos aquelas que nos despertaram maior atenção, sua implicação na integração da memória a longo prazo para facilitar o alargamento de conhecimento e vocabulário dos alunos. Assim, temos as seguintes atividades organizadas por classe que comportam o I ciclo.

7ª classe:

I grupo de atividades

1. A palavra «olho» significa órgão de visão. Mas encontramos imensas expressões que integram essa palavra e que possuem os mais diversos significados.

1.1. Liga as expressões aos respectivos significados:

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| a) a olho nu | 1) desforra correspondente à ofensa |
| b) arregalar o olho | 2) não dormir |
| c) custar os olhos da cara | 3) perceber facilmente |
| d) com os olhos tapados | 4) sem auxílio de óculos |
| e) olho por olho, dente por dente | 5) procurar enganar |
| f) saltar aos olhos | 6) cobiçar |
| g) não pregar olho | 7) ser muito caro |
| h) deitar poeira para os olhos | 8) sem saber nada. |

(Manual de LP da 7ª classe, p. 45)

2. Escreve o sinónimo de: conversando; surge; ergue-se; buraco.

3. Escreve o antónimo de: distraídos; começa.

(Manual de LP da 7ª classe, p. 47)

4. Indica palavras sinónimas de: vagão; rentabilizada.

5. Distingue o significado da palavra **cais** nas seguintes frases:

✓ «O porto comercial tem um cais acostável.» (l. 5).

✓ “Tem cuidado; vê lá se cais.”

(Manual de LP da 7ª classe, p. 54)

6. Com a ajuda de um dicionário e do(a) teu(tua) Professor(a), esclarece o significado dos seguintes termos da Medicina que surgem no título «Para que serve a Mebocaína Forte?»:

✓ Bucofaríngea; anginas; rouquidão; mau hálito.

(Manual de LP da 7ª classe, p. 134)

8ª classe:

II Grupo de atividades

1. Procura no dicionário os sinónimos de:

Fojos; coveiro; debandarem; matagal

2. Identifica os sufixos nas seguintes palavras: «capinzal», «cantoria» e «negralhada».

2.1. Indica o significado de cada um deles.

(Manual de LP da 8ª classe, p. 101)

3. Rescreve as frases, substituindo as expressões sublinhadas por outras de igual significado:

3.1. «...sem ficar fechado e desencantado em si.» (ll. 1 e 2). 2.2. «Aprenda, sem queixas e nostalgias tolas...»

(Manual de LP da 8ª classe, p. 137)

4. Reescreve as expressões que se seguem, substituindo a palavra sublinhada por outra de igual significado:

4.1. «Tome as precauções necessárias.»

4.2. «Para evitar que as crianças puxem o fio indevidamente...» 1.3. «... foram ligeiramente lubrificadas...»

4.3. «... o ferro poderá fumegar...»

(Manual de LP da 8ª classe, p. 145)

9ª classe:

III Grupo de atividades

01)Encontra sinónimos de: ateava; trasfogueiro; estremunhado; obscuridade (l. 14).

02)(Manual de LP da 9ª classe, p. 26)

03)Encontra o sinónimo das palavras: arqueada (l. 2), rês (l. 12), ofegando (l. 3), e juazeiros (l. 22).

(Manual de LP da 9ª classe, p. 28)

04)Encontra sinónimos de: comensais; cindia-se; trégua (l. 35).

(Manual de LP da 9ª classe, p. 61)

05) Encontra os sinónimos de: flagelados (l. 3), pabulagens (l. 7) e marizeiros (l. 15).

(Manual de LP da 9ª classe, p. 63)

4.2 Comentário dos principais resultados

As atividades ora apresentadas concorrem para o ensino-aprendizagem do domínio do vocabulário. Notamos que os manuais em análise, quanto às atividades de vocabulário, aparecem integradas e explicitamente identificadas como funcionamento da língua, antes da compreensão do texto e, posteriormente, do tempo de escrita, assim, está configurada. Pois, observamos também que o saber vocabulário é avaliado antes de ser ensinado e aprendido através da forma como se faz a interpretação do texto.

No primeiro grupo, as atividades de exploração do domínio vocabular remetem-nos para três dimensões cognitivas (conhecimento, produção e explicitação). Sendo as questões **(1.1 e 4)** configuram-se na dimensão de reconhecimento; as questões **(2 e 3)** configuram-se na dimensão de produção e as questões **(5 e 6)** configuram-se na dimensão de explicitação. Barbeiro (1999, p. 99) atividades de **reconhecimento** são aquelas que se traduzem a partir de conhecimentos gramaticais prévios e até na classificação de classe ou capacidade de identificar uma unidade linguística, num conjunto de unidades, a partir da explicitação das suas características.

Atividades de **produção** são aquelas que consistem nas solicitações como “escreve, indica, completa, transforma, muda” acompanhadas de indicações metalinguísticas quanto às propriedades das unidades linguísticas que deverão ser produzidas;

Atividades de **explicitação** são aquelas em que o aluno tem de proceder à explicitação de quer de regras, ou de usos linguísticos, quer do valor semântico ou da riqueza estilística de palavras.

No segundo grupo, as atividades estão organizadas em duas dimensões. As questões **(1 e 2.1)** são atividades de reconhecimento e as questões **(3 e 4)** são atividades de produção.

No terceiro grupo, as atividades estão enquadradas em uma só dimensão. As questões **(1, 2, 3 e 4)** são atividades de explicitação.

Apesar disso, pode-se aferir que a configuração das atividades não contribui para o desenvolvimento de competência lexical que se exige aos alunos. Pelo facto de se registar a repetição de conjunto de atividade, ou seja, as atividades apresentadas têm quase o mesmo figurino, além disso, limitam-se simplesmente a trabalhar sinonímia e antonímia, pois não exploram outros elementos como a polissemia, enriquecimento lexical, exploração de sentido a partir dos elementos lexical e semântico, não valorização do vocábulo cativo, vê-se claramente que o ensino-aprendizagem do vocabulário não é trabalhado de forma contextualizada, os textos que serviram de objeto de análise, apresentam imagens que não são exploradas, é fundamental que o ensino do vocabulário parte do conhecimento lexical do aluno refletindo sobre a sua realidade linguística. Isto permite aliar o conhecimento vocabulário às capacidades de leitura e de escrita.

As atividades propostas nos manuais que induzem à competência vocabular são inferiores à escrita, à leitura e às oralidades, isto revela a falta de estímulo à prática da capacidade vocabulário, no entanto, entendemos que caso haja maior número de atividades que induzem à competência vocabulário, maior é a competência lexical dos alunos. Observamos que as atividades/exercícios propostos são introduzidos a partir das diferentes tipologias textuais, pois esta configuração não se adequa às necessidades comunicativas dos alunos, isto não permite que o aluno amplie o seu repertório vocabular.

Considerações finais

Em jeito de conclusão, após a reflexão sobre o estudo desenvolvido, entendemos que o ensino-aprendizagem do vocabulário deve pautar-se por dois eixos fundamentais, implícito e explícito. Entretanto, o domínio vocabular surge como ferramenta indispensável para a participação ativa do aluno enquanto cidadão consciente, interventivo e reflexivo. Este trabalho confirmou a relevância que a configuração das atividades nos manuais de LP do I ciclo tem para o desenvolvimento da competência vocabular dos alunos. Os manuais de LP do I Ciclo devem ser enriquecidos de atividades diversificadas que promovam e desenvolvam a competência vocabular dos alunos a partir da realidade linguística dos mesmos, considerando a diversidade linguística que constitui as regiões de Angola.

Constatamos que, dos manuais consultados, apresentam propostas de atividades/exercícios que são bastante redutoras e não espelham as estratégias em que os professores possam se guiar para proporcionar o desenvolvimento das capacidades dos alunos no domínio da expressão escrita e expressão oral.

Por outra, os resultados revelam que as atividades que estão configuradas nos manuais estão direcionadas para trabalhar o sinónimo e o antónimo, deixando de parte outros elementos fundamentais como conotação, denotação, campo semântico, campo lexical, família de palavras, polissemia, hiperónimo, hipónimo, holonímia, meronímia e outros que concorrem para o desenvolvimento da competência lexical dos alunos. Esta configuração reflete as dificuldades que os nossos alunos apresentam a nível da oralidade e da escrita que têm sido um atalho do sucesso escolar.

Portanto, os professores têm que ser mais proativos, trazendo à sala de aula as metodologias e diversos recursos que proporcionam a realização de aulas interativas, dinâmicas e criativas para o ensino-aprendizagem do vocabulário e que despertem a capacidade lexical

dos alunos. Pois, envolvê-los nas atividades realizadas, de modo a sentir-se membro partícipe e construtor do seu saber. Assim, sugere-se:

- ✓ Que os professores considerem a heterogeneidade cultural dos alunos para o ensino-aprendizagem do vocabulário, usem materiais diversificados e apliquem metodologia adequada ao ensino do PL2;
- ✓ Que os professores orientem e incentivem os seus alunos a fazer recurso ao dicionário para desmistificar o significado de determinadas palavras difíceis;
- ✓ Que os professores façam o uso de imagem e vídeos que abordam diversos temas atuais e realizarem visitas a diversas áreas para aprendizagem do sentido das palavras de forma contextualizada;
- ✓ Que se contextualizem as atividades espelhadas nos manuais de modo a facilitar o apropriamento e alargamento vocabular; dando a oportunidade ao professor de criar inúmeras situações autênticas que vão ao encontro da realidade linguística dos alunos;
- ✓ Consulte o programa de Língua Portuguesa do I Ciclo, sobretudo as orientações metodológicas que abordam a questão de ensino do vocabulário para a planificação das suas aulas;
- ✓ Que os professores ensinem o domínio do vocabulário baseando-se em técnica implícita e explícita, bem como façam uso de documentos autênticos como materiais fundamentais para o desenvolvimento da competência vocabular;
- ✓ Os professores orientem sempre alguns livros para ajudar os alunos a se familiarizarem com palavras invulgares, quanto mais leem, mais vocabulário dominam, e fazer com que os alunos partilhem as suas experiências leitoras na sala de aula, de modo a realizarem tarefas, em pares como em grupo, para que usem a língua em contexto comunicativo diferente.

Referências

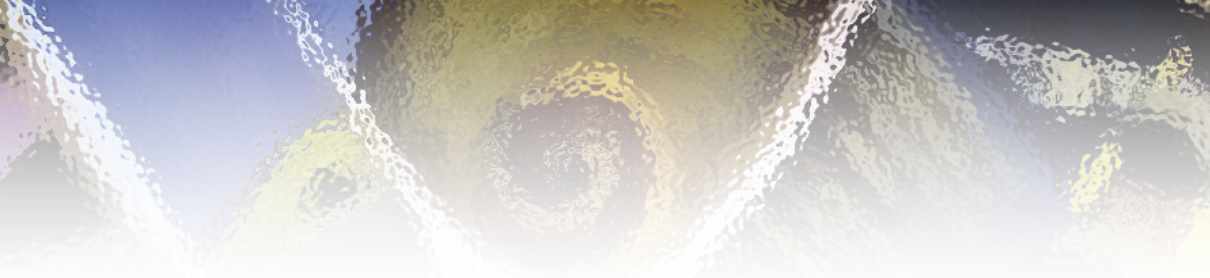
- CORREIA, M. et al. *Inovação lexical em português*. Lisboa: Colibri, 2005.
- DUARTE, I. *O conhecimento da Língua: desenvolver a consciência lexical*. Lisboa: Ministério da Educação, 2011.
- GASPAR, L., et al. *A Língua Portuguesa e o seu ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (INIDE). Programa de Língua Portuguesa do 1º Ciclo do ensino Secundário. Luanda: Ministério da Educação de Angola, 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- LISETE, G. et al. *A Língua Portuguesa e o seu ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.
- MESQUITA, H.; PEDRO, G. *Manual de Língua Portuguesa 7ª classe*. Ministério da Educação-Angola. Luanda: Editora das Letras, S.A., 2014.
- MESQUITA, H.; PEDRO, G. *Manual de Língua Portuguesa 8ª classe*. Ministério da Educação-Angola. Luanda: Editora das Letras, S.A., 2014.
- MESQUITA, H.; PEDRO, G. *Manual de Língua Portuguesa 9ª classe*. Ministério da Educação-Angola. Luanda: Editora das Letras, S.A. 2014.
- PINTO, C. M. P. L. F. *Sinonímia, polissemia, homonímia em manuais, gramáticas e dicionários escolares: para o desenvolvimento da competência lexical*. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- QUIVUNA, M. *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materno estudo de caso: Escola do Segundo ciclo da cidade do WIZI*. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- VARELA, A. M. *Os manuais de Língua Portuguesa e o desenvolvimento da expressão oral no ensino secundário de Cabo Verde*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

VERGARA, S. C. *Projecto e relatório de pesquisa em administração*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2000.

VILELA, M. *Léxico e gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

VILELAS, J. *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. *Dicionário de termos linguísticos*. Vol. 2. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.



CAPÍTULO 21

O português de Angola: um olhar sobre as particularidades lexicais

Domingos Njamba Yeta

Ministério da Educação – Angola
Complexo Escolar nº 02 do Ritenda – Angola

Introdução

Desde os primórdios, a língua foi um dos meios de comunicação indispensáveis na vida e é graças a sua existência, hoje, que o homem é um ser social e racional. Partindo do pressuposto das necessidades comunicativas do homem, podemos ver que a linguagem é uma capacidade unicamente humana que tem como objetivo produzir e compreender sons, permitindo a transmissão de pensamentos, sentimentos, emoções, ideias e experiências, etc. Desta forma, a língua é um conjunto de signos convencionais que possibilitam a comunicação.

A variedade angolana do português surge do contato entre o português e as diversas línguas africanas faladas no território. Trata-se de uma variação rica e multifacetada porque resulta da interação das realidades socioculturais locais. É uma interseção entre herança linguística colonial, as influências das línguas africanas e as dinâmicas sociais contemporâneas. Desde a sua introdução no território no século XVI, o português se distribuiu pelos cidadãos, primeiro por Decretos coloniais e mais tarde como oficial, de acordo com a Constituição da República. É uma variedade que se ajustou ao longo dos séculos,

adaptou-se e evoluiu, incorporando elementos lexicais que são distintivos e representativos da cultura e das tradições angolanas, e que se particulariza em todos os níveis linguísticos. As particularidades lexicais do português angolano não apenas revelam a criatividade lexical de seus falantes, mas também oferecem um panorama das identidades culturais, das tradições e das realidades sociais que permeiam a vida quotidiana em Angola. A língua, ou melhor, a variedade, carrega a identidade sociocultural dos seus falantes.

E, no que diz respeito à evolução e às transformações linguísticas, hoje não podemos considerar a variação como uma novidade, tendo em conta o contexto atual. Vários são os fatores que influenciam esta ocorrência linguística. Estudos de Timbane (2013) mostram que as variáveis sociais e as linguísticas contribuem para o que acontece com o português de/em Angola. Não tem como parar a variação porque a língua é viva e é impulsionada pela mudança social. As palavras zungar, musseke, jundungo, mboa, candongueiro, wawa e outras revelam as particularidades lexicais da variedade local. A presente pesquisa resulta da necessidade de apresentar ou discutir os angolanismos lexicais provenientes das línguas nativas africanas que foram incorporados no português falado em Angola, tendo em conta a sua contribuição na particularização da variedade.

Este trabalho está inserido no campo de Sociolinguística, com o foco no léxico, entendido como o “conjunto virtual de todas as palavras de uma língua, isto é, o conjunto de todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as testadas e aquelas que são possíveis tendo em conta os processos de construção de palavras disponíveis na língua” (Correia; Almeida, 2012, p. 15). No entanto, o uso da linguagem, incluindo o léxico, pode ser analisado pela Sociolinguística em certos contextos, especialmente quando se busca entender como a linguagem reflete e influencia as estruturas sociais, as relações de poder e dinâmicas culturais, como se vê nos estudos

de comunicação de poder, identidade e cultura, a linguagem e exclusão social.

Ao que diz respeito à identidade e cultura, aqui está focado o nosso trabalho, porque entendemos que, nesta perspectiva, analisa-se o léxico como termo que expressa identidade cultural, étnica ou classe, porque palavras e expressões podem ser símbolos de pertencimento a certos grupos sociais ou etnias. Portanto, embora o léxico em si não seja o objeto primário de estudo da Sociolinguística, ele pode ser relevante nos estudos que exploram a relação entre a linguagem e a sociedade, ajudando a entender melhor sobre as interações e as desigualdades sociais.

De referir que, o nosso trabalho é uma pesquisa bibliográfica, com base às abordagens anteriores, conseguimos desenvolver o nosso trabalho e chegar ao consenso de que é urgente refletir sobre o léxico do português angolano, no que tange a importância da particularização do português de Angola, com isto, é através dele que será possível criar condições necessárias para a normatização do Português de Angola.

1 O português de Angola

Falar sobre o português de Angola, olhando na classificação linguística do Adam Smith (1761), é falar sobre uma variedade que resultou de uma fusão entre línguas africanas e o português. Undolo (2014) e Ndombele (2017) afirmam que quando o navegador Diogo Cão estabeleceu o primeiro contato com as línguas aglutinantes ou polissindéticas no território onde é Angola, iniciou um processo de interação linguística. O Alto Comissário de Portugal em Angola elaborou Decreto-Lei que coibiu o uso de línguas nativas. Trata-se Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954).

Ndombele e Timbane (2020) destacam que a Lei colonial tinha como objetivo acultural dar aos africanos uma língua, pois africanos não tinham línguas, só dialetos. O intuito foi obrigar que os africanos abdicassem das suas línguas nativas e obrigatoriamente falassem a língua portuguesa. Devido à falta de uma competência linguística em português e ao domínio pleno das línguas africanas deu-se origem a uma variedade de português cheia de características únicas e incomparáveis com a variedade portuguesa.

A língua portuguesa de/em Angola estabeleceu-se nas camadas sociais das zonas urbanas, possibilitando a formação de uma variedade. E durante muito tempo esta variedade desempenhou um papel preponderante em diferentes esferas perante o desenvolvimento de Angola, servindo como meio de comunicação, unificação, nacionalização entre os deslocados, os povos de diferentes etnias, civilizações, culturas, línguas, etc. Hoje, esta língua ainda é uma das línguas mais importantes de Angola, tendo em conta as suas funções como língua de comunicação a nível nacional, língua oficial, língua da união nacional etc. É do nosso conhecimento que, quando as duas línguas entram em contato, elas influenciam-se trazendo algumas mudanças linguísticas, “várias são as razões dessas mudanças, mas a principal situa-se na relação que se estabelece entre língua e cultura” (Santiago, 2013, p. 50).

Ainda assim, as transformações linguísticas podem decorrer de forma regular, irregular ou analógica e este processo acontece na perspectiva natural através de fatores existentes nas próprias línguas, tais como: fatores internos (Simplificação, Complexificação, e Deriva), fatores externos (socioculturais, políticos, geográficos e contatos de línguas) (Sassuco, 2021) e essas mudanças podem ser parciais (nos níveis fonético, sintático, morfológico, semântico, lexical e pragmático), ou seja, qualquer parte da língua pode mudar, desde aspetos da pronúncia até os aspetos de sua organização estrutural, que quase sempre são imperceptíveis aos falantes e ocorrem em todas as línguas

naturais (Santiago, 2013), possibilitando assim trazer um modelo linguístico que se adeque ao perfil psicolinguístico de qualquer comunidade linguística, como na visão de Fernando e Timbane (2022).

Há vários estudos que revelam que o português interfere nas línguas africanas faladas em Angola e em Moçambique, mas também o português recebe influências dessas línguas. Isso significa que há uma troca que não é positiva nem negativa, mas sim processo normal que ocorre quando as línguas estão em contato. Os empréstimos e os estrangeirismos linguísticos não são bons ou maus para a língua, mas sim o caminho normal que qualquer língua percorre (Fernando; Timbane, 2022, p. 150).

E hoje, sobre o português de Angola, há várias evidências que testemunham o posicionamento particular que o português de Angola tomou, transcendendo o pensamento dos conservaristas portugueses que ainda pensam que os angolanos falam de igual modo aos portugueses; essa ideia é partilhada por Fernando e Timbane (2022, p. 149) quando dizem que “engana-se quem afirma que os angolanos e moçambicanos falam como em Portugal ou falam como está previsto na Gramática Normativa”. Com isto, cingir-se a esta particularidade que impera a língua portuguesa de Angola, tracemos alguns léxicos que particularizam, adjetivam e que devem ser considerados, porque segundo Fernando e Timbane (2022, p. 150) “é legítimo estudar estas variedades por forma a que se possa procurar caminhos para a sua normatização e fixação oficial das variedades, tal como o Brasil e Portugal o fizeram com propriedade e com sucesso”.

Por outra, queremos dizer que, durante o tempo que o português (idealizado) se estendeu a nível nacional, conviveu com as línguas nativas que influenciaram na caracterização de português de Angola, incorporando alguns termos provenientes de diferentes línguas nativas e os mesmos termos são usados no dia a dia por todos os angolanos

e compreendem-se, assim, construindo um sentido que caracteriza uma sociedade denominada angolana (Fernando; Timbane, 2022).

Não se pode viver, conviver em Angola e com angolanos sem assimilar as formas características da variedade local, por exemplo. As falas angolanas denunciam a identidade “o que nos leva a concluir que é urgente refletir a necessidade da normatização das variedades do Português de Angola e Português de Moçambique para que possa atender as realidades locais” (Santos; Timbane, 2020, p. 157-158).

Olhando por parte da aceitação da particularidade do português de Angola, os nossos governantes, fazedores de políticas, mostram que, eles, têm a dificuldade de aprender e aceitar a nova realidade, isto nos leva a pensar na mesma realidade que o colono tinha (Nguluve, 2018, p. 111),

a colonização portuguesa durante muito tempo mostrou que o branco europeu tinha dificuldade de aprender com o mundo novo, “mundo africano” devido ao preconceito e ao complexo de superioridade. Cabia não ao branco europeu, mas sim ao africano a aprendizagem da língua do colonizador, dos hábitos alimentares e da cultura.

Na verdade, precisamos repensar as políticas linguísticas para padronização ou normalização do português de Angola, porque, ao nosso ver, os estudantes são sufocados a aprender uma língua que favorece outras realidades, uma língua que não é usada no seu dia a dia, uma língua que estimula o preconceito linguístico, uma língua que exclui a classe não aculturada pelo ocidente, uma língua que influencia no maior número de reprovações e inibe o verdadeiro português falado pelos angolanos de forma espontânea e livre, apesar de estar cômico de que:

[...] nem toda variação implica mudança, mas toda mudança pressupõe variação, o que significa, em outros termos, que a língua é uma realidade heterogênea, multifacetada e que as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora nem todo fato heterogêneo resulte necessariamente mudança (Faraco, 1991 *apud* Santiago, 2013, p. 51).

A falta do reconhecimento do português de Angola nos remete a uma posição de extinção porque são angolanos que usam esta língua, se nós não reconhecermos a existência dessa língua, também estaríamos a negar a nossa própria existência por ser uma língua que representa a nossa proveniência, a nossa cultura, o nosso modo de viver e de ver as coisas consoante a nossa realidade, concordando com Martin Robert (1969 *apud* Murakawa, 2009, p. 36): “Uma língua de cultura reflete nela própria a riqueza de seu passado e é traí-la ignorar a sua profundidade histórica”.

2 O léxico

Desde gêneses, o léxico sempre foi um dos elementos muito importantes na vida do ser humano, porque este está no mundo e o mundo manifesta-se através dele, com isto, léxico é uma identidade, é um reflexo de uma comunidade, é um elemento que dá ao homem a oportunidade de manifestar aquilo que deseja, pensa, e a forma como é que ele quer ser visto dentro da sociedade, o homem está intrinsecamente ligado a palavra porque é a através dala que ele é conhecido, Mantoré (1973 *apud* Cambraia, 2013, p. 161) afirma que “Na realidade, as palavras não exprimem as coisas, mas a consciência que os homens têm delas, uma palavra, seja abstrata, seja concreta, tem sempre um valor social mais ou menos racional ou afetivo, por isso, muitas das vezes o léxico é entendida como um instrumento de compreensão social”, o autor vai mais ao fundo quando diz que as palavras existem na consciência em relações recíprocas (uma visão sistêmica de voca-

bulário): “a palavra não está isolada na consciência: ela estabelece com suas vizinhas, no contexto, relações sintagmáticas independentemente do contexto”, esta ideia é partilhada por Hatch e Brown (1995) quando afirmam que o termo também é usado para se referir à maneira como as formas podem ser sistematicamente interconectadas e representadas no cérebro, ou seja, o léxico mental.

A procura de compreender o léxico, Katz e Fodor (1963), Chomsky (1965), Gruber (1965), Fillmore (1968), Slobin, (1985), Jackendoff (1972), Bloomfield (1993) etc., trazem muitas abordagens diferentes, tendo em conta, a complexidade do mesmo ao ponto de considerar que as unidades lexicais e as suas idiossincrasias são elementos que fazem parte das línguas, mas não pertencem à gramática, mas este pensamento nos remete ao outro posicionamento, como afirma Bresnan (1982 *apud* Assunção; Araújo, 2017 p. 60) “o léxico contém um conjunto de informações sobre as peças léxicas, que lhe permite supervisionar o modo de funcionamento da dimensão gramatical”. Deste modo, o léxico é entendido como uma parte central e estruturada da gramática, de referir que o léxico é estudado em várias correntes teóricas como o estruturalismo, funcionalismo e gerativismo.

2.1 Perspectiva Estruturalista

Entende-se o léxico como um elemento que faz parte do sistema linguístico. No estudo estruturalista é impossível fazer a descrição de uma língua separando os elementos que constituem o sistema linguístico, porque esse concebe a linguagem como um sistema articulado: da mesma forma que acontece com o xadrez, cujo valor de cada peça é instituído no interior do jogo por meios de regras que regulam tanto as funções quanto a interligação entre essas peças, Costa (2013), por outro: Saussure (1913 *apud* Soares, 2021; Duarte; Holanda, 2021, p. 4) “todos os outros elementos da linguagem que [...] constituem a fala vêm, por si mesmos, subordinar-se a essa primeira ci-

ência que todas as partes da linguística encontram seu lugar natural” por isso Joseph Hrabak (*apud* Câmara Jr., s. d., p. 43) diz que “para o estruturalismo, há uma inter-relação entre os dados ou fatos, e os pressupostos filosóficos, em vez de uma dependência unilateral”. Para Saussure a linguagem é vista como uma instituição social e objetiva, exterior desenvolvimental, interior ao sujeito humano, e nesta senda, o mesmo autor afirma que o que as crianças aprendem são representações de uma rede de prática social articulada no seu ponto de interseção enquanto sujeito humano no mundo... o que a criança aprende e o que adulto usa é um sistema de representações que em vários aspetos do contexto estão copresentes, e são integrados em processo social psicológicos e neurológicos. Sinha (1982), Azeredo (2000), a função simbólica da linguagem é a responsável pela relação entre os indivíduos e o conjunto de suas experiências da realidade e é através dela que o homem transforma todos os elementos do mundo em dados da sua consciência e, claro a linguagem nesta senda seria um sistema de categorias que permitem ao homem organizar o mundo em uma estrutura dotada de sentido, por isso define-se o léxico segundo Basílio (1987), uma unidade linguística básica, a palavra é uma unidade complexa com expressões idiomáticas e advérbios (Biderman, 2005 *apud* Dias, 2012), a expressão idiomática é uma lexia complexa indecomponível, conotativo e cristalizada em um idioma pela tradição cultural.

O que podemos entender nestes argumentos é que os estudos Estruturalistas concebem a língua como um sistema inseparável, assim o léxico torna a ser um dos elementos integrante do mesmo sistema linguístico por desempenhar diversas funções consoante o seu contexto, por isso Fernandes (s. d., p. 3) afirma que “considera-se o léxico como uma parte da língua que tem função de criar, guardar, organizar e transmitir os signos utilizados pelos falantes com base na construção do pensamento e na elaboração dos enunciados verbais de dada sociedade”.

2.2 Perspectiva gerativista

O léxico é considerado como a maior fonte de informações linguísticas necessária para a formação de frases, de parágrafos e de discursos. Na perspectiva gerativista, acredita-se que o léxico não é só um conjunto de palavras convencionais tal como aparecem num dicionário, mas também a formação de sentidos compreensíveis na comunidade de fala. Geralmente, os estudos gerativistas cingem-se na própria língua, mas a fonte das descrições e de obtenção de informações de uma língua é proveniente do léxico, procurando entender como a mente humana é capaz de absorver todas essas informações (Kenedy, 2013 *apud* Carvalho, 2021). Para Chomsky (2015 *apud* Carvalho, 2021, p. 47) “a língua é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada sentença, sendo finita em extensão e construída a partir de um conjunto finito de elementos”.

Na linguística gerativa, o léxico é estudado em vários sub-ramos, como é o caso da hipótese lexicalista, incluindo as propostas alternativas sobre a nominalização, proposta debatida por Chomsky (1970) e desenvolvida por Jackendoff (1975 *apud* Rodrigues, 2015) com a Teoria da entrada plena, uma teoria mais elaborada do léxico. O léxico é entendido como elemento responsável por atribuir nomes e representar o mundo real de uma sociedade, anexado à própria história e cultura da comunidade linguística. A cultura, a tradição e os costumes de um povo estão representados no léxico e, por causa disso, o léxico está em constante processo de evolução adquirindo uma característica de um sistema dinâmico, tal como debate Silva (2010).

O léxico é compreendido como o repertório das propriedades sintáticas, capaz de desenvolver mecanismos de articulação entre a informação que está nele contida e a realização sintática, essa progressiva afirmação tem uma centralidade e abrangência patentes, dentro de cada uma das abordagens, tanto na abordagem gerativa quanto nos estudos linguísticos em geral, e também é desta forma que a

polissemia sistemática é entendida como fundamental na eficiência do léxico como sistema dinâmico de armazenagem simbólica a serviço da organização linguística (Basilio, 2015).

A nossa perspectiva concebe o léxico como um domínio dinâmico, estruturado em rede (Aitchison, 2010), que perfaz a interface entre as estruturas fonológica, semântica e sintática da linguagem. Assentamos, assim, a visão do léxico e da sua gramática numa concepção de linguagem como uma arquitetura paralela, tal como definida em Jackendoff (2002). Essa arquitetura, faculdade cognitiva e, por isso, localizada no domínio da mente-funcional (para usar um termo de Jackendoff (2002), é externalizável através da ação e possui implicações sociais que podem determinar o seu uso (Rodrigues, 2015, p. 7).

A concepção que se tem do léxico como um repositório de informações, levou Lakoff (1987) e Jackendoff (1983) a dizerem que aquilo que percebemos no mundo é o resultado do conhecimento que temos na nossa mente relacionada ao mundo onde estamos inseridos. Com isto podemos entender que o léxico está como um intermediário entre o homem e o mundo, por causa da conexão que o homem tem com o mundo e o léxico vem revestindo-se da coisa que existe nele.

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo (Vilela, 1994 *apud* Assunção; Araújo, 2017, p. 65).

Acredita-se que para um falante, ele não só sabe o significado de uma determinada palavra, mas também o comportamento sintático e semântico, tendo a sintaxe que respeitar as características de cada léxico, na mesma, o ser humano sabe quais são os princípios e limites

da complexidade de uma determinada palavra, assim como o princípio de projeção. No pensamento chomskyano, a Gramática universal consiste em um sistema de princípios comuns a toda gramática e de parâmetros com valores diferentes, de acordo com as línguas (Leire; Lancini, 2019). Kenedy (2013 *apud* Carvalho, 2021 p. 52-53) afirma que “o léxico é um componente inicial do processamento computacional da linguagem [...] nele encontram-se armazenadas todas as informações relacionadas a emissão de som e organizado, que devem ser mescladas no espaço derivacional”, o mesmo autor fundamenta esta visão dizendo que o léxico existe na cognição individual e reflete as relações conceptuais e morfossintáticas, derivando de convecções socioculturais e históricas, os valores conceptuais de uma língua são codificados no léxico de seus falantes (Carvalho, 2021).

2.3 Perspectiva Funcionalista

Atualmente os estudos funcionalistas, em particular americanos, cingem-se em abordar as questões linguísticas numa perspectiva contextualizada, porque acredita-se que os itens produzidos por si só não possuem sentido a não ser que sejam contextualizados, por isso o funcionalismo concebe a língua como um sistema dinâmico cuja organização interna é direcionada para obtenção da excelência na comunicação ou, talvez baseando-se na visão dos Estoicos anomalistas, com base nas irregularidades da língua, eles acreditam que os significados das palavras não existem fora do contexto onde aparecem (Maxwill, s. d., p. 18). Para Halliday (1994 *apud* Mendes; Barbosa, 2021, p. 72), a linguagem “é proposta por um sistema social ou cultural, o que implica, necessariamente, interpretá-la dentro de um contexto socio-cultural em que tal processo se realiza”.

É do nosso conhecimento que o homem é um ser social e para sua sobrevivência ele necessita estar em contato com os outros, e uma das únicas formas que possibilita o homem estar em contato com ou-

tros é a utilização da linguagem. Sabemos que a linguagem é um conjunto de signos convencionais que o homem usa para transmitir os seus pensamentos, sentimentos, desejos etc.

De acordo com Franchi (*apud* Leite, 2010) “a língua é um fenómeno em constante construção e os estudos funcionalistas acreditam que ela é produzida e utilizada pelo homem e que não possui nenhum valor fora do contexto social”. Daí que surge a importância da elaboração deste trabalho, que tem como objetivo trazer alguns léxicos angolanos que foram incorporados no português falado em Angola, dando-lhes características únicas e que para sua interpretação é necessário conhecer e contextualizar a realidade angolana, porque acreditamos que os mesmos léxicos angolanos, se forem produzidos num outro contexto como Brasil, Portugal, os mesmos não terão valor nenhum. Halliday diz que a linguagem se constitui como uma forma de representações da experiência humana, quer seja na realidade presente/percebida no meio físico ou concreto, quer seja na realidade idealizada/fabricada em nosso interior, num plano mais abstrato, Mendes e Barbosa (2021), a mesma ideia é partilhada por Ford, Fox e Thompson (2003 *apud* Cunha; Tavares, 2016, p. 18) quando dizem que a Gramática é um agregado maleável e internalizada das formações vindas da língua em uso do discurso, das experiências com a inteiração linguística que os seres humanos acumulam durante a vida, por isso acredita-se que o estudo da língua enquanto parte da cultura implica conceber o léxico como:

[...] património cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o património lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo perceções e experiências multissecu-

lares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época (Seabra, 2015 *apud* Does; Cordeiro, 2022, p. 26).

Portanto, concluímos que, tendo em conta as diferentes abordagens apresentadas com relação ao léxico, tanto no Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo, estes estudos nos mostram o quanto é importante refletir sobre os léxicos incorporados no português falado em Angola, porque os mesmos léxicos não são simplesmente um conjunto de palavras, mas sim conjunto de valores, informações relacionadas ao usuário da mesma língua, um espelho que reflete a identidade da cultura angolana, e o mesmo faz parte da linguagem que é utilizada pelos angolanos; e vimos que a linguagem é, segundo Saussure (1916) “um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”, por outro Edward Sapir (1929) “A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos”. Assim como diz o Noam Chomsky (2000), a linguagem é um componente da mente/cérebro humanos especificamente dedicada ao conhecimento e uso da língua. A faculdade da linguagem é o órgão da linguagem. A língua é então um estado dessa faculdade, essa ideia também é partilhada por Bakhtin:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenómeno social da interação verbal. A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes (Bakhtin, 1916, s.p.).

Por isso, é urgente repensar as políticas que visam legalizar e normatizar os mesmos, a fim de atender as diferentes necessidades que os angolanos enfrentam no que diz respeito aos preconceitos linguísticos, reprovações excessivas, aliviar os esforços que os usuários da língua fazem perante o português idealizado e dar a oportunidade ao português de Angola transcender os limites estabelecidos pelo português idealizado quanto a sua utilização.

3 Metodologia

Em diferentes abordagens, entende-se metodologia como área científica onde são discutidos e apresentados diferentes meios e caminhos usados pelo pesquisador para possibilitar alcançar os objetivos preconizados, para Oliveira (2000 *apud* Angelina, 2014, p.18)

a metodologia científica refere-se ao estudo dos meios e métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações, criticá-las, interpretá-las a partir das relações de causa e efeito.

Por isso, entende-se como métodos, segundo Lakatos e Marconi (2003) “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo” (p. 83).

A nossa pesquisa predomina a natureza bibliográfica, a pesquisa bibliográfica, as suas fontes de informações dependem de diferentes contribuições dadas pelos autores, tal como afirmam o Lakatos e Marconi (2003), Cervo e Bervian (2002 *apud* Oliveira, 2011, p. 40) “a pesquisa bibliográfica considera uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema”, para nós, tendo em conta o nosso tema e o tipo de pesqui-

sa, recorremos a este método, porque, nos possibilitou usar técnicas de obtenção de dados, tal como a observação direta intensiva, que dá ao pesquisador as diferentes possibilidades de recolhas de dados, a citar a utilização dos sentidos na obtenção de determinados aspetos da realidade, por outro, este método não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenómenos que se deseja estudar. Podem ser sistemática, assistemática, participante, não participante, individual, em equipa, na vida real ou em laboratórios (Lakatos; Marconi, 2003).

3.1 Apresentação do léxico

Nesta seção, pretendemos trazer e ilustrar os diferentes léxicos do PA provenientes das línguas nativas de Angola. O nosso objeto de trabalho não pretende abordar este assunto numa perspectiva etnolinguística, ou seja, falar da origem das palavras consoante a língua de proveniência, mas mostrar um conjunto de léxico característico no PA. Igualmente, ressalta-se que a quantidade do léxico aqui apresentado não pressupõe o número exato do léxico existente no português de Angola, mas sim um número reduzido, por outro, a ilustração do mesmo léxico obedece a uma organização, seguindo a lógica como a forma original, a sua classe gramatical e o seu significado.

Quadro 1 – Léxico do português de Angola

Forma original	Classe gramatical	o significado
Bazar	Verbo	Ir
Bikuar	Verbo	Entrar
Birra	Nome comum	Cerveja
Boda	Nome comum	Festa
Boiado	Adjetivo	Bêbado

A LEXICOGRAFIA, A LEXICOLOGIA E A ONOMÁSTICA EM PORTUGUÊS:
A LÍNGUA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Bué	Adv. de quantidade	Este termo significa muito, bastante etc.
Bumbar	Verbo	Trabalhar
Caxexe	Verbo	Escondido
Chuinga	Nome comum	Pastilha elástico
Cochito	Adv. de quantidade	Pouco
Dikota	Nome Comum	Este termo designa alguém que é mais velho
Fobado	Adjetivo	Alguém que tem fome
Garina	Nome comum	Namorada
Gasosa	Nome comum	Gorjeta
Gatuno	Adjetivo	Ladrão
Gileira	Nome comum	Frigorífico, Geladeira
Gindungo	Nome comum	Designa pimenta ou malagueta
Gingumba	Nome comum	Este termo significa amendoim
Gueto	Nome comum	Bairro
Imbumbável	Adjetivo	Alguém que não trabalha
Jajão	Verbo	Mentira
Kamba	Nome comum	Amigo
Kilapi	Nome comum	Dívida
Kimbandeiro	Nome comum	Curandeiro
Kimbo	Nome comum	Aldeia;
Kizomba	Nome comum	Este termo designa Festa
Kumbo	Nome comum	Dinheiro
Kumboio	Nome comum	Este termo serve para designar trem
Kuyar	Adjetivo	Doce, agradável
Laton	Adjetivo	Mulato
Macas	Nome comum	Confusão, Problemas

Machimbombo	Nome comum	Este termo serve para designar autocarro
Magala	Nome comum	Polícia
Mambo	Nome comum	Coisa
Marimbondo	Adjetivo	Traidor, Ladrão, Mentiroso
Mata-bicho	Nome comum	Este termo designa o pequeno almoço
Mbenda	Verbo	Chapada
Mboa	Nome comum	Mulher
Mbora	Advérbio	Embora
Micha	Nome comum	Dinheiro
Musseque	Nome comum	Bairro de lata ou Favela
Ndengue	Nome comum	Criança
Panco/a	Nome comum	Apaixonado/a
Pato	Nome comum	Intruso, alguém que não foi convidado
Piteu	Nome comum	Comida
Praça	Nome comum	Mercado
Prédio	Nome comum	Edifício
Ruca	Nome comum	Carro
Sambapito	Substantivo comum	Este termo designa o reбуçado
Zongola	Adjetivo	Bisbilhoteiro

Fonte: Elaboração própria

4 Considerações finais

O português de Angola apresenta uma característica peculiar que denuncia a história, a cultura e as tradições do país. Ao longo dos tempos, o PA não apenas se adaptou às influências das línguas

nativas, mas também se transformou em um veículo de identidade e de expressão dos angolanos.

O PA apresenta diversas características peculiares: a supressão (aférese, apocope, sincope), a adição (prótese, epêntese, paragoge), a alteração (assimilação, palatalização, sonorização, crase, monotongação), a dissimilação, a metátese, a nasalização, o empréstimo (lexical, semântico), entre outras, visando criar um perfil linguístico que se adequa aos seus usuários.

Mas marcas linguísticas da variedade angolana diferenciam o PA do português de Portugal, Brasil, Moçambique, etc. Os processos neológicos são frequentes e contribuem para a manutenção das variedades. A chegada de palavras novas se torna pejorativa num primeiro momento, mas à medida que a frequência de uso aumenta, ocorre uma incorporação e integração, perdendo a neologicidade.

Por outro, é necessário mudarmos esta visão pejorativa, porque este processo da integração lexical é um processo normal da evolução das línguas e muitos termos são usados em instituições de ensino.

O preconceito com relação à variedade deve ser um combate permanente porque não existem variedades mais importantes que outras. Os estudos de Timbane (2013), Timbane, Domingos e Afonso (2021) mostram que a chegada de novas unidades lexicais numa variedade está prevista no sistema linguístico. Por isso, essa entrada não é caótica, mas sim organizada de acordo com as regras permitidas pela gramática. O preconceito com relação à variedade angolana ocorre por falta de conhecimentos sobre o que é variação linguística. O português de Portugal não é superior à variedade angolana (Timbane, 2022). Ambas são variedades aceitas nas comunidades de fala. Cabe-nos acolher sem preconceito.

O verbo “Bazar” que significa “ir embora”, deu origem a um pacote da unitel com nome tarifário Bazza. O termo Kumbú que significa “dinheiro”, deu origem ao programa televisivo “mais Kumbú”, para re-

ferir-se a “mais dinheiro”. O termo “Pato” que significa “intruso ou alguém que não foi convidado” deu origem ao programa televisivo “pato na área” (para dizer que o intruso chegou), o termo “maribondo” que se refere a “uns insetos” foi usado na campanha eleitoral do Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço para designar traidor, ladrão etc. Estes significados são compreendidos em contexto da variedade angolana de português.

Estes exemplos mostram que o léxico é criado em contexto social e cultural. São termos criados pelos membros da sociedade e respondem às necessidades comunicativas daquele grupo. O português de Angola segue uma característica própria, única. Algumas unidades lexicais não são compreendidas em outras variedades, daí que devem ser levadas em consideração, devem ser estudadas a fim de criar condições necessárias para sua normatização (Fernando; Timbane, 2022). Os autores defendem que “é legítimo estudar estas variedades por forma a que se possa procurar caminhos para a sua normatização e fixação oficial das variedades, tal como o Brasil e o Portugal o fizeram com propriedade e com sucesso” (Fernando; Timbane, 2022, p. 150).

O desenvolvimento do português de Angola é um importante fator de identidade, a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um símbolo de pertencimento e resistência cultural, as particularidades do português de Angola são um reflexo das experiências históricas e sociais do país, incluindo a luta pela independência e a busca por uma identidade nacional. Em suma, o português de Angola é uma expressão viva da identidade cultural e da história do país, as suas particularidades lexicais não apenas enriquecem a língua portuguesa como um todo, mas também oferecem uma janela para a compreensão das complexidades sociais e culturais que moldam a vida em Angola. A valorização e o reconhecimento dessa variedade linguística são essenciais para a promoção da diversidade cultural e linguística, tanto em nível nacional quanto internacional.

Referências

- ARAÚJO, M. M. Linguagem, dicionário e comunicação: apresentação da ATD. *Revista Práticas de Linguagem*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 302-322, jul./dez. 2013.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BASILIO, M. Formação de palavras: conhecimento, representação e uso. *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 2015. p. 103-115.
- BUTTI, C. *Léxico e cognição: as representações do mundo por meio de designações infantis*. 2007. 161f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 155-187, 2013.
- CARVALHO, C. I. C. Gerativismo linguístico. In: CARVALHO, C. I. C.; BARBOSA, J. R. A. (org.). *Teorias linguísticas: orientações para a pesquisa*. Mossoró: EdUFERSA, 2021. p. 43-69.
- CORDEIRO, M. D. *Estudos do léxico: diferentes olhares e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2022.
- CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- CUNHA, M. A. F. da; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21375>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- DIAS, M. F. *Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. 2012. 197f. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.
- FERNANDES, J. A. de S. e C. T. *Uma abordagem cognitiva em semântica lexical: o verbo colher*. 1998. 149f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Porto, Porto, 1998.
- GRAÇA RIO-TORTO, G. A. S. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

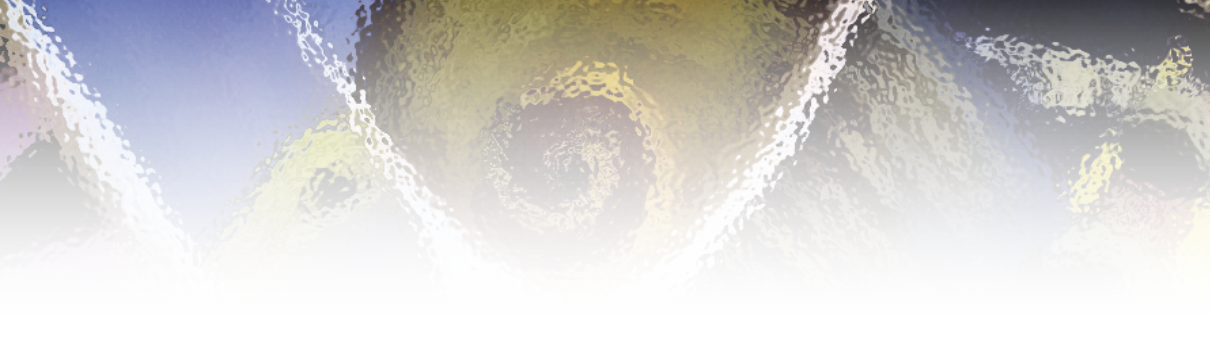
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANCINI, M. A. O estatuto do léxico segundo a abordagem gerativa: aquisição de L2. *Tabuleiro de Letras*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 253-265, 2018.
- LEITE, J. E. R. Fundamentos de Lingüística. *Revista Letras*, v. 168, s.p., 2010.
- MENDES, W. V.; BARBOSA, J. R. A. Funcionalismo linguístico. In: CARVALHO, C. I. C.; BARBOSA, J. R. A. (ed.). *Teorias linguísticas: orientações para a pesquisa [online]*. Mossoró: EdUFERSA, 2021. p. 71-99.
- MIXWILL. O funcionalismo: fundamentação teórico-metodológica. *PUC-RIO-Certificação Digital* nº 05, p. 10544-10549. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10437/10437_3.PDF. Acesso em: 11 jan. 2025.
- OLIVEIRA, M. F. de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.
- PEREIRA, A. S. et al. *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Ed. UFSM, 2018.
- PORTUGAL. Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. *Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954*. [S. l.; s. n.]. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf>. Acesso em: 12 nov.2025.
- RODRIGUES, A. S. *A gramática do léxico: morfologia derivacional e o léxico mental*. München: Lincom, 2015.
- SANTIAGO, J. de L. Zoonímia histórico-comparativa bantu: os cinco grandes herbívoros africanos. *Revista Eletrônica Língua Viva*, Porto Velho, n. 5, 2013. Disponível em: http://www.rhinoresourcecenter.com/pdf_files/140/1403765149.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.
- SILVESTRE, A. V. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português*. São Paulo: Editora Vozes Ltda., 2014.
- SINHA, C. Funcionalismo, serniótica e aquisição da linguagem. *Revista Análise Psicológica*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 67-74, 1982.
- SOARES, N. L. de S.; DUARTE, M. dos S. M.; HOLANDA, K. A. P. de. Estruturalismo, gerativismo e funcionalismo: novas perspectivas para o

ensino de gramática da língua portuguesa na escola. In: AZEVEDO, N. D. de (org.). *Estudos interdisciplinares da linguagem*. Vol. 2. [S. l.; s. n.]: nov.2020.

TIMBANE, A. A. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2022.

TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (org.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas*. São Paulo: Opção, 2021.

TIMBANE, A. A. DOMINGOS, Y. F.; AFONSO, E. V. S. O português angolano e a variação léxico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v. 36, p. 103-123, 2021. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/108>. Acesso em: 12 nov.2025.



Sobre os autores

Albano Agostinho Eduardo, é docente na EPLN – Universidade Lueje A'Nkonde, Doutorado pela Universidade de Évora em Linguística e Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Nova de Lisboa. É Coordenador do Centro de Estudos e Investigação em Ciências Pedagógicas (CEICP) da EPLN e do Projeto de Apoio à Educação Bilíngue na mesma instituição.

Alexandre António Timbane, Pós-Doutor em Filologia e Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo, Pós-Doutor em Letras pelo Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe, Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Doutor e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É docente da UNILAB e da UEFS. Tem experiência no ensino e na pesquisa em Sociolinguística e Dialetologia com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico) e ensino, Contatos linguísticos, Linguística Forense e Línguas Bantu moçambicanas. Orientou e orienta pesquisas na Pós-Graduação, Graduação e Iniciação Científica. É Editor-chefe da *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras* (ISSN: 2764-1244) e da *AXÉUNILAB: Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia*, é Coeditor das *Revistas Áfricas e Cadernos de África Contemporânea*.

Alice Bernardete Malonda Loba, Professora do Ensino Geral, no Complexo Escolar António Filie Rosa. Coordenadora de Atividades Extraescolares. Licenciada em Ensino da Língua Portuguesa no Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda, na cidade de Cabinda, Angola.

Ângelo Américo Mauai, Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na Universidade Save – Moçambique; Doutor em Estudos Portugueses na Área de Especialização de Linguística Portuguesa; Mestre em Estudos Portugueses

Multidisciplinares na Área de Especialização em Linguística Portuguesa; Licenciado em Ensino do Português. Orienta pesquisas na Graduação e na Pós-graduação. É autor de diversas produções científicas.

António Vicente Chicalo, Doutorando em Ciências da Educação, especialidade Literacias e Ensino do Português pela Universidade do Minho, Portugal; Mestre em Língua Portuguesa, especialidade Terminologia pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto; Licenciado em Ensino de Língua Portuguesa na Escola Pedagógica do Dundo da Universidade Lueji A'Nkonde. Leccionando as disciplinas de Língua Portuguesa I e II, Lexicologia e Lexicografia do Português e Morfologia e Sintaxe II na Escola Pedagógica do Dundo; Língua Portuguesa na Faculdade de Direito do Dundo – Lunda-Norte

Arnaldo Ndumba, nascido na Vila do N'zagi, município do Cambulo, província da Lunda-Norte, Angola. Teve o seu ensino básico e secundário traçado nas instituições públicas. Coautor da obra *Metodologia para Formação de Professores em Angola: No Ensino Pré-Escolar, Primário e II ciclo*. Editora: Kussoneka, Angola, 2024. Mestrado em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa no Ensino Secundário, Instituto Superior de Ciência da Educação (ISCED-Luanda), 2022. Docente na Universidade Lueji A'Nkonde IV, Região Acadêmica de Angola (2017) até o dado momento, colocado na Escola Pedagógica da Lunda-Norte, leccionando as seguintes cadeiras: Didática de Português L2; Linguística Aplicada; Prática Pedagógica; Semântica – Pragmática; Literatura Angolana; Língua Portuguesa I e II.

Davi Albuquerque, Professor Associado da Escola de Estudos Estrangeiros da Universidade Nankai (China). Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutor pelo PPLIN (Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador da Comissão para as Línguas Ameaçadas da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). É autor de diversas produções científicas: livros, capítulos e artigos.

Domingos Njamba Yeta, Universidade de Luenji A'Nkonde, Angola, natural do Lumbala-Guimbo, província do Moxico. Pré-finalista na Universidade de Luenji A'Nkonde, tendo como especialidade ensino de Língua Portuguesa.

Professor de Língua Portuguesa no ensino primário na Escola do Ritenda/Fundo. Licenciado em Linguística Portuguesa, Ministério da Educação Complexo Escolar n° 02 do Ritenda.

Edson Tito Fafetine, Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na Universidade Save, Moçambique; Mestrando em Língua Portuguesa Aplicada no Ensino, na Universidade Save; Licenciado em Ensino do Português com Habilitações em Inglês, pela Universidade Pedagógica de Moçambique, Delegação de Gaza.

Ezequiel Pedro José Bernardo, Graduado em Linguística pela Universidade Agostinho Neto. Mestrado em Linguística pela UFSC (2018). Doutorando em Linguística na UFSC, docente da Universidade Agostinho Neto, professor assistente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. Tem interesse nas áreas de sociolinguística, políticas públicas e ensino e políticas linguísticas em contextos multilíngues colonial e pós-colonial, enunciados proverbiais como elemento de identidade linguístico-cultural, Toponímias e onomásticas. É Pesquisador dos Grupos de Políticas Linguísticas e Direitos Linguísticos, da UFSC e membro do Grupo de Estudos em Memória, Expressões, Cultura e Ensino do Instituto Federal Goiano, Campos Rio Verde.

Fidel António José Fernando, é licenciado em Ensino do Português pelo ISCED de Luanda, 2018. Desde 2014, atua como professor de Português no Ensino Primário e Secundário, o que lhe permite desenvolver habilidades em didática e gestão de sala de aula, impactando positivamente a aprendizagem dos alunos. Além de Revisor Textual, é colunista do *Jornal Cultural Rol* (Brasil) e do *Jornal Pungo a Ndongo* (Angola). Neles, aborda temas no domínio do ensino, particularmente os voltados à área de Língua Portuguesa.

Flávia Martins, Professora Permanente da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e na Faculdade de Ciências Sociais (UNTL/FCS). Professora da disciplina de Língua Portuguesa nos departamentos de Comunicação Social, Políticas Públicas e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL). Mestre em Língua e Linguística Portuguesa pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e com a parceria da Universidade de Coimbra (UC). Doutoranda em Letras da Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Brasil.

Gaudêncio Kimuenho, Docente Universitário afeto ao Instituto Superior Politécnico do Bengo, Angola, ministra as aulas da unidade curricular de Português I e II. Membro do VAPA (projeto de estudo da variante do português em Angola). Mestre em Língua Portuguesa (2022), pela Faculdade de Humanidade da Universidade Agostinho Neto, Angola; Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa (2017) pela Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola.

Graça Rio-Torto, é Professora Catedrática de Linguística na Universidade de Coimbra, instituição onde obteve o seu Doutoramento e o grau de Prof. Agregada. É membro integrado do CELGA-ILTEC, sediado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde exerce funções, agora como professora aposentada. É autora de numerosas publicações científicas, colabora em diferentes projetos de pesquisa, nacionais e internacionais, é membro de diversas comissões editoriais de revistas. Atua na graduação e na pós-graduação, nas áreas de léxico, formação de palavras, morfologia, semântica.

Maria Helena Dias Rebelo, Licenciada na Universidade da Madeira, Portugal (1990), Mestre (1997) pela Universidade de Coimbra, Portugal. Na Universidade da Madeira (UMa), onde é docente, doutorou-se em Linguística Portuguesa (2005) e desenvolveu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento (2011). É membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, estando ligada ao Subgrupo da Variação Linguística. Colabora com o Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (UMa). Na Universidade da Madeira, desde 2019, dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais; é Coordenadora do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas (2021-2023 e 2023-2025) da Faculdade de Artes e Humanidades (FAH), sendo Vice-Presidente da FAH.

João Muteteca Naege, Professor Auxiliar na Universidade Lueji A'Nkonde; Investigador do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social da Universidade Lueji A'Nkonde, Angola (CEDESULAN). Investigador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora (CELUÉVORA), Portugal. Orientador de vários trabalhos de Licenciatura e Dissertações de Mestrado, autor de diversos artigos científicos publicados em Angola, Portugal, Brasil e Itália;

autor da obra *Aquisição da Competência Lexical em Português Língua Segunda – Especificidades do aluno angolano*, Novas Edições Académicas, Brasil (2021).

José Baptista Adriano Victorino, é Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pela Escola Superior Pedagógica do Bengo, Mestrando em Língua Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, é professor de Língua Portuguesa e Literatura no Liceu Samuel Lussati do Kunje-Bié, é membro da Associação de Jovens Escritores do Sul de Angola (AJE-Sul), membro do VAPA – Projeto de Investigação Linguística do Português em Angola e pesquisador em Lexicologia e Terminologia.

José Carvalho da Conceição Pedro Chipia é professor de Língua Portuguesa, Práticas Pedagógicas e Estágio, no Magistério Primário Teófilo Duarte. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pelo ISCED – Huambo/Angola (2021). Mestrando em Ensino da Língua Portuguesa no Instituto Superior de Ciência da Educação do Sumbe, Angola.

José Corindo Muaquixe, Graduado em Ensino de Língua Portuguesa pela Escola Pedagógica da Lunda-Norte/Angola, afeta à Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN). É docente efetivo no Ministério da Educação, autor de capítulo de livro, resenha e vários artigos publicados em revistas científicas. Participa ativamente de encontros científicos nacionais e internacionais. Tem experiência no ensino de Português no Ensino Básico e no Secundário.

Larissa Rehem Gama, Mestranda em Linguística na Universidade Federal de Santa Maria, Licenciada em Letras – Língua Portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Experiência como professora em turmas de nível fundamental, médio e ensino pré-vestibular. Promotora de políticas públicas com experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, poetisa, membro do Grupo de Pesquisa África Brasil: Produções de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global.

Leovigildo Domingos António, Instituto Superior Politécnico da Caála, Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias, Mestrando em Ensino da Língua Portuguesa pelo ISCED – Sumbe, graduado em Ensino da Língua Portuguesa pelo ISCED – Huambo, docente de Língua Portuguesa e

Literatura no Instituto Superior Politécnico da Caála e Psicolinguística no Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias ISUPEkuikui II – Huambo.

Mário Alexandre Garcia Lopes, Doutor em Linguística descritiva na Universidade Federal de Minas Gerais (2009). Pesquisou a morfossintaxe da língua Urubu Ka’apor. Entre 2014-2019, trabalhou na área da educação no sul de Guiné-Bissau pela Escola Batista de Bafatá. Em 2022 foi professor substituto na área de linguística do Instituto de Linguagens e Literaturas da UNILAB/CE. Em 2023 atuou como professor na disciplina Fonologia da Língua Portuguesa no curso de Letras/EAD do ILL – UNILAB/CE. Atualmente, é membro do grupo de pesquisa GEDIFE/UNILAB e é professor no projeto social *Fo Kaira Coworking* na cidade de Acarape/CE.

Mário João Afonso Muhongo, filho de João Manuel Muhongo e de Rita António Afonso, natural de Luquembo, província de Malanje, Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa, pelo ISCED – Huambo; mestrando em Ensino da Língua Portuguesa, pelo ISCED – Sumbe, professor de Língua Portuguesa na Escola do Magistério Primário do Cuima, Caála-Huambo, investiga sobre Ensino da Morfologia e da Sintaxe do Português.

Norma Lucia Fernandes de Almeida, possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1992), Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1996) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialetoлогия, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, semiárido – língua portuguesa – português brasileiro e mudança linguística. Foi membro do PROHPOR (Programa para a História do Português), criado por Rosa Virgínia Mattos e Silva e também do PHPB. Participou da comissão que implantou o mestrado em estudos linguísticos da UEFS. Foi coordenadora de Iniciação Científica da UEFS (2009-2012). Foi coordenadora de pesquisa da UEFS (2012-2015). Foi membro da câmara de assessoramento das áreas de Linguagens e Artes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Foi Vice-Reitora da UEFS (gestão 2015-2019). Foi Diretora do Departamento de Letras e Artes da UEFS.

Queura Daniel Notícia Gouveia, de nacionalidade angolana, natural do Lubango, província da Huíla, é mestre em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (2023) e Licenciada em Linguística – Português (2018) pela mesma instituição de ensino. É atualmente docente de Língua Portuguesa do Instituto Politécnico Pascual Luvualu – Namibe.

Sabino Sangombe Marcolino, angolano, é graduado em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo. Mestrando em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe – Cuanza-Sul, Angola. Docente do Instituto Politécnico da Universidade José Eduardo dos Santos – Huambo, Angola; Membro do Grupo de Pesquisa (Angola-Brasil) em Línguas Angolanas em Contexto de Ensino (LANCE).

Sarita Monjane Henriksen, possui um Pós-doutoramento na área de Direitos Humanos, Direitos Sociais e Direitos Difusos, com enfoque sobre Direitos Humanos Linguísticos, pela Universidade de Salamanca, Espanha (2023). É doutorada em Política e Planificação Linguística, com ênfase em Contextos Multilíngues, pela Universidade de Roskilde, Dinamarca (2010). Possui um Mestrado em Linguística Educacional, pela Universidade de Surrey, St. Mary's University College, Reino Unido (1996), e é licenciada em Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade Pedagógica (1995). Possui uma especialização para Formadores de Professores de Língua Inglesa, pela Universidade de Delaware, Estados Unidos da América (1996). É Professora Associada em Educação Linguística, lecionando as disciplinas de Língua Inglesa e Sociolinguística, Políticas Educativas, Língua e Diversidade Cultural, Estudos de Tradução e Introdução à Interpretação Consecutiva. É atualmente Diretora do Gabinete de Cooperação, na Universidade Pedagógica de Maputo. É Professora Convidada na Universidade Justus Liebig de Giessen, Alemanha (2022-2024), na área de Línguas e Migrações e Professora Convidada no ISCTE-IUL, Portugal (2021-2023). Foi Professora Convidada na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, e Universidade do Sul da Dinamarca (2008). Foi Diretora da Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes (FCLCA, UP-Maputo, 2012-2017).

Tcherno Baldé, Graduação em Letras – Língua Inglesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)/CE. Bolsista do Programa de Iniciação da Docência PIBID 2020-2022 e do Programa Residência Pedagógica 2022-2024.

(ORGANIZADOR)



Alexandre António Timbane

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Pesquisador em Estudos do Léxico, Sociolinguística e Dialectologia, Linguística Forense e Ensino das Línguas portuguesa e Francesa. Professor de Introdução à linguística africana em especial as Línguas bantu. Docente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, Bahia. Docente da Universidade Estadual Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS) & Programa de Pós-Graduação em Estudos em Linguagens: contextos lusófonos Brasil-África (MEL/UNILAB). Editor-chefe da Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras (ISSN: 2764-1244).

(ORGANIZADORA)



Norma Lucia Fernandes de Almeida

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, em 2005. É professora Titular/Plena na Universidade Estadual de Feira de Santana. Coordena atualmente o projeto de pesquisa Um estudo lexicográfico do semiárido baiano e participa de outros projetos, entre eles Antropologia dos povos indígenas do Nordeste (Extensão) e Em busca das raízes do Português Brasileiro (Pesquisa). Participou de diversas publicações no âmbito das coleções do “Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro” (PHPB), coordenado inicialmente por Ataliba Castilho (USP) e do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), que foi criado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA).

Pesquisar e publicar resultados sempre foi um desafio para investigadores/pesquisadores. A presente obra reúne estudos e pesquisas de investigadores do Brasil, Portugal e de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Esses estudos fomentam a necessidade de diálogo permanente entre estudiosos da Lexicologia, da Lexicografia e da Onomástica em diferentes perspectivas atitude que incentiva estudantes da graduação e da pós-graduação na busca de novas discussões teóricas e práticas sobre os temas. Os vinte e um capítulos usando as variedades do português revelam que apesar de falarmos diferentes compartilhamos as mesmas angústias e preocupações científicas. Esta obra valorizou essas variedades chamando atenção aos leitores sobre as realidades sociolinguísticas dos escritores. Os debates aqui apresentados nestas 485 páginas abrem caminhos para novas perspectivas e instigam para que novos estudos possam dar continuidade. Desta forma, os organizadores só proporcionam o ‘palco’ para que ‘as estrelas’ (escritores) possam brilhar. Boa leitura a todos.

